João Ameal

HISTÓRIA DA EUROPA

[Das origens a 1085]

VERBO

O AUTOR

João Ameal nasceu em Coimbra (1902) e licenciou-se em Direito pela Universidade de Lisboa. Mas foi às Letras que se consagrou exclusivamente, publicando, numa primeira fase, livros de crónicas e de ficção, para se dedicar depois ao ensaísmo e ao jornalismo de ideias. A este género pertencem os títulos mais significativos de uma extensa bibliografia de crítica, doutrina e história, em que avultam *S. Tomás de Aquino, História de Portugal, Europa e os Seus Fantasmas* e esta monumental *História da Europa.*

Concebendo, para usar uma expressão sua, a História como ciência, arte e ética, João Ameal nunca deixa de ser um escritor de ideias, um ensaísta de notável clareza expositiva. Tem o dom de narrar ainda quando recorre a fontes eruditas, pois, se há aventura fascinante, essa é a dos povos ao longo dos séculos. História da Europa escrita por um português, nela se põe em relevo o papel, geralmente omitido, de Portugal, «não tanto como país europeu que só temporariamente fomos», mas como país de vocação ecuménica.

Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa, João Ameal faleceu em 1982, depois de ter concluído a redacção do último volume da *História da Europa,* que será assim publicada integralmente, de acordo com o plano traçado.

LIVRARIA
CAMÕES
RUA BITTENCOURT DA
SILVA, 12-C
TEL. 252-4778
RIO DE JANEIRO

OBRAS DO AUTOR :

LITERATURA

O Que os Meus Olhos Viram (Crónicas), 1919 — Esg.
Em Voz Alta e em Voz Baixa (Diálogos), 1920 — Esg.
A Semana de Lisboa (Crónicas), 1921 — Esg.
Os Olhos Cinzentos (Novela), 1922 — Esg.
Nossa Senhora da Morte (Novela), 1922 — Esg.
Religião do Espaço (Novela), 1922 — Esg.
Balões Venezianos (Crónicas), 1923.
Os Noctívagos (Romance), 1924 — Esg.
Eterna Luz (Romance), 1927 — Esg.
Aparições (Contos) 1.ª edição, 1932 — 2.ª edição, 1935.

CRÍTICA, DOUTRINA E HISTÓRIA

O Conde de Sabugosa, Profeta do Passado, 1923.
As Directrizes da Nova Geração, 1925 — Esg.
Claridade (Prosas contemporâneas), 1925—Esg.
A Contra-Revolução, 1928 — Esg.
Legitimismo, Tradicionalismo, Constitucionalismo. (Prefácio à 2.ª edição do livro de D. Miguel Sotto Mayor *A Realeza de Dom Miguel*), 1929.
Panorama do Nacionalismo Português, 1932 — Esg.
Portugal Restaurado (de colaboração com Alfredo Pimenta, Caetano Beirão e Fernando Campos), 1932.
Revolução da Ordem (Estudo político), 1932 — Esg.
Falência da Democracia, 1933 — Esg.
No Limiar da Idade-Nova (Ensaios), 1934 — Esg.
Política da Nação (Conferência), 1934.
São Tomás de Aquino (Iniciação ao estudo da sua figura e da sua obra), 1938 — 2.ª edição, 1941 — 3.ª edição, 1947 — 4.ª edição, revista e acrescentada, 1956 — 5.ª edição, 1961.
São Tomás de Aquino, Mestre da Idade-Nova (Conferência), 1938.
Construção do Novo Estado, 1938.
Erratas à História de Portugal. — De Dom João V a Dom Miguel (de colaboração com Rodrigues Cavalheiro), 1939.
Verdadeiro Perfil de El-Rei Dom Miguel (fora do mercado), 1940.
Nacionalismo e Patriotismo. Deveres para com a Pátria segundo a Doutrina Católica (Conferência), 1940.
Dom Miguel e a Vilafrancada (Comunicação ao VI Congresso do Mundo Português), 1940.
História de Portugal, 1940 — 2.ª edição, 1942 — 3.ª edição, 1949 — 4.ª edição, 1958 — 5.ª edição, revista e acrescentada 1962 — 6.ª edição revista e acrescentada com uma cronologia, 1968.
Alocução aos Legionários, 1941.
Porque escrevi a História de Portugal (Conferência), 1941.
João de Brito, herói da Fé e do Império, 1941 — Esg.
Liberalismo (Conferência), 1941.
Rumo da Juventude (Ensaios), 1942 — Esg.
A origem do Poder Real e as Cortes de 1641 (Separata do Volume VI dos Anais da Academia Portuguesa da História), 1942.
Dona Leonor «Princesa Perfeitíssima», 1943 — Nova edição, 1968.
Position spirituelle du Portugal dans la crise européenne (Edição da «Nouvelle Revue de Hongrie» — Budapeste), 1943.
A Revolução de Chesterton (Prefácio à tradução portuguesa de «Orthodoxy»), 1944.
Um Apóstolo na Tormenta: D. Frei Fortunato de São Boaventura, 1945.
Europa e os Seus Fantasmas (Ensaios), 1945.
Para Ganhar a Batalha da Paz (Conferência), 1945.
Santo Tomás de Aquino (Tradução espanhola do Padre Tomas Perancho — Edição da «Epesa» — Madrid), 1946.
Europa y sus fantasmas (Tradução espanhola de Gregório Garcia Puigdeval — Edição da «Epesa» — Madrid), 1946.
O Homem, Actor e Espectador da História (Ensaio), 1946.
Breve Resumo da História de Portugal (fora do mercado), 1946.
Dom Miguel Infante (Prefácio à tradução portuguesa do livro de Arthur Herchen «Dom Miguel I, König von Portugal»), 1946.
Salazar, o Orador e o Pensador, 1948.
A Monarquia de Amanhã (Prefácio à tradução portuguesa de «Essai sur le gouvernement de demain», do Conde de Paris), 1948.
Panorama de la Littérature Portugaise Contemporaine (Éditions du Sagittaire — Paris), 1949.
Setúbal — Sete Séculos de História (Conferência), 1950.
Dom João V e a sua Época (Conferência) 1952.
A Revolução Tomista, 1952.
Santos Portugueses, 1958.
Obreiros de Quatro Impérios, 1959.
A Verdade É só Uma (Ensaios), 1960.
O Infante Dom Henrique e o Século Português (Conferência), 1960.
Perspectivas da História, 1961.
D. Miguel Sotto Mayor (Antologia e Prefácio), 1961.
História da Europa, I — Das primeiras civilizações do Mediterrâneo às Invasões Germânicas, 1961.
História da Europa, II — Da formação da Europa ao Tratado de Tordesilhas, 1964.
Mário Beirão, poeta místico. (Comunicação apresentada à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa), 1965.
Breve Resumo da História de Portugal — Nova edição, revista e acrescentada, 1965.
D. João VI e o Brasil (Separata das «Memórias» da Academia das Ciências de Lisboa), 1965.
Perspectiva Histórica sobre a Guiné e Cabo Verde (Lição proferida no Curso de Extensão Universitária do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina), 1966.
Ideia da Europa (Curso professado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina nos anos lectivos de 1965-1966 e 1966-1967 — Separata de *Estudos Políticos e Sociais*), 1968.
Acção dos Portugueses na India de 1500 a 1515. (Lição proferida no Curso de Extensão Universitária do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina — Separata de *Provincias Portuguesas do Oriente*), 1968.
O Ocidente e Portugal (Conferência proferida no Salão Nobre da Câmara Municipal de Santarém, a 26 de Abril de 1969, na Sessão Solene de encerramento da Semana do Ultramar — Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia*), 1969.
História da Europa, III — De Vasco da Gama à Revolução Francesa, 1969.

HISTÓRIA DA EUROPA

Na capa: O imperador Carlos Magno doa a S. Ludgero o Convento de Lothusa, no Brabante (iluminura do século XI).

JOÃO AMEAL

Da Academia Portuguesa da História
Da Academia das Ciências de Lisboa

HISTÓRIA DA EUROPA

Volume I

DAS PRIMEIRAS CIVILIZAÇÕES
DO MEDITERRÂNEO
À FORMAÇÃO DA EUROPA

Editorial VERBO

Direitos reservados para a Língua Portuguesa
Editorial Verbo — Lisboa/São Paulo

À MEMÓRIA
DE MEUS PAIS
SEMPRE VIVOS EM MIM.

DIGITALIZADO
PELA
BIBLIOTECA
NACIONALISTA

BIBLIOTECA
NACIONALISTA
bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

Prefácio

1

Quando se estuda o passado e se assiste ao desenrolar do presente a experiência tende a volumar-se, a esclarecer-se — e cada dia melhor se compreende ser a História, como narrativa, uma selecção *e uma* recriação.

Os factos deram-se, ao longo das idades; os testemunhos imperfeitos e incompletos que nos restam, em frios documentos mortos, não nos permitem recompô-los com exactidão e com lógica — se não soubermos e quisermos, a uma nova luz, restituir-lhes nexo, sequência e vida. Dou por isso a razão a Jorge Simmel: «a reprodução histórica não é simples reflexo dos factos, mas construção original». E também a Raymond Aron: «a História não é mera repetição daquilo que algum dia ocorreu; implica uma reconstituição criadora».

Assim tem de ser, na medida em que os acontecimentos históricos, dimanados quase sempre do humano livre-arbítrio, chegam até nós sob formas equívocas, desconcertantes, susceptíveis das mais diversas interpretações. Para lhes atribuirmos uma ordem e lhes descobrirmos um sentido teremos de integrá-los num conceito global do Homem e do Mundo, e do papel do Homem no Mundo — logo, numa filosofia. O que leva Othmar Spann a sublinhar a impossibilidade de se conceder a História sem uma teoria a comandá-la. Outro pensador contemporâneo declara História e Filosofia «inseparáveis».

Se à História cumpre, efectivamente, narrar o sucedido, só o pode fazer graças a uma explicação — *e essa explicação terá de subir dos efeitos às causas, da variedade à unidade, do tropel informe à ordenação arquitectural; terá de ser, pois, filosófica. Embora se conheça e respeite o trabalho dos investigadores e eruditos, na pesquisa das fontes, no apuro do autêntico e do inautêntico, na colheita dos materiais indispensáveis — há que sobrepor-lhe a acção reveladora e complementar da Filosofia da História.*

Ao contrário do velho aforismo primum vivere, deinde philosophari — *quem deseje realmente fazer História deverá filosofar primeiro, a fim de atingir os conceitos básicos do Mundo e do Homem; e, depois, reviver.*

Na verdade, o historiador só desempenha bem a sua missão se for capaz de reviver a História. Revive a História como sua, *já que, através da sucessão das eras, é* homem entre os homens; *e simultaneamente como* alheia a si — *já que se situa, no papel de narrador, como* homem perante os homens. *Não se contenta com a passiva reconstituição do passado, impossível de reconstituir no seu* todo insignificativo; *unicamente o pode reconstituir como* todo significativo. *Vê-se pois forçado a inseri-lo numa* significação *derivada dos valores meta-históricos em que crê, dos conceitos essenciais a que adere.*

Nos últimos tempos, alguns autores quiseram dar corpo a uma tese de suspeita origem, segundo a qual à História competiria exclusivamente registar, sob o pretexto de manter objectividade rigorosa, as transformações sociais ou económicas, com plena abstracção do factor humano — portanto, da Religião, da Moral, da Política, da Diplomacia. Inventou-se até, em França (foi Lucien Febvre), uma fórmula pretensiosa para designar esta espécie de panteísmo histórico-materialista: histoire non-événementielle. *Se a humana história fosse redutível a esse caos amorfo e acéfalo todas as considerações que fiz atrás ficariam anuladas. Pierre Gaxotte com certeira mordacidade e Paul Ricoeur numa lúcida página castigaram eficazmente os rasteiros paradoxos da* histoire non-événementielle, *ao denunciar-lhe a inconsistência e o absurdo: nela só haveria estruturas, forças, instituições — não mais os actos e os valores humanos. «Em última análise, pura contrafacção: mascarado de objectividade,* o objectivismo, *que omite o homem ...»*

E, todavia, o homem é o centro vivo e permanente da História; a História interessa-nos mesmo, serve-nos, toca-nos profundamente por ser História do homem e, como tal — já algures o escrevi, hoje o repito —, a nossa história, antes de nós.

Note-se, porém, que, se a História nos elucida sobre nós próprios — também nós, quando a revivemos e a contamos, lhe apomos a nossa marca. Arrastados por ela, nem por isso deixamos de participar dela e de contribuir para ela. Se o passado não cessa de enriquecer-nos e modelar-nos — disse-o Bernardo Fay —, o futuro não cessa igualmente de se criar em nós, através de nós ...

À medida que criamos o futuro mais funda se nos desvenda a compreensão do passado. Na expectativa daquilo que está para vir *melhor se interpreta e avalia aquilo* que já foi ...

Não será isto, vistas as coisas com profundidade e sinceridade, o que certos pensadores chamam «o sentido da História»? A História aparece-nos com um sentido na altura em que nos esforçamos por compreendê-la, empenhados em lhe descortinar a trajectória, lhe surpreender a linha de rumo.

2

Dentro do critério assim definido se enquadra a tentativa constituída pela presente obra.

Pareceu-me oportuno, quando tantas forças se conjugam para desfazer a Europa — piores ainda os venenos de demissão interna que os assaltos de inimigos externos! — indagar como a Europa se fez.

É claro que, ao falar de Europa, *me refiro «menos a um domínio geográfico do que a um conjunto de princípios», na expressão feliz de Karl Jaspers; ou a «uma cristalização de Cultura», na breve legenda de Stephen Spender; ou a «uma formação histórica em torno de uma directriz espiritual», no dizer justo de Gonzague de Reynold. Europa como sinónimo da chamada Civilização do Ocidente. Dela fomos, dela somos herdeiros e participantes desde que existimos. Por trágicas que sejam as aparências imediatas, persisto em a supor capaz de, uma vez ainda, se impor e sobreviver.*

Pareceu-me oportuno que se recordem, nesta hora de angústia, de batalha, de perigo, as grandes linhas da História da Europa. E que tal iniciativa pertença a um português. Mais ainda porque, até hoje, nenhum português tentou a aventura.

No entanto, era de desejar que um português a tentasse. Vista sob alheios ângulos, a Europa — para Franceses e Alemães, por exemplo, situados no centro do Continente, aparecerá como eventual campo de irradiação, propício a ambições de hegemonia; para Italianos, por exemplo, como vasta massa da qual se ficou suspenso; para Ingleses, por exemplo (pelo menos enquanto dure a tradição de se imaginarem dela separados e ausentes), como simples espectáculo em que se pode intervir mas de que se pode regressar ao «isolamento esplêndido». Vista sob o nosso ângulo, a Europa será antes comparável a um muro a que se esteja encostado para olhar as imensidades oceânicas e sonhar ou preparar a largada; ponto de apoio que se deseja sólido — mas ponto de apoio *que serve, acima de tudo, de* ponto de partida.

Desempenhámos grande papel na vida da Europa ao longo do tempo — não tanto como país europeu, que só temporariamente fomos; como país euro-atlântico, de vocação missionária e expansiva, apto a assimilar-lhe o espírito e a projectá-lo nos quatro cantos da Terra.

Sem excessos de orgulho nem de modéstia, cônscios do que devemos à Europa, sabemos o que a Europa nos deve. Sabemos também que a maioria dos historiadores — movidos, decerto, por sistemáticos propósitos de valorização e engrandecimento dos povos a que pertencem — têm minimizado ou desfigurado a acção de Portugal na vida histórica europeia.

Há na presente obra o intuito de repor em termos de veracidade e de justiça o esforço do nosso povo entre os povos europeus. Quer isto dizer que nela se olha a Europa — como é natural e legítimo por ser um português a escrevê-la — sob o ângulo português. *Trata-se então de uma apologia?*

De nenhum modo. Trata-se de uma narrativa em que nunca se perde de vista, ou tendenciosamente se esconde, ou se diminui com acinte, tudo quanto, pelos séculos adiante, Portugal deu à Civilização Ocidental — dentro da qual nasceu, da qual constituiu e constitui uma das expressões mais fiéis e na qual tem chegado a ocupar, em determinados períodos, flagrante lugar de vanguarda. Nem mais, nem menos. Por isso acentuei há pouco ser desejável que um escritor português se votasse ao empreendimento de compor a História da Europa — uma vez que não pode ser integralmente conhecida a História da Europa desde que nela se não atribua o merecido relevo à grande presença e à considerável intervenção do homem português.

3

Para corresponder a tais fins e se manter dentro das possibilidades do tempo e do espaço, afigurou-se-me que a História da Europa *deveria obedecer a três características.*

A primeira — já que, segundo o exposto na abertura deste preâmbulo, creio o trabalho de reconstituição histórica objectivo *por se apoiar no sério conhecimento do passado, mas* subjectivo *por depender em grande parte da formação espiritual e mental do autor — era evitar influências estranhas e proceder em obediência a uma concepção inteiramente pessoal. Assim sucedeu. Sem ignorar obras de real densidade e autoridade como, para referir algumas das mais próximas de nós, as dos ingleses Christopher Dawson* (The making of Europe) *e Fisher* (A History of Europe), *do americano Will Durant* (History of Civilization), *do suíço Gonzague de Reynold* (Qu'est-ce que l'Europe? La Formation de l'Europe), *dos belgas Henri Pirenne* (Histoire de l'Europe — des Invasions au XV.^{e} siècle) *e seu filho Jacques Pirenne* (Les grands courants de l'Historie Universelle), *cuja consulta, a par de tantas outras, me foi extremamente útil — elaborei por mim, segundo a minha própria visão do tema, o plano a cumprir. Plano em que sempre tive o desígnio de considerar com equidade e realismo os 15 séculos da vida europeia e de atribuir a importância devida ao que nesse panorama representou, a partir do século XII em que nasceu, a acção de Portugal. Porque não houve, até agora, uma História da Europa escrita por um português não encontrei precedente que devesse tomar em consideração: — talhei, portanto, à vontade um esquema em nada semelhante aos dos que no estrangeiro versaram, sob diferentes signos, igual assunto.*

A segunda característica encerra-se nesta simples fórmula: espírito de síntese. Atentas as dimensões da obra, há que oferecer a quem leia resumos expressivos dos acontecimentos e das épocas. Impossível acumular pormenores, se se pretende dar uma ideia de conjunto e dela extrair as linhas de força *que dominam os sucessivos ciclos da história dos povos europeus e da*

sua Civilização. O espírito de síntese não exclui, aliás, a menção do maior número possível de factos. A cada passo, como é habitual em obras deste género, se interpreta e se emitem juízos. Pareceu-me indispensável fornecer ao público actual informação suficiente para que apreenda as razões das interpertações preferidas e os fundamentos dos juízos enunciados. Ainda que reduzida aos seus amplos contornos e aos seus momentos cruciais, a História da Europa sempre tem de ser contada. Para contá-la com probidade e mesmo para tentar uma criteriosa escolha daquilo que havia a mencionar e daquilo que poderia omitir, me absorvi na leitura de milhares de páginas, na colheita porfiada dos elementos imprescindíveis, na adequada ponderação das fontes, dos testemunhos, dos problemas.

A terceira característica, desde que me importa estabelecer comunicação directa com larga assembleia de leitores, é fugir a todo o aparato erudito — e usar uma linguagem imediatamente acessível, com o empenho constante de ser claro. Tal como quis escrevê-la, a História da Europa *é um livro que tem a ambição de ser lido — com algum proveito e com algum interesse. Visei, apenas, o desejo de servir: servir as finalidades que me levaram a empreender a obra; servir aqueles a quem é destinada.*

4

No esquema primitivo, a História da Europa *comportava apenas dois volumes. Afinal, ao passo que escrevia, a matéria da Introdução alargou-se de tal sorte que veio a constituir quase um volume à parte.*

Isto por um duplo motivo. Depressa me apercebi da impossibilidade de reduzir a uma centena de páginas os capítulos sobre as primeiras Civilizações do Mediterrâneo, a Grécia, Roma, o aparecimento do Cristianismo, as Invasões Germânicas — raízes e factores primaciais do que chamamos Europa. Depois, porque a História da Europa continua presa a essas raízes e a esses factores no curso das idades, tem-nos constantemente presentes, define-se e desenvolve-se sobre a herança que deles recebeu e à sombra dos valores que criaram.

De facto, os ideais intelectuais e estéticos dos Gregos; a arquitectura ético-jurídica dos Romanos; as estruturas sociais e as tradições profundas dos povos germânicos, núcleos geradores das nações europeias; a Revelação Cristã e a sua doutrina de humanismo integral — não se encontram apenas atrás de nós, vivem connosco, são alicerces evidentes ou normas condutoras da nossa Civilização, tal como, hoje ainda, a conhecemos, a prolongamos, a defendemos das ameaças que pairam. Um ensaísta perspicaz, Didier Lazard, em opúsculo saído há poucos meses — L'Occident, quel Occident? — *aponta as «correntes decisivas» que percorrem a Civilização Ocidental e acentua: «Hoje, as três correntes estão mais visíveis do que nunca: o nosso individualismo*

radical é ateniense; as nossas leis e as nossas instituições impregnadas de espírito aristocrático são romanas; a nossa paixão da justiça social é cristã ...»

Por ser assim, com efeito (falta a Lazard aludir ao contributo do Germanismo); porque, apesar da hipertrofia de uma ciência sem bússola e de um tecnicismo sem alma, as «decisivas correntes» persistem, actuais e actuantes, como fundo irredutível da personalidade europeia e ocidental, é que — sem perder de vista a preocupação dominante da síntese, mas consciente da necessidade de ir além da mera súmula descarnada e dar uma ideia, sucinta embora, das eras históricas donde tais correntes provêm — tracei com extensão superior à inicialmente prevista os quadros das civilizações mediterrânicas, do florescimento grego e da expansão helenística, das grandes fases da República e do Império de Roma, do movimento expansivo dos Germanos para oeste, acima de tudo do acontecimento máximo da História: a vinda de Cristo à Terra e, como consequências, a fundação da Igreja Católica e o incremento da «Revolução da Cruz». Revolução infindável, incomensurável, de sempre intenso e sempre novo dinamismo.

Daí, o ter-me demorado na evocação das jornadas terrenas de Cristo, em cuja divindade e em cuja historicidade firmemente creio — que, num dado período, se fez homem no meio dos homens mas para lançar o seu apelo aos homens de qualquer período ... De Cristo, que Sawicki lucidamente saúda como «eixo da História» — porque ao acordar e transformar o Homem por dentro *imprimiu à História conteúdo, direcção e amplitude que a ultrapassam.*

Imprimiu-os sobretudo à História da Europa como fulcro da Civilização do Ocidente — se compreendermos ser a Europa, desde o começo, substancialmente, Cristandade *e depender a sua existência, nos dias que passaram como nos nossos dias, dos seus valores perenes de Cristandade em marcha ...*

5

Por tudo isto me resolvi a desenvolver um tanto o que a princípio seria apenas a Introdução. Creio não ter feito mal — pois na sequência dos séculos voltaremos a encontrar os leit-motiv *do Mundo Antigo. Carlos Magno não tem evidentemente como fito restaurar, de acordo e em aliança com a orientação dos Papas, o poder uno dos condutores da Romanidade desaparecida? A escolástica medieval, através dos seus expoentes máximos — Santo Anselmo, S. Boaventura, S. Tomás de Aquino — não é flagrante herdeira da especulação grega, se bem que venha a coroá-la com a sua teologia? Ao Renascimento será preciso assinalar a patente filiação no humanismo greco-latino? O classicismo dos séculos XVI e XVII não vai inspirar-se, nomeadamente quanto aos temas dramáticos — de Shakespeare a Corneille e a Racine —, na Mitologia, na Epopeia, na História de Gregos e Romanos?*

Com a Revolução Francesa não aparece um surto jacobino, de imitação dos senadores, oradores ou meros demagogos de Roma? E em Bonaparte — cônsul antes de imperador — não se adivinha um émulo de Alexandre e de César? O homem europeu é sempre filho e discípulo dos protagonistas da Antiguidade. A História da Europa ficaria inexplicável e mutilada se não lhe fosse anteposta a das pré-Europas ou das proto-Europas donde lhe vieram os primeiros rumos do espírito, as primeiras normas cívicas, as primeiras gestas guerreiras, as primeiras diferenciações nacionais — e as claridades, disciplinas e promessas da sua fé. Se julgo que a Europa só verdadeiramente nasce nos finais da quarta centúria da nossa era, o certo é nascer já com um passado que pelos anos adiante estará bem vivo na sua memória e servirá, nitidamente, de modelo e guia para a sua caminhada no tempo.

Eis porque não me arrependo do espaço consagrado aos capítulos que, no fim de contas, acabaram por formar grande parte deste volume inicial.

6

Será ainda conveniente esclarecer um aspecto de pormenor, quanto aos apontamentos bibliográficos reunidos sob a epígrafe Algumas obras consultadas. *Não tentei sequer enumerar todas as que, à margem dos sucessivos capítulos, efectivamente consultei; apenas, com raras excepções, as mais recentes. Em vez das numerosas e conhecidíssimas obras antigas que constituem o fundo da maioria das bibliotecas e onde se encontra, a par de bastantes informações aproveitáveis, muita coisa inexacta e caduca, citei de preferência as que actualizam as questões e trazem elementos novos para solucionar certos problemas de acordo com os estudos mais adiantados e mais dignos de crédito. De nenhum modo, portanto, bibliografia com pretensões a imponente e exaustiva; antes, quase exclusivamente, sumária indicação de algumas das melhores obras que, sobre as matérias em causa, podem consultar-se nos nossos dias.*

7

Antes de terminar, uma afirmação inteiramente sincera; nem de longe me satisfaz o que deixo aqui. A exigência imperiosa de confinar-me nos adequados limites de uma síntese e de respeitar-lhe a harmonia de proporções levou-me a sacrificar os desenvolvimentos possíveis, a manter com rigidez a concisão que se impunha. Daí, ficar imensamente aquém dos amplos quadros que desejaria traçar e com frequência se reduziram a meros esboços. Aos íntimos conhecedores das velhas Civilizações evocadas neste livro virão tais esboços a parecer demasiado exíguos? Mesmo da parte desses quero esperar a

compreensão das dificuldades que se me depararam e do cuidado e escrúpulo com que procurei, ao defrontá-las, não comprometer os fins em vista. Quero esperar também que à maioria do público tenha conseguido dar, na medida do possível, aquilo que realmente ambicionava dar-lhe.

É a ocasião de repetir o que há pouco mais de 40 anos escrevi nas linhas finais do prefácio à História de Portugal: *sirvam-me de justificação o desassombro e a boa-fé com que me submeti à honrosa lei da condição humana, e ao dever de quantos seguram nas mãos uma pena e não aceitam contentar-se com os «vãos passatempos» do esteticismo postiço ou do narcisismo frívolo: — a tendência para lançar ombros a tarefas maiores que nós.*

De novo insisto: julguei oportuno que, na presente hora, um escritor português afrontasse a esmagadora tarefa — por mais deficientes que os seus recursos lhe pareçam, por mais que lhe roubem forças e estímulos o peso dos desgostos sofridos, as decepções e ingratidões suportadas, o voluntário isolamento em que os seus dias correm.

Ampara-o a fidelidade, nunca desmentida, a certos valores que o transcendem e nos transcendem a todos:

Àqueles valores que fizeram a Europa, hoje a braços com tantos fermentos internos e externos de destruição;

Àqueles valores que, no plano mais alto, sustentaram e guiaram a acção dos Portugueses, a missão dos Portugueses na História da Europa e do Ocidente; e para além dela, ao seu serviço, na História do Mundo.

LIVRO I

MEDITERRÂNEO, BERÇO DE CIVILIZAÇÕES

Eras e gentes remotas

Quando se procura sondar, para além da espessura dos tempos e das brumosas incertezas, os primitivos assomos de vida no continente europeu — adivinha-se, imersa no seu mistério e na sua solidão, a massa adormecida da vasta zona central, onde mal aparecem rudimentos de existência pastoril, nas selvas inóspitas. E os primeiros sinais de actividade, as primeiras comunicações, as primeiras estruturas políticas, os primeiros centros de comércio esboçam-se juntos às faixas litorais que o Mediterrâneo envolve. É nas terras à beira de água, nas enseadas abertas ao tráfego, nas oportunidades favoráveis que se oferecem à penetração e instalação dos nautas vindos de longe — que, por assim dizer, a Geografia acorda para a História e se colhem hesitantes sinais de vida em comum.

No espaço que nos interessa, o Mediterrâneo aparece-nos, de facto, como berço inicial das civilizações. Antes de mais nada, porque se situa na encruzilhada de três continentes — e serve de passagem às correntes originárias da velha Ásia, de onde as civilizações nascem e caminham para as terras e as gentes do mundo ocidental. Depois, pela sua qualidade de *mar interior* — portanto, de mar em que as relações se concentram e se fixam, sem se dispersarem por imensidades demasiado amplas. E ainda pela enorme profusão de rosários de ilhas, capazes de servirem de escalas fáceis aos cruzeiros dos navegadores graças aos recortes variados e propícios das suas costas, nas quais se deparam frequentes portos de abrigo. Enfim, pela benignidade do clima na maioria dos territórios que o emolduram e pela calmaria predominante nas suas águas, raramente agitadas por ventos agrestes ou tempestuosos.

Tudo isto faz do Mediterrâneo como que o tablado ideal para nele começar a descortinar-se o prólogo da História do Ocidente. Tudo isto o define como berço fundamental das civilizações pré-europeias.

As mais remotas perspectivas abrem-se sobre duas regiões em que tais civilizações principiam a despontar: a Mesopotâmia, o Egipto. Ambas comandadas pelo curso dos grandes caminhos fluviais em torno dos quais a vida dos povos do Próximo Oriente e da África do Norte se inaugura: o Egipto, com sua espinha dorsal no vale do Nilo; a Mesopotâmia (*Meso-potamos,* entre dois rios), com suas vias determinantes no Tigre e no Eufrates. O Tigre, o Eufrates, o Nilo: à volta, no alvor da História conhecida, surgem, pelos meados do quarto milénio antes de Cristo, os primeiros soberanos mesopotâmicos de Kish e Uruk (entre os quais figura o lendário Gilgamesh, herói cantado nas epopeias arcaicas) e Mena ou Menés, possível fundador do regime faraónico (para alguns deve ter antes a designação de Narmer), sob cujo ceptro o Norte e o Sul do território egípcio se unem ao fim de demoradas lutas.

Durante longo período, através do terceiro milénio, a sorte do litoral mediterrânico do Próximo Oriente — Ásia Menor, Síria, Palestina — joga-se entre as hegemonias alternadas dos governantes de Mênfis, à entrada do delta do Nilo e dos sucessivos potentados da Suméria ou de Babilónia. Ora são os faraós que procuram alargar-se no sentido de leste, ora são os dinastas de Sumer e Akkad que buscam para oeste rumos de expansão. Assim, enquanto os reis-pontífices de Mênfis, sobretudo os da célebre IV dinastia (em que se situam os construtores das pirâmides, Quéops, Quéfren, Miquerinos), lançam numerosos *raids* sobre as zonas libanesas — há fortes presunções de que, nos meados do século XXVI antes de Cristo, Sargão, *o Antigo,* da dinastia de Akkad, exerce sobre a Síria um protectorado mais longo e seu neto Naramsim (2507-2452), senhor de Canaã e de Chipre, toma o orgulhoso título de «Ilou» (em linguagem semita equivalente a *deus*) e de «Rei do Universo». O «Universo», neste caso, resume-se às quatro regiões de Sumer, Akkad, Subartu (Norte da Mesopotâmia) e Amurru (Síria). Um século adiante, já é o imperador sumério Gudea, de Lagash, que usa o mesmo título e domina as regiões mencionadas. Entretanto, os faraós vêem-se obrigados a deslocar, em 2200 a. C., a capital para Tebas e a afastar-se assim de qualquer papel predominante no Mediterrâneo — empenhados como andam em impor a sua autoridade sobre toda a extensão meridional do país. Ao mesmo tempo, surgem grandes vagas de invasões arianas, na transição do terceiro para o segundo milénio e de aqueus, vindos do Norte, a inundar as ilhas do Egeu. E o alastrar dessas vagas vai ser a causa de mudanças e sobressaltos consideráveis.

Ainda há um período de esplendor com o reinado babilónico de Hamurábi (2003-1960), conquistador e reformador de excepcional estatura, que também estende os seus domínios até à Síria e deixa um código notabilíssimo pelo espírito organizador que revela, pela minúcia das disposições legislati-

vas, pela equidade na maneira de tratar e resolver os mais diversos problemas sociais. Parece ser da era de Hamurábi, também autor de uma tentativa de unificação religiosa em torno do culto supremo de Marduk, que data, como reacção, talvez, contra essa tentativa despótica, o êxodo de Abraão e do seu povo em busca de terras mais hospitaleiras e mais livres, ante o misterioso apelo que o patriarca recebe de Deus em Sinear (Ur), capital do Baixo Eufrates.

Mas as invasões prosseguem, e em marcha impetuosa. Os Hititas instalam-se na Ásia Menor cerca de 1900. Para acudirem, decerto, à defesa necessária perante ameaças crescentes, os faraós regressam a Mênfis e Sesóstris III (1887-1850), um dos vultos proeminentes da XII Dinastia, avança quer do lado da Núbia quer do lado da Palestina, e restaura, na sua plenitude, a autoridade régia. Os fados, todavia, têm de cumprir-se. Em 1880 já os Hurritas se apoderam da Palestina e da Síria. E, pouco mais de um século corrido, os Hixos penetram no Delta, fortificam a cidade de Ávaris (Pelúsio), dela fazem a sua capital. Tomam depois Mênfis, acabam por conquistar todo o Egipto. É desta fase a instalação dos descendentes de Abraão em Canaã, incluída igualmente no Império dos Hixos. E é sob um dos seus faraós que José, filho de Jacob e bisneto de Abraão, se vê chamado às funções de ministro, resiste valorosamente aos assaltos da ardorosa mulher de Putífar e consegue obter do seu amo um território onde venham estabelecer-se os Israelitas.

Suspenda-se, porém, aqui, o relato sumaríssimo de todos estes acontecimentos, para colocar no relevo devido a primeira civilização verdadeiramente pré-europeia do Mediterrâneo: a da ilha de Creta.

Rapto de Europa

Antes de nada, uma breve incursão na Mitologia. À sua maneira, a Mitologia é um pouco História. Do fundo da História verídica, perdida nas sombras dos tempos, constrói a imaginação dos homens os mitos representativos, as fábulas simbólicas. Por isso, tais fábulas e tais mitos acabam por adquirir uma significação — abrem às vezes sobre determinados enigmas históricos surpreendentes claridades.

Hesíodo, na sua *Teogonia,* alude, de relance, a Europa — entre a legião das *Oceânides*, filhas do imenso e revolto Oceano e de sua irmã Tétis. Mas esta Europa não passa de vaga aparição que se anula na multidão das três mil companheiras, destinadas a «alimentar a juventude dos homens» ...

Outra Europa, mais definida, mais individualizada, heroína de romanesca e amorosa aventura, vai ser largamente cantada pelos poetas gregos e latinos: é a filha do rei fenício Agenor, que um dia se diverte com algumas companheiras junto das águas azuis do Mediterrâneo quando atrai a atenção

do próprio Zeus, supremo senhor do Olimpo e lhe inspira paixão tão súbita como imperiosa. Disfarça-se Zeus em touro — um touro esbelto e dominador, com seu pêlo fulvo que parece de seda e sua bela cornadura, aberta em forma de lira sobre a altiva cabeça. Ao verem-no surgir na praia em que brincam e riem ao sol, as jovens fenícias, longe de assustar-se, acolhem-no com simpatia e fazem-lhe repetidas festas. Em certo momento, o touro dourado ajoelha diante de Europa, estende-lhe o dorso humilde. A princesa aceita o convite, com um sinal às amigas para que venham também experimentar a imprevista montada. Logo, porém, Zeus larga em corrida vertiginosa. Já se mete pela água dentro. Europa, receosa, olha para trás, despede-se dos pátrios areais. O poderoso raptor segue para diante, sempre mais para diante. Somem-se as derradeiras linhas da costa. Ei-los em pleno mar alto, a deslizar por cima das vagas. Amedrontada agora, submetida a um destino que pressente invencível, Europa, enquanto cinge a si os vestidos de púrpura, a defender-se do salpico das espumas, aperta com ansiedade uma das pontas do touro que a leva não sabe para onde. À medida que se embrenham na imensidade oceânica, um mundo estranho agita-se em redor. Erguem-se, a fazer-lhes cortejo, grupos alegres de Nereides de longos cabelos esparsos. Orquestras de Tritões dançantes tocam, em búzios gigantescos, hinos de esponsais. Até se divisa, na crista de uma onda sobranceira, Posídon em pessoa, o deus helénico dos mares, que vem dar as boas-vindas a seu irmão Zeus e render-lhe homenagem.

Europa já cessou de ter medo. Deixa-se ir, entregue à extraordinária aventura, e pergunta, numa voz que é de inteiro consentimento: «Para onde vamos? Quem és tu? Não serás um deus?» Porque, nessas longínquas eras, os deuses andam tão misturados com os humanos que ninguém se admira de encontrar-se subitamente com um visitante olímpico, descido à Terra em sua honra ...

E o touro divino responde à interrogação da princesa: «Nada receies. Sou Zeus e estou enamorado de ti. Levo-te para Creta, a ilha em que vi a luz. Aí te darei uma série de belos filhos, e todos hão-de reinar entre os homens.»

Acabado este pequeno discurso, recortam-se na distância os airosos contornos de Creta. Atingem depressa a terra acolhedora. Zeus retoma a forma humana. Europa cai-lhe nos braços — e os amores de ambos começam.

Eis o episódio que narram, em florido estilo, vários poetas antigos, desde o grego Mosco ao latino Ovídio, autor das *Metamorfoses*. Cena que tem fundamental valor alegórico. Trata-se de Europa. Europa, trazida da Ásia para o Ocidente. E trazida para uma ilha do Egeu. A ilha é precisamente a de Creta — onde o próprio Zeus terá nascido (segundo Hesíodo) e onde a sua infância decorreu, no monte Ida, entre os *curetes* guerreiros que abafavam com o bater dos escudos os gritos infantis do pai dos deuses ...

Não haverá aqui a ideia de uma civilização nova que, nascida onde todas as outras nascem — na fecunda madre asiática —, só pode na verdade florir sobre outro solo, acordada e estimulada por outra luz?

Minos, rei e sacerdote

Será, porém, cedo para interpretar a alegoria do rapto de Europa. De facto, a sua história continua. E enche-se de renovadas sugestões.

O segundo Minos, neto do «pai dos deuses» e da princesa fenícia, toma por esposa Pasífae e dela tem duas filhas: Fedra e Ariadne, a dos lindos cabelos. Seduzida, como a avó, por um divino touro (outra vez o insaciável Zeus?), Pasífae dá à luz um monstro, meio touro meio homem: o Minotauro. O rei decide esconder o monstro no Labirinto, que o engenhoso Dédalo, por sua ordem, construiu. Mas, para alimentar o Minotauro, Atenas é obrigada a pagar um tributo cruel: sete virgens e sete efebos que, de nove em nove anos, são imolados ao monstro hediondo. Até que um dia o valoroso Teseu, filho de Egeu, rei de Atenas, decide pôr fim ao desumano holocausto. Faz-se incluir entre os sete efebos enviados a Creta. Uma vez na ilha, Ariadne apaixona-se por ele, entrega-lhe o fio com que poderá sair do Labirinto depois de executar os seus planos. Teseu, intrépido, afronta o Minotauro e consegue matá-lo. Escapa-se do Labirinto, reembarca no seu navio, leva Ariadne consigo. Irá abandoná-la, com ingrata crueldade, na ilha de Naxos — onde, segundo uns, Ariadne, a dos lindos cabelos, é assassinada por Ártemis, e segundo outros fica em triste abandono até vir a ser encontrada e desposada por Dioniso, seduzido pela sua doçura e pela sua beleza ...

Numerosos historiadores sugerem diversos retoques ao mitológico rapto de Europa. Na versão de Heródoto, o primeiro rapto é efectuado por marinheiros fenícios em Argos — e entre as mulheres que levam encontra-se Io, filha do rei Ínaco. O roubo, mais tarde, da princesa de Tiro, apenas terá um sentido de represália ... Gerardo Kremer — o *Mercator* flamengo do século XVI — acrescenta que os raptores gregos de Europa, originários de Creta, viajam num pequeno navio cuja figura de proa tem a forma de um touro, se é que não são antes comandados por um homem de Cândia chamado Tauro. Bayle, no seu dicionário elaborado durante a centúria seguinte, diz tratar-se de um general com o nome de Tauro, que chefia a expedição a Tiro por ordem do rei Astério de Creta. Mas o padre Banier, erudito setecentista, afirma ser o próprio Astério que, informado da beleza de Europa, resolve apoderar-se da princesa fenícia — e no seu barco manda colocar um touro como figura de proa ... Tudo isto são variações em torno do mesmo tema. Mais perto de nós, Vítor Bérard sugere que Europa de Tiro se identificará com a deusa egípcia Amentit, habitualmente representada sobre um touro que amorosamente a transporta no seu dorso ...

Se o mito encobre, como tantas vezes, um símbolo — esse símbolo deve ser colhido nas remotas teogonias asiáticas (especialmente mesopotâmicas) em que predomina o culto central da *deusa mãe,* imagem da fecundidade da natureza, junto à qual se encontra o deus masculino, umas vezes como seu filho, outras vezes como seu amante, e com frequência encarnado no touro — animal de grande força e de conhecido poder genesíaco. Europa trazida por Zeus disfarçado em touro será o casal divino a presidir ao surto de uma civilização: síntese em que o panteísmo oriental se junta às religiões do Norte da Escandinávia — de que porventura foram portadores os Pelasgos (de *pelagos,* mar), vindos através das estepes, ao longo das vias fluviais que ligam o Báltico ao mar Negro, até às terras do Peloponeso ou às ilhas do Egeu.

Se é certo que, entre essas ilhas, Creta é das primeiras a serem povoadas (desde o quarto milénio, pelo menos, admite-se); se é certo que o seu desenvolvimento se intensifica, a partir do ano 3000 antes de Cristo, graças às invasões de povos asiáticos, dos quais recebe a indústria do cobre — ficam assim explicadas as crenças religiosas cujos vestígios se descobrem no reino dos Minos. O seu emblema dominante é o *labrys,* o machado duplo usado para imolar aos deuses o touro nas cerimónias votivas — e que também serve para representar a cólera do Céu, ou os golpes bruscos dos raios destruidores. E no Labirinto, onde se guarda o *labrys* sagrado, escondido no mais fundo recesso, acha-se o Minotauro, deus e fera, em que as duas naturezas monstruosamente se aliam ... Ora o culto de Zeus *Labrandeus* (ou do machado duplo) celebra-se na Cária desde tempos imemoriais, ligado ao do touro fecundador. E na Frígia celebra-se, desde tempos imemoriais, o culto da grande Cibele, que os Gregos chamarão Reia Cibele — a deusa mãe. Já no Egipto, igualmente, existiu o «sacerdote do machado duplo» e se fabricaram amuletos em forma de *labrys.* Vê-se até onde a civilização cretense se enraíza nas do Oriente e do vale do Nilo — a dar talvez razão a Bérard com a sugestão da irmandade de Europa e de Amentit ...

À semelhança da dos faraós, a realeza dos Minos tem carácter sacerdotal, ou melhor: depende de uma investidura sacerdotal. Rei e pontífice (com o *labrys* por emblema, também), Minos — que tudo leva a crer não seja um nome pessoal, mas um título dinástico, como o dos faraós egípcios e o dos césares romanos — considera-se detentor do poder por delegação divina. Não descende do próprio Zeus? Mas de nove em nove anos, a fim de confirmar o régio poder na fonte de onde dimana, o monarca-pontífice, que de Zeus recebe, na gruta do monte Iuktas, as sábias leis com que rege o seu povo — tem de penetrar no antro do Minotauro e ali celebrar misteriosa conferência em que presta contas ao pai dos deuses. Ansiosa e suspensa, Creta aguarda o juízo de Zeus. Se Minos regressa, é porque obteve plena aprovação e de novo surge dotado de autoridade indiscutível. Se não volta mais, é porque Zeus o condenou sem apelo. «Traduzida em linguagem

moderna» — esclarece Gustavo Glotz, autor da obra-mestra *La Civilisation Égéenne,* de que, assim como de *Qu'est-ce que l'Europe?* de Gonzague de Reynold, nos socorremos neste capítulo — «a lenda parece significar que o rei-sacerdote baseava os seus poderes numa investidura religiosa, e que, nomeado por um prazo de nove anos, era reelegível». Enquanto investido, não conhece limites às suas faculdades de governante e exerce, ao mesmo tempo, o pontificado, a chefia do Estado e o comando supremo do exército.

Grandeza e ruína de Creta

Desde muito cedo os historiadores saúdam e exaltam a grandeza de Minos. «De todos os soberanos conhecidos» — escreve Tucídides, por exemplo, na *História da Guerra do Peloponeso* — «foi Minos o primeiro a ter uma esquadra. Tornou-se senhor da maior parte do mar que se chama agora o mar helénico. Dominou as Cíclades, onde fundou grande número de cidades ... Empenhou-se em suprimir a pirataria a fim de reservar para si os benefícios de todas elas ...»

Estes factos devem ocorrer por volta de 1750 antes de Cristo. Tanto o império babilónico, a braços com incursões devastadoras, como os países da Ásia Menor entram em visível declínio, sob as vagas dos invasores arianos do início do segundo milénio. Cai-se num estado de anarquia de que se aproveitam as classes servis para sacudir os feudalismos opressivos. É quando Creta — que desfruta posição excepcional entre a Ásia Menor, a Palestina, o mundo helénico e se apoia no Egipto, ainda então numa calmaria estável — encontra condições propícias ao seu florescimento e à sua expansão. Há, no entanto, sinais de que deflagra sobre a ilha nessa altura uma série de estranhas calamidades: vastos incêndios devoram os seus principais centros urbanos. Consequências de lutas com outros povos, de revoltas internas, ou de quaisquer fenómenos geológicos, próprios da região vulcânica? Seja como for, já a partir de 1700 se verificam amostras de ressurgimento e o maior poderio do império minoense situa-se nos séculos XVI e XV. Pouco a pouco, os pequenos principados que têm por capitais Faestos, Hagia-Tríada, Tilisso, são submetidos e absorvidos. Cria-se em torno de Cnosso — metrópole de Minos — uma unidade poderosa. A hegemonia de Cnosso afirma-se sobretudo nos meados do século XV, por 1450 a. C., para se alongar durante o breve período de 50 anos.

Foi o arqueólogo britânico Arthur Evans quem, nos inícios do presente século, procedeu, com intensidade e êxito, à revelação do imponente palácio dos Minos, em Cnosso. Outros grupos de investigadores, italianos, americanos, ingleses, até gregos, se dedicaram a buscas valiosas noutros lugares da ilha. O mais curioso é todos estes trabalhos terem como ponto de partida o

descobrimento de alguns objectos antigos, numa colina ao sul de Cândia, em 1878 da nossa era, por um comerciante de Creta que ostentava o nome tradicional e evocador de Minos Kalokairinos. Um Minos de há cerca de um século a fazer renascer das cinzas o imperial homónimo de quase três mil e quinhentos anos atrás!

O que as escavações de Evans, dos seus companheiros e sucessores, trouxeram à luz permite reconstruir com bastante minúcia a maravilhosa civilização da era minoense; e note-se que não foi ainda possível decifrar os caracteres inscritos nos vários documentos encontrados.

No primeiro plano, os sumptuosos palácios cujas ruínas, em Cnosso como em Faestos, como em Tilisso, em Hagia-Tríada, em Molia, em Palaicastro, em Moclos, em Gúrnia (para citar apenas meia dúzia entre as «noventa cidades» de que fala a *Ilíada*), atestam a riqueza e o gosto dos construtores que os ergueram. A princípio, são acima de tudo fortalezas — no período de 1750. Mais tarde, abrem-se a uma vida de corte pacífica e luxuosa — e revelam o singular engenho decorativo dos artistas de Creta. As suas dimensões amplas (no de Faestos, os degraus da escadaria de entrada têm 14 metros de largura, o pátio central ocupa 900 metros quadrados ...) oferecem espaço suficiente para uma grande profusão de salas, pavimentadas com apuro, em cujas paredes se sucedem belas pinturas a fresco. Por vezes, nos pátios das grandes residências senhoriais há pequenos teatros onde a aristocracia assiste a espectáculos diversos, entre os quais predomina a corrida de touros: não, porém, de touros de morte, antes pretexto para saltos airosos de acrobatas — masculinos e femininos. Mil objectos de uso normal ou de adorno — vasos, taças, estatuetas, jóias — servem para se formar uma ideia do requinte e da harmonia com que eram concebidos e executados. São eles, por vezes, que melhor nos introduzem na intimidade da vida dos contemporâneos dos Minos — graças às muitas figuras e cenas que reproduzem. O vestuário usado pela gente de Creta é curioso, um tanto surpreendente: não tanto o dos homens, pois andam quase nus e só trazem, como os *felahs* egípcios, um saiote curto, que se alonga apenas quando se trate de dignitários numa cerimónia oficial; as mulheres, porém, aparecem envoltas em largas saias de balão, com o busto muitas vezes descoberto e sobre a cinta muito cingida alteia-se pelas costas acima uma espécie de gola à Médicis ... A feliz aliança dos coloridos, a esbelteza extrema dos vultos, em que chega a haver excesso de preciosismo, e os muitos enfeites: diademas, brincos, pulseiras, anéis de pedras raras, filigranas de oiro — fazem pensar num estado adiantadíssimo de civilização, estranhamente próximo de nós ... Um escritor americano de hoje, Will Durant, não hesita em se exprimir assim: «Só nas grandes capitais modernas seríamos tentados a encontrar alguma semelhança com aquelas modas ...» Logo a seguir, fala — como já se tornou habitual em quem alude à Creta desta época — da famosa *Parisiense,* assim denominada por alguns arqueólogos: a imagem de uma mulher em cuja testa se

enrola um caracol atrevido e que, pelo nariz arrebitado, a boca fresca, o corpete de cores vivas (amarelo, vermelho, azul), o vasto laço audacioso sobre a nuca, mais parece um capricho de Degas, ou de Lautrec ou de qualquer cronista do lápis dos tipos femininos do Paris de 1900.

Realismo impressionante — e *único,* na fase da História em que se encontra: o mesmo realismo, aliás, que se manifesta em determinadas cabeças de animais, colhidas em flagrante, como aquele polvo figurado num vaso barrigudo, de olhos fuzilantes, a mover com elegância insidiosa os seus mil ondulantes braços. E quantas decorações com flores, plantas marinhas, insectos — em que a imaginação e o ritmo se juntam!

Ao mesmo tempo, uma vida comercial intensa e uma série de humildes mas florescentes indústrias — como se adivinham nos bairros comerciais e operários de Gúrnia. E também um avanço inesperado no que diz respeito ao conforto doméstico: sirva para o demonstrar o perfeito sistema de canalização instalado no Palácio de Cnosso, com água corrente e outros aperfeiçoamentos que (lembra saborosamente Daniel-Rops) «Luís XIV ignorará em Versalhes» ...

Pense-se ainda que parece bastante provável estar a escrita cretense — formada de sinais muito breves e claros — na origem do alfabeto fenício, o qual virá a ser, por sua vez, origem do nosso. Pense-se na amplitude que tomam as relações dos talassocratas de Cnosso — senhores do Egeu — com os povos vizinhos: desde o Egipto à Síria, a Chipre, à Ásia Menor, para oriente; e, para ocidente e para norte, à Hélade, onde influem em Citera como na Lacónia, em Delfos como em Corinto, sobretudo na Argólide: Tirinte e Micenas quase são colónias suas. Micenas tornar-se-á mesmo a herdeira de Creta, e prolongará, embora um tanto empobrecido, o esplendor da sua civilização durante cerca de duas centúrias mais ...

Pense-se em tudo isto, e se há quem exalte o «milagre grego» será lícito saudar, antes dele, o «milagre» da Creta minoense, primeiro foco de estranha claridade a levantar-se nos tablados do Mediterrâneo primitivo.

Misteriosamente, uma catástrofe abate-se, por 1400, sobre a ilha dos Minos. Cnosso sofre inteira destruição: ainda se descortinam hoje as colunas fendidas, as traves carbonizadas, as muralhas negras de fumo. O mesmo em Gúrnia, em Zacro, em Palaicastro, em todas as cidades florescentes de que se orgulhava Creta. Que terá sido? Mais um terramoto? Mais uma erupção popular, arrasadora de tudo quanto represente a riqueza e o fausto dos tiranos? Ou uma expedição de Micenas, dominada pelos Aqueus, para suprimir a perigosa rival e monopolizar os caminhos marítimos?

De qualquer modo, os sinais são patentes. O assalto deve ter sido brusco, imprevisto — pois os habitantes da ilha entregavam-se às suas fainas habituais e a chegada da catástrofe colheu-os em plena actividade quotidiana ...

Assim morre a antiga Creta — pátria de Zeus, morada de Europa, erguida, sob a égide dos Minos, a uma altura que marca, nessas idades remotas, um cimo difícil de igualar. Não será justo dizer, como alguém fez: «na história da Civilização, Creta é o primeiro anel da cadeia que liga entre si as diversas culturas da Europa dos primórdios»? E não será admissível a sugestão de que, 600 anos adiante, quando Homero recorda uma distante Idade de Ouro do mundo grego, em que os povos eram mais civilizados e a vida mais requintada e mais culta — se refere à maravilhosa Creta desaparecida? ...

O sonho de Aquenáton

Pouco depois da queda espectacular do império de Creta, o Egipto conhece nova fase de engrandecimento, que já vem do reinado de Totmés III e se prolonga nos de Amenófis II, Totmés IV e Amenófis III. O domínio sobre a Síria mantém-se, o que assegura aos faraós posição de influência do Mediterrâneo Oriental. E as alianças matrimoniais com os países da Mesopotâmia trazem novas amizades e sangue novo à política egípcia. Mas os horizontes turvam-se com o poderio crescente dos Hititas, cujo rei Shuppiluliuma junta sob o mesmo ceptro todos os povos da Ásia Menor e, por intermédio dos príncipes-satélites de Kadesh e Amurru, se apodera também do litoral sírio e dos portos da Fenícia, de Biblos a Tiro.

É quando aparece Amenófis IV, vulto singular de precursor que tenta executar uma revolução de largo alcance, inspirado por um conceito de universalismo fraterno. Talvez seja exagero dizer-se, como certo historiador, que as suas reformas assinalam «um dos momentos mais patéticos do desenvolvimento da consciência humana» — quer pela incerteza quanto à plena sinceridade do faraó, quer pela efémera duração da sua tentativa. Em todo o caso, reconheça-se que se trata de uma experiência audaciosa, obediente a superiores intuitos e de especial relevo na história do mundo antigo.

Amenófis IV visa, para além do imperialismo exclusivamente militar e absorcionista dos soberanos que o antecederam e dos seus congéneres de outras nações, um modelo de regime internacional baseado na unidade religiosa. Para isso, ao culto de Ámon, até aí observado no Egipto e que dá absoluta supremacia ao clero chefiado pelo faraó, directo representante do deus solar, substitui o culto de outro deus, também solar, Áton — que proclama senhor de todos os homens e de todos os povos, não apenas do povo egípcio como Ámon. Muda o seu próprio nome de *Amenófis* (derivado de *Ámon*) para *Aquenáton* (composto com o de *Áton*). Semita pela mãe, ariano pela avó, casado com Nefertiti, princesa do Mitani, as influências asiáticas e nórdicas inspiram-lhe ideias e processos bem diversos dos tradi-

cionais do seu país. Umas e outros se concretizam na afirmação resoluta de um monoteísmo que é, decerto, avanço notável para a época. Proclama a igualdade de todos os seres humanos perante Áton — considerado como puro espírito e não já identificado com as forças elementares da Natureza. Esse deus paternal e tutelar não deve ser temido, mas amado. Os governantes devem ter como objectivo a felicidade dos súbditos e o convívio com os habitantes de qualquer reino, já que todos são irmãos. Assim, contra hábitos e preconceitos que vêm de longe, Aquenáton procura moderar privilégios de casta e temperar a xenofobia excessiva: acolhe os estrangeiros nos seus domínios e abre a gente de todas as condições o acesso dos cargos públicos. Promove a edificação de cidades e a melhoria do nível de vida das populações. O estilo social que prevalece sob o seu reinado é de maior liberdade sem deixar de ser de rigorosa observância das normas morais — até no campo da arte, que tende para um realismo espontâneo sem deixar de ser orientada por uma ética firme. Transfere-se a capital de Tebas para El-Amarna, mais a norte; e a nova metrópole constitui um centro de luxo discreto e de elegância simples — embora dentro de uma atmosfera sumptuosa, visto ali afluirem as riquezas consideráveis do império.

O passageiro esplendor da era de Aquenáton — que mal chega a durar duas décadas (1370-1352) — tem, no entanto, o seu reverso. Ou o soberano seja, acima de tudo, um idealista sistemático (e parece prová-lo a sua obstinação em conservar a paz com os Estados vizinhos, mesmo quando esses Estados tomam iniciativas perigosas); ou seja, também demasiado fraco no que diz respeito aos interesses políticos e à defesa estratégica do Reino — o certo é que na última fase do seu governo desenvolve-se uma crise gravíssima para o Egipto, em cujas fronteiras as potências rivais se fortalecem e as ameaças se acumulam. Nada opõe às incursões dos Hititas e dos seus aliados nas planuras sírias: o delegado que ali envia reconhece, com dócil complacência, as conquistas efectuadas pelas tropas de Amurru. Sublevam-se na Palestina os beduínos, que atrevidamente ocupam Megido, e a seguir Jerusalém — porque do Egipto não chegam a tempo os socorros pedidos pelos habitantes de ambas as cidades. Assiste depois Aquenáton sem reagir ao esmagamento do Mitani, com o qual estabeleceu aliança, pela coligação de Hititas e Assírios. Enfim, tudo confirma o juízo severo de João Remígio Palanque: quer «substituir a um império guerreiro e diplomático um internacionalismo pacifista». E, como tantas vezes tem sucedido, a natureza das coisas vinga-se da utopia obstinada: o sonho de Aquenáton, o belo sonho de uma espécie de monarquia universal sob a égide dos faraós nem mesmo se sustenta até o fim da sua existência — e rapidamente se desmorona logo após o seu desaparecimento.

Não se regateará, contudo, a homenagem devida a esse *antecipado* de há mais de três mil anos que concebe e faz todo o possível por criar um mundo alicerçado na irmandade humana e na bondade divina. Sob este

aspecto, compreende-se o entusiasmo do historiador mencionado ao abrir deste capítulo, quando, numa sombria paisagem de lutas sem fim, depara bruscamente o parêntesis de monoteísmo fraterno instituído, muito de relance embora, pelo fundador de El-Amarna — capital efémera de um efémero modelo de civilização quase perfeita.

Moisés e a marcha para Canaã

Após a morte de Aquenáton, ao qual sobrevive por alguns anos Nefertite, e após os breves reinados sem interesse de Ai e Tutancámon, o clero eleva ao trono o general Horemhebe, valoroso chefe do exército. A XIX dinastia nasce sob o signo da guerra: a Horemhebe sucede outro militar de renome, Ramsés I. Séti I, seu filho, retoma a iniciativa para oriente, apossa-se novamente da Palestina, avança na Fenícia até à zona de Tiro. A seguir, Ramsés II continua nos mesmos rumos e consegue um pequeno êxito sobre os Hititas diante de Kadesh. Mas não se trata de êxito definitivo; e, assustados com o poderio assírio que se torna ameaçador, Egípcios e Hititas estabelecem aliança. Mineptá, que se segue a Ramsés II, tem de fazer frente a uma invasão de árias vindos da Líbia e pode-se dizer que no seu reinado a decadência do império dos faraós inexoravelmente se acentua.

Presume-se ser no tempo de Mineptá que se regista um acontecimento de vulto: a saída dos Israelitas do Egipto, onde os vimos instalar-se na era dos Hixos, cerca de Ávaris, graças ao valimento de José, filho de Jacob, junto do imperador. Ao morrer, Jacob profetiza o regresso do seu povo à terra de onde veio. E quando os faraós de Tebas se impõem aos Hixos invasores e os expulsam, é natural que não vejam com bons olhos os Hebreus, amigos dos seus inimigos. Gradualmente, a perseguição ao povo de Israel agrava-se. Até que o forte impulso nacionalista chega ao ponto de levar o soberano a ordenar que sejam lançados ao Nilo os recém-nascidos de raça hebraica.

Uma jovem mãe israelita, sem se resolver a atirar ao rio o filho que deu á luz, resolve dispô-lo num berço flutuante e colocá-lo no lugar onde costuma ir banhar-se a filha do faraó. Descobre-o a princesa, enternece-se, toma-o sob a sua protecção e chama-lhe Moisés — «salvo das águas». Surge assim na história de Israel, tocado de flagrante predestinação, um dos seus grandes vultos.

Moisés tem um temperamento enérgico e nada o detém no cumprimento do dever. Sente-se desolado e indignado ante os maus tratos que os compatriotas sofrem. Certo dia, abate por suas mãos um egípcio que, nas vastas construções faraónicas, agride um trabalhador hebreu. Condenado à morte, refugia-se na terra de Mádian, para lá da fronteira, onde lhe fazem bom acolhimento. Constitui família, apascenta rebanhos que lhe pertencem. No

entanto, longe de se deixar amolecer na vida confortável, medita entre os silêncios das largas solidões e invade-o a ânsia de libertar a gente de Israel. Deus escuta-lhe o apelo e escolhe-o para a missão a que aspira, como escolheu outrora Abraão. Em pleno ermo, de uma sarça em chamas que o fogo não consome, ergue-se a divina voz e confia-lhe o encargo de pôr fim ao cativeiro. Desde aí um halo de sobrenaturalidade rodeia-o e designa-o. Volta a entrar no Egipto. Procura obter licença para a saída dos Israelitas. Não acede o faraó, pois, embora hostil aos estrangeiros, necessita de escravos para as gigantescas edificações que empreende. Então, Moisés pede o auxílio do Céu — e uma sucessão de flagelos cai sobre o território egípcio. As águas do Nilo tornam-se da cor do sangue. Chusmas de rãs, de mosquitos, de escaravelhos, invadem os lares, até o palácio imperial. Epidemias malignas atacam os homens, dizimam os gados. Bátegas de granizo arruínam as searas. Nuvens de gafanhotos cobrem as extensões e tudo assolam e devoram. Uma escuridão opaca enche as populações de terror durante largo período. Por fim, anuncia Moisés que o Senhor passará certa noite e tirará a vida a todos os primogénitos das famílias egípcias, enquanto os de Israel serão poupados.

Largo tempo resiste o faraó, até que, perante tais calamidades, acaba por consentir na partida dos Hebreus. E principia o Êxodo — no tempo de Mineptá, em 1225, segundo as mais fortes presunções, e não, como determinada corrente preferiria, em 1440, 200 e tantos anos atrás.

A multidão israelita — avaliada, de acordo com os números prováveis, em 40 ou 50 mil pessoas, bastante menos do que as 600 e tantas mil que o Velho Testamento menciona — parte, atrás de Moisés, outra vez em busca de Canaã. À sua frente, julga ver o próprio Deus a guiar-lhe os passos, sob a forma de elevada coluna de fumo — que, ao cair da treva, se transforma em coluna de fogo. É um povo inteiro que se desloca e sobre o qual paira invisível protecção. Bem o sente quando, arrependido, o faraó corre a perseguir e a deter os fugitivos e Moisés, serenamente, num gesto de seu braço poderoso, faz que se abra o mar Vermelho para lhes dar passagem — e que de novo se feche, implacável, sobre as tropas egípcias, sumidas para sempre no abismo.

Quarenta anos ficam os Israelitas no deserto — onde Deus, sobre o monte Sinai, aparece a Moisés, promete que serão o Povo Eleito se lhe guardarem fidelidade inalterável e revela os mandamentos do Decálogo e as Leis fundamentais a observar. Há, nessa fase de enervante expectativa e de longas apreensões, jornadas difíceis de revolta, de impaciência, de recaídas bruscas na idolatria — tributos da humana fraqueza no confronto com as duras tarefas do cumprimento de um destino exigente. Moisés tudo domina, com sua força inspirada e sobranceira. E a marcha retoma, até que já se divisam as promissoras terras férteis de Canaã. Tudo domina Moisés, apenas não se domina a si mesmo, na hora em que, possuído de orgulho, teima em fazer brotar água de um rochedo inerte graças ao próprio poder — e se

vê ferido pela divina justiça: não entrará com os seus na terra desejada; morrerá com os olhos fitos nessa nova pátria que, ante a vista embaciada, se dissolve como aérea miragem ...

Sobe ao monte Nebo, um dos mais altos cumes da serra de Moab, exalta o Todo-Poderoso em palavras ardentes, lança um último olhar a Canaã alcançada e perdida, e sai do Mundo depois de entregar a chefia a Josué, digno dela pelo valor já manifestado nas lutas contra os Amalecitas.

Cumpriu a sua missão. Revelou ao povo hebraico o *nome* — melhor: a essência — de Deus, que de si mesmo lhe disse: *Sou Aquele que é,* quer dizer, Aquele que sempre existiu e existirá, sem presente, nem passado, nem futuro — eterno por sobre a sequência dos tempos. E deixa as Tábuas da Lei guardadas na Arca da Aliança — lição e caminho para os homens de boa vontade.

Esplendor de Israel

Agora, há que conquistar Canaã, defendida pelos seus habitantes e onde os Filisteus, refugiados e fortificados pouco antes na parte meridional da Palestina depois que Ramsés III os afugentou do Egipto, constituem adversários temíveis, pela disciplina autoritária dos comandos e pela bravura dos combatentes, dotados de agressivos carros de combate. A esses somam-se os beduínos do deserto, que operam frequentes incursões, e outros grupos e tribos de irrequieta vizinhança: Amonitas e Moabitas a norte, Edomitas e Amalecitas a sul. Um anel hostil rodeia de perigos ingentes a cobiçada terra em que se concentram as ambições e os sonhos de Israel.

Josué possui, de facto, as qualidades indicadas para esta nova fase — fase guerreira por excelência. Logo o demonstra na tomada de Jericó, guardada por fortes muralhas e que, todavia, cai nas suas mãos. Em torno da praça sitiada um cortejo passeia a Arca da Aliança entre clamorosos toques de trombetas, durante sete dias. E as fortes muralhas desmoronam-se. Uma vez ainda, Deus esteve com o seu povo, interveio na hora decisiva.

O valor pessoal de Josué ilustra-se melhor ainda naquela noite em que se dirige, à frente das tropas, em socorro dos Gabaonitas e desbarata os adversários num ataque fulminante, a coberto da luz dúbia da madrugada. Tanto assim que, no deslumbramento pela vitória já colhida em pleno esplendor solar e pelo dia longo que lhe sucede, o poema inserido no texto bíblico atribuirá ao chefe hebreu o prodígio de ter feito parar o Sol no alto, a uma simples ordem sua, sob as aclamações dos homens que levou ao triunfo ...

E a gesta prossegue, enquanto se sucedem outros chefes — os *Juízes* — postos no comando de uma ou de várias tribos, ao sabor das campanhas. Assim Gedeão, vencedor dos Madianitas; assim o vencedor dos Amonitas,

Jefté; assim o lendário Sansão, capaz de estrangular leões nas mãos de ferro, de matar filisteus aos centos ou aos milhares, de desmantelar as pesadas portas de Gaza, e apenas submetido pelo ardil da traiçoeira Dalila, que lhe corta a espessa cabeleira, origem das suas forças desmedidas; assim, na altura em que os Filisteus oprimem os Israelitas, o virtuoso Samuel, sob cuja direcção o jugo é sacudido, se recupera a Arca da Aliança arrebatada pelos invasores e se conhece um período caracterizado pela equidade e pela justiça.

Cada vez mais, amadurecido por tantas provações e tantos combates, fixado à terra e organizado em quadros estáveis, Israel tende a converter-se, de simples conjunto de tribos errantes, em nação una e soberana; e pede que lhe seja dado um rei — para o governar na paz e na guerra. Hesita primeiro Samuel em aceder, até que dos Céus recebe a ordem divina. E traça o sinal da unção sobre a fronte de Saul, figura imponente e prestigiosa.

Reina Saul durante cerca de três décadas — de 1040 a 1012. Ajudado por seu filho Jónatas, trava numerosas batalhas contra os Amonitas, os Moabitas, os Edomitas, os Arameus, com êxito manifesto. O orgulho arrasta-o, porém, a atribuir-se funções sacerdotais e a violar as regras intangíveis. Samuel ergue-se, condena-o, pronuncia o seu decaimento. E, de acordo com outra misteriosa ordem que Deus lhe significa, unge novo rei, o pastor David — cujo nome equivale a «bem amado do Senhor». Saul, a princípio, seja por medo ou por astúcia, traz David para junto de si. Mas quando o jovem pastor obtém sobre o gigante filisteu Golias memorável e incrível triunfo, os ciúmes envenenam-no, impelem-no a votar-lhe surda hostilidade. Encarrega-o das missões mais arriscadas. Tenta criar-lhe problemas insolúveis. Deus, todavia, protege sempre o «bem amado». Mesmo a filha mais nova de Saul se apaixona por ele, se torna sua mulher e o livra de ciladas e conjuras.

Por fim, David erra, fugido à perseguição régia, forma uma legião, bate-se aqui e além contra bandos opostos. Um dia, quando, numa refrega com os Filisteus, Saul põe termo à vida nos montes de Gilboé — vêm trazer-lhe a coroa e o bracelete, insígnias da soberania. Na mesma refrega sucumbe o valoroso Jónatas, filho de Saul.

David chora nobremente os dois mortos — como homem e como poeta, o poeta veemente e altíssimo dos *Salmos*. Aclamam-nos em Judá, enquanto o Norte da Palestina obedece a outro filho do rei falecido, Ischbaal, tutelado pelo ambicioso general Abner. Dentro de pouco, ambos desaparecem — e o novo monarca é por todos reconhecido. Até então, o seu centro de governo foi Hébron, entre Gaza e o mar Morto. Agora, quer adoptar uma capital mais bem situada e mais ampla. E decide-se pela cidade de Jerusalém, baluarte dos Jebusianos, erguida sobre três colinas, entre as quais Sião tem a primazia. Auxilia-o um sobrinho, Joab, e dela se apodera em 1005. Constrói um palácio que suscita geral admiração. Reata a campanha contra os

Filisteus e assegura o domínio sobre as planuras do Édrelon. Ganha deste modo acesso ao mar. Manda vir para Jerusalém a Arca da Aliança. Sob a sua égide, alarga Joab o reino, tanto em direcção ao Eufrates como em direcção ao Sinai. Cria verdadeiramente, a par da unidade do Estado, uma administração aperfeiçoada e um exército apto a satisfazer exigências dia a dia maiores.

Os últimos anos de David são amargurados pela rebeldia de Absalão, seu primogénito, abatido por Joab com um golpe de espada, apesar da vontade de clemência do soberano. Antes de fechar os olhos, designa como herdeiro do trono o filho preferido, Salomão — que lhe deu Betsabé, antiga esposa do oficial hitita Urias.

Cinge Salomão a coroa num momento feliz — no preciso momento em que Israel se adianta com maior brilho na cena da História, não só devido ao feliz reinado de David mas porque se regista o colapso transitório dos potentados assírios, a braços com as hordas dos Arameus — e também do Egipto, dividido entre os reis de Tanis e os de Tebas, vítima de nova incursão de Líbios que, com Sheshonq I, fundam a XXII dinastia. Assim, as circunstâncias favorecem a hegemonia israelita na faixa sírio-palestiniana.

A seguir ao rei-soldado que David soube ser, Salomão grava a figura do rei-edificador. Magnificente, aplica-se a sobressair em plena glória, a converter-se em imagem de riqueza e de grandeza. Todas as ambições se acumulam no seu génio insaciável. Organiza o Estado à maneira oriental, sob um poder absoluto; mas organiza-o na paz e na justiça, com generosidade magnânima. A sua sabedoria, o seu desígnio de garantir ao povo todos os benefícios de um governo exemplar, rendem-lhe larga e bela fama — levantam-no, em toda a parte, como raro modelo de príncipes. Trata de viver nas melhores relações com os países vizinhos. Quanto ao Egipto, a sua diplomacia firma o bom entendimento com os novos senhores: toma até por esposa uma filha do faraó Psonsenés — o qual, em sinal de amizade, lhe oferece a cidade de Guézer, último baluarte dos Cananeus, conquistada pelas suas tropas. Quanto aos Fenícios, estabelece afectuosos laços com Hirão, rei de Tiro, que lhe manda arquitectos para edificar em Jerusalém um templo sumptuoso e lhe fornece navios e pilotos. Pode assim explorar as costas do Mediterrâneo e, através do porto de Asiongaber, à entrada do golfo de Elana, desenvolver frutuoso comércio com o remoto «país de Ofir», no Oriente, de onde chegam preciosidades sem conta, ouro, marfim, pedrarias, essências aromáticas — e de onde virá, num cortejo de fausto inexcedível, a soberba e longínqua Balkiss, rainha de Sabá ...

É sobre esta visão deslumbrante que atinge o seu auge a era de Salomão. Nunca Israel subiu a tal plano de opulência e engrandecimento material. Na evolução histórica dos velhos impérios do Mediterrâneo alcança, nessa hora, a maior altura. Para além, espera-o inevitável declínio. O que não quer dizer que também o não espere missão de excepcional alcance — a

cumprir muito mais tarde, nove séculos depois da passagem de Salomão pelo Mundo ...

Os Fenícios, navegadores e descobridores

Enquanto Saul, David e Salomão, durante a centúria que os seus reinados mais ou menos somam (1040-935), elevam à culminância o prestígio de Israel — outro povo se aproveita do «parêntese histórico» durante o qual a ausência dos poderes egípcios e hititas se faz sentir no litoral sírio, e toma dentro de pouco maior predomínio no Mediterrâneo. Povo aliás vizinho da Palestina e que tem com os soberanos israelitas, sobretudo nos princípios do século X, as melhores relações — especialmente quando se estabelece a amizade já referida entre Salomão de Jerusalém e Hirão de Tiro.

Data de muito atrás, dos começos do terceiro milénio (cerca do ano 2800) a chegada dos Fenícios à região entre o litoral e os montes do Líbano, onde fundam várias cidades: Arad, Biblos, Beirute, Sídon, Tiro, Ugarit, frente a Chipre. A que primeiro adquire nomeada é Biblos, famoso mercado de papel, com a qual os faraós estreitam laços comerciais intensos. Depois, Sídon, que entre os séculos XV e XIII exerce a hegemonia. Mais tarde, arruinada Sídon por ataques de piratas helénicos, a hegemonia passa para Tiro.

Os Fenícios — semitas vindos, ao que dizem uns, da Caldeia, ou, como se afigura mais provável, das cercanias do mar Vermelho, e cujo nome deriva da palavra grega *Phonikes* (homens de cor avermelhada), pelo facto de serem fortemente queimados do sol — são, acima de tudo, comerciantes e marinheiros: marinheiros porque comerciantes, porventura os melhores da Antiguidade. Possuem conhecimentos extraordinariamente avançados das rotas oceânicas e da arte da navegação. Nos barcos ligeiros e esbeltos, construídos com as excelentes madeiras do Líbano, executam os seus périplos dentro do maior segredo — tanto assim que se contam histórias singulares de pilotos fenícios que preferem deixar-se encalhar ou afundar para não fornecer a nautas de outros povos indicações acerca dos rumos que seguem ou dos objectivos que buscam. Os seus deuses são designados por «Senhor» e «Senhora» — Baal e Baalit. Cada cidade tem deuses próprios: o de Biblos é Adónis; o de Sídon, Astarot ou Astarte; o de Tiro, Melkart, guerreiro sempre vitorioso.

Não chegam, aliás, a ser uma nação, nem o pretendem sequer: contentam-se com uma série de cidades independentes entre si, unidas apenas pela origem, pelas crenças, pelos interesses, governadas por magistrados temporários — os *sufetas* — que representam, antes de nada, a plutocracia dominante. Correm os mares, tratam de adquirir e vender mercadorias, fundam colónias, muitas vezes instaladas em concessões obtidas dos soberanos locais (como o bairro que os faraós lhes concedem em Mênfis), ou sob a forma de

meros entrepostos, com armazéns, oficinas e fortalezas rudimentares para defender-se. Mostram verdadeiro génio comercial e tanto negoceiam por mar como por terra. É aí que está a maior fonte das suas riquezas — pois trazem de longe os produtos mais diversos e mais raros: o incenso, a mirra, o ébano, o marfim da Arábia; perfumes do Oriente do Egipto; cobre, mármores, púrpuras da Síria e das ilhas gregas; tecidos, tapetes, pedras preciosas da Assíria; e o estanho, da maior importância para a fabricação do bronze, que vão procurar às margens do Nilo e do Eufrates. A par do comércio, a indústria, em que são também eméritos, sobretudo quanto a jóias, cinzeladuras em metal, armas decorativas, marfins rendilhados, trabalhos em vidro, cerâmicas, perfumarias, tecelagem ... Ao mesmo tempo, edificadores consumados e, como tais, a cada passo lhes solicitam os serviços poderosos soberanos estrangeiros: já os vimos erguer o templo magnífico de Salomão em Jerusalém; e constroem esquadras para o filho de David. Se tem a sua origem porventura na Creta minoense, nem por isso o alfabeto deixa de ser principalmente invenção dos Fenícios — pelo menos na medida em que simplificam a escrita, até aí demasiado complicada e figurativa, graças à escolha de 22 pequenos sinais fáceis de traçar, que servem para compor todas as palavras.

Tudo isto lhes dá, além de brilhante prosperidade, real saliência entre os povos do Mediterrâneo oriental, ao abrir do primeiro milénio. O que torna, porém, decisivo o papel que desempenham é a amplitude da sua expansão a todas as costas, não só do oriente mediterrânico mas também do Mediterrâneo ocidental — que são os primeiros a acordar para novos convívios e destinos.

Durante o período inicial da sua instalação no litoral libanês, os Fenícios quase se reduzem a satélites do Egipto: é quando Biblos floresce, em constantes relações com o império dos faraós. Pouco a pouco, os seus dons de actividade laboriosa e mercantil, impedidos, pela vizinhança de grandes Estados, de se expandir por caminhos terrestres, ensaiam os caminhos marítimos — lançam-nos aos longos e aventurosos cruzeiros.

Durante o período de Sídon, entre o XV e o XIII séculos — ainda, aliás, sob a égide faraónica — esses cruzeiros permitem-lhes colonizar Chipre e Rodes, firmar-se nos portos da Cária e da Cilícia (Ásia Menor), colher nas ilhas do Egeu valiosas matérias-primas: o mármore de Paros, o ouro de Tasos, o enxofre e a pedra de alume de Melos, a púrpura de Citera e de Creta. Exploram as minas da Trácia, embrenham-se no mar Negro até à zona do Cáucaso, onde compram estanho, prata, escravos. Tocam na maioria dos portos gregos — e até, segundo a lenda, Cadmo, irmão de Europa, é o fundador da cidade de Tebas, na Beócia.

Quando as armadas helénicas logram expulsar os Fenícios das suas águas e os Filisteus, atraídos pela opulência de Sídon, a assaltam e destroem, chega a vez a Tiro de exercer o primado.

E a expansão continua: desta vez, porém, talvez porque os navegadores de Tiro são mais ambiciosos e audazes, continua muito para oeste. Da Grécia, passam à Sicília, da Sicília a Malta, de Malta às terras de África, onde fundam, em 1100, Útica — e mais adiante Adrumeto (hoje Susa). Fixam-se, ainda, na Sardenha, nas Baleares e no Sul da Gália estabelecem vários entrepostos: entre eles o que Pompónio Mela indicará como *Portus Veneris* (Porto de Vénus), hoje Port-Vendres. Seguem pela costa africana e só param no estreito de Gibraltar, que intitulam *Colunas de Melkart* embora os Gregos o designem por *Colunas de Hércules*. Do lado fronteiro ao africano deparam o famoso reino de Tartessos, que chamam Társis (hoje correspondente, mais ou menos, à Andaluzia) e os centros de seu domínio em tais paragens são Malaca (Málaga), Hispalis (Sevilha), Melcarteia (Algeciras) e Gades (Cádis), em frente de Lixo (El Arich), na costa de África, já para além do estreito.

De certo modo, nesta altura, o Mediterrâneo é quase um lago fenício — já que as velozes embarcações de Tiro o sulcam de ponta a ponta e em toda a parte encontram, abertos ao seu comércio, colónias, feitorias, povos amigos. O facto de os inspirar sobretudo o espírito mercantilista não pode fazer-nos esquecer a que ponto os nautas partidos das praias do Líbano merecem o honroso título de civilizadores — pela maneira como intensificam e propagam ideias, descobrimentos científicos, formas de arte, normas de vida social.

Acima de tudo, cabe-lhes a prodigiosa missão histórica de despertar e pôr em activa comunicação as duas metades do Mediterrâneo — quando os seus navios atam fecundos laços entre a metade oriental e a metade ocidental. Talvez nem chege a ser exagero a síntese de Jacques Pirenne:

«O descobrimento do Ocidente pelos Fenícios no Século Undécimo antes de Cristo abre na História da Antiguidade uma era nova, como o descobrimento da América nos fins do século XV da nossa era virá a marcar na História da Europa a alvorada da época moderna.»

Com os Fenícios, que realmente acordam e solidarizam todo o contorno do Mediterrâneo, de Tiro a Gades, da Gália às plagas africanas — uma era nova, de facto, começa. Essa nova era que fará subir à cena um novo protagonista: a Civilização grega.

A GRÉCIA OU O HUMANISMO PAGÃO

No que diz respeito à Grécia, poderá afirmar-se com verdade: *Ao princípio era o Mito*. Incertos sobre a nebulosa das origens, os imaginativos

helenos enchem-na de lendas e de fábulas. Uma vez mais, aqui, a Mitologia, embora em certa medida a desfigure, acaba por anunciar e mesmo resumir a História. *Ao princípio era o Mito.* Nos mitos que prodigamente cria logo se encontra esse intenso e pitoresco génio grego cujo aparecimento na cena do Mediterrâneo primitivo buscamos agora surpreender.

Tudo começa pelo estranho desfile dos mitos — deuses, monstros, heróis ... O poema de Hesíodo (se a *Teogonia* não é antes obra de um discípulo seu) atribui sistematização engenhosa a esse mundo confuso e revolto onde as personagens são tantas que o próprio autor declara «não haver mortal algum que seja capaz de as enumerar todas» ... Outro poeta das velhas eras usa uma imagem expressiva: declara que a natureza está de tal modo repleta de símbolos divinizados e de espíritos benignos ou malignos que entre eles nem há espaço bastante para introduzir uma espiga de milho ...

Inumerável multidão — em que todos os elementos, todas as forças naturais, todos os cambiantes, todos os mistérios se acham representados por entidades mitológicas ou por alegorias subtis. Por isso a Teogonia é simultaneamente Cosmogonia, Epopeia, História, Ética — já que abrange o conjunto das crenças, das disciplinas, das gestas e dos costumes.

Entre os deuses e os heróis

Primeiro — na versão de Hesíodo — surgem, do caos inicial, a Terra (Geia), o Érebo e a Noite. Depois, é o Céu (Úrano), de cuja aliança com Geia nascem os Titãs. Crono (o Tempo), um dos Titãs, sublevado contra Úrano, impera por seu turno e tem de Reia um filho: Zeus. À avidez de Crono, que devora todas as criaturas, Reia consegue fazer escapar Zeus, refugiado, como atrás se viu, nas serras de Creta. Será ele o soberano e o pai dos deuses, que derruba Crono, triunfa valorosamente da conjura dos Titãs e reina sem nenhum poder que se atreva a fazer-lhe sombra — embora reparta a soberania com seus irmãos: Posídon, senhor dos oceanos, e Hades, dominador das entranhas da Terra.

Filhos de Zeus, alguns, graças às suas numerosas uniões com várias companheiras do Olimpo ou mesmo com mulheres escolhidas entre os mortais; outros de origem diferente — um enxame de deuses paira sobre a Hélade. Deuses do Ar: o fulgurante Apolo, personificação do Sol, gerado por Leto, a Noite; Hera, que representa a limpidez do céu; Hermes, o dispensador da chuva fecundante; Ártemis, também gerada por Leto, virgem caçadora, imagem da Lua. Deuses da Terra: Pã, a natureza encarnada; Deméter, símbolo da fertilidade; Perséfone ou Prosérpina, sua filha, a seiva que vibra nos troncos e nas searas; Dioniso, príncipe das vinhas, acompanhado

pelo ébrio Sileno e pela sua corte de Ménades e de Sátiros; as Ninfas, em quem se exprimem a beleza e a sedução do mundo vegetal, quer sejam as Oréades e as Dríades dos bosques quer as Náiades dos ribeiros. Deuses do Mar: ao lado do majestoso Posídon, que se compraz em excursões pelo mar alto, Anfitrite, que prefere as zonas litorais; Tétis, fixada junto à foz dos rios — e uma turba movimentada de Nereides, Ondinas, Oceânides e Tritões que povoam as imensidades marítimas com seus bailados e folguedos. Deuses subterrâneos, sob o comando do sinistro Hades: o horrendo Cérbero, com suas feias três cabeças, de guarda à região dos mortos; as Parcas, incansáveis fiadoras que desenrolam e abreviam os humanos destinos — com a roca nas mãos de Cloto, Láquesis a fazer girar o fuso e Átropos a cortar o fio da vida; depois, emoldurado em chamas, Hefesto, empresário das forjas infernais, que vomita fogo pelas crateras dos vulcões e tem às suas ordens a legião dos Ciclopes. Enfim, os deuses das grandes actividades humanas: Atena — a Ciência; Ares — a Guerra; Afrodite — o Amor, seguida pelo seu filho Eros, o Desejo, e pelas três Graças; o próprio Apolo que, por ser a soberana luz, preside ao coro das nove Musas, inspiradoras das Artes — Clio (a História), Melpómene (a Tragédia), Tália (a Comédia), Euterpe (a Música), Terpsícore (a Dança), Érato (a Elegia), Calíope (a Epopeia), Urânia (a Astronomia), Polímnia (a Eloquência). E, de um modo geral, os valores morais têm o seu delegado olímpico: o poder, a autoridade paternal, em Zeus; as virtudes familiares, em Héstia, guardiã do fogo sagrado; a castidade, em Ártemis, pura e esbelta adolescente; a justiça, em Témis, munida da sua balança que pesa o bem e o mal; a expiação, em Némesis, a quem cabe punir o erro e o crime ...

Isto sem falar na multidão das divindades subalternas — entre as quais ocupam lugar de relevo os heróis fabulosos.

São, aliás, esses heróis — quase sempre de costela divina — os fundadores de cidades, que se tornam alvo de cultos locais depois de se haverem notabilizado graças a prodigiosos feitos. Aqui, também, o Mito toma conta da História — cerca de belas ficções os acontecimentos memoráveis: batalhas, descobrimentos, conquistas de povos invasores, até fenómenos geológicos. Tudo serve para construir narrativas extraordinárias, que os cantores ambulantes propagam e as gentes escutam com apaixonada credulidade.

Eis Deucalião, filho do Titã Prometeu, e Pirra, sua mulher, que escapam numa arca ao dilúvio ordenado por Zeus e abordam ao cimo do Monte Parnaso, onde constituem o núcleo de uma humanidade nova. De Heleno, que de ambos descende, descendem por sua vez Doro, Éolo, Aqueu, Íon — patronos das quatro tribos dos Dórios, dos Eólios, dos Aqueus e dos Jónios. Atenas será fundada por um dos descendentes de Íon, Cécrope, com a ajuda da deusa da Sabedoria, cujo nome é dado por ele à própria cidade.

Eis o fenício Cadmo, irmão de Europa, que funda Tebas, após longa e infrutífera pesquisa sobre o paradeiro da princesa raptada — ante uma ordem imperiosa recebida dos oráculos. Em Tebas se desenrolará a trágica aventura de Édipo, filho do rei Laio, predestinado ao parricídio, que comete sem saber quem é o homem caído sob os seus golpes — e ao incesto, para o qual o arrasta a gratidão dos compatriotas, ao atribuir-lhe a coroa e ao impor-lhe o casamento com a própria mãe, a rainha Jocasta. Édipo, vítima da fatalidade, vencedor da Esfinge e que, desesperado ao conhecer o abismo a que desceu, se condena à cegueira voluntária e acaba miseravelmente, a errar pelos descampados e pelos montes, guiado pelo carinho estóico de sua filha Antígone ...

Eis agora Perseu, filho de Zeus e de Dánae, princesa de Argos, mandado pelo rei de Serifos a atacar a terrível Medusa, com sua cabeleira de serpentes e seu olhar fatal que petrifica os homens. A protecção dos deuses concede-lhe a faculdade de se tornar invisível e assegura-lhe armas eficazes. Corta a cabeça da Medusa, monta no cavalo alado — o Pégaso — nascido do sangue do monstro, corre terras sobre terras, vitorioso de todos os adversários, e liberta a princesa Andrómeda, que toma por mulher.

Eis Belerofonte, venerado em Corinto, a quem Atena oferece o Pégaso abandonado por Perseu, que vence também outro monstro — a Quimera, com cabeça de leão donde saem labaredas — e vem a desposar a filha do rei da Lícia, a cujo trono ascende.

Eis Jasão da Tessália, navegador emérito, que se apossa do precioso *Tosão de Ouro,* confiado à guarda de um medonho dragão, junto ao Cáucaso — à frente de 50 companheiros embarcados no navio Argo e que por isso se chamarão os Argonautas. Casa com Medeia, filha do rei da Cólquida, cujas artes mágicas tanto o auxiliaram na conquista do *Tosão de Ouro.*

E o mais célebre de todos, Héracles, filho de Zeus e Alcmena, de coragem e vigor desmedidos, que executa as lendárias 12 proezas: estrangula nas suas mãos de ferro o leão de Nemeia; corta de um só golpe as nove cabeças da hidra de Lerna; captura vivo o javali de Erimanto; abate com frechas certeiras os pássaros de ferro do lago Estinfalo; apanha, numa corrida que dura um ano, a corça dos pés de bronze; limpa num só dia as imensas cavalariças do rei da Élida, Augias, pelas quais faz passar o rio Alfeu, desviado do seu curso; submete o touro selvagem de Creta: castiga Diomedes, rei da Trácia, que alimenta os cavalos com carne humana; triunfa, no Oriente, das temíveis Amazonas; domina o gigante Gérion e arrebata-lhe os seus rebanhos de bois vermelhos; apodera-se das maçãs douradas do jardim das Hespérides, em África, onde aproveita o ensejo para ajudar o gigante Atlas a suportar o globo sobre os ombros; desce aos Infernos e de lá traz, acorrentado, Cérbero, o cão de três cabeças que lhes defende o acesso ... Mais ainda: afoga nos braços o gigante Anteu, liberta Prometeu amarrado no cimo do

Cáucaso, liquida o colossal e feroz bandido Caco. Apenas sucumbe quando sua mulher Dejanira lhe manda de presente a túnica do centauro Nesso, que lhe sucumbiu às mãos: ao vestir essa túnica, alucinado com dores, consome-se num incêndio ao cimo do monte Eta. Não se esqueça que numa das suas deslocações Héracles abre, com uma pancada formidável, o estreito que liga o Mediterrâneo ao Atlântico. Os dois promontórios que o feito provoca serão designados, em sua honra, por *Colunas de Hércules.*

Eis, para terminar, Pélope, filho de Tântalo, que o quer imolar a Zeus. Mas Zeus ressuscita-o, pune Tântalo com o tormento da eterna fome e da eterna sede. Pélope casará com a filha do rei da Élida — e dará o nome ao Peloponeso. Seu filho Atreu reina em Micenas e terá como próximos descendentes Menelau e Agamémnon.

Mas com estas duas conhecidas personagens outros horizontes se descerram: surge diante de nós o mundo homérico ...

O cerco de Tróia, início das lutas entre Oriente e Ocidente

Quer se trate de simples compilações de relatos lendários ou dos cantos épicos de bardos errantes, quer das obras do poeta cego venerado como ascendente pelos aedos de Quios — o certo é que os poemas atribuídos a Homero marcam lugar único na história universal das Literaturas e dão-nos o vasto e completo painel dos primórdios da Civilização Grega, na era dos Aqueus. Tanto a *Ilíada* como a *Odisseia* — ainda que a segunda pareça de época mais recente do que a primeira — oferecem-nos os aspectos mais salientes dessa civilização e podem considerar-se as melhores fontes de informação sobre ela e, na frase de Maurício Croiset, «as educadoras fundamentais do Povo Grego».

Antes de mais nada, dão-nos a sua rica e variada galeria de figuras singulares: os chefes enérgicos e decididos, os guerreiros de coragem fantástica, as mulheres intensamente amorosas. Pela primeira vez os heróis, mais ou menos cercados de auréolas fictícias, embora continuem a pairar em desmedidas alturas, revelam a sua humanidade através de flagrantes sentimentos de ódio e de cólera, de afecto e de receio, de ambição e de perfídia. São homens como os outros, apesar de envolvidos em lances excepcionais: vêmo-los a deliberar com os camaradas de armas, a lavrar os campos, a sofrer por amor ou por ciúme, assim como as suas companheiras. Homens e mulheres tornam-se mais claros expoentes de força ou de beleza. E todos vibram humanamente — quer nas cenas de violência, quer nas de ternura. A cada passo, nas páginas de Homero, é de notar a perfeita naturalidade com que se mata — e a frequência com que se chora, de dor ou de alegria.

Galeria psicológica e romanesca. E, também, série de notas políticas e sociais, que nos mostra os soberanos dos pequenos Estados a exercer autoridade indiscutida, a intitular-se descendentes dos deuses para melhor consolidar o seu prestígio, a ouvir os caudilhos militares e os vultos da nobreza, a comandar na paz e na guerra; que nos mostra, ao mesmo tempo, a solidez da família, enraizada no amor conjugal e no afecto entre os pais e os filhos, lar comum em que se sucedem e se continuam as gerações, votadas ao culto das velhas glórias e dos antepassados da grei; que nos mostra em flagrantes quadros os grandes momentos e os grandes espectáculos dos prélios armados — luta viril, implacável, sem escrúpulos nem contemplações, mas na qual se oferece desinteressadamente a vida a causas superiores. No entanto, o idealismo de numerosos trechos não disfarça o reverso da medalha: o cinismo, a crueza, a indiferença pelas normas de moralidade e lealdade, o sacrifício de todas as regras éticas ao objectivo dominante da vitória por quaisquer meios ...

Sabe-se qual o tema central da *Ilíada:* o celebradíssimo cerco de Tróia — empreendido por uma liga de príncipes gregos sob o comando de Agamémnon, rei de Micenas, para vingar a afronta do rapto de Helena, mulher do rei de Esparta, Menelau. O longo assédio, a impetuosidade dos guerreiros helénicos, o valor obstinado dos Troianos na defesa e até a constante intervenção dos deuses olímpicos, a tomar alternadamente partido por um dos dois campos — fazem a substância das impressionantes narrativas de Homero. O que delas ressalta, porém, no primeiro plano, são os episódios movimentados da guerra vividos pelos grandes protagonistas: o espantoso Aquiles, autor de feitos sem conta, mas sujeito a bruscas reacções de despeito e de fúria; o nobre Príamo, rei de Tróia e seu filho Páris cujos amores com Helena de Esparta causam a ruína da cidade em que nasceu; Agamémnon, Ájax, Pátroclo, Diomedes, prodigiosos de intrepidez nos assaltos às muralhas troianas e nas pugnas contra os sitiados; do lado oposto, Heitor, igualmente destemido, que se desprende dos braços de Andrómaca e dos filhos para voltar à batalha onde o espera a morte; e outros figurantes do drama — a apaixonada e maravilhosa Helena, que atravessa como que sobranceira as calamidades a que a sua leviandade deu origem, com o ar soberbo de «deusa perdida entre os mortais»; Nestor, o eloquente e prudente rei de Pilo, conselheiro de inalterável bom senso; o famoso Ulisses, rei de Ítaca, não menos prudente e eloquente, sem deixar de se distinguir por isso nas refregas mais duras — Ulisses, viajante aventureiro cujo acidentado regresso à pátria forma a tessitura da *Odisseia* e que é um estranho caso de duplicidade desconcertante, impostor de verbo fácil mas engenhoso perante todas as seduções e todos os perigos; capaz de recorrer à traição e à pilhagem e de cair nos braços de Calipso ou de Circe, mas, ao mesmo tempo, invadido pela nostalgia da terra e da família; inventor de ardis desleais, mas

forte, resoluto, indomável quando se trata de ouvir os apelos de Telémaco, seu filho, e de reconquistar, contra um bando de usurpadores sôfregos, o trono ameaçado e a ameaçada Penélope, talvez prestes a sucumbir aos que a assediam ...

É esta densidade poética e humana, expressa em sugestiva colecção de figuras exemplares, que toca de luz genial o mundo homérico — e lhe assegura vida e grandeza perenes.

Que verdade existe, afinal, na história do cerco de Tróia?

A expedição e a queda da cidade — com a data fixada aproximadamente em 1194 antes de Cristo — estão de certo modo confirmadas, quer por uma velha inscrição egípcia do tempo de Ramsés III (coevo do acontecimento), quer por textos do sábio grego Eratóstenes e do historiador romano Plínio, *o Antigo*. O pretexto é que se afigura duvidoso: segundo uns, o rapto de Helena deriva, como represália, dos de Europa da Fenícia e de Medeia da Cólquida; segundo outros, Helena é levada à força para o Egipto e lá espera 12 anos que Menelau venha libertá-la; segundo outros ainda, como Eurípides, apenas se regista um excesso populacional na Grécia e a necessidade correspondente da expansão no sentido do Oriente.

O que parece indiscutível é que Tróia ou Ílion — talvez a sexta das nove cidades sobrepostas descobertas por Schliemann e Dorpfeld nos finais do século passado, ou possivelmente a sétima, como sugere Carlos Blegen — erguida quase à entrada do Helesponto, apoiada numa fortaleza que lhe permite o domínio da região e a cobrança de direitos de passagem aos navios que atravessam os Dardanelos, constitui, na Ásia Menor, uma temível concorrente para os príncipes helénicos e para os seus mercadores. A coligação dos chefes aqueus, que se forma em Lesbos, terá como motivo essencial abater esse considerável obstáculo e ganhar, por acréscimo, um acesso mais fácil às terras opulentas da zona do mar Negro. As forças troianas, batidas pouco antes em Kadesh, vêem-se abandonadas pelos seus aliados hititas, cujo império se acha no crepúsculo. Oportunidade propícia, que Menelau, Agamémnon, Aquiles e os outros componentes da expedição inteligentemente aproveitam ...

Esta a mais verosímil explicação *histórica*. Nem assim deixará de existir, tão real como o real, num desdobramento pelos confins da epopeia, a Guerra de Tróia homérica — originada nos amores de Helena e de Páris e na desafronta conjugal de Menelau ...

Mesmo sem Homero, porém, e quer se admita a origem helénica dos Troianos (para Estrabão, trata-se de uma colónia de emigrados de Creta), quer se prefira admitir-lhes origem oriental, é possível, e talvez legítimo, ver no lendário cerco o primeiro capítulo de um longo e simbólico duelo. Todos os povos aqueus reforçam as hostes de Agamémnon; todos os povos

asiáticos enviam socorros a Príamo. Não será isto a prova de haver aí começado, afinal, a batalha sem fim do Oriente e do Ocidente? ...

Expansão das colónias gregas no Mediterrâneo

Desde que se desça das paragens mitológicas e se abandone mesmo o ambiente das gestas homéricas, o que a investigação histórica nos apresenta em primeiro lugar, como origem real da Civilização Grega, é o núcleo em torno de Micenas. Já atrás se frisou que a próspera cidade da Argólida é a autêntica herdeira de Creta — e exerce predomínio durante os séculos XV a XIII antes de Cristo. Vimos, aliás, a expedição a Tróia chefiada pelo seu rei, Agamémnon.

As primeiras populações micénias são constituídas por povos de tal modo enraizados nessa zona que a tradição os considera aborígenes. Supõe-se que tenham vindo da Ásia ou da Trácia e da Tessália, mas, em qualquer hipótese, pelos caminhos marítimos. Daí, chamar-se-lhes *Pelasgos* — gentes do mar. No decurso do século XIV antes de Cristo, principiam a surgir as invasões de Aqueus, provenientes da Tessália, que parecem trazer consigo a língua grega e, num período não muito longo, adquirem preponderância. Arruinada a Creta dos Minos, ocupa-lhe a Micenas aqueia o lugar vago e o seu comércio alastra a Chipre e à Síria, para leste; ao Egipto, através das Cíclades, para sul; pela Beócia e pela Tessália, para norte, às regiões do Danúbio; e para oeste, à Itália e à Ibéria. Assim se engrandece e enriquece a expansão micénia.

Novos invasores, porém, chegam do Norte, em avalanche irresistível, nos finais do século XII. Os Dórios, vigorosos guerreiros ainda que incultos e brutais, atravessam a Ilíria e a Tessália, depois o golfo de Corinto e rolam, numa vaga brusca, sobre o Peloponeso. Arrasam tudo na passagem, incendeiam Micenas e Tirinto, fazem de Argos a sua capital. Dizimados e expulsos, os últimos grupos micénios emigram, perseguidos pelos adversários inclementes. Aqueus e Eólios (tribos que também desceram das terras setentrionais antes dos Dórios, e por eles foram impelidos e ultrapassados) assim como os Jónios, oriundos da Ática e da ilha de Eubeia, formam, em conjunto, largas e activas correntes migratórias que se espalham pelo Egeu, pelos Arquipélagos, pela Ásia Menor, e aí instalam as suas colónias. Pode mesmo dizer-se que está nessa movimentação intensa dos povos helénicos, chamados pela sedução da aventura já que têm horror à vida sedentária, e compelidos a fugir de inimigos poderosos, o factor decisivo do alastramento e do poder criador da Civilização Grega — obra, acima de tudo, de emigrantes.

Primeiro, são os Eólios que aportam à Ásia Menor, precisamente na zona da antiga Tróia. Fixam-se na grande ilha de Lesbos e nas 12 cidades que formam a Eólida, das quais sobressaem Mitilene e Esmirna.

Outras 12 cidades formam a florescente Jónia, em que se destacam ainda Esmirna (arrebatada aos Eólios), Foceia, Éfeso, Mileto.

Depois, os Dórios, não contentes com a tomada do Peloponeso, apoderam-se das Cíclades, de Creta, de Cirene, de Citera, de Rodes e fundam Halicarnasso e Cnido, centros proeminentes da Dóris. Mais tarde, muitos outros grupos se espalham pelo litoral da Trácia, nas margens do Helesponto, da Propôntis, do Ponto Euxino — onde fundam Calcedónia, Bizâncio, Heracleia. Mais tarde ainda, os nautas helénicos singram para oeste e enxameiam as costas da Itália, onde fundam Crotona, Síbaris, Tarento; da Sicília, onde fundam Agrigento e Siracusa; da Gália, onde fundam Massália; da Península Ibérica, onde exploram Társis; da África, onde fundam Cirene; do Egipto, onde fundam Náucratis.

Por toda a parte, os colonos — que trazem consigo, para lhes servir de simbólico alicerce nos empreendimentos longínquos, um pouco da terra natal e a dispersam sobre o solo estranho — tratam de construir pequenas cidades-entrepostos, destinadas sobretudo ao comércio e, às vezes, quando as circunstâncias o permitem, defendidas por uma acrópole fortificada. Erguem templos aos seus deuses que, por serem extremamente numerosos, se prestam sempre a uma adaptação oportuna a cultos e costumes locais. E permutam com os habitantes os produtos de que estes mais necessitem, de tal sorte que venham a receber em troca as matérias-primas depois largamente distribuídas pelos seus negociantes. Politicamente, essas pequenas metrópoles erigem-se em centros independentes dentro do conhecido modelo da cidade-estado, onde, com frequência, um tirano pacificador se impõe à irrequieta ebulição das massas.

Gradualmente se define e consolida uma nova forma de civilização — trazida por esses helenos navegadores, ciosos de autonomia, gerados nas montanhas da Grécia, meio pastores, meio traficantes, já que a proximidade do mar e a multiplicidade das ilhas vizinhas neles desenvolveram uma vocação natural para a vida errante e mercantil. Por outro lado, o clima de contrastes, sob uma atmosfera de luminosidade intensa e aberta, forja um tipo humano feito de lucidez superior, de espírito de iniciativa, de fantasia exaltada, apto ao jogo das ideias como à estratégia dos negócios, adaptável e maleável, sem todavia deixar de manter personalidade fascinante nos mais diversos meios e latitudes.

Cercada de velhas civilizações consagradas pelo tempo e pelo poderio — Egipto, Mesopotâmia, Creta, Fenícia, impérios afamados que confunde sob o nome comum de *bárbaros* (mas aqui a palavra apenas significa gentes que falam línguas diferentes da sua) — a Grécia cria uma civilização

original, assente em dois pilares irredutíveis: o culto da razão clara, a aspiração da liberdade. Ambas estas características lhe explicam, a par da força expansiva, certas fraquezas que tornam as suas criações frágeis e instáveis — e, após deslumbrante fase de esplendor, acabam por causar a sua queda.

Admire-se, porém, o espectáculo dessas múltiplas cidades, agitadas, borbulhantes, onde se colhem, ao mesmo tempo, testemunhos expressivos da plenitude da vida física e da nobreza da vida do espírito — e que, sem chegarem nunca a verdadeiramente se fundir numa unidade firme (como outrora sucedeu às feitorias fenícias) possuem, contudo, alguns factores essenciais que bastam para firmar os elos da civilização comum: a mesma constelação de deuses, celebrados e venerados em ritos semelhantes; a mesma língua como instrumento de comunicação; a mesma riquíssima e diversíssima cultura; os mesmos ideais estéticos; por fim, o mesmo entusiasmo pelos jogos atléticos, pela harmonia e pela robustez de uma humanidade aplicada a tirar de si própria a mais equilibrada e perfeita aptidão às grandes festas da agilidade, do esforço e da beleza.

Dois modelos opostos: Esparta e Atenas

Esparta, Atenas: as duas cidades padrões, como que medularmente antagónicas, em que se colhem, por assim dizer, os modelos extremos do humanismo grego e das virtudes e vícios da sua civilização. Entre o mostruário tão diversificado das urbes helénicas, sem serem, sob certos aspectos, as mais significativas — nos domínios, por exemplo, da Cultura e da Arte — são, no domínio propriamente histórico (ocasionalmente igualadas por Tebas), as verdadeiras capitais da Grécia antiga. Se se pode tentar um resumo da história da Grécia, que, longe de oferecer imagem de conjunto, se pulveriza em mil núcleos e fragmentos como um espelho em mil estilhaços — o melhor caminho será esboçar o resumo da história de ambas as metrópoles que sobressaem no seu confuso e difuso panorama ...

Esparta, primeiro, capital da Lacónia, cercada de altas serras como de muralhas, mais campo militar do que puro aglomerado urbano. Esparta, com a sua minoria de aristocratas dóricos a governar com firmeza e rigidez as populações dos arredores — mais brandamente os *periecos,* vizinhos próximos, mais severamente os *ilotas,* servos agrícolas.

De começo, Esparta endurece-se e consolida-se pelo esforço de manter o domínio de uma classe privilegiada sobre outras duas que muito a excedem em número. Depois, já amadurecida para empresas mais largas, trata

de conquistar, em rudes campanhas, a Argólida e a Messénia, que a circundam a leste e a oeste. Assim se faz senhora de quase todo o Peloponeso.

A sua força repousa sobre uma organização política de disciplina estrita, aceita por todos — no claro reconhecimento do primado da comunidade sobre o indivíduo. Todos se devem à pátria, sem reservas nem egoísmos. Desde crianças, os Espartanos são educados para servir. Inclusivamente, sujeitam-se os recém-nascidos ao exame de um conselho de anciãos que manda lançar do alto da montanha do Taígeto os débeis e os disformes, visto não poderem ser úteis à sociedade a que pertencem. Quanto aos outros, o Estado deles se encarrega — e procura vigorizá-los, virilizá-los pelos exercícios militares, os jogos físicos, as normas de inteira abnegação. Cada espartano é soldado; para ser soldado perfeito, tem de saber não apenas tudo quanto diz respeito à arte de guerra, mas também obedecer com precisão, sofrer sem queixar-se, dominar os sentimentos demasiado vivos, renunciar aos prazeres dissolventes. Acima de tudo, não temer a morte — ou melhor: ambicionar a morte, desde que seja acompanhada pela glória dos feitos bélicos. Eis o que lhe dizem os governantes; eis o que lhe ensinam os pais. Eis o que, entre os cantos guerreiros que exaltam a camaradagem das armas, os poetas lhe bradam. Conhece-se o episódio da mãe espartana que dirige ao filho, nas vésperas de uma batalha, estas palavras expressivas: «volta com o teu escudo, ou sobre o teu escudo». *Com* o escudo — vivo e vencedor; ou *sobre* o esculo — como é costume transportar os caídos na luta. *Sem* o escudo, é que não: seria sinal de haver fugido à batalha — vergonha inadmissível. Tirteu, poeta ateniense ao serviço de Esparta, exclama, numa canção célebre: «É belo morrer como um bravo, na primeira linha, a combater pelo país!»

Por isso, a falange espartana, com os seus *hoplitas* de couraça de bronze e alto capacete, que marcha ao combate unida como um só homem, em filas cerradas, lanças em riste, bloco de energias e de vontades movidas por um único desejo: morrer ou vencer — constitui, por largo tempo, um poder irresistível, impõe-se onde quer que apareça, a avançar ao som dos cânticos guerreiros ...

Na vida política de Esparta, há um grande legislador: o clarividente Licurgo; há, entre outros, o ditador Quílon, animado do propósito de criar instituições duradouras e uma organização social estável; há os dois *oligarcas* a quem cabe presidir às cerimónias religiosas e ao comando do exército; há um Senado de 28 membros, escolhidos entre a aristocracia dos *iguais;* há uma assembleia popular, cujo papel se reduz a aprovar por aclamação as propostas dos dirigentes; mais tarde, há os cinco *éforos,* magistrados preponderantes, ainda recrutados nas fileiras dos aristocratas da fortuna e das armas.

O que, porém, interessa, acima de tudo, é que o modelo consagrado por Esparta — duro, austero, um tanto cruel, tendente ao isolamento e à petrificação, inspirador de uma xenofobia exagerada e mesquinha — ergue ao

mais alto grau as virtudes do ascetismo pessoal, do sacrifício pela grei, do patriotismo exclusivo e militante, da dignidade do homem sob o signo profundamente nobre de uma verdadeira mística da Ordem.

Na outra face do díptico — Atenas. Aqui, à mística da Ordem substitui-se a mística da Liberdade. A atmosfera não é a da grave Lacedemónia, cinzenta e fria; pelo contrário — envolve-se numa claridade ardorosa e estimulante. Se há, como se julga, relações de Esparta com a Creta dos Minos, onde Licurgo terá ido buscar parte das suas concepções legislativas e donde vem Taletas ensinar a música e o canto coral, Atenas é tributária de Cnosso e recebe da opulenta capital minoense sensíveis influências. A população agrupa uma pitoresca mescla de raças, entre as quais predominam os Jónios, comerciantes e imaginosos. Eleva-se o burgo na planície fértil do Cefiso, em plena Ática fremente de sol. A meio, a eminência rochosa de cimo largo e plano em que se edificou a orgulhosa Acrópole — fortaleza e templo. Muito perto, a pequena península do Pireu, que será o florescente porto de Atenas. Mais a sul, as montanhas do Láurio, junto ao cabo Sâmnio, com suas minas de prata que, exploradas a fundo, garantem a prosperidade dos Atenienses e lhes permitem financiar uma produtiva indústria e uma poderosa marinha. O solo não favorece a agricultura; por isso recorrem os habitantes principalmente à navegação. Terra de marinheiros, de artífices, de mercadores, aberta às relações com todos os povos e ao fervilhar de todas as ideias, crenças, maneiras de sentir e de viver. Não admira, pois, que, ao contrário de Esparta, se procure criar menos um homem para servir a cidade do que uma cidade para servir o homem. Ao gregarismo unitário da capital da Lacónia, Atenas opõe um individualismo dispersivo e brilhante.

A democracia ateniense

A sua primeria fase é monárquica. Parece ser Teseu — se se tomar em conta a versão tradicional reproduzida por Tucídides — quem assegura a hegemonia de Atenas sobre os outros povos da Ática. Depois, enquanto necessitam da benéfica tutela da realeza, suportam-na os Atenienses. Mas também ali a aristocracia dos grandes proprietários — os *eupátridas* — deseja impacientemente o poder. E quando o rei Codro (se não se trata de figura lendária) sucumbe na luta contra os Dórios para defender a autonomia ameaçada, declaram não haver quem seja digno de suceder-lhe e resolvem substituí-lo por um magistrado vitalício — o *arconte*. De vitalício, em 752, o arconte passa a exercer apenas um governo decenal. Mais sete décadas, e fica reduzido a um ano, com os poderes repartidos entre nove arcontes: o *epónimo* (encarregado da cronologia dos factos da vida colectiva); o *basileus*, chefe religioso; o *polemarcos*, comandante do exército; e seis legisladores — os

Cavaleiro ateniense, pintado com argila meio seca e contornada com esmalte escuro

thesmothetai. Em três classes se divide a sociedade: a dos *hippés* (cavaleiros); a dos *zeugitai,* pequenos lavradores; a dos *théthes,* trabalhadores assalariados e sem bens próprios. Mas só os primeiros podem ser arcontes e sacerdotes, ascender a juízes do *Areópago* e fazer parte do Senado.

Num lance especialmente melindroso, quando a revolta das classes baixas se faz mais exigente, surge (620) nomeado *thesmothetai,* o severíssimo Drácon, que tenta, com algumas variantes de pouco significado, consolidar a situação. O mal-estar, porém, continua e os germes insurreccionais aumentam. É a altura em que Sólon, eupátrida descendente de Codro e poeta veemente nas exortações patrióticas, se revela (594) esclarecido e audacioso reformador. Ordena a libertação dos escravos, distribui terras pelos miseráveis, promove a abolição das hipotecas pelas quais os credores abusam do direito de forçar os devedores à servidão, amnistia os delitos políticos. A nova divisão em classes toma por base a importância das fortunas, segundo uma orientação timocrática. E visto o Senado, tal como o constitui, composto de 400 membros, ainda manter a proeminência dos aristocratas — apressa-se a repor em funções a antiga *ekklesia* dos tempos homéricos e a dar a essa assembleia popular, que se reúne na *Ágora* e tem amplas faculdades, um papel dia a dia maior, uma intervenção gradual e progressiva, graças à qual virá a interpretar com vigor e eficácia a vontade da maioria e a inevitável limitação da autoridade dos eupátrides. Simultaneamente, alivia a indústria e o comércio dos entraves anteriores e lança Atenas em rumos de enriquecimento e de expansão.

Sólon atinge o maior prestígio entre os compatriotas. Veneram a sua sabedoria, o seu equilíbrio, a sua noção das realidades, a sua sensatez. Quais as condições imprescindíveis para que se conservem a felicidade e a paz no Estado? — perguntam-lhe certo dia. Responde logo: «Que o povo obedeça aos governantes e estes, por seu lado, obedeçam às leis.» Eis um programa inteiro — cristalizado em resumo lapidar.

Em 572, após haver completado 22 anos de magistratura, Sólon retira-se da política e empreende uma viagem ao Egipto e ao Oriente. Ao partir, obtém dos Atenienses que jurem guardar as leis que lhes deu ao menos pelo espaço de dez anos. O seu bom senso não aspira a mais ... E tem razão. Ainda não correu uma década quando, de regresso, descobre estar novamente em plena efervescência o conflito dos partidos. Três facções se digladiam: os proprietários aristocratas, os comerciantes do litoral, a massa insatisfeita dos camponeses e operários. Um demagogo hábil e ousado aproveita as circunstâncias: Pisístrato, que, embora oriundo da aristocracia, decide transformar-se em arauto da gente humilde. Apresenta-se na Ágora ferido, cheio de sangue, e grita que foi agredido pelos inimigos do povo. Sob este pretexto, solicita uma guarda pessoal armada. A assembleia concede-lhe que recrute 50 homens. Pisístrato, em vez de 50, alicia 400, sobe com eles

ao assalto da Acrópole e erige-se em ditador (560). Dentro de pouco, a coligação dos adversários derruba-o. Volta, porém, em 550, à frente de um cortejo vistoso, sob as aclamações da rua. Novo eclipse no ano seguinte. Em 546 reconquista o poder — definitivamente. Governa então com equidade e prudência, dentro do respeito aparente pelas leis e pelas magistraturas — que se dobram, aliás, à sua vontade firme. Administra com acerto, acode às famílias necessitadas; funda uma considerável biblioteca e manda coligir os poemas que hão-de agrupar-se na *Ilíada* e na *Odisseia*; desenvolve a exploração das minas do Láurio; abre estradas; institui os jogos atléticos das *Pan-Ateneias* e atribui-lhes carácter pan-helénico, o que prepara a futura supremacia ateniense e atrai numerosos forasteiros.

Sob muitos aspectos, Pisístrato mostra-se tirano útil e beneficente. A expressão *tirano* — originada, provavelmente, da cidade lídia de Tira, com o sentido de baluarte — consagra as vantagens evidentes do poder uno, indiscutido, aliado do bem público, que, por isso mesmo, estabelece um figurino geralmente seguido. Míron, em Sícion; Periandro, em Corinto; Trasibulo, em Mileto; Pítaco, em Mitilene; Fálaris, em Agrigento; Polícrates, em Samos — uns anteriores, outros posteriores a Pisístrato — são apenas alguns exemplos que podem citar-se.

Mas o movimento dos Atenienses para um tipo de regime popular apenas se deteve com a aparição e a boa gerência do tirano, que em parte se fez seu servidor, na medida em que enfraqueceu e destruiu a velha preponderância aristocrática e trouxe o acesso crescente de todas as classes à responsabilidade política. Ao morrer em 527, muito naturalmente deixa Pisístrato como sucessores os seus filhos Hípias e Hiparco. Dois conspiradores, Harmódio e Aristogíton, apunhalam Hiparco durante as festas das *Pan-Ateneias*. Hípias, receoso, comete violências que o impopularizam. Certos asilados do tempo do pai, que buscaram refúgio em Delfos, marcham sobre Atenas para o destronar; Esparta auxilia-os com um corpo de tropas. Hípias abdica e retira-se (510). Terminou a era de Pisístrato.

Clístenes, caudilho dos vencedores, depois de se livrar do arconte Iságoras e da vigilância aristocrática, instala nova tirania. Desta vez, uma tirania da plebe — que estilhaça os quadros tradicionais, divide a população em dez tribos, admite os estrangeiros à igualdade de direitos, entrega às mesmas tribos a nomeação dos *strategoi* (espécie de estado-maior dos exércitos), transforma o Conselho dos Quatrocentos em Conselho dos Quinhentos, também eleitos pelas tribos — e valoriza em extremo os poderes da Assembleia do Povo, sobretudo por meio da instituição do *ostracismo,* graças ao qual o conjunto dos cidadãos pode, em qualquer altura e sob proposta de quem quer que seja, escrever numa concha de ostra o nome de algum homem público eminente que se julgue perigoso para o Estado e bani-lo do território. Deste modo — como dirá Aristóteles — se cortam as hastes mais altas, se

suprimem os ambiciosos capazes de premeditarem o assalto ao poder e se reforça a constituição democrática de Atenas.

Porque, na verdade, Clístenes acaba por fazer de Atenas — uma democracia. O facto de ele próprio não tardar a ser vítima do *ostracismo* que inventou só demonstra como essa democracia se enraíza, funciona e triunfa ...

Vitórias sobre a Pérsia

Precisamente durante esse período que vê o fortalecimento de Esparta após as guerras com Messénia e Argos e o desenvolvimento de Atenas sob a égide de Pisístrato — dão-se grandes transformações no xadrez mesopotâmico, de que resultam consequências importantes para os povos do Mediterrâneo Oriental. Caído o Império Assírio em 625 às mãos de Nabupolassar e em 612 às de Ciaxares de Ecbátana, enquanto, por quase meio século (605-562), Nabucodonosor restaura a grandeza da velha Babilónia e goza da hegemonia económica numa vasta extensão em que se integra o opulento reino da Lídia, governado por Creso — outro Império mais duradouro, o dos Aqueménidas, resulta do esforço de dois conquistadores notáveis. O primeiro é Ciro, que destrona o seu suserano Astíages e se arvora em rei dos Medos e dos Persas (549); que, logo a seguir, em 546, destrona também Creso, anexa a Lídia e as cidades gregas da Ásia Menor, se volta para leste e toma vastos territórios até à Índia; que por fim ataca o rei Nabónides e entra em Babilónia, onde cinge a coroa dos velhos potentados caldeus (539). O advento do novo senhor é recebido com alegria pelas nações oprimidas — como as de Israel e de Judá, que guardam as piores recordações dos déspotas assírios, destruidores de Samaria (722) e de Jerusalém (587) e que Ciro autoriza a regressar às suas cidades e a reconstruir o templo de Iavé.

Morto o fundador do Império Persa em 529, seu filho Cambises, aliado ao tirano Polícrates de Samos, invade o Egipto quando se extingue o faraó Amásis, derrota Psamético III e aprisiona-o em Mênfis (525). Também o vale do Nilo é ocupado e o Aqueménida declara-se «filho de Rá» e herdeiro dos faraós, como seu pai em Babilónia se fez coroar em nome de Marduk. A sanção divina legitima-lhes e reforça-lhes a autoridade assumida.

Há uma rápida ameaça de desintegração na altura do falecimento de Cambises (522). Mas a Pérsia encontra um vulto superior de estadista e de organizador: Dario, o «Grande Rei», que, uma vez abatida a oligarquia sacerdotal encabeçada por Gaumata, e dominadas as conjuras dos próceres insurgidos, a todos se impõe com firmeza e, ao longo de três décadas e meia, engrandece o império, lhe dá vigorosa estrutura, mostra orientar-se por ampla visão de domínio universal.

Monarquia omnipotente e absoluta, a de Dario — mas ao serviço de uma política habilidosa, equitativa, que, graças à divisão em *satrapias* (protectorados) e a uma rasgada liberdade económica dentro da mais severa unidade monetária e fiscal, respeita as instituições, tradições e costumes locais e assim adquire popularidade que se traduz em longa era de colaboração próspera e pacífica.

Mas, porque aspira à universalidade, Dario não pode aceitar limites às suas ambições. Em 514, ei-lo a comandar uma expedição para cá do Helesponto, à região dos Citas, que Estrabão diz ter alcançado até o Dniester e Heródoto até o Don. A campanha não dá todos os resultados esperados: pouco mais do que a fundação de outra *satrapia,* na Trácia. E as colónias gregas da Ásia Menor, despeitadas pelo favoritismo com que o «Grande Rei» distingue, para captar as boas graças de Cartago, as cidades fenícias, revoltam-se contra a suserania persa, em 499. Fazem-no com temeridade: expulsam os *sátrapas* e um pequeno exército de Mileto avança sobre a antiga capital da Lídia, saqueia-a, lança fogo ao palácio do representante de Dario.

Este ainda procura negociar. Quando verifica ser inútil, prepara uma armada de 600 navios e, em Lade, mercê da cumplicidade de Samos, que retira os seus navios da luta, aniquila os trezentos e tantos barcos da esquadra jónia (494). Mileto, cabeça da revolta, é cercada, investida, arrasada por completo. Logo as cidades gregas da Ásia Menor se submetem de novo. O prestígio do «Grande Rei» confirma-se de maneira impressionante.

Mas Dario compreende que, para garantir domínio eficaz sobre as colónias helénicas do Oriente, ligadas à Grécia por constantes relações marítimas e a formar com ela uma unidade económica e comercial, terá de se apossar da própria Grécia. E como Atenas mandou auxílio às cidades sublevadas, será esse o pretexto para a guerra projectada. O «Grande Rei» dedica-se, a partir daí, a organizar uma expedição ao mesmo tempo punitiva e conquistadora. Quer dar a resposta, sete séculos volvidos, ao empreendimento dos príncipes aqueus sobre Tróia.

Agora, no duelo sem fim, o Oriente vai tomar, contra o Ocidente, a iniciativa ...

A numerosa frota persa larga de Samos em 491, subjuga as Cíclades na travessia do Egeu e atinge a Eubeia, que cede após curta resistência. Logo os invasores desembarcam na Ática e se concentram na planura de Maratona, em terreno propício à acção da sua afamada cavalaria.

Foi o que lhes aconselhou Hípias, filho de Pisístrato, emigrado na corte da Pérsia. A cumplicidade de Hípias, cujo partido deverá tentar, num golpe de surpresa, o assalto ao poder em Atenas e abrir as portas ao inimigo, assim como a simpatia de Argos, receosa de Esparta, da Tessália, sua quase aliada, e de outros pequenos Estados gregos — são, aliás, valiosos trunfos com que Dario conta. Espera mesmo que, mal o exército ateniense vá ao

encontro do seu, na capital da Ática a gente de Hípias desenrole o plano traiçoeiro.

De facto, os soldados de Atenas — alistados à pressa por Milcíades, que até liberta os escravos para engrossar-lhes as fileiras — marcham, denodados, ao combate. Registe-se o acto de inteligência de Aristides, um dos generais encarregados de chefiá-los, que se apaga perante Milcíades e lhe reconhece o comando único.

Apenas sabem que as tropas abandonaram a capital, os Persas tratam de reembarcar parte dos seus efectivos para os levar até Falera e de lá se precipitarem sobre Atenas. Não lhes dá tempo Milcíades, que ordena o ataque geral e imediato, depois de haver tomado a precaução — visto conhecer como o adversário costuma dispor as melhores forças ao centro e deixar mais fracas as alas — de colocar, no seu dispositivo, o escol dos combatentes nos extremos laterais. Assim consegue envolver as hostes invasoras, muito superiores em número, e nelas fazer tremendo morticínio. Imediatamente, consumada a vitória inverosímil, regressa à capital num ritmo veloz, enquanto os traidores ainda hesitam. Atenas, guarnecida e defendida, já não cairá nas mãos dos Persas. A jornada de Maratona (490) representa um malogro sério para Dario — que perdeu a partida e cuja expedição se faz de novo à vela para as terras do Levante ...

E há uma suspensão de dez anos. À morte de Dario, em 485, o Egipto subleva-se. Depois, revolta-se Babilónia — que Xerxes, o novo imperador, impiedosamente castiga. Por fim, com os dois problemas resolvidos, o «Grande Rei» prega a cruzada contra o Ocidente, em que amalgama, num alarde propagandístico, os povos asiáticos. Lança, simultaneamente, o apelo a Cartago para que ataque os Gregos na Sicília.

Entretanto, outra expedição, aglutinada pelos esforços de Xerxes, põe-se a caminho (481). Enorme avalanche heterogénea, em que na verdade figuram representantes de todas as populações orientais integradas no Império Persa e que uma formidável armada de cerca de 1200 unidades transporta. Passa o exército numa ponte de barcas, em sete dias e sete noites consecutivas, o Helesponto. Dirige-se sobre a Grécia pela Trácia, a Macedónia, a Tessália, acompanhado pela esquadra que ladeia as costas. Espalha o terror e o assombro à sua passagem.

Na Grécia, que se passa? Ainda houve, de começo, lutas internas em Atenas. Um político engenhoso e astuto, Temístocles, chefe do partido democrático, atemorizado pela fama do virtuoso Aristides, conseguiu afastá-lo por meio do *ostracismo* — com flagrante injustiça. Mas, numa previsão acertada, promoveu a ampliação do porto do Pireu e persuadiu os compatriotas a empregar a prata extraída do Láurio na criação de uma nova esquadra — em que abundam as *trirremes,* dotadas de aguçados esporões metálicos.

Quando a invasão temerosa se aproxima, encontra os Gregos unidos; ante a agressão asiática, neles desperta a consciência de serem os naturais guardiães e defensores da Civilização Ocidental.

Unidos, os Gregos traçam o seu plano: Leónidas, valoroso rei espartano, posta-se à entrada do desfiladeiro das Termópilas para cortar o passo a Xerxes, apenas com 300 guerreiros escolhidos. Todos se deixam matar, sem vacilar um momento, e cada qual abate muitos inimigos antes de cair. Nunca, talvez, se registou derrota mais gloriosa. Quanto às esquadras, há um encontro indeciso em Artemísio, ao largo da costa ocidental da Eubeia. Mas, informado do fim da resistência heróica do contingente de Leónidas, apressa-se Temístocles a retirar para cobrir Atenas — e toma posições na baía de Salamina. Por terra, os Persas entram em Atenas — quase deserta, pois a maioria dos habitantes escapou a tempo — e saqueiam-na, à luz dos incêndios.

Em Salamina, porém, a imensa frota de Xerxes paira, hesitante, a certa distância. Pelo seu lado, uma parte dos chefes gregos, intimidados e no desespero de saber Atenas em chamas, quase desistem de bater-se, pensam em retirar-se de vez. É quando Temístocles usa um ardil genial, que revela a sua têmpera: manda avisar o «Grande Rei» de que os Helenos projectam a fuga e o único processo de impedi-la é cercá-los por todos os lados. Ouve Xerxes o conselho — e na manhã seguinte os seus navios envolvem por inteiro a esquadra sitiada. Forçados a dar batalha, os Gregos manifestam a sua superioridade nas acções marítimas e os terríveis esporões das *trirremes* abrem fendas irreparáveis nos costados das naves persas. O triunfo é, por isso, total. O «Grande Rei», perante o desastre, procura unicamente salvar os restos desconjuntados da sua orgulhosa frota ...

Salamina (23 de Setembro de 480) tem carácter decisivo. No mesmo dia — se dermos crédito a certos historiadores helénicos — Gélon de Siracusa desbarata magnificamente, em Hímera, os cartagineses de Amílcar, à testa de imponentes forças ...

Falta, porém, defrontar o exército ainda considerável, sob o comando de Mardónio, deixado na Grécia quando Xerxes se retirou de Salamina, e que se estabeleceu na planície da Beócia. No ano seguinte (479), chefiados por outro rei e herói espartano, Pausânias, os Gregos vão-lhe ao encontro e obtêm, em Plateias, êxito esmagador. Mardónio sucumbe na refrega, os seus homens debandam miseravelmente. Quase na mesma altura (os historiadores helénicos, amantes das coincidências felizes, pretendem ser também no mesmo dia) outra armada defronta a armada persa frente ao cabo de Mícale, no litoral da Jónia, e de tal sorte a vence que liberta as colónias gregas da submissão a Xerxes e recupera as entradas do Bósforo e o domínio do Helesponto — como numa segunda conquista de Tróia ...

Será inexacto descrever a vitória grega sobre a Pérsia como a da civilização sobre a barbárie — já que Dario e Xerxes presidem a um império longe de poder ser classificado de bárbaro ... É, todavia, a vitória de um tipo de civilização sobre outro, do humanismo racionalista do Ocidente sobre o totalitarismo passivo do mundo oriental. E ainda a vitória, ante a heterogeneidade confusa e amorfa, de uma unidade, não de estrutura social ou política, mas de consciência de valores do espírito e de vocação para elaborar, com um destino próprio, uma civilização nova.

O efémero «Século de Péricles»

O desfecho da luta contra a Pérsia beneficia principalmente Atenas, eleva-a ao primeiro lugar entre as metrópoles gregas. Ante a assustadora ameaça do imenso exército de Xerxes, constituiu-se a Liga *pan-helénica,* em Corinto, sob a presidência de Esparta, justamente considerada a maior potência militar. Conseguida a vitória, porém, Esparta, com a sua tendência natural para se fechar na concha e sem aspirações de largo horizonte, retira-se da cena. Logo a seguir, um violento sismo produz graves danos na Lacónia e um movimento insurrecional dos *ilotas* põe em risco a estabilidade governativa ... Momentaneamente privada da eterna rival, Atenas vai ascender à supremacia, com impetuoso ardor.

Tanto mais que, liquidado em Plateias o exército de Mardónio, as hostilidades têm de ser continuadas no mar — e no mar, graças à previdência de Temístocles, a esquadra ateniense desempenha o primeiro papel. Desalojados os Persas — depois de Mícale — da Jónia, do mar Negro, da Trácia, Atenas trata de formar, sob a sua chefia, em 477, a Confederação de Delos — assim chamada porque o tesouro comum fica em depósito no Templo de Apolo, da ilha de Delos, uma das componentes do arquipélago das Cíclades. Enquanto, porém, as Ligas anteriores eram meras *symachias* (alianças militares), o que importa agora é patrulhar os caminhos marítimos, construir barcos para tal fim e pagar tributos que assegurem a criação e o sustento das armadas. À sombra da nova fórmula, exerce Atenas a completa direcção política e financeira que lhe rende efectiva hegemonia sobre as pequenas cidades-estados do Egeu e do oriente helénico — base de uma organização já nitidamente imperial.

Com avisado sentido das realidades e do carácter marítimo do ascendente de Atenas, pensa Temístocles aproveitar o poder naval que criou para, uma vez consumadas as vitórias na guerra, obter a prosperidade pela paz e pelo comércio. Nessa intenção, dispõe-se a estabelecer com a Pérsia um *modus vivendi,* a fim de se entregar livremente às proveitosas relações com os mercados orientais. Mas, acusado de venalidade e de falta de escrúpulos,

condenam-no ao *ostracismo* (471); e vem a acabar mal, na corte de Artaxerxes, a tentar persuadir o «Grande Rei» a nova campanha contra a Grécia, de acordo com as suas informações e alvitres.

Em Atenas, dois homens sobressaem, à testa dos partidos democrático e oligárquico: Efialtes, puritano agressivo que faz condenar numerosos senadores à morte, e por fim tomba assassinado, às mãos de agentes adversos; e Címon, filho de Milcíades, que a vitória naval de Eurimedonte, contra os Persas, ilustra e populariza. Depressa cai em desgraça, pois se revela favorável a um entendimento estreito com Esparta. E também sofre o *ostracismo,* que propõe contra ele o sucessor de Efialtes, jovem aristocrata posto pelos democratas na chefia das suas hostes e que será um dos vultos culminantes da história grega — Péricles.

Escreve acertadamente Croiset: «Na medida em que um ideal é realizável, Péricles realiza o ideal do povo que o toma por chefe.» Poucas vezes, com efeito, um homem público se terá identificado melhor, mais exemplarmente, com a comunidade que dirige.

Nada falta a Péricles para ser a imagem integral das aspirações atenienses, nesse período eufórico do segundo quartel do Quinto Século. A ascendência, primeiro — já que o pai, Xantipo, valorosamente se bateu em Salamina e comandou a esquadra em Mícale, enquanto a mãe, Agarista, é neta de Clístenes, o fundador da democracia no país. A figura esbelta, com feições correctas, dignidade natural, presença dominadora. A cultura recebida na adolescência: quer na qualidade de aluno de Dámon (para a múscia) e de Pitocleide (para as letras); quer na de ouvinte dos belos discursos de Zenão de Eleia e de discípulo atento de Anaxágoras; quer na de amigo e camarada de Sócrates, Eurípides e Fídias. A prodigiosa, excepcional eloquência, em que há reptos inflamados capazes de entusiasmar os auditórios e uma linha soberana de claro raciocínio, apto a expor, a discutir, a convencer — num meio em que a influência dos oradores predomina no mais alto grau. A afeição às instituições democráticas, que respeita como sagradas e em que vê o perfeito equilíbrio, pelo acatamento da vontade da maioria, pela equitativa distribuição dos cargos e das responsabilidades, pelo livre acesso de todos às funções directivas. A noção superior da grandeza de Atenas como cabeça de largo império marítimo e progressivo, centro religioso, paradigma das artes, expressão suprema da civilização helénica e dos mais nobres conceitos da vida humana.

Este o ideal de Péricles — intérprete e guia do ideal ateniense da Idade de Ouro. Por isso os compatriotas o elegem sucessivamente, durante mais de três décadas, de 462 a 428, para o lugar eminente de comandante-chefe, *strategos autokrator,* e assim o erguem, e o mantêm, a um nível de quase monarca, árbitro da política de Atenas.

As reformas que promove tendem a reforçar a democracia, embora sob uma autoridade tutelar. E pelo simples facto de, na sua pessoa, haver um elo de continuidade firme a resumir e unificar as diversas correntes de opinião e as diversas magistraturas electivas, o Estado prospera, o esplendor de Atenas fulgura sobre a Hélade e na capital acumulam-se, a par de riquezas de inúmeras origens, os belos edifícios e as grandes manifestações culturais e artísticas. Acrescentam-se as esquadras com unidades poderosas. Erigem-se «as longas muralhas» que ligam Atenas a Falera e ao florescentíssimo Pireu, cheio de navios, de visitantes, de mercadores, de estaleiros. Sobre a Acrópole, levantam-se: o pórtico decorativo dos Propileus; o Pártenon, onde reina, majestosa sob o capacete erecto, apoiada no escudo, a imagem da deusa Atena, de ouro e marfim, obra-prima de Fídias — Atena, encarnação da sabedoria e da inteligência, patrona da cidade; aos pés da Acrópole, o Templo de Teseu, com sua colunata dórica; os teatros do Odéon e de Dioniso; o pórtico do Fécile, em cujos muros estão pintados a fresco os episódios máximos da história da grei.

No exterior, o imperialismo ateniense, servido por incomparável marinha, alcança a plenitude. A partir de 450 os aliados de Atenas prestam-lhe obediência com solene docilidade. Em 449, o chamado «tratado de Cálias» torna real o velho sonho de Temístocles, institui a paz com a Pérsia, que renuncia a qualquer interferência no Egeu em troca da garantia de não haver intervenção grega na Ásia. Em 443, sobem ao número de 200 as cidades aglutinadas sob o poderio de Atenas: repartem-se em cinco grupos — o das Cíclades; o da Trácia, com a Calcídica, Tasos, Samotrácia; o do Helesponto, com a Propôntis e o Bósforo; o da Jónia, com as ilhas de Quios, Lesbos e Samos; o da Cária, com Amorgos e Cós: a quase totalidade dos amplos litorais do mar Egeu. É a culminância do engrandecimento ateniense. Mais tarde, será dado a este período, que pouco excede 30 anos, a orgulhosa denominação de *Século de Péricles.*

No entanto, apesar da coincidência de um homem raro e de tantos factores propícios — o *Século de Péricles,* o quinto século, não passa de evidente ficção. Principiou no alarme e no difícil combate às invasões persas; terminará na guerra, na divisão e na ruína.

Porque os fermentos de decomposição manifestam-se, avolumam-se. Decomposição interna — pelo jogo inevitável das discórdias de facções na feira agitada da buliçosa democracia. Decomposição externa — pelas inquietações e susceptilibidades da maioria das cidades vassalas, impacientes de reconquistar a autonomia, pelos conflitos religiosos expressos na recusa dos gregos estranhos à Confederação de sacrificar às divindades de Elêusis, pelos ciúmes de outras metrópoles que não aceitam de bom grado a hegemonia de Atenas.

Acima de todas, cerrada e hostil no seu canto, à espreita do ensejo favorável para actuar, a rival de sempre, que nem renunciou nem desarmou: Esparta.

Guerra no Peloponeso

A velha Lacedemónia autocrática e militarista nunca viu, de facto, com bons olhos a proeminência da democracia ateniense. E como outras hostilidades se aliam contra ela — desde a rica e ambiciosa Corinto, desejosa de dominar as vias marítimas do Mediterrâneo Ocidental a par de Siracusa e de Tarento, até à capital da Beócia, Tebas, ávida de sacudir o jugo, e às outras cidades feridas nos brios de independência pela instalação, nos seus portos, das cidadelas armadas (as *clerúquias*) com insolentes guarnições militares — não tarda a formar-se uma coligação animada pelo desígnio de abater a supremacia de Atenas. Essa coligação polariza-se em torno do forte reduto espartano. Claramente se confirma a inaptidão das gentes helénicas para aceitar uma fórmula de unidade, qualquer que seja ... Assim caminham para a guerra civil — e para o consequente descalabro.

Péricles adivinha ou avalia o perigo. Tenta fazer-lhe frente com uma política de energia e de absorcionismo. Enquanto reforça a sua cobertura de tropas e confia na vantagem das suas esquadras, convoca nova conferência destinada a procurar soluções para os atritos e problemas que se agravam. Esparta recusa o convite. Imitam-na várias cidades importantes. E em 435 surge o incidente favorável ao desencadear a luta, quando Corcira, ilha jónia colonizada pelos Coríntios, se declara autónoma e se acolhe à protecção de Atenas. Corinto manda uma frota a reprimir a insurreição. Atenas apoia-a, e dá-se um combate que nada resolve. Três anos depois, é Potideia, tributária de Atenas, que se subleva. Mégara alinha ao lado de Corinto. Péricles castiga-a com represálias comerciais. Nesta altura, Esparta interpõe-se e convida Atenas a reconhecer a independência das cidades sob seu domínio. Convite que não pode deixar de ser indignadamente repelido. E principia a guerra.

De início, os navios atenienses atacam e saqueiam os litorais do Peloponeso. Forças espartanas penetram, por sua vez, na Ática e devastam a região. Massas de fugitivos acorrem a abrigar-se em Atenas — de onde Péricles, sensatamente, se nega a sair para correr o risco de um encontro em campo aberto. Tal afluência se regista que os víveres faltam e uma trágica epidemia grassa na capital. Vítimas incontáveis se amontoam. A plebe, enfurecida, depõe o ditador, aclama um novo ídolo: Cléon. Ante o agravamento da crise, recorre-se outra vez a Péricles, alguns meses volvidos. Mas a doença atingiu-o também e não tarda a levá-lo, em 428. A sua falta vai precipitar o desastre.

Um grupo de demagogos alça-se ao governo. Cléon, orador teatral e grosseiro, impõe-se nessa hora de desorientação febril e reclama uma táctica de ofensiva total — em terra como no mar. Ganha mesmo inesperado prestígio ao obrigar à rendição um núcleo espartano na ilha de Esfactéria (425). Decreta no ano seguinte, para alcançar popularidade, que as despesas da guerra sejam suportadas pelas cidades satélites, às quais exige pesados tributos. Castiga cruelmente, com a execução de um milhar de prisioneiros, a revolta dos aristocratas de Mitilene. Atenas, fascinada, deixa-se conduzir por Cléon às delirantes violências.

Esparta, no entretanto, envia o valoroso general Brásidas ao assalto da Trácia, a fim de reduzir a sua inimiga pela fome. Anfípolis cai-lhe nas mãos. Os Atenienses correm a disputar essa posição chave, da qual depende a posse das minas de ouro da Trácia. E Cléon, posto à cabeça das tropas, bate-se com valentia e perde a vida em combate. Pouco depois, Brásidas, por seu turno, sucumbe. Um idoso e prudente negociador consegue, então, estabelecer a trégua que terá o seu nome: a «paz de Nícias», pela qual Atenas e Esparta restituem uma à outra as conquistas feitas e se declaram aliadas por um período de 50 anos (421).

E realmente a paz? No fundo, apenas um armistício.

Outro ídolo seduz Atenas: o equívoco e elegantíssimo Alcibíades, antigo efebo de Sócrates e protegido de Péricles, audaz e vaidoso, árbrito das modas, dotado de singulares qualidades militares, irresistível domador de assembleias e de mulheres, fluente, volúvel, excêntrico, a arder em ambições desmedidas. Nomeado estratego (420), em vez de compreender que o bom senso indica aos Atenienses uma fase de recolhimento e de convalescença para cicatrizarem as feridas e recomporem a situação de hegemonia que parece novamente ao seu alcance — Alcibíades inflama-se com o sonho da tomada da Sicília, onde espera encontrar louros para si e riquezas para Atenas. Convence a Assembleia a aprovar a expedição contra Siracusa: expedição cuja partida se faz entre louco entusiasmo (415). O êxito de Alcibíades não é, todavia, completo. Dividiu-se o comando entre ele e o ponderado Nícias. E ainda a esquadra vai a caminho quando, ciente de que o jovem general participou numa irreverente paródia religiosa, a galera *Salaminia* lhe traz a intimação da Assembleia para que regresse imediatamente, a fim de ser julgado. Finge Alcibíades acatar a ordem. Escapa-se logo que lhe é possível e vai oferecer a Esparta os seus serviços.

Entregue aos próprios meios, que são limitados, Nícias depara feroz resistência dos Sicilianos, deixa-se bloquear no porto de Siracusa por uma armada lacedemónia que Gilipo chefia. A derrota é tremenda e ao velho general ateniense só fica o recurso de se bater corajosamente, de capitular na última extremidade e de afrontar sem tremer a morte a que o adversário o condena (414).

Desce para o crepúsculo inexorável a estrela de Atenas. O seu tesouro esgotado, as suas dizimadas forças, a recusa da maioria das cidades da Confederação de lhe pagar tributo, a carência de chefes à altura das circunstâncias — tudo o anuncia. E Esparta — que retoma as hostilidades, fundadas no ataque à Sicília, violação da «paz de Nícias» — vibra-lhe golpe decisivo ao ocupar e fortificar Deceleia e ao interceptar-lhe desse modo o acesso às minas de prata do Láurio, cujos 20 000 trabalhadores, escravos libertos pelos invasores, engrossam as fileiras espartanas.

Ainda se tenta uma reacção salvadora: economias que permitem refazer parte do antigo poderio naval. As facções exasperam-se. Um governo oligárquico dita as leis durante alguns meses. Restaura-se a democracia e apela-se, surpreendentemente, para Alcibíades. Este, à testa da frota de Samos, repele uma formação de naus espartanas em Cízico (410), assedia e ocupa Calcedónia e Bizâncio. Reentra em Atenas, festejado por ovações calorosas (407). Teve, contudo, a imprudência de deixar a armada entregue a Antíoco que, aceso em pruridos de celebridade, desafia o almirante Lisandro de Esparta e sacrifica à sua vaidade inepta as melhores unidades atenienses. Alcibíades, numa reviravolta, é destituído. Cónon, seu sucessor, inflige uma derrota aos Espartanos junto às Ilhas Arginusas, ao sul de Lesbos (406). Será a estrela que reaparece? Não, porque Lisandro, superior ao que os comandos adversos julgam, fortaleceu a sua esquadra com o auxílio da Pérsia e, em Egospótamos, junto a Lâmpsaco, destrói por inteiro a armada ateniense: de duzentos e tantos barcos apenas oito restam ... (405).

Lisandro não se detém a saborear a vitória. Explora o êxito — fulminantemente. Senhor indiscutido dos oceanos, atravessa o Egeu, derruba várias democracias logo substituídas por ditaduras de amigos de Esparta, dirige-se à Ática, força a entrada no Pireu, vem sobre Atenas — que se defende durante três meses e capitula por fim, exausta, desfeita, prostrada aos pés do vencedor.

Da ditadura espartana à breve hegemonia de Tebas

Será errado imaginar que a unidade grega vai refazer-se — agora em torno de Esparta, como antes em torno de Atenas. Verdadeiramente a unidade grega nunca chega a existir — tal o cioso particularismo das suas cidades-Estados. Mesmo dentro de cada uma delas a unidade não se estabiliza jamais — tal o cioso individualismo dos seus cidadãos. Enamorada de uma forma de democracia que põe nas mãos de assembleias inconsequentes e sugestionáveis os destinos colectivos, a sorte dos governantes, a conduta a seguir nos negócios internos e externos — a Grécia conhece apenas uma fase de real preponderância política e naval durante o consulado de Péricles e

quando essa fase passageira termina entra no plano inclinado de uma decadência que se acelera.

Esparta venceu a nefasta e fratricida Guerra do Peloponeso. Para a vencer, teve porém de sujeitar-se a uma pesada hipoteca: a do interesseiro e mal-intencionado auxílio persa. Daí por diante, descoberto o filão, e incapaz de esquecer os desaires de Maratona, de Salamina, de Pateias — o «Grande Rei» não cessará de intervir na vida pública dos Helenos, de financiar em seu proveito os dirigentes das cidades desavindas: consegue assim desforrar-se das antigas derrotas e curvar a Grécia sob o seu ceptro.

As aparências, no entanto, favorecem a impressão de que à hegemonia de Atenas, depois dos triunfos de Lisandro, sucedeu, pura e simplesmente, a de Esparta. Imposto aos Atenienses, pelo almirante lacedemónio, o governo oligárquico dos «Trinta Tiranos» ,sob a chefia de Crícias e de Terâmenes — o mesmo figurino autoritário alastra, por iniciativa sua, à maioria das cidades gregas. Os ditadores locais são, aliás, vigiados por uma espécie de delegado do poder central — o *harmosta* — que se apoia numa guarnição espartana. Sistema demasiado rígido, mais difícil de suportar do que as já detestadas *clerúquias* de Atenas e que por isso depressa cria atmosfera de descontentamento e rebeldia.

Levantam-se os democratas atenienses, conduzidos por Trasibulo e destronam os oligarcas alçados por Lisandro ao poder. Outros sintomas de desagregação se registam — como o abandono por Corinto da Liga do Peloponeso e a sua união a Argos.

Além disto, já os soldados helénicos participam das vicissitudes das lutas civis da Pérsia. O príncipe aqueménida Ciro entra em sublevação declarada contra seu irmão, o rei Artaxerxes II. Arrasta forças espartanas e de outras cidades helénicas para a sua causa. E os dois partidos travam combate decisivo em Cunaxa, na Caldeia, cerca da confluência do Tigre e do Eufrates (401). Ciro sofre total desbarato e é morto na contenda. Do seu exército em farrapos salva-se um núcleo de militares gregos que empreendem heróica retirada ao longo de mais de 6000 quilómetros, através de constantes ciladas e de regiões abruptas, num prodigioso esforço que ficará lendário — graças a um dos generais que os comandam, Xenofonte, cronista da proeza na famosa *Anábase* ou *Retirada dos Dez Mil*. Atingem, finalmente, Trebizonda, porto helénico do mar Negro — e celebram, com delirante alegria, a salvação que tanto lhes custou a obter.

Dois anos depois, sobe ao trono, em Esparta, um príncipe de excepcional valor, Agesilau, que poderia ser outro Péricles — com a vantagem de não estar sujeito às subversões e flutuações democráticas — se os tempos o consentissem. O extraordinário feito de Xenofonte e dos seus companheiros demonstrou a nítida superioridade das armas gregas sobre as tropas atrasadas e rudimentares, embora numerosas, de que a Pérsia dispõe. Sonha então

Agesilau investir directamente contra o potentado asiático, dobrá-lo à sua vontade, sobretudo assegurar de vez a libertação das colónias orientais, recaídas sob o jugo do «Grande Rei». À frente de um corpo expedicionário começa a realizar os seus planos. As primeiras formações enviadas a deter-lhe a marcha são dispersas com facilidade pelo valoroso exército espartano.

Mas as coisas são diferentes agora. Artaxerxes II não segue o exemplo de Dario ou de Xerxes. Sabe que o melhor processo de enfraquecer os Gregos é cultivar-lhes os desentendimentos e as rivalidades. E despacha emissários, portadores de avultadas somas em ouro, para estimular Atenas e Tebas a reavivar a campanha contra Esparta. A acção corruptora dá rápidos frutos. Chamado à pressa a defender a pátria da agressão, volta Agesilau e, no recontro de Coroneia, bate os inimigos coligados (394). Vantagem fugaz: uma esquadra ateniense, dirigida por Cónon, que os navios persas substancialmente reforçam, derrota a sua armada junto a Cnido, colónia espartana da Cária (Ásia Menor). Já Atenas ergue de novo a cabeça e reconstrói as «longas muralhas», que Lisandro a forçara a abater. Por toda a parte nascem focos de dissidência, a sacudir a tutela de Esparta.

Então, Agesilau muda de táctica, propõe ao «Grande Rei», a cessão definitiva das cidades gregas do litoral da Ásia em troca de um apoio que lhe atribua o domínio da Grécia ocidental. Claro que Artaxerxes II não perde o ensejo de entrar na posse da cobiçada Ásia helénica e de se ver reconhecido como árbitro omnipotente do mundo grego. Transfere a sua aliança de Tebas e Atenas para Esparta. Em Sardes, capital da antiga Lídia, reúnem-se os mandatários de todas as cidades da Grécia. No ano de 387, a vergonhosa «paz de Antálcidas» (nome do negociador espartano que representa Agesilau) confirma a perda das colónias sacrificadas, estabelece o princípio da autonomia das pequenas cidades-Estados que reduz a Hélade a uma poeira de insignificantes soberanias e declara Esparta garantia da paz geral — mas sob a égide da Pérsia. É a subalternização irreparável, a abolição dos orgulhosos trofeus de um século atrás.

Momentaneamente, à custa do servilismo de que deu provas, Esparta tem a ilusão de fortalecer o seu ascendente e de haver mesmo consolidado um império.

Pura ilusão, e por pouco tempo. Atenas, desgostosa com a capitulação de Sardes, isola-se, alheia-se. Tebas reponta — e tem de suportar a invasão espartana da Beócia, a queda da cidadela de Cadmeia, a imposição de um governo de oligarcas, instrumentos da pressão lacedemónia. Estala, dentro em breve, a revolução libertadora, que tem por caudilhos Pelópidas e Epaminondas. Proclamam a independência, refazem a Confederação Beócia (378). Desconcertado, Agesilau vacila e deixa passar os anos. Epaminondas, autêntico génio militar, aproveita-os para organizar em moldes rígidos e eficazes

um exército susceptível de resistir ao ataque inevitável do adversário. De tal maneira se prepara que inflige derrota memorável, graças a um novo dispositivo táctico, às forças que Esparta encarrega de submetê-lo — em Leuctros, não longe de Plateias (371). No ano seguinte, à frente das tropas da Liga Arcádica, invade a Lacónia, liberta a Messénia da servidão, funda a praça forte de Megalópolis. Regressa à Beócia, inflamado pela ideia de elevar Tebas a sucessora de Atenas e Esparta — a cabeça de Império. Alarmados, Espartanos e Atenienses esquecem o antagonismo de sempre, unem-se perante a ameaça. E fere-se entre os dois blocos a batalha junto à cidade arcádica de Mantineia, na zona central do Peloponeso (362). Ainda uma vez, é Epaminondas o vencedor. Mas paga a vitória com a vida. E a quimera imperial de Tebas morre, nessa mesma hora, sobre o cadáver do seu herói.

Unificação sob Filipe da Macedónia

Com o desenlace tão rápido da meteórica aventura tebana, vai ser ainda possível qualquer tentativa de hegemonia de Esparta ou de Atenas? Não, porque a primeira está nitidamente incapaz de exercer o predomínio, cansada pelas sucessivas guerras e cada vez mais inclinada a confinar-se no seu isolamento tradicional. Quanto à segunda, ainda talvez dê e alimente efémeras ilusões — graças à prosperidade dos negócios e a uma aparente restauração do poderio marítimo. Sofre todavia de graves males, irreparáveis: o excessivo amor das riquezas, que provoca o ascendente da plutocracia e um desnível financeiro das classes dia a dia mais cruel; um desregramento manifesto dos costumes que, entre outras consequências, se traduz pela desaparição crescente dos sentimentos religiosos e pelo alarmante declínio da natalidade (os seus habitantes chegam a atingir menos de metade, em relação à Era de Péricles ...); enfim, o espírito mercenário a substituir o antigo fervor patriótico, no que diz respeito aos combatentes — e, quanto aos políticos, a corrupção dos dirigentes e as inépcias cada vez mais funestas da assembleia popular, da qual um observador autorizado diz que é certamente subsidiada pelos inimigos para se reunir com frequência, pois quanto mais se reúne mais erros comete ...

Não, nem Esparta, nem Atenas, nem Tebas têm energias e qualidades para unificar a Grécia. E, contudo, a aspiração à unidade mantém-se, vivaz. Encontra mesmo, por esta altura, defensor de vulto num orador e professor de retórica muito ouvido pelos atenienses, Isócrates, que aponta as fraquezas essenciais do sistema democrático e preconiza a união de todos os Gregos para sacudir o jugo da Pérsia e afirmar os seus direitos à livre soberania.

O apelo é oportuno. Acorda largos ecos. Por toda a parte se deseja ver terminar as eternas querelas de Estados e de facções. Até o enriquecimento de novas camadas aumenta a percentagem dos que, bem instalados numa

existência fácil, querem a paz consolidada, duradoura, com menos rasgos heróicos mas também com menos riscos de invasões ou de agitações sociais ...

Quem irá responder ao apelo de Isócrates e dar à sociedade grega dos meados do século IV aquilo que ela ambiciona?

Um homem dotado de requisitos singulares e que de longe espia e prepara a sua hora: Filipe II da Macedónia.

Até então, a Macedónia foi uma região secundária e não desempenhou papel de destaque. Povo semibárbaro, de montanheses e lavradores bastante rudes e bastante incultos, distanciado do mar que Atenas, depois Esparta, monopolizam, e entretido em lutas episódicas com outros povos limítrofes — conservou-se à margem por longo tempo.

Agora, porém, desperta para novos destinos e aspirações. Desperta, sobretudo, porque surge na sua história o príncipe fadado para o conduzir a um engrandecimento imprevisto.

Filipe, que esteve muito jovem em Tebas, durante alguns anos, levado como refém por Epaminondas — conheceu de perto os requintes de uma civilização adiantada e, pelo convívio com o grande general tebano, a arte de criar uma força guerreira de primeira ordem. Representante de uma raça vigorosa e dura — alia à impulsividade de um bárbaro a subtileza de um grego. Ciente do problema com que o mundo helénico se encontra a braços, resolve dar-lhe solução em proveito próprio. Tanto mais que dispõe dos poderes efectivos de um monarca, senhor da autoridade embora assistido pelo grupo dos seus cavaleiros — e logo compreende a vantagem que isto lhe dá ante os débeis regimes democráticos das cidades gregas.

Começa por organizar um exército superior para a época — à semelhança do que fizeram primeiro Esparta, depois Tebas. A *falange* macedónia, com as suas compridas lanças *(sirissas)* e os blocos densos das suas formações, torna-se potentíssima, irresistível máquina de guerra.

Aproveita, por sua vez, as discórdias reinantes em Atenas e apodera-se do litoral do Egeu que lhe fica fronteiro: Anfípolis, Pidna, Metona, Potideia, Olinto caem-lhe sucessivamente nas mãos e rendem-lhe, além do acesso ao mar, a posse das célebres minas auríferas da Trácia.

Esta, a primeira etapa. As outras, nascem das questões entre grupos de cidades gregas. Filipe explora-as, coloca-se alternadamente a favor de umas e de outras, segue o exemplo da táctica habilíssima da Pérsia, com a diferença de que não a exerce a distância, mas como vizinho atento e apto a intervir. Assim, em 356 há uma «guerra santa» contra os Fócios, que lavraram sacrilegamente um campo pertencente ao Templo de Delfos. De um lado, alinham Atenas e Esparta, de novo juntas (sinal dos tempos!); do outro, a Liga Anfictiónica — Beócia, Lócris, Dóris, Tessália — que pede auxílio ao Macedónio. Este não hesita, bate por completo os Fócios, apresenta-se

Academia de Platão, mosaico de uma villa *dos subúrbios de Pompeia, descoberto no século passado (Museu Nacional de Nápoles)*

em Delfos como «paladino da fé» e aceita o convite para presidir à reunião de todos os Estados Gregos nos Jogos Píticos.

Atenas ainda reage. Se oradores como Isócrates (fiel à tese da unidade), Ésquines (diz-se que pago por Filipe), Fócion (consciente da carência de meios para a luta), aconselham a transigência ou mesmo a submissão, o maior de todos, Demóstenes, com o seu verbo inflamado em cóleras e apóstrofes, quer reavivar o orgulho da Atenas de outrora e prega a cruzada contra o «tirano». Entretanto, Filipe anexa o Epiro como protectorado, avança na Trácia, atinge o Helesponto.

Outra «guerra santa» acelera o desfecho. O sacrilégio, desta vez, foi cometido pela cidade de Anfissa, na Lócris. A Liga Anfictiónica de Delfos investe Filipe no comando da expedição punitiva. Tebas e Atenas, também surpreendentemente aliadas, decidem opor-se e marcham ao combate. Após breve campanha em que, por uma série de engenhosas «fintas» e marchas imprevistas, consegue desorientar e iludir os adversários, Filipe, com a poderosa *falange* eriçada de lanças, esmaga-os por completo em Queroneia (338). Jornada memorável, que o torna dono da Grécia — unificada enfim, mas por um rei estrangeiro!

Um decénio prodigioso

Tem-se nesta altura a impressão de que Filipe é o protagonista a quem caberá executar um grande sonho. A recalcitrante Atenas curva-se na sua frente. Ao Sinédrio de Corinto, reunido na Primavera de 337, acorrem todos os Estados gregos (menos Esparta): ali o aclamam *hégémon* da Federação Helénica e generalíssimo das tropas que vão marchar contra a Pérsia. Um ano depois, antes de poder iniciar a campanha, morre o soberano macedónio, apunhalado por um dos seus oficiais, homónimo do vencedor de Plateias — Pausânias — que se envolve em conflito com outro oficial, alvo do favoritismo régio, Átalo (336). E desaparece bruscamente, quando tem nas mãos todos os trunfos, apenas com 46 anos.

Agora, adianta-se o verdadeiro protagonista: Alexandre, o filho que Filipe teve de Olimpíade, bela e estranha princesa de Molóssia, no Epiro. Há quem admita ser mesmo essa primeira mulher do rei quem instiga Pausânias ao assassínio, ao ver o marido — que em 337 casou com uma sobrinha de Átalo — desviar-se para outros amores e prejudicar assim, eventualmente, o herdeiro da coroa. Tanto mais que, no seu exaltado misticismo, julga ter sido Alexandre não engendrado por ela como esposa de Filipe, mas após uma visita misteriosa de Zeus-Ámon. O príncipe será, deste modo, fruto da intervenção divina — o que lhe aponta destinos excepcionais ...

Parece que, além de sua mãe, também o novo soberano acredita nessa origem prodigiosa — e desde o começo se considera autêntico predestinado.

Com 20 anos ardentes e impulsivos, é já uma personalidade invulgar. Formaram-no, quanto aos exercícios físicos, Leónidas, outro homónimo de um herói espartano; quanto à educação literária, Lisímaco; quanto à filosofia, Aristóteles. Dotado de força notável; persuadido por Olimpíade de que entre os seus ascendentes figura Aquiles, o guerreiro que nenhum igualou; conhecedor dos ambiciosos planos paternos — Alexandre lança-se para diante, à conquista da Ásia, seguro do seu poder e da sua estrela. Com tal intensidade e tal avidez que se pensa nos ciúmes que confessava ter do pai («não nos deixará, se assim continua, a possibilidade de fazer grandes coisas» — desabafa, a certa altura, com os amigos) e se chega a suspeitar de alguma cumplicidade sua, também, no assassínio de Filipe ...

Rapidamente, dá logo Alexandre a conhecer a sua têmpera. Animados pelo desaparecimento do chefe macedónio e pela extrema juventude do herdeiro, os povos oprimidos agitam-se: lavram sublevações na Ilíria e na Trácia; de Ambrácia, cidade do Epiro, vê-se expulsa a guarnição que Filipe instalou; várias regiões da Grécia declaram-se autónomas; Demóstenes, vestido de gala, a fronte adornada de flores, convoca a Assembleia ateniense e faz aclamar um voto de homenagem a Pausânias; até na Macedónia dividida os caudilhos militares armam conjuras perigosas.

Alexandre, porém, não lhes dá tempo de executar os seus projectos. Ordena a prisão dos conspiradores, aos quais manda cortar a cabeça. Dirige-se imediatamente à Grécia — onde a sua presença dissolve todos os focos de reacção; e em Corinto recebe a investidura de comandante dos exércitos, como seu pai. Sem se deter, avança para o Norte, acaba com as efervescências dos Trácios, leva o seu domínio até às margens do Danúbio. Informado de que tropas ilírias se aproximam da Macedónia, corre-lhes ao encontro, desbarata-as, confina-lhes os núcleos batidos nas montanhas, pulverizados em meras guerrilhas. Ainda desce de novo à Grécia para castigar Tebas, cuja destruição se resigna a consentir. Assegurada a submissão dos Helenos, regressa à Macedónia, deixa Antípatro com alguns efectivos de guarda ao país e aos Estados gregos — e parte, à frente de 40 000 homens, para a expedição temerária, uma das mais temerárias de todos os tempos, já que a desproporção numérica em relação à Pérsia chega a ser inverosímil.

Tudo se passa então num ritmo fulminante. Pode-se dizer ser esse o segredo do genial conquistador: a velocidade extraordinária, que surpreende, desconcerta e confunde.

Mal atravessa o Helesponto e pisa as terras asiáticas, pratica dois actos simbólicos: oferece sacrifícios a Posídon como deus dos mares, e aos manes dos vencedores de Tróia. Corre à volta do túmulo de Aquiles, seu antepassado (?), num gesto tradicional de homenagem, depois de sobre a pedra fúnebre lançar grinaldas de flores. Oportunidade de tornar a proclamar-se campeão da causa helénica frente aos Persas. E recita versos da *Ilíada,* que levou

consigo à maneira de um breviário, para melhor se definir como reatador das velhas epopeias ...

Sem dar ouvidos ao conselho avisado de Mémnon de Rodes, almirante grego seu aliado, que sugere deixem os invasores distanciar-se do litoral para só então lhes embargarem o passo, os generais de Dario III oferecem combate junto ao rio Granico, e sofrem cruel derrota (334). Alexandre, em vez de precipitar-se, marca um compasso de espera e junta os seus efectivos mais adiante, em Górdio. Existe ali o famoso carro de Midas, rei da Frígia, cujo nó, a ligar o jugo ao timão, ninguém até então foi capaz de desatar. Corre a lenda de que será daquele que consiga desatá-lo o império da Ásia. Tenta-o o jovem soberano macedónio. Por fim, impacienta-se, corta o nó com um golpe brusco da sua espada e, apesar de não ter merecido o prémio, declara-se fadado para cumprir a profecia.

E é que, de facto, uma vez ainda a fortuna sorri aos audazes. Mais seguro após o episódio do nó górdio, Alexandre retoma o avanço, ultrapassa o Tauro, encontra o vasto conjunto de tropas que Dario III junta para lhe deter a passagem. Outra vitória esplêndida, junto de Isso, que atira os Persas para além do Eufrates (12 de Novembro de 333).

Mas não lhes vai no encalço o vencedor. Segue as costas da Síria e da Fenícia, é obrigado a perder sete meses no assédio de Tiro, que subjuga e assola, toma Gaza, entra no Egipto, onde o acolhem festivamente, pois representa a libertação do jugo persa, duro de suportar. Intitula-se Alexandre filho de Ámon-Rá, a quem rende preito no oásis de Sionah e, como tal, legítimo sucessor dos faraós. Sobre a sua cabeça pousa-se, em Mênfis, a dupla coroa dos antigos monarcas egípcios (332).

Não fica por aí. Sobe ao Eufrates, sempre no mesmo fulminante ritmo. Passa o Tigre. E na margem direita, em Gaugamelos, cerca de Arbelos, ataca vertiginosamente outro enorme exército de Dario III, leva-o de vencida com ímpeto irresistível (331). Ei-lo em Babilónia, em Susa, em Persépolis, em Parságadas, a pisar com seus cavalos as velhas capitais mesopotâmicas. Persegue ainda o inimigo em fuga, na direcção de Ecbátana. Um dos oficiais de Dario, Besso, mata-o para agradar ao vencedor. Alexandre, porém, num golpe de génio, manda executar o assassino, presta honras aparatosas aos despojos do «Grande Rei» e, sem hesitar, declara-se, por seu turno, rei da Pérsia.

Pára, enfim? Menos que nunca. As suas aspirações já deixaram de conhecer limites. Mais a leste, sempre mais a leste. Nos dois anos que seguem, de 330 a 328, apossa-se da Aracósia, da Sogdiana, da Bactriana, territórios imensos, até o Indus e até o Iaxartes. Leva consigo engenheiros, construtores, administradores. Depois de ter fundado no Egipto a monumental Alexandria, que será a nova metrópole do mundo heleno-asiático, semeia de outras Alexandrias o largo império que as suas armas talham. E mais: casa

com uma filha de Dario e com uma filha de Artaxerxes III, para unir o seu sangue ao dos Aqueménidas. Promove numerosos matrimónios entre os seus oficiais e soldados e mulheres das várias regiões do Oriente. Ele próprio já se tornou um soberano oriental, rodeado de cerimónias decorativas, adorado como um deus. Obriga, aliás, todos os seus súbditos — mesmo os gregos do Ocidente — a reconhecer-lhe a divindade. E quer ir mais longe, ainda mais longe, rumo ao Ganges. As tropas, exaustas, negam-se a prosseguir. Resolve então, depois de submeter o rajá Poro, além do Himalaia, regressar a Babilónia, pela Gedrósia e o golfo Pérsico, onde as esquadras o acompanham, comandadas por Nearco. Em Babilónia, saudado como ser divino, toma providências para organizar o Império, empreende trabalhos consideráveis e, repentinamente assaltado por uma febre maligna, sucumbe no apogeu da sua espantosa grandeza de *Kosmokrator* (Senhor do Mundo), em 323, mais novo do que seu pai, visto ter unicamente 33 anos.

Não haverá exemplo de aventura como a sua, em toda a História. Num decénio, praticamente — de 333 a 323 — a obra efectuada, a extensão fantástica das terras conquistadas e das distâncias vencidas, quase parecem confirmar-lhe a origem sobrenatural apregoada por Olimpíade — pois não se afigura crível que um homem igual aos outros pudesse tanto em tão pouco tempo.

O homem, todavia, reaparece, na frase derradeira — o homem, em toda a sua fragilidade e em toda a sua contingência. Quando é já evidente que a morte se aproxima, quando não pode haver esperança de salvação, entre a dor impressionante dos companheiros de armas que o idolatram, perguntam-lhe a quem deixa o seu Império. E Alexandre, numa voz que se extingue, responde apenas, segundo conta Plutarco:

— «Ao mais forte!»

A dupla missão de Alexandre

Espanta realmente esta frase, dita por quem efectuou uma obra de tais proporções e com o aparente intuito de a fazer duradoura e profunda. Para quê, então, chamar a si, com tanta pertinácia, as legitimidades sagradas: filho de Ámon em Mênfis, investido em Babilónia sob a égide de Marduk? Para quê, a política dos casamentos que devia perpetuar a fusão das raças, e a multiplicação de cidades com o seu nome para estabilizar o domínio e criar centros da civilização que trazia? Para quê, a organização cuidadosa e sistemática do Império — se agora o entrega a quem, na competição estabelecida sobre o seu desaparecimento, se revelar «o mais forte»?

Claro que «o mais forte» não poderá ser o irmão consanguíneo, Filipe Arrideu, nem o filho póstumo, havido da asiática Roxane. A incapacidade

de ambos dá lugar a uma regência de dois anos, exercida por Crátero e Perdicas (323-321), depois a outra regência, de mais dois anos, exercida por Antípatro (321-319), depois a outra, um pouco mais longa (319-310), exercida por Poliperconte. Os generais de Alexandre — os *diádocos* — disputam entre si a sucessão, cada qual desejoso de se mostrar «o mais forte». Por alguns anos, Antígono Monoftalmo consegue prevalecer, mas no recontro de Ipso (Frígia) é derrubado e morto pelos seus émulos (311). O mesmo sucede ao filho de Antígono, Demétrio Poliorcetes, em 285, e ao trácio Lisímaco, em 281. No final, os vastos domínios de Alexandre fragmentam-se em três grandes blocos: o Egipto dos Lágidas, que se instalam em Alexandria e, através de uma série de Ptolemeus, se esforçam por dar novo impulso ao velho país faraónico — o maior Ptolemeu III (246-221), chega quase a atingir os seus objectivos e a assenhorear-se de todo o Mediterrâneo oriental, mas com Ptolemeu IV já o declínio se acentua e com Ptolemeu V consuma-se de vez, nos finais do século III; a Macedónia de Antípatro, depois de seu filho Cassandro, vencedor em Megápolis e em Ipso, depois de Deuctrios Poliorcetes e de Antígono Gonatas que voltam a unificar transitoriamente a Grécia, mais tarde de Demétrio II e de Antígono Dóson, enfim de Filipe V, que chega a adquirir notável ascendente e termina batido em Cinoscéfalas (197); e a Síria dos Selêucidas, com Antioquia por capital e à frente o macedónio Seleuco, continuado por seu filho Seleuco II, que atinge o apogeu na era de Antíoco III, *o Grande,* e mesmo na de Antíoco IV, cujas tentativas ambiciosas rematam em completo malogro.

Levou, todavia, mais de um século a decomposição do enorme Império formado pelo genial conquistador em menos de um decénio ...

Pode-se dizer que a história da Grécia terá o ponto final em Queroneia — na medida em que Filipe da Macedónia, rei *bárbaro,* a submete e unifica sob o seu ceptro. Mas não é exacto dizê-lo: porque Alexandre, descendente talvez de Aquiles, discípulo de Aristóteles, entusiasta das glórias homéricas, reata as tradições gregas, se converte, por toda a larga extensão que os seus soldados percorrem como triunfadores, em decidido campeão do *helenismo.* E se, historicamente, a Grécia pouco mais nos apresenta do que permanentes discórdias entre pequenos Estados teimosamente autónomos, apenas com os breves intervalos do brilhante consulado de Péricles (trinta e poucos anos), das aspirações de Agesilau de Esparta (outros trinta e tal anos de reinado, parte dos quais numa espécie de submissão à Pérsia), do sonho efémero do tebano Epaminondas (10 anos incompletos); se historicamente a Grécia mal se ergue à supremacia do segundo quartel do século V ao terceiro quartel do século IV — o certo é que o *helenismo* tem amplitude muito maior, preside a larga sucessão de séculos e modela, em consideráveis proporções, a evolução do mundo ocidental.

Porque, bem vistas as coisas, a Grécia, como unidade política, não chega mesmo a existir, e muito menos a durar. Mas existe, e dura como expressão e irradiação cultural. Sem ser uma Nação, antes um grupo de centros urbanos e mercantis — é uma Cultura, das mais sugestivas e influentes de todas as épocas. Cultura que, além de carrear numerosos elementos egípcios e mesopotâmicos — provém das antigas raízes cretenses e micénias, aglutina os factores complementares de origem aqueia, jónia e dórica e constitui poderosa síntese que vem gravar sulco inapagável em todas as populações do Mediterrâneo oriental e ocidental, da África do Norte, da Ásia subjugada pelas armas de Alexandre. Ao helenizar o Oriente, desempenha assim o Macedónio papel de primeiro plano na História Universal.

Caber-lhe-á, porém, com verdade, o título de helenizador do Oriente? Sob determinado prisma, é evidente que sim. E os vários aventureiros que entre si lhe repartem a herança continuam-lhe também a sementeira. Note-se, contudo, que o próprio Alexandre, na última fase, dá claros indícios de se *deselenizar,* de sofrer, por sua vez, a magia das crenças e dos usos orientais. Se quisermos fazer o justo balanço da sua acção, teremos de concluir que, a par de helenizador do Oriente, foi, conscientemente ou não, orientalizador do Ocidente. Desde as suas teogonias remotas às práticas dos seus magos e astrólogos, às suas instituições baseadas em monarcas divinizados, às suas ideias e às suas modas — tudo extravasou sobre as gentes e terras ocidentais e veio amalgamar-se num sincretismo novo. Simultaneamente, na comitiva do jovem imperador, iam os representantes do pensamento, dos métodos, dos usos e costumes helénicos.

O que Alexandre terá sido — em conclusão — é um dos maiores, o maior porventura, dos instrumentos da interpenetração fundamental de dois credos, dois conceitos da vida e do homem, dois mundos complementares. E talvez assim a dupla missão que desempenhou — em prazo tão curto, sobre alicerces tão frágeis e, segundo parece, sem distinguir bem o que era simples ambição pessoal e superior curso da história — ganhe até mais fecunda grandeza de perspectivas. Por seu intermédio, opera-se autêntica e colossal viragem histórica; o *helenismo* transborda muito para além dos seus limites naturais e vai fertilizar e dinamizar a gigantesca massa da Ásia milenária ...

Panorama da cultura grega

A clara demonstração da falta de coincidência entre a rápida e sincopada vida política da Grécia e o desenvolvimento gradual da sua cultura — facilmente se colhe na visão sumária dessa cultura em paralelo com a história política.

A Filosofia grega nasce, com efeito, ainda no século VII, em Mileto (Jónia), com os precursores da escola naturalista: Tales (640-550), para quem o Universo tem como elemento fundamental a água; Anaximandro (611-546), para quem tudo principia num caos indefinido; Anaxímenes (588-524), já mais moderno, para quem o ar é o fundamental elemento. Heraclito de Éfeso (576-480), que prefere derivar tudo do fogo, explica o mundo pelo movimento incessante *(fluens semper)*. Pitágoras de Samos ou Crotona (580-500?), inventor da palavra *filosofia,* vê o Universo governado pelos números *(mundum regunt numeri)* e dá-lhe interpretação puramente matemática. Em oposição ao panteísmo dinâmico dos Jónios, a Escola de Eleia, com Xenófanes (570-478), Parménides (529-444), Zenão (490-454?) reforça a noção estática do ser, imóvel, permanente, unitário, cujas mudanças não são mais do que ilusões dos sentidos. Leucipo (500-?) e Demócrito (520-440), aquele ainda em Eleai, este em Abdera, reagem por meio de nova teoria do movimento: o Universo é descrito como um conjunto de átomos em constantes agitações, dos quais se compõe a matéria.

Torna-se então Atenas o centro da intelectualidade helénica e Anaxágoras (500-428) apresenta duas novas hipóteses: a das *homeomerias* (reunião de átomos semelhantes) e a de uma inteligência soberana que tudo ordena e comanda. Pela mesma altura, Empédocles de Agrigento junta-lhes a ideia inovadora das duas forças (atracção e repulsão) entre os átomos, embora permaneça fiel aos velhos trilhos hilozoístas e panteístas. São estes os contemporâneos de Péricles — assim como os sofistas Protágoras (480-411) e Górgias (485-380), mestres de subjectivismo, relativismo e agnosticismo.

Justamente a idade de ouro da Filosofia surge quando, com o crepúsculo do esplendor de Atenas, a marcha para o declínio se inicia. Sócrates (470-399) ainda vive no tempo de Péricles, mas é condenado à morte em plena era da hegemonia espartana. E se, pela sua presença e pela sua conversa, muito concorre para lançar a especulação filosófica em rumos novos e justos: conhecimento do homem, procura da Verdade e do Bem, maiêutica fecundadora de espíritos, prática das virtudes, conceito de um deus uno, infinito e providencial — os textos em que as suas lições serão registadas e comunicadas à larga posteridade só verão a luz mais adiante, graças a Xenofonte (430-352) e a Platão, nascido em 428, no próprio ano da morte de Péricles e falecido em 347, quando já Filipe da Macedónia deu os primeiros passos para o domínio da Hélade. Platão, dialogador emérito que, pela crítica dos sistemas anteriores, pela famosa Teoria das Ideias, pela elevação e pelo aperfeiçoamento da dialéctica, pela noção superior da alma imaterial e imortal, pelo elogio da sabedoria e das altas finalidades éticas — tem um dos primeiros lugares entre os pensadores de todos os tempos. Depois, Aristóteles (384-322), talvez o maior de todos, sistematizador prodigioso dos conhecimentos, criador de uma Lógica ainda hoje tão válida como na altura em que a expôs, de uma alta e completa Metafísica, de uma Psicologia, de

uma Teologia, de uma Moral, de uma Política tão identificadas com o real que merecerão constituir as bases da Filosofia Perene — mas que já ensina sob a égide dos Macedónios e é o preceptor de Alexandre.

Pirro, o céptico (360-270), Tímon, seu discípulo, apologista da *ataraxia;* os cínicos Aristipo de Cirene (435-360) e Diógenes de Sinope (413-323); os estóicos Zenão de Cício (340-264), Crisipo de Solos (?-280); o hedonista, sensualista e materialista Epicuro (340-270); assim como os probabilistas da nova Academia, Arcésilas (341-241), Cernéades (215-126) e os deficientes seguidores de Aristóteles no Liceu, Teofrasto (370-286), Estráton (386-270) e Demétrio de Falera (307-283) — apenas reflectem a decadência irremediável. Alguns dentre eles residem em Alexandria, e na metrópole dos Ptolemeus adulteram a herança intelectual dos grandes mestres gregos, ao contacto das múltiplas e corruptoras filosofias orientais.

Se da Filosofia se passar às Letras, encontramos, ainda no século VII, os poetas Alceu e Safo, de Lesbos, com seu lirismo inflamado e sugestivo; depois, ao longo da centúria seguinte, o jovial e libertino Anacreonte de Téos (560-478), o vigoroso e declamatório Píndaro (521-441), Téspis, criador do Teatro quando, nas festas de Dioniso, introduz uma personagem que dialoga com o coro e traz com a sua aparição os rudimentos primitivos de uma acção dramática. Aqui é que a Idade de Ouro se ajusta ao período áureo de Atenas — com o grandioso Ésquilo (526-456), combatente de Maratona, de Salamina e de Plateias, cujas tragédias, dos *Persas* aos *Sete Chefes diante de Tebas,* ao *Prometeu Agrilhoado,* à trilogia da *Oréstia,* desenrolam os conflitos patéticos dos homens vítimas de fatalidades que os ultrapassam, sejam os heróis de Homero redivivos, sejam os Atridas envolvidos nas suas tremendas e sinistras aventuras; com o magnífico Sófocles (495-405) de *Antígona,* de *Electra,* de *Édipo Rei,* de *Édipo em Colone,* que atribui já maior lugar à análise psicológica das figuras e, num estilo de singular perfeição literária, enche de vida e de drama as histórias sombrias do filho de Agamémnon e de Clitemnestra, do filho de Laio e de Jocasta, e da sua desvelada companheira, Antígona, modelo de abnegação no sacrifício; com o intenso e expressivo Eurípides (480-405) de *Héracles,* de *Alceste,* da *Medeia,* das *Troianas,* de *Ifigénia em Áulis,* de *Ifigénia em Táuris* e de muitas peças mais, dissecador de caracteres e de sentimentos, visionário pessimista, romanesco intérprete de todas as paixões humanas; com o irreverente, satírico Aristófanes (450-385) das *Vespas,* de *Lisístrata,* de *As Nuvens,* de *As Rãs,* de *Assembleia das Mulheres,* de *Os Pássaros,* caricaturista lucidíssimo das fraquezas dos compatriotas, das suas futilidades, dos seus ridículos, dos seus vícios — e, também, da sua irreligiosidade corrupta e do espectáculo incongruente e desolador das suas absurdas instituições políticas.

Recordem-se ainda, no campo da Historiografia, quatro grandes nomes: Hecateu de Mileto (século VI), autêntico fundador da História; Heródoto de Halicarnaso (484-425), viajante que deixa tantas informações sobre as terras e os povos que conheceu, embora seja o primeiro a não acreditar inteiramente naquilo que conta; o escrupuloso Tucídides (460-396) da *História da Guerra do Peloponeso,* testemunha fidedigna dos importantes acontecimentos em que participou; e outro homem de guerra, Xenofonte (430-352), que, além da *Anábase,* a que já se fez referência, traça, na *Ciropedia* e nas *Helénicas,* narrativas metódicas de real densidade histórico-filosófica.

No campo da Ciência, recordem-se, entre muitos outros — todos já, aliás, posteriores à fase do esplendor helénico — o fundador da Geometria, Euclides (306-283), que ensina em Alexandria e cujas obras hão-de manter ao longo das épocas, validade e consistência; o extraordinário Arquimedes (287-212), descobridor de princípios físicos ainda hoje inabaláveis, inventor, por outro lado, de armas que prolongam a resistência de Siracusa, sua pátria, assediada pelos Romanos — o extraordinário Arquimedes do inesquecível grito, *Eureka!,* que poderá servir de lema estimulante aos cientistas de qualquer tempo; Hiparco de Niceia (160-125), astrónomo de génio; Eratóstenes (276-?), geógrafo prodigioso; o botânico Teofrasto (372-287); o anatomista Herófilo de Calcedónia (285-?); o fisiólogo Erasístrato de Céos (258-?); e quantos, quantos outros, que entrevêem ou desvendam horizontes científicos amplíssimos? ...

No campo das artes plásticas tem a Grécia alguns dos seus mais incontestáveis e duradouros títulos de glória. Quanto à Escultura, desde Policleto, rigoroso observador das leis da regularidade e da simetria de Míron, autor dessa obra-prima de anatomia e movimento que é «O Discóbolo», ambos do século VI, até Fídias, no século V (500-431), mestre da estatuária monumental, da Atena do Pártenon e do Zeus de Olímpia, seguido por dois maravilhosos discípulos, Agrocitos e Cálamis, e, já no século IV, o delicado e airosíssimo Praxíteles (390-?), o expressivo Escopas, o primoroso Lisipo. Quanto à Arquitectura, para citar apenas três dos maiores, lembrem-se Ictínio, Calícrates e Mnésicles, construtores, respectivamente, do Pártenon, do Erectéion, dos Propileus. Quanto à Pintura: o admirável Polignoto de «O Saque de Tróia»; Zêuxis (404-398), que marca superiormente as perspectivas e usa com mestria do claro-escuro; Parrásio, seu rival, a quem se deve a bela composição a fresco de «O Povo de Atenas»; mais tarde, possuidor de inexcedível técnica, o afamado Apeles, criador de tantas «Afrodites» e retratista de Alexandre ...

Nunca se foi mais longe numa arte em que a soberania da razão esplende no equilíbrio da forma e se obtêm raras combinações da harmonia mais perfeita e definitiva. Nunca os artistas serviram com maior devoção e maior bom-gosto o culto dominador da humana beleza — da qual nos legaram, sem

dúvida, imagens que o tempo não apaga ... Só há que notar, por vezes, certa frieza nesses trabalhos um tanto convencionais, como que produzidos sob um clima de pura graça formal. E é isto mesmo que leva Rémy de Gourmont a resumir, com subtil ironia: «A arte grega é uma série de problemas geométricos resolvidos em mármore» ...

Humanismo e paganismo

De facto, na Arte como na Filosofia, como no Drama, como em todas as expressões do seu poder criador e do seu génio especulativo — os valores mais representativos da cultura helénica não podem deixar de ressentir-se daquele tenaz e limitado antropocentrismo (ou deveremos chamar-lhe antes *antropoteísmo,* já que os seus deuses são, afinal, embora sublimados ou cercados de fábulas e prodígios, excessivamente *humanos?*) — que o sofista Protágoras condensa numa legenda bem reveladora, ao declarar «o homem medida de todas as coisas».

A Grécia é, acima de tudo, cultora apaixonada do *humano demasiado humano,* para não dizermos do humano exclusivamente humano. Ao serviço do homem, graças a uma variedade e espontaneidade de dons que hoje ainda provocam legítimo assombro, constrói uma civilização luminosa, fecunda em sugestões e caminhos, aberta a todas as correntes do espírito e a todos os requintes da forma — uma civilização de que a nossa não pode deixar de se reconhecer herdeira em grande parte.

No entanto, trata-se de uma civilização antropocêntrica — e o seu objectivo máximo é exaltar um humanismo integral.

Humanismo enobrecido pelos apelos à virtude, ao autodomínio, ao primado da inteligência, de um Sócrates, de um Platão, de um Aristóteles e, na fase derradeira, pelo esforço dos Estóicos no sentido de um convite à vitória sobre os instintos, apetites e paixões.

Em todo o caso, humanismo pagão — e, como tal, sujeito a limites que não pode, nem poderia, ultrapassar. Humanismo pagão, supersticioso, preso a mil preconceitos e a mil temores, caracterizado pelo amor absorvente da vida terrena, dos prazeres imediatos, das belezas perecíveis.

Sobre a extrema liberdade do homem querem os Gregos levantar todo o edifício. A falência dos seus modelos políticos tem aí origem evidente — através de instituições democráticas que sempre se traduzem em paradoxos, erros, agitações estéreis, inconsequências suicidas e por isso sofrem a condenação severa da maioria dos grandes pensadores. Não censura Sócrates com veemência que se tirem à sorte magistrados quando se não escolhe por tal processo um marceneiro ou um tocador de flauta? Não avisa Platão, na *República,* que o exagero da liberdade conduzirá à servidão geral? E é certo: a liberdade helénica mata-se por suas próprias mãos — acaba por atrair, e

consolidar, o jugo estranho. Como sintetiza lucidamente o americano Will Durant: «A irresponsabilidade de uma assembleia que, desprovida de freios, vota um dia sob o acicate de paixões momentâneas e lamenta-o, também com paixão, no dia seguinte, mas em vez de se castigar a si mesma castiga aqueles a quem deu ouvidos; o poder legislativo acessível apenas aos membros da *ekklesia;* o estímulo concedido aos demagogos enquanto os homens qualificados sofrem ostracismo ruinoso para a cidade; a atribuição dos cargos pelo acaso do sorteio, com mudança anual dos funcionários e o correspondente caos governativo; a desordem das facções a perturbar a cada passo a direcção e a administração do Estado — eis os vícios capitais de que Atenas pagou o preço até o último óbolo, sucessivamente a Esparta, a Filipe, a Alexandre, a Roma ...» E o que se diz de Atenas aplica-se a qualquer outra das pequenas cidades-Estados da Grécia. «Não há uma só» — frisa o professor francês Maurício Croiset — «que possa ser proposta como exemplo a um Estado moderno».

Evidentemente, a Grécia antiga — a Grécia admirável dos filósofos, dos sábios, dos oradores, dos artistas — cai vítima do seu individualismo substancial, da sua orgia de liberdade, do culto abusivo e desmedido do homem isento de cadeias e disciplinas, do homem ilusoriamente considerado «medida de todas as coisas» ...

Nem por isso se negará o alto papel desempenhado pela civilização grega na marcha da História Universal. Nem por isso se contestará a legitimidade com que Gonzague de Reynold assinala que «o sentimento pan-helénico (no período da resistência vitoriosa aos invasores persas, no período de Maratona, de Salamina, de Plateias, de Mícale) foi a primeira forma do sentimento europeu — de uma Europa conscientemente oposta a uma Ásia». E é por isso que, com o eminente professor de Friburgo, também, apesar de tudo, nos parece legítimo ver, sobretudo na Grécia do século V, por muitas razões fundamentais — a *Proto-Europa* ...

ROMA ENTRE A TOGA E A ESPADA

Se pela posição geográfica, pelas condições climáticas e também pelo recorte das suas costas, a Península Grega estava naturalmente fadada para alcançar o máximo relevo na zona oriental do Mediterrâneo — a Península Itálica, situada no centro das duas zonas, ainda se encontra em situação mais favorável e propícia.

Pelo norte, liga-se com maior solidez ao continente europeu — na região entre os Alpes e os Apeninos que forma a planície do Pó e que virá a ser amplo cenário de grandes lutas no curso dos tempos. A parte central — a enquadrar a vasta cordilheira dos Apeninos, em marcha para o Sul — é um rectângulo quase maciço, cujo solo, especialmente a oeste, sobre o mar Tirreno,

oferece largos talhões propícios à agricultura. Só mais para baixo, a partir da baía de Nápoles, os recortes litorais se prestam melhor às empresas navegadoras — assim como na face oposta, a do tacão da bota peninsular. Atmosfera luminosa e estimulante, terras planas e férteis, numerosos cursos de água — tudo constitui ambiente disposto, muito naturalmente, para facilitar a vida e a riqueza das populações.

De facto, desde recuados tempos as populações ali acorrem, instalam-se, trabalham, iniciam actividades de guerreiros e agricultores. Segundo a tradição, é num pequeno agregado meridional — a Enótria, assim chamado pela abundância de vinho — que surge o rei Ítalo, de quem o seu povo toma o nome. E pouco a pouco, a toda a Península até ao Pó, essa designação alastra, generaliza-se: país dos *Itali* — Itália.

Os tempos obscuros

Como sempre, as origens rodeiam-se da habitual incerteza. Poderá chamar-se aos povos primitivos *Lígures* e *Sículos?* Entre os anos de 2000 a 1500 antes de Cristo, vagas densas de invasores parecem ter chegado do Norte e estabelecido colónias nas margens dos lagos setentrionais. Erguem as habitações em cima de estacas fortemente cravadas na água, a fim de as defenderem melhor de quaisquer ataques de homens ou de feras. Estendem-se depois mais para o sul e constroem em terra firme, sem deixarem contudo de usar o mesmo processo. O seu modo de viver é sobretudo pastoril, mas já se entregam a indústrias rudimentares: olaria, tecelagem, fabrico de instrumentos e armas. Em torno dos pequenos aglomerados, montes de destroços suscitam a curiosa designação de *terramare.*

Alguns séculos adiante, já a entrar no primeiro milenário, iniciam-se na utilização do ferro, desenvolvem capacidades industriais, alargam a penetração a novas zonas. É a este período que se chama *vilanoviano,* por ter o seu núcleo principal cerca de Bolonha, em Vilanova.

O período seguinte — começado, mais ou menos, no século VIII a. C. — revela, graças a outra onda de invasores, um povo estranho, de misteriosas características, oriundo não se sabe bem donde, que vai exercer demorada e singular influência: os Etruscos.

Para uns, como Helbig, trata-se de um ramo de nortenhos, herdeiros dos *vilanovianos;* para outros, trata-se antes de emigrantes orientais, vindos da Lídia por mar; outros, ainda, como Pallotino, julgam-nos antiquíssimos habitantes, enraizados desde a era neolítica. Não é fácil decidir, pois o que se conhece da civilização etrusca presta-se a justificar parcialmente qualquer das hipóteses — sem demonstrar nenhuma por forma a acabar com as dúvidas ... Seja como for, visto haverem-se fixado no noroeste de Península, os Gregos conhecem-nos por *Tirrenos,* e os vizinhos por *Tusci* ou *Etrusci.* Mas,

se for o nome helénico a merecer a preferência, indicará, porventura, que vieram de Tira, cidade da Lídia — de acordo, aliás, com a versão de Heródoto.

Belicosos, empreendedores, mais adiantados e enérgicos do que a maioria dos povos peninsulares da época — Vénetos a nordeste, Úmbrios e Sabinos ao longo da costa do Adriático, Latinos do lado oposto, e mais algumas tribos de menor importância — não tardam os Etruscos a obter acentuado predomínio. Nos séculos VII e VI tomam uma fracção da Gália Cisalpina, e, em sentido contrário, ocupam a Campânia e o Lácio. Aliados a Cartago, derrotam os Fócios no recontro naval de Alalia (535) e apoderam-se da Córsega e da Sardenha. Expansão efémera, pois a esquadra de Siracusa vence-os em Cumas (524), os Samnitas e os Sabinos reaparecem no Lácio e na Campânia, os Celtas rechaçam-nos das planuras cisalpinas. Nem por isso a hegemonia etrusca deixa de gravar profundos vestígios, com a sua arte engenhosa e decorativa, a supremacia dos seus guerreiros, os seus deuses poderosos e terríficos (Tínia, senhor das faíscas e dos relâmpagos; Manto e Mânia, reis dos Infernos, entre cortes de demónios; Laso, que rege os destinos cercada de uma auréola de serpentes), as suas danças voluptuosas e febris ...

Estranho povo, edificador, violento, cruel, sobre cujos túmulos se descobre o machado duplo, o *labrys* — símbolo de velhos cultos e de poder absoluto entre os remotos países da Ásia Menor como entre os cretenses do Império dos Minos ...

Qual a influência dos Etruscos sobre a fundação de Roma e sobre a primeira fase da sua história? Cada vez essa influência nos aparece mais predominante — *decisiva.*

Como de costume, as lendas, a tal respeito, abundam, e tudo confundem e obscurecem.

A primeira, é a de Jano, filho de Apolo, que reina sobre os aborígenes do Lácio, cede o monte Capitolino a Saturno — o qual, em troca, ensina os Latinos a cultivar o milho e a vinha — e conta entre os seus sucessores Evandro, originário da Arcádia, fundador de uma cidade no monte Palatino. Hércules também por ali passa e abate, no monte Aventino, o bandido Caco.

Outra lenda gira à volta de Eneias, filho de Vénus e Anquises — o herói cantado por Virgílio — que escapa, depois de se ter batido valentemente, ao desastre de Tróia e aporta, com seu filho Ascânio e outros companheiros, junto à foz do Tibre. Latino, soberano da região, dá-lhe por esposa uma filha, Lavínia. Trava diversas lutas com Turno, chefe dos Rútulos, a quem vence e mata, e funda a cidade de Lavínio, em homenagem a sua mulher. Desaparecido Eneias, Ascânio abandona Lavínio, demasiado perto da costa e, mais para o interior, funda por sua vez, no sopé do monte Albano, a cidade de Alba Longa, destinada a exercer por algum tempo entre os burgos vizinhos certa supremacia.

Cerca de 300 anos correm. E insere-se aqui outra lenda, segundo a qual, nos meados do IX século, quando o monarca israelita Acab desposa Jezabel, filha do rei de Tiro, no próprio dia em que a princesa fenícia chega a Samaria, um corvo desprende voo do palácio real com uma cana presa no bico. Atravessa os mares, desce na Península Itálica, espeta na terra a cana que traz e proclama que ali se levantará o novo poder pelo qual Israel será reduzido à servidão. E é precisamente onde Roma nasce, um século mais tarde ...

Reata-se, porém, a história dos sucessos de Eneias. Doze reis se sucedem em Alba Longa. O último é Procas, a quem deve suceder seu filho mais velho, Numitor. Mas o segundo filho, Amúlio, exila o irmão, apossa-se do trono e para evitar futuras dificuldades assassina os dois descendentes varões de Numitor e obriga a sobrinha, Reia Sílvia, a fazer voto de castidade perpétua como sacerdotisa de Vesta. Os deuses, porém, ainda uma vez se sobrepõem aos planos dos homens. Marte deixa-se seduzir pela beleza de Reia Sílvia, e desses divinos amores resultam dois gémeos. A filha de Numitor é punida com a morte e as crianças são lançadas num berço sobre as águas do Tibre. Sobrevém, no entanto, uma cheia. O rio cresce e o berço errante aparece junto a uma figueira, na encosta do Palatino. Atraída pelo choro dos recém-nascidos, aproxima-se uma loba que os alimenta do seu leite, na gruta de Lupercal. Um casal de pastores, Fáustulo e Aca Larência, descobre-os e, impressionado com a prodigiosa cena, leva consigo os gémeos, adopta-os e dá-lhes os nomes de Rómulo e de Remo.

Mais tarde, já adolescentes, abatem Amúlio por suas mãos, libertam o avô Numitor e restituem-lhe o trono perdido, em Alba Longa. Como recompensa, Numitor permite-lhes fundar e dirigir uma cidade nova. E os dois gémeos logo pensam no lugar onde foram salvos e onde a sua infância decorreu. Tanto mais que a situação é boa, junto a um grande rio, não muito distante do mar, fronteira aos territórios dos Etruscos, dos Latinos e dos Sabinos.

Têm de consultar primeiro os auspícios. Rómulo coloca-se no alto do Palatino; Remo, no alto do Aventino. Seis abutres voam por cima de Remo; 12 abutres por cima de Rómulo. É este, portanto, o favorito dos deuses; cabe-lhe fundar a cidade, que receberá o seu nome.

E Rómulo cumpre os ritos. Atrela a uma charrua um touro e uma bezerra de perfeita alvura, como símbolo de pureza. E, com a relha do arado traça à volta do Palatino um sulco representativo do contorno sagrado das futuras muralhas. Ao solene acto é atribuída mesmo uma data precisa: 22 de Abril de 753. Acrescenta-se que Remo, ou por um movimento de despeito ou por simples irreverência, salta por sobre o risco dos limites simbólicos — e cai imediatamente morto, sob os golpes do irmão ou do seu companheiro Céler, para castigo da impiedade ...

Rómulo governa 36 anos, até 717. Desejoso de fornecer esposas aos habitantes de Roma, e como os povos vizinhos se recusam a ceder-lhes, organiza festas públicas ao deus Conso, durante as quais são raptadas numerosas raparigas sabinas cujas famílias se vêem obrigadas a abandonar a cidade. Os ofendidos juram vingança. O primeiro a atacar é Ácron, rei dos Cenícios, que sucumbe na refrega. O segundo, é Tito Tácio, rei dos Curitas. Marcha sobre Roma e, graças à traição de Tarpeia, consegue apoderar-se do Capitólio. Dentro do próprio burgo desenvolve-se luta encarniçada — até que se interpõem entre os combatentes as sabinas outrora raptadas e agora esposas dos romanos. Suspende-se o prélio, estabelece-se a concórdia. Unem-se ambos os povos, sob a dupla realeza de Rómulo e de Tácio. Poucos anos volvidos, o sabino morre assassinado; e Rómulo, único senhor, esboça a primeira organização política dos seus compatriotas, cria o Senado, divide os cidadãos em *cúrias* e *centúrias* e acaba por desaparecer misteriosamente, no meio de uma tempestade. Será adorado, desde então, sob o nome de Quirino.

Sucede-lhe um sabino, Numa Pompílio (717-673), que, aconselhado pela ninfa Egéria, lança os alicerces da organização religiosa. A seguir, vem Túlio Hostílio, guerreiro e conquistador, que decide apossar-se de Alba Longa. As forças hesitam, porém, em arremeter, pois Alba é a antepassada de Roma. E combina-se resolver o pleito por um combate singular entre valorosos soldados: é o episódio do duelo dos romanos Horácios e dos albanos Curiácios. Dois dos Horácios tombam no primeiro choque; o terceiro, porém, simula fugir e, por meio desse ardil, separa os inimigos e vence-os um a um. Triunfou Roma e a gente de Alba destruída vem engrossar a sua população.

Anco Márcio, outro sabino, é eleito do povo, dois anos após o falecimento de Túlio. Reina de 639 a 616, toma várias cidades aos Latinos, alarga os seus domínios até ao mar e funda o porto de Óstia, na foz do Tibre.

O período seguinte vê surgir o primeiro soberano etrusco, aliás de origem helénica; Tarquínio Prisco, ou Tarquínio, *o Antigo,* casado com Tanaquil. Amplia o número de senadores, ergue construções importantes, faz edificar uma forte muralha ao redor do burgo, acrescenta o exército, promove grandes trabalhos públicos. Reina até 579, data em que os descendentes de Anco Márcio o assassinam. A enérgica e ambiciosa Tanaquil impõe, todavia, a subida ao trono de seu genro Sérvio Túlio, que alguns supõem filho de um deus e de uma rainha destronada. Sérvio mantém-se largo tempo no poder, de 578 a 535, alarga a área de Roma, faz várias campanhas com êxito, divide em classes os seus concidadãos e reparte o povo em tribos. Embora governe com acerto e prudência, o genro, Lúcio Tarquínio, neto de Tarquínio Prisco, de acordo com sua filha Túlia, conspira contra ele e mata-o em pleno Senado. Cinge a coroa, que guardará por um quarto de século e, designado por Tarquínio, *o Soberbo,* inaugura uma era de absolutismo ostentatório e violento, levanta novos e imponentes edifícios como o templo de Júpiter no Capitólio

e dota Roma de uma rede aperfeiçoada de esgotos (a *Cloaca máxima*). Impopular, a braços com resistências e conjuras dos oprimidos que humilha e maltrata, pensa recobrar o prestígio por meio de conquistas guerreiras. E parte numa expedição contra os Volscos.

Aqui surge a romanesca narrativa de Tito Lívio, acerca de uma discussão no régio acampamento, entre o filho do rei, Sexto Tarquínio e um seu parente, Lúcio Colatino — quanto à virtude das respectivas consortes. De improviso, montam a cavalo e vão a Roma surpreendê-las em plena noite. Ao passo que a mulher de Sexto está longe de se comportar exemplarmente, Lucrécia, mulher de Colatino, trabalha, solitária, a um canto do lar. Sexto, invejoso e cínico, forma diabólico plano — e, poucos dias mais tarde, volta em segredo e violenta a inocente Lucrécia. Inconsolável, esta chama o pai e o marido, expõe-lhes a sua desonra e suicida-se, com um punhal, em presença de ambos.

É a gota que faz extravasar a indignação popular. Exortado por Júnio Bruto, amigo de Colatino e pelo próprio viúvo de Lucrécia, o Senado destitui Tarquínio, *o Soberbo*. O Monarca ainda acorre com as tropas. Entre os soldados, porém, Bruto acende também a insurreição. E Tarquínio foge para o Norte, enquanto em Roma se proclama o fim da realeza.

Tudo isto é, no entanto, mais lenda do que história. Ou, se se quiser: história lendária. Há todos os motivos para crer que os actos atribuídos aos primeiros reis de Roma não passam de versões deformadoras e embelezadoras com que os historiógrafos romanos disfarçam as origens, modestas ou bárbaras, do seu país. Surge mesmo uma interpretação mitológica — excelentemente defendida por Jorge Dumézil — segundo a qual a Roma primitiva, quer na divisão trinitária de classes: juristas, guerreiros, agricultores, quer na trilogia de deuses que as simbolizam: Júpiter, Marte, Quirino — não faz mais do que transpor, para outro solo e outro agregado, certos conceitos tradicionais das regiões do Oriente.

O que parece mais conforme com a realidade é que o aparecimento e o desenvolvimento de Roma seja sobretudo obra dos Etruscos — povo mais forte e mais adiantado que nenhum dos grupos existentes na Península Itálica entre os séculos VII e VI a. C. e que nessa altura conhece a sua máxima grandeza imperial. Etruscos a norte; Helenos a sul — onde aportam, na oitava centúria, ao estreito de Messina e fundam as cidades de Zancle e Régio, depois, no litoral da Campânia, a de Cumas. Outras fundações suas, a leste, são Metaponto, Síbaris, Crotona. Acima de todas, Siracusa na ilha Siciliana e Tarento no tacão da bota peninsular.

A norte, os Etruscos; a sul, os Helenos. Dois núcleos poderosos, com impulsos conquistadores e civilizadores.

A meio, os Latinos e as outras tribos de que já atrás se mencionaram algumas. Pequenas povoações cujos habitantes vegetam numa existência pobre

e difícil, a debater-se com as condições desfavoráveis do clima entre vulcânico e pantanoso — e a refugiar-se de preferência nos pontos elevados, onde se instalam em aglomerados rudimentares. Adiante, esses aglomerados começam a ligar-se em federações também rudimentares — a primeira das quais será, porventura, a que se forma em torno de Alba Longa. As colinas que hão-de ser a base de Roma apenas conhecem, de início, esses povoados exíguos: o Aventino supõe-se o primeiro a ser habitado, pelos Lígures; no Palatino terá existido a aldeia rústica do Gérmalo; no Esquilino, outras três, assim como no Quirinal, no Viminal, no Célio, no Capitólio. Em certa altura, também ali se constitui uma Liga — talvez contemporânea da aldeia conhecida por *Septimontium* — ampliação da Liga Palatina, que deve tê-la precedido. Mas trata-se de uma Liga unicamente baseada em certos ritos comuns e que não chega a representar conjunto articulado e sólido. É desta época que datam os primeiros reis citados pela história lendária — aos quais parece inadmissível atribuir as iniciativas imaginadas pelos narradores fantasistas. Se quaisquer deles tiveram existência real, não passarão de chefes episódicos dessas povoações minúsculas e nunca poderão ter executado aquilo que lhes atribuem, pois nem de longe possuem meios para tanto, assim como estarão longe de conceber tipos já definidos de organização política e urbana.

Tal organização — posterior à série inverosímil dos monarcas latino-sabinos — só os dominadores etruscos lha podem dar. E é precisamente do advento desses dominadores, isto é, desde que os Tarquínios exercem o mando, que se encontram os sinais indubitáveis de um ciclo diferente, de um progresso concreto e sensível.

No seu alastramento para sul, devem os Etruscos escolher um lugar de vantajosas condições estratégicas para fundarem uma autêntica cidade, cingida por muralhas, centro de unificação e de organização social. Isto passar-se-á não em 753, mas um século mais tarde. E os ritos que a lenda supõe celebrados por Rómulo, correspondem, afinal, aos dos Etruscos — a que obedece o desconhecido fundador da cidade, cujos limites traça com o arado a que atrelou o touro e a bezerra de imaculada alvura. Ao criar-se assim Roma — cujo nome se presume derivado da palavra etrusca *rumon,* o rio, e que deste modo se chamará *cidade do rio,* por alusão ao Tibre — claro que se absorvem e aglutinam as aldeias de *Septimontium* e se inaugura uma era nova.

Tarquínio Prisco e Sérvio Túlio serão as designações romanizadas dos reis etruscos Tarco e Mastarna. Sob os seus Governos é que se alteiam as construções graças às quais Roma adquire categoria e importância de verdadeira *urbs* (termo que pode igualmente ser de origem etrusca) — e se distingue e prepondera acima de todos os centros do Lácio.

A organização política da Roma etrusca apoia-se em três factores primordiais: o rei, o Senado, a Assembleia Curial. O Senado como espécie de conselho régio, a Assembleia como representante e mandatária da vontade

popular — de cujo assentimento necessita o poder na medida em que recorre a todos para o serviço das armas. Saliente-se também a divisão em classes de acordo com a avaliação aproximada das fortunas e a divisão em tribos, fundada nas áreas territoriais. Na arquitectura e nas artes plásticas regista-se a conjugação de determinados elementos etruscos e de certas características de feição helénica. A vida religiosa não deixa de reflectir as superstições etruscas, que sempre traduzem o receio fundamental de misteriosas presenças e de misteriosos castigos divinos, assim como a preocupação constante de purificar a comunidade de todas as anomalias e malefícios, e o hábito dos ritos mágicos — entre os quais avulta aquele que já vimos presidir à fundação das novas cidades, isoladas e protegidas graças ao círculo imunizador em todo o seu projectado contorno. Além de Júpiter, de Marte, de Quirino, veneram-se Juno, Minerva, Saturno, Ceres — e outras numerosas divindades virão fazer-lhes companhia ... Refiram-se, ainda, o culto dos mortos, as funções de sacerdócio repartidas entre *flâmines, áugures pontífices* e *vestais,* as confrarias que celebram os rituais das cerimónias agrícolas ou militares (sem esquecer os *harúspices,* clérigos etruscos votados à interpretação de fenómenos como o estado das entranhas das vítimas dos sacrifícios, as grandes tempestades, os prodígios de toda a ordem) e, ainda, as consultas dos *livros sibilinos,* trazidos, segundo se crê, por uma velha profetisa de Cumas — e ter-se-á o sumário panorama do ambiente religioso. Quanto ao ambiente jurídico, obedece-se a uma série de antigas prescrições — em parte atribuídas ao remoto Papírio *(jus papirianum),* em parte aos decretos dos soberanos *(leges regiae)* — de que derivam o culto da *gens (sacragentilicia)* e a autoridade absoluta do *pater familias.*

Sob estes signos decorre a vida da Roma etrusca — até que a revolta de Bruto e de Colatino e a instituição do regime republicano vem coincidir com o fim dos tempos obscuros e com a entrada mais nítida do Povo Romano na História.

Patrícios e plebeus

Durante século e meio — para não falar agora das lutas externas — Roma vive entre constantes lutas internas, de carácter sobretudo social.

Desde o início que — ou se creia em Tito Lívio e se pense haver Rómulo escolhido uma centena de personalidades gradas para formar o seu conselho, às quais mais tarde é dado o nome de *patres;* ou se julgue tratar-se antes de um grupo de conquistadores e colonizadores que tomam conta da maior parte do território e exercem o seu domínio pela força das armas — o certo é que são os *patrícios* (descendentes dos *patres*) quem manda em Roma. A eles se deve, porventura, a expulsão dos senhores etruscos e a fundação de uma república aristocrática. Tudo lhes pertence: o poder político, através

do Senado e da Assembleia Curial; a grande propriedade; as empresas guerreiras. A seu lado, embora em plano inferior, os *equites,* homens de negócios, por vezes com fortuna suficiente para conseguir lugares entre os senadores. Patrícios e *equites* constituem o Povo Romano — afinal uma simples aristocracia. Quando, sobre os monumentos ou no formulário dos decretos, se empregam as famosas quatro iniciais SPQR *(Senatus Populusque Romanus),* essas iniciais apenas representam a assinatura da aristocracia omnipotente.

Em baixo, a *plebe,* que inclui a maioria da população: comerciantes, artífices, camponeses — muitos deles ao serviço, como *clientes,* de patrões das classes dominadoras. No último plano, os escravos — pouco numerosos a princípio, bastante numerosos mais tarde, quando as sucessivas campanhas rendem avultadas massas de prisioneiros.

Suprimida a monarquia etrusca, procura-se a maneira de assegurar uma autoridade também forte e eficiente: daí, a criação de nova magistratura — o consulado. Embora investidos de quase todos os poderes da realeza — pois lhes compete presidir o Senado e a Assembleia, fazer as leis, comandar os exércitos — aos cônsules são impostas limitações apreciáveis: o facto de serem dois, e assim não possuir cada um a plenitude das funções; e o facto de serem eleitos apenas por um ano. Em caso de dissidência entre ambos, o Senado terá a última palavra.

Mais práticos e realistas do que os Gregos, os Romanos não exageram as tendências democráticas. Se, dentro das épocas normais, preferem os cônsules transitórios ao rei permanente — criam, para fazer frente às épocas de crise ou de perigo, outra magistratura, de eficiência comparável à da própria instituição monárquica: a Ditadura. O Ditador dispõe de capacidade ilimitada e absoluta, toma resoluções sem prévia consulta, escolhe como entende uma espécie de comandante-chefe das forças armadas: o *magister equitum.* Também aqui, porém, se faz o possível por evitar o aparecimento de um tirano — na medida em que o Ditador só exerce o poder absoluto durante seis meses. No fim de contas, o órgão permanente e estável é o Senado. E na dignidade, na clarividência, na persistência da orientação senatorial encontra Roma, neste período, a base fundamental da sua grandeza.

Mas a plebe reage e protesta. Sente-se esquecida e oprimida, sob vários aspectos: as dificuldades financeiras obrigam muitos dos seus membros a contrair empréstimos e, segundo a lei, os credores têm sobre os devedores terríveis direitos — o constrangimento físico, a prisão, a redução à escravatura; por outro lado, o *ager publicus,* o território da comunidade, ampliado pelas sucessivas conquistas, não cabe jamais aos plebeus, serve apenas para aumentar os já vastos domínios das gentes patrícias; a separação das classes é tal que não se permite a ligação entre elas por meio de casamentos; os juízes procedem como entendem, ao serviço da classe preponderante, firmados em textos legais que só eles conhecem e interpretam; enfim, o acesso às magistraturas é reservado de modo exclusivo aos patrícios e aos *equites.*

Ao longo da quinta e da quarta centúrias a ofensiva plebeia desenrola-se e gradualmente alcança todos os seus objectivos.

Primeiro, em 494, uma densa multidão recusa-se a prestar quaisquer serviços agrícolas ou militares — e retira-se para o monte Sagrado, nas margens do rio Ânio, a cinco quilómetros da capital. Alarmado, o Senado envia-lhes o cônsul Menénio Agripa, orador prestigioso, que lhes conta o apólogo do estômago e dos membros, e os convence a negociar. Resolve-se abolir a prisão por dívidas e libertar os que por tal motivo sofrem a escravidão. E cria-se o Tribunado, magistratura nova destinada a assegurar à plebe defesa eficaz. Os dois tribunos são declarados *sacro-santos*, isto é, invioláveis — e graças ao direito de *veto* podem opor-se às decisões consulares e senatoriais que julguem contrárias à sua causa.

Uma das primeiras iniciativas dos tribunos é propor uma lei agrária que determine a partilha de terras do *ager publicus* entre os plebeus. Alguns homens corajosos que querem dar seguimento a tais propostas são vítimas da oligarquia reinante: assim, o cônsul Espúrio Cássio (486), acusado de querer tornar-se popular a fim de ascender ao poder supremo é condenado à morte; assim, Espúrio Mélio (439), que distribui géneros alimentícios aos pobres e um dia vem a cair sob os golpes de um sicário às ordens do Senado, no próprio domicílio; assim, Marco Mânlio, soldado valente que reparte a sua fortuna pelos devedores em apuros e vem a perder a vida da mesma forma.

No entanto, a ofensiva continua. Pede agora leis escritas, cujo texto seja facultado a todos. E o Senado resigna-se a enviar à Grécia uma deputação, para estudar as reformas de Sólon. Depois do seu regresso, elege um corpo de 10 personalidades (os Decênviros) a quem encomenda a redacção de um código. Presididos por Ápio Cláudio, os Decênviros compõem a chamada Lei das Doze Tábuas (450).

Como parece, todavia, não estarem os Decênviros na disposição de depor o seu mandato e Ápio Cláudio tenha abusado dos poderes excepcionais que lhe foram conferidos, outra vez a multidão se retira para o monte Sagrado (449). Cláudio é banido, os Decênviros apeados e concedem-se mais largas faculdades aos tribunos da plebe. Adiante, um desses tribunos — Caio Canuleio — reclama que sejam admitidos os casamentos entre patrícios e plebeus, o que obtém pela lei que recebe o seu nome (445). Novas vantagens ganham os plebeus, se bem que as disputas internas se interrompam por longo período, devido às guerras que então absorvem os cuidados dos Romanos. Em 376, dois tribunos com autênticos dons de reformadores. Sexto e Licínio, fazem aprovar importantes leis agrárias favoráveis às classes pobres. E procuram também que lhes seja facultado o acesso à magistratura consular — o que finalmente sucede em 366. Sexto ascende ao consulado, como primeiro eleito plebeu.

Os progressos não se detêm. Uma década mais e já um plebeu é também erguido a ditador, em 356; em 351, reconhece-se aos representantes da

plebe o direito de ocupar o cargo de censor; em 337, vêem-se igualmente admitidos à pretura; por fim, em 300, permite-se-lhes ascender às mais altas funções religiosas, até mesmo ao pontificado. E a nova assembleia das tribos — verdadeiro *Concilium plebis* — legisla soberanamente, mesmo para os patrícios, através de decisões que tomam o nome de *plebiscitos*.

Assim termina o movimento gradual que estabelece a igualdade dos cidadãos romanos perante a lei — e a capacidade de todos para desempenhar quaisquer cargos e exercer todos os poderes da república. Patrícios e plebeus fundem-se numa sociedade já então orientada para altos fins, animada de aspirações cuja amplitude se adivinha nos horizontes dilatados ...

Virtudes romanas

Nesses primeiros tempos, há uma analogia sensível entre Roma e Esparta. O mesmo culto da ordem; a mesma evidente abnegação de cada um perante os interesses e a grandeza da comunidade; o mesmo endurecimento voluntário, na disciplina e no esforço. O ideal da *virtus* tem como conteúdo essencial a dignidade e a energia do homem, *vir*. É de *vir* que deriva essa *virtus* que todos procuram alcançar: modelo, portanto, acima de tudo, *viril*.

O Romano típico é forte, entroncado, extremamente laborioso, respeitador das crenças e das leis, propenso a colaborar numa organização exigente, cheio de coragem, de tenacidade e de espírito prático, bem enraizado na terra, ao contrário do grego ateniense ou jónio, dispersivo, aventureiro, marinheiro.

A instituição basilar, de uma solidez a toda a prova, é a família, tomada como conjunto ao mesmo tempo religioso, afectivo e social. O poder paternal é a coluna-mestra da instituição. O pai manda, decide, governa, com absoluta independência. O agregado familiar integra-se numa tradição sagrada — já que na origem está o primeiro antepassado que se converteu num ser divino: o deus Lar. A esse iniciador suspende-se a cadeia dos outros mortos da grei, também venerados como deuses — os Manes. Em cada casa, o altar onde se celebram os ritos próprios, à volta do qual se alinham os Penates, divindades protectoras. Toda a vida, familiar ou nacional, está impregnada pela vizinha presença dos deuses tutelares, que não são considerados, como na Hélade, figuras humanas mais ou menos sublimadas, mas uma espécie de emanações latentes, imateriais — os Numes. Para com todos eles há cerimónias a efectuar, obrigações a cumprir. O ar anda denso de presságios e de apelos. O Romano, porém, tira das suas incontáveis superstições não um receio paralisador e nefasto, mas um estímulo poderoso ao cumprimento de severos deveres — que lhe condicionam a existência e a acção.

A sua galeria de mitos tem, aliás, claro paralelismo com a dos Gregos e de outros povos antigos. Também aqui Júpiter é o pai dos deuses, émulo e réplica de Zeus. Ao guerreiro Ares, corresponde Marte; a Hera, Juno; a Atena, Minerva; a Ártemis, Diana; a Deméter, Ceres; a Afrodite, Vénus; a Hermes, Mercúrio; a Posídon, Neptuno; a Héstia, Vesta; a Apolo, Febo; a Hefesto, Vulcano. E numerosos outros cultos se assinalam, em torno de entidades simbólicas que presidem às actividades primaciais: Saturno, às sementeiras; Pomona, aos vergéis; Fauno, aos gados; Télus, à terra-mãe; Maia, à germinação; Silvano, aos bosques; Tutamo e Priapo, à fecundidade das mulheres; Cuba, ao sono das crianças; Fabulino, às suas falas iniciais; quantos ainda, quantos! Trinta mil, segundo o cálculo de Varrão. E Petrónio, com a sua ironia mordaz, lamenta que em certos lugares se encontrem mais deuses que habitantes ...

O certo é que, assistido e vigiado desta maneira, o Romano se habitua a prezar a sua compostura, a observar os costumes e as leis, a ser um exemplo para os outros — a manter sempre uma sobriedade de expressão, uma concisão de palavras, um claro pudor de sentimentos, um sistemático propósito de vencer tentações e fraquezas, de evitar excessos, de obedecer com diligência, de educar e fortalecer a vontade. Há ou não aqui a analogia com Esparta que atrás se sublinhou?

Sob o signo da *virtus,* o Romano é leal, disciplinado, sofredor, trabalhador, calmo, ordeiro, paciente. Com razão, mais tarde, o poeta Quinto Énio gravará uma legenda durante largo tempo querida e celebrada pelos seus compatriotas: «*Moribus antiquis stat res Romana virisque*» — «Roma deve a sua consistência aos velhos costumes e aos grandes homens» ...

Assim conformado, orientado assim — o Povo Romano tem de ser, logicamente, um povo capaz de excepcionais proezas militares. Tem de ser um povo de grandes soldados. E está aí — quem poderá contestá-lo? — o maior fundamento da sua ascensão extraordinária.

Sobretudo desde que, às formações apressadamente constituídas para fazer frente a quaisquer dificuldades ou temores e logo desfeitas — sucede um autêntico exército profissional, em que os seus componentes encontram uma carreira a seguir e uma honrosa missão. E o Romano leva para as suas campanhas as qualidades que põe na vida de família e nas lides agrícolas: respeito da jerarquia, notável resistência, persistência inalterável, enorme capacidade de trabalho, espírito patriótico sempre vivo, incapaz de se deixar intimidar por algum perigo ou desencorajar por algum revés.

Sobre o conjunto de homens como estes se forma o justo prestígio das armas romanas. A unidade principal é a legião, composta de uma média de cinco a seis mil homens — que se divide em dez coortes, estas em três manípulos de duas centúrias cada um. Como apoio, a cavalaria, dividida em turmas de 30 ginetes e a infantaria ligeira dos *vélites,* na zona exterior

às fileiras legionárias. Cada exército é comandado por um *dux,* com o grupo mais ou menos numeroso dos *legati* (chefes das legiões) por estado-maior.

São especialmente hábeis os Romanos na organização dos acampamentos, que mesmo em país inimigo constituem bases, abrigos, até cidadelas; e na técnica dos assédios às praças fortes, com seus entrincheiramentos, seus aríetes para os grandes assaltos, durante os quais os núcleos de soldados avançam numa coluna eriçada de lanças e escudos, em forma de tartaruga blindada. Salientem-se também as fortes colónias militares e as magníficas estradas de pedra, iniciadas pela *Via Ápia* (312), que asseguram de maneira extraordinariamente eficaz, para a época, as comunicações e o domínio .

A sua organização, a sua táctica, o raro valor dos seus elementos explicam a preponderância militar de Roma. Acima de tudo, a disciplina rigorosíssima e a profunda coesão moral. Acrescente-se e sublinhe-se a frugalidade modelar: nos campos de tropas, a alimentação reduzida ao mínimo, quase sem carne e sem vinho, formada em especial por vegetais. Um moderno historiógrafo põe o facto em singular evidência e, no final, sintetiza: «Foi graças ao regime vegetariano que os exércitos de Roma conquistaram o mundo ...».

É, pois, bem compreensível que esta Roma dos primeiros tempos, sóbria, concentrada, sem luxos, tenha como jornadas culminantes de festa os famosos *triunfos* — apoteoses destinadas a manifestar a gratidão da pátria aos condutores das grandes empresas vitoriosas.

O cortejo, organizado fora dos muros da cidade, desenrola-se pelas ruas, sob as ovações estrepitosas e delirantes da turba. Após as trombetas que marcham à cabeça, vão as representações simbólicas das praças tomadas ou das esquadras vencidas; depois, uma série imensa de veículos abarrotados de moedas, jóias, objectos de arte, tudo quanto constitui o espólio colhido em terra alheia; depois, 70 touros brancos, destinados aos sacrifícios votivos; depois, os chefes inimigos carregados de algemas, logo seguidos por nuvens de cantores, bailadores, músicos. Até que surge, num alto carro em forma de torre, o *Imperador,* o general triunfador, com a coroa de ouro, o ceptro de marfim e o ramo de louro, seguido dos companheiros de armas, coroados de louros também. O *Imperador* — imagem divinizada da força de Roma, da vitória de Roma, do poder de Roma invencível!

Itália unificada

Esses séculos V e IV a. C., durante os quais se seguem as lutas internas em Roma, até à conquista do equilíbrio e da paz social — são também assinalados por uma série de campanhas externas que impõem gradualmente o seu domínio em toda a extensão da Península Itálica.

As primeiras são ainda provocadas pela deposição e pelo banimento dos

Tarquínios. Expulso o último soberano, convertida numa pequena república flagelada por discórdias de facções, Roma afigura-se presa fácil para qualquer conquistador audacioso. Ao apelo do rei exilado que solicita ajuda com o fim de recuperar o seu trono, responde Lars Porsena, rei etrusco de Clúsio, que avança à testa de forças consideráveis — enquanto várias tribos vizinhas aproveitam o ensejo e se revoltam contra a hegemonia romana. Apesar das lendas heróicas forjadas mais tarde pelos historiadores patriotas — quer a de Horácio Cocles, que detém os invasores, sozinho, na Ponte Sublícia; quer a de Múcio Cévola, que se introduz no campo inimigo para assassinar Porsena, mata por engano um secretário seu e logo, para a castigar do erro, queima estoicamente num braseiro a sua mão direita; quer a da heroína Clélia, que se escapa com um grupo de companheiras do campo adverso onde estavam a ferros e atravessa o Tibre a nado sob uma chuva de flechas — o certo é Roma ser vencida e ocupada pelo exército etrusco e ter de sujeitar-se ao saque e a condições humilhantes. Vale-lhe o facto de Porsena, aceso em ambição, seguir para o Sul a atacar Arícia — onde sofre grave derrota, frente aos soldados de Cumas que vieram em socorro da praça (506).

Afortunadamente livre dos Etruscos, trava Roma numerosas guerras com as tribos insurgidas. Dez anos adiante, os Tarquínios formam nova coligação com certo número de pequenos núcleos latinos e a ameaça torna-se de novo alarmante. Recorrem pela primeira vez os Romanos à instituição de um ditador, Aulo Postúmio, e conseguem (segundo a lenda, com o auxílio miraculoso dos deuses Castor e Pólux, filhos de Júpiter e de Leda) decisivo triunfo junto ao lago Regilo (496). Reconstitui-se a Liga Latina, com Roma a preponderar cada vez mais.

Mais adiante, a tomada de Coríolos, capital dos Volscos, pelo valoroso Caio Márcio que desde então recebe a designação de *Coriolano* (493). Quando torna a Roma, aborrecido por lhe negarem a elevação a cônsul, prefere unir-se ao Povo que bateu e, à testa de novas forças, vem sitiar a cidade do Tibre. Renuncia, porém, a investi-la devido às súplicas de sua mãe Vetúria e de Volúmnia, sua mulher (490).

Adiante ainda, há a infeliz expedição da *gens* Fábia contra Veios, que vem a acabar o pior possível, visto os bravos romanos serem todos vítimas de uma emboscada traiçoeira (477).

Já perto do final do século, as hostilidades com Veios, que várias vezes se intensificaram, atingem fase decisiva. Os Romanos põem-lhe cerco (405), mas a resistência não quebra e é necessário quase um decénio de ataques tenazes, o estabelecimento de outro ditador, Camilo, e a constituição de mais um exército para se obter a vitória final (396). Veios, ocupado, é dividido entre os vencedores.

Maior e mais terrível ameaça surge dos lados do norte: a brusca incursão, volumosa e irresistível, de um povo guerreiro, provavelmente de origem indo-europeia, os Galos ou Celtas, que se estendem pela Germânia, pelas

Gálias, pelas ilhas Britânicas, pela Ibéria, pela extensa planura do Pó, e que, depois de haverem submetido a Etrúria, desde cerca do ano de 400, a sucessivas pilhagens, descem em 391 até Clúsio, de que se apoderam. No ano seguinte, a 18 de Julho, chocam-se com as tropas romanas nas margens do rio Ália e desbaratam-nas por completo. Em sua perseguição, entram na cidade, onde praticam as violências mais bárbaras: roubos, incêndios, morticínios. Um último núcleo de combatentes acolhe-se à cidadela do Capitólio e aí se mantém, sob o comando de Mânlio, ao longo de um duro assédio de sete meses. Negoceia-se, por fim: os Romanos não podem aguentar-se mais e concordam em permitir aos Gauleses que se retirem com todo o produto do saque. Pagar-lhes-ão também, como preço da retirada, 1000 libras de ouro. É nessa altura que se dá o episódio simbólico: quando se trata da pesagem do ouro, os chefes galos exigem sempre mais e mais; ante os protestos do cônsul Sulpício, Breno, comandante supremo dos invasores, atira insolentemente a sua espada para um dos pratos da balança e, numa risada cruel, exclama: «Ai dos vencidos!» *(Vae victis!)*. Que hão-de fazer, de facto, os vencidos senão ceder em toda a linha? ...

A seguir aos Gauleses, que se decidem a voltar para o Norte e se instalam na vasta zona por muito tempo conhecida como Gália Cisalpina — as campanhas contra os Samnitas, belicosos montanheses dos Abruzos fixados a meio dos Apeninos, que exercem ascendente em toda a larga e fecunda região da Campânia. Essas lutas arrastam-se através de um período de 70 anos. Na primeira fase, os Romanos obtêm vantagens nos recontros de Gauro e Suéssula, entre 343 e 341 — e apossam-se da Campânia tão desejada. Terminam, depois, a submissão do Lácio, mercê do êxito conseguido em Véseris. Segunda fase, demorada, a partir de 327. Um troço de soldados romanos, atraído ao desfiladeiro de Cáudio, é envolvido, forçado a capitular e quatro legiões têm de desfilar *sob o jugo,* isto é, debaixo de um tecto formado pelas lanças cruzadas dos vencedores (321). Dramático vexame, que excita o espírito de represália e só se considera lavado no ano seguinte, quando da expedição romana à Apúlia — em que Herénio, chefe samnita, e 7000 companheiros, passam igualmente sob as lanças dos legionários. Enfim, na terceira fase, em que se juntam contra Roma Latinos, Etruscos e Gauleses, os mesmos legionários derrotam-nos separadamente. As tribos hostis dos Équos e dos Hérnicos não tardam a renunciar à luta. Eis que, a renovado apelo dos Samnitas obstinados, se refaz a coligação: Gauleses, Etruscos, Umbrianos, Sabinos aliam-se num bloco anti-romano. Antes que possam reunir as suas forças, e apesar da arremetida gaulesa em Camerino, o cônsul Fábio alcança nas planícies de Sentino triunfo memorável (295). Dois anos ainda, e em Aquilónia (293), a liquidação militar dos Samnitas consuma-se, por fim. Saliente-se o caso exemplar de Décio, general de Roma, que em Sentino se vota aos deuses infernais como vítima expiatória e desaparece, num rasgo épico, em plena batalha.

Fora a Gália Cisalpina, difícil de submeter, que falta a Roma para ser senhora da Itália? Apenas as prósperas cidades da chamada *Magna Grécia.* E põe-lhes um ultimato: a adesão à sua supremacia — ou a sorte das armas. Túrio, Locros, Crotona acedem e aderem. Guarnições romanas exercem a tutela; ficam a fazer parte do conjunto a que Roma preside. Tarento, porém, apoiada nas suas esquadras e soberba na sua opulência, responde pela negativa. E chama em socorro uma espécie de chefe mercenário, Pirro, rei do Epiro, já então ilustrado por feitos bélicos e cujos soldados são notáveis pela bravura e pelo poder ofensivo. Atravessa Pirro o Adriático e surge em Itália. Além dos 25 000 homens experimentados que traz consigo, apresenta uma nova máquina de guerra: 20 elefantes cobertos de ferro que tudo esmagam na sua passagem de avalanche. A surpresa e o terror causados pelos gigantescos animais valem-lhe dois êxitos rotundos sobre as legiões: em Heracleia (280) e em Ausculo (279). Mas perde metade dos seus efectivos e não pode deixar de lamentar-se ante vitórias tão custosas. Envia entretanto a Roma o eloquente Cíneas, propõe a paz e oferece a libertação de 2000 prisioneiros romanos. O Senado, porém, orgulhosamente, recusa. E Cíneas regressa impressionado com a dignidade, a altivez, o brio patriótico dos seus membros. Em Ausculo, outro Décio, filho do general sacrificado em Sentino, segue edificantemente o exemplo paterno.

Cheio de respeito e de temor diante da rara têmpera dos Romanos, Pirro, com grandes clareiras nas suas hostes, vai à Sicília levar socorros aos Gregos contra os Cartagineses. Apesar de vencer ainda uma vez, desentende-se com os que o chamaram e passa de novo à Itália, numa sina errante de quem não obedece a um desígnio coerente e sério.

Os Romanos, entretanto, deixaram de temer os elefantes e sabem como defrontá-los, por meio de archotes inflamados e de nuvens de setas. Pirro experimenta, próximo a Benevento, total e amarga derrota (275). Torna para o seu reino e irá morrer ingloriamente no cerco de Argos, atingido pela pequena telha que lhe atira de alto uma velha habitante da cidade sitiada.

Tarento cessa a resistência (272). A Itália peninsular acha-se inteiramente sob o domínio de Roma — dia a dia a crescer em prestígio, dia a dia mais confiante em si própria.

Duelo com Cartago

E Roma vai ter, na verdade, um papel de primeiro plano a desempenhar. Com o crepúsculo das metrópoles da região mesopotâmica e com a deslocação progressiva do eixo da vida internacional para o Mediterrâneo — a sua posição torna-se dominante e prometedora. Note-se bem que esses dois séculos (V e IV), durante os quais a cidade do Tibre gradualmente resolve, em agitados períodos, os seus problemas de estrutura social e política e, por

outro lado, gradualmente estende a sua hegemonia sobre as diversas populações itálicas — vêem também desenrolar-se as fases culminantes da história da Grécia: desde as vitórias sobre os Persas (Maratona em 490, Salamina em 480, Plateias em 479) à supremacia de Atenas na era fulgurante de Péricles; à guerra fratricida do Peloponeso, que dá lugar às breves supremacias de Esparta e de Tebas; à unificação em proveito de Filipe da Macedónia depois de Queroneia (338); às extraordinárias conquistas de Alexandre até à sua morte (323). Agora, as três fracções em que o Império se dividiu — Egipto dos Ptolemeus, Síria dos Selêucidas, Macedónia dos Antígonos — consomem-se e destroem-se entre si e nenhuma se mostra capaz de recompor, em proveito seu a unidade pulverizada. Fácil é prever que Roma pode, nessa hora de dispersão e de transformação, pôr legítima candidatura à chefia de um mundo que se desagrega.

Encontra, porém, na sua frente, um obstáculo de vulto. Outra grande potência se formou, alastrou, prosperou nas últimas centúrias: Cartago. Se Roma tende a preponderar na larga zona do Mediterrâneo oriental, como herdeira viril e ambiciosa das tradições do helenismo em declínio — as chaves do Mediterrâneo ocidental parecem firmemente seguras em mãos cartaginesas.

O choque tem de se dar — inevitável. E pouco tardará!

Quando se falou, atrás, na expansão fenícia para ocidente, aludiu-se à fundação das duas colónias africanas de Útica (em 1100 a. C.) e de Adrumeto, pouco depois. Mas a principal dessas colónias será Cartago, entre uma e outra — fundada, segundo parece, em 814 e cujos primeiros passos se rodeiam de prestígios lendários.

Na época mais florescente de Tiro, o rei Belo vê-se a braços com graves perturbações religiosas e políticas. Deixa dois filhos: Elisa e Pigmalião. A primeira sucede-lhe e desposa seu tio Acerbas, sumo sacerdote de Melkart. Mas Pigmalião, para se apossar do trono, assassina o cunhado. Elisa resolve abandonar Tiro — e parte, com numerosa facção da aristocracia e uma comitiva importante a bordo de alguns navios. Pára em Chipre, onde a influência fenícia predomina. Junta-se-lhe um grupo do alto clero da ilha. Leva também consigo bastantes raparigas cipriotas, destinadas a constituir família e a povoar a fundação que projecta. Segue por fim a sua viagem até alcançar a costa africana, a sul de Útica. Porventura ali existe já um aglomerado de habitantes vindos de Tiro. Resolve estabelecer em tais paragens aquela que chama «Qart Hadasht» — *nova cidade*. De «Qart Hadasth» farão os Gregos «Karkhedon» e os Romanos «Cartago». Assim como Elisa será transformada na famosa «Dido» pelo estro imaginoso de Virgílio ...

Nascida sob estes régios auspícios que lhe conferem notável proeminência, Cartago substituiu-se, pouco a pouco, a Tiro — onde Pigmalião cai também assassinado às mãos de sua mulher Astarte e que sucumbe aos assaltos dos invasores de leste: Assírios, primeiro; Persas, depois.

Ao longo dos tempos, graças ao génio comercial herdado dos Fenícios e a uma situação privilegiada, Cartago enriquece e engrandece-se. No século VII, funda uma colónia na ilha de Iviça. No século seguinte, Malco, guerreiro afortunado, exerce ditadura transitória. Mas é sobretudo a partir de 535 e durante quase uma centúria que, sob a dinastia dos Magónidas — filhos e netos de um opulento negociante, Mágon —, amplia e alastra o seu ascendente nas paragens ocidentais do Mediterrâneo.

O domínio cartaginês abrange uma zona que vai do golfo de Sirtes ao Senegal — e que também inclui, através de Gades (Cádiz), a exploração das ricas minas de Tartesso, ao sul da Ibéria. O estreito de Gibraltar está franqueado aos seus barcos. Bases suas garantem-lhe acesso livre à Sardenha, à Córsega, ao oeste da Sicília, a Malta, à Pantelária, às Baleares, até mesmo à Madeira. Navegadores saídos das suas praias e financiados pelo seu Governo, percorrem, no quinto século, audaciosos périplos: Hanão (talvez aparentado com os Magónias) segue pela costa magrebina, detém-se em Lixo, já para lá das Colunas de Melkart (estreito de Gibraltar) e contorna o litoral do nordeste africano até o fundo do golfo da Guiné; Himilcão atravessa igualmente o estreito, pára em Cádiz, lança-se temerariamente às amplitudes atlânticas no sentido do norte e atinge a Bretanha, o Sul da Inglaterra, porventura a Irlanda. Bastante mais tarde, na centúria imediata, Pítias de Marselha faz mais ainda — pois se aventura até às enseadas do Báltico, na Escandinávia, e à Estónia. (Comenta um autor de hoje, Madalena Hours-Miédan: «Será preciso esperar 15 séculos a ousadia dos exploradores portugueses e de Vasco da Gama para que as grandes expedições marítimas partam de novo à descoberta dos limites do Mundo» ...).

Dotada assim de excepcionais faculdades de expansão, Cartago não demora em aumentar o seu império naval e mercante. Começa por transformar em súbditos os antigos suseranos líbios. Anexa sucessivamente as feitorias fenícias da costa africana setentrional: Léptis, Tacapa, Adrumeto, Útica, Hipona, Rusícade, Icósion, Iol, as várias colónias estabelecidas por Hanão nos territórios do Rio do Ouro. Na costa ibérica, anexa Gades, Málaca, Abdera. Já se aludiu aos entrepostos na Córsega, donde expulsa os Fócios, em Malta, na Pantelária, na Sardenha — e na Sicília, cuja posse disputa, em duras refregas, a Siracusa.

O seu Governo é oligárquico, de modelo semelhante ao da Fenícia tradicional, a marcar a nítida origem semita: ditadura dos dois *sufetas*, magistrados semelhantes aos *juízes* hebraicos *(chophetim)* que o Senado designa, assim como designa o comandante do exército, eleito pela assembleia popular. No exército, constituído por mercenários desprovidos de sentimentos patrióticos, está, aliás, o seu ponto fraco. Em contrapartida, a marinha — com 500 *quinquerremes* tripulados pelos melhores nautas da época, protectora eficaz das linhas de soberania e de comércio, impõe-se por um poder incontestado e é o melhor trunfo para as suas grandiosas aspirações. Que

essa forte e activa marinha lhe corte o acesso ao oriente mediterrânico, eis o que Roma não pode admitir. Mais ainda quando se acentua a conquista cartaginesa da Sicília, tão rica de possibilidades e tão próxima da ponta meridional da Península Italiana, unificada sob a sua chefia.

Pirro, ao abandonar as praias sicilianas alguns anos atrás, teve, segundo se diz, estas proféticas palavras: «Que belo campo de batalha deixo aqui para Cartago e Roma!». Poucas vezes uma profecia de tal género haverá recebido da História mais evidente e pronta confirmação ...

Realmente, é um pretexto *siciliano* que vai servir para desencadear a guerra.

Até então, estabilizou-se o *modus vivendi* entre as duas potências distantes no espaço e diversas nos objectivos. Roma cuidava dos seus problemas políticos, sociais, militares, todos confinados à terra — e à terra italiana; Cartago mantinha e expandia os tráficos lucrativos e, na opulência, a sua aristocracia de comerciantes gozava uma vida fácil e bastante dissoluta. Sóbrios, combativos, amantes da disciplina e do sacrifício, divididos, como agricultores e legionários, entre a charrua e o gládio, os Romanos viam com certa antipatia e certo desdém esses mercadores enriquecidos, aos quais atribuíam vícios condenáveis e um carácter vil. Daí o sentido pejorativo que davam à *fides punica,* equivalente a perfídia traiçoeira. Púnicos (de *Poeni,* Fenícios) era como lhes chamavam. Com eles firmaram, apesar disso, um tratado em 508, pelo qual, se Roma guardava para si toda a costa do Lácio, reconhecia a Cartago a supremacia nas extensões marítimas do oeste do Mediterrâneo. E duzentos e tantos anos correram.

Agora, porém, as suas ambições avolumam-se e, pacificadas as tribos itálicas, estende olhos vorazes para um lado e para outro da morada peninsular. Gregos e Cartagineses aparecem-lhe como rivais a abater — e em primeiro lugar os segundos.

Em 264 — note-se bem: oito anos apenas sobre a capitulação de Tarento, o que mostra a rapidez que os acontecimentos tomam, nesta fase — um troço de Samnitas, os Mamertinos, assaltam Messina, na costa da Sicília, fronteira ao bico da bota italiana e, após violências de toda a ordem, estabelecem ali um centro de pirataria. Acorre a sitiá-los o rei de Siracusa Hierão II — quando surge uma armada cartaginesa que se apodera da cidade. Pedem socorro a Roma os Mamertinos, e, vencidas breves hesitações, o Senado envia Caio Cláudio com uma expedição. O chefe púnico é aprisionado, os mercenários retiram, Messina rende-se. Primeiro episódio, apenas. Graças à sua dedicação patriótica e à sua férrea vontade, os Romanos criam velozmente uma frota poderosa. Tão poderosa que já em Écnomo, junto às costas da Sicília Meridional, bate, num recontro de vastas proporções, a esquadra de Cartago (256). Mas o cônsul Atílio Régulo, chefe dos vencedores, deslumbra-se ao ver o caminho aberto para África e sonha liquidar tudo num golpe de dados. Persegue o inimigo, desembarca — e as legiões

são inteiramente destroçadas por forças muito superiores em número, enquanto a quase totalidade dos navios se perde, numa tempestade que os atira contra os rochedos do abrupto litoral africano.

Roma, porém, nem desanima, nem renuncia. Já em 247 se medem novamente com as de Cartago as suas forças navais: obtêm um êxito e sofrem, em Drépano, um sério malogro. Logo adiante, mercê de outro conjunto de 200 barcos novos construídos num prazo mínimo, ganham tal vitória diante das ilhas Egates (241), que obrigam o adversário a pedir a paz. A Sicília torna-se possessão romana e Cartago pagará, durante 20 anos, pesado tributo.

Assim acaba a primeira guerra púnica — com inteira vantagem para Roma.

A segunda — daí a menos de um quarto de século — vai ser muito mais encarniçada e, afinal, decisiva.

Ambos os lados marcam valiosos pontos, durante o intervalo. Cartago tem de defrontar, entre 241 e 237, uma tremenda insurreição de mercenários, com dois caudilhos plebeus: o líbio Mato e o antigo escravo Espêndio. Um general que já se distinguiu anteriormente — Amílcar Barca (*Barca* significa *raio)* consegue afogar em sangue a erupção sanguinária. No entretanto, Roma aproveita o ensejo e ocupa a Sardenha e a Córsega. Quando Cartago reage, ameaça-a com a guerra e aumenta-lhe o tributo.

Enfurecido com tantos desaires, concebe Amílcar um plano de vulto: conquistar e organizar a Ibéria, como base de futuro ataque à Itália. E inicia auspiciosamente a execução do plano até à hora em que nobremente cai, em plena luta (229).

Levou consigo o genro, Asdrúbal — e dois filhos: Aníbal e um segundo Asdrúbal. É o genro quem lhe sucede, manifesta altas qualidades de guerreiro e administrador, atrai os povos hispânicos, ergue uma capital a que dá o nome de Nova Cartago (hoje, Cartagena) e fixa os limites do domínio cartaginês no Ebro — limites que Roma, pelo Tratado de 227, lhe reconhece.

A tal se resigna, pois anda envolvida noutras campanhas. Em 230 limpou o Adriático de corsários e pôs pé na costa da Ilíria. E arremete contra os Gauleses, no intuito de expulsá-los da planície do Pó. Depara, todavia, réplica enérgica e, de invadidos, os Gauleses convertem-se em invasores. A cidade do Tibre, ante o perigo iminente, decreta o levantamento em massa. Cerca do cabo Télamon fere-se uma batalha que liberta Roma (225). O vencedor, Cláudio Marcelo, desfila pelas ruas, na imensa apoteose do *triunfo*. Outra jornada de exaltação e de orgulho, que celebra o alargamento do domínio romano a toda a Gália Cisalpina.

Asdrúbal, porém, é assassinado em 221. Aníbal recebe a investidura de comandante-chefe. Chegou a hora que há tanto espera.

Tem vinte e seis anos e um génio militar que, pelo dinamismo, pelo dom de improvisação, pelo rasgo superior, levará muitos a compará-lo a Alexandre da Macedónia. Culto, ambicioso, tenaz — não esquece o juramento que o pai lhe impôs, criança ainda, perante o altar de Baal-Haman, de vingar Cartago de Roma. Adorado pelos soldados que lhe admiram a bravura indomável, a camaradagem solícita, o porte aristocrático e marcial — julga-se predestinado a cumprir o juramento de outrora. Além disto, é também um exemplo de inteligência púnica, de tão aguda cultura como de raro engenho na táctica da surpresa e no aproveitamento das circunstâncias.

Talvez Roma, submetida a Cisalpina, deseje a guerra com Cartago e pense em provocá-la, para a desalojar das terras hispânicas. Aníbal não a deseja menos, e toma vigorosamente a iniciativa.

Ataca primeiro Sagunto, aliada dos Romanos, e, ao fim de oito meses de cerco implacável, vence-lhe a resistência (219). Roma protesta e o estado de beligerância define-se. À frente de um exército de combatentes de primeira ordem, em que sobressai numerosa e valiosa cavalaria, o jovem cartaginês passa os Pirenéus. Depois atravessa o Ródano graças a um ardil, e, num esforço incrível, passa ainda os Alpes cobertos de neve, entre escaladas e escaramuças com os guardiães das montanhas. Quando atinge os cimos, aponta aos seus homens as belas planuras da região do Pó, como nova Canaã. Deixa atrás de si muitos mortos e feridos e avança com as fileiras dizimadas. Mas avança sempre. E aos primeiros generais romanos que tentam embargar-lhe a marcha — os cônsules Públio Cornélio Cipião e Semprónio Longo, nas margens dos rios Trébia e Ticino (218); o tribuno Caio Flamínio, junto ao lago Trasimeno (217) — inflige duas claras derrotas. Já então os gauleses da Cisalpina, livres da pressão romana, se sublevam e vêm engrossar-lhes as hostes, de novo refeitas.

Roma estremece. Desta vez, receia pela sua sorte mais que nunca e sabe ter diante de si um inimigo genial e inflexível. Que fazer? Sair-lhe ao encontro com as forças disponíveis e jogar tudo numa cartada — ou isolá-lo, bloqueá-lo, dissolver-lhe o ímpeto numa inércia calculada e hábil? Prevalece, algum tempo, a solução da astúcia, que é a de Fábio *Cunctator* (o contemporizador); outros, porém, Minúcio Rufo, Marcelo, defendem a solução oposta. Afastado Fábio, dado o comando a Lúcio Emílio Paulo e a Caio Terêncio Varrão, aquele segue os conselhos prudentes do *Cunctator,* mas este advoga a tese da acção directa e convence a maioria. Em Canas, na Apúlia, dá-se o choque entre as duas hostes. Aníbal, que usa uma táctica inesperada e feliz, acaba por envolver e liquidar as tropas romanas (216). Desastre imenso, que por pouco não muda o curso da História.

Um imponderável salva Roma, uma vez ainda. O audacíssimo Aníbal não se atreve a colher o fruto que tem ao alcance das mãos. Teme supersticiosamente não possuir efectivos bastantes para assenhorear-se da cidade que tanto odeia mas que tanto respeita. O chefe da sua cavalaria, impetuoso,

pede-lhe que o deixe galopar sobre os vencidos e promete-lhe a ascensão ao Capitólio dentro de três dias. Aníbal recusa. E o cavaleiro, num desabafo amargo, exclama: «Deus não pode dar todas as qualidades a um só homem. Sabes ganhar as batalhas, mas não sabes explorar a tua vitória ...».

Será assim? A esta distância pode-se duvidar. Parece, à primeira vista, que o *condottiere* cartaginês, vacilante, perde, nessa hora, a partida já quase ganha. É permitido, contudo, salientar que se trata apenas de um punhado de homens, muito longe das suas bases e dos seus apoios e que Roma já formou, robusteceu, consolidou um espírito de resistência e de confiança capaz de lhe garantir energias e recursos imprevisíveis.

E bem o prova: arma, sem descanso, novas legiões — todos resolvidos a consagrar-se inteiramente à Pátria. Regressa ao sistema de Fábio: cercar o invasor sem atacá-lo, cortar-lhe os víveres, arrastá-lo ao gradual esgotamento.

Os acontecimentos mudam de sentido. Aníbal, refugiado em Cápua, na moleza de uma vida ociosa e de um clima doce que perverte e desvitaliza a sua gente, não acerta com o desenlace. Alia-se a Siracusa — e os Romanos cercam e tomam a cidade siciliana, após o assédio famoso em que se ilustra, e por fim sucumbe, Arquimedes (212). O irmão Asdrúbal traz-lhe reforços de Espanha; esperam-no os adversários, desbaratam-no e tiram-lhe a vida, nas margens do Metauro (207).

Então, os Romanos, ao ver Aníbal encurralado e desesperado, adoptam por sua vez a táctica da ofensiva. Um grande general se revelou entre os seus melhores comandos: Cipião, filho do cônsul vencido no Trébia e no Ticino, que merecerá a designação de *Africano*. Sob a sua chefia, depois de esplêndida campanha em que reconquista a Hispânia, desembarca uma expedição nas costas de África, perto de Cartago. Os Númidas de Masinissa juntam-se-lhe. Acorre Aníbal, tenta o impossível, gasta em vão os últimos rasgos do seu génio. Pela primeira vez, na batalha de Zama (202), a derrota o colhe e o esmaga.

A segunda guerra púnica terminou.

As condições impostas pelos triunfadores de Zama são tremendas. Tendem a anular Cartago por inteiro, já que terá de entregar todas as suas armas e todos os seus barcos de guerra e de se comprometer a não entrar em hostilidades sem autorização romana. Além disso, pesa sobre as suas finanças novo tributo considerável: 10 000 talentos, a pagar em 50 anos.

Deixam-lhe, todavia, a frota mercante e as bases de comércio. Os oligarcas cartagineses aproveitam as circunstâncias, refazem uma prosperidade crescente e obrigam o povo a carregar com o peso do tributo. Reagem as classes inferiores e apelam para Aníbal, eleito *sufeta* em 196; com tal acerto administra os bens do Estado que em poucos anos melhora a situação e torna possível liquidar os pagamentos a Roma.

Feridos nos seus interesses, os oligarcas tratam de intrigar contra o antigo general. Arriscado a ser preso, Aníbal evade-se de noite, a cavalo, e embarca em Tapso para Antioquia. Aí, encontra o rei Antíoco III vacilante em fazer guerra aos Romanos. E mete-se ainda na última aventura, como oficial do exército sírio. Quando Antíoco é batido em Magnésia (189) só lhe resta fugir outra vez para Creta e de lá para a Bitínia — onde, perseguido e cercado pelos inexoráveis generais de Roma, se envenena a fim de não lhes cair nas mãos (184). Assim desaparece um dos maiores génios militares da Antiguidade — vítima dos mais trágicos infortúnios.

Menos de 10 anos corridos, em 175, o ilustre Catão, orador primoroso e austero que goza do maior ascendente entre os senadores romanos, é enviado em missão a África. E surpreende-se ao ver como Cartago, por um esforço prodigioso, conseguiu desonerar-se do imposto de guerra e refazer a sua prosperidade — a ponto de voltar porventura a constituir ameaça considerável. Desde então, adopta como estribilho, nos discursos do Senado, a terrível frase *Delenda est Carthago* — «é preciso destruir Cartago». A Assembleia não deixa de lhe dar ouvidos, tanto mais que o apelo coincide com os seus apetites e ambições. Há, porém, outros teatros de guerra a atender — e guarda-se o novo projecto para a hora própria.

Hora que chega em 150, quando Cartago, há muito farta dos constantes ataques do vizinho rei da Numídia — o mesmo Masinissa que em Zama colaborou com Cipião — resolve declarar-lhe guerra. Logo Roma a acusa de violar os tratados e desencadeia as hostilidades. A sua frota avança em direcção à metrópole cartaginesa. Esta, quase sem navios e com forças reduzidas, envia-lhe emissários ao encontro, mostra-se disposta a ceder o que for necessário para evitar a colisão. Exigem os Romanos, primeiro, a entrega de 200 reféns, pertencentes às principais famílias. Uma vez satisfeita a cruel exigência, reclamam-lhe os barcos que possui, todas as armas de que dispõe e uma avultada porção de trigo. Por fim, já sem contemplações nem disfarces, impõem que todos os habitantes abandonem a cidade, pois deve ser inteiramente arrasada. Cartago, nessa altura, recusa. Recusa, num desespero instintivo, o *hara-kiri* a que a condenam.

Assiste-se então a um espectáculo de impressionante e inútil grandeza: uma população inteira que se levanta, em delírio heróico, animada do único propósito de vender a vida o mais cara possível. Destroem-se edifícios e derretem-se estátuas para fundir novas armas. As mulheres dão as suas cabeleiras para delas se tecerem cordas. Nos estaleiros, a trabalhar sem descanso, fabrica-se uma esquadra. Graças a todos estes meios acumulados à pressa e à teimosia épica dos combatentes, Cartago resiste durante três anos ao assédio metódico e implacável e aos assaltos sucessivos das legiões. Só em 147, conduzidos por um general de raro mérito, da família dos Cipiões — o tribuno militar Cipião Emiliano — os Romanos acabam por

conseguir penetrar na cidade e ainda mesmo no interior dela a luta, rua a rua, casa a casa, se prolonga em seis dias de feroz corpo a corpo.

Mas o epílogo chega. Isolados, acossados na cidadela de Birsa, os derradeiros soldados cartagineses, sob as ordens de outro Asdrúbal, têm de render-se. A mulher de Asdrúbal e um milhar de companheiros, num rasgo final de tragédia, negam-se a participar da capitulação, acolhem-se ao templo de Esculápio, incendeiam-no e lançam-se nas chamas. Espantoso suicídio de uma civilização!

Roma, inflexível, não perdoa. Cipião Emiliano cumpre as ordens do Senado e arrasa por completo a bela cidade púnica. O fogo devasta-a — e por longo tempo arde como tocha imensa (146).

Cumpriu-se o voto de Catão — que, desaparecido de entre os vivos em 149, não pode conhecer a sua vtióría.

«No dia em que as legiões atravessam o estreito de Messina, precisamente nesse dia, o imperialismo romano, conscientemente ou não, inaugura a longa série das suas guerras coloniais e lança-se à conquista do mundo mediterrânico» — observa com toda a sagacidade Leão Homo, em *L'Italie Primitive et les débuts de l'Impérialisme Romain.* Nesse dia, com efeito, Roma aventura-se por um caminho que terá de levá-la muito longe e em que não poderá deter-se.

A prova está na sucessão de guerras de engrandecimento aberta pelo ciclo inaugural das campanhas contra Cartago. Já se fez o sumário panorama das três guerras púnicas. A bem dizer, a terceira não passa de expedição destruidora — para atender o alvitre de Catão e, ao mesmo tempo, assegurar a posse de novos territórios e novos mercados. Mas nas seis décadas que aproximadamente medeiam entre Zama e a liquidação de Cartago, já Roma acrescenta os seus vastos domínios, ao sabor de várias conjunturas propícias.

Primeiro, o caso da Macedónia, cujo irrequieto e ambicioso soberano, Filipe V, aspira por largo período a refazer a unidade helénica em seu proveito — excitado pela recordação do antepassado e homónimo Filipe II, pai de Alexandre Magno. Depois de ter procurado viver em boas relações com os poderosos Romanos, iludem-no os êxitos de Aníbal e alia-se ao caudilho fenício na esperança de assim conjugar sob a sua égide as cidades gregas. Mas a Liga Etólia prefere buscar o apoio de Roma e o Macedónio, receoso, assina também a paz (205). Logo, porém, que se vê livre da ameaça cartaginesa, após a derrota de Aníbal, o Senado trata de castigar Filipe. Envia para isso um exército sob o comando do cônsul Quinto Flamínio, que obtém decisivo triunfo em Cinoscéfalas, na Tessália (197). Imediatamente, numa hábil manobra psicológica, deixa-o, enfraquecido, no trono e declara com solenidade toda a Grécia liberta — entre as ovações calorosas dos vencidos.

A Liga Etólia, porém, despeitada ao ver soltos os laços que prendem à sua chefia numerosos povos helénicos, incita agora Antíoco III, rei da Síria, a que venha opor-se aos desígnios de Roma. O vizinho deste na Ásia Menor, Pérgamo, não tarda a clamar por socorro. E o Senado entrega a Cipião, *o Africano* o comando de importante núcleo de forças que marcha sem demora ao encontro de Antíoco e o vence na batalha de Magnésia (189).

Algum tempo se escoa até que Perseu, filho de Filipe V, se sinta impelido a renovar a tentativa paterna. Entende-se primeiro com Seleuco IV, filho de Antíoco III e com os dirigentes de Rodes, e exorta todos os Gregos a unir-se-lhes no esforço contra Roma. Três anos dura este novo surto emancipador — até o dia decisivo em que Lúcio Emílio Paulo, à frente das legiões, desbarata por completo as tropas de Perseu e da sua coligação em Pidna (168). Segundo o uso estabelecido, saqueia e arrasa as cidades macedónias e leva o próprio soberano, acorrentado, para figurar no magnífico *triunfo* que celebra, à beira do Tibre, os seus feitos. Desta vez, a Macedónia fica submetida e Rodes privada da supremacia de que desfrutava junto de grande número de colónias gregas da Ásia.

Cada vez se sente melhor que a sorte da própria Hélade em conjunto só pode ser, também, a subordinação inevitável. Tanto mais que, de acordo com o pendor de sempre, mantém-se dividida e nas suas desavenças é vulgar um dos partidos apelar para o auxílio romano. Entre os cordeiros rivais, como não há-de o lobo devorá-los? Em 146, no próprio ano do aniquilamento de Cartago, Múmio, à cabeça de efectivos consideráveis, entra na Grécia para reprimir uma sublevação da Liga Acaia, impõe-se com facilidade aos bandos desorganizados que lhe saem ao caminho, toma e incendeia Corinto, cujo espólio transporta consigo. E declara a Macedónia e a Grécia convertidas em províncias de Roma. Só se concede uma autonomia sem consequências a Atenas e a Esparta — homenagem benévola ao grande prestígio tradicional de ambas.

Entretanto, prossegue-se e termina-se a conquista progressiva da Ibéria — onde em 195 Marco Catão esmaga uma revolta; em 179 Semprónio Graco exerce governo equitativo e pacificador; em 151 e 150 Lúcio Lúculo e Sulpício Galba praticam odiosas violências e matanças. Entre 154 e 140 os bravos Lusitanos são chefiados primeiro por Púnico e César, depois por um extraordinário caudilho, Viriato, que inflige desaires sobre desaires a vários generais romanos (Caio Vetílio, Caio Polâncio, Cláudio Unímano, Caio Nigídio, Serviliano), apenas transitoriamente fraqueja ante Cipião Emiliano, e sucumbe por fim às mãos traiçoeiras de três assassinos, Andas, Ditalco e Minuro, a soldo do invasor; onde, por fim, com o demorado e crudelíssimo cerco de Numância, afogada em sangue (133), se estabelece o domínio de Roma, total e duradouro.

À medida que o poderio cresce, que o Império se avoluma e se arredonda, Roma sofre logicamente profunda transformação que vem a tornar-se corrupação progressiva. Os tais «costumes antigos», de dignidade, de sobriedade, de disciplina, de espírito de economia e de sacrifício que a faziam assemelhar-se a uma Esparta em ponto grande — relaxam-se, adulteram-se, desaparecem. Enormes fortunas se edificam demasiado depressa, graças à pilhagem das nações invadidas e anexadas, ao parasitismo sistemático montado pelos governadores das novas províncias, ao afluxo de escravos de todas as origens no decurso das campanhas triunfais. Pouco a pouco, a Urbe converte-se em terra de esplendores, de requintes e de prazeres — cada vez mais dominada por uma oligarquia sôfrega, pervertida, imersa na imoralidade e no luxo, no jogo obscuro e suspeito dos negócios, no desejo de inventar guerras de expansão para conquistar outros largos campos de exploração mercantil e de colheita de riquezas. Os publicanos — arrendatários de propriedades do Estado — gozam opulência desmedida, mercê dos enormes rendimentos dos *latifúndios*. O Romano, de lacónico torna-se falador; de sóbrio torna-se frequentador de banquetes lautos; de discreto no traje torna-se espectaculoso e ávido — os homens a construir palácios inverosímeis e a entregar-se a um desbragamento sem limites, as mulheres cobertas de jóias, a esquecer-se das virtudes domésticas e conjugais de outrora. A literatura e a arte gregas civilizam esse povo dantes rude e sério, mas ao mesmo tempo que o civilizam lançam-no em especulações temerárias, em divagações cépticas, em exigências crescentes, no culto exagerado do amor liberto de freios e da beleza liberta de pudores.

A par desta sociedade brilhante, aparatosa, gozadora, dia a dia mais cínica — uma populaça servil e amarga, farta de conhecer apenas as tarefas mais árduas, as opressões mais duras e as misérias mais dolorosas. Uma populaça donde saem olhares de rancor, aspirações subversivas — o clamor surdo dos protestos que tendem a conjugar-se num imenso movimento de revolta irreprimível.

Já surgiram, aliás, algumas erupções graves — desde a de 196, na Etrúria e a de 185, na Apúlia, até o movimento de Euno, em 139, na Sicília, que chegou a reunir cerca de 70 000 escravos insurgidos. Todas foram esmagadas a ferro e a fogo, terminadas por mortandades cruéis. No entanto, aqui e além continuam a aparecer pequenos surtos de rebelião. E muitos, mesmo nas classes favorecidas, compreendem a necessidade de dar qualquer satisfação e qualquer melhoria de vida a essas turbas famintas e coléricas, ansiosas de obter, ao menos, uma parte do que lhes falta.

Há até quem não se contente em querer debelar o mal para anular a ameaça — e tente avaliar a que ponto se trata de um caso de justiça. Distin-

gue-se neste grupo Tibério Graco, filho daquele Tibério Sempróprio Graco meio século atrás ilustrado pelo governo exercido sobre os Hispanos com humanidade e benevolência — e que, por sua mãe, a letrada Cornélia, é neto de Cipião, *o Africano*.

Tibério Graco, idealista impregnado de cultura grega (bebida em Cumas, no convívio com o filósofo helénico Blóssio) de tendências marcadamente liberais, orador de raros dons, aceso no desejo de ser o paladino da causa dos humildes — possui coragem notável. Precisamente em 133, no ano da queda de Mumância, como tribuno do povo, advoga o restabelecimento das *leis licínias,* velhas de mais de 200 anos, que procuraram organizar a partilha de terras entre as camadas pobres. E condensa as suas propostas nos três pontos seguintes: 1.º — Reduzir-se-á a 135 hectares a área de terreno que cada cidadão pode comprar ou alugar ao Estado, a não ser que tenha dois filhos, pois nesse caso poderá aquela área ser elevada para o dobro; 2.º — Todos os domínios que excedam tais limites serão devolvidos ao Estado, mediante indemnizações proporcionais às melhorias neles efectuadas; 3.º — Esses terrenos assim disponíveis, divididos em lotes de 810 ares, ficarão reservados aos cidadãos sem meios de fortuna, desde que se comprometam a não mais os alienar e a pagar ao Estado uma renda anual.

A oligarquia senatorial reage com energia: acusa Tibério Graco de pretender a ditadura e convence outro dos tribunos, Octávio, a opor o veto à projectada reforma agrária. Mas Tibério, por sua vez, declara Octávio em contradição com a vontade dos eleitores e fá-lo depor pelos seus homens. Depois, a assembleia popular vota as três propostas que se tranformam em leis.

Os adversários afirmam agora haver Tibério violado a Constituição ao desrespeitar o veto de um tribuno. E quando, no ano seguinte, o ousado reformador apresenta nova candidatura ao tribunado, e surge no Foro, de negro, rodeado da sua escolta, um grupo de senadores armados de grossos cacetes irrompe a meio do escrutínio, conduzido por Cipião Nasica. Os companheiros de Tibério, perante as togas senatoriais, tolhidos de respeito e medo, dispersam. O seu chefe tenta proteger a cabeça com as mãos. E os agressores bradam enfurecidos que está a pedir uma coroa real e aproveitam a confusão para o ferirem mortalmente com repetidos golpes.

Oito anos mais tarde, em 124, é eleito tribuno Caio Graco, irmão mais novo de Tibério. Menos do que o desígnio de vingá-lo anima-o o de lhe continuar o esforço e lhe concluir a obra.

Orador ainda mais persuasivo e político mais avisado, tem consciência das dificuldades da luta a travar e busca apoios em vários sectores: no dos camponeses, pela revalidação das leis agrárias do irmão; no das classes médias, pela criação de novas colónias em Cápua, Tarento, Corinto e Cartago, que, reconstituídas, podem voltar a ser fontes de apreciáveis lucros; no dos

militares, pela determinação de que o uniforme lhes será pago pelo tesouro público; no da população citadina, pela *lei frumentária,* que ordena a distribuição a todos de certa porção de trigo a preços inferiores aos do mercado usual. Esta última medida assegura-lhe ampla e justificada popularidade.

Convencido de haver assim agrupado à sua volta forças invencíveis, Caio Graco lança-se em iniciativas mais audaciosas: priva os senadores de exercer a função de juízes; acrescenta aos 300 membros do Senado outros 300, escolhidos entre os homens de negócios; pede a extensão do direito de cidadania a todos os habitantes do Lácio. Mas, reeleito tribuno, comete o erro fatal de sair de Roma para ir a Cartago fundar a nova colónia.

Quando regressa, os inimigos aproveitaram-lhe bem a ausência e conseguiram fabricar, no tribuno Marco Lívio Druso, outro ídolo da plebe, que se levanta na sua frente como um rival.

Depois, o Senado toma a ofensiva: propõe que se renuncie à colónia de Cartago. Alguns amigos de Caio Graco vêm à Assembleia discutir e um deles mata por suas mãos um senador. A luta acende-se. Refugiados no Aventino, Caio e os seus adeptos são atacados por grande número de elementos do Senado, cada um com bandos de escravos em armas. Ao sentir inútil toda a resistência, o tribuno retira-se para além do Tibre e manda a um servidor que lhe acabe a vida.

O Senado triunfa barbaramente. Cortada, a cabeça de Caio é paga a peso de ouro. O cadáver do último dos Gracos é atirado ao rio e, depois de lhe saquear a casa, proíbe-se à própria Cornélia, sua mãe, que ponha sequer luto pelo filho.

Nem por isso a semente deixou de ser lançada. E mais tarde se verá que não foi em vão.

Guerras e Ditaduras

Malogradas as tentativas dos Gracos, a oligarquia senatorial fica triunfante, na aparência. Só na aparência. O fundo do problema conserva-se igual — e na sociedade romana digladiam-se daí por diante, com alternativas diversas, as prepotências e os abusos dos detentores de fortunas exageradas e as reclamações e os protestos de uma plebe desprovida de meios e ansiosa de os obter.

O mal-estar social reflecte-se no prestígio do poder, sempre a braços com uma atmosfera de insurreição latente, na desarmonia das classes e até na própria força militar do Estado — já que decaem ou se afastam as velhas camadas rurais em que assentava a excelência dos combatentes da fase heróica e as fileiras das legiões se abrem a numerosos elementos muito menos aptos à resistência, ao estoicismo, à disciplina, virtudes basilares dos primeiros soldados de Roma.

Como sempre acontece, a sensação da decadência romana e da sua corrupção na venalidade, no luxo, no gozo de riquezas desmedidas e de prazeres dissolventes, serve para atrair a cobiça de outros povos, convictos de que lhes será fácil aproveitar-se das circunstâncias em seu proveito. E assim, quase na mesma altura, nesse final agitado do segundo século, vê-se Roma perante duas graves e ameaçadoras investidas que põem em risco a sua própria sobrevivência.

A primeira surge em África, uma vez falecido Micipsa, filho do rei da Numídia, Masinissa. Entre os herdeiros, figura um sobrinho, Jugurta, guerreiro já ilustrado no cerco de Numância, que trata de se livrar dos primos, Hiêmpsal e Adérbal, e se torna inteiro senhor do país. Roma faz-lhe guerra, pois deseja transformar-lhe o reino em província. Mas Jugurta, hábil e cínico ambicioso, compra os delegados do Senado, compra também vários generais enviados para o meter na ordem, tem mesmo o desplante de vir a Roma defender-se perante um tribunal, onde um defensor, também corrompido pelas suas dádivas, consegue justificá-lo e sancionar-lhe os actos — e regressa à Numídia para continuar a luta. Embora Quinto Metelo, à testa das forças romanas, lhe imponha alguns desaires, o certo é manter-se por largo tempo o foco aceso pelo sobrinho-neto de Masinissa.

Um dos lugares-tenentes de Metelo, Mário, que também em Numância revelou méritos singulares e chegou a ser tribuno em 119, aparece então na cidade do Tibre, apresenta a sua candidatura ao consulado e oferece-se para liquidar as veleidades do caudilho númida. Bem visto da classe nobre, não deixa de ser um plebeu, inclinado a retomar a política democrática dos Gracos. Esta dualidade concilia-lhe sufrágios bastantes para ser eleito e investido no comando (107). Antes de nada, com visão prática e certeira das necessidades imediatas, procura Mário reorganizar o exército graças ao alistamento dos *proletários* (homens sem recursos para sustentar a numerosa *prole* a seu cargo), aos quais atribui ordenado fixo e que assim converte em profissionais da carreira das armas. Iniciativa de alcance muito mais amplo do que o próprio autor então imagina — pois criará uma nova força, a dos núcleos militares unicamente interessados na aventura e na pilhagem e cegamente afectos aos seus chefes. Força que um dia virá a ser determinante para os destinos de Roma.

Criado o instrumento indispensável e aperfeiçoado de que precisa, Mário passa a África, desenvolve contra Jugurta uma estratégia eficacíssima e obriga-o a render-se (106). O orgulhoso rei negro figurará no *triunfo* concedido a Mário e sucumbirá na prisão dois anos depois (104).

Maior perigo escurece, no entretanto, os horizontes. A partir de 113, duas importantes tribos germânicas, originárias talvez das margens do Báltico, os Cimbros e os Teutões, encaminham-se para sul e tudo assolam na sua passagem. Vaga tremenda, populações inteiras que se deslocam, num amálgama de cavaleiros louros e atléticos, de mulheres, de crianças, de gados, em

busca de região propícia onde instalar-se. Deparam no caminho as forças de cobertura chefiadas por Papírio Carbão e aniquilam-nas, na Caríntia (113). Prosseguem a sua marcha e, cinco anos passados, aniquilam igualmente as forças comandadas por Júnio Silano (108). Outras formações romanas são desfeitas. Em 105, no Sul da Gália, em Orange, o seu choque brutal com as legiões redunda num verdadeiro desastre — em que cerca de 120 000 cadáveres de legionários e auxiliares juncam o campo de batalha.

O pânico em Roma é semelhante ao da invasão de Aníbal, quase um século atrás. Por felicidade para ela, os vencedores lançam-se numa diversão e saqueiam as terras hispânicas, além-Pirenéus. Voltam em 102, com o intuito de se apossar da Itália.

Já então, porém, Mário, reeleito cônsul em sucessivos períodos, avolumou e adestrou as suas tropas, através de marchas constantes e de um treino duro e fecundo. Quando os Teutões se precipitam, em torrente, sobre o seu campo militar, consente-lhes que tenham a ilusão de encontrar o acesso facilitado e, depois de haverem transposto as suas linhas, ordena o ataque fulminante às retaguardas inimigas. Jornada de furiosos embates, que tem por teatro a zona de Aquae Sextiae (Aix-en-Provence) e termina pelo desbarato absoluto dos Nórdicos, que, por sua vez, juncam o terreno com dezenas de milhar de mortos (102). Alguns meses adiante, Mário vai ao encontro dos Cimbros, que arremetem pelo vale do Ádige. E vence-os inteiramente em Vercelas, noutra refrega memorável (101).

O general vitorioso vê-se acolhido em Roma com entusiasmo delirante. Após novo e espectaculoso *triunfo,* convencido de que dispõe de um prestígio sem discussão, enriquecido pelos despojos da campanha, faz-se eleger outra vez cônsul e tenta reatar a política dos Gracos, de acordo com o seu companheiro de consulado, Lúcio Saturnino. Distribuem terras africanas aos combatentes da guerra contra a Numídia e terras cisalpinas às classes pobres de Roma. Sucede, porém, que Saturnino exagera o sentido demagógico das suas actividades e um dos bandos armados que o seguem assassina um aristocrata influente, Caio Mémio. Então, o Senado não hesita em lançar mão dos grandes recursos para abater imediatamente o adversário que tanto se assemelha aos Gracos desaparecidos. E dá a Mário a ordem formal de sufocar a rebelião.

Como desobedecer ao Senado, que todos, apesar das dissidências ocasionais de facções, acatam e respeitam? Mário tem de renegar as próprias tendências, de pôr cobro à desordem que sobe, de permitir a lapidação de Saturnino. Logo se retira, abandonado de ambos os partidos, desgostoso e impopular.

Outro astro se levanta, disposto a servir plenamente a causa dos aristocratas: o seu antigo companheiro Lúcio Cornélio Sula.

Sula ganhou já larga fama, por haver sido o chefe militar a quem Jugurta foi entregue pelo sogro — Boco, rei da Mauritânia, em cuja corte

se refugiara. Também na batalha de Vercelas, contra os Cimbros, desempenhou papel de vulto. É um aristocrata empobrecido que resolve pôr-se ao serviço da sua classe e domar as veleidades e efervescências plebeias.

Essas efervescências causam, aliás, grandes alarmes enquanto duram as ameaças germânicas. Sob as chefias conjugadas de Sálvio, profeta popular, e de Atenião, milhares de escravos acendem focos de insurreição armada na Sicília e só em 101 o cônsul Mano Aquílio os extingue, após insistentes esforços e sucessivos combates. Mais tarde, há uma revolta das tribos itálicas. Chegam a tentar constituir-se em república federativa, com a capital em Corfino (90). Vários generais lhes dão luta: — apenas Mário, saído da penumbra em que se mantinha, os vence em diversos recontros. Por fim, Roma concede a todos os habitantes dos Estados peninsulares os direitos de cidadania e assim lhes quebra os ímpetos hostis, até que em 89 se firma um tratado de paz.

Sula, pelo valor militar e pela argúcia diplomática, tem lugar preponderante neste desfecho. Não admira, pois, que, visto o Senado já o olhar como o paladino da sua causa, seja eleito cônsul em 88 e logo investido no comando do exército expedicionário que vai marchar para o Oriente, onde Mitridates VI, rei do Ponto, depois de uma série de conquistas que avolumam extraordinariamente os seus domínios, lançou o pregão de uma cruzada asiática destinada a expulsar os Romanos.

Tão prometedora de glórias e de proveitos se apresenta a campanha contra Mitridates, além da força que pode trazer a quem a dirija — que o partido popular decide opor-se à investidura de Sula. Conduzido pelo tribuno Sulpício Rufo, move a Assembleia a destituí-lo e a nomear antes Mário, envelhecido mas ainda cercado de notável aura. Assim pensa voltar a seu favor os acontecimentos e segurar o poder que lhe escapa.

Apoiado no prestígio que soube granjear entre os soldados, e consciente de haver chegado a sua hora — não se resigna Sula a acatar as ordens da Assembleia. Sai de Roma, junta-se em Nola às tropas da expedição, impõe-se a alguns oficiais que não querem violar a proibição tradicional de entrar em armas na cidade e avança ao encontro da gente de Mário. Alcança a vitória a breve trecho. Sulpício Rufo cai vítima de um servo traidor. Mário evade-se para África. E Sula, retomada a proeminência, ascende a procônsul, restaura a supremacia do Senado, faz nomear cônsules Cneu Octávio e Cornélio Cina. Logo embarca à frente das legiões, rumo à Ásia, a atacar o rei do Ponto.

Na sua ausência, a guerra civil estala outra vez. A princípio, Octávio e os aristocratas ganham vantagem sobre Cina, chefe dos populares, que parte em busca de novos elementos de luta. Entretanto, Mário, vindo das terras africanas, reaparece juntamente com Cina; assaltam Roma, derrubam e matam Octávio, fazem horrendo morticínio entre os amigos de Sula, cujas cabeças cortadas os energúmenos sem freios exibem nas pontas das lanças. O san-

guinário despotismo da plebe, encabeçado em Mário, exerce-se por algum tempo, numa orgia desumana.

Meses adiante, sucumbe Mário, levado pela morte. Cina, senhor de Roma, oprime a população através de uma ditadura violenta e implacável. O outro cônsul, Valério Flaco, sucessor de Mário, levanta novas hostes e dirige-se em perseguição de Sula, a quem anuncia ir depor das funções que assumiu.

Enquanto isto se passa nas margens do Tibre, Sula detém-se em Atenas, aliada de Mitridates, que é investida e saqueada. Caminha para norte, destrói em Queroneia e Orcómeno as forças dos lugares-tenentes do rei do Ponto e está prestes a defrontar-se com o próprio soberano quando surge Flaco, à testa dos seus homens, a intimar-lhe que se demita do comando. Negoceiam, e fica autorizado a prosseguir a campanha. Eis que lhe chega a notícia de ter sido Flaco assassinado por um dos seus oficiais, Fímbria, o qual declara substituí-lo. Dentro de pouco, Sula arranca a Mitridates um tratado pelo qual este restitui os territórios ocupados, entrega a maior parte da sua esquadra e se compromete a pagar tributo (85). Imediatamente, vai sobre Fímbria, cujos soldados o aclamam e que põe termo pelo suicídio à sua aventura efémera. Sula, com os efectivos aumentados e o prestígio acrescido, dirige-se à Grécia, segue até Brindes, esmaga Cina que tenta embargar-lhe o passo e é abatido pelos próprios companheiros — e, já às portas da capital, ainda vence quantos inimigos lhe aparecem: o filho de Mário, um núcleo de rebeldes samnitas, os bandos armados da plebe.

Vitorioso em toda a linha, acolhem-no em Roma com mostras de profundo respeito. O Senado atribui-lhe o título de ditador vitalício. Ordena Sula represálias severíssimas, em que perdem a vida todos os adeptos de Mário e se lhes confiscam os bens — distribuídos aos sustentáculos do novo senhor. Ocupa-se em elaborar uma série de diplomas — as *leis cornélias* — que praticamente asseguram e consolidam o predomínio da aristocracia. Enfim, com surpresa geral, abdica da sua alta magistratura, restabelece o consulado, isola-se na quinta de Cumas, entre diversões, aplicado a redigir os seus *Comentários,* numa existência amena e pacífica. Quando fecha os olhos, em 78, a voz do povo já lhe deu o nome de *Sulla Felix* — que raros, na verdade, melhor terão justificado ...

A partir de então, depois que Sula demonstrou a eficácia dos golpes de força e assim fixou o modelo a seguir por todos os ambiciosos, a política romana gira em torno das aventuras, mais ou menos bem sucedidas, dos generais que um troço importante de tropas apoia — e que, ao mesmo tempo, servem o eterno conflito das classes ou dele se servem para benefício próprio. Tanto os aristocratas como os plebeus constantemente procuram nos chefes dos exércitos defensores das causas que lhes interessam. Pouco a pouco, nessa tendência crescente para o «caudilhismo» perdem-se todas as antigas veleidades democráticas e transita-se de ditadura para ditadura ...

Desaparecido Sula, logo duas novas dificuldades se erguem no caminho de Roma. Ambas darão ensejo a pôr em foco novas figuras de aspirantes a ditadores.

A primeira, é a sucessão, nas terras hispânicas, de Quinto Sertório, um sabino valoroso que foi lugar-tenente de Mário. Emigrado quando das perseguições de Sula, convidou os povos ibéricos a reconquistar a autonomia sob a sua égide. Durante cerca de oito anos, de 80 a 72, criou ali, por assim dizer, uma réplica do Estado Romano — em que há até um Senado, templos aos mesmos deuses, organização militar semelhante. Contra esse adversário que tão bem conhece e utiliza os seus processos de combate e mostra excepcional capacidade estratégica — as legiões experimentam, por largo período, graves reveses. Até que Sertório é apunhalado por um traidor, Perpena — e este logo derrotado e eliminado por Cneu Pompeu, jovem cabo de guerra já cercado de fama, a quem o próprio Sula atribuiu o congnome de *Magno*.

A outra dificuldade resulta de uma considerável e alarmante revolta de gladiadores, seguidos por muitos escravos do Sul, com o ousado Espártaco à sua frente. A luta arrasta-se sem levar à decisão; teme-se que os escravos das várias zonas façam causa comum com os insurgidos e desencadeiem vaga irresistível. Quem acaba por dominar o levantamento é Licínio Crasso, outro general que sobe — e Pompeu, regressado de Espanha, colabora na repressão tremenda, que tem por epílogo uma fila imensa de escravos crucificados, ao longo da estrada de Cápua a Roma.

Receia-se que os dois vencedores sejam dois rivais, e que se reacenda a guerra civil como entre Mário e Sula. Pelo contrário, aliam-se — e para melhor atrair os votos populares desiludem as esperanças do Senado e tratam de favorecer as aspirações da gente pobre. As *leis cornélias* são praticamente abolidas e aos tribunos — privados por Sula do fundamental direito de *veto* — restituem-se todas as prerrogativas de outrora. Não admira, pois, que Pompeu e Crasso sejam eleitos cônsules e que ao primeiro — depois de ter conseguido, em três meses, limpar o Mediterrâneo dos barcos de piratas, extremamente prejudiciais às comunicações e ao abastecimento da Itália — Roma confira o mais importante e rendoso dos comandos militares: o dos exércitos do Oriente. O maior dos seus oradores, tão eloquente como primoroso no estilo — Marco Túlio Cícero — é um dos advogados mais persuasivos de Pompeu.

Após o Tratado de 85, Mitridates só trabalhou para a desforra. Captou vários apoios, formou novas hostes segundo o modelo romano e chega a esboçar o plano de um avanço sobre a Itália por terra, através da Crimeia e do Danúbio. Roma, porém, toma primeiro a iniciativa e as legiões, comandadas por Lúculo, triunfam inteiramente, em 69, do rei Tigranes da Arménia, seu aliado, de cuja capital se apossam. É quando Pompeu acorre e, graças a diversas negociações e campanhas, isola o rei do Ponto e persegue-o sem descanso. Mitridates acaba por se dar à morte (63). O general que o venceu

explora o êxito, submete vastos territórios, incorpora a Roma, como províncias, o Ponto, a Bitínia, a Síria. Registe-se, muito especialmente, uma conquista nessa altura não situada entre as de maior relevo, mas que terá, um século adiante, repercussões decisivas para o curso da história: a tomada de Jerusalém ao fim de um cerco de três meses, no mesmo ano do falecimento de Mitridates. A Palestina fica desde então sob o protectorado de Roma — e o facto deve ser apontado pelas suas imensas consequências futuras.

Ainda nesse ano, dão-se na própria capital acontecimentos de importância: a ascensão de Cícero ao consulado, contra um aristocrata conflituoso e audacioso, Lúcio Sérgio Catilina; e a eleição para «grande pontífice» de um jovem de trinta e tantos anos, de nobre origem pois se intitula descendente de Eneias, orador admirável, soldado intrépido, que já deu as suas provas e é um dos chefes do partido popular: Caio Júlio César. Em 68, foi eleito questor; em 65, ocupou as funções de edil e fez reerguer as velhas estátuas de Mário. Agora, pelo ascendente que adquire, pela popularidade que o cerca, pelos raros dons que possui, desde já se lhe pode antever excepcional carreira política.

Desfeita em Roma, por Cícero, a conspiração de Catilina para assaltar o poder; caído em combate o mesmo Catilina em Pistóia, na Etrúria (63) — o caminho está aberto para a aparição e a satisfação de ambições novas.

Volta do Oriente Pompeu, carregado de glórias e de tesouros. Num alarde de legalidade e desinteresse, separa-se do exército ao desembarcar e licencia as tropas. Entra em Roma apenas acompanhado de um grupo de oficiais. O Senado, iludido, julga poder impor-se e nega-se a ratificar-lhe os procedimentos nas regiões asiáticas. Também Crasso se mostra ofendido e descontente. Ambos se inclinam a lisonjear as forças populares. César, em plena campanha para se fazer eleger cônsul, aproveita a oportunidade, manobra superiormente os homens — e constitui, com Pompeu e Crasso, um triunvirato, para juntos ascenderem à autoridade total.

A criação do triunvirato marca o incontestável fim da República Romana. Desde o princípio do século — com Mário, depois com Sula, agora com Pompeu e com César — a crise política e social tende sempre à busca e à aceitação de sucessivos ditadores, capazes de se sobrepor às facções e de garantir um governo decidido, coerente, firme. O movimento, daqui por diante, não parará mais, até rematar no lógico desfecho: a solução monárquica.

A conquista das Gálias

Os triúnviros procuram, é claro, valorizar-se. Bem nítido é que os ventos são propícios a quem aspire ao mando único. Mas qual dos três?

Tudo depende da maneira como saiba cada um erguer-se entre os demais — criar força, poderio, riqueza, aura popular. César toma a dianteira, ao fazer-se nomear procônsul das Gálias Cisalpina e Transalpina.

Há quem assegure ter César inventado as campanhas das Gálias para ganhar prestígio, fortuna e direito ao poder que ambiciona. Talvez, no seu espírito, o caso se apresente assim; não há, porém, dúvida de que surgem razões muito sérias para justificar aquelas campanhas — até para as tornar inadiáveis.

Desde 71, fortes núcleos germânicos prestam auxílio às tribos gaulesas que lhes pedem socorro. O país está dividido numa série de pequenos aglomerados irredutíveis e belicosos, ainda por cima agitados por conflitos entre nobres e plebeus. De vez em quando formam-se espécies de confederações que entre si guerreiam e nunca vacilam em chamar aliados de qualquer origem. Assim, em 71, vêm os Germanos, conduzidos por Ariovisto — ante o apelo dos Séquanos, em luta contra os Éduos. Vêm como auxiliares, e depressa se instalam como conquistadores. Outras massas de nórdicos atravessam o Reno, postam-se na Flandres, mostram bem o intuito de dominar toda a Gália. Ao mesmo tempo, os Helvécios deslocam-se das suas montanhas, buscam melhores climas para oeste. Dupla e considerável ameaça — que recorda a dos Cimbros e Teutões na era de Mário ...

Procede Júlio César com rapidez e eficiência insuperáveis. Depois de se reforçar com a organização de novas legiões e de convidar Ariovisto para uma conferência à qual este se escusa; depois de se ver solicitado por delegados gauleses de várias tribos, a pedir-lhe auxílio — marcha primeiro contra os Helvécios, que desfaz em Bibracte; e às suas tropas derrotadas só permite voltarem à pátria com a condição de ficarem submetidas a Roma. Logo, entre os agradecimentos das tribos libertas da ameaça, se dirige velozmente para norte, e arremete impetuosamente contra os Germânicos, cujas hordas aniquila cerca de Ostheim, na margem ocidental do Reno. Escapa Ariovisto da batalha, mas pouco tempo sobrevive (58).

Engrandecido por tão assinalados êxitos, empreende César sem demora a estruturação das Gálias em moldes romanos — e sucessivamente esmaga todas as resistências. Já em 56 o Senado legisla para a nova província. E o general vencedor regressa à Cisalpina, convoca Pompeu e Crasso aos quais atribui o consulado para os cinco anos seguintes e reclama para si, durante esse período, um segundo governo das Gálias.

As coisas não são tão simples, no entanto, como as julga. Solicitam agora a ajuda dos Germânicos tribos gaulesas das zonas setentrionais — e tem de lhes dar combate em Xanto (55). Persegue os invasores para além do Reno — sobre o qual, por um prodígio de esforço, faz lançar uma ponte larga e extensa. Na outra margem, acaba de repelir os guerreiros da Germânia e só volta quando supõe a vantagem consolidada.

Pela mesma altura, seduzido pelos tesouros que lhe dizem existir nas ilhas Britânicas, ou porque de lá vêm reforços para os gauleses insurrectos, transporta algumas forças através do Canal da Mancha, desembarca, colhe informações úteis entre duras refregas. E um ano adiante repete a proeza, defronta e põe em fuga os soldados do caudilho bretão Cassivelauno, alcança o Tamisa, impõe tributos e recolhe outra vez à Gália (55-54). Encontra renovada efervescência, que subjuga em várias pugnas (53). Instalada forte guarnição, desce a aproximar-se de Roma, onde não quer perder a sequência dos acontecimentos.

Nos princípios de 52, porém, estala a maior das insurreições gaulesas. Mais do que uma insurreição: um levantamento geral. Pela primeira vez, as divisões constantes e numerosas que enfraquecem as possibilidades do adversário são ultrapassadas pela acção de um chefe de grande bravura e de visão superior: o jovem e afamado Vercingétorix, paladino da independência. As forças de que dispõe, a táctica mais hábil que usa, o ideal patriótico com que inflama os que o seguem — tornam a situação extremamente difícil para o general romano, separado do grosso das tropas por um vasto país em armas.

É a prova decisiva, que César encara com a energia indomável dos autênticos chefes. Atrai Vercingétorix à Arvérnia com um simulacro de ataque. Imediatamente, entrega o comando a Décimo Bruto e, disfarçado, na companhia de alguns oficiais, atira-se numa cavalgada inverosímil, consegue atravessar a Gália até ao norte, pôr-se de novo à testa do exército principal. Toma Avárico (Bourges) e Cenabro (Orleães), onde obtém os abastecimentos de que necessita. Num avanço fulminante, cerca Gergóvia, capital dos Arvernos, cuja resistência o força a desistir. Audaciosamente, vai então assediar Alésia, quartel-general do próprio Vercingétorix. E como o informam de que, a socorrer a praça, acodem numerosos cavaleiros inimigos, faz construir, num tempo mínimo, duas muralhas espessas, dentro das quais se bate com fúria para os dois lados. As gentes nórdicas, sem ordem nem alimentos, dispersam. Alésia, por sua vez, isolada e esfomeada, tem de render-se. E assiste-se ao impressionante sacrifício do jovem chefe gaulês — que penetra no campo dos Romanos vestido com a sua mais bela armadura, sobre o cavalo ornado com as insígnias do comando e, após algumas voltas em círculo, à roda do estrado em que César se encontra, arremessa num largo gesto a espada e o capacete aos pés do triunfador (52).

Acto simbólico e teatral. Incarnação da Gália vencida, a submissão de Vercingétorix é o testemunho flagrante de que a luta acabou.

Enquanto se termina a conquista das Gálias, Crasso, que levantou forças imponentes e atravessou o Eufrates, perde a vida na batalha de Carras, contra os Partos (53). Além de consequências mais amplas, a apontar adiante, o desaparecimento de um dos triúnviros deixa afinal só em campo o antigo vencedor de Mitridates e o vencedor recente de Vercingétorix. A competição, agora, resume-se a um duelo.

Na aparência, a posição de Pompeu é muito mais favorável. Dentro das imagens quantitativas tão usadas hoje, não será exagero atribuir-lhe 80 % das probabilidades — visto se haver mantido em Roma, onde vigia e comanda as intrigas políticas e ter aumentado consideravelmente o número das suas legiões com o pretexto de completar a ocupação da Hispânia. Qualitativamente, porém, é de César a vantagem — pelo seu raro génio militar, pelo culto que lhe dispensam os soldados e pelo treino adquirido por esses soldados nas dificílimas jornadas das campanhas gaulesas.

Os Romanos, a braços com uma atmosfera de corrupção e de violência que atinge o paroxismo — atmosfera criada pela venalidade dos magistrados, a soltura dos costumes, os embates constantes de bandos rivais — anseia, dia a dia com maior impaciência, pelo advento de uma autoridade capaz de restaurar alguma ordem e alguma justiça. Quando as lutas das quadrilhas a soldo de dois demagogos sanguinários, Milão e Clódio, semeiam atentados e vítimas na cidade — fácil se torna a Pompeu, que surge à frente das tropas, obter do Senado uma nomeação extraordinária de cônsul único, dotado de poderes absolutos. Isto no próprio ano de 52, enquanto César acaba, em Alésia, com a resistência do último grande caudilho das Gálias.

Em Roma, os aristocratas e os ricos, amedrontados com o seu regresso e a sua inclinação para as classes populares, melhor se unem ainda em torno de Pompeu — e, no Senado, já propõem que César seja destituído e julgado pelos tribunais. Perante sintomas tão graves, mostra, contudo, serenidade e espírito conciliador. Mandou-lhe Pompeu uma legião de reforço, na fase mais aguda da guerra contra Vercingétorix. Agora, pede-lha de novo, para, segundo diz, a mandar contra os Partos. Logo César lha devolve. O Senado, porém, exige que disperse as suas tropas. Responde César estar disposto a resignar o mandato se Pompeu fizer o mesmo. O Senado vota a proposta, sem deixar por isso de insistir em que César deixe o comando nos meados de 49, sob pena de ser declarado inimigo público. Envia o governador da Gália dois companheiros de armas, Curião e Marco António, a pedir que lhe permitam conservar o seu posto até 48. Cícero pronuncia-se a favor, mas Lêntulo, Catão, Marcelo são-lhe contrários. E o Senado toma, enfim, posição categórica: entrega a Pompeu a defesa do Estado, o que equivale a nomeá-lo ditador.

Então, César compreende a necessidade de jogar tudo por tudo. Assegura-se da dedicação total dos seus homens e, a 10 de Janeiro de 49, passa com uma legião apenas o Rubicão, pequeno rio na fronteira meridional da Cisalpina. Dá ao acto todo o sentido de uma decisão histórica, na frase expressiva: *alea jacta est* — a sorte está lançada! Revolta-se contra o decreto senatorial, marcha sobre Roma, vai ao encontro da omnipotência ou da morte.

Depois de um avanço triunfal através das cidades italianas, gratas aos serviços que lhe devem e sensíveis ao seu prestígio de general — entra na capital dois meses corridos, a 16 de Março. Pompeu, sem confiança no valor das suas forças inexperientes e indisciplinadas, abandonou-a e embarcou, em Brindes, para a Grécia, através do Adriático.

César toma providências rápidas para assegurar a alimentação dos Romanos. Dirige-se logo a Espanha, onde, numa fulgurante série de combates e manobras, se apodera de toda a Península e do exército ali deixado por Pompeu, que nunca veio pôr-se à sua frente. No regresso, ainda submete Marselha, após duro cerco, onde faz prisioneiro o seu velho adversário Lúcio Domício Aenobarbo.

O Senado, que lhe recusou a ditadura em Março, oferece-lha, neste final de um ano em que deu provas tão extraordinárias de actividade, de rapidez e de energia. Antes quer outro título: o de cônsul para o ano de 48. Adopta diversas medidas urgentes — abolição das prisões por dívidas, amnistia a condenados políticos. E ei-lo de novo a caminho, fulminante de velocidade e de bravura, em perseguição de Pompeu.

Arriscada, em pleno Inverno, a travessia do Adriático. A sua força de vontade domina os obstáculos e os elementos; e desembarca no Epiro, com reduzidos efectivos. Pompeu adianta-se com efectivos maiores e instala-se em Dirráquio. Ataca César, sem êxito. O seu rival desleixa-se, perde tempo, não aproveita a vantagem, permite-lhe retirar para norte. E a 9 de Agosto de 48, em Farsália, trava-se a batalha que tudo resolve — em que o génio de César uma vez mais se impõe. Pompeu larga, a cavalo numa corrida, até Larissa e aí faz-se ao mar para Alexandria, onde pensa organizar outro exército. Ptolemeu XII e o seu ministro Fotino, desejosos de merecer os favores de César, mandam-no assassinar, porém, em plena praia, mal põe pé em terra. E é o triunfador de Farsália quem, ao acorrer por sua vez, se instala no palácio real — depois de haver chorado de nobre desgosto quando lhe mostram, ufanos, a cabeça exangue de Pompeu ...

Já antes Roma tomou o Egipto sob tutela. Ptolemeu XI foi erguido ao trono por suas mãos. Ao morrer, determinou que lhe sucedessem os dois filhos mais velhos: Ptolemeu XII e Cleópatra. Esta, porém, vê-se preterida pelo irmão, que Fotino e o general Aquilas apoiam e instigam. E pede a César que defenda os seus direitos. Em troca, dispõe-se a usar para com ele de generosidade sem limites ...

Retrato que se tem pelo mais verosímil de Júlio César (cópia de uma escultura do tempo de Augusto, Museu da Civiltà Romana)

Acerca da beleza de Cleópatra, há divergências sérias entre os historiadores — e a frase clássica de Pascal não chega para esclarecer-nos. Bela ou não, talvez pior que bela — estranha, aliciante, atractiva, orientalíssima na arte de seduzir — encontra no general romano uma vulnerabilidade bem conhecida para toda a sorte de amores. E não tardam a entender-se: a simpatia mútua conjuga-se com largas aspirações políticas.

Os sequazes de Ptolemeu XII, aprovados pelo soberano, desencadeiam hostilidades. Dão a César novo ensejo de reacção vitoriosa, cujo desfecho é a derrota dos Egípcios na batalha do Nilo (47). Ptolemeu XII e os seus dois acólitos desaparecem. Cleópatra torna-se rainha — com o irmão mais novo, Ptolemeu XIII, associado à Coroa, mas reduzido a mero comparsa dócil. E o idílio com César prolonga-se alguns meses, até vir à luz o filho de ambos, Cerasião.

Nem por isso César esquece o principal pelo acessório. Informado de que Fárnaces, filho de Mitridates, se apoderou do Sul da Arménia e da Capadócia, e ergue o brado da insurreição — junta três legiões à pressa, acorre a punir o rebelde com a sua velocidade habitual e desbarata-o totalmente em Zela, no Ponto, a 1 de Agosto de 47. É de lá que envia o lapidar e inesquecível comunicado: *Veni, vidi, vinci.* Mais uma vez, chegou, viu e venceu ...

De novo em Itália, em Setembro, Cícero vem-lhe ao encontro, conta-lhe que em Roma a guerra dos partidos campeia — entre as forças populares de seu genro Dolabela, do pretor Célio, do demagogo Milão, reaparecido — e as de Marco António, à frente das tropas do Senado. Entretanto, Cneu e Sexto, filhos de Pompeu, formaram em Espanha outro exército, com que se propõem atacar. Em África também os seus partidários reúnem avultadas forças. Enfim, o orador exorta o grande general a voltar depressa e a retomar o poder. César concorda: em Outubro já se acha em Roma — com a rainha do Egipto, Ptolemeu XIII e Cesarião incluídos no seu séquito ...

Mas — esboçadas ligeiras reformas sociais, para acalmar os ânimos — tem já de partir sem demora. Vai direito a África, onde defronta em Tapso (Abril de 46) a coligação formada por Catão, Labieno, Metelo Cipião e o rei númida Juba I, cuja sorte logo se fixa após um combate cheio de alternativas. Os soldados, no final, entregam-se a desenfreada matança. E César vem para Roma — que, prostrada a seus pés, o ovaciona num *triunfo* mais aparatoso que nenhum e lhe atribui a ditadura por 10 anos. Alguns meses de distribuições de recompensas, de festejos, de divertimentos públicos. E desloca-se à Hispânia, para liquidar os dois filhos de Pompeu, na batalha de Munda (princípios de 45). Acabou a carreira do general: a do estadista não se prolongará muito.

A crise social que depara, ao recolher da campanha ibérica, é temerosa. Uma populaça miserável, descontente, sugestionada pelos piores demagogos;

uma aristocracia corrompida e ciumenta dos seus louros, que o adula mas o receia e quer, no fundo, suprimi-lo. No entanto, todos os poderes se lhe concentram nas mãos: os financeiros, como *imperador;* os religiosos, como pontífice; os legislativos, como cônsul; a influência sobre o Senado, como censor; a inviolabilidade pessoal, como tribuno.

Nesse curto período, todavia, executa uma obra notável e entrevêem-se as perspectivas a que obedecem as medidas que adopta. Amplia o Senado de 600 para 900 membros, a fim de nele incluir personalidades representativas de muitas regiões italianas e certos prestigiosos chefes dos Gauleses. Recomenda o maior cuidado e a economia mais estrita nas despesas públicas. Reparte pelos companheiros de armas e pelas classes mais desprovidas de meios vastas porções de terra — e manda muitos milhares de desocupados famintos colonizar Arles, Sevilha, Corinto, Cartago e outras metrópoles decaídas, susceptíveis de reencontrar caminhos de prosperidade. Ao mesmo tempo, procura empreender trabalhos de vulto para o embelezamento de Roma: um novo *Foro,* junto do primitivo; um novo recinto para assembleias populares, no Campo de Marte. Faculta direitos de cidadania, regulariza os tributos, encomenda ao alexandrino Sosígenes um novo calendário que, baptizado com o seu nome — calendário *juliano* — se mantém até os nossos dias.

E que vastos projectos: a construção de um grande teatro e de um templo dedicado a Marte; a secagem dos pântanos pontinos para dar novos terrenos à agricultura; a garantia de melhor distribuição das águas do Tibre por meio de diques ao longo do seu curso; uma rede de amplas vias e canais ...

Isto, dentro da Itália; fora, e longe dela, a ideia de uma expedição contra os Partos, conquistadora e punitiva; a da pacificação das terras dos Citas, no perímetro do mar Negro; a do avanço para o Danúbio, uma vez consumadas a ocupação e a organização da zona germânica ...

Mas o ano de 44 já principiou. Entre os nobres, a conjura dia a dia conquista adeptos novos. É evidente que o general invencível, coberto de louros, querido do povo, até certo ponto vingador e continuador dos Gracos — se prepara para restaurar, em seu proveito, a monarquia dos velhos tempos. Já são soberanas as suas funções, a sua moldura, a sua conduta. E as moedas não trazem gravada a sua efígie? O cônsul Marco António, nas festas Lupercais, a 15 de Fevereiro, não quis já cingir-lhe a fronte com uma coroa de rei?

Murmura-se, alarmam-se os inquietos e os invejosos, indignam-se os tradicionais cultores das instituições e virtudes republicanas. Um homem venenoso e amargo como Caio Cássio não tem dificuldade de maior em persuadir um homem exaltado e sonhador como o jovem Marco Júnio Bruto, descendente do fundador da república e filho de Servília, cujos amores com César todos conheceram. Até se admite que ele próprio seja filho de César ...

«Os nossos antepassados achavam que não devemos deixar vivo um tirano, ainda que seja o nosso pai» ... Assim fala Bruto a um amigo. O seu espírito vibra numa ideia fixa — que breve terá de se projectar em actos.

É a 15 de Março de 44, quando o ditador entra no Senado. Consta que vão nesse dia aclamá-lo rei e nada mais haverá a fazer. Esperam-no os conjurados, sombrios e decididos. Após breve troca de palavras, Tílio Cimbro dá o sinal, Casca vibra-lhe o primeiro golpe. Logo o imitam Cássio, Décimo Bruto, vários outros. Por fim, adianta-se o próprio Marco Júnio, entre os que assim o crivam de punhaladas. É a suprema injúria. César olha-o de frente, num choque de doloroso espanto: «Também tu, filho?!» Cobre a cabeça com a toga que o envolve — e, serenamente, deixa-se matar ...

Extraordinária personalidade, a de César! E personalidade *completa:* nunca vencido como general; superior a todos os contemporâneos como político e governante; orador dos primeiros, digno de ombrear com o primoroso Cícero ou com o segundo Catão; o escritor do *De Bello Gallico,* modelo de sobriedade e de nobreza de estilo. Em paralelo com os dois máximos expoentes da História Grega, certamente maior do que Péricles e igual a Alexandre. Os 30 anos do ditador de Atenas mostram-no como protagonista de um cenário restrito; a fantástica década do conquistador macedónio deixou rasto considerável, mas que se atenua e apaga com o tempo. Os 15 anos de César — do primeiro triunvirato ao epílogo trágico de 15 de Março de 44 — gravam ainda mais fundo o seu nome e a sua passagem na memória dos homens e no curso da Civilização.

Pela sua mão, com a conquista das Gálias e com a pacificação a longo prazo da Hispânia, Roma alarga-se enormemente para o norte, ganha acesso ao Atlântico e ao centro do continente europeu, vai até às ilhas Britânicas, onde marca profundo sulco. Se Alexandre helenizou parte do Oriente, César romaniza o Ocidente bárbaro e, enquanto constrói o maior Estado mediterrânico, ultrapassa, e muito, o condicionalismo exclusivamente mediterrânico das hegemonias anteriores. Cria mesmo o duradouro amálgama galo-latino que, para os séculos seguintes, virá a servir de fundamento à evolução histórica do mundo ocidental. «Se a Europa ocidental é romana, se a Europa germânica é clássica» — sublinha Mommsen — «tudo isso constitui obra de César.» E acrescenta que a sua construção sobrevive por milhares de anos ...

Além disto, repare-se no papel que desempenha dentro da história de Roma. É bem claro que, à medida que dilata os seus domínios e adquire feição imperial, Roma procura o homem capaz de estabelecer o poder uno, que sirva de árbitro entre as classes desavindas, que se sobreponha aos factores de divisão e de fraqueza. Procura-o, sem o encontrar, em Mário, em Sula, em Pompeu, talvez noutros de menor vulto. César vem a revelar-se plenamente esse homem — à altura de assumir a missão total de Roma e

de dar ao império, já visível e ainda em crescimento, o seu imperador. Os defeitos da juventude, corrige-os e transcende-os na fase final — de organizador, de reformador equânime, de protector do povo e também de modelador e imagem da magistratura suprema. O traço dominante do seu carácter é uma clemência bem régia. Perdoa a todos os que o ofendem, o atacam, o invejam e contra ele conspiram. Perdoa até aos que o atraiçoam — como Bruto, Cássio, os outros assassinos — que o abatem, naquela turva manhã de 15 de Março, atemorizados com a sua grandeza e sem verem como é já impossível deter a marcha irresistível da História.

O Império de Augusto

O que se passa a seguir à morte de César continua, de facto, a ser dominado por César — pelos sentimentos que provoca, pelas forças que criou, pela política à qual abriu os caminhos, até findar num desenlace que parece a conclusão lógica das premissas por ele postas.

Nos primeiros dias, os adversários medem-se cautelosamente e até simulam cordialidade falsa. Marco António, o lugar-tenente e amigo mais íntimo do ditador, entretém os assassinos com palavras diplomáticas e fecha-se numa hábil prudência. Permite mesmo que o Senado, depois de ratificar as leis e nomeações de César, decrete, a pedido de Cícero, uma amnistia geral e atribua a Cássio o governo da Síria e a Júnio Bruto o da Macedónia. Só se desmascara a 19, quando discursa nos solenes funerais do conquistador das Gálias e excita gradualmente o povo com a leitura inicial do testamento que estabelece dádivas generosas para todos os cidadãos e por fim com a exibição teatral da túnica ensanguentada do herói, dilacerada por inúmeros golpes. O efeito é imediato: um coro de louvores e de lamentações em torno do nome do desaparecido, uma tempestade de gritos de fúria contra os seus executores. Há mesmo quem parta em busca destes e tente incendiar-lhes as casas. Mas escaparam-se da cidade e já vão longe ...

Escudado na memória do grande companheiro de armas, pouco a pouco Marco António ganha ascendente excessivo. Dispõe dos bens que César deixou, coloca os seus favoritos em posições de relevo, toma para si o governo da Gália Cisalpina tirado a Décimo Bruto, impõe a Júnio Bruto que passe de governador da Macedónia a governador de Cirene e a Cássio que mude da Síria (entregue a Dolabela) para Creta. O Senado inquieta-se e chama aquele que lhe parece indicado para contrabalançar a perigosa omnipotência de Marco António.

Trata-se de Caio Octávio, sobrinho e filho adoptivo de César, que o designou como seu sucessor. Nessa escolha, ainda uma vez se descortina o génio clarividente do homem de Estado. À primeira vista, Octávio, com os

seus frágeis 18 anos, a sua figura exígua, a sua aparência tímida, a sua saúde precária — é um concorrente sem probabilidades, diante da alta estatura, da valentia espectaculosa, da ambição trasbordante de Marco António, capaz de todas as audácias e fadado para todos os êxitos.

Ilusão, afinal. Octávio é muito superior ao que dele se supõe. É um intelectual, claro e firme na reflexão, mais firme ainda na vontade tenaz e no precoce conhecimento dos homens. Levou-o César consigo a Espanha, onde o iniciou na arte da guerra e nas subtilezas da ciência política. Parco nos alimentos, sóbrio nas palavras, submetido a grave disciplina interior — sofre profundamente ao saber do crime que vitimou o tio e fortalece-se no íntimo propósito de lhe seguir o exemplo e lhe levar a termo os planos grandiosos.

Sem vacilação nem temor, intima com serenidade Marco António a vingar o assassínio de César e a dar execução ao seu testamento. Ele próprio, ao deparar evasivas e adiamentos por parte de António, distribui os legados indicados pelo ditador morto e assim começa a concentrar à sua volta dedicações e gratidões.

O conflito não tarda a estalar entre ambos, ajudado por Cícero, que detesta Marco António e considera Octávio o homem ideal para lhe ser oposto — na persuasão de que, mais tarde, será fácil eliminar Octávio, por sua vez ... Nas eloquentes *Filípicas,* anatematiza António e estimula a campanha aberta contra ele pelo sobrinho de César, que leva consigo os cônsules Pansa e Hírcio à frente de um grupo de legiões. Em Módena, o recontro é desfavorável a António; e como os dois cônsules nele perderam a vida, Octávio regressa vencedor com todas as tropas sob as suas ordens, faz-se nomear cônsul, exige a anulação da amnistia concedida aos assassinos, que são condenados à morte. Logo, porém, descobre querer o Senado apenas servir-se dele transitoriamente — e, numa reviravolta oportuníssima, entende-se com António, já então reforçado com a aliança dos governadores da Espanha e da Gália. De acordo, acham vantajoso anexar Lépido, governador da Gália Transalpina e com ele declaram constituído o segundo triunvirato (43). Roma abre as suas portas, sem luta, às tropas reunidas dos triúnviros. A maioria dos senadores emigra. O que resta da Assembleia curva-se com a habitual docilidade e concede ao triunvirato poderes absolutos pelo prazo de cinco anos. Esta, a primeira fase da série de crises desencadeadas pelo brusco desaparecimento de César.

A segunda fase é a das perseguições violentas ordenadas pelos triúnviros. Milhares de pessoas são executadas, ou se suicidam, ou caem às mãos de inimigos que aproveitam o ensejo para saciarem antigos ódios. Assim se pune a morte de César e se enchem os cofres do Estado. Uma das mais ilustres vítimas, ainda no ano de 43, é o próprio Cícero, imolado ao rancor de Marco António com o indiferente consentimento de Octávio que lhe recorda as variações interesseiras ...

E chega a altura de liquidar os dois principais responsáveis da jornada funesta de 15 de Março. Ambos conseguiram aglutinar forças importantes, graças aos tributos impostos às colónias e países satélites orientais. Como as concentraram na Trácia, para aí se dirigem Octávio e António, seguidos das suas tropas. O embate trava-se em Filipos, no mês de Setembro de 42 — e termina com o duplo suicídio, de Cássio primeiro, de Júnio Bruto depois, que se precipita sobre a espada de um dos seus familiares. Outros chefes da velha aristocracia republicana os imitam. Tudo acabou: o castigo fulminou os culpados. Senhores absolutos, os triúnviros partilham entre si os vastos domínios de Roma. Prefere Marco António o Egipto, a Grécia, o Oriente; Lépido, a África; Octávio ainda uma vez demonstra possuir inteligência superior, ao decidir-se pelo Ocidente. É ele quem fica na capital — cabeça do Império. Julgam muitos que lhe cabem o pior lote e a tarefa mais dura. Talvez. Mas saberá tirar deles o partido necessário para atingir todos os seus fins.

No Egipto, Marco António submerge-se em plena atmosfera requintada e dissoluta. Encontra, por seu turno, Cleópatra — que está disposto a censurar asperamente, porventura a condenar com severidade pelas ajudas prestadas a Cássio. Mas a astuta princesa lágida aparece-lhe numa cenografia sugestiva, quase inteiramente revelada sob véus indiscretos, cercada por uma nuvem de jovens escravas desnudas, num barco adornado com tapeçarias de ouro, a mover-se languidamente ao som melodioso das flautas e das harpas. E o feitiço que domou César — exerce-se, mais pronto ainda, sobre o rude e instintivo militar, ávido de todos os prazeres. Em Alexandria, o idílio arrasta-se, como sonho maravilhoso e sem fim. Cleópatra foi, talvez, joguete de César; agora, António é joguete de Cleópatra. Ambiciosa no mais alto grau, a filha dos Ptolemeus resolve aproveitar a sua influência para levar o general romano a casar com ela e a oferecer-lhe o domínio do Oriente, com Alexandria por capital. Já César foi acusado de formar esse plano de acordo com a rainha egípcia. Não fará Marco António senão tentar seguir-lhe o exemplo?

Como quer que seja, após a falência dos golpes tentados em Roma e na Itália, por Fúlvia, mulher de António e por seu irmão Lúcio, contra Octávio e do êxito obtido por este ao destruir a esquadra de Sexto Pompeu, que impedia o abastecimento da Península (36) — lança-se o amante de Cleópatra, no mesmo ano, em nova expedição contra os Partos, à busca de prestígio e de recursos. Não lhe sorri a fortuna: perde grande porção dos seus efectivos, tem de sofrer uma retirada difícil e, para mascarar o desaire, apossa-se da Arménia e celebra um *triunfo* aparatoso na metrópole egípcia — o que desperta indignação em Roma, único lugar onde os *triunfos* se celebram ... Mais ainda: em 32, repudia Octávia, a própria irmã do seu rival, desposa Cleópatra, lega as províncias orientais aos dois filhos que de ambos nasceram.

O Senado romano, as gentes itálicas, enchem-se de cólera e de receio. É bem evidente que António caiu sob o domínio da soberana alexandrina e que os dois aspiram a destruir Roma em proveito da sua capital e a tornarem-se únicos senhores do mundo conhecido. Octávio explora bem estes sentimentos e temores. Sem hesitar, apoiado por todas as forças romanas, declara guerra — não a António, mas a Cleópatra.

Avança no mar Jónio a imensa armada reunida pela rainha do Egipto e pelo seu fascinado companheiro. Vai-lhe Octávio ao encontro com outra armada considerável. Depois de vários meses de adiamentos e manobras, a batalha de Áccio (Setembro de 31) consagra a vitória do Ocidente. Persegue Octávio o adversário até Alexandria, em cujos arredores lhe inflige a última derrota. Convencido de haver Cleópatra morrido, Marco António apunhala-se. A rainha, porém, ainda tenta comover o vencedor — e só quando desiste de o conseguir se dá também voluntariamente à morte.

Octávio cinge a coroa dos Ptolemeus e avança agora, seguro do seu destino, para Roma que o espera. O Império já tem, por fim, o seu imperador. O herdeiro de César cumpriu integralmente o mandato que César lhe confiou.

Note-se que a ficção das magistraturas republicanas ainda se prolonga. De facto, Octávio — como o tio — reúne-as todas na sua pessoa: comandante dos exércitos, cônsul reeleito, tribuno inviolável e, acima de tudo, *Princeps Senatus,* o primeiro a ser chamado no ilustre areópago. *Princeps* depressa será sinónimo de *Príncipe,* isto é, *aquele que governa.* E há muito quem prefira chamar *Principado* em vez de *Império* ao regime iniciado por Octávio. Seja como for, certo é que no ano de 27 vemo-lo resignar de súbito todas as funções e pretender restaurar a república. Decisão espontânea ou mera comédia? Não só rejeita o Senado a proposta como insiste com Octávio para continuar à frente do Estado, e dá-lhe mesmo um título novo: o de *Augusto,* que tem valor sagrado e se aplica aos deuses do crescimento (*augere,* acrescer). E é como *Augusto* que ficará na história.

A grande obra de Augusto desenvolve-se sob o tríplice signo da organização, da moralização e da paz. Ao fim de tantos anos de discórdias internas, os Romanos anseiam principalmente por uma ordem que consolide a imensa extensão do império, fortaleça a sua unidade e estabeleça um equilíbrio social que torne a vida mais doce, mais agradável, mais digna de ser vivida. Eis ao que se consagra o imperador. Para isso, cria uma série de funcionários dependentes da sua vontade e da sua direcção — que exercem a autoridade em seu nome e tendem a assegurar, com rigor, a igualdade perante a lei e a justiça para todos. Alarga às várias zonas da Itália os direitos de cidadania. As províncias — bem administradas, com disciplina e equidade — são dotadas de magistraturas úteis ao seu governo.

O domínio de Roma amplia-se da Hispânia à Gália, à Itália, aos Balcãs, ao litoral do Norte de África, à Palestina, à Síria, à Ásia Menor. O Mediterrâneo converteu-se, de facto, no *seu mar*. Completada por Augusto mesmo a ocupação das terras ibéricas, a Ilíria, a Panónia e a Récia são submetidas por Druso, seu enteado e por Tibério, seu genro. O primeiro chega a passar o Reno e a avançar até ao Elba, mas um acidente corta-lhe a vida em plena juventude. Tibério vence os povos guerreiros de entre o Reno e o Elba — e supõe-se que até ali se fixarão os limites do Império. Ilusão que dura até à revolta de Armínio e à emboscada a que são atraídas as legiões de Varo. Acorre Tibério e contém o ímpeto germânico. Marca, porém, a fronteira no Reno — que não mais virá a ser transposta no tempo de Augusto. É que o objectivo pacificador impõe uma suspensão das onerosas campanhas. O imperador tem de optar entre a guerra e a paz. E opta pela paz — a famosa e cantada *paz octaviana* — que o obriga a parar nos desígnios de expansão. Nem por isso deixa de promover, contra os Partos, uma ofensiva em que se retomam os pendões outrora arrebatados às legiões de Crasso. Desiste, porém, de conservar a Arménia sob o seu jugo e restitui-lhe a independência, com um rei amigo, Tigranes. Assim se mantém, em sensatas bases, aquilo que se chama nos nossos dias a «coexistência pacífica».

Graças à atmosfera de paz e ao seu próprio feitio ordenador e edificador, enquanto dá ao império vastíssimo uma estrutura harmoniosa, empreende Augusto largo plano de construções memoráveis, destinadas a fazer da sua capital a mais bela e rica cidade da época. Erguem-se dezenas de tempos, um novo Foro, um novo Senado. Termina-se o vasto teatro de que César lançou os fundamentos. De todos os lados surgem monumentos, a atestar a eflorescência de uma Idade de Ouro. Com certo exagero, dirá um dia Augusto que de uma cidade de tijolos fez uma cidade de mármore ...

Contra as infiltrações helénicas e orientais na vida, nos costumes, na própria fisionomia do poder — o imperador reage, à luz de um nacionalismo tradicionalista e austero. Crê, decerto, como o poeta Énio, que Roma deve a sua grandeza às virtudes primitivas — àqueles tempos espartanos da sobriedade, do laconismo, do espírito de sacrifício e de abnegação, do culto de uma dignidade estóica. E procura opor-se de todas as maneiras, até por meio de decretos, à dissolução crescente, ao gosto do luxo e da sensualidade, aos requintes corruptores trazidos sobretudo pelos contactos e pelos modelos asiáticos. Forma-se à sua volta uma espécie de *partido moralista* — implacável para com os desregrados, abusos e vícios importados de longe e que pouco a pouco amolecem e pervertem a solidez do fundo romano.

Entre as leis que se promulgam, há as que tentam furtar crianças e adolescentes a convívios ou a espectáculos licenciosos; as que proíbem às mulheres assistir a exibições atléticas; as que põem cobro a despesas excessivas com festas, jóias, divertimentos supérfluos. E há mesmo a que se chama «da pudicidade e da repressão do adultério» — pela qual se estatuem penas máxi-

mas para as esposas que atraiçoem a fé conjugal e, na alternativa, confiscações de bens e exílio perpétuo. Torna-se o casamento obrigatório, com graves desvantagens para os celibatários de ambos os sexos, proibidos, por exemplo, de receber heranças. Em contrapartida, favorecem-se deliberadamente as famílias numerosas.

Tudo isto não produz os resultados satisfatórios que se esperam — e Augusto, atento e pertinaz, admite que a intoxicação derive, em grande parte, do afrouxamento das práticas religiosas tradicionais e do incremento das filosofias cépticas e ateias. E aplica também o máximo esforço para reavivar nos meios romanos a presença e o culto dos velhos deuses.

Mas como voltar atrás no curso dos tempos — que inexoravelmente usam, degradam, corrompem os homens? Um governante apenas — por mais sábio, por mais enérgico, por mais diligente — não pode deter, no plano inclinado, uma sociedade que resvala sem consciência e sem freios ...

Dois notáveis auxiliares secundam o imperador. O primeiro é Marco Agripa, que se afirma como general de valor, quer na luta contra Lúcio, irmão de António (40); quer nas acções navais contra Sexto Pompeu, à frente de uma esquadra que fez construir (37-36); quer na jornada decisiva de Áccio (31); e também nas campanhas de pacificação da Espanha, da Gália e do Bósforo. Glorificado, afortunado, não muda Agripa de carácter nem altera o seu gosto de viver modestamente. Muda e altera, porém, as suas actividades e depois de ser um homem de guerra como não houve muitos, revela-se arquitecto emérito, engenheiro, agente primacial da transformação de Roma. Já em 33, na qualidade de edil, entra nesse caminho ao promover a abertura de 170 estabelecimentos de banhos termais, com grande satisfação popular. Mas desde que abandona a carreira das armas é que melhor acentua as benéficas intervenções na vida pública: devem-se-lhe a reparação do aqueduto de Marte e a construção do aqueduto juliano que, mercê dos muitos poços, fontes e reservatórios construídos também, asseguram a Roma água em abundância e bem distribuída; deve-se-lhe o Templo de Vénus e Marte; deve-se-lhe o espaçoso porto de mar resultante da ligação ao oceano dos lagos Lucrino e Averno; deve-se-lhe o financiamento de um corpo de operários sempre vigilante, destinado a acudir aos trabalhos necessários. Embora sejam da mesma idade (nascidos ambos em 63), Augusto casa-o com Júlia (única filha que teve de sua primeira mulher, Escribónia) e tenciona elevar o genro a sucessor. Afinal, Agripa vem a morrer muito cedo, com 50 anos, em 12. O amigo e sogro vai sobreviver-lhe por mais de um quarto de século ...

Outro dos grandes apoios de Augusto é Caio Mecenas, de antiga linhagem mas enriquecido por negócios recentes, que se consagra ao pleno serviço do sobrinho e herdeiro de César no período em que o jovem Octávio depara maiores obstáculos. Vale-lhe muitas vezes com o seu conselho acertado, com

a sua experiência política ou com a sua diplomacia hábil ajudada por generosas ofertas a personalidades influentes. Uma vez erguido Augusto ao poder supremo, nada quer para si, sem deixar de lhe manter fidelidade invariável. Furta-se a exercer qualquer magistratura — pois o que lhe agrada é viver no palácio do Esquilino, emoldurado em jardins magníficos, vestido com apuro, entre banquetes para os quais abre amplamente as suas portas. E é dentro desta independência dourada que intervém na factura das leis, nas relações externas, nos métodos administrativos — em acordo ou em desacordo com o imperador, a quem não deixa de contrariar quando o julga útil. Curioso vulto de estadista e de gozador, Mecenas — cujo maior título de glória ainda é o estímulo dado às Letras e às Artes, traduzido na magnânima protecção concedida a artistas e a escritores.

Está Mecenas, de facto, no primeiro plano, entre aqueles que provocam, neste tempo, o renascimento e a expansão da Cultura. Como sucedeu na Grécia com a Era de Péricles, Roma conhece o seu período áureo na Era de Augusto. O imperador, também aqui, dá o impulso decisivo ao fundar duas grandes bibliotecas públicas, ao gratificar galhardamente poetas e homens de letras de todos os géneros, ao converter a sua capital em émula de Alexandria. As primeiras figuras da erudição da época — Dionísio de Halicarnasso, Diodoro da Sicília, Estrabão da Capadócia — deslocam-se para as margens do Tibre em vez de buscarem as do Nilo. E a literatura propriamente latina conhece a sua fase culminante.

Não se podem comparar, neste aspecto, Roma e a Grécia. Mesmo porque, de um modo geral, Roma segue, imita, continua a Grécia. O que parece justo é considerar a literatura, a cultura latinas como um ramo ou um prolongamento da Cultura, da literatura helénicas. Melhor: trata-se de um conjunto greco-latino. Assim postas as coisas, já se pode dizer que, para esse conjunto, Roma tenha apreciavelmente concorrido.

Plauto (254-184) e Terêncio (190-159), o segundo mais delicado e sábio do que o primeiro, reflectem ainda, nos primórdios da história literária de Roma, a influência da comédia grega. Catulo (84-54), através de composições de saborosa frescura e sobretudo Lucrécio (98-53), com o poema famoso *De Natura Rerum* — onde há belos quadros da natureza, ensombrados por um pessimismo e um materialismo radicais — exprimem já uma veia autónoma e criadora. Nos oradores da primeira fase — o austero Catão (234-149), vivamente oposto aos progressos do helenismo no seu país; Sulpício Rufo (121-88), Aurélio Cota (124-74), Hortênsio (114-50), Júnio Bruto (86-42), Célio (88-48), acima de todos, Cícero (106-43), uns pomposos e floridos, outros altivos e ardentes, outros argutos e irónicos — apura-se um estilo inconfundível de claridade, subtileza e eloquência bem latinas, que também domina os historiadores do período: o erudito Varrão (116-27) das *Sátiras Menipeias* e das *Antiguidades,* o pesado Cornélio Nepos (94-30) de *Os Varões Ilustres,* o lapidar Júlio César (100-44) de *A Guerra das Gálias,*

o grave e declamatório Salústio (86-35) da *Conspiração de Catilina* e da *Guerra contra Jugurta.*

É, porém, na Era de Augusto que se levantam os valores mais altos, aqueles precisamente de quem o imperador e Mecenas são os melhores protectores e animadores.

Virgílio (70-19), em lugar de relevo, estrela mais lúcida da constelação. O grande Virgílio imaginoso e lírico das *Bucólicas,* em que se sente ainda a inspiração de Teócrito; das *Geórgicas,* já mais espontâneas, mais vividas, mais poderosas — densa apologia das belezas e das lides campestres; o épico da *Eneida* que, se toma de Homero os clássicos modelos e sem igualar o mestre, nem por isso deixa de produzir uma das obras culminantes da literatura de qualquer povo e de qualquer época, tanto pela sensibilidade contagiosa de muitos trechos como pela força no descritivo das humanas paixões e pela inexcedível perfeição da linguagem e da melodia poéticas.

O caso de Horácio (65-8) é diferente: menor fôlego, menor grandeza na concepção e na execução, mas um poder de observação e de realismo irónico nos *Epodos* e nas *Sátiras,* uma graça harmónica e sugestiva nas *Odes,* um sentido do equilíbrio e do juízo certeiro nas *Epístolas* que nos dão o completo sistema da teoria literária do classicismo e o situam no plano mais alto.

O mesmo, na História, sucede com o Tito Lívio (59 a. C.-19 d. C.) das *Décadas,* graças à firmeza e amplitude da narrativa, à segurança e majestade da prosa, ao conteúdo moralizador e virilizador da visão ético-política.

E não se esqueçam os poetas elegíacos, tão cheios de personalidade e de riqueza expressiva: Galo (69-26), o amigo de Virgílio que não chega a dar a sua medida mas grava a memória de uma alta promessa; Tibulo (54-19), melancólico e apaixonado rimador de episódios sentimentais; Propércio (50-15), que, a par de algumas cenas em que expande as suas confidências, se inspira, como Virgílio, das lendas da Roma primitiva; enfim, o maior de todos, Ovídio (43 a. C. 17 d. C.), intérprete e apologista de toda a sorte de amores, tocado de um erotismo demasiado insistente na *Arte de Amar* e em muitas páginas das *Heróides,* que também explora a Roma legendária nos *Fastos* e nas *Metamorfoses* e remata a sua carreira com as dolorosas queixas das *Tristes* e das *Pônticas.*

Em todos estes autores, talvez para comprazer a Augusto ou porque os entusiasma, na verdade, a consciência e a evidência do engrandecimento da Roma da sua época, se manifestam a constante veneração pelas tradições e glórias pátrias e uma admiração sem limites pela superioridade das virtudes de carácter, de energia, de bravura que singularizam o seu povo. É de tais obras que sai a imagem acabada do Romano — expoente de nobre e superior humanidade, naturalmente fadado para o domínio e para o heroísmo.

À hora da morte, em 14 d. C., talvez Augusto se ache abatido pelos desgostos que lhe enegreceram os longos anos de governo: as perdas de Agripa (12 a. C.), de Druso (9 a. C.), de seus netos Lúcio (2 d. C.) e Gaio (4 d. C.), em quem pensou também para sucessores; os escândalos provocados por sua filha Júlia, que se vê forçado a castigar e exilar (2 a. C.) em homenagem às leis moralizadoras — e, mais adiante, pela filha de Júlia, que tem de sofrer publicamente vexame igual ao mesmo tempo que o poeta Ovídio (8 d. C.), por uns apontado como seu cúmplice, por outros apenas como seu confidente.

Além disto, a dissolução da sociedade e dos costumes prossegue no mesmo acelerado ritmo. Os senadores, convencidos do apagado papel que desempenham, quase não aparecem no Senado — e o mesmo acontece nas assembleias populares. Por toda a parte, justamente na medida em que o Estado é forte, conduzido por uma só mão, a administração vigilante e o ambiente confortável e pacífico — há um relaxamento, um desinteresse geral, um afrouxamento inevitável de tudo quanto fazia dos Romanos modelos de vitalidade, iniciativa, força de ânimo.

Por outro lado, não é isto o resultado do triunfo que alcançou como governante? Não é consequência lógica da *pax octaviana,* que se chamará *pax romana* mais tarde e que representa um dos êxitos mais completos na história das humanas instituições?

Augusto terá motivos de sobra para orgulhar-se do que fez, para sentir a consciência tranquila e até satisfeita ao recapitular os quarenta e tantos anos de um reinado modelo que deixa Roma consolidada, próspera, fecunda. Sabe que a sua memória não se apagará entre os compatriotas, que lhe conferiram o título de *Pater patriae* e o ergueram mesmo aos altares. O seu culto — como antes o de Alexandre e o de César — foi decretado em vida. O seu nome foi adicionado ao dos deuses do Estado Romano, que são também os de todo o mundo mediterrânico, unido com tanta persistência e tanto ardor pelo seu génio de monarca, de reformador, de construtor de império. Ficará, decerto, qual simbólica figura de proa desse mesmo império — a avançar, como desmedida nau, em direcção ao futuro, na linha de rumo que lhe marcou.

Que lhe marcou? No curso da História, os homens não podem ver muito para além da sua breve passagem. Talvez Augusto ignore a importância decisiva que terá, para a evolução do império ordenado e unificado, aquela iniciativa de instalar às portas da capital, contra os preceitos tradicionais, seis coortes de 1000 legionários e, dentro dela, mais três coortes de igual efectivo. Passa a existir desde então a *guarda pretoriana* — isto é, o exército privativo do chefe do Estado, também chefe dos exércitos.

Entre a Toga e a Espada seguiu Roma os seus caminhos. Sempre a Espada foi garantia e instrumento de força expansiva e de supremacia. Mas a Toga — vestuário distintivo dos cidadãos romanos, que os estrangeiros e os servos não podiam usar — sempre foi o índice da clara subordinação da Força ao Direito e à Justiça. Cícero o exprimiu, na legenda célebre e lapidar: *cedant arma togae*. Enquanto as armas cederam à Toga, uma vez cumprida a sua missão, Roma impôs-se, edificou pouco a pouco um Estado consistente e respeitado, afirmou, entre os povos que, uns após outros, dobrou à sua vontade, uma forma exemplar de organização e de equilíbrio. À medida que as armas, em vez de limitarem a sua interferência na vida pública, se converteram em veículos de despotismo e em apoios únicos de uma autoridade discricionária — obteve assinaladas vitórias, subjugou países inteiros, adquiriu extensão prodigiosa, assenhoreou-se de toda a bacia do Mediterrâneo e de vastas massas do continente europeu. Mas, dentro de si, perdia gradualmente as características e os méritos que fundamentavam e justificavam a sua preponderância — e que representavam a harmonia de uma ordem equânime, garantia de liberdades, penhor de civilização.

De Mário a Sula, de Sula a Pompeu, de Pompeu a César, a Marco António, por fim a Augusto, a Toga cede cada vez mais ao bruto constrangimento das armas. E Roma, por muito que as aparências iludam, começa, devagar mas inexoravelmente, a resvalar para um declínio fatal ...

Quando o imperador instala em Roma a *guarda pretoriana* dá um passo decisivo para a destruição da obra que construiu. E não deve ter sabido que o deu, porque os homens nunca medem por inteiro os efeitos de que são causa ...

ROMA E A «REVOLUÇÃO DA CRUZ»

Num recanto longínquo do vasto império aglutinado e organizado por Augusto, mantém-se com suas características singulares, irredutível ao nivelamento unificador da ordem e da paz romanas, um pequeno povo que, embora reduzido a mera condição de Estado-vassalo, persiste em se considerar único depositário de uma grande missão, fadado para altos destinos. É o Povo Hebreu, o Povo de Abraão e de Moisés, que recebeu de Iavé a misteriosa Promessa e a garantia de uma Aliança transcendente — fiel ao seu monoteísmo substancial, confiante no seguro cumprimento das profecias.

Desde que David e Salomão o erguem a efémeras culminâncias de poderio e de riqueza entre o X e o IX séculos anteriores a Cristo, vem esse povo a conhecer variadas, dolorosas alternativas.

No próprio ano da morte de Salomão (935), o seu território é fragmentado em dois troços desiguais pela dissidência das tribos do Norte. Enquanto

Roboão, obedecido em Jerusalém, fica à frente do pequeno reino de Judá, o ambicioso Jeroboão é aclamado rei de Israel. Embora mais exíguo, Judá representa maior fidelidade às tradições. Em Israel logo Jeroboão propõe à adoração das massas dois bezerros de ouro — triste anúncio de próxima recaída na idolatria.

Os Hebreus, enfraquecidos pela cisão fratricida, vão atravessar inúmeras calamidades.

Vicissitudes dos Hebreus

Logo em 930, o faraó líbio Sesônquis I, fundador da XXII dinastia egípcia, assalta Canaã, toma e saqueia Jerusalém. Avança depois para norte e pratica violências em Israel — onde, aliás, diversos aventureiros se sucedem: Baasa, um usurpador, assassina Nadab, filho de Jeroboão, mas Ela, seu filho, cai também assassinado por Zambri, que se não aguenta no poder. Em 886, sobe ao trono o general Omri, cujo governo revela energia e clarividência: faz a paz com Judá, estabelece a capital em Samaria, procura firmar-se e alargar-se por toda a região da Palestina, consegue submeter a zona moabita. Comete apenas um erro, no intuito de assegurar estreita aliança com a Fenícia vizinha: unir o seu primogénito Acab a Jezabel, princesa de Tiro. E Jezabel, como é lógico, se traz consigo o amor do luxo e dos amplos edifícios que imprimem ao reinado de Acab um surto de notáveis progressos materiais, traz igualmente o amor aos ídolos fenícios: Baal, Astarte, Melkart são adorados em Samaria, onde surgem, acarinhados na corte, os ritos e os sacerdotes do culto estranho. Acab, aliás guerreiro valoroso, não se opõe a esta invasão, sob a influência perniciosa da rainha. Quando o soberano morre, num combate contra os Arameus, um dos chefes do exército, Jeú, torna-se o intérprete da reacção geral contra os seus sucessores, Ocozias e Jorão, e manda precipitar das janelas do palácio a orgulhosa Jezabel — cujo cadáver é esmagado e desfeito pelos cavalos dos insurrectos (842). Tenta Jeú reconduzir Israel à observância da religião tradicional, mas vem a ser derrotado pelos Arameus e após algumas agitadas décadas só o longo reinado de Jeroboão II (784-744) abre melhores perspectivas. Ao seu desaparecimento seguem-se convulsões durante as quais aparecem e desaparecem vultos de governantes medíocres — Selum, Menaém, Faceu — até que sobre Israel se precipita a avalanche dos guerreiros da Assíria, elevada ao maior poderio imperial e militar. Teglatfalassar III redu-lo a vassalagem; mais tarde, Sargão II ocupa Samaria, impõe-lhe total servidão, deporta a maioria dos habitantes como escravos, para junto de Harran ou para o Eufrates médio e as faldas dos montes Zagros (722). Assim acaba tristemente o reino de Israel — onde os Assírios instalam os ídolos mesopotâmicos.

Que se passa entretanto em Judá? Depois de dois reis obscuros, Abias (915-913) e Asa (913-873), Josafat (873-849) comete erro semelhante ao de Omri de Israel quando dá a seu filho Jorão por esposa uma filha de Acab e Jezabel, Atalia. Também esta possui, como sua mãe, qualidades de energia e de comando: transporta a Jerusalém os deuses fenícios e desencadeia a perseguição aos devotos de Iavé. E também contra ela se levanta a cólera popular, chefiada pelos Levitas — visto os partidários do monoteísmo serem aqui mais poderosos. Da matança escapa Joás, que cinge a coroa, mas se deixa recair na idolatria. Adiante, Ozias, à testa do país durante meio século (789-738), restaura o primado de Iavé, desenvolve, na paz, um comércio próspero e dedica-se a estimular os trabalhos agrícolas. Acaz (733-718), um dos seus próximos sucessores, contemporâneo da queda de Samaria, curva-se, servil, perante os potentados assírios e oferece a Baal sacrifícios humanos. Mas Ezequias (718-689), que vem a seguir, persegue os idólatras, reforça o *iaveismo,* enraíza-se na tradição mosaica, repara os muros da capital. Envolve-se, porém, numa liga com o Egipto e o príncipe arameu Merodaque Baladão contra a Assíria, o que lhe vale ser alvo das hostilidades de Senaquerib. Jerusalém por pouco escapa da ruína: uma epidemia grassa no campo dos sitiantes e salva a cidade prestes a cair. Grita-se jubilosamente que se trata de intervenção divina, a proteger o Povo Eleito.

Manassés, que reina depois de Ezequias e por largo período (689-641) adopta orientação oposta: impressionado com os triunfos do grande conquistador assírio Assurbanipal, presta-lhe vassalagem e introduz os deuses do vencedor: outra vez as imagens de Baal e Astarte aparecem e, em maior grau, as das divindades da Mesopotâmia: Assur, com a flecha sobranceira; Istar, a «rainha do Céu»; Shamash, o Sol radioso. O rei de Judá chega a imolar um dos seus filhos a Baal-Moloch ...

As alternativas, porém, continuam. Suprimido Amon, herdeiro directo de Manassés, seu neto Josias, durante três décadas (639-609), assinala-se pelo retorno escrupuloso ao culto de Iavé. E, por feliz coincidência, o sumo sacerdote Helcias descobre o *Livro da Lei,* da antiga Lei de Moisés, extraviado há muito. Josias ordena a sua rigorosa observância, ao mesmo tempo que decreta reformas de conteúdo humanitário, tendentes a adoçar a vida dos humildes. Novas invasões arianas, vindas de oriente, determinam a queda do Império Assírio. Ninive sucumbe, entre labaredas, às mãos de Ciaxares, príncipe de Ecbátana (612). Alegram-se os Hebreus e julgam ter surgido a aurora da libertação. Pura quimera! Cego por ela, Josias propõe-se resistir ao exército egípcio que pede passagem, sob a chefia do faraó Necau II. Insiste Necau e as forças hebraicas saem-lhe ao caminho, em Meguido. A sorte é-lhes adversa e o próprio monarca perde a vida na batalha (609).

O infortúnio não tardará a ser maior ainda quando, alguns anos mais tarde, o terrível imperador babilónico Nabucodonosor II vem sobre o Egipto

e, de caminho, ataca e ocupa Jerusalém. Numerosos hebreus, angustiados e dementados, sacrificam aos ídolos estranhos, orientais ou egípcios, numa espécie de represálias enlouquecidas contra Iavé que não os defendeu do inimigo. O seu rei Joaquim liga-se ao Egipto, atrai as iras de Nabucodonosor — que volta a Jerusalém, deporta o sucessor de Joaquim, Jeconias e a sua corte e deixa no trono Sedecias, filho de Josias, em quem confia. Sedecias, porém, recai nas mesmas imprudências dos antecessores. Então, o potentado babilónico vem pela última vez, toma Jerusalém de assalto, arrasa-a ao clarão dos incêndios, promove a deportação em massa (586 a. C.). Como Samaria, Jerusalém caiu. E os Hebreus retomam os caminhos do exílio.

Dura meio século esse novo exílio — em que o Povo Eleito sofre, trabalha e aguarda. Não aguarda em vão, porque, na sucessão dos impérios orientais, chega o dia em que Babilónia cai sob os golpes de Ciro, o Aqueménida (539). Logo no ano seguinte Ciro autoriza os Israelitas a voltarem para o seu país. Se alguns, envolvidos em negócios e já aclimados, se deixam ficar — a maioria parte, feliz, outra vez rumo a Canaã. Vão em grupos, capitaneado um deles pelo sumo sacerdote Josué, outro por Zorobabel, filho do antigo rei Jeconias — outros por caudilhos diversos. Até 522, repovoa-se gradualmente a Palestina, com as levas sucessivas de imigrantes. O sonho de todos, agora, é reconstruir o Templo em ruínas. E de entrada metem mãos à obra. Mas desentendem-se, como antes, Samaritanos e Judeus, os meios faltam pois há que prover, antes de nada, aos trabalhos dos campos — e só bastante mais tarde, já nos finais da centúria, o Templo se ergue por fim, embora mais pobre e modesto do que na Era de Salomão. Em todo o caso, está ali outra vez, levantado pelo povo, o lar de Iavé, onde os devotos encontram o seu ponto de reunião e o centro do seu culto.

Ao largo dos dois séculos seguintes, mantém-se Israel sob o jugo persa sem deixar de viver a sua vida própria e de se unir à volta dos sumos sacerdotes que os próprios sátrapas respeitam como chefes na nação vassala.

Entre aqueles que melhor simbolizam o espírito de independência e de resistência, figuram dois homens notáveis: o primeiro, Neemias, larga o seu serviço na corte de Artaxerxes, surge inesperadamente em Jerusalém e, graças às exortações que prodigaliza e à energia com que dá o exemplo do esforço reconstrutivo, faz erigir de novo as muralhas da cidade (445); o segundo, Esdras, teólogo e jurista, empenha-se num trabalho não menos importante, que virá a ter amplos resultados: promover a definitiva redacção da *Tora,* lei tradicional judaica, onde estão consignados os grandes preceitos religiosos e éticos da herança de Moisés (398). É de então que data a mais rigorosa consciência que anima o Povo Eleito, de representar a fidelidade a uma superior missão — e o propósito de não falhar ao seu cumprimento, através de todos os obstáculos e contingências. Reformador, legislador, guar-

dião da Ortodoxia — Esdras deixará marcada a sua influência preponderante nos destinos dos Israelitas.

Também o domínio persa termina, às mãos do jovem conquistador macedónio Alexandre, que, na sua ida ao Egipto, em 332, se detém na Palestina; segundo pretendem velhos historiadores pouco dignos de crédito, terá mesmo oferecido um sacrifício a Iavé, no Templo — dentro do seu processo normal de lisonjear e captar as populações que vertiginosamente anexa ao Império. Canãa fica integrada, após o desaparecimento de Alexandre, no reino helenístico dos Ptolemeus — até que, vencidos os Egípcios em Pânion (200) por Antíoco III da Síria, passa a sofrer o domínio dos Selêucidas, mais violentos e cruéis do que os Lágidas: bem o mostra a dura perseguição desencadeada em 167 por Antíoco IV (Antíoco Epífanes), que exerce sobre os Hebreus tenebroso despotismo, eleva uma cidadela, a Acra, no centro da capital, manda destruir os muros de Neemias e — supremo insulto — mancha o recinto sagrado do Templo com uma estátua de Zeus Olímpico, ao mesmo tempo que proíbe a leitura da *Tora,* a celebração do *Sabbat,* a circuncisão dos recém-nascidos.

É mais do que Israel pode suportar. Na sua alma escarnecida e ofendida brotam efervescências de revolta. Enquanto numerosos fiéis preferem o suplício ao repúdio das crenças tradicionais, outros fogem para longe, com seus gados, para se acolherem a uma vida solitária e rústica e poderem livremente adorar Iavé. São os piedosos — os *Hassidim* — que regressam aos primitivos modelos dos Patriarcas, imitadores de Abraão e dos seus companheiros das remotas eras.

A revolta, porém, vai tomar, depressa, aspectos mais sérios e mais positivos.

Matatias, homem corajoso, dá o primeiro sinal, em Modim, ao matar por suas mãos um apóstata judeu e um agente helénico de quem recebeu a ordem de render culto aos ídolos. Logo se forma à sua volta um agrupamento de gente destemida. E a acção contra os Gregos adquire feição generalizada — sobretudo quando um filho de Matatias, Judas Macabeu, toma a chefia e revela qualidades excepcionais. A tal ponto cresce a sua força que vence todas as expedições mandadas para reprimir a sublevação. E Antíoco Epífanes vê-se obrigado a mudar de processos e a reconhecer a independência religiosa dos Hebreus. Embora, mais adiante, Judas Macabeu acabe por deixar a vida num dos combates que trava com as tropas sírias, dois irmãos seus, Jónatas e Simão, sucessivamente eleitos sumos sacerdotes, não abandonam a luta. Jónatas chega a conquistar Jafa (147) e a conseguir assim novo acesso ao Mediterrâneo. E Simão obtém que seja demolida a cidade de Acra e que praticamente se restitua a Israel a autonomia. No entanto, para lograr tais êxitos, teve que mostrar-se negociador e tolerante em matéria religiosa. E os fanáticos já o atacam severamente: na primeira fila, os *Hassidim* tradi-

cionalistas que, distanciados cada vez mais dos governantes, passam a ser desde então designados por «separados» — *Fariseus*. Apenas os *Saduceus* procuram adaptar as exigências do culto ao favor dos poderosos.

A Simão Macabeu, caído sob o punhal de um assassino, sucede seu filho João Hircão (134-104), que alarga os domínios à Idumeia e à Transjordânia — e, apesar de se dar como escrupuloso mantenedor do judaísmo, combate os Fariseus e se entrega a uma ostentação que recorda a era salomónica. Pior ainda será Alexandre Janeu (103-76) que já se intitula «rei» e afoga em sangue a reacção farisaica. Logo a seguir, Alexandra Salomé, rainha devota, leva essa reacção ao triunfo: eis os Fariseus a preponderar na assembleia do Sinédrio e os doutores da lei a assegurar a minuciosa observância da *Tora*.

Morta, porém, Alexandra, estala um conflito entre os seus descendentes, Hircão II e Aristobulo, que pede auxílio a Pompeu, general romano prestigiado pelo triunfo sobre Mitridates. Acorre Pompeu, entra em Jerusalém (63) resolve que a Palestina fique sob a dependência de Roma. Alguns anos mais tarde, o governador idumeu Antípatro ganha jus à gratidão de Júlio César, ao acompanhá-lo na campanha do Egipto, em 47. Seu filho Herodes, que lhe segue as pisadas, acaba por ser erguido a rei da Judeia no ano de 40, por Octávio e Marco António, momentaneamente reconciliados e amigos.

O tenebroso Herodes — que vai ganhar trágico relevo na história de Israel.

O verbo dos Profetas

Através de todas as provações e vicissitudes, erguem-se entre os Hebreus as presenças dominadoras dos Profetas.

Dos Profetas: estranhos e eloquentes inspirados, que falam em nome de alguém que os transcende — em nome de Iavé. São, todos eles, misteriosas vozes que o povo escuta, mesmo quando, em certos momentos, as odeia ou as detesta. Mas sempre as escuta, queira ou não queira, por serem, afinal, a própria consciência a interpelá-lo, a devassar-lhe o íntimo, a revelar-lhe perspectivas ignoradas.

Os Profetas surgem no meio das turbas, ascéticos e solitários, muitas vezes apenas envoltos em peles de animais — diferentes de todos, indiferentes a tudo. Dir-se-á que têm de libertar-se da mensagem que os comanda, dos segredos que os devoram. As suas palavras são, em geral, sublimes e violentas. Acusam a raça eleita, a raça de Abraão e de Moisés, de haver esquecido o pacto com Iavé, aquela prodigiosa Aliança que o Todo-Poderoso se dignou oferecer-lhes. Acusam em frases severas e tremendas — desmascaram e castigam a dissolução, a impostura, a venalidade, a cobardia, a perfídia.

Anunciam horríveis punições e predizem inevitáveis catástrofes. Nem por isso deixam de exaltar a grandeza e a bondade de Deus — que, mesmo na sua ira, só tem o desígnio de purificar, pela expiação, a infidelidade dos que atraiçoam. Levantam-se furibundos contra os maus governantes, contra os ricos perdidos no gozo dos bens materiais, contra os adúlteros que violam as regras da ética para ceder às tentações da carne, contra os hipócritas que simulam a virtude e estão comidos de vícios, contra os fúteis que mal lhes dão ouvidos porque só os absorvem os pequenos prazeres, as pequenas cobiças, os pequenos triunfos ... Perante essa galeria de impostores, de depravados ou de egoístas — clamam a fé no poder de Iavé, o dever de viver para cumprir a sua lei e observar as suas normas. E, apesar de exprimirem uma cólera sincera e fulminadora — nem por isso deixam de abrir, aqui e além, por sobre os mil pesadelos que desenrolam e por sobre as mil calamidades que antevêem, a inefável clareira da Promessa salvadora.

Entre a Aliança e a Promessa se jogam os destinos de Israel. Na medida em que se mostre indigno da Aliança, terríveis horas o aguardam. Na medida em que a Promessa inalteravelmente se mantém no seu horizonte — haverá sempre, ao fim de todos os males e de todos os suplícios, de todas as humilhações e de todos os desastres, uma luz mais alta que desvenda amplitudes de esperança.

Humanamente fracos, volúveis, comodistas, presos à sedução do imediato, apavorados diante das ameaças que lhes são feitas, imersos nos sentimentos vis e nos baixos apetites — a cada passo os Israelitas maltratam e insultam os Profetas, chegam mesmo a cobri-los de chufas e de apóstrofes e, em lances extremos, chegam ao ponto de os agredir e de lhes dar a morte. No fundo, porém, bem no fundo, compreendem que o seu aparecimento e os seus brados são altos sinais de uma Verdade oculta e superior, que se revela e lhes mostra o caminho. Bem no fundo, como poderão fugir ao temor sincero de que seja realmente, pela sua boca — Iavé quem fala? ...

O ciclo dos Profetas começa em plena era monárquica — no tempo de David —, na hora em que Natã exprobra directamente ao soberano o grave delito cometido quando afastou Betsabé dos deveres conjugais e enviou Úrias, seu marido, para a morte em combate. E David arrepende-se, confessa a sua culpa, brada: — «Pequei contra Deus!»

Mais adiante, é o fogoso Elias, que não hesita em censurar outro rei, Acab e, sobretudo, a rainha Jezabel, a quem profetiza um tremendo fim depois de haver confundido os sacerdotes fenícios de Baal — Elias, que o seu companheiro Eliseu vê subir ao Céu, em turbilhão de luz, arrebatado por um carro ignescente.

Mais tarde ainda, é Amós, contemporâneo do próspero reinado de Jeroboão II, mas que descobre, sob as aparências enganadoras, a podridão moral da sociedade hebraica, divorciada da lei divina, entregue ao culto das

riquezas e ao desregramento dos sentidos, à qual, por isso mesmo, se não cansa de vaticinar a peste, a fome e a guerra.

A seguir, Oseias, que vitupera contra os ídolos, denuncia os vícios em que se atola Israel, profetiza a invasão assíria, exorta o Povo Eleito a «regressar a Iavé», pois «a impiedade vai causar a sua queda» — e só merecerá a indulgência divina se, do fundo da abjecção, for capaz de ascender de novo às alturas da fé.

Depois, é o grande Isaías que exalta o poder invencível de Iavé e mostra a Sua vontade a esplender para além de todas as ruínas das potências da Terra. Se Israel confiar totalmente em Iavé, por maiores que sejam as desgraças que atravesse e as catástrofes a que assista, ser-lhe-á lícito contar com melhores dias. A orgulhosa Assíria cairá, assim como outras nações; novos tiranos hão-de aparecer, e Israel receberá das suas mãos tormentos hediondos. Acabará, todavia, por ser restaurado nos seus lares, já que Iavé lhe conserva a protecção e o amparo. Jerusalém será um monte de escombros, mas voltará a salvar-se!

Depois, é Jeremias, bondoso e sensível, a espalhar os seus queixumes com doloroso acento, a gritar aos compatriotas que não se alegrem com a derrocada de Ninive, porque à cruel metrópole assíria outra sucede, Babilónia, e Babilónia não tardará a ser o carrasco de Israel. Os pecados inúmeros terão de pagar-se com a miséria e a servidão: nada poderá a fraca Hebreia contra os exércitos de Nabucodonosor. Que em cada coração, porém, Iavé reine com mais força. Que lhe peça cada um a capacidade de resignar-se e concentrar-se na misericórdia de Deus. Babilónia também sucumbirá um dia e Iavé é eterno. Nas mãos de Iavé ofereça Israel as suas dores, que não serão esquecidas!

Vem, de facto, Nabucodonosor, destrói Jerusalém, entre os horrores da pilhagem e as labaredas dos incêndios. E os Hebreus vêem-se deportados em massa para as terras mesopotâmicas.

No exílio, são os Profetas quem, antes de ninguém, conforta e alenta a alma espezinhada da gente israelita.

Ezequiel, primeiro, ao longo de duas décadas, a recordar-lhe as velhas grandezas e as garantias dadas ao Povo Eleito. Desde que nele se afervorem os preceitos da *Tora,* desde que saiba fazer corajosamente frente ao dramático infortúnio, a graça de Iavé não lhe faltará. Nem revolta, nem desespero. Há que confiar sempre, pois os filhos não serão confundidos com os pais e se a expiação foi necessária nem por isso deixará de raiar o novo dia. Mais: Ezequiel alude já à vinda do Messias, daquele por quem os caminhos de Deus hão-de tornar a abrir-se para os que fielmente o sirvam e o adorem.

Ao lado de Ezequiel, outro homem extraordinário: Daniel (tão extraordinário que há dúvidas acerca da sua real existência) — Daniel, pajem de Nabucodonosor, a quem explica o sonho alegórico do colosso de pés de

argila; Daniel, o salvador da «casta Susana»; Daniel, que é lançado na caverna dos leões e Iavé salva por intervenção miraculosa, pois as feras, subitamente mansas, vêm deitar-se-lhes aos pés. Com Daniel, a esperança ganha maior incremento. Eis que se descerram visões de clemência e de resgate. O ungido do Senhor, o Messias, virá dentro de «sessenta e nove semanas de anos», para libertar Israel, anular os pecados, apagar a iniquidade, trazer a vitória da justiça. Na bruma das profecias, correrão ainda mais de cinco séculos antes que o Messias chegue. Que importa, porém, o tempo se, além da sequência das gerações, há-de resplandecer um dia o trono de Iavé sobre a ressurreição do Povo Eleito?

Outros Profetas sustentam e fortalecem o ânimo de Israel: Zacarias, que lhe anuncia o êxito final sobre as ruínas de todos os impérios; Malaquias, que repete, em nome do próprio Iavé, que o divino mensageiro há-de surgir ...

E a alma de Israel, temperada nos duros sofrimentos, nos vexames sem conta, nas perseguições desumanas, na escravidão crudelíssima, no correr das idades longe da pátria, sob o jugo dos déspotas estranhos; a alma de Israel, contrita e ansiosa, dobrada ao peso dos libelos mas desperta para o recôndito pressentimento da salvação — enche-se de expectativa imensa e empolgante. Crê na Aliança e na Promessa; ergue-se num impulso decisivo para o Deus que escolheu o seu Povo e lhe reserva, decerto, recompensas incomparáveis. Se tantos inimigos o flagelam, se tantas desventuras o assaltam, é que tinha de satisfazer-se antes de mais nada a santa cólera, a legítima cólera de Iavé, afrontado e ofendido pelos seus delitos, pelas suas apostasias, pelas suas ingratidões. Quando a medida estiver cheia, quando Iavé der por saciada a sua ira — soará então a hora da misericórdia. Os fados hão-de cumprir-se. Não pode mentir o verbo ardente, iluminado, dos Profetas — emissários de Iavé junto de Israel, anunciadores do Castigo e da Esperança!

Não, os Profetas não podem ter mentido. Há-de vir o Messias! Ao longo dos tempos, através de tudo quanto sofre e da imensa tensão em que se consomem as suas forças, o Povo de Israel mantém viva e ardorosa a íntima certeza messiânica ...

Mas como saber da chegada do Messias que todos esperam? Como reconhecê-lo? Nas falas estranhas dos Profetas, a sua imagem reveste-se de aspectos contraditórios. Umas vezes, chamam-lhe «filho de Deus» — participante, no mais alto grau, dos sumos poderes de Iavé. Outras vezes, chamam-lhe antes «filho do Homem» — participante das fraquezas e contingências da humana condição. Um velho texto, por exemplo, saúda-o em termos enfáticos, rodeado de prestígio heróico, sob a forma de guerreiro magnífico e invencível — «a avançar na planície, a travar combate contra os inimigos e a condenar os reis à morte» ... À sua passagem, ninguém resiste: «esmaga as nações com uma clava de ferro», estilhaça-as como vasos de barro, «trespassa as cabeças, acumula, em vastos países, montes de cadáveres», atinge

«com suas flechas agudas o coração dos adversários» ... As imaginações populares, depois de tão prolongadas humilhações, revêem-se nesse batalhador prodigioso que triunfará nos campos de guerra e desafrontará o seu povo numa apoteose de ferro e de sangue.

Outras vezes, porém, anunciam-no como doce emissário de paz. Mais ainda: aludem à sua humildade extrema e até o mostram sujeito à dor, ao insulto, à injustiça. Não o descreve assim Isaías, no quadro dramático erguido da sua visão presciente? «Desprezado, abandonado pelos homens, familiar do sofrimento — tal como o objecto perante o qual se desvia a face, alvo dos nossos desdéns» ... Isaías vê-o ainda como «portador das nossas enfermidades». E continua a apontá-lo «carregado das nossas dores e todos a considerarem-no como castigado por Deus ... ferido por causa das nossas faltas, das nossas iniquidades. O castigo que nos vale a paz, ele o suporta. As suas chagas, são a nossa cura ... Maltratam-no, e submete-se ao tormento. Não abre a boca, anho conduzido à matança, cordeiro emudecido frente aos que o vitimam ... Arrebatado pela opressão dos juízes ...» Aqui, a imagem dilacerante evoca trágica missão expiatória — a de alguém que terá de arrostar com todas as afrontas e todos os suplícios para, nesse holocausto, purificar o mundo.

Quem será o Messias? Como reconhecê-lo — se as palavras que o definem apresentam flagrantes contradições?

A expectativa persiste, e todos aguardam. No entanto, o mistério cerra-se, espesso, à sua volta — e não podem ser penetrados os desígnios soberanos de Iavé ...

O Messias aparecerá como vingador — ou como pacificador? Dará a Israel a satisfação de um regresso à grandeza perdida, ou virá trazer-lhe uma grandeza de outra espécie, assente em novos fundamentos?

Todos se interrogam na angústia e na impaciência — enquanto correm os tempos e o cumprimento das profecias se aproxima.

Paixão e Mensagem de Cristo

Em plena era de Augusto, no ano sexto antes de Cristo, um edicto imperial ordena o recenseamento em toda a extensão dos seus domínios — com fins ao mesmo tempo fiscais e militares, para melhor cobrança dos impostos e mais fácil cálculo das forças disponíveis em caso de guerra. No pequeno reino de Herodes — mero satélite de Roma — logo se dá cumprimento à ordem do imperador. E como ali, segundo as tradições, cada um está inscrito não na localidade em que habita mas naquela em que se encontra a origem da família da qual descende — o facto provoca um sem número de deslocações e muitas pessoas lançam-se ao caminho para cumprir as exigências da lei.

Entre as que se acham nestas circunstâncias figura certo humilde casal israelita que deve passar despercebido na larga turba em movimento. Trata-se de um carpinteiro, José, e de sua jovem esposa, Maria, ambos moradores na remota aldeia de Nazaré, da Galileia. Dirigem-se a Belém, pois que, embora confinados numa vida obscura e modesta, ambos pertencem à linhagem de David — e em Belém, 10 séculos atrás, nasceu, de Rute e Booz, a famosa «árvore de Jessé» que se orgulha de ter entre os seus mais nobres representantes o glorioso rei e poeta dos *Salmos*.

Trinta compridas léguas, por estradas solitárias e abruptas, em que atravessam regiões inóspitas, ao ritmo irregular das pobres montadas. Ninguém, decerto, lhes prestará atenção. Avançam devagar, na jornada áspera, perdidos em total anonimato ...

E, todavia, os seus corações exaltam-se numa febril expectação. Alguns meses antes, Maria — então apenas noiva de José — disse-lhe ter recebido maravilhosa e estranha visita. Que um anjo mensageiro veio saudá-la e anunciar-lhe prodigioso acontecimento: — «O Senhor está convosco. Sois abençoada entre todas as mulheres» ... E, ante a sua confusa surpresa, acrescentou: — «Nada receeis. A graça de Deus escolheu-vos. Breve tereis um filho, a que dareis o nome de Jesus. Chamar-lhe-ão o Filho do Todo-Poderoso. O Senhor dar-lhe-á o trono de David, seu pai, e reinará para sempre sobre a casa de Jacob». Maria, num espanto imenso, duvidou ainda: — «Mas como, se não conheço homem algum?» Logo, a esclarecê-la, o mensageiro: — «O Espírito Santo vai descer sobre vós. O poder do Senhor cobrir-vos-á da sua sombra. Eis porque o Santo que de vós nascer será chamado Filho de Deus.» Dito isto, esvaiu-se no ar dourado.

Quando Maria contou ao noivo o sucedido, a primeira ideia de José foi romper todos os laços entre ambos. O anjo, porém, apareceu-lhe em sonhos e confirmou a profecia. Acataram a injunção divina, um e outro. «Que em mim seja feita a vontade do Senhor» — respondeu, com perfeita abnegação, a jovem hebreia ao misterioso enviado. José prometeu-lhe total apoio e ligou-se com ela pelo casamento, embora soubesse já que não passaria de casamento simbólico.

Eis agora os dois a entrar em Belém, cheios do seu segredo e da sua ansiedade. A recordar, por certo, as palavras com que o Profeta Miqueias celebrou o fulgurante destino da terra onde chegam: — «De ti sairá o chefe que conduzirá o meu povo de Israel, aquele cuja origem remonta aos tempos longínquos, aos dias da eternidade sem fim» ...

Mas em Belém, congestionada de gentes que afluem, não encontram abrigo na hospedaria dos viajantes. E como, exausta da jornada e segura de estar próximo o grande acontecimento previsto, Maria necessita de um lugar onde recolher-se, leva-a José para uma gruta próxima, das muitas usadas como estábulos de rebanhos. Então, segundo o versículo de S. Lucas, de so-

briedade inexcedível, Maria dá à luz o seu filho, envolve-o em faixas e deita-o na manjedoura que terá de lhe servir de berço.

Vários factos invulgares assinalam o nascimento da criança que veio à luz na solidão e na obscuridade da pequena gruta e descansa agora sobre as palhas.

Antes de nada, outro mensageiro vai comunicar aos pastores das redondezas a boa nova, e enche de luz a noite silente: — «Hoje, na cidade de David, acaba de nascer um Salvador, que será o Messias». À volta, logo se erguem brados jubilosos: — «Glória a Deus nas alturas, paz na Terra aos homens de boa vontade!» Os pastores acorrem a verificar a notícia, e espalham-na depois, entre louvores à divina glória.

Segundo os preceitos, Maria e José dirigem-se a Jerusalém, que fica próxima, para se proceder à circuncisão do recém-nascido e oferecerem um sacrifício no Templo. Aparece-lhes um velho chamado Simeão, que recebeu de Deus a garantia de ver o Messias com seus próprios olhos mortais, antes de sair do mundo. Dirige-se a Maria, ergue a criança nos braços e agradece em alta voz o cumprimento da promessa que lhe foi feita. Acrescenta, como que alheado, algumas proféticas palavras: — «Esta criança vem à Terra para a queda e o ressurgimento de muita gente em Israel: será um sinal de contradição. A vós, um punhal vos trespassará a alma. O que se esconde no fundo dos corações será então revelado ...» Decerto nessa hora a jovem hebreia não poderá compreender as frases que Simeão lhe diz, inspirado por superior clarividência. Só mais tarde virá a decifrar-lhes plenamente o sentido ...

Entretanto, chegam do Oriente três Magos, Gaspar, Melchior, Baltasar, que não serão reis, como é usual chamar-lhes, mas sacerdotes da religião masdeísta, e que vêm contemplar e saudar o «Rei dos Judeus», cujo nascimento lhes foi misteriosamente comunicado e até ao qual uma estrela os guiou, nos altos céus. Encontram-no já regressado, com os pais, a Belém, prostram-se na sua frente, oferecem-lhe, em sinal de homenagem, ouro como a um soberano, incenso como a um Deus, mirra como a alguém que há-de ser condenado à morte.

Alarmado com tão singular ocorrência, Herodes entra num furor desmedido. Esses Magos vieram adorar e presentear o filho de um carpinteiro desconhecido e partem de novo sem mesmo se despedirem dele! E que atrevimento chamarem à pobre criança «Rei dos Judeus»!

Sanguinário, criminoso nato, habituado a resolver por uma série de crimes os problemas que se lhe deparam — assim tirou a vida ao moço Aristobulo, seu cunhado, a seu outro cunhado José, ao velho monarca Hircão II, a Maríame, sua esposa, a seus dois filhos Aristobulo e Alexandre; assim a tirará, ainda, ao terceiro filho, Antípatro — não vacila Herodes em procurar uma solução radical, por bárbara que seja. E ordena a morte de

todos os recém-nascidos que em Belém se encontrem. É a «matança dos inocentes».

Nada valem, todavia, as iniciativas dos homens quando um poder mais alto se afirma. De novo José recebe o aviso de celeste mensageiro a tempo de salvar-se e aos seus. Uma voz desperta-o, horas antes de ser dado cumprimento à determinação de Herodes: — «Levanta-te, pega no Menino e em sua Mãe, foge para o Egipto e deixa-te ficar ali até que eu te previna, pois Herodes vai procurar o Menino para matá-lo.» Imediatamente, ainda em plena escuridão nocturna, parte o casal com o filho ameaçado e salvo — todos três outra vez errantes pelos caminhos, à busca da acolhedora terra egípcia. E lá se conservam até serem informados do falecimento de Herodes.

Tornam então para a Palestina. Acertadamente evitam aparecer na Judeia, pois Arquelau, sucessor de Herodes, não é menos cruel nem se embaraça com maiores escrúpulos. Recolhem-se portanto à Galileia, longe das vistas do novo tirano, e reatam a sua pacífica existência na aldeia de Nazaré, escondida entre as colinas, no extremo da planura de Ésdrelon ...

Pouco se sabe da infância e da adolescência de Jesus, que decorre nesse pitoresco recanto da Galileia — de cujas alturas próximas se divisam, longe, no extremo oeste, as águas muito azuis do Mediterrâneo e uma larga paisagem de suaves eminências cobertas de verdura: o Hérmon a norte, o Tabor mais perto, a sul as montanhas de Samaria, a nordeste a serena e espelhante placa do lago de Tiberíade.

Apenas se supõe que Jesus se divida entre as lides da agricultura e do apascentar dos gados e o ofício de carpinteiro que José lhe ensina. E imagina-se a sua gravidade precoce de criança meditativa, atenta às lições dos mestres da *Tora,* já entregue à concentração interior em torno dos temas divinos. E conhece-se o episódio daquela Páscoa, em Jerusalém, onde José e Maria vão confundidos na massa dos fiéis e onde dão a certa altura pelo desaparecimento do filho, então na idade de 12 anos. Buscam-no debalde, numa inquietação crescente — até que, ao terceiro dia, o descobrem no Templo, entre os Doutores da Lei maravilhados com as palavras que lhe ouvem e com as suas respostas às interrogações que lhe propõem.

Também se calcula que, não muito para além dessa data, talvez sete anos adiante — José desapareça do número dos vivos, discretamente, como sempre viveu.

E corre algum tempo mais, até o ano 27 da nossa era — que marca o ponto de partida da vida pública de Jesus, a sua decisiva entrada na História.

Precisamente no final desse ano de 27, no rio Jordão, onde se encontra o vau de Betábara e onde, por isso acodem grupos de viajantes que se detêm para descansar, trocar impressões, fazer uma pausa nas jornadas por vezes longas — aparece um homem solitário e estranho, em redor do qual não

tarda a formar-se amplo círculo de auditores. Chama-se João — Yohanan — e anda à volta dos 30 anos.

É que tudo leva a crer tratar-se de um Profeta — e desde Zacarias e Malaquias, quase cinco séculos atrás, nenhum Profeta veio sacudir e iluminar Israel. Malaquias, porém, falou de um enviado que devia preparar o advento do Messias. Desde então, perseverantes, esperam-no os Israelitas. Será este asceta de olhos ardentes e de crespas barbas, envolto numa pele de camelo, com os rins cingidos por largo cinturão de couro, moreno e ossudo, cuja voz possante clama, infatigável, aos que passam?

Clamores de alarme e de penitência. Fala de grandes sofrimentos, de novas provações, de castigos implacáveis. Acusa Herodes Ântipas, o Tetrarca, pelo adultério cometido com sua cunhada Herodíade — num desassombro igual ao que outrora inspirou a Natã as apóstrofes lançadas a David, e a Elias os ataques a Acab e a Jezabel. Simultaneamente prega a bondade, a abnegação, a renúncia.

Tão intenso o seu ascendente, tão sugestiva a sua palavra que os próprios sacerdotes de Jerusalém mandam-lhe perguntar se é o Messias anunciado. Nega João formalmente que o seja. Mas é, ao menos, o novo Elias, volvido à Terra? Também não. Por fim, resume: — «Sou a voz que brada no deserto. Aplanai o caminho do Senhor». E ainda: — «Está para vir aquele que é mais poderoso do que eu, ao qual não sou digno de desapertar os cordões das sandálias ...»

Será, nesse caso, o Profeta esperado? As turbas adensam-se a escutá-lo; um estremecimento profundo abala Israel.

E chamam-lhe o Baptista. Porque João inaugura um curioso rito, bem diverso das antigas abluções — o baptismo. Consiste na entrada na água daqueles que se declarem resolvidos a seguir os seus apelos. Mas já não se limita a ser, esse baptismo, purificação meramente exterior, formal, antes de qualquer acto religioso. Tem significado mais completo: representa a *vontade de penitência,* o inteiro propósito de transformação interior.

Até que um dia, perdido na massa dos que se juntam à roda do Baptista, acerca-se também Jesus. Não se ilude o Profeta quando o vê diante de si. Num protesto, exclama: — «Sou eu quem deve ser baptizado por Ti e és Tu quem vem ter comigo!» O Nazareno, porém, replica-lhe: — «Deixa! Convém que cumpramos tudo que é justo!» Dominado, João obedece-lhe. Mas, quando Jesus, baptizado, se afasta do rio, descortina o Espírito Santo, sob a forma de uma pomba, a descer-lhe sobre a cabeça. E escuta uma voz imensa, nos altos Céus: — «Este é o meu filho bem-amado!»

Se o baptismo purifica, não necessita Jesus da purificação, isento como é de toda a culpa. Sujeita-se, porém, na sua qualidade de homem entre os homens, àquilo que marca a frágil condição humana. Tal deve ser o sentido da teofania de Betábara. E quando, no dia seguinte, João, perante Jesus que ali volta, declara: — «Eis o cordeiro de Deus, eis aquele que tira os pecados

do Mundo!», saúda-O como dolorosa, expiatória vítima que redimirá a humanidade com o seu sacrifício — o Messias trágico e sofredor descrito, em tão dramáticos tons, por Isaías ...

Durante 40 dias, não se torna a ver Jesus. Retirou-se para o deserto, em graves meditações. Período no qual secretamente se prepara para a acção que terá de desenvolver.

E sofre, nessa fase de isolamento impenetrável, as tentações do grande Inimigo, sempre vigilante e militante: Satanás, o Anjo caído, em perpétua revolta contra Deus, vem assediá-lo com ameaças, adulações e perfídias. Solicita-lhe, no alto da montanha abrupta, que transforme as pedras em pães, já que é o filho de Deus. Jesus responde: — «Não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra saída dos lábios de Deus.» Insistente, mostra-lhe Satanás a Terra inteira, com seus reinos e tesouros e tudo lhe oferece se consentir em prostrar-se na sua frente. Responde Jesus: — «Está escrito: adorarás o Senhor teu Deus, e só a Ele servirás.» Por fim, desafia-o Satanás a lançar-se ao abismo, pois os anjos hão-de acorrer a protegê-lo de qualquer perigo. E Jesus, indiferente aos diabólicos ardis, responde apenas: — «Está escrito: não tentarás o Senhor teu Deus.» Desesperado, o Inimigo some-se. Com ele, as tentações soberanamente vencidas ...

Temperada a sua alma na luta contra o Demónio, rejeitados os sortilégios do orgulho e da força — pode agora Jesus avançar ao encontro do destino a cumprir.

Em Março de 28, surge outra vez nas margens do Jordão. Dois pescadores galileus — João, filho de Zebedeu e André — vieram escutar as pregações do Baptista e receber das suas mãos a água purificadora. Nessa tarde, acham-se junto do Profeta quando lhe ouvem dizer, a apontar o homem que passa: — «Eis o cordeiro de Deus!» Sabem o que isto significa e lembram-se do sucedido algumas semanas atrás. Movidos por força irresistível, seguem-no e perguntam-lhe onde mora. «Vinde comigo, e vereis.» Acompanham-no a casa: a partir dessa hora são os seus primeiros discípulos.

André apressa-se a avisar o irmão, que não foi com eles: — «Simão, encontrámos o Messias!» Imediatamente, Simão pede para ser levado à presença de Jesus. Homem forte e rude, quase vacila ante o olhar fundo que o trespassa. Um olhar que parece avaliá-lo, adivinhá-lo por inteiro e que decide, num instante, toda a sua vida. Jesus, após esse exame total, diz-lhe, sem hesitar: — «És Simão, mas passarás a ser chamado Kephas.» A palavra «Kephas» equivale a «Pedro». Entre os Judeus, o facto de mudar o nome a alguém representa o mesmo que atribuir-lhe missão excepcional. O valor simbólico do nome envolve a previsão de uma existência diferente das outras, orientada para finalidades superiores. No grupo inicial dos três discípulos, a meio deles, eleito e predestinado, Simão convertido em Pedro ergue-se,

perante Jesus, que o fita algum tempo mais. E também ele, para além de fugaz desfalecimento, não mais o abandonará.

Depois de ter chamado a si outros dois discípulos — Filipe e Natanael — com a mesma imperiosa e fulgurante rapidez, pois de ambos se apossa em breves palavras intimativas, Jesus faz o seu primeiro milagre, o das Bodas de Caná — quando transforma em vinho, para os numerosos convivas da festa, a água de que mandou encher seis grandes urnas de pedra

Mais adiante, é o encontro, à entrada do vale de Siquem, com a mulher samaritana a quem pede de beber junto a um velho poço. Ante a surpresa que a toma ao dirigir-se-lhe um judeu, apesar da relutância de todos os da sua raça por estabelecerem contacto com as gentes de Samaria, o Nazareno, docemente, observa-lhe: — «Se conhecesses o dom de Deus e quem é que te pede de beber, serias tu mesma a solicitá-lo e ele vos daria a água viva.» A mulher, confusa, ainda lhe pergunta como irá buscar água a um poço tão fundo, e onde encontrará essa «água viva». Sereníssimo, volve-lhe Jesus: — «Quem beber desta água voltará a ter sede; quem beber da água que eu darei não terá sede nunca mais.» Trocam depois algumas palavras em que a Samaritana se sente, com espanto, desvendada na realidade da sua vida pecadora. Já vencida, interroga, em voz surda: — «Senhor, vejo que sois um Profeta!» Enfim, começa a operar-se nela imprevista mudança e confessa-se tentada a retomar o culto de Israel. Em certo momento, alude à prometida vinda do Messias. Eis que Jesus, de súbito, lhe revela o que a ninguém revelou: — «O Messias? Sou eu que vos falo!» Num alvoroço, vai a mulher contar o que se passou ao povo da aldeia próxima. Acorrem os Samaritanos e atendem durante dois dias ao que Jesus tem para dizer-lhes.

Assim dá os primeiros passos numa existência toda consagrada a ensinar e a edificar os ouvintes que se agrupam à sua volta. Fala primeiro em Caná, onde deu a prova inicial dos seus altos poderes. Fala em Nazaré, sobre um estrado, a comentar antigos textos de Isaías. «O espírito do Senhor está sobre mim — disse Isaías — pois me ungiu para anunciar aos pobres a boa nova; aos cativos me enviou para libertá-los, aos cegos para lhes restituir a vista, aos que têm o coração desolado para os consolar ...» E Jesus afirma: — «Hoje, os vossos ouvidos escutam o cumprimento deste oráculo» ... Fala também em Cafarnaum, e insiste: — «Completou-se o tempo e o reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e acreditai na boa nova ...»

A par dos claros avisos, os milagres que os tornam ainda mais claros. O milagre da ressurreição do filho morto de um oficial de Herodes. O milagre da cura do um possesso do Demónio, em Cafarnaum, no dia do *sabbat*. O milagre da cura da sogra de Simão Pedro, repentinamente aliviada de intensa febre maligna. Enfim, aquela manhã, na Primavera de 28, em que, sobre o lago de Tiberíade, à frente da pequena frota de barcos pesqueiros, regressam Pedro e os seus amigos, desolados após uma noite de insano esforço

em que nada conseguiram apanhar nas redes lançadas à água. Cercado de povoléu efervescente que anseia por ouvir-lhe novas prédicas e por assistir a novos prodígios, quer Jesus escapar-lhe e salta para um dos batéis que já quase tocam terra. Conta-lhe Pedro, com amargura, o seu infortúnio. E o Nazareno ordena-lhe: — «Volta ao largo e deita de novo as redes». Pedro hesita: — «Trabalhámos a noite inteira e nada apanhámos» ... No entanto, confia na palavra do Mestre e lança as redes outra vez. Tal quantidade de peixes se acumula nas malhas que lhes custa a mover o seu peso. Curva Pedro a cabeça e, num assomo de contrição, murmura: — «Afastai-vos, Senhor, que sou apenas um pobre homem cheio de pecados.» E Jesus tem esta frase extraordinária — «Não temas; doravante, são homens que hás-de pescar.» Extraordinária frase, em que se desdobram as promessas das futuras colheitas!

Percorre Jesus agora as terras da Galileia, na tarefa constante de enunciar e propagar a sua doutrina. Surpreendente doutrina condensada em breves fórmulas ou em parábolas sugestivas, que os simples apreendem, embora encerrem profundos ensinamentos nunca antes ouvidos. O verbo do Nazareno é de extrema eficácia, porque se dirige ao *homem essencial;* porque estimula cada um a transformar-se, sem esconder as lutas e sofrimentos que devem ser aceites para se atingirem os supremos fins. Já dissera, logo de início, a Nicodemo, opulento proprietário que fora interrogá-lo discretamente, com medo de dar nas vistas, mas curioso de lhe sondar os intuitos: — «Em verdade te digo que ninguém, se não nascer de novo, pode ver o Reino de Deus.»

Nascer de novo — isto é: erguer o coração à luz da Verdade e corrigir-se de antigos erros e preconceitos. Nascer de novo — para a fé sem reticências, a humildade sem limites, o amor sem fronteiras. Crer, renunciar, amar — as três chaves que se torna indipensável possuir desde que se queira abrir a porta do divino reino ...

Por isso, Jesus acusa os que simulam a fé e se quedam presos a interesses, apetites e bens terrenos. «Não se pode servir ao mesmo tempo Deus e o dinheiro.» Por isso, no chamado «Sermão das Beatitudes», inspiradamente clama: — «Bem-aventurados os pobres em espírito — os que sabem renunciar-se — pois deles é o Reino dos Céus. Bem-aventurados os que usam a doçura, pois a Terra será sua. Bem-aventurados os puros, os misericordiosos, os pacíficos. Bem-aventurados os famintos. Bem-aventurados os que choram neste momento. Bem-aventurados os que os homens rejeitam e cobrem de afrontas!» Por isso clama ainda: — «Amai os vossos inimigos, bendizei os que vos maldizem, fazei o bem aos que vos odeiam, rezai pelos vossos perseguidores» ... E acentua com força a necessidade de tudo abandonarem, até os mais naturais e justos afectos humanos — pai e mãe, mulher e filhos,

irmãos e irmãs, a própria vida — quantos se dispõem a segui-lo. «Procurai antes de nada o Reino de Deus, e o resto vos será dado por acréscimo.»

É a dádiva total que reclama: cada um terá de nascer outra vez. Em troca, oferece também o resgate total, as eternas recompensas.

E para bem fazer sentir o poder que traz em si, a majestade irresistível do Senhor, os milagres continuam: mortos que ressuscitam a um gesto seu, enfermos que se levantam curados; e, em certa noite, na barca de Pedro, sobre o lago de Tiberíade, adormecido após uma comprida jornada de pregação, quando se ergue súbito e violentíssimo temporal e os pescadores aflitos o acordam: — «Mestre, estamos perdidos!». Jesus, entre as espessas trombas de água e os ventos em fúria, serenamente lhes replica: — «Não tendes fé.» Põe-se de pé, no pequeno esquife balouçado pela tempestade. Estende a mão, com suave e imperioso aceno. «Cala-te», ordena ao vento. «Acalma-te», ordena ao mar. E o mar e o vento imediatamente se pacificam — ante o pasmo dos discípulos, que nunca o tinham visto subjugar assim os elementos desencadeados ...

Esse grupo admirável dos discípulos está já na plena posse da sua força íntima, do conhecimento da doutrina, da confiança total n'Aquele que os chamou e os predestinou. É pois a hora de começarem a sua vasta empresa — na esteira do Mestre de quem receberam a luz do espírito e o exemplo vivificador. De discípulos tornam-se *apóstolos* — o que significa *enviados*. E Jesus impele-os às primeiras actividades missionárias — armados apenas da sua pobreza edificante e da certeza absoluta nos princípios que divulgam.

São os 12 iniciadores: Pedro e seu irmão André; Iago Maior e João, filhos de Zebedeu; Filipe, Bartolomeu, Tomé, Mateus, Iago Menor, Judas Tadeu, Simão o Zelota, Judas Iscariotes. Vão dois a dois pelos caminhos, a espalhar e a comentar a boa nova. Durante os meses de Fevereiro e Março de 29 ensaiam, numa breve campanha, os seus recursos incipientes. Voltam, depois, a juntar-se ao Mestre — que sai da Galileia em Junho e faz uma incursão na velha Fenícia, cerca de Sídon e noutras povoações da Decápolis. Mais abaixo, ainda na faixa litoral, detém-se nas cercanias da cidade de Cesareia, edificada pelo tetrarca Filipe em honra do César romano.

E aí se desenrola um episódio fundamental, da maior repercussão para o futuro. Um dia, inquire Jesus dos discípulos que o rodeiam: — «Quem dizem que eu sou?» Replicam-lhe: — «Afirmam uns que sois João Baptista, outros que sois Elias, outros que sois Jeremias ou qualquer Profeta.» Fita-os Jesus, insiste: — «E vós, quem dizeis que sou?» É Simão Pedro quem responde: — «És o Cristo, filho de Deus vivo.» Então, o Mestre pronuncia estas palavras inesquecíveis: — «Muito bem, Simão; és feliz por me ter dado tal resposta. Não ta ditaram a carne e o sangue, mas o próprio espírito de Deus. E eu te digo que tu és Pedro e que sobre essa pedra construirei a minha Igreja, e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei

as chaves do Reino dos Céus; o que ligares sobre a Terra será ligado nos Céus e será desligado o que tu desligares.» Proíbe-lhes, depois, que digam a quem quer que seja que ele é o Cristo.

Inesquecíveis palavras de solene investidura!

Mas, ao mesmo tempo que funda a sua Igreja e designa aquele que lhe servirá de pedra angular, Jesus anuncia-lhes pela primeira vez que deve ir a Jerusalém, ser ali condenado à morte e ressuscitar no terceiro dia. Pouco depois, repete-lhes: — «O Filho do Homem será entregue nas mãos dos homens, fá-lo-ão morrer, mas no terceiro dia ressuscitará!» Não compreendem, porém, tais avisos os discípulos fervorosos e simples de espírito. Consideram-nos, talvez, meras frases simbólicas e negam-se a encarar a trágica realidade.

Jesus, porém, sabe o que o espera. Sabe como os fados têm de cumprir-se. Já adivinha o avolumar das hostilidades que o ferem — sobretudo por parte dos Doutores da Lei, em especial os Fariseus, inteiramente submetidos a minuciosas práticas, à observância rígida e miúda dos ritos tradicionais e que se chocam perante o seu ensino e a sua conduta.

Como não hão-de chocar-se, se o vêem privar com ignorantes, vadios, mulheres suspeitas — e até chamar para junto de si um publicano, Mateus, sem se importar da opinião estabelecida de que o menor contacto com tal gente implica risco seguro de impureza? Como — se o vêem fazer milagres ao sábado, dia de absoluto descanso em que toda a acção é condenável? Como — se tudo quanto diz e faz semeia a revolta, a indisciplina, a irreverência? Tanto assim que os sacerdotes do Templo e os membros do Sinédrio já falam correntemente da necessidade de encarcerar o perigoso agitador que excita e desencaminha as turbas com seus discursos insólitos ...

Tanto assim que, ao saberem que na aldeia de Betânia, muito próximo de Jerusalém, a pedido de Marta e Maria, irmãs de Lázaro, Jesus, com uma palavra apenas, fez levantar-se do túmulo o morto enterrado quatro dias antes — os Sacerdotes, os Escribas, os Fariseus, grande número de membros do Sinédrio reúnem-se na casa de campo de Caifás, sumo sacerdote. Erguem-se vozes a denunciar com alarme as actividades do novo profeta, que, ainda por cima, com seus milagres, de tal modo abala e enlouquece a multidão que pode dar origem a graves desordens e até mesmo atrair uma intervenção aniquiladora dos Romanos. Não foi em tempos castigado o atrevimento de Simão, *o Rebelde,* que se proclamou rei em Jericó, pelas implacáveis legiões de Varo, e não foram mandados crucificar 2000 judeus nos montes da Palestina, para servirem de temeroso exemplo? É o que virá a acontecer outra vez, mais cedo ou mais tarde, se se deixa o pregador de Nazaré dementar e incendiar as massas. A defesa de Israel impõe medidas rápidas, decisivas. Cruamente as aponta, em termos claros, o sumo sacer-

dote: — «Não compreendeis nada. Não reflectis em que é do vosso interesse que morra um só homem e que não morra a nação inteira ...»

Pela boca de Caifás, parece bem falar a conveniência imperativa da salvação pública. A execução de um promotor de desordem que importância tem — quando está em jogo a própria sorte do país? E se por acaso se tratar de um inocente, de um visionário bem intencionado? Nem assim a hesitação será permitida. Basta que a dúvida exista — e que, mesmo sem intuito formal, as doutrinas por ele defendidas e apregoadas possam vir a estimular uma vasta insurreição popular. Nesse caso, os Romanos não tardarão a surgir, para castigar sem dó nem piedade. E haverá numerosas vítimas, só porque, de início, se vacilou em abater apenas uma ...

A linguagem de Caifás, a sua lógica, resultam, sem dúvida, convincentes. O destino de Jesus, nessa magna assembleia dos seus inimigos, fica inexoravelmente traçado ...

No entanto, os conjurados contra o Nazareno, embora tomada a decisão, ignoram como irão dar-lhe seguimento. Receiam a popularidade de Jesus; no íntimo, receiam a sua evidente inocência ... Qual o pretexto para executarem o sombrio plano? E em que altura será preferível dar o golpe?

Tudo se simplifica, porém, de forma imprevista. Abre-se a semana de Páscoa e numerosos peregrinos se dirigem a Jerusalém. Entre eles, cercado de uma turba festiva que os seus recentes milagres entusiasmam — eis que o próprio Jesus faz espectacular entrada na cidade, montado num pequeno jumento, entre grupos que agitam palmas e rompem em aclamações: — «Hossana! Bendito o que vem em nome do Senhor, o Rei de Israel! Bendito o Reino de David, nosso pai, que vai começar, Bendito o filho de David!» Pode haver mais flagrante provocação do que exibir-se assim e deixar que o tratem como rei?!

Mais ainda: Jesus detém-se na dobra do caminho donde se enxerga o conjunto da cidade em vistoso panorama, e vaticina a sua futura e tremenda destruição: — «Dias virão em que os inimigos te rodearão de trincheiras, te investirão de todos os lados. Hão-de derrubar-te, a ti e aos teus filhos. Em todo o teu contorno, não deixarão pedra sobre pedra, porque não soubeste conhecer o tempo em que foste visitada ...» Outra provocação, esta negra profecia, tão penosa para todos os Judeus!

No dia seguinte, segunda-feira, aparece Jesus no Templo, onde já na véspera expandiu a sua cólera contra os vendilhões que mancham, com tendas de negociantes, o ambiente sagrado. Retoma as suas prédicas, entre a exaltação dos ouvintes. E volta a anunciar a queda de Israel, em severos termos: — «Declaro-vos: o Reino de Deus ser-vos-á arrebatado e será dado a um povo que dele colherá os frutos ...» Novas afrontas aos Judeus, novas achas para a fogueira.

O impressionante rosto de Cristo, na Igreja (anteriormente mesquita) de Santa Sofia (Constantinopla). A face do mosaico foi assente sobre fundo de ouro no século XIII

Na terça, outra vez no Templo, continua a discursar aos fiéis. Os partidários de Herodes tentam embaraçá-lo com a pergunta sibilina: — «É ou não permitido pagar tributo a César?» Sem se desconcertar, pede que lhe apresentem as moedas em que o tributo é pago. Quando acedem ao pedido, avulta sobre a placa de prata o perfil bem conhecido do imperador. E Jesus, imediatamente: — «De quem é esta imagem?» — «De César.» — «Pois dai a César o que é de é César, e a Deus o que é de Deus.»

Outras perguntas lhe fazem, com o mesmo traiçoeiro intuito de levá-lo a comprometer-se ou a tergiversar. Por fim, indignado, condena em duras palavras a hipocrisia desses observadores mesquinhos da lei, desses ostentadores de virtudes austeras que no fundo não passam de «sepulcros caiados», a esconder sob aparências falsas a podridão, a infâmia, a perfídia ... Depois, volta a profetizar a ruína da ingrata Jerusalém e, numa visão mais ampla e dramática, descreve o Juízo Final: acabado o mundo, todos hão-de comparecer diante de Deus — que separará os bons dos maus e a uns dará a bem-aventurança sem fim, aos outros as penas eternas ...

À noite, despede-se dos companheiros e claramente lhes afirma: — «Sabeis que a Páscoa se celebra dentro de dois dias: o Filho do Homem vai ser entregue, para ser crucificado ...»

Caifás e a sua gente impacientam-se cada vez mais. Urge travar o passo ao agitador, dar-lhe rápida morte. Mas como? Como, sem correr o risco de grave erupção popular?

Adianta-se então Judas Iscariotes. É um dos 12 discípulos do Nazareno. Acompanhou-o até aí e divulgou, a seu mando, a doutrina que lhe escutava. Adianta-se agora, nessa torva jornada, e vai oferecer aos conjurados a entrega de Jesus. Aceita mesmo que lhe paguem pela traição ignóbil 30 siclos de prata. É o instrumento ideal para aquilo que pretendem. Acolhem-no, por isso, com um misto de desprezo e de júbilo. Contam na sua mão estendida as moedas — 30 pequenas moedas, uma a uma ...

Que move Judas? O despeito, por ver que o Mestre a quem se votou não assegura o poder e a fortuna, antes atrai sobre si a ira dos poderosos? Uma sórdida e odienta emulação? Ou a vingança de se saber adivinhado, varado pelo olhar infalível de Cristo, que certo dia, frente aos Doze, claramente afirmou: — «Um de vós é um demónio»? Ou, acima de tudo, o haver sido escolhido para desempenhar o papel mais triste, mais repugnante, mais vil — pela soberana justiça divina?

Chega a quinta-feira de Páscoa. Reúne-se Jesus com os discípulos, na ceia ritual. Começa por lavar humildemente os pés a todos — para dar o exemplo. Depois, olha-os um a um e de novo anuncia que entre eles se encontra o que vai traí-lo. Impressionados, cada qual pergunta: «Serei eu? Serei eu?» Quando cabe a vez a Judas, a resposta fulmina-o: — «Tu o disseste!» Daí a pouco, manda-o sair com um vulgar pretexto.

A ceia está quase no fim. O Nazareno toma o pão, divide-o em pedaços, reparte-o pelos companheiros: — «Tomai e comei: isto é o meu corpo, que se imola por vós.» Apresenta-lhes a taça de vinho: — «Bebei todos; é o meu sangue, o sangue da nova aliança, que será derramado por vós e por muitos outros, a fim de que os pecados sejam remidos.»

Antes de se separarem, diz-lhes Jesus ainda: — «Já apenas estarei convosco pouco tempo ...» E mais adiante: — «Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida; ninguém chega ao Pai senão por meu intermédio.» Enfim: — «Amai-vos uns aos outros; como eu vos amo, amai-vos!»

Pronuncia ainda outras palavras cheias de alto sentido. E sai, entre o luar e a noite.

Dirige-se a Getsémani, sob as oliveiras. Isola-se por momentos, concentra-se na sua humana amargura. Dolorosamente, como em segredo reza: — «Pai, se é possível — e a vós tudo é possível — afastai de mim este cálice. Mas que seja feita a vossa vontade e não a minha!»

Última reacção do homem frágil, consciente do sofrimento que o espera. Acompanhada, porém, de inteira obediência, da aceitação plena. «A tua vontade, não a minha ...»

Já se aproxima Judas, seguido de uma pequena hoste de gente armada, sob clarões de archotes. O traidor avança, beija-o na face. «Amigo» — diz-lhe Jesus — «que vieste fazer? Traíste o Filho do Homem ao beijá-lo.» E mais baixo, num murmúrio: — «Eis a vossa hora, e o poder das trevas ...»

O beijo é o sinal combinado; os soldados acercam-se. Cristo vai-lhes ao encontro: — «Quem procurais?» — «Jesus de Nazaré.» — «Sou eu mesmo.» Vencido um momento de confusão, apoderam-se dele, arrastam-no consigo. Simão Pedro, impetuoso, reage ainda e com a sua espada corta a orelha de um criado do sumo sacerdote. Jesus intervém: — «Mete a espada na bainha. Quem ferir com a espada, morrerá pela espada.» E cura o ferido, com um simples toque da sua mão piedosa.

Não é hora de luta. É a hora do «poder das trevas» ...

Desconcertados, cheios de susto, os discípulos, subitamente, debandam. No meio da escolta, Jesus deixa-se conduzir, sem um gesto de resistência.

Levam-no primeiro a Anás, antigo sumo sacerdote, o mais provável organizador da conjura — que se limita a olhá-lo, satisfeito por o ver enfim caído em suas mãos. A seguir, comparece diante de Caifás, sumo sacerdore em exercício, que, após várias perguntas, formalmente o interroga: — «És o Cristo, o filho do Bendito? Em nome do Deus vivo, peço-te que mo digas!» Sem vacilar, responde-lhes: — «Tu o disseste, sou eu. E eu vo-lo declaro: vereis um dia o Filho do Homem, sentado à direita do Divino Poder, vir sobre as nuvens do Céu.» Caifás, então, teatralmente, rasga as suas vestes, exclama: — «Blasfemou! Que necessidade temos de mais testemunhas? Ou-

vistes a blasfémia! Que vos parece?» E todos, em coro, bradam: — «Merece a morte!»

Mero efeito exterior, para mover um auditório já predisposto à sentença. Toda esta noite em que se passeia Jesus de um juiz para outro, cada um deles comprometido na conjura prévia — é uma noite de simulacro, de arbítrio, de impostura ...

Entregue à criadagem do Templo, aos guardas cruéis, a uma ralé escarninha e sádica, fica o prisioneiro à mercê dos seus insultos e dos seus golpes. Vendam-lhe os olhos, esbofeteiam-no, divertem-se com a vítima indefesa e resignada. Sofre integralmente o «poder das trevas». Há uma orgia de algozes a saciar-se na sua dolorida mansidão ...

E quando rompe a alvorada de sexta-feira, na friagem translúcida, de novo o impelem, entre chufas, até ao Templo, onde se reúne o Sinédrio — espécie de conselho governativo e de tribunal. Outra vez conduzido perante a assembleia hostil, repete-se o interrogatório de Caifás: — «Se és o Cristo, diz-nos.» Jesus confirma a resposta já dada. E de novo o condenam — embora o houvessem condenado antes.

Mas há que ouvir, para legalizar o veredicto, o procurador de Roma, já que precisam da sua sanção autorizada. Só ele pode dizer, a tal respeito, a última palavra ...

Desde que, no próprio ano do nascimento de Jesus, morto Herodes, nenhum dos filhos lhe suedeu no trono — Arquelau foi deposto, Herodes Filipe II e Herodes Ântipas tiveram de contentar-se com a designação subalterna de tetrarcas da Gaulanítide e da Galileia —tudo certamente depende do procurador de Roma, que exerce, sobre a Palestina inteira, poder indiscutido. A partir do ano de 26, o procurador é Pôncio Pilatos, homem duro, soberbo e cínico — chamado agora a pronunciar-se sobre o caso do Nazareno.

Condenaram-no os Judeus à morte. Porquê? Acusam-no de provocar agitações, falar contra o pagamento dos tributos e intitular-se rei. Mas quando o interroga, ouve-o proclamar que o seu reino «não é deste mundo». E quanto ao resto nenhuma frase agressiva lhe escuta. Trata-se, porém, de um galileu. E como Herodes Ântipas, tetrarca da Galileia, se acha em Jerusalém nessa semana pascal, remete-lhe o prisioneiro. É uma lógica atenção que o livra de responsabilidades ...

Herodes nada consegue do silêncio desdenhoso de Jesus. Limita-se, pois, a tratá-lo com irreverência e sarcasmo — acaba por lhe fazer envergar um trajo de gala por ironia, e de novo o enviar a Pilatos.

O procurador, todavia, persiste em não ver motivos para a execução do Nazareno — que mais lhe parece um visionário inofensivo do que um perigoso desordeiro. Propõe comutar-lhe a pena num simples castigo e até, como tem a faculdade de perdoar a um condenado no dia da Páscoa, lembra-se de usar tal faculdade com Jesus. Mas, para guardar as aparências e não exacerbar

o Sinédrio e a populaça tumultuosa, aproveita o facto de ter nos seus cárceres um bandido sinistro chamado Barrabás e, do alto da cadeira curial donde deve proferir a sentença, consulta a assembleia sobre aquele que deve libertar: Jesus ou Barrabás. A resposta, no seu entender, só pode ser uma ...

Os conjurados, porém, difundem-se na multidão e dentro de pouco, por sugestão sua, eleva-se o grito inesperado: — «Barrabás! Barrabás!» Surpreendido, Pilatos diz ainda: — «E que farei então desse que chamais o Rei dos Judeus?» Outro grito de ódio enfurecido se levanta: — «Crucificai-o!» «Mas que mal fez ele?» — insiste ainda o magistrado romano. Obstinados, em clamor, volvem os Hebreus: — «Crucificai-o!»

Logo a seguir, numa espécie de sadismo demencial, rodeiam Jesus e, como Pilatos falou em castigá-lo, flagelam-no barbaramente com pesados chicotes de couro, agravados por cadeias de ferro, depois de o desnudarem e amarrarem a uma coluna. Quando, sofrido o tremendo suplício, o condenado oferece aspecto miserando e comovedor, coberto de sangue, esquálido, mais morto do que vivo, mostra-o ainda o procurador à turba, na esperança de apiedá-la. «*Ecce homo!* Eis o homem!» A turba, porém, ulula, mais feroz que nunca: — «À cruz! À cruz! À morte!» Pilatos, já sem recursos, declara, com solenidade: — «Estou inocente do sangue deste justo! Vós respondeis por ele!» E a populaça tem outra resposta impressionante: — «Que o seu sangue caia sobre nós e sobre os nossos filhos!»

Acabou-se a paródia de julgamento. Agora, tudo terá de passar-se como Jesus profetizou.

Com a cruz às costas, numa via de martírio, sobe o Nazareno entre os insultos da ralé e as lágrimas dos fiéis que desolados o acompanham, até à pequena eminência do Gólgota ou do Calvário — assim chamada por ser desprovida de vegetação, calva e erma. Erige-se a cruz no alto — entre duas outras, onde dois ladrões, também sentenciados a igual fim, enquadram o Messias supliciado.

Despem-lhe as últimas vestes, colocam-no sobre o madeiro. Os cravos rasgam-lhe as mãos e os pés, seguram-no cruelmente às duas hastes sobrepostas. E a trágica, dilacerante agonia arrasta-se durante algumas horas, enquanto o céu escurece e toda a atmosfera se enche de pávido negrume.

Do alto da cruz, o moribundo, em voz surda, roga para o alto: — «Pai, perdoai-lhes, pois não sabem o que fazem!» O seu pensamento, no auge da dor, sobe às alturas a pedir misericórdia para os carrascos. Aos dois ladrões promete que ambos serão com ele, em breve, no Paraíso. E após algumas palavras mais, pelas três da tarde, ainda O ouvem clamar: — «Pai, entrego o meu espírito nas tuas mãos ...»

Jesus expirou. A escuridão é mais cerrada. Os assistentes dispersam, num misto de horror e de remorso. Um centurião que, junto da cruz, tem

por ofício assistir às execuções, não se contém e afirma: — «Na verdade, este homem era o Fillho de Deus!»

Três dias corridos, como prometeu, Jesus ergue-se do sepulcro. Ressuscitado, aparece várias vezes aos discípulos e dá-lhes as últimas ordens: — «Ide, ensinai todas as nações, baptizai-as em nome do Pai, do Filho, do Espírito Santo ...» No final, a promessa maravilhosa: — «Ide! Eis que estou convosco todos os dias — até ao fim do mundo!»

De Tibério a Nero

Quando Jesus Cristo é crucificado em Jerusalém, há já longo tempo que morreu Augusto e lhe sucedeu Tibério. Além de ser notável homem de guerra, trata-se de um verdadeiro aristocrata, amante das tradições romanas, partidário de rigorosa austeridade nos costumes — exactamente o homem que mais sinceramente deseja ver aplicadas as reformas moralizadoras do seu antecessor. Mas estas virtudes são em parte comprometidas e prejudicadas por uma secura e um orgulho que o tornam impopular. Demasiado severo e distante para atrair a simpatia e o entusiasmo das massas latinas ...

Ou porque o seduza um retorno às antigas formas, ou apenas por cálculo, principia Tibério o seu governo pela sugestão, feita perante o Senado, de se restaurar a república. O Senado, porém, não tem saudades dos velhos tempos; habituou-se a apreciar e a venerar um soberano independente e responsável. Insta pois com o novo imperador para conservar o mando supremo. E as suas instâncias resultam. Mais ainda: Tibério propõe que o poder de escolha passe das assembleias civis às assembleias militares. A partir de então, ao exército caberá o papel de fazer — e desfazer — imperadores.

Os primeiros anos do reinado assinalam-se por incontestáveis benefícios: relações cordiais entre o sucessor de Augusto e o Senado, ao qual mostra efusivo respeito; nomeação de gente honesta para os mais importantes cargos; indulgência e brandura por parte do chefe do Império; ordem na administração; paz em todos os domínios, pois Tibério não se deixa arrastar mais para aventuras bélicas.

No entanto, esta última característica do seu procedimento de governante acaba por lhe ser nociva. O povo sofre com a guerra, mas não tem o bom senso de compreender a necessidade de renunciar, para evitar a guerra, às glórias e vantagens materiais que dela resultam. À volta de Germânico, aureolado por êxitos nas campanhas além do Reno, forma-se uma corrente de popularidade. Quando Tibério ordena a interrupção dessas campanhas e depois manda Germânico para o Oriente, os partidários do jovem guerreiro protestam, falam em ciúmes do imperador, começam a criar efervescência perigosa. Tudo se agrava ante a morte brusca de Germânico (19) e há muito quem suspeite haver sido assassinado. Conspira-se, desde então, sobretudo

porque a viúva de Germânico, Agripina, faz o possível por excitar os ânimos, na esperança de ver seu filho Nero cingir a coroa. Como resposta aos conspiradores, inicia-se novo período de perseguições, violências, represálias. Tibério, envelhecido, enervado pela desconfiança e pelo medo, converte-se num tirano cruel. E entrega-se nas mãos de um homem ambicioso, Lúcio Élio Sejano, que, alçado a primeiro-ministro, exerce, em seu nome, uma ditadura pessoal.

Sejano, prefeito do pretório, faz reforçar ainda a guarda pretoriana e aproxima-a do centro de Roma. Depois, quando Tibério, mais avançado ainda em anos e em receios, a par de caído em requintados vícios, se isola na ilha de Capri como numa cidadela, os seus decretos de monarca absoluto são acatados cegamente pelos senadores espavoridos, prostrados ante a omnipotência de Sejano. Este, mais seguro, sem limites a aspirações desmedidas, provoca o exílio de Agripina e o suicídio de Nero e julga-se francamente a caminho do poder sem limites.

Perde-o a confiança excessiva em si próprio. Ao saber que Tibério escreveu ao Senado a recomendar para seu sucessor Gaio, outro filho de Agripina, pensa em recorrer ao assassínio. Denuncia-o Antónia, mãe de Germânico, e Tibério reage com prontidão e eficácia. Nomeia outro chefe dos pretorianos; Sejano, destituído e preso, é estrangulado pelos seus agentes. Segue-se um período de repressão sangrenta — e durante seis anos ainda se arrasta o despotismo do solitário de Capri, quase louco, a abater, um após outro, inimigos reais ou imaginários.

Até que, numa curta visita a Miseno, uma síncope assalta-o e o boato do seu falecimento corre. Já se apressa Gaio a vir tomar conta da sucessão quando se desmente a morte do imperador. Não tarda, contudo, a ser vítima de um familiar que acha oportuno suprimi-lo. E a turba, em Roma, acolhe festivamente a notícia, com este grito feroz: — «Tibério ao Tibre!»

Gaio tem ambiente favorável entre os soldados. Conhecem-no de pequeno, quando, nascido durante as campanhas de Germânico, o viram crescer na atmosfera marcial dos acampamentos. Puseram-lhe mesmo um nome seu, a consagrar o afecto que lhe votam: o de *Calígula,* tirado do botim militar, *caliga,* usado por ele ainda criança.

Também no começo o novo imperador mostra boas qualidades e bons propósitos. Mantém relações corteses com o Senado; distribui largos donativos às populações; concede amnistia aos deportados por Tibério; modera os impostos e promove divertimentos públicos. Sob o signo já experimentado do *panem et circenses,* o povo sente-se satisfeito com esse jovem soberano alegre, cordial e generoso.

Mas o idílio dura pouco. Dentro em breve, Calígula denuncia sintomas de inquietante desequilíbrio. Sujeito a excessivos terrores, demasiado inclinado aos prazeres de toda a ordem, sequioso de espectáculos e de se dar em

espectáculo ele próprio — o seu temperamento revela um misto de histrião e de déspota. A omnipotência não tarda a subir-lhe à cabeça. Gosta de ameaçar a cada passo aqueles que o rodeiam para exibir autoridade sem limites. Gradualmente, institui um regime de modelo oriental, autodiviniza-se, dá o pé a beijar aos senadores como um ídolo. E consome os dinheiros públicos em banquetes sem fim, em navios cravejados de pedrarias e construídos para festas orgíacas, em edifícios de exagerada pompa. A certa altura, elege por favorito o cavalo Incitato, para o qual faz erigir uma cavalariça de mármore e que chega a propor como candidato a cônsul ...

Um maníaco desenfreado, que o mando total intoxica. Sob a onda da megalomania, compraz-se por vezes em desumanas crueldades. E, num delírio crescente, ordena a decapitação das estátuas de Júpiter e outros deuses, sobre as quais manda colocar a sua efígie.

De tal forma abusa do poder e da paciência geral que os pretorianos, outrora seus amigos, não hesitam em pôr ponto final à sua vida — num gesto libertador. É o tribuno Cássio Quéreu o executor dos desejos do povo romano, graças a um golpe certeiro de espada. Todos se congratulam com o desaparecimento de Calígula como com o remate de um pesadelo. Pesadelo que durou quatro anos, de 37 a 41. E que deixa atrás de si a ruína do tesouro, o desprestígio dos magistrados, a insurreição em várias províncias.

Quem escolhem os pretorianos para defrontar a herança calamitosa do maníaco desenfreado? Seu tio Cláudio, irmão de Germânico, vago intelectual de aparência tímida e lunática. À primeira vista, um erro crasso. Afinal, menos do que se afigura.

Principia Cláudio por gratificar generosamente os que lhe deram o trono: 15 000 sestércios a cada um. Efectuado este acto perigoso, pelo precedente que abre, manifesta inteligência e prudência notáveis. Em contraste com o sobrinho, nega-se a receber homenagens divinas. Procura administrar com economia e critério. Organiza mesmo à sua volta complicada burocracia que forma uma espécie de ministério com as funções distribuídas e definidas. Confia, porém, os mais altos cargos a três antigos escravos, agora libertos: Narciso, Palante e Calisto. Os aristocratas protestam, mas é certo que os recém-chegados desenvolvem actividades úteis — e Cláudio, com a sua ajuda, não só restabelece alguma equidade no exercício da justiça como promove importantes trabalhos públicos: um canal no Tibre, o porto de Óstia, aquedutos de belo aspecto arquitectónico. No termo de um desses grandes empreendimentos, para festejar-lhe a conclusão, oferece aos Romanos um espectáculo de largo estilo, no lago de Fúcino: o simulacro de uma batalha naval. Muitos milhares de condenados à morte participam na refrega fictícia, e nela vão encontrar o seu fim. É então que essa massa de gente votada ao sacrifício para divertir o povo lança ao imperador a frase terrível

e famosa: — «Ave, César, os que vão morrer saúdam-te!» *(Ave, Caesar! Morituri te salutant!)*

Cláudio não cessa de assegurar benefícios às gentes que governa: melhora as comunicações e os transportes, consegue reprimir o banditismo nas estradas, alarga às populações da Gália transalpina os privilégios de cidadania. Mesmo no campo militar nomeia chefes capazes: Corbulão, Vespasiano, Paulino — e sob o seu comando procede-se em seis meses, durante o ano de 43, à invasão e à conquista da Bretanha, no prosseguimento dos velhos planos de César.

Um grave ponto fraco neste conjunto bastante positivo: a vida particular de Cláudio, em que os desregramentos se sucedem — e os dois casamentos: com Valéria Messalina, 32 anos mais nova, dissoluta em extremo, convertida porventura em dócil instrumento da ambição de Caio Sílio, seu amante, a ponto de conspirar para destronar o imperador, o que dá como resultado ser abatida pelos pretorianos; e com sua sobrinha Agripina, também mais nova do que ele 25 anos, empenhada em suprimir Britânico, filho único de Cláudio, depois de o ter persuadido a adoptar como herdeiro Nero, que teve do seu primeiro matrimónio com Cneu Aenobarbo. Outra Agripina e outro Nero — mais felizes, porém, do que os homónimos do tempo de Tibério. Porque esta Agripina, hábil e decidida como sua mãe, obtém a aliança de Palante, instala Burro, amigo seguro, à frente da guarda pretoriana e quando vê o marido inclinado a preferir Britânico não hesita em envenená-lo antes que a tendência se traduza em factos (54). Por este meio drástico, Nero, imposto pelos pretorianos de Burro, vê-se erguido ao trono.

Nero vai ser, aliás, uma reprodução de Calígula — em pior. O seu nome quer dizer *forte* e *valente*. Não passa de um enfatuado, de notável inteligência em certas horas, mas quase sempre fraco, devasso e pérfido.

Repete-se o que aconteceu com os predecessores: os primeiros anos de governo são francamente esperançosos. Educado por Séneca, o filósofo estóico, moralista delicado e profundo, estilista modelar — que será, com o elegante e cínico Petrónio do *Satiricon,* com os poetas Fedro e Lucano, com os historiadores Valério Máximo e Quinto Cúrcio, um dos raros valores literários deste período — a sua cultura e as suas palavras de acalmação fazem supor que se encontrou, enfim, o imperador ideal. Também se esforça por dar ao Senado provas de respeito e cordura. Também recusa monumentos em sua honra. Também afecta indulgência magnânima e louva, acima de todas as virtudes, aquela misericórdia exaltada por Séneca no *De Clementia.* A administração pública, nesta fase, é cuidadosa e equitativa; a campanha de Corbulão na Arménia e o tratado de paz firmado com os Partos entreabrem perspectivas lisonjeiras.

Todavia, cedo se lança Nero numa vida de libertinagem sem freios. No decurso das suas aventuras e experiências eis que se apaixona pela frívola e desbragada Popeia Sabina, cuja técnica da corrupção o subjuga. Para obter-lhe os favores, nomeia o marido, Marco Sálvio Otão, governador da Lusitânia e assim o afasta de Roma. Popeia, contudo, não quer ser uma favorita igual às outras; quer ser imperatriz. E impõe a Nero o repúdio de sua mulher Octávia, filha de Cláudio. Mais ainda: como Agripina lhe combate a influência e as pretensões, convence Nero a mandar matar a própria mãe a quem tudo deve. Octávia, na flor dos 22 anos, será imolada mais tarde ao mesmo ídolo ...

Com Popeia ao lado e os instintos à solta, entrega-se o imperador àquilo que julga sua vocação primordial: a Arte. Admirador entusiasta dos Gregos, organiza festas olímpicas e artísticas, os *ludi juvenales,* as *Neronia,* em que se exibem os mais perfeitos efebos. Imagina-se um génio criador de beleza e para dar largas à inspiração trata de aprender a Pintura e a Escultura, a Música e a Poesia. Compõe um poema épico sobre Tróia e agita-se nos palcos dos teatros a representar as tragédias helénicas, ou a tocar e a dançar entre aplausos dos cortesãos ...

Surgem reacções violentas, no Senado e entre as classes populares. Nero responde com duras perseguições, confiscações de bens, condenações à morte. O próprio Séneca vê-se expulso da capital, ferido por desonroso exílio.

Nero, cada vez mais absorvido na sua omnipotência e na sua vaidade, já solicita agora homenagens divinas: elevam-lhe mesmo um templo em Roma. E constrói a ofuscante «casa dourada», em cuja frente se destaca uma estátua de cerca de 40 metros de altura que o representa sob a forma de Apolo, cabeça envolta nos raios solares ...

Sonha uma cidade mais bela, mais arejada, liberta dos bairros estreitos e populosos onde a mancha da turba miseranda dá uma nota pardacenta de tristeza e de pobreza. Talvez por iniciativa sua, em todo o caso numa plena coincidência com os seus desejos, enorme incêndio estala, no Circo Máximo, em Julho de 64 e destrói a terça parte da Urbe. Será certo que Nero assiste ao desastre imenso em que perecem milhares de inocentes, no alto da Torre de Mecenas, de lira em punho, a declamar os seus versos sobre a ruína de Tróia? Em qualquer caso, há muito quem o acuse: de Tácito a Suetónio e a Díon Cássio. E o acontecimento, depois de ter servido de pretexto a hediondo morticínio de cristãos, permite-lhe refazer uma Roma ampla e majestosa, à medida dos seus sonhos ...

No ano seguinte, a conjura que tem por chefe o irresoluto Calpúrnio Pisão é cruelmente afogada em sangue: Séneca, Lucano, Petrónio, entre muitos outros, figuram no rol das mais ilustres vítimas.

O autocrata, após essa orgia de crimes, volta a refugiar-se no seu falso esplendor de esteta genial. Em 66 percorre a Grécia numa espécie de *tournée*

espectaculosa. Corre sobre uma quadriga em Olímpia e, embora sofra um acidente, é coroado vencedor. Sobe aos estrados como actor, cantor, tocador de harpa. Enquanto por toda a parte efervescências hostis se multiplicam, o imperador colhe palmas e trofeus e quando reaparece em Roma, num cortejo de triunfo (67), parece uma vedeta que saúda a multidão e, cheio de orgulho, mostra-lhe os prémios ganhos pela sua perícia ou pelos seus dons de esteta ...

A loucura de Nero, a sua gloríola de cabotino, vão ter justiceiro epílogo. Nos começos de 68, Júlio Víndice, governador de Lião, levanta-se com a Gália que declara independente. Galba, general que comanda as legiões da Hispânia, adere à revolta, avança sobre Roma. Logo o Senado lhe oferece o trono. Nero foge da cidade, seguido de raros companheiros. Nem tem a coragem precisa para se afogar nas águas do Tibre. Errante, apavorado, treme-lhe a mão quando tenta apunhalar-se. E é um antigo escravo, Epafrodito, quem o ajuda a vibrar o golpe mortal, não sem que antes profira a derradeira frase com a qual talvez espere, antes de abandonar o palco, sugestionar a posteridade: — «Que artista morre comigo!»

Primeiros Apóstolos, primeiros Mártires

Que se passa entretanto na Judeia?

Trata-se de uma das mais exíguas parcelas do vasto Império Romano. Na aparência, depois da breve passagem de Cristo — que, para o mundo oficial representou apenas um episódio entre muitos da constante inquietação messiânica dos Hebreus — tudo reentrou na normalidade. Pôncio Pilatos assegura, com vigilância e por vezes certa dureza, uma ordem que mantém, graças à força e à presença dos legionários, inalterável obediência aos seus decretos.

No entanto, a normalidade é só aparente. Embora julguem os delegados de Roma que vai desaparecer por inteiro o rasto deixado pelo Nazareno — a memória de Jesus, as lições e apelos que deixou, o mandato de que investiu os que O seguiam, serão como fermento escondido, discreto, do qual raros se apercebem mas que terá imprevistos poderes, capazes de levedar a imensa mole imperial. A semente lançada pelo Crucificado ainda apenas começa a exercer misterioso trabalho renovador ...

Por enquanto, há só um pequeno grupo de fiéis, difíceis de distinguir na massa dos seus compatriotas. Sem deixarem de figurar entre os zelosos observadores dos ritos e práticas tradicionais, formam comunidade especial, movida por uma série de preceitos definidos, consciente da missão que nada a levará a trair. Inicialmente os seus membros intitularam-se *discípulos* — já que recordavam e seguiam o que o Mestre lhes ensinara. Adiante, porém, no propósito de melhor definirem o objectivo mais largo que visavam, tomaram para si o nome, bem mais expressivo, de *irmãos*.

Mais uma seita como tantas, a estiolar-se num âmbito restrito, empenhada em defender as suas peculiaridades irredutíveis? Talvez haja quem os considere apenas uma seita mais. Erro evidente. Ao contrário de outras organizações sucintas e mesquinhas, presas a regras demasiado severas e sem capacidades expansivas, declaram-se abertos a todos os convívios e chamam quantos se decidam a ouvi-los à partilha da Verdade que servem e da boa nova que espalham.

Essa boa nova resume-se na afirmação de que o Messias há tanto esperado pela alma ansiosa e crente de Israel acabou por vir e se encontrou, por algum tempo, no meio do seu povo. O Messias era Jesus de Nazaré, filho de Deus feito homem, vindo à Terra para testemunhar a grandeza do Pai e que se ofereceu como vítima expiatória para o resgate de todos os homens. Simão Pedro, aquele mesmo a quem confiou a chefia dos Apóstolos e o alto encargo de fundar a sua Igreja, Simão Pedro, diante de numerosa assembleia de ouvintes, proclama, com a energia de uma convicção fremente:

— «Escutai-me, homens de Israel. Jesus de Nazaré, esse homem a quem Deus prestou testemunho pelos altos poderes, os prodígios, os milagres que vós lhe vísteis operar entre vós — aquele mesmo que, segundo os desígnios da presciência divina, fizésteis morrer às mãos dos ímpios, ao cravá-lo na Cruz — Deus ressuscitou-o, quebrou para Ele os laços da morte: todos somos disso testemunhas. Desde então, de acordo com a profecia de David, está sentado à direita do Pai. Que toda a gente de Israel o saiba como uma certeza: Deus fez Senhor e Messias esse Jesus que crucificastes!»

Assim fala Simão Pedro, tocado por uma luz de cima. De entre os muitos que o escutam, grande parte conheceu Jesus, lembra-se da irradiação sobrenatural que o cercava, do estranho condão que possuía de em todos acordar estranha força íntima ao apelo da sua voz que enchia os corações de amor e de temor, tal a maneira como a todos abalava e se impunha. Alguns, como os discípulos preferidos, os companheiros da última ceia, ouviram-lhe as palavras solenes, quando repartia o pão e o vinho: «Comei, este é o meu corpo; bebei, este é o meu sangue.» E anunciou-lhes o martírio que ia sofrer e a razão por que o sofreria e a redenção que de tal sofrimento viria para a humanidade futura. Há também os que assistiram à ressurreição de Jesus, à sua vitória decisiva sobre a morte. E os que assistiram, no dia do Pentecostes, à descida do Espírito Santo, sob a forma de línguas de fogo a pousar nas cabeças dos Apóstolos. Tudo isto forma um conjunto de provas extraordinárias que traz fulgurante confirmação à profissão de fé de Simão Pedro. Tudo isto vem realmente atestar que o Messias era o filho de Deus encarnado em figura humana e que, por seu intermédio, Deus quis apontar a quantos O viram e escutaram o Caminho, a Verdade e a Vida.

E a fé invade os corações. Da assembleia congregada em torno do pescador galileu rompem clamores de adesão e de júbilo. A comunidade dos primeiros cristãos afervora-se e cresce em cada hora.

Quantos serão, nos primeiros tempos? Alguns centos, alguns milhares? Uma pequena minoria, em todo o caso. Mas o número pouco interessa. Interessa, antes, a unidade profunda, o fervor sinceríssimo, a consciência que têm de prolongar e ampliar a acção do Messias e de trabalhar para que ela se expanda, frutifique, desenvolva o seu curso entre os homens.

Aceitam todos o comando tácito de Pedro, cujos mais directos colaboradores são os Apóstolos. Além destes, os 70 ou 72 missionários escolhidos pelo próprio Cristo no ano anterior à sua morte, que podem considerar-se apóstolos de segunda linha.

A reduzida comunidade desse período inicial tem de particular três observâncias que lhe caracterizam a vida religiosa: o baptismo, a imposição das mãos, a refeição em conjunto.

O baptismo, embora se desenrole como o de João em Betábara, é agora feito em nome de Cristo, E não tem apenas um sentido meramente penitencial, mas um sentido mais completo, de renovação e purificação interior. Além disso, envolve uma absolvição quanto aos pecados cometidos, o reconhecimento da natureza divina de Jesus e a repulsa absoluta do crime colectivo que o Seu martírio constituiu.

A imposição das mãos — velho costume israelita, mencionado no Antigo Testamento, pelo qual se conferia um poder ou uma dignidade e que Jesus tantas vezes usou — adquire agora significado mais profundo também, o de transmissão dos dons do Espírito Santo. Por isso incumbe aos Apóstolos, que o Espírito Santo distinguiu e elegeu.

As refeições em conjunto, para os cristãos primitivos, ultrapassam também o alcance dos velhos ágapes judaicos — durante os quais se partia o pão e o pão era consagrado ao Senhor. Agora, é mais do que isso: uma comunhão na própria presença viva e constante de Cristo, o reviver da ceia derradeira, o voto solene de se impregnar totalmente do Seu exemplo e da Sua lei.

E todos, sob o domínio destes altos sentimentos, desta permanente sublimação íntima, rivalizam em bondade, em generosidade, em efusões fraternas. Todos se amam entre si como, de facto, o Mestre ordenou. Todos repartem os bens que possuem e se sentem membros de um só corpo, elementos de um só destino.

Pouco a pouco dá-se uma separação inevitável, entre os devotos de Cristo e os fiéis, rigorosos, minuciosos cumpridores das normas da *Tora*. Desde o dia semanal de festa, que é para os segundos o Sábado, consagrado à oração, mas é para os primeiros o Domingo em que se comemora a ressurreição do Homem-Deus, até à crença firme na divindade de Jesus, que ao clero oficial, aos componentes do Sinédrio, aos tradicionalistas estritos, parece simples destempero. Como aceitar que fosse o Messias anunciado pelos Profetas, em quem supunham todas as glórias e todos os poderes, graças aos quais os inimigos de Israel seriam reduzidos a pó e os descendentes de David recobrariam o trono — como aceitar que fosse o Messias esse pobre visionário que preferia

a camaradagem dos humildes, pregava coisas extravagantes e que, sem desbaratar e expulsar os ímpios, se deixou prender, escarnecer, supliciar, cravar no madeiro infamante da cruz dos malfeitores?

O conflito torna-se mais agudo quando os seus discípulos tomam a ofensiva e desafiam as autoridades legítimas. Assim, naquele dia em que Pedro e João sobem ao Templo a fim de partilharem das orações da hora nona e um paralítico lhes pede esmola. Pedro, animado por uma força superior, clama-lhe: — «Não tenho ouro, nem prata, mas o que o tenho, dou-to. Em nome de Jesus de Nazaré, caminha!»

E o paralítico põe-se em marcha. A turba, assombrada, cerca os dois Apóstolos, num rumor de febril entusiasmo. E logo Pedro afirma, em clara voz, que o milagre se deve a Jesus de Nazaré, aquele que os Judeus crucificaram e que era o verdadeiro Messias. E exorta-os a arrependerem-se e a converterem-se.

Sacerdotes e guardas do Templo acorrem, apoderam-se dos perigosos agitadores que violam a ordem estabelecida. Passam a noite no cárcere. De manhã, o Sinédrio reúne-se. Lá estão Anás, Caifás, os que pediram para Jesus a pena última. Interrogam os presos. Intrépido, indomável, Pedro brada-lhes que só em Jesus está a salvação. Ante a sua coragem e a sua certeza, o Sinédrio vacila, acha preferível abafar o escândalo. Contenta-se, pois, com proibir-lhes que voltem a falar em público, a espalhar a doutrina subversiva. Respondem-lhe, porém, os Apóstolos: — «Não podemos calar aquilo que vimos e ouvimos!»

É uma declaração de guerra. E a luta prossegue, intensa, entre os fiéis da Cruz e os fiéis da *Tora*. Como Pedro e João insistem nas suas prédicas, desta vez, além de voltarem à prisão, sofrem violento castigo: açoitam-nos cruelmente, na ideia de os reduzir ao silêncio.

Tudo inútil. Não podem calar o que viram e ouviram. Não falharão ao dever de propagar, contra todos os humanos furores que os alvejam, a divina mensagem!

Essa divina mensagem, tal qual o Nazareno a trouxe e a encarnou, tende, aliás, a expandir-se largamente, muito para além de fronteiras ou limites restritos. Tanto através das constantes e diversas relações de comércio como através das numerosas peregrinações aos lugares santos, em datas consagradas — os núcleos hebreus deslocam-se com frequência e levam consigo espontâneo poder de comunicação e de proselitismo. Desde sempre o povo judaico se dispersou em grande escala: é o fenómeno da *diáspora,* segundo o designam os Gregos. A partir da instalação de uma colónia em Damasco, das volumosas deportações impostas por Assírios e Babilónios, do chamamento que lhes dirigiu Alexandre para a capital que fundou — Alexandria — em pleno território egípcio, da fixação de importantes grupos na Anatólia, encorajada pelos dinastas selêucidas, e até das levas de militares cativos para Itália, onde os Roma-

nos os instalaram mais tarde — teceu-se vasta rede, mais ou menos em todas as províncias, sobretudo gregas e orientais, do Império. E onde quer que vivam ou negoceiem, os Judeus não se deixam anular nas populações dos países onde se encontram; mantêm singularidade irredutível, nexo próprio, firme organização, fiel disciplina religiosa e moral. Logicamente a sementeira do novo credo descobre uma série de pontos de apoio nas comunidades judaicas espalhadas através das ramificações amplíssimas da *diáspora.*

E cria-se então dupla corrente que, apesar de por vezes dar origem a atritos e discórdias, acaba por trabalhar para o mesmo fim: a dupla corrente dos *judaizantes* e dos *helenísticos,* isto é, daqueles que se empenham em conservar e defender as características rigorosas dos costumes e práticas tradicionais e daqueles que, sem abandonarem uns e outras, aspiram a uma fusão progressiva com outras raças e civilizações, às quais possam estender a sua influência, a sua captação, o seu apelo. A segunda corrente parece, aliás, mais apta a dar execução plena à «palavra de ordem» formulada por Cristo, quando, já ressurgido de entre os mortos, determinou: — «Ide, ensinai todas as nações, baptizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e convencei-as a observar tudo que eu mandei!»

Os *helenísticos* queixam-se de ser tratados pelos *judaizantes* com desigualdade manifesta. E os Apóstolos resolvem instituir nova espécie de colaboradores, escolhidos em meios exteriores aos da Palestina, encarregados não só de certas funções administrativas, mas de assegurar perfeito equilíbrio entre todos os fiéis. Assim aparecem os Diáconos, aos quais os Apóstolos, pela imposição das mãos, comunicam as graças do Espírito Santo e que por isso ficam adstritos à jerarquia central e investidos de poderes consideráveis.

De começo, os Diáconos são sete: Estêvão, Filipe, Procor, Nicanor, Tímon, Parmenas e Nicolau. Todos da corrente *helenística,* animados de um conceito dinâmico e expansivo da acção espiritual e que depressa provocam fecunda irradiação do Cristianismo nascente.

Um dos que mais se distinguem pelo arrojo, pela chama que o exalta, pela abnegação e pelo impulso, é Estêvão. No ardor do seu verbo, menos se preocupa em salientar o carácter messiânico de Jesus, elo que o prende às mais remotas profecias de Israel, do que em proclamar o sentido inovador da doutrina do Crucificado e em apostrofar com severidade e cólera a hipocrisia daqueles que se cingem à minúcia dos ritos tradicionais e se limitam a cumpri-los sem, ao mesmo tempo, encher de sinceros fervores as almas vazias.

Perante esse recém-chegado, cujas falas ardentes os chocam e os ferem, outra vez se mobilizam para lhe tolher o passo os *judaizantes* de visão tacanha, os guardiães inflexíveis da *Tora.*

Pôncio Pilatos foi chamado a Roma, a fim de prestar contas de alguns actos arbitrários ao sucessor de Tibério, Calígula. E o Sinédrio aproveita a ausência do procurador para actuar com maior liberdade e maior rapidez. Estêvão é preso e comparece no tribunal. Em lugar de acusado, logo toma

posição de acusador. Exalta a lição de Cristo, censura asperamente aqueles que, depois de haverem perseguido os antigos Profetas, traíram e mataram o filho de Deus. Nem por um momento duvida de que assim chama sobre si a ira dos juízes. Imola-se deliberadamente para lhes lançar em rosto a verdade — e aceita com alegria o sacrifício.

Enfurecidos, apontam-no como blasfemador — e condenam-no à pena dos blasfemadores: a morte por lapidação. O jovem diácono, face iluminada, consciência serena, olha sem temor o suplício. As pedras chovem à sua volta, alcançam-no, esmagam-no até lhe roubarem o último alento, desfeito em sangue, confiante no prémio que mereceu.

É o primeiro mártir do Cristianismo. A sua morte tem um sabor jubiloso de certeza e de vitória!

Entre os participantes no martírio de Estêvão, notou-se um jovem fariseu, que veio estudar a Jerusalém com o rabi Gamaliel e se distingue pelo seu zelo fanático. Assistiu a tudo, com olhos fixos e interessados. Confiaram mesmo à sua guarda as vestes dos lapidadores, quando se despojaram delas para terem os movimentos mais livres. Ali se manteve até final, convicto de se tratar de acto de justiça contra um perigoso desordeiro cujas blasfémias só podiam ser bem castigadas com a morte.

Viu-o expirar, constelado de feridas, sem que o seu sofrimento lhe tocasse o coração seco. Diz-se, porém, que o moribundo, ao relancear a vista pelos algozes, a demorou um momento nesse rapaz franzino e pediu a Deus perdão para todos e em especial para ele. Quem sabe até que ponto essa última prece do supliciado lhe abriu os caminhos da predestinação?

Chama-se Saul. Nasceu em Tarso, na Cilícia. O nome que lhe foi dado consagra, na tribo de Benjamim a que pertence, a tradição do primeiro rei de Israel. Apesar de vir ao mundo num dos núcleos representativos da *diáspora,* entre emigrados que se fixaram nas margens do Cidno, o meio em que se criou foi de judaísmo fervoroso. Toda a família observa com rigor e escrúpulo as práticas religiosas e os ditames estritos da *Tora* — e assim cumpre as exigências da sua adesão à seita farisaica. No entanto, o ambiente intelectual que respira é o da cultura helenística, florescente em Tarso como noutras cidades orientais. O seu lar conhece certa prosperidade, lar de comerciantes enriquecidos. Foi-lhes mesmo concedido o *jus civitatis,* que Roma não prodigaliza mas com que por vezes recompensa dádivas ou serviços. Será por haverem prestado serviços a alguma alta personalidade romana ou por haverem sabido merecer a gratidão dos senhores do Império com dádivas generosas? O certo é que essa qualidade de cidadão romano dará ao jovem estudante fariseu, mais tarde, um trunfo importante no seu jogo — e pesará no seu destino.

Durante alguns anos, em Jerusalém, Saul escuta as lições do rabi Gamaliel, espírito largo e conciliador mas sábio exegeta dos velhos textos e fidelís-

simo adepto da tradição integral. Ao seu contacto, e por ser dotado de inteligência viva e ardente, ganha consciência mais esclarecida e intensifica ainda a austeridade do seu fanatismo. Tanto assim que o indicam para se deslocar a Damasco, onde começa já a sentir-se o aparecimento e a propaganda dos discípulos de Cristo e onde os judaizantes alarmados tratam de reagir com energia.

Ei-lo, pois, que se lança, intrépido, cheio de zelo febril, pela estrada de Damasco. Vai aceso no empenho de travar o passo aos adversários que se atrevem a ofender com tal insolência os rigores das crenças e dos ritos antigos. Parece até que o anima uma espécie de misticismo bélico e apenas um sonho lhe comanda os passos: o de exterminar quanto antes, sem contemplações, quantos reflectem a nociva doutrina do Nazareno — como aconteceu com aquele diácono audaz que viu cair sob as pedradas dos carrascos do Sinédrio.

Em plena estrada, porém, quando avança na planície árida que sucede ao vale do Alto Jordão e que, à ilharga do Monte Hérmon, desemboca no *oásis* ambicionado — súbita, uma imensa claridade envolve-o, tão forte, tão crua que, sem poder suportá-la, se vê prostrado no solo. E uma voz próxima e longínqua, uma voz que tudo enche e domina, pergunta-lhe: — «Saul, porque me persegues?» Confuso, assombrado, murmura: — «Senhor, quem sois?» Logo ouve a resposta: — «Sou Jesus, aquele que persegues.» Num espanto, vencido sob o influxo de extraordinário poder, interroga Saul: — «Que quereis que eu faça?» «Levanta-te» — ordena a voz prodigiosa — «entra na cidade e saberás o que deves fazer.»

Quando se ergue, a claridade imensa diluiu-se. Ficou a treva absoluta. Os seus olhos estão, de momento, cegos. A sua alma acorda para um dia sem fim!

Desde esse decisivo chamamento, Saul consagrar-se-á por inteiro à missão em que foi investido pela vontade expressa de Cristo. A vista não tarda a ser-lhe restituída por intermédio de um cristão de Damasco, Ananias, ao qual outra divina intervenção comete tal encargo. Retira-se depois um tempo, talvez de concentração e preparação, para o deserto da Arábia. Quando regressa a Damasco e começa a pregar em nome de Jesus, o grupo judaizante surpreende-se e protesta — já que dele esperava auxílio e recebe, afinal, acusações e ataques. Tentam mesmo prendê-lo. É quando os seus adeptos conseguem fazê-lo escapar dentro de uma pequena cesta de verga em que se transporta habitualmente peixe.

Saul aparece de novo em Jerusalém. Acolhido com natural suspeição pelos que recordam a sua hostilidade ao Cristianismo, só a garantia do virtuoso Barnabé que goza de prestígio legítimo na Igreja em início determina a sua entrada no seio dos fiéis. E durante dois anos (42 e 43?) segue Barnabé a Antioquia, outro importante centro helenístico, onde, a seu lado, acaba de preparar-se para as tarefas primaciais. Já então, segundo os *Actos dos Apóstolos,*

recebeu de Cristo a ordem que prefigura todo o seu destino: — «Enviar-te-ei para longe, às terras dos Gentios ...»

De facto, quer pela infância em Tarso, quer pela atmosfera da família, quer pela singular clarividência do seu génio, Saul está na encruzilhada das duas grandes correntes que se digladiam: judaizante escrupuloso e mesmo fanático, mas a residir numa das cidades mais representativas da variedade e da movimentação helénicas: alia, portanto, o tradicionalismo mais firme aos impulsos mais abertos do expansionismo do novo credo. Foi avisado de que iria falar aos Gentios. Isto significa não poder limitar-se o culto de Cristo e o serviço da Sua Palavra aos núcleos exíguos de Jerusalém ou de outros lugares próximos. Tem de alastrar pela Terra adiante. Os seus objectivos ampliam-se a todas as gentes do vasto Mundo. É preciso fazer soar o apelo do Crucificado até aos mais remotos confins. E, em primeiro lugar, é preciso comunicá-lo a toda a zona mediterrânica onde se verifica o ascendente da civilização helénica, na medida em que por aí alcançará mais ampla audiência até que se venha a chegar à própria cabeça do Império: a essa Roma cesárea e poderosa, sede do Governo, símbolo de unidade e de comando ...

É, de facto, o roteiro dos seus diversos périplos de missionário. Primeira viagem, de 45 a 49: abrange Chipre, a Ásia Menor, os planaltos da Panfília, da Pisídia, da Licaónia, os burgos de Antioquia de Pisídia, Derbe, Icónio, Listras, e, no final, Antioquia da Síria. Segundo, de 50 a 52: Terra dos Gálatas, Filipos na Macedónia, Salonica, Atenas, Corinto, Éfeso, outra vez Antioquia. Terceira, de 53 a 58: de novo Éfeso, Corinto, depois Mitilene, Quios, Samos, Rodes, os portos da Síria e da Palestina.

Acompanhem-se num mapa estas trajectórias e logo saltará aos olhos até que ponto realmente atingem e abarcam as capitais da velha Grécia, os centros mais representativos nos domínios da cultura, do poder militar ou político, da actividade comercial, da irradiação da arte ou dos costumes. A todas se estende o ambicioso apostolado, para que em todas soe o clamor da boa nova ...

Assinale-se que, logo no começo da primeira viagem, em Chipre, Saul converte o procônsul romano Sérgio Paulo — e, seja por consideração para com o seu novo amigo, seja por qualquer outro motivo, passa a usar desde essa altura o nome de *Paulo,* que algumas vezes já usou antes. De então por diante, Paulo resolve chamar-se — e Paulo lhe chamarão todos.

À sua volta, cresce a atmosfera de admiração e de prestígio — tal a intrepidez de que dá provas em numerosas circunstâncias, quer ao afrontar pesadas canseiras ou climas inóspitos, quer ao desprezar ameaças, ao suportar duros golpes, ao sofrer estoicamente o frio, a fome, a doença, os elementos em fúria, os ódios, as traições. A par da intrepidez, o poder convincente das suas prédicas, a fogosa eloquência das epístolas que dirige às cristandades que semeia — nas quais fulgura a afirmação de uma fé verdadeiramente empolgante. A maneira como sabe estimular os tíbios, interpelar os hesitantes, cas-

tigar os medrosos ou os pusilânimes, atear a chama da crença ainda incerta ou dúbia, proclamar com extraordinária força as bases da religião a que se devotou — criam-lhe, em pouco tempo, aura prodigiosa. O seu estilo é directo, cheio de energia e de profundidade dramática; acorda e revolve as consciências, dá-lhes armas para a luta, para as árduas responsabilidades a assumir, para os caminhos a percorrer, ainda que eriçados de obstáculos ou de perigos. Infunde a quem o escuta ânimo intenso, segurança inabalável, espírito de sacrifício e de certeza contra os quais nada podem as barreiras erguidas pelo adversário. E é com razão que, possuído de fervor sem paralelo, inspiradamente exclama: — «Não sou já eu que vivo; é Cristo que vive em mim!» A mensagem de Cristo identifica-se com o mensageiro; pela boca de Paulo, a doutrina de Cristo alarga-se a novos auditórios, conquista novos terrenos, ilumina do alto novas almas. Agora se compreende porque o Senhor o escolheu, certeiro, naquele momento decisivo da estrada de Damasco!

No entretanto, outros homens valorosos se consagram à propagação do Evangelho. O diácono Filipe, por exemplo, que não receia ir a Samaria — de tradições tão contrárias a Jerusalém — e aí divulgar a palavra do Nazareno. Com tal êxito, aliás, que chega a causar certa inquietação e Simão Pedro e João partem para aquela cidade, a aprovar e a sancionar a obra de Filipe. Este percorre depois a região de Gaza, depois a de Cesareia. E, como é já habitual, Simão Pedro segue-o, para verificar a sua acção e lhe juntar o devido complemento. Em Cesareia ocorre o significativo episódio do centurião Cornélio que, avisado em sonhos por um anjo, chama à sua presença o Apóstolo cristão e, por ele instruído, obtém de Pedro o baptismo. O facto provoca reacções na comunidade de Jerusalém, pois a *Tora* prescreve que não haja convívio com os pagãos como Cornélio. Mas ao vencer as relutâncias normais e ao admitir o centurião no seio da Igreja, Pedro dá um passo importante em novo rumo — exactamente o mesmo que, por seu lado, Paulo aconselha e segue: o alargamento da religião do Crucificado para além do povo judeu, a todos os homens de todas as raças ...

No ano de 41, a perseguição anticristã, já assinalada pelo martírio de Estêvão, recrudesce. Promove-lhe o incremento Herodes Agripa, outra vez erguido ao trono de Israel graças à sua camaradagem na vida dissoluta com o jovem Calígula, feito imperador após a morte de Tibério. Cláudio, sucessor de Calígula, mantém-lhe o apoio e até junta aos seus domínios a Judeia e a Samaria. Reúne-se o disperso reino de Herodes na pessoa do seu neto.

Herodes Agripa retoma, pois, a hostilidade sistemática para com os seguidores de Cristo. Faz abater, entre outros, Iago, um dos filhos de Zebedeu e um dos Doze Apóstolos. Ordena também o encarceramento de Pedro, que se propõe mandar perante o tribunal quando terminem as festas da Páscoa. Mas o prisioneiro, misteriosamente liberto, escapa-se do cárcere. O facto causa ao tirano grave desgosto e pouco tempo sobrevive. A sua morte, entre dores crudelíssimas, interpreta-se como castigo divino. E as violências por ele desen-

cadeadas, longe de prejudicar a faina apostólica, só resultam benéficas — na medida em que numerosos fiéis, levados a abandonar Jerusalém com medo de serem vítimas da fúria herodiana, espalham na sua rota de emigrantes, a cada passo, a sementeira da fé.

Assim, entre muitos outros, aumenta consideravelmente o núcleo cristão de Antioquia, a velha capital dos Selêucidas. Enviado a inspeccionar o novo centro religioso, Barnabé, elemento respeitado da cristandade de Jerusalém, organiza e desenvolve o florescente agrupamento sírio. Pouco tarda que o próprio chefe dos Apóstolos, Pedro, se refugie em Antioquia depois da sua evasão das prisões de Herodes Agripa — e dela faça, por assim dizer, outra sede da Igreja, autêntica sucessora de Jerusalém, dia a dia mais abandonada.

Em 49, todavia, é ali que se reúne o primeiro concílio, porventura devido à iniciativa de Paulo. Nesse concílio, onde vai acompanhado de Barnabé, conquista o pleno acordo dos outros Apóstolos no sentido de se ampliar às gentes do mundo inteiro o acesso à comunidade de Cristo, sem fazer caso das estritas e já ultrapassadas exigências da *Tora*. Mesmo Pedro, que em Antioquia ainda hesita e quase parece inclinado aos judaizantes, deixa-se convencer pela fogosa e afectuosa exortação de Paulo e aprova a orientação universalista — na qual se condensa, fundamentalmente, a chave dos destinos futuros do Cristianismo.

Em 58, no termo da sua terceira viagem de missionário, Paulo torna a Jerusalém. Os judaizantes conjuram-se para o perder e, sob o pretexto de que introduziu um estranho no Templo, insultam-no e agridem-no. Levanta-se bravo motim e o tribuno romano Lísias que, à frente da guarnição da Antónia, tem a seu cargo a ordem da cidade, faz vir à sua presença o Apóstolo, arrancado pelos soldados às iras da turba israelita. Interroga-o, na ideia de o condenar a ser flagelado. Paulo, todavia, protesta: com que direito sujeitar a tal castigo um cidadão romano? E o tribuno, ao ouvi-lo invocar esse privilégio, resolve, embora o afaste de Jerusalém para evitar incidentes, mandá-lo a Cesareia onde reside o procurador imperial. Aí o conservam preso longo tempo. Félix, o procurador, apenas tenta obter um resgate valioso. Sucede-lhe, porém, Festo, hesitante, fraco, indeciso. Até que o Apóstolo apela para o próprio César, como cidadão romano, e não há outro remédio senão enviá-lo a Roma.

Durante o percurso por mar, o infatigável semeador de cristandades prossegue na sua tarefa. Onde quer que o barco se detenha, congrega os fiéis, exalta-os com palavras ardorosas, organiza pequenos e activos núcleos.

Em 60, desembarca na baía de Nápoles e de lá se dirige à capital. Já antes endereçou aos Romanos a epístola admirável na qual promete levar-lhes pessoalmente a luz do Evangelho e expõe com extraordinária força a doutrina de Cristo.

Bastantes anos atrás, a Roma chegou Simão Pedro, vindo de Antioquia. A sua presença, as suas falas, o prestígio singularíssimo que o cerca marcaram

fundamente na população. Dedica-se, porém, quase apenas a ensinar a comunidade judaica; Paulo vai consagrar-se a meios de puro paganismo, desde a corte do imperador aos legionários dos acampamentos e a todos quantos lhe passem ao alcance. Apesar de vigiado, deixam-no em relativa liberdade e permitem-lhe comunicar com quem o procure. O Apóstolo dos Gentios aproveita essas concessões e alarga a cada momento a irradiação da sua prédica. Alguns devotados companheiros ajudam-no e apoiam-no: os futuros evangelistas Lucas e Marcos; Timóteo, zeloso como os melhores; e três representantes de cristandades longínquas, empenhados em assistir-lhe com afecto e intrepidez: Aristarco de Tessalonica, Epafras de Colossas, Tíquico de Éfeso. Em torno de Paulo e do seu grupo cresce a onda de conversões.

Parece que ao fim de dois anos o tribunal que julga o Apóstolo dos Gentios nada encontra para incriminá-lo. Absolvido, restituído à liberdade, parte logo para outras missões. Não se sabe ao certo se vai a Espanha, como dará a entender mais tarde S. Clemente. Supõe-se que vá, o que se afigura mais provável, à Grécia, a Creta, a Corinto, a Éfeso, a Nicópolis. E deve ser em Tróia que, pela segunda vez, o prendem os soldados romanos e volta a ser transferido para a capital do Império — onde agora o atiram para o fundo de uma torva masmorra subterrânea, gelada e solitária.

O desenlace está próximo. Falta-lhes dar o último e decisivo testemunho da fé — aquele testemunho que coroará toda a sua vida esplêndida!

Esse testemunho último e decisivo prestam-no, aliás, numerosos cristãos no fatídico dia 15 de Agosto de 64, quando, um mês depois do incêndio de Roma, ao sentir perigosa efervescência popular que o acusa e condena, Nero resolve atribuir o facto aos cristãos e incriminá-los de ter lançado fogo à Urbe. Serve-se como diversão dessa calúnia e ordena tremenda matança dos supostos delinquentes. É a famosa orgia macabra dos jardins vaticanos — em que numerosos adeptos da religião de Cristo são tratados como feras, submetidos às violências mais abjectas, oferecidos, na miséria da sua inocência indefesa, aos instintos selvagens da turba enlouquecida. O filho de Agripina atinge nessas horas sinistras o mais elevado plano de uma existência de sádico demente. Inaugura-se tremendo ciclo de perseguições, em confronto com as quais o episódio do suplício de Estêvão e mesmo os atentados cometidos na Judeia por Herodes Agripa não passam de tímidos e modestos assomos. Daí por diante, ao longo de quase dois séculos e meio, o martirológio vai devastar as fileiras cristãs — sem outra consequência que não seja encher de glória os fiéis do Nazareno, incitá-los a dar mostras de inultrapassável espírito heróico.

Pedro, chefe da Igreja, ainda tem tempo, na Epístola que dirige às comunidades orientais, para as avisar de que a todos os crentes, ante os flagelos que sobre eles se abatem, caberá decerto larga zona de provações dolorosas — mas que elas servirão para melhor pôr à prova a têmpera da sua

coragem e da sua fé. Não tarda que lhe chegue a vez de dar o exemplo, assim como a Paulo, condenado pelos juízes do tirano. Ao que parece, enquanto o Apóstolo dos Gentios sofre a decapitação na estrada de Óstia, até ao fim tratado como cidadão romano, mesmo na pena derradeira, Pedro sofre a morte degradante de um judeu da classe humilde — o crucifixo. Fazem-lhe, porém, a vontade e não acaba na mesma posição de Jesus, mas na posição inversa, de cabeça para baixo. Assim o pede, para que o seu fim não seja igual ao do Mestre que tanto amou e serviu e de quem lhe cumpre apenas ser, não émulo, mas obscuro mandatário ...

Com o desaparecimento de Pedro e de Paulo — as duas colunas da Igreja de Cristo — fecha-se o primeiro capítulo da história dessa Igreja. Ambos desempenharam o papel que lhes competia. Deixam o Cristianismo em plena expansão, com raízes bem afundadas em numerosas terras, a bordar o Mediterrâneo — palco da civilização helénica, *mare nostrum* dos imperadores romanos. Na própria capital do Império deixam-no firmemente implantado: — o sangue que derramam constituirá fermento vivificador e estimulante.

Tudo que nasce e cresce na Terra exige a dádiva do sangue para vingar, durar, progredir. É o destino de qualquer ser humano. É, também, o da Igreja instituída pelo Filho de Deus — e alimentada pelo sangue dos que por ela se imolaram.

Os Flávios e os Antoninos

Após a morte afrontosa de Nero, em 68 — desenrola-se um período de franca anarquia militar.

Galba, comandante do exército da Hispânia, proclamado imperador pelas suas hostes, pouco tempo se mantém no poder. Nesse breve prazo, tenta pôr certa ordem na administração e quer mesmo obrigar aqueles que a prodigalidade de Nero desmedidamente favoreceu a restituir quase por inteiro os seus benefícios. Tanto basta para que estale a revolta e a guarda pretoriana eleve ao trono o senador Marco Sálvio Otão, antigo marido de Popeia. O Senado apressa-se a reconhecê-lo; no entretanto, as legiões da Germânia optaram pelo seu chefe Aulo Vitélio e as do Egipto pelo seu, Tito Flávio Vespasiano. Mais próximo, Aulo Vitélio chega primeiro, desbarata os pretorianos de Otão que se suicida após efémero reinado de três meses, e, enquanto pode, regala-se com uma série de banquetes pois a sua paixão dominante é a gula. António, lugar-tenente de Vespasiano, acorre com tropas aguerridas, obtém sangrenta vitória sobre a gente de Vitélio — o qual tem, por sua vez, morte violenta às mãos da plebe desenfreada.

Com Vespasiano, porém, a crise suspende-se. É um plebeu sensato e morigerado, que faz gala em manter os costumes tradicionais e dá na vista pela sobriedade e pelo espírito de justiça. Põe cobro a perseguições odientas e, à

imitação de Augusto, procura criar uma nova aristocracia, e com ela uma nova ordem moral. Revela também apreciável tino administrativo e, através de uma tributação mais bem organizada e mais exigente, restaura a situação financeira. Emprega os meios de que dispõe, não em proveito pessoal mas no incentivo ao ensino e à cultura e na edificação ou reparação de monumentos. Inicia também a valorização económica das províncias. Na altura do falecimento, em 79, deixa a recordação de um bom governante, desprovido de vaidades e atento ao bem público.

Tito, seu filho, que lhe sucede — o segundo dos Flávios — já se ilustra alguns anos atrás (em 70) pela tomada e destruição de Jerusalém. Exaltados por alguns caudilhos, como João de Giscala e Simão Bar Giora, os Judeus ainda querem resistir às investidas dos Romanos. Mas a cidade é arrasada, o Templo desmorona-se entre labaredas e a Judeia vê-se convertida em província de Roma. Para os seguidores de Cristo, o facto apenas confirma a profecia do Filho de Deus quando anunciou terrível castigo a esse povo que lhe infligiu tormentos tão duros e acabou por o levar, na sua cegueira, à terrível agonia do Gólgota.

Erguido a imperador, Tito dá mostras de grande generosidade e de singular clemência. Abate-se, porém, sobre o seu reinado breve, uma série de calamidades dramáticas; em 79, enorme incêndio destrói o templo de Júpiter, e as erupções do Vesúvio sepultam em cinzas ardentes Herculano e Pompeia; no ano seguinte, a peste dizima vítimas numerosas e contra ela o próprio soberano emprega meritórios esforços. A mesma vaga de desdita abate-o, em plena juventude, num acesso de febre maligna (81).

Domiciano, seu irmão, logo aclamado, será, dos três Flávios, o de mais longa demora no trono. A primeira década do seu governo é excelente: reformas moralizadoras, justiça equânime, importantes trabalhos para o desenvolvimento de Roma, estímulo às artes e às letras. Na guerra contra os Dácios a fortuna não se lhe torna propícia e tem de defrontar a insurreição de Saturnino, governador da Alta Germânia, que em Mogúncia se faz eleger imperador pelas forças sob o seu comando. Desde então, Domiciano transforma-se: o receio de outras rebeliões ou das conjuras políticas inspira-lhe medidas cruéis e as perseguições regressam com tal intensidade que depressa se avolumam, à sua volta, a aversão e o desentendimento. Acaba por cair no próprio palácio imperial crivado de golpes, e Domícia, sua mulher, parece ser a maior instigadora do assassínio (96).

Assim termina a dinastia dos Flávios, que durante um quarto de século conduziu os destinos do Império.

Agora, o Senado toma precauções contra o advento de novo tirano. Escolhe para exercer o governo um velho respeitado e pacífico, Nerva, que nos 16 meses da sua gerência toma algumas benéficas medidas: reparações aos perseguidos e exilados, diminuição de impostos, administração económica,

ajuda às classes laboriosas, especialmente aos agricultores, por meio da nova fundação da *alimenta*.

Nerva também restaura o princípio da adopção e, ao sentir-se prestes a declinar, indica para lhe suceder um militar cheio de prestígio: Marco Úlpio Trajano, chefe das guarnições da Germânia. Trata-se de um italiano de origem cuja família se instalou há muito em Espanha, onde viu a luz. As suas virtudes são realmente as de um soldado: decidido, frugal, pronto a todos os esforços, dotado de notável espírito prático. Embora sem ser um verdadeiro intelectual gosta da companhia dos homens cultos. Ouve-lhes os conselhos, medita-lhes as lições. Assim, por exemplo, todo o seu conceito do poder mostrar-se-á adequado às austeras directrizes que lhe inculcam duas personalidades influentes, Díon Crisóstomo e Plínio, *o Moço*. Ambos declaram ser o soberano não senhor absoluto e incondicional do mando, mas símbolo e primeiro servidor do bem público.

Ciente dos seus deveres e limitações, Trajano manifesta sempre escrúpulo digno de louvor no exercício da justiça, que não utiliza, como tantos dos antecessores, para instrumento e capa de vingança mas aplica à luz de um critério de indulgência e de benignidade. Daí, este axioma que parece haver adoptado: — «Mais vale deixar sem castigo um culpado do que condenar um inocente.» Não se procede assim, por hábito, quando se dispõe de uma autoridade muitas vezes aproveitada para esquecer ou violentar as leis. Mais edificante, por isso, aparece aos contemporâneos o lema do imperador — que abre caminho à era dos melhores representantes do poder supremo na história de Roma.

Repare-se, todavia, que, formado e crescido nos acampamentos, Trajano não pode deixar de sentir-se inclinado às empresas guerreiras. Logo no começo do seu reinado, consagra-se a ocupar e pacificar a Dácia, enclave precioso nas terras germânicas. Após a segunda conquista da capital, Sarmizegetusa (105) e a execução do rei Decébalo, torna-se a Dácia mais uma província romana e as ricas minas de ouro da Transilvânia garantem maior opulência ao tesouro imperial.

Regressado a Roma, Trajano efectua importantes construções, desde o porto de Óstia à via que une Benevento a Brindes, ao aqueduto de Ravena, ao anfiteatro de Verona. O testemunho máximo da sua grandeza é dado pelo Foro de Trajano, com o aparatoso arco de triunfo e a coluna magnífica em que ficam gravadas no mármore as jornadas das guerras da Dácia e os memoráveis feitos ali cometidos.

Os projectos bélicos não cessam, todavia, de exaltar-lhe a imaginação. Pensa retomar os velhos planos de César, submeter definitivamente os Partos, captar os grandes centros orientais de comércio. E larga à frente das tropas, em 113. Principia pela conquista da Arménia. Marcha depois ao longo da Mesopotâmia, apodera-se de Ctesifonte, chega às margens do Índico. A região dos Partos, a Arménia, a Assíria, junta-as, como províncias, às que já possui.

É a anexação de todos os vastos domínios de Alexandre — que passam a integrar-se no imenso conjunto do Império de Roma.

Preparam-lhe os Romanos o maior *triunfo* militar que jamais se viu desde a Era de Augusto. Mas Trajano sucumbe quando volta das campanhas do Oriente, em Selinunte, antes de atingir a capital (117). Fica assim privado da apoteose que os seus compatriotas lhe devem.

Ou seja por escolha de Trajano, que o casou com sua sobrinha Vívia Sabina, ou por uma preferência amorosa da imperatriz Plotina, viúva do conquistador da Dácia, quem sobe ao trono é Públio Élio Adriano, espanhol nascido em Itália e desde muito novo inclinado às ciências, às artes e às letras helénicas — tanto assim que lhe deram o cognome de *Gréculo*.

Excelente governante, administrador cuidadoso, afeiçoado à justiça e à convivência com sábios e artistas — Adriano recusa-se a prosseguir a política imperialista do tio. Retira as tropas das regiões orientais, contenta-se com estabelecer na Arménia um Reino amigo semelhante a um protectorado e mostra considerar o Eufrates como limite asiático dos domínios de Roma. Fora desta alteração, que decepciona todos quantos se exaltavam com o alargamento romano para Oriente, os 20 anos do seu reinado marcam um período modelar de equilíbrio, de trabalho útil, de tino governativo, de administração acertada, de felicidade na paz.

Uma das características desse período acha-se nas viagens numerosas e demoradas do imperador, que percorre as mais distantes províncias, atende as suas aspirações, as valoriza com importantes melhoramentos e com edifícios em que perdura o esplendor de uma época de plenitude. Citem-se, como exemplo, os monumentos grandiosos erguidos, por sua iniciativa, em Atenas — à qual ambiciona restituir o prestígio da Era de Péricles e que enche de templos, de bibliotecas, de ginásios, de aquedutos, a ponto de lhe assegurar uma grandeza e uma riqueza à altura das mais altas tradições.

Em Roma, por sua vez, deixa Adriano assinalada a verdadeira Idade de Ouro a que preside. Reconstrói o Panteão com singular magnificência. E faz levantar o maior dos templos de que se orgulha a capital, frente ao Coliseu: o templo de Vénus e de Roma. O palácio de Tíbure atesta igualmente o rasgo da concepção e da execução — na sua massa imponentíssima, formada por larga variedade de pórticos, teatros, concertos, estátuas de deuses olímpicos e até um vasto hipódromo.

Ao concluir esse vistoso aglomerado ainda antes de atingir 60 anos, o imperador vê-se atacado por grave doença. Adivinha então que pode haver lutas perigosas entre os candidatos ao trono e, no intuito de evitá-las, designa para lhe suceder um amigo em quem plenamente confia: Lúcio Vero. Surpreendido pela sua morte, escolhe Tito Aurélio Antonino, já consagrado pela fama de sabedoria e integridade e leva-o a adoptar para futuros herdeiros um sobrinho, Marco Ânio Vero (Marco Aurélio) e Lúcio Élio Vero, filho do

amigo prematuramente desaparecido. Resolve também — e esta inovação virá a ter consequências de vulto — atribuir ao sucessor o título de *César* e guardar para si o título de *Augusto*. O herdeiro presuntivo participará assim, ainda em vida do predecessor, de certa categoria majestática — à sombra da qual se fará à sua volta uma atmosfera capaz de desarmar ambições temerárias ...

Quando Adriano morre em 138, minado pela enfermidade, desgostoso, já sem amor ao poder nem à vida — a memória que dele Roma conservará aponta-o como um dos soberanos mais perfeitos da galeria imperial.

Antonino, a quem o Senado chamará *Pio* ao querer pôr-lhe em relevo os méritos invulgares, é outro modelo celebrado pelos contemporâneos e pela posteridade. Desde a presença dominadora até às qualidades morais que o distinguem — merece, de facto, as homenagens de que todos se empenham em cercá-lo.

Seguindo o caminho aberto por Adriano, aplica-se Antonino Pio a desempenhar com escrúpulo e acerto todos os seus deveres e funções. Pela generosa prudência, pela dignidade constante, pela atenção a tudo e a todos, a autoridade, nas mãos do imperador, torna-se genuinamente paternal. Grandeza de Roma, defesa da paz e da prosperidade do Império — eis os dois objectivos fundamentais que visa. Como norma ética de governo, grava Antonino Pio, ao partir, em 161, uma simples palavra, bem expressiva: *aequanimitatis*.

À cabeça de Roma fica uma alta figura moral e política, a quem Antonino expressamente transmite o poder antes de se retirar do mundo: aquele que Adriano apontara com extrema clarividência — Marco Aurélio.

Com Marco Aurélio — eis o filósofo que sobe ao trono. Originário da família dos Ânios que, pela extrema probidade, mereceram o cognome de *verus* (verdadeiro, verídico), a ele pessoalmente Adriano chamou, por atenção às suas virtudes precoces, *verissimus* ... E com razão. Educado desde criança com grandes primores e cuidados — teve a instruí-lo uma série de gramáticos, de retóricos, de filósofos, de juristas, como Júnio Rústico, Sexto de Queroneia, Cláudio Máximo — logo deu provas de assimilar profundamente as lições dos mestres e de sobre elas definir uma personalidade excepcional. Aos 12 anos já se envolve no manto humilde e grosso dos estóicos e gosta de dormir numa enxerga de palha, directamente sobre a terra. O seu espírito voga nas alturas, liberta-se de tentações e vulgaridades, procura uma visão nobre e harmoniosa da vida.

Filósofo coroado? Mas não a ponto de resvalar para um conceito demasiado abstracto do exercício do poder. Di-lo mesmo, sem reticências: — «Nunca espereis tornar realidade a república de Platão. Bastará obter em certa medida uma relativa melhoria da humanidade, e já não será pouco ...»

Erguido ao Império, em companhia do frívolo e gozador Lúcio Vero, assume naturalmente o peso da governação. Fá-lo com simplicidade, avesso ao

fausto e à arrogância, animado por sentimentos de bondade indulgente, sob os signos de uma noção ética e fraterna do Estado «em que a lei seja igual para todos, a política repouse sobre a igualdade dos direitos e a liberdade da palavra ...» E trata de manter uma administração escrupulosa, de ajudar os desprotegidos, de combater a imoralidade, de acabar com os espectáculos sangrentos, de impedir que os combates de gladiadores degenerem em bárbaros sacrifícios humanos.

O povo respeita-o, venera-o mesmo — sem deixar, no entanto, de o considerar demasiado austero. Como poderão os Romanos orgulhosos, corruptos, amantes do luxo e da carnagem, aceitar e compreender o homem calmo, triste, que tem sempre diante de si as melancólicas certezas da brevidade da vida, da conformidade dos actos com a resignação a esses breves limites e do propósito de olhar como irmãos na dor e na miséria os efémeros habitantes do mundo submetido a uma ordem que o transcende? «Sê direito ou faz-te direito» — é o axioma que proclama. E proclama ainda: — «Cada homem vale apenas por aquilo de que se ocupa.» Em todos vê companheiros de jornada, sem distinções nem ódios: — «Como Aurélio, tenho por pátria Roma; como homem, o Mundo.» Toda a sua filosofia se resume neste aforismo: — «A que pequeno número deve o homem afeiçoar-se para levar uma vida que corra pacífica e se assemelhe à existência dos deuses!»

Dos deuses? Sim, Marco Aurélio é, no fundo, um pagão. Crê numa espécie de natureza divinizada e muitas vezes pede aos sacerdotes dos vários cultos solicitem para ele a protecção dos deuses que adoram. Surge, todavia, em textos seus, uma tendência, como que um pressentimento, já claramente monoteísta. Não escreve, por exemplo: — «Há em todos os seres inteligentes uma razão comum; um só deus penetra todas as coisas, uma só substância, uma só lei, uma só verdade.»? Justifica-se, pois, que um autor dos nossos dias lhe chame «alma pagano-cristã, ainda antiga e já medieval».

Por curioso paradoxo, desses que na História abundam, o imperador filósofo, o sábio meditativo e isento, o paladino da fraternidade e da renúncia, vê-se forçado a passar grande parte do seu reinado nos campos de batalha. Fiel ao dever, não se nega a acudir em defesa do Império, quando, pouco depois do seu advento, em 162, os Bretões se insurgem, os Catos se lançam ao assalto das terras germânicas sob domínio de Roma e o rei da Pártia, Vologeses III, abre hostilidades na Ásia. Contra este, a expedição é comandada por Lúcio Vero, que se deixa ficar em Antioquia preso aos encantos de Penteia; e é o seu lugar-tenente Avídio Cássio quem, graças ao plano de campanha estabelecido pelo próprio imperador, repele os Partos, lhes retoma Seleucia e Ctesifonte e assegura de novo, naquelas paragens, a ordem romana. Isto não impede Lúcio Vero de vir ostentar na cidade do Tibre decorativo *triunfo,* que Marco Aurélio, paciente e magnânimo, decide conceder-lhe ...

Em 167, o perigo avoluma-se: várias tribos, entre as quais avulta a dos

Marcomanos, passam o Danúbio, desbaratam as tropas ali postas como sentinelas do Império e, numa vaga ameaçadora, transpõem também os Alpes, inundam o Norte da Itália, sitiam Aquileia, atingem as cercanias de Verona. Recordam-se os tempos de Aníbal e Roma, ante o desafio, atira-se à luta. Marco Aurélio alista nas suas fileiras todos os homens válidos — até os bandidos, os escravos, os gladiadores — e, em árdua campanha, mostra-se um general de primeiro plano e consegue não apenas suster a avalanche mas reconduzi-la, em derrota, ao ponto de partida.

Nova arremetida, novos combates, na zona das Gálias e nas regiões balcânicas. Mais seis anos duros e agrestes, em que Marco Aurélio, a cavalo à testa do exército, mal consegue, em raras horas de descanso ou de intervalos, traçar as suas máximas lapidares, nas quais encerra pensamentos de generosidade, de isenção, de estoicismo que nada perturba e abala. Entre os voos do filósofo idealista e as jornadas temerárias e violentas das batalhas — consome-se uma existência de contrastes, esgotam-se-lhe a saúde e as forças.

Um episódio salienta-se, no meio desse estranho destino: a revolta de Avídio Cássio, que, após vitoriosa expedição ao Egipto, se declara imperador (175). Marco Aurélio nem se alarma, nem se renega. Afirma que abdicará se os Romanos lhe preferirem Cássio — e, no caso contrário, perdoará ao rebelde ... Chega-lhe, porém, a notícia de haver sido o usurpador abatido por um dos centuriões da sua escolta. E, depois de entrar em Alexandria, desgostoso por não encontrar vivo o homem a quem levava o perdão, Marco Aurélio volta pela Grécia, detém-se em Atenas. Durante breve período descansa da missão política e guerreira, mistura-se aos filósofos da Acrópole, confunde-se com eles na pobreza do manto e no anonimato com que, sem comitiva, anda pelas ruas da velha capital helénica ...

Outro grande *triunfo,* em Roma — onde o imperador recebe as aclamações a que tem direito. Mas já as hostilidades se reacendem entre as irrequietas tribos danubianas. Em 178, acompanhado de Cómodo, seu filho e herdeiro, pela última vez Marco Aurélio parte para a guerra — seu destino e sua cruz. Além-Danúbio, vence uma vez mais os Quados, os Marcomanos, os Sármatas. Prepara-se para instituir ali novas províncias imperiais quando uma doença inexorável o vitima no acampamento de Vindóbona (a actual Viena de Áustria), em 180. Aceita certamente a morte com a mesma calma e a mesma clarividência que o levaram a escrever um dia: — «Exististe como parte de um todo; vais desaparecer naquilo que te gerou. Acaba satisfeito as tuas viagens, exactamente como um fruto cai na hora em que está maduro, e abençoa a natureza que o produziu e agradece à árvore de que se desprende ...»

O maior — talvez o único — erro de Marco Aurélio é designar como herdeiro seu filho Cómodo e fazê-lo reconhecer expressamente pelos soldados. Porque, na verdade, Cómodo vem a constituir lamentável ponto final da pres-

tigiosa dinastia dos Antoninos. Bruto de força que se compraz em proezas atléticas, em lutas com feras, em orgias de toda a espécie, sem inclinação alguma para as coisas do espírito, forma inteiro contraste com o pai. Depois de Ariel, filósofo e moralista — sobe ao trono Caliban, gozador materialista e sádico. Os seus 14 anos de reinado — de 178 a 192 — são afinal três ditaduras sucessivas, de Perénis, Cleandro e Leto, a quem entrega o Governo a fim de poder abandonar-se aos seus desregramentos infrenes. Morre bruscamente, em plena mocidade — 31 anos — envenenado por Márcia e abatido por um gladiador que chamara para lutar com ele no palácio.

Tal é, na verdade, o fim que lhe convém — e que liberta Roma da sua presença.

A «Revolução da Cruz»

O Império Romano atinge o apogeu. Estende-se do Atlântico ao Danúbio e à Ásia Menor, da Escócia ao Norte de África e ao Egipto. O Mediterrâneo é bem o seu mar. Povos inúmeros lhe rendem vassalagem, aceitam a sua lei, saúdam a sua grandeza, acham-se organizados e submetidos pela sua administração firme e pelo domínio incontestado das suas armas. Uma sequência de soberanos excepcionais, de Trajano a Adriano, de Antonino Pio a Marco Aurélio consolidou ainda melhor a unidade e o prestígio de Roma, deu mais consistência à sólida e modelar *pax romana,* que é, de um extremo a outro de terras vastas e de gentes sem conta, o padrão máximo de perfeição, de harmonia, de estabilidade e de progresso.

Mas, nesse imenso edifício político e militar, para além das majestosas aparências, entraram já os fermentos corrosivos do declínio. Sob todos os aspectos, a sociedade romana afunda-se numa crise gravíssima. Crise espiritual, na medida em que, pela própria extensão das conquistas e pelas variadas promiscuidades com civilizações e ambientes remotos, se abriu a diversos cultos que representam outros tantos conceitos antagónicos do mundo e trazem consigo uma teoria anárquica e dissolvente de ídolos, de ritos, de crenças. Crise mental e artística, na medida em que o poder criador se lhe estiola, se degrada ou resvala para o decalque e o sincretismo, ao contacto de outros ideais e de outros gostos. Crise moral, na medida em que os velhos alicerces e as antigas virtudes em que assentou a predominância dos estadistas, dos guerreiros e dos agricultores do Lácio se corrompe e adultera entre riquezas excessivas, o relaxamento dos costumes, o orgulho desumano. Crise social, na medida em que sofre a crescente influência dos estrangeiros que desempenham gradualmente papel mais considerável na vida colectiva, erguidos pela violência ou pela fortuna, vindos de longe com seus caracteres, ideias e métodos diferentíssimos — e também na medida em que uma rígida burocracia petrifica o seu despotismo sobre as massas, onde cada vez mais abundam os

servos escravizados, febris de aspirações, de insurreições e de ressentimentos.

No auge do esplendor, Roma está tocada pela morte. Tanto mais que dia a dia se avoluma, se ramifica, adquire novos meios, novas forças e valores novos a árvore semeada na Galileia século e meio atrás, a alastrar prodigiosamente por todo o contorno do Império: o Cristianismo. Com ela sobe uma revolução irresistível, aquela que Daniel-Rops chama a *Revolução da Cruz,* de penetração bem mais funda do que os meros assaltos de turbas ou de exércitos porque avança no interior de cada um e se dirige a todo o Homem e a todos os homens.

Já se viu como a Revolução da Cruz, com Pedro e Paulo, além de acender focos intensos em muitos dos grandes centros do helenismo, se implantou na própria capital. Ambos foram torturados e suprimidos, e com eles e depois deles quantos mártires vieram dar o seu sangue para firmar o mesmo testemunho! Desde os primeiros papas — S. Lino (67-76); Santo Anacleto (76-88); S. Clemente (88-97); Santo Evaristo (97-103); Santo Alexandre (105-115); S. Sisto (115-125); S. Telésforo (125-136); Santo Higino (136-140); S. Pio (140-155); Santo Aniceto (155-166); S. Soter (166-175); Santo Eleutério (175-189); S. Vítor (189-199) — todos, ou quase todos, vítimas de morte violenta; a tantos bispos que lhes seguem o exemplo, dos quais sobressaem, entre uma lista inesgotável, Simeão de Jerusalém, Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna; e os 48 mártires de Lião, em que se alteiam, junto do bispo nonagenário Potino, o patrício Vétio Epagato, o romano Átalo, o jovem Pôntico, criança de 15 anos, a pequena e valorosa escrava Blandina; outra rapariga, não menos valorosa, de condição nobre, Santa Cecília; os inabaláveis fiéis de Scili, na Numídia, supliciados por se recusarem a abjurar; quantos e quantos, a atestar a sua fé com o sacrifício da vida, muitas vezes na plenitude dos anos e da fortuna, ou pertencentes a classes humildes — todos sequiosos de afirmar essa fé, de sofrer por ela, de ganhar, pela conformidade com o modelo de Cristo, o Céu a que aspiram, de mostrar, pelo desapego da existência e dos bens terrenos, a adesão incondicional Àquele que lhes prometeu acolhê-los no Seu Reino que não é deste mundo? ...

Note-se que as perseguições não são constantes, nem sempre de grande amplitude. Depois das de Nero e Domiciano (estas, sobretudo, inspiradas por motivos políticos, quando o tirano vive na obcecação de esmagar todas as dissidências e abolir todos os germes de rebeldia), há um período relativamente benigno, em que, sob a égide dos Antoninos, bons governantes, criadores de prosperidade e de paz, se respira uma atmosfera de moderação, de calma e de concórdia. O conhecido documento enviado por Trajano a Plínio, *o Moço,* governador da Bitínia, coloca as coisas no relativo equilíbrio de uma repressão limitada e cautelosa: — «Não deves procurar os cristãos, mas apenas castigá-los se forem denunciados e a prova da sua culpa for produzida. E se algum

deles negar que é cristão e o demonstrar com homenagem pública aos nossos deuses, obterá o perdão.»

Nem por isso deixa de haver casos dramáticos e episódios de desumana violência, desde Trajano a Marco Aurélio. Mas provocados menos por um desígnio imperial quanto aos fiéis do Nazareno do que pelas agitações dos que lhes são hostis e que muitas vezes conseguem exacerbar largas massas populares. Essas massas, estruturalmente pagãs, habituadas a determinados conceitos e a determinadas maneiras de viver, olham com desconfiança, a cada passo mesmo com ódio, a estranha conduta dos adeptos do Cristianismo, os símbolos que veneram, os ritos de fraternidade e de comunhão que em conjunto celebram, a sua existência secreta e o seu retiro sistemático nas *catacumbas,* as suas prédicas de amor piedoso e de íntimo e progressivo aperfeiçoamento. E chegam a acusar os cristãos de monstruosos delitos ou de condenáveis práticas. Com frequência os poderes públicos, sem quererem tomar a iniciativa, vêem-se compelidos a dar satisfação ao rancor da plebe e a alvejar cruelmente os seguidores do Crucificado.

No entanto, o seu número cresce sempre e os focos da nova religião multiplicam-se. Apesar de perseguidos e caluniados, além das zonas já atingidas pelas missões de Pedro e de Paulo os cristãos aparecem em toda a parte e em toda a parte encontram quem os ouça e os acompanhe. Pouco a pouco, sem se confinarem nas regiões da Ásia Menor, das Ilhas Gregas, da Península Itálica, fundam núcleos activos no Egipto, na África do Norte, na Gália, na Ibéria. Gradualmente, a Cristandade alastra pelo inteiro contorno do Império Romano. A própria unidade política, jurídica e administrativa do Império oferece-lhe, aliás, condições favoráveis de expansão — visto que no seio da ordem reinante pode com maior facilidade propagar-se e visto que a excelente rede de comunicações, quer através das vias romanas, quer das rotas marítimas, torna fáceis e seguras as relações de povos e, através delas, o intercâmbio das ideias e das crenças. Além disto, por toda a amplitude em que vigora o ideal da Romanidade, tende-se a uma aspiração unificadora e universalista — o que, em certa medida, poderosamente se ajusta à essência universalista e unificadora do Cristianismo.

Mas, acima dessas aparentes coincidências, o antagonismo entre Cristandade e Romanidade impõe-se e adquire agudeza trágica. Enquanto a Romanidade se agrupa em torno do culto duplo de Roma e de Augusto, isto é, da Urbe dominadora e do César omnipotente, e assenta, por isso, no orgulho humano e na *vontade de poder* — a Cristandade rende culto à Omnipotência divina e prega a doutrina da irmandade e do resgate em Cristo. A unidade que visa é de ordem espiritual e o seu universalismo não distingue raças nem castas e promete a salvação pela Justiça e pela Misericórdia.

Dirige-se, pois — insista-se em sublinhá-lo —, a todo o Homem e a todos os homens. Assim desencadeia autêntica revolução: a Revolução da Cruz.

Revolução cujo impulso dinâmico não pode já deter o Estado Romano tocado pela morte. Porque nela se descortinam horizontes e esperanças de Vida Nova.

Note-se que, ao longo do primeiro século depois de Cristo, a par do verbo fremente dos Apóstolos e do testemunho edificante dos Mártires, o Cristianismo fortalece-se com os textos preciosos dos Evangelistas — graças aos quais a divulgação do seu credo se torna mais perfeita, mais completa e mais intensa.

De início, é apenas na tradição oral que se apoiam os propagadores da mensagem cristã. Contam o que viram ou contam o que lhes contaram. Mostram-se, porém, indispensáveis, à medida que o tempo corre, os auditórios se multiplicam, e o risco de variantes ou lacunas graves se acentua, narrativas e sumários *escritos,* capazes de servirem de base e de referência segura aos semeadores da boa nova.

Evangelho significa exactamente isso: a boa nova da vinda ao mundo e da decisiva mensagem de Jesus de Nazaré. E à necessidade do Evangelho corresponde a aparição dos Evangelistas.

O primeiro é Mateus, que redige em aramaico o seu relato, entre os anos de 50 e 55 — na mesma altura em que Pedro e Paulo se entregam à plena actividade apostólica. Trata-se daquele antigo funcionário fiscal, publicano de Cafarnaum, que o Nazareno arrastou consigo. Conheceu o Homem-Deus, escutou-O. E reproduz longos passos dos seus principais discursos.

O segundo é Marcos. Também deve ter visto Jesus, mas privou sobretudo com Simão Pedro. Instruído na língua grega, compõe, entre 55 e 62, o seu trabalho nessa língua, susceptível já de maior difusão. O objectivo que o inspira é precisamente informar, elucidar as gentes helénicas e romanas.

O terceiro é Lucas, companheiro dedicado de Paulo, homem de superior cultura e de evidente nível científico e literário, que, também em língua grega, busca já construir obra de mais apurado conteúdo histórico e de maior capacidade sugestiva. O ano em que o faz é o de 63.

No ano seguinte, talvez impulsionado pelo êxito dos dois autores precedentes, Mateus começa a tradução do seu texto, do aramaico para o grego, que efectua entre 64 e 68.

É ainda a Lucas que se atribui, em 63 e 64, o livro dos *Actos dos Apóstolos* — crónica fundamental dos primórdios apostólicos do Cristianismo.

Enfim, o quarto Evangelista é João, o mais jovem dos Apóstolos de Jesus, o seu predilecto. Traça primeiro em Patmos, entre 92 e 96, sob o influxo das cruas preseguições de Domiciano e deportado por mando do imperador, o estranho e impressionante *Apocalipse,* conjunto de trágicas evocações e profecias em que, para além de todos os pesadelos, crimes, tormentas e catástrofes, resplandece a final glória de Cristo. Entre 96 e 98, já liberto, escreve em Éfeso o seu Evangelho — súmula e coroação dos anterio-

res: reage virilmente contra as primeiras heresias e eleva a cimos luminosos a espiritualidade de Deus e os altos símbolos em que se concretiza.

Mais tarde, a Igreja fixará, no *Cânone* — padrão, modelo, medida — a lista dos textos autênticos e autorizados que representam o fundamento irredutível e indiscutível da Religião de Cristo. Nele se incluem o *Velho Testamento* (conjunto de 45 livros: os do *Pentateuco* — *Génese, Êxodo, Levítico, Números, Deuteronómio* —, os de *Josué, Juízes, Rute,* dois de *Samuel,* dois de *Reis,* dois de *Crónicas,* os de *Esdras, Neemias, Tobias, Judite, Ester,* dois dos *Macabeus,* os de *Job,* dos *Salmos,* dos *Provérbios,* do *Eclesiastes,* do *Cântico dos Cânticos,* da *Sabedoria,* do *Eclesiástico,* de *Isaías,* de *Jeremias,* de *Baruch,* de *Ezequiel,* de *Daniel,* de *Oseias,* de *Joel,* de *Amós,* de *Abdias,* de *Jonas,* de *Miqueias,* de *Naum,* de *Habacuc,* de *Sofonias,* de *Ageu,* de *Zacarias,* de *Malaquias*) e o *Novo Testamento* (composto por 27 livros: *Evangelhos* segundo *S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas, S. João, Actos dos Apóstolos,* as 14 *Epístolas* de S. Paulo, sete outras *Epístolas* de S. Pedro, S. João, Sant'Iago e S. Judas, e por fim o livro profético do *Apocalipse.*

Eis, no seu conjunto, a *Bíblia* — *biblos, biblion,* o Livro por excelência — síntese integral e soberana da Doutrina Cristã, «Livro de Deus e Livro do Homem», pelo qual o Homem recebe, compreende e tem sempre diante de si a Lei e a Presença de Deus!

Anarquia no Império

Com a morte de Cómodo, no último dia do ano de 192, a decadência romana ainda se agrava.

Em seis meses apenas, dois imperadores efémeros sucedem-se no trono — Pértinax, entre Janeiro e Março de 193, que principia um governo sensato e restaurador e que os pretorianos, num acesso de cólera, barbaramente assassinam; Dídio Juliano, ricaço ambicioso que se faz aclamar pela soldadesca, a quem distribui larga porção de dracmas, e também acaba às mãos de um tribuno, depois de pouco mais de 60 dias de reinado, a 2 de Junho. Entretanto, várias legiões erguem os seus chefes como candidatos à soberania: as da Síria elegem Pescénio Níger; as da Bretanha, Albino; as do Danúbio, Séptimo Severo. É o último que por fim triunfa, entra em Roma à frente das tropas e dá início à nova dinastia dos Severos.

Trata-se de um africano valente e cultivado que estima o convívio de filósofos e poetas, de presença insinuante e de carácter enérgcio. Sob a sua égide, após uma prévia matança de senadores e de aristocratas, inaugura-se um despotismo à oriental — que os legistas do tempo, alguns de superior categoria, como Papiniano e Ulpiano, amplamente se dedicam a justificar graças a uma doutrina pela qual exaltam o poder absoluto.

Séptimo Severo, notável general, ilustra-se por uma série de campanhas: destrói Bizâncio; invade o reino dos Partos e ocupa a sua capital, Ctesifonte; anexa a Mesopotâmia; aventura-se mesmo às ilhas Britânicas, onde desbarata os Escotos e morre em Iorque, no ano de 211. Não admira, pois, que se registe, à sua sombra, um predomínio crescente da casta militar. Repare-se, porém, que esse predomínio só vem acelerar o rápido enfraquecimento da Romanidade. O exército é cada vez menos constituído por elementos latinos e nas suas fileiras avoluma-se o número de estrangeiros: germânicos, sírios, africanos, árabes, uma vasta mescla de raças, um amontoado de mercenários atraídos sobretudo, pela aventura e pela pilhagem, ávidos, selvagens, corrompidos. O próprio Séptimo, que tanto censurou a Marco Aurélio haver legado o Império a seu filho Cómodo, deixa-o aos dois filhos que teve da bela síria Júlia Domna — Geta e Caracala. E o último conselho que lhes dá traduz bem uma época materialista e desmoralizada: — «Enriquecei os soldados e não cuideis do resto ...»

Assim faz Caracala, que logo se desembaraça do irmão pelo estrangulamento, ordena um imenso morticínio de todos os partidários de Geta, cumula de dádivas os legionários, se entrega a uma demagogia sem freios, se conduz como tirano brutal, amante de proezas contra feras e gladiadores. Delega em Júlia Domna as funções de governo e de administração — e, ambicioso de louros na guerra, toma por modelo Alexandre da Macedónia e aspira a novas conquistas na Ásia. As tropas, no entanto, sublevam-se, abatem-no a punhaladas em Carras (217) e levantam nos escudos, por imperador, o comandante da guarda pretoriana, Macrino.

Não tarda Júlia Mesa, irmã da viúva de Séptimo, a suscitar outro candidato à sucessão: o filho mais velho de sua filha Júlia Sémias, Vário Avito, sacerdote de Baal, que adopta o nome de elagábalo, «deus criador». Declara-o filho natural de Caracala e as suas forças derrotam as de Macrino, que desaparece da cena.

Helagábalo faz em Roma (219) uma entrada teatral, com suas vestes de púrpura e ouro, sua face pintada, coberto de jóias como um ídolo. Durante quatro anos, afunda-se em devassidões de toda a espécie, entre um aparato místico de adepto da «pedra negra» e cenografias requintadas de banquetes, de orgias, de festas luxuosas e delirantes. Claro que esta bacanal termina por outra cena de sangue — Helagábalo e sua mãe, Júlia Sémias, dilacerados pelos pretorianos, os corpos de ambos arrastados nas ruas e por fim lançados ao Tibre (222). Já então surgiu uma irmã de Sémias, a quarta Júlia — Júlia Mameia —, que, de acordo com sua mãe Júlia Mesa, consegue impor o jovem Alexandre Severo, aclamado pela guarda e em quem o povo deposita justificadas esperanças.

Treze anos dura o reinado de Alexandre Severo, que representa um intervalo feliz na sequência das calamidades. Possui o novo imperador qualidades raras: inteligente e artista, não descura por isso a ciência militar — e

desempenha-se com escrúpulo, vigor e bondade da sua missão de governante. De uma singular tolerância religiosa, conjuga nas suas devoções Júpiter, Orfeu, Apolo, Abraão e Jesus de Nazaré. Acolitado por Júlia Mameia, eleva Ulpiano a conselheiro preferido e trabalha afincadamente na reforma das finanças públicas, no saneamento dos costumes, no incremento da agricultura e da indústria. Tenta restabelecer a autoridade do Senado e da aristocracia e reduzir as interferências das forças armadas na política. Como é natural, com a tranquilidade e a equidade restauradas, assiste-se a uma era de novas edificações: pontes, aquedutos, balneários, estradas. Na aparência, voltou-se aos melhores períodos da *pax romana* e o Império parece reviver os dias áureos dos Antoninos.

No entanto, a guerra acende-se de novo. O soberano persa Ardaxir, em 230, invade a zona mesopotâmica e apregoa as suas pretensões à Síria e à Ásia Menor. Vai-lhe Alexandre Severo ao encontro, força-o a retirar, ostenta as honras da vitória.

Breve ilusão, pois já os Alamanos e Marcomanos aproveitam o facto de estarem desguarnecidas em parte as fronteiras do Reno e do Danúbio e invadem a Gália. Marcha o imperador a opor-se ao seu avanço. Comete, porém, o erro de negociar e estala a insurreição no exército, que alça à dignidade imperial Maximino, comandante das legiões da Panónia e mata Alexandre e a mãe na sua tenda de campanha (235). Assim se extingue a Dinastia dos Severos. E a anarquia militar, como nunca, desencadeia-se.

Anarquia brava — que durante mais de três décadas vai criar instabilidade doentia e dar origem a sangrentos episódios.

Maximino, espécie de gigante absorvido pelas actividades guerreiras, conserva-se nos acampamentos e desdenha Roma. Apenas cobra pesados impostos para aguentar as lutas nas fronteiras e satisfazer a avidez dos mercenários. Já outro imperador surge, proclamado pelas legiões de África, em 238: Gordiano I que, bastante idoso, associa ao poder seu filho Gordiano II. Ambos sucumbem, porém, quando os homens de Maximino os acometem. O Senado resolve suscitar outros candidatos e nomeia dois imperadores simultâneos: Máximo e Balbino. O primeiro marcha ao encontro de Maximino, que é assassinado pelos companheiros de armas. Volta à capital, mas para cair, como Balbino, às mãos dos pretorianos indomáveis ... Estes erguem agora um terceiro Gordiano — que também matam anos depois (244). Segue-se, de 244 a 249, Filipe, *o Árabe,* misteriosa figura que alguns admitem haja sido cristão mas que Décio abate em Verona para lhe arrebatar o mando — aliás só por dois anos, visto cair por sua vez numa batalha contra os Godos, sobre o Danúbio (251). Galo, que lhe sucede, e Emiliano — são igualmente vítimas, ambos de 253, das tropas amotinadas.

Valeriano dura um pouco mais, de 253 a 260 — solicitado por campanhas incessantes até ser feito prisioneiro por Sapor I da Pérsia e morrer no cárcere.

Dura um pouco mais ainda seu filho Galiano, valente e bom administrador, que tenta reanimar a cultura e as artes, e que, à semelhança dos precedentes, os próprios soldados imolam em 268. Cláudio II mostra-se valoroso na defesa contra as hordas de invasores, num breve reinado que não passa de 270 — e é ceifado por uma epidemia.

Todo este período, caótico e agitadíssimo, se caracteriza por uma série tremenda de lutas com povos diversos que de todos os lados convergem sobre o Império, estimulados pelo estado anárquico em que o vêem. Francos, Alamanos, Marcomanos, Godos, Citas, Persas lançam-se ao ataque, devastam províncias inteiras, saqueiam ou ameaçam cidades. Aqui e além, revoltas internas complicam a situação, trazem dificuldades novas. Assim, por exemplo, a de Postúmio, que torna a Gália independente por vinte e tantos anos, a de Ingénuo, que o mesmo faz na Panónia ao declarar a sua autonomia. Entretanto, invasões assolam as terras da Jónia, tumultos populares degeneram em matanças cruéis. E Odenato, vassalo de Roma em Palmira, após obter êxitos sobre os Persas, proclama-se soberano de uma ampla zona que compreende a Síria, a Cilícia, a Arábia, a Capadócia, a Arménia. Quando desaparece, com a sua obra em meio, Zenóbia, a rainha viúva, prossegue-a e chega mesmo a conquistar o Egipto — graças a raros dons de inteligência, de astúcia e de energia que fazem recordar Cleópatra. As principais metrópoles helénicas, Atenas e Esparta, Corinto, Argos, Tebas, são assaltadas por uma frota de Godos — que também investem na Macedónia, cercam Salonica, surgem em Rodes e em Chipre. Cláudio II consegue desbaratá-los em Nesso (269) e salvar a Itália *in extremis*. Tudo isto, porém, são claros sintomas da decomposição que se acentua e que já não haverá forma de evitar. O Império Romano, como enorme navio na tormenta, balança sem leme, em vagas de naufrágio ...

Tanto mais que a sua economia, desprovidas de braços a agricultura e a indústria, caminha para a ruína gradual e acelerada. E debatem-se ao mesmo tempo as consciências sob o afluxo dos cultos orientais, já incapazes de retomar o equilíbrio e de escolher o rumo. Décio, romano tradicional, ainda quis restituir alento às antigas virtudes esquecidas. Homem da terra, nascido na Ilíria, voluntarioso e tenaz, se fosse viável um sobressalto salvador, tê-lo-ia porventura encarnado.

Talvez por isso, é outro ilírio com qualidades idênticas às suas, Domício Aureliano, que os Romanos chamam ao trono na hora em que a epidemia corta a prometedora carreira de Cláudio II — em 270. Trata-se de um soldado austero e disciplinador que mereceu o cognome de *Manu ad ferrum* — «mão na espada». Não se arrependem de haver confiado no seu vigor e na sua firmeza — pois consegue impor-se aos Alamanos e Vândalos, desfeitos em duros combates, manda erigir muralhas a proteger Roma e outras cidades da Itália e empreende campanhas recuperadoras no Oriente e em África. Primeiro, o seu lugar-tenente Probo reconquista o Egipto. Depois, Aureliano chefia uma expedição que, para além dos Balcãs, atinge o Helesponto e esmaga as forças

de Zenóbia em Émeso. Aprisionada a imitadora de Cleópatra, submetida Palmira (272), regressa o imperador a Roma e no seu *triunfo* a orgulhosa viúva de Odenato tem de desfilar também, carregada de douradas cadeias ...

Logo Aureliano, fulminante, se ocupa em jugular a rebelião gaulesa. Após a vitória alcançada sobre Tétrico, sucessor de Postúmio, em Châlons (274), a Gália, a Espanha e a Bretanha acham-se de novo sujeitas a Roma — que o exalta como *restitutor orbis,* restaurador do mundo. Então, o imperador ilírio, com a ilusão de haver consolidado outra vez os domínios da época áurea, decide também fundir todas as religiões numa só, a do Sol, à maneira egípcia — e ele mesmo se identifica, faraonicamente, com o Sol único deus. No ano seguinte, porém, ao dirigir-se, pela Trácia, ao encontro dos Persas que pretende atacar, assassinam-no à traição os seus oficiais. Assim se desvanece uma grande esperança — e a anarquia militar suprime, numa hora de alucinação, o chefe que tanto fez pela restauração do poderio e do prestígio de Roma.

É o próprio exército que, atemorizado e contrito, pede ao Senado a designação do sucessor de Aureliano. Indicam os senadores o virtuoso Tácito, presumido descendente do historiador ilustre — cujos fatigados 75 anos não lhe permitem mais de seis meses de reinado. Então, os comandantes das tropas escolhem Probo, o general que na era de Aureliano retomou o Egipto e se encheu de justa fama (276).

Confirma Probo o acerto da escolha. Vence os inimigos na Gália e na Ibéria, edifica uma linha defensiva entre o Danúbio e o Reno, sonha devolver a paz aos povos e, desejoso de acabar com as guerras sem fim, ordena largos trabalhos de reparação e de valorização dos territórios, drenagens, plantações, obras de fomento e de impulso à agricultura. Para bem mostrar que as guerras terminaram, emprega os legionários nos seus consideráveis trabalhos. Não lhe obedecem esses aventureiros incorrigíveis e, segundo o costume, desfazem-se do imperador por um novo crime, em 282.

A anarquia militar continua a destruir as esperanças de Roma ...

A seara cristã alastra

Ao longo deste século III tão agitado e trágico para Roma decadente, a sementeira cristã estende-se a novas zonas, amplia-se além de toda a expectativa.

Na Ásia Menor, no Egipto, em Antioquia a sua progressão é constante e o seu prestígio aumenta. Na Grécia, nas regiões danubianas, também. Na Itália, em vez dos três bispos dos fins da centúria anterior — o de Roma, o de Milão, o de Ravena — contam-se, em 251, cerca de 60. A Gália, que já teve com o notável bispo de Lião Santo Ireneu um apóstolo de irradiação extraordinária, recebe, por volta do ano de 250, outros sete excelentes missio-

nários que muito contribuem para avolumar o número de fiéis: Gatiano em Tours; Trofimo em Arles; Denis em Paris; Paulo em Narbona; Saturnino em Tolosa; Austremoine em Clermont; Marcial em Limoges. Da Espanha, onde os episcopados se multiplicam, à África do Norte, o novo credo alastra. Ultrapassa mesmo as fronteiras imperiais, em todos os continentes e latitudes — seja no Norte, entre os Bretões não submetidos, seja na Mesopotâmia e na Pérsia, seja nas terras dos Germanos e dos Godos, ou nos planaltos africanos da Numídia, ou nas vizinhanças da Etiópia e da Índia. Por toda a parte, a boa nova soa, lançada aos povos mais longínquos, ainda que apenas através do verbo de pregadores errantes e celebrada por núcleos isolados e rudimentares. Em todo o caso, soa — e levanta um alvoroço imenso nas almas sequiosas ...

A organização das cristandades também se completa e aperfeiçoa. Os bispos adquirem autoridade mais efectiva, apoiados numa jerarquia que se ramifica. A circunscrição eclesiástica, de um modo geral, coincide com a província romana. Além disso, apesar de uma ou outra dissidência, de um ou outro conflito — como os ataques de Hipólito ao papa Calisto e os de Dionísio de Alexandria ao papa Dionísio — cada vez se fortalece e se consagra melhor o primado do Bispo de Roma sobre todos os bispos do mundo cristão. É bem lógico que tal aconteça, visto ser o Bispo de Roma que se senta na Cadeira de Pedro e representa a sucessão directa do Príncipe dos Apóstolos, a quem o próprio Cristo entregou a direcção da sua Igreja e a quem muito cedo se dá o título de Bispo dos Bispos e de Soberano Pontífice.

Quando das diversas perseguições que se registam no III Século — a de Séptimo Severo, a partir de 202, sistemática e violenta; a de Maximino, a partir de 235, breve mas desapiedada; a de Décio, a partir de 249, com o intuito de refazer por todos os meios a velha disciplina religiosa; a de Valeriano, a partir de 257, assinalada por inúmeras vítimas; a de Aureliano, projectada a partir de 274 mas que a morte brusca mal o deixa iniciar — os papas romanos surgem sempre na primeira linha da resistência e do martírio: assim, cai às mãos dos algozes o papa S. Vítor (199); o papa S. Ponciano sofre cruel exílio na Sardenha e o seu sucessor, Santo Antero, sucumbe na prisão (236); o papa imediato, S. Fabião, é abatido pelos sequazes de Décio (250); logo S. Cornélio, exilado e morto sob Valeriano (254); depois, Santo Estêvão, também expulso de Roma e falecido no exílio (257); no ano seguinte, o papa S. Sisto II, decapitado sobre a própria cadeira pontifícia pelos carrascos imperiais; e o papa S. Félix conta-se entre os poucos atingidos pelo edicto perseguidor de Aureliano (274).

Os Césares não se esquecem de visar a cabeça da Igreja, daí o martirológio elucidativo da maioria dos papas da época. Ao alvejá-los, porém, claramente o adversário os designa como primeiros na responsabilidade e no comando. Ao tombarem de pé, os valorosos sucessores de Pedro firmam, com o seu sacrifício, a glória do Papado.

Simultaneamente, outros grandes vultos de apologetas e de pensadores valorizam e impõem o ascendente do Cristianismo, quer no Egipto, quer em Cartago.

Alexandria, convertida há muito em centro proeminente de civilização e de vida intelecutal, vê aparecer, pelo ano 200, um escritor e expositor notável: S. Clemente, originário de Atenas, homem de vasto saber que na Síria e na Palestina buscou os cenários directos da existência e da passagem do Nazareno e que se torna um dos maiores propagandistas cristãos, com o intuito de demonstrar quanto a sua doutrina satisfaz as exigências mais altas do pensamento. No *Protreptico* e no *Pedagogo,* como nos *Stromata,* Clemente de Alexandria deixa nobremente documentadas a elevação do seu espírito religioso e o poder da sua dialéctica. Excede-o porventura ainda o seu discípulo Orígenes, filho de um crente supliciado no reinado de Séptimo Severo e que, aceso em fervor e dotado de magníficas qualidades de espírito, eleva a planos superiores a defesa dos princípios do Cristianismo e a interpretação dos textos bíblicos e fortalece ainda a corrente inaugurada por S. Clemente no sentido de lhe assegurar armadura intelectual inabalável.

Dois vultos de primeira grandeza se afirmam igualmente em Cartago, por esse tempo: o eloquente e fogoso Tertuliano, cujo estilo colorido se põe ao serviço de veemente apostolado e que se deixa arrastar para a heresia montanista sem todavia perder o valor que lhe deve ser reconhecido como animador de uma espécie de teologia combativa, dirigida à conquista directa e à renovação total do homem; e o admirável S. Cipriano que alia à mesma intrepidez um sentido do equilíbrio, um vigor de argumentação, uma largueza de sabedoria e uma altura de misticismo que lhe garantem autoridade respeitada por todos os contemporâneos e prestígio que nenhum outro pode superar. Prestígio e autoridade ainda acrescidos quando, após uma vida consagrada por inteiro ao serviço da sua fé e à defesa das verdades primordiais em que essa fé repousa, Cipriano, bispo de Cartago, sofre também o martírio por ordem de Valeriano, deplorado e exaltado pela imensa turba dos fiéis que assistem à sua morte edificante (258).

Eis novo ensejo para se sublinhar: à medida que na sequência das perseguições desumanas o testemunho heróico dos mártires se evidencia com maior exemplaridade, melhor se verifica serem tais perseguições, afinal, prodigiosos estímulos ao alastrar da seara cristã. Quanto mais alto o número daqueles que imolam a vida, convictos e jubilosos, para afirmarem a sua certeza nas promessas de Cristo e nas recompensas que os esperam se a Cristo se unirem — mais alto o número dos que os admiram, os seguem, os imitam, seguros de não poder enganar uma crença que inspira tal coragem, tal desprendimento dos humanos bens e das humanas fraquezas, tal capacidade de auto-superação.

Mais tarde, num hino cantado em ofício litúrgico, se gravará esta síntese luminosa, resumo do drama e da vitória da Igreja, perseguida e sempre em crescimento: — *«Tu vincis inter Martyres ...»*

Tentativa de Diocleciano

Outros dois anos de desordem e confusão sucedem ao assassínio de Probo. Primeiro, os legionários escolhem Caro, chefe da guarda pretoriana, que ainda dirige uma campanha afortunada na Mesopotâmia, mas vem a morrer no ano seguinte (283). Eis que surge, por fim, um chefe que vai impor-se à anarquia militar e fazer última tentativa genial para salvar e engrandecer Roma.

Aclamado pelas tropas em 284 e uma vez eliminado Carino, lança Diocleciano mãos à obra. É um dálmata de origem plebeia, fleumático, céptico, ambicioso, sem contemplações nem ilusões. Com frieza resoluta, dá-se ao grande sonho de reatar e completar a obra de Augusto. A Augusto o comparam, aliás, certos comentadores da história.

Quais os dois problemas cruciais a resolver? A defesa do território e a estabilidade do mando. Como os resolve Diocleciano? Persuadido de não ser possível a um só governante fazer frente às múltiplas tarefas, decide-se a partilhar a autoridade soberana. Há um precedente: o de Valeriano, que, investido já idoso no poder, assumiu apenas a soberania da parte oriental do Império e entregou a seu filho Galiano a parte ocidental. Segue-lhe as pisadas o novo imperador, mas dentro de uma estrutura mais perfeita. Pouco tempo após o seu advento, em 286, associa ao poder Maximiano, experimentado companheiro de armas, a quem confia o Ocidente enquanto guarda o Oriente para si. A diarquia assim estabelecida não lhe parece ainda suficiente, e trata de organizar a tetrarquia, em 293. Agora, passa a haver dois imperadores com o título de *Augusto* — Diocleciano e Maximiano; e dois imperadores adjuntos, com o título de *César* — Galério e Constâncio Cloro. Valores complementares, quanto às pessoas e quanto às funções. Ao passo que junto de Diocleciano, inteligente e de visão larga, estará Galério, soldado valente e rude — junto do rude e valente Maximiano, Constâncio Cloro representa uma experiência mais subtil e uma cultura mais apurada. Os imensos domínios imperiais são por sua vez repartidos em quatro zonas, governadas pelos tetrarcas. Roma fica apenas como capital simbólica, velho relicário das glórias tradicionais. As capitais efectivas, onde os Augustos e os Césares se fixam, próximas das fronteiras a vigiar e a defender, são: para Diocleciano, Nicomedia, na Ásia Menor; para Maximiniano, Milão, no Norte da Itália; para Galério, Sírmio, frente ao Danúbio; para Constâncio Cloro, Treves, frente ao Reno. Do ponto de vista estratégico, a disposição é acertadíssima; há um centro de soberania e de comando diante de cada zona nevrálgica de ataque. E repare-se que, para compensar a multiplicação de soberanos apa-

rentes, Diocleciano instaura um absolutismo rígido e aparatoso, um tanto semelhante ao dos faraós egípcios e ao dos autocratas persas: toma, ele próprio, o nome de Júpiter e institui o culto da sua pessoa: a indumentária que usa é de fausto impressionante — diadema sobre a cabeça, cinta bordada a pérolas, vestes de seda, escarpins enfeitados a pedras preciosas. Um complicado protocolo é imposto aos visitantes que na sua presença têm de ajoelhar e beijar-lhe com humildade a fímbria do longo manto ... Assim cria à volta respeito e temor. Simultaneamente, limita a influência dos pretorianos, entre os quais introduz larga percentagem de guerreiros ilírios da sua total confiança. Diminui-lhes os efectivos, separa-lhes os aquartelamentos, dispersa-os e neutraliza-os. A par disto, uma burocracia cheia de graduações jerárquicas e de vistosas dignidades.

Restabelece-se o antigo Conselho do Príncipe da Era de Augusto, transformado em Consistório Sagrado, espécie de ministério submetido à orientação pessoal do imperador. E, cioso de uma forte e eficaz arquitectura administrativa, Diocleciano divide o Império em 72 dioceses — grupos de províncias, as quais atingem cerca de 100. Em número mais restrito, as dioceses são mais fáceis de governar. Claro que para fazer frente aos encargos pesadíssimos resultantes desta imensa reforma orgânica se elevam consideravelmente os tributos. Chega-se mesmo a ensaiar uma forma de economia dirigida, com tabelamento obrigatório de preços, mas em vão.

No entretanto, a vasta construção de Diocleciano além de restaurar o poderio imperial também lhe restaura o prestígio externo. As tribos germânicas são atiradas para leste do Reno; os Persas, desbaratados por Galério, vêem-se obrigados a ceder, além do Tigre, cinco províncias e a deixar reconstituir o reino da Arménia, protectorado de Roma. Constâncio Cloro submete de novo a Bretanha. No Egipto, na África do Norte, as armas romanas dominam. Militarmente, a experiência da Tetrarquia cifra-se por um êxito completo.

E não só militarmente. Acabou com a anarquia, conferiu nova estabilidade ao poder político, dotou a administração de novos órgãos e de métodos eficazes.

Apenas uma nuvem negra nesta paisagem de reconstrução: o incremento da perseguição ao Cristianismo.

Nas últimas décadas — sobretudo após o edicto de Galiano (261) que ordenou a suspensão dos processos contra os cristãos e lhes fez até restituir muitos bens confiscados —, houve uma trégua relativa entre a Igreja e o Estado Romano, aqui e além interrompida por um ou outro pequeno conflito. Encorajada por tal brandura, a vida cristã ganhou redobrado impulso e atraiu numerosos prosélitos. Como é lógico, tudo isso comunicou maior dinamismo à Revolução da Cruz.

Ora Diocleciano quer impor o absolutismo do Estado. E a lei normal do absolutismo é tender à omnipotência totalitária. O que torna inevitável

o choque entre as autoridades e os cristãos decididos a não sacrificar aos cultos oficiais — e, antes de nenhum, ao culto do imperador.

Porque assim se apresentam as coisas, não admira que Diocleciano, instado pelo brutal Galério, e depois de, mesmo no exército, se terem verificado sintomas de dissidência religiosa, acabe por dar sinal em 303, para que se desenvolva contra os adeptos de Cristo acção vigorosa e implacável. Esta perseguição — afinal, a última — é a mais rígida, sistemática, generalizada. E tão inútil como as outras ...

Dois anos corridos, em 305, Diocleciano, espectacularmente, cumpre a estranha promessa feita 20 anos atrás, abdica, em solene acto, na sua capital de Nicomedia — e obriga Maximiano a fazer o mesmo na sua capital de Milão. Daí por diante, o enérgico dálmata que transformou o Império e como que pensou mudar o curso da História, quedar-se-á de lado, absorvido na cultura pacífica do seu jardim de Espálato, olhos presos ao magnífico panorama das águas azulíssimas do Adriático ...

Galério, elevado a *Augusto,* enche o Oriente de cenas de terror e de martírios sem conta. Onde os cristãos não abjuram — e a alguns, mais fracos de vontade, isso acontece — são alvo de cruéis e requintados suplícios. Isto não impede, todavia, que a maior parte dos perseguidos se comportem com heroicidade prodigiosa e que um novo enxame de mártires traga à Igreja incentivo para colheitas fecundas.

O *Augusto* do Ocidente, Constâncio Cloro, não segue, de modo algum, o exemplo de Galério. Nas regiões sob seu domínio — Itália, Gália, Espanha, África do Norte —, as autoridades são benignas e a perseguição mal se sente.

Há assim dois climas, duas atmosferas, dois mundos. Durante oito anos a zona oriental sofre verdadeira tempestade de horrores e de inclemências — ao passo que na zona ocidental se marcha no sentido da indulgência e da conciliação. Mesmo o ambiente popular se modificou: o velho ódio às comunidades cristãs cedeu o lugar à comiseração pelos sofrimentos que lhes infligem e ao respeito e à admiração pela coragem sobre-humana com que os defrontam.

Em 311, o próprio Galério — atingido por horrível doença e receoso de ser assim castigado pelo deus dos cristãos — assinará, a 30 de Abril, um edicto que vai pôr fim à repressão violenta e reconhecer à religião do Nazareno o direito à existência.

«Por este Sinal vencerás»

Mas logo após a abdicação de Diocleciano, a confusão recomeça. Sob o aspecto de solução política, a Tetrarquia abre rapidamente falência ...

Galério, elevado a *Augusto* do Oriente, impõe-se a Constâncio Cloro — novo *Augusto* do Ocidente — e promove a designação, como *Césares,* de Flávio Severo e Maximino Daia. Não se resignam a ser assim eliminados da cena aqueles que uma normal ambição, apoiada no princípio da hereditariedade, anima: Maxêncio, filho primogénito de Maximiano e Constantino, filho primogénito de Constâncio Cloro.

Logo no ano seguinte, ambos se erguem ao primeiro plano, graças a iniciativas militares. Morre Constâncio Cloro em Iorque, em plena campanha contra os Bretões. E as tropas, que lhe são apaixonadamente fiéis e já viram combater ao lado do chefe seu filho Constantino, apressam-se a aclamá-lo, e querem mesmo dar-lhe o título de *Augusto.* Constantino, porém, inteligentemente, reserva-se e apenas toma o de *César.* Antes de qualquer outro acto político, acha indispensável avolumar o seu prestígio em vitoriosas campanhas contra os Alamanos e os Francos, durante as quais derrota e faz prisioneiros dois soberanos germânicos, Radagásio e Ascaric.

Entretanto, Maxêncio é eleito imperador pela guarda pretoriana, que dessa forma se propõe readquirir a proeminência de outrora e restituir a Roma a sua categoria de cabeça do Império. Flávio Severo, que governa em Milão, marcha contra ele. Os soldados, todavia, negam-se a sustentar a sua causa e Severo perde a vida em 307. Maximiano, sob o pretexto de ajudar o filho, reaparece, com o título de *Augusto.* Por sua vez, Galério, no Oriente, ao sentir-se envelhecer, resolve nomear outro *Augusto* da sua confiança, Flávio Licínio. Como também Maxêncio arvora o mesmo título, Maximino Daia lhe segue as pisadas e Constantino faz o mesmo para não ficar em posição de inferioridade, a Tetrarquia de Diocleciano, num curto prazo, transforma-se em Hexarquia: há seis imperadores, e nenhum deles se contenta com ser apenas *César* ...

Esta situação, contudo, não dura muito. Já em 310 Maximiano, que casou Constantino com sua filha Fausta, atraiçoa o genro e pretende até assassiná-lo. Denunciado por Fausta a Constantino, é encarcerado e encontram-no morto na prisão, onde, segundo consta, se suicidou. Em 311, o falecimento de Galério vem reduzir os *Augustos* a quatro.

Maxêncio só pensa em se ver livre de Constantino e Maximino Daia só pensa em se ver livre de Licínio. Entendem-se os dois para tal fim. Enganam-se um e outro, porque vão ser eles os vencidos na contenda.

Maxêncio, instalado em Roma, proclama-se único legítimo senhor do Império. Inicia construções monumentais e organiza festas aparatosas, na ideia de melhor se parecer com os grandes autocratas da tradição romana. E alista numerosos mercenários, sobretudo africanos, para servirem de reforço e garantia ao seu domínio.

Constantino é, porém, um experiente cabo de guerra. E enquanto Maxêncio, enclausurado na capital, estremece perante o vaticínio dos oráculos

que lhe apontam a perdição no caso de sair fora dos seus muros — o filho de Constâncio Cloro não perde tempo. Firma um tratado de amizade com Licínio, a quem dá por esposa sua irmã Constância, à frente das legiões gaulesas e bretãs ultrapassa os Alpes na Primavera de 312, dispersa em Turim um núcleo de forças adversas, entra em Milão, em Verona, em Módena e nos fins de Outubro avança, pela Via Flamínia, direito a Roma. Na manhã de 27, o exército de Maxêncio vai-lhe ao encontro: — detido no desfiladeiro das Rochas Vermelhas *(Saxa Rubra),* luta em condições desvantajosas, com o Tibre à retaguarda. Tudo acaba numa debandada confusa, pela Ponte Múlvia, em que se afogam no rio grande parte dos combatentes, no número dos quais figura o próprio Maxêncio — cuja cabeça cortada os legionários exibem na ponta de uma lança.

O acontecimento não tem a simples importância, que já seria grande, de levantar Constantino por único soberano das terras ocidentais. Representa uma jornada decisiva na História.

Porque nas vésperas do seu encontro com Maxêncio — ao que narrarão Eusébio de Cesareia e Lactâncio —, Constantino, numa inspiração brusca, invocou o deus dos cristãos. E, embora fosse pleno dia, viu de súbito uma intensa claridade encher o céu dos lados do poente e uma cruz enorme destacar-se no espaço, com estas palavras a acompanhá-la: *«Por este sinal vencerás.»* Na noite que descia, segundo virá a declarar mais tarde, o próprio Cristo apareceu-lhe e ordenou-lhe que mande gravar nos escudos dos soldados as duas letras-símbolos — um C e um R entrelaçados — e que adopte por bandeira uma insígnia onde as mesmas letras sejam encimadas pela cruz. Com esse estandarte crucífero a protegê-lo, avançou para o combate e obteve o triunfo completo.

A batalha de 28 de Outubro de 312 é, portanto, uma data fundamental. Consagra a vitória incontestável da Revolução da Cruz — já que levam a cruz do Nazareno nos seus pendões e nos seus escudos os legionários que fazem de Constantino o imperador do Ocidente.

«Por este sinal vencerás.» Cristo prometeu, e cumpriu a sua promessa.

OS GERMANOS AVANÇAM PARA OESTE

Um novo ciclo abre-se, de facto, na História, após a batalha da Ponte Múlvia. A Revolução da Cruz, a partir de então, singra nos rumos francos da vitória. Quebrada a hostilidade tradicional das autoridades romanas à Igreja Católica; solenemente gravado o símbolo cristão nos escudos e nos pendões do exército; reconhecida a plenitude de direitos à religião do Nazareno — o curso dos acontecimentos vai entrar numa lógica evolução e não haverá já tentativas esporádicas susceptíveis de deter esse curso.

Há quem duvide da conversão de Constantino no ano de 312. Alega-se, por exemplo, que em certa moeda cunhada em Tarragona no ano seguinte aparecem ainda, lado a lado, as imagens do imperador e do deus-Sol — do qual até ao fim do seu reinado mantém o culto, sem abandonar o título de *pontifex maximus*. No entanto, em sentido contrário, regista-se a benevolência sempre manifestada por Constâncio Cloro ao Cristianismo e é de supor que, pelo menos, o filho se habituasse a não participar dos violentos sentimentos anticristãos de tantos chefes romanos. Além disto, certamente Constantino observou a inteira falência — a par da revoltante desumanidade — das perseguições de Diocleciano e de alguns dos seus sucessores, e compreendeu a força que a Igreja representa. Aos exemplos e tendências dos primeiros anos, nada hostis aos discípulos de Cristo, juntam-se agora, no governante que atinge o apogeu, um sentido político esclarecido. Deve, pois, aperceber-se da vantagem de favorecer, em vez de atacar, aquela força considerável, em progresso ininterrupto. Será este sentido político, aliado à simpatia crescente — que há-de ter por epílogo, note-se, a conversão integral —, a mais satisfatória explicação dos actos subsequentes de Constantino?

O certo é que, desde então, a atmosfera muda e os factos só confirmam o novo ambiente derivado do choque espiritual e psíquico de Outubro de 312.

Aclamado pelo povo de Roma, onde entra logo a seguir ao triunfo sobre Maxêncio, Constantino mostra-se coerente com a gratidão que se lhe atribui. Logo dirige uma expressiva mensagem a Maximino Daia, em que o exorta a cessar as perseguições no Oriente. Ordena ao governador de África a imediata restituição dos bens da Igreja. Simultaneamente, subsidia a reconstrução dos templos cristãos; e a imperatriz Fausta cede ao papa Milcíades o seu imponente palácio de Latrão, para morada pontifícia.

Poucos meses corridos, em Janeiro de 313, encaminha-se Constantino para Milão, onde se encontra com Licínio, *Augusto* do Oriente, que vem desposar sua irmã Constância. Os dois cunhados, findas as cerimónias nupciais, demoram-se em importantes conversas durante dois meses, a fim de definirem uma política comum, em especial relativamente ao Cristianismo. É da Primavera de 313 que costuma ser por isso datado o célebre *Edicto de Milão,* a que se atribui decisiva importância. Na realidade, porém, os documentos que existem são: um rescrito de Licínio, afixado em Nicomedia a 13 de Junho do mesmo ano e uma oração composta pelo mesmo Licínio para os seus soldados às vésperas do embate final em que derrota Maximino Daia, o qual perde a vida na jornada. É curioso assinalar, de passagem, ser também neste ano que Diocleciano morre, sempre retirado no exílio de Espálato. Deixa um mundo bem diverso do que visionou, a tomar os mais inesperados rumos ...

O chamado *Edicto de Milão,* portanto, não passa de designação um tanto fantasista. O primeiro autêntico edicto de tolerância foi o de Galério

em 311; os novos soberanos confirmam-no na essência. E o que há, realmente, é o Rescrito de Nicomedia, assinado por Licínio.

Nesse rescrito diz Licínio que, no encontro efectuado entre ele e Constantino em Milão, resolveram, a fim de concorrer para o bem público, assegurar a liberdade religiosa, de modo a deixar cada um obedecer aos imperativos da sua consciência. Adiante, uma cláusula bem expressa: — «Queremos que aqueles que desejem seguir a religião cristã possam fazê-lo sem temor algum de ser inquietados. Os cristãos têm plena liberdade de praticar a sua religião.» O texto é formal e, embora estenda a mesma concessão aos seguidores de outros credos, estabelece uma ordem de coisas diametralmente oposta à anterior.

Acabou de vez o *crime de Cristianismo*. Depressa se verificará como desta premissa vão resultar as mais amplas consequências.

Religião e Política

A primeira dessas consequências é ficarem inevitavelmente os dois imperadores arvorados em defensores da liberdade do Cristianismo — portanto, em defensores do próprio Cristianismo, já que a única maneira de lhe garantirem a liberdade é tolherem o passo a quem ouse pôr-lhe entraves ou suscitar-lhe obstáculos. Assim, quando Licínio bate Maximino Daia, que nunca deixou de perseguir os cristãos, fá-lo como protector destes e depois de ensinar os soldados a rezar a Jesus ...

Constantino vai mais longe. Surge por essa altura, em África, o perigoso cisma intitulado *donatismo,* pois lhe dá origem o bispo Donato, de Casae Nigrae, ao insurgir-se contra a eleição de Ceciliano, bispo de Cartago. A razão alegada é ter Ceciliano recebido a consagração episcopal das mãos do bispo Félix de Aptonge, que Donato e os seus partidários consideram apóstata visto acusarem-no de ter entregado os Livros Santos à polícia de Diocleciano quando da última perseguição. Acentua Donato com veemência que a Igreja deve dar o exemplo da absoluta integridade moral dos seus ministros e que não são válidos os sacramentos quando esses ministros, ao distribuí-los, se não achem em perfeito estado de graça. Dentro de pouco, avoluma-se extraordinariamente, entre a cristandade africana, a corrente *donatista* — cujo rigorismo espectaculoso atrai e exalta muitos espíritos fanáticos.

A deposição de Ceciliano é de 312. Logo em 313, depois das conversas milanesas, o próprio imperador promove em Roma um sínodo, presidido pelo papa Milcíades, no qual se nega razão aos *donatistas* e se lhes pede que reconsiderem e se reconciliem com a Igreja.

Não se conformam Donato e a sua gente com tal veredicto. Apelam então para Constantino, que ordena um inquérito, do qual resulta a prova

da inocência do bispo Félix de Aptonge. Assim é publicamente declarado, o que parece dever pôr termo à contenda.

Mas os *donatistas,* agora, protestam contra o Sínodo de Roma, que julgam demasiado restrito e exigem uma assembleia mais ampla. Segundo se crê, é Constantino ainda que, para conseguir solucionar o grave e tormentoso problema, faz reunir em Arles (314) um concílio quase universal, a que concorrem, ao lado dos prelados gauleses, bispos da Itália, da Espanha, da Inglaterra, da Dalmácia, sob a presidência dos legados pontifícios. De novo a sua decisão é contrária às teses de Donato.

Uma parte dos insurgidos mostra-se convencida e sujeita-se. Outra parte obstina-se, reclama a intervenção directa do imperador. Contrariado e desgostoso, mas sempre diligente, ordena Constantino ao seu procônsul de África, Eliano, que investigue acerca do caso do bispo de Cartago. As conclusões são favoráveis a Ceciliano e em 316, em Milão, a sentença definitiva contra os *donatistas* serve para demonstrar o zelo imperial a favor da unidade e da disciplina na Igreja.

No entretanto, acende-se entre os dois *Augustos* um conflito que era de prever, já que ambos aspiram ao mando único e total. Constantino invade a Panónia, impõe-se militarmente a Licínio e proclama a sua soberania sobre todas as terras ocidentais do Império, com excepção da Trácia.

Licínio, de momento, cede. Mas comete o erro de abandonar a máscara de defensor do Cristianismo e, de Nicomedia, lança novas ordens de perseguição para as províncias do Oriente. Chega mesmo a haver desumanas violências, entre as quais certo número de condenações à morte.

Eis que outra vez a provável convicção pessoal de Constantino se alia ao sentido político. Será, antes de nada, na qualidade de libertador dos cristãos orientais que vai marchar contra Licínio — o que ainda dá maior força à sua causa.

A expulsar os bárbaros da Trácia, que pertence a Licínio mas este não pode guarnecer convenientemente, avançam primeiro as tropas do imperador. E como o *Augusto* do Oriente se ergue contra a violação dos seus territórios, a guerra entre os dois cunhados recomeça. Os exércitos encontram-se, primeiro em Adrianópolis, depois em Crisópolis. Numa como noutra batalha é Constantino o vencedor (324).

Feito prisioneiro, Licínio, poucos meses adiante, acaba por ser estrangulado — sob o pretexto, verídico ou não, de alimentar planos de desforra. Nem chegam para salvá-lo os rogos de Constância, que não abalam a vontade inexorável do irmão.

E Constantino torna-se senhor da totalidade do Império. Menos de 20 anos decorridos sobre a abdicação de Diocleciano e Maximiano, a Tetrarquia desapareceu. O poder encontra-se, inteiro, nas mãos do filho de

Constâncio Cloro — cada dia mais rodeado de prestígio e, também, mais inclinado a favorecer, sob todos os aspectos, o Cristianismo.

Claro que as numerosas iniciativas do imperador em tal sentido são altamente benéficas. Mas têm uma contrapartida: para ele, o problema religioso — ainda que se lhe reconheça uma sincera e íntima simpatia pela Igreja e pela doutrina de Cristo — é, principalmente, um problema complementar da ordem política. Encara-o sobretudo como homem de Estado: daí, certas intervenções um tanto arbitárias em que mais procura fazer prevalecer o interesse do Governo do que as exigências fundamentais da fé. Até aqui, os cristãos tiveram que lutar contra a hostilidade do Poder — e já se viu quantos sacrifícios heróicos, quanta valorosa tenacidade consumiram em tal luta; agora, porém, directamente apoiados e protegidos pelo Poder, defrontam um perigo diferente e não menor: o da excessiva ingerência do mesmo Poder nos mais delicados aspectos da sua vida própria.

Assim, já se viu a que ponto foi o interesse de Constantino pelo conflito com os *donatistas*. As iniciativas e decisões que tomou coincidiram, nessa altura, com as da jerarquia eclesiástica. No entanto, há que recordar a sua frase, pronunciada ante uma assembleia do alto clero: — «Vós sois os bispos internos da Igreja; eu sou o Bispo do exterior.» Isto mostra como o imperador se atribui papel demasiado influente nos assuntos da Igreja — e que, sob o pretexto verídico de lhe auxiliar o incremento e lhe valer nas suas crises, tende a exercer uma espécie de tutela, de inquietantes e inconvenientes efeitos.

Eis o que sucede quando estala outro conflito mais grave ainda: o resultante da heresia ariana.

Desta vez situa-se no Oriente, e não em África, a origem do mal. O padre egípcio Ario, provido de um cargo importante em Alexandria, famoso pela sua austeridade e eloquência mas orgulhoso e obstinado, entra em litígio de doutrina com o seu bispo. A afirmação central e primacial de Ario é que Jesus Cristo, filho de Deus, não é semelhante ao Pai, mas criado por Deus e não divino. O que equivale a negar a Encarnação e a Redenção e a privar o Cristianismo do seu conteúdo essencial. A tese, no entanto, fascina as imaginações orientais, habituadas a um conceito de divindade que exclui toda a partilha e toda a participação.

Em 321, o bispo Alexandre reúne um sínodo que condena Ario. Este sai da capital egípcia e exila-se na Palestina, depois em diversas zonas da Ásia, onde continua as suas actividades e consegue aliciar muitos adeptos. Uma divisão profunda grassa nas fileiras da Igreja; impõe-se quanto antes firme resolução da autoridade que ponha fim à desordem dos espíritos. Desordem que se comunica, aliás, às populações de certas províncias e se torna séria ameaça para a boa harmonia geral.

Compreende-o Constantino — sempre homem de Estado acima de tudo e zeloso da causa pública. Depois de consultar um dos seus mais prestigiosos

conselheiros eclesiásticos, Ósio, bispo de Córdova, figura de relevo pela idade, pelo saber e pelo fervor, decide promover a celebração de um concílio universal, que vem a ter lugar no ano de 325 em Niceia, na Bitínia. É mesmo o imperador quem, por cartas directas, convoca os prelados. Fá-lo com o mais expressivo respeito, em que bem se traduz um sentimento de verídica devoção.

Após largos debates, o arianismo é condenado. Embora certos partidários mais ou menos engenhosos do heresiarca procurem estabelecer confusões doutrinárias das mais graves — como a célebre substituição tentada por Eusébio de Cesareia, da palavra grega *homoousios,* que consagra a identidade de substância entre o Pai e o Filho, pela palavra *homoiousios,* que apenas difere da primeira numa letra, mas significa semelhança em vez de identidade — acaba por prevalecer, fortemente sustentada pelo valoroso diácono Atanásio, a tese da identidade, expressa no termo *consubstancial.* Proclamar Cristo *consubstancial* a Deus é afirmar, em bases inabaláveis, a Sua Personalidade Divina.

E para definir categoricamente o dogma, perante os arianos e quaisquer outros heréticos, adopta o Concílio um texto fundamental, que esclarece e completa o velho *Símbolo dos Apóstolos* e se chamará daí por diante *Símbolo de Niceia.* É assim redigido:

«Creio num só Deus,
Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis;
E num único Senhor, Jesus Cristo, Filho de Deus, engendrado da esssência do Pai,
Deus de Deus, luz da luz, verdadeiro Deus do verdadeiro Deus,
Que não foi criado mas engendrado, consubstancial ao Pai, por quem tudo foi feito, o que existe no Céu e o que existe na Terra,
Que, para nós, homens, e para a nossa salvação, desceu, se encarnou, se fez homem, sofreu, ressuscitou ao terceiro dia, subiu aos Céus, donde virá julgar os vivos e os mortos.
E creio no Espírito Santo.»

Texto ofuscante, que visa a impedir toda a posição herética, a consolidar a dogmática do Cristianismo em fórmulas inequívocas.

Depois de tomadas as decisões do Concílio e de redigido o *Símbolo de Niceia,* qualquer polémica, qualquer erro, qualquer dúvida afiguram-se impossíveis, inadmissíveis. Por isso Constantino, uma vez terminada a magna assembleia, não hesita em declarar: — «Deus quis que o esplendor da Verdade se impusesse às desavenças, aos cismos, às perturbações, aos mortais venenos da discórdia.»

Na aparência, tal juízo é legítimo. Só as fraquezas e os vícios dos homens, renitentes à Verdade, ou contra ela rebelados, virá a comprometer-lhe a exactidão no futuro ...

Descoberta da Santa Cruz

O imperador será, aliás, o primeiro a dar sinal de que não estão pacificados a inteligência e o coração dos homens. Mesmo no campo religioso, pelas suas flutuações contraditórias — que o levam a pender umas vezes para a clemência quanto a Ario e aos seus sequazes, sob o ascendente de dois prelados amigos do heresiarca, o já citado Eusébio de Cesareia, historiador e cronista do período, e Eusébio de Nicomedia, intrigante de largos voos; outras vezes a dar ouvidos aos clamores de Atanásio, erguido a bispo de Alexandria, várias vezes obrigado a trilhar os caminhos do exílio mas persistente até ao fim no intrépido combate pela Ortodoxia.

Noutros campos, ainda, Constantino se mostra incerto, dividido, ora disposto a seguir e venerar os preceitos da vida cristã, ora a deixar-se recair nos velhos trilhos de crueldade desumana que tristemente caracterizaram tantos dos seus antecessores.

Assim, por exemplo, logo no ano seguinte ao Concílio de Niceia, em 326, quando do sombrio drama de família que lhe cerca o nome de sangrento nimbo. Nesse ano fatal — devido, segundo se pensa, a graves suspeitas sobre a fidelidade da mulher — ordena a morte de Crispo, filho do seu primeiro casamento com Minervina, e, pouco depois, a da própria imperatriz Fausta, lacerada cruelmente de golpes pelos legionários em pleno banho. Quase simultânea é a execução do filho de Licínio, Liciniano, também por decisão imperial. O que sugere uma dúvida sobre os motivos dos três crimes — pois a supressão de Liciniano tem antes o aspecto de ser um acto político, destinado a impedir qualquer tentativa sua para reivindicar a herança do pai no governo do Oriente. Seja como for, Constantino procede à maneira dos tiranos impiedosos, que não hesitam ante o assassínio desde que se trate de defender a exclusividade do mando.

Pouco depois, talvez num desígnio expiatório, a fim de implorar nos Lugares Santos o perdão do filho, a viúva de Constâncio Cloro, Helena, apesar de contar então já 78 anos, parte para Jerusalém. Uma vez na cidade onde Jesus sofreu o martírio, empenha-se em escavações diligentes que trazem à luz não só a eminência rochosa do Calvário e a gruta do sepulcro donde o Filho de Deus se levantou na jornada da Ressurreição, mas os fragmentos das três cruzes que serviram para o suplício de Cristo e dos dois ladrões.

Qual das três será aquela em que se consumou a agonia do Nazareno? O bispo Macário de Jerusalém pede ao Senhor que os esclareça. Trazem uma pobre mulher moribunda e fazem-na tocar, uma por uma, as cruzes aparecidas. À terceira, o Senhor responde: a moribunda ergue-se e caminha.

Ao ser informado do prodígio que representa aquilo que ficará a chamar-se a *Invenção da Santa Cruz* («invenção», neste caso, como sinónimo de «descoberta»), Constantino escreve ao bispo Macário em claros termos de júblilo e assombro: — «Não há palavras com que celebrar tal milagre. Que o monumento sagrado da Paixão do nosso Deus tenha podido ficar escondido tanto tempo na terra para agora resplandecer, na altura em que o inimigo do género humano se afunda, ultrapassa toda a nossa admiração. A razão desfalece; o divino transcende o humano ...»

E por determinação do imperador, três edifícios comemorativos ali vão erguer-se: uma igreja em honra da Paixão, outra em honra da Cruz, outra, sobre o antigo túmulo, em honra da Ressurreição. Helena, por sua vez, será canonizada mais tarde, para se celebrar com a sua memória, através das idades, a *Invenção da Santa Cruz.*

A «Nova Roma»

Por tudo isto, já se poderá considerar memorável a Era de Constantino. E também pelas transformações políticas: acentua-se o absolutismo do monarca, expresso na crescente centralização do poder; uma complicada hierarquia burocrática assegura o predomínio do governo imperial, em que deixa de se servir a república para se servir o autocrata; às antigas magistraturas substitui-se uma engrenagem de cortesãos, os *amigos* do imperador, ou *comes* — daí, os *condes,* os *duques,* que formam a *comitiva;* os membros da família reinante têm o título de *nobilissimes,* a que se seguem os *patrices,* sem função definida, espécie de chanceleres e protectores — *patrices* significa *pais* do próprio imperador; depois, em ordem decrescente, os *illustres* (prefeitos do pretório e da capital, mestres das milícias, etc.), os *respectabiles* (o primeiro camarista, os governadores de províncias, os vigários das dioceses), os *clarissimes* (senadores, alguns governadores, alguns prefeitos), os *perfectissimes* (diversos funcionários superiores). Também pelas reformas de carácter militar, em que avulta o desaparecimento das velhas guarnições fronteiriças lineares — *limes* —, cuja extrema fragilidade deixou de recomendá-las, e que são agora compostas por ligeiras cortinas de soldados-lavradores fixados à terra que cultivam, e apoiadas, segundo um novo conceito estratégico, por grupos de fortins *(burgi, castella),* em torno dos quais pode tornar-se mais eficaz e duradoura a resistência às investidas.

Acima de tudo, a Era de Constantino assinala-se pela posição tomada em relação ao Cristianismo e por outro facto de singularíssimo alcance: a edificação, no lugar onde existe a velha Bizâncio — cidade fundada no século VII antes de Cristo por um núcleo de emigrados vindos de Mégara — de uma grande capital do Oriente, a que não tarda a ser atribuído pelo povo o nome, aliás verídico, de *Constantinopla.*

É, de facto, produto da vontade de Constantino — que se manifesta logo após a sua vitória sobre Licínio, em Outubro de 324. Durante seis anos de trabalho intenso, para o qual são mobilizados dezenas de milhares de prisioneiros godos, constrói-se a imponente metrópole, que o seu criador chama *Nova Roma* e que dota, na verdade, como a outra, de um Foro, de um Capitólio, de um Senado, de aparatosas basílicas, de esplêndidos monumentos onde faz colocar muitas preciosidades roubadas aos templos pagãos e a que procura dar a maior riqueza e a maior grandeza.

Quais as razões que levam Constantino a este empreendimento extraordinário?

Perdem-se os historiadores em conjecturas. Para uns, é o desejo de abandonar a antiga *Urbs* pagã, comprometida com tradições agora repudiadas — e levantar, através da cidade nova, a verdadeira capital do Império Cristão. Falam mesmo os contemporâneos da visão estranha do imperador, em que uma águia detém o seu voo sobre a região de Bizâncio e ali deixa cair uma pedra — símbolo das construções futuras. E contam que, na altura em que Constantino desenha a área da cidade, alguns a consideram excessiva e ele mesmo terá respondido: — «Irei sempre adiante, até que pare Aquele que vai à minha frente ...» Obedece, pois, a uma divina ordem e, até, à presença divina?

Mas as conjecturas multiplicam-se. Há quem aluda às vantagens políticas e económicas de instalar o centro do Império não já numa Itália arruinada e morta, antes numa zona rica e fremente de promessas, pelos contactos que tem com os mercados da Ásia; ou a vantagens estratégicas, na medida em que à vulnerabilidade do burgo de Rómulo perante os ataques militares se opõe a situação dominante de uma capital praticamente inexpugnável que poderá constituir excelente ponto de partida para acções defensivas ou ofensivas contra os mais perigosos adversários externos: os Godos das províncias danubianas e eslavas; os Persas, cujo chefe, Sapor II, além de elevar ao máximo grau as forças guerreiras dos Sassânidas, acaba de conseguir também, numa réplica ao Concílio de Niceia, a unidade religiosa, por meio de um sínodo que fixou o texto definitivo do Avestá, «bíblia zoroastriana» ...

Vantagens políticas, económimas, estratégicas; centro de um renovado Império Cristão ... Além de tudo isto, ou a par de tudo isto, não visará Constantino, simultaneamente, na hora em que, eliminado Licínio, se sente

único senhor de todo o mundo romano, a gravar para a posteridade, numa grandiosa obra, o testemunho inesquecível da sua glória pessoal?

Como quer que seja, a fundação de Constantinopla tem, desde logo, largas repercussões de toda a ordem; desde a deslocação do eixo da Romanidade para outras perspectivas, nos antigos confins do helenismo, entre Oriente e Ocidente — até uma reviravolta, que parece de facto providencial, nos destinos de Roma, donde se afasta o símbolo máximo da autoridade política e militar e fica, em sua vez, o símbolo máximo da autoridade espiritual, o comando supremo da Igreja, que se apresta, cada dia com nitidez maior, para desempenhar a missão que lhe é própria e se tornar a cabeça orientadora e modeladora de uma civilização diferente ...

Inaugurada solenemente Constantinopla, entre festejos magníficos, em 11 de Maio de 330, ali se conserva, desde então, o imperador que lhe deu existência e proeminência. Em 333 — e o caso surpreende, em quem tanto lutou pela unidade dos seus domínios — reparte esses domínios pelos três filhos e por dois sobrinhos: ao filho mais velho, Constantino II, atribui a Gália, a Espanha, a Bretanha; ao segundo, Constâncio, a Ásia, a Síria, o Egipto; ao mais novo, Constante, a Ilíria, a Itália, a África; dos sobrinhos, fica Dalmácio com a Trácia, a Macedónia, a Grécia — e com a Arménia e o Ponto Anibaliano, brindado com o título de «rei dos reis», usado outrora por Mitridates.

Doente, obcecado pela morte, os últimos anos de Constantino correm-lhe num isolamento melancólico e numa tendência sempre maior para a conversão integral. Tendência que culmina com o baptismo, antes do fim, recebido das mãos do bispo ariano Eusébio de Nicomedia (confessor da irmã Constância, viúva de Licínio, também ariana), mas que nem por isso deixa de oferecer aspectos edificantes. O imperador despe-se das vestes de púrpura e envolve-se na alva túnica dos neófitos. Ouvem-no murmurar, nos momentos derradeiros: — «Eis que chega o dia de que eu tinha sede há muito ... Eis a hora de salvação que espero de Deus ...» E ainda, ao ser-lhe administrada a extrema-unção: — «Hoje, sou verdadeiramente feliz. Vejo a luz divina ...»

É sob este imenso clarão interior que se desprende do mundo Constantino, um dos grandes criadores de História de todos os tempos — na manhã plena de 22 de Maio de 337, dia do Pentecostes ...

Juliano e as suas contradições

Insista-se na surpresa que causa ver Constantino, depois de tanto se votar a garantir e fortalecer a unidade do Império, o deixar dividido entre

cinco soberanos. Já nem é uma Tetrarquia, mas uma Pentarquia — só por si ameaçadora de graves conflitos. Mal desaparece o fundador de Constantinopla, os acontecimentos rapidamente mostram o desacerto das suas disposições quanto à partilha temerária ...

Tudo começa pela matança dos sobrinhos, exterminados pela soldadesca — assim como os dois irmãos de Constantino e a prole de ambos. Desse modo, uma vez fora da cena Dalmácio e Anibaliano — os três filhos do imperador são proclamados *Augustos:* enquanto Constâncio é mantido no trono do Oriente, reina Constante na Itália e Constantino II na Gália e na Espanha.

Mas a rivalidade entre os dois últimos não tarda a manifestar-se. Constante suporta mal a espécie de tutela que o irmão exerce. A guerra estala e Constantino II perde a vida no recontro de Aquileia (340). Senhor único do Ocidente, volta-se Constante, ambicioso, contra as Gálias, que dão mostras de insubmissão. Durante alguns anos há de novo uma anarquia militar nas terras ocidentais. Em Roma, aproveita um aventureiro, Nepociano, a ausência do imperador e faz-se aclamar pelas tropas. Entretanto, também as guarnições da Ilíria erguem — parece que contra vontade — um dos seus chefes, Vetranião. E na região setentrional das terras gaulesas um general bárbaro, Magnêncio, depois de resistir longo tempo com forças consideráveis, promove o assassínio de Constante às mãos de pretorianos traidores (350). Pouco demora em liquidar Nepociano e em afastar Vetranião, que nunca teve reais aspirações.

Ante o perigo, Constâncio deixa o Oriente sob o governo de seu primo Galo (um dos únicos dois sobreviventes — com outro primo, Juliano — da matança de 337) e vem ao encontro do usurpador, que desbarata na batalha de Mursa. Trata de ocupar a Itália e, definitivamente vencido, Magnêncio suicida-se em 353.

Eis Constâncio, como seu pai a seguir às lutas de meio século atrás, senhor incontestado do Império inteiro? Aparentemente, sim. Mas já em 354 tem de chamar Galo e Juliano a Milão, pois o primeiro exorbitou no governo das províncias orientais e pensa talvez em levantar-se com elas. Julgado e condenado, manda-lhe Constâncio, sem hesitações, cortar a cabeça. Quanto a Juliano, persuadido de que é um jovem inofensivo, inclinado sobretudo à filosofia, exila-o em Atenas.

Está agora tranquilo? De modo algum. Silvano, outro aventureiro franco, aparece coroado pelas tropas em Colónia (355). Há que desenvolver novas operações para derrubá-lo. Nesta altura surge uma invasão germânica de vulto, ao longo do Reno, que alastra pela zona da Alsácia. Vê-se Constâncio obrigado a chamar Juliano de Atenas, a dominar as suspeitas que o primo lhe inspira, a conferir-lhe a dignidade de *César* e a entregar-lhe o governo das Gálias. Como precaução, para estreitar os laços de família, dá-lhe por mulher

sua irmã Helena. Terá no fundo a esperança de que Juliano se inutilize na campanha — já que até aí não se distinguiu por tendências guerreiras?

Se assim é, engana-se por completo. Juliano, após um período de estudo e de preparação, avança de Reims na Primavera de 356, rechaça os invasores, entra em Colónia. A seguir, mais a leste, derrota-os na importante batalha de Argentorato, ou de Estrasburgo (Agosto de 357). Atira para lá do Reno os Francos Sálios que haviam penetrado no vale do Mosa — e quando regressa a Paris vem rodeado de prestígio no exército, donde se erguem vozes a apontá-lo como futuro imperador.

Ainda é cedo. Ainda deve dar também provas de governante, de administrador, de homem de Estado: durante os anos seguintes exerce proveitosa acção reformadora e aumenta a sua fama.

A tal ponto que se ateiam de novo as suspeitas de Constâncio, amedrontado ao ver definir-se, diante dos seus passos, um émulo possível. E quando, a partir de 358, as iniciativas e exigências de Sapor II o forçam a entrar em guerra com a Pérsia, solicita de Juliano volumoso auxílio: cada regimento gaulês deverá fornecer 300 homens. Juliano alega que os seus soldados não querem bater-se no Oriente e que, assim desfalcada, a guarnição das Gálias será incapaz de defender o território.

Constâncio, porém, obstina-se. E Juliano dispõe-se a ceder. Os homens que comanda é que não cedem. Rodeiam-lhe o palácio, saúdam-no como imperador e acabam por decidi-lo a lançar o grito da revolta, no ano de 360.

Conhecedor da insurreição, prossegue Constâncio durante alguns meses, na Ásia Menor, a guerra contra os Persas até poder firmar tréguas com Sapor e dirigir-se ao encontro do primo, cujo avanço já chegou à Ilíria. Mas antes de partir sucumbe a uma febre maligna, junto de Tarso (361). Segue Juliano até Constantinopla, onde sobe ao trono, sem que ninguém lho dispute.

O novo imperador, embora baptizado na infância, perdeu há muito a fé católica, em contacto não só com os grandes autores gregos, especialmente Homero e Platão, mas também com os neoplatónicos, Porfírio, Jâmblico e os seus discípulos, o sofista Libânio, Máximo de Éfeso, o filósofo Prisco, o Salústio de *Os Deuses e o Mundo*. Impregnou-se, ao lê-los ou ouvi-los, de uma concepção inteiramente pagã do Universo — e convenceram-no também de que o incremento do Cristianismo é a causa primordial da decadência de Roma. No entanto, repare-se, o sonho de Juliano não é restaurar pura e simplesmente o paganismo tradicional, já que reconhece haver nele muitas zonas irremediavelmente corrompidas. O seu sonho, mais do que *restaurar*, é *renovar* o paganismo e, para isso, convertê-lo em monoteísmo, graças ao culto de um deus-Sol concebido como espiritual e misericordioso — um pouco à maneira do remoto faraó de El-Amarna ... Além disto, a admiração que lhe provoca a notável organização da Igreja Católica inspira-lhe o projecto de uma organização semelhante em que a jerarquia se consagre pela

virtude, pela disciplina e pelo exemplo. Desta maneira espera Juliano conjurar a grave crise do seu povo e fazer reviver nele as grandes forças morais e cívicas dos primeiros tempos.

Os historiadores e polemistas cristãos além de atribuírem a Juliano o cognome infamante de *Apóstata,* descrevem com paixão compreensível a sua dureza e a sua crueldade de perseguidor. De facto, a *apostasia* é relativa, pois desde muito jovem se deixou conquistar por mestres que o transviaram — e nos seus planos, ainda que inspirados por errado critério, supõe redescobrir a veia da Romanidade genuína. Uma parte do escol intelectual pretende, com efeito, que a origem de todos os castigos que se abatem sobre Roma está nessa religião vinda da Palestina, desvirilizadora, dissolvente de energias. Juliano apenas se torna o porta-voz e o mandatário da tese anticristã.

Claro que, à sombra do imperador pagão — aliás avesso, pessoalmente, a violências — todos os inimigos da Igreja Católica recobram forças, conjuram ódios e ressentimentos, ganham valimento e influência e, onde podem, desencadeiam perseguições sistemáticas. Mais ainda quando, envolvido na lógica da sua tentativa, Juliano começa a acentuar a posição tomada e a escrever diatribes contra os seguidores do Nazareno.

Tudo isto, porém, não passa de breve episódio na história que continua — pois Juliano, obrigado a reatar as hostilidades contra os Persas de Sapor II, cai mortalmente ferido em Junho de 363, ano e meio após haver tomado, em Constantinopla, a sucessão de Constâncio. Dezoito meses apenas — o que não dá tempo a operar aquela reviravolta que anda na sua aspiração mas se mostra adversa à natural sequência das coisas.

Diz-se mesmo — o rumor, pelo menos, corre entre os contemporâneos — que, ao sentir-se atingido sem remédio, na dolorosa e breve agonia, Juliano exclama, com ênfase um tanto teatral: — «Venceste, Galileu!»

A frase parece apócrifa. Resume, todavia, a verdade objectiva dos factos. Há, com efeito, um estranho sabor providencial no desaparecimento, em plena juventude, só com 32 anos, antes que possa agravar-se o mal já feito, antes que o seu perfil histórico venha a adquirir feição mais odienta, do imperador neopagão que alimentou esta insólita quimera: procurar dar vida a uma espécie de Cristianismo sem o Cristo ...

«Ecclesia in Episcopo»

Mas o Cristianismo verdadeiro não só mantém a sua organização e a sua força, mesmo durante o breve reinado de Juliano, como, sob numerosos aspectos, as aumenta e consolida. Torna-se cada vez mais evidente que, perante o desmoronamento dos poderes romanos, a Igreja, desde as estruturas sociais às tarefas administrativas, à própria herança da cultura, toma

a proeminência e garante a salvação de tudo quanto pode ainda ser salvo, enquanto, pelas Verdades superiores que representa e propaga, pela Revolução da Cruz que lançou e sustenta, promove a gestação de uma civilização nova. Civilização em que perdura aquilo que deve conservar-se da ordem romana, mas na qual o homem, renovado por dentro, cônscio da sua origem e dos seus fins, marcha noutros rumos ao encontro de outras promessas.

Por isso, nesta fase avultam de maneira tão singular o valor e o papel dos bispos cristãos.

Já se aludiu à primitiva orgânica da jerarquia eclesiástica: escolhe cada igreja ou associação de crentes os seus presbíteros, assistidos de diáconos, subdiáconos, acólitos, leitores. O desenvolvimento das comunidades cristãs dá origem a uma autoridade mais elevada — o bispo *(episcopus)*, espécie de director, de congregador, que pode mesmo ser um leigo eleito pela assembleia dos fiéis, mas se reveste de grande prestígio local visto lhe serem atribuídas funções diversas e numerosas. Este cargo acaba por se tornar — na expressão de Dawson — «a instituição vital da nova idade». O seu poder, na área da diocese, quase não conhece limitações. Designado pelo consenso geral, o bispo dispõe de popularidade incontestável e é, simultaneamente, guia espiritual, juiz, administrador: nessa tríplice qualidade, defensor do povo — investido numa forma de magistratura que não tem paralelo com qualquer outra. É ainda Dawson quem sublinha, ao falar das vicissitudes dramáticas do período de invasões que se aproxima: — «O genuíno representante das populações conquistadas não é o legista ou o burocrata romano, mas o bispo cristão.» Na carência dos antigos senhores, varridos pelo ciclone violento da guerra, assim se levanta outro símbolo de unidade e disciplina sociais, que na maioria dos casos será respeitado e ouvido mesmo pelos adversários e desempenhará o papel benemérito do pastor capaz de impedir a dispersão do rebanho, de conduzi-lo até por caminhos de resgate e de esperança.

E o certo é que, no tormentoso e melindroso período, surgem altas figuras de prelados que se diriam providencialmente dotados de raros dons de inteligência, de energia, de tenacidade, ou, numa súmula: de heroísmo. Dois papas notáveis: Júlio I (337-352) e Dâmaso (366-384) orientam com superior coragem as campanhas contra as heresias. Sob a sua égide, quantos bispos se distinguem!

Já atrás se nomearam alguns: o indomável inimigo de Ario, Atanásio de Alexandria (299-373), cuja longa existência se resume num combate sem tréguas, quatro vezes expulso da sua diocese, quatro vezes regressado a ela entre veementes aclamações populares; Ósio de Córdova (256-355?), sábio e firme, conselheiro prestigioso de Constantino e de seus sucessores, vulto central das lutas pela Ortodoxia; Hilário de Poitiers (315-367), que merece ser chamado «o Atanásio do Ocidente», permanentemente na vanguarda da

resistência aos heréticos; o seu amigo Martinho de Tours (?-396), vindo da Panónia para as Gálias, entregue de início à carreira das armas, fundador do mosteiro de Marmoutier, que das primeiras actividades castrenses guarda o hábito de comandar os soldados da fé no assalto aos templos pagãos e na bélica demolição dos ídolos; o grande Ambrósio de Milão (340-397) de quem se falará adiante mais de espaço; o asceta e orador João *Crisóstomo* — quer dizer: *boca de ouro* — (345-407), polemista e acusador dos vícios dos poderosos, que morre patriarca de Constantinopla; outros bispos orientais de largo renome — Basílio de Cesareia, Cirilo de Alexandria, Teodoreto de Cyr, quantos, quantos mais, a encherem a Igreja das luzes do seu espírito e da fama das suas virtudes!

Ecclesia in Episcopo: no bispo, a Igreja inteira! A fórmula de Cipriano de Cartago, prelado e mártir, é clara legenda da época!

A propósito do papel decisivo dos bispos nesta conjuntura histórica, há que abrir um parêntese para focar uma importante figura de missionário cuja influência vai ser larguíssima e provocar uma corrente poderosa — que resulta, afinal, extremamente nefasta. É o caso de Úlfilas, filho de um cristão de raça germânica feito prisioneiro na Capadócia e de uma habitante dessa zona da Ásia Menor. Em 325 surge no Concílio de Niceia. Em 337 é enviado a Constantinopla como embaixador de um povo godo estabelecido ao norte do Danúbio. Quatro anos depois, em 341, o ariano Eusébio de Nicomedia, já mencionado atrás, confere-lhe solene sagração episcopal. Quando Atanarico, chefe godo, persegue o Cristianismo na zona em que exerce autoridade, obtém Úlfilas do imperador Constâncio licença para que a pequena cristandade sob a sua direcção possa atravessar o Danúbio e instalar-se na Trácia.

Pela vida edificante e pela actividade apostólica, não só conquista singular prestígio mas congrega à sua volta um núcleo dedicado e activo. Na intenção de melhor evangelizar as populações entre as quais se encontra, Úlfilas, possuidor de vasta cultura que lhe permite dominar as línguas grega, latina e germânica, empreende a tradução da Bíblia em idioma e caracteres góticos. Para isso, chega a compor um alfabeto baseado nas correspondências com a língua helénica e enriquece os textos bíblicos, posto assim ao alcance de novas gentes, com longos comentários. Dentro de pouco, impõe uma forma de Cristianismo simplificado, ao gosto dos Nórdicos, de feição substancialmente ariana — segundo as versões recebidas de Eusébio de Nicomedia.

O ascendente ganho por Úlfilas com o *Codex Argenteus* é enorme: pode mesmo afirmar-se que cria entre os Godos uma Igreja nacional, submissa aos cânones do arianismo. Simultaneamente, com a sua Bíblia em linguagem teutónica inaugura a história literária de além-Reno e de além-Danúbio. Quando morre, em Constantinopla, por 383, deixa uma extraordinária obra de cristianização de directriz herética. Durante os dois séculos

seguintes o facto vai repercutir-se gravemente nos destinos do mundo ocidental.

Sinais de tormenta

É tão evidente a tentativa neopagã de Juliano constituir puro malogro que os comandantes do exército apressam-se a erguer por imperador um dos seus melhores generais, conhecido como favorável ao Cristianismo: Joviano (363). O seu primeiro acto é libertar do desterro o bispo Atanásio e pedir-lhe conselho. A seguir, de acordo com as sugestões do valoroso prelado, trata de repor em marcha as reformas de Constantino e de anular todas as de Juliano. Temperados por novos sofrimentos e convencidos de se haver manifestado a Providência com a morte do *Apóstata,* os cristãos recrudescem em actividade. Entretanto, Joviano conclui um tratado nitidamente desvantajoso com Sapor II, pelo qual abandona aos Persas não só a Arménia como as províncias além do Tigre que Diocleciano tomou nos fins do século anterior. Regressa então a Constantinopla, mas para morrer ao fim de oito escassos meses de reinado.

Poucos dias corridos, as tropas elegem outro afamado homem de guerra, Valentiniano, a 26 de Fevereiro de 364. Reclamam, porém, que, por sua vez, escolha outro *Augusto* com quem reparta o poder. Designa Valentiniano seu irmão Flávio Valente, a quem entrega as províncias orientais e balcânicas enquanto guarda para si as terras ocidentais, onde julga mais urgente uma série de medidas enérgicas. Embora Valente seja ariano, o que origina diversos conflitos religiosos, os dois irmãos tomam disposições nitidamente contrárias ao paganismo, dia a dia mais reduzido nos grandes centros e que, por isso, se refugia em zonas solitárias, entre a gente rústica. Diz-se até que, por alusão ao facto, Valentiniano passa a chamar pagãos *(paganus)* aos habitantes das aldeias *(pagus)* e que está aí a origem do termo, estendido depois a todos os adoradores dos antigos ídolos.

Exerce Valentiniano o governo durante pouco mais de uma década, com decisão e acerto. Quer como administrador cuidadoso e prudente, que reduz os impostos e revaloriza a moeda; quer como repressor da corrupção política e reorganizador das forças armadas, deixa um nome de estadista diligente e bem orientado. A sua acção predominante, contudo, é no domínio da defesa das fronteiras. Vence em Châlons um volumoso núcleo de alamanos invasores e volta a desbaratá-los cerca de Saltzbach, a ponto de os obrigar a pedir a paz (368). Ao mesmo tempo o conde Teodósio repele, na Bretanha, os Pictos, que flagelavam o país com frequentes incursões. E o imperador vai ainda a África destroçar uma insurreição comandada pelo chefe mouro Firmo. Nesta altura, de novo no Continente, dirige-se à região do Danúbio para fazer frente aos bandos de Quados e Sármatas que se atreve-

ram a franquear o rio e saqueiam largas zonas. Então o surpreende a morte (375), quando Roma necessita mais que nunca do seu valor militar para a defender da tormenta que se aproxima.

Essa tormenta — que está a formar-se há muito — é representada pela marcha dos Bárbaros sobre o Império.

Segundo parece, etimologicamente *bárbaro* vem do sânscrito *varvara* e significa homem brutal e ignorante. Não será justa a expressão aplicada aos povos germânicos, possuidores de uma tradição e de uma cultura em que se descobrem aspectos elevados e nobres. O que realmente existe é o contraste entre a chamada *civilização da Cidade ou do Estado* e a *civilização da Tribo* — a primeira caracterizada por um conjunto de organizações jerárquicas, de normas éticas e jurídicas, de requintes intelectuais e estéticos, a segunda firmada sobretudo na autoridade dos chefes, nos laços de sangue, nos costumes rudes e bravios. E é natural que os cidadãos romanos se julguem (embora nem sempre com razão) muito superiores a esses bandos mais ou menos irrequietos, votados quase apenas às incursões e aos saques, sem ordem definida e estruturada, sem regras apoiadas em hábitos estáveis. Não menos natural que os povos ainda sujeitos ao regime tribal olhem com certa inveja e certa cobiça as regiões onde a *paz romana* lhes parece garantir uma existência mais confortável, mais feliz, à sombra da força ordenadora, administradora e estimulante do Império.

De longe vem esta situação tensa, que já provocou, através de fases diversas, uma série de graves ameaças para a segurança de Roma. Lembrem-se as guerras contra os Cimbros e os Teutões, cerca de um século antes de Cristo, em que o perigo iminente foi conjurado pelo génio bélico de Mário, ao derrotar os segundos em Aix (102 a. C.) e os primeiros em Vercelas (101 a. C.). Quarenta anos mais tarde, a chamada de Júlio César às Gálias foi para as defender do suevo Ariovisto e das suas hordas, que logrou vencer em 58 a. C. No tempo de Augusto, a sublevação de Armínio causou o desastre de Varo, no ano nono da nossa era. Desde então, os imperadores hesitam, tomam perante os Germanos uma posição timidamente defensiva, renunciam (com excepções transitórias) a firmar o seu poderio com solidez além do Reno e do Danúbio. Circula uma lenda pela qual se imagina uma estranha mulher, como porta-voz dos povos bárbaros, que se ergue perante Druso, aventurado até ao Elba e lhe brada: — «Para trás!» O certo é que a lenda corresponde, como tantas vezes, à realidade, pois os Romanos desistem de avançar e não tardam a reconhecer de novo o Danúbio e o Reno como fronteiras, adiante das quais não se arriscam ...

E, pelos anos fora, o fenómeno repete-se com frequência. O *limes* romano é constantemente batido pelas vagas das gentes bárbaras. São as campanhas de Marco Aurélio, entre 161 e 180, contra os Quados e os Marcoma-

nos que atravessam o Danúbio. É a morte em combate de Décio, em 251, que facilita a penetração dos Alamanos nos *Campos Decumanos,* até que sejam batidos por Galiano junto a Milão (268). E registam-se pela mesma altura invasões de Francos nas terras gaulesas. Probo tem de reagir com violência contra novas investidas e de retomar 70 cidades. Até ao fim da centúria, mais ataques — na Récia, na Gália, na Bretanha. Entretanto, os Godos também atacam na Dácia como na Mésia e na Grécia. O drama culmina em 269, quando o valoroso Cláudio II consegue desbaratar uma vasta coligação na batalha encarniçada que se trava próximo de Naisso (Nisch).

O século IV assiste à continuação das arremetidas que não cessam e que impõem aos imperadores sucessivos, de Diocleciano a Constantino, a Constâncio, a Juliano, uma actividade incessante, esgotante — sem falar já nas lutas duríssimas contra outro adversário de vulto, persistentemente agressivo nos confins orientais: a Pérsia ressurgida dos Sassânidas.

Com toda a razão se exalta o mérito dos grandes responsáveis pela sorte da Romanidade que, em todo este largo período, se vêem obrigados a permanente vigília de armas — para acorrer onde quer que se esbocem assaltos de mil inimigos. Escreve um dos autorizados cronistas da época: — «Todos sabem os seus dias constantemente ameaçados: os amigos de ontem são os rivais de amanhã; as tropas que lhes oferecerem a púrpura estrangulá-los-ão por um simples capricho. Se alguma vez houve super-homens, é entre os imperadores romanos dos séculos II a IV que devemos procurá-los ...»

Mas as nuvens juntam-se no horizonte — sempre mais espessas, mais opacas. A tormenta vai estalar, e não haverá já super-homens capazes de dominá-la.

A «tromba étnica»

Neste último terço do século IV a que se chega agora, o panorama pode descrever-se nas seguintes linhas gerais: em torno do Império Romano, no amplo contorno das suas fronteiras, há povos sôfregos e guerreiros que espreitam ansiosamente a hora da arremetida. Na região mesopotâmica, já se aludiu aos Persas — antagonistas tradicionais, desde os tempos remotos das campanhas gregas. Na bordadura dos territórios africanos, Líbios, Etíopes, Berberes, Númidas e Mouros agitam-se. As Gálias vivem no perene risco de ataques dos vizinhos germanos. Escotos, Pictos, corsários saxões espreitam as terras bretãs. Na faixa danubiana, acumulam-se os densos agrupamentos dos Godos — ou sejam os Visigodos, paredes meias das guarnições imperiais, ou sejam, mais a sueste, os Ostrogodos. E atrás dos Godos um fermentar de outros povos irrequietos e ávidos: Quados e Gépidas nas

planícies meridionais, Skiros na Galícia, Eslavos e Vénedos mais acima, Alanos no litoral do mar Negro, Anglos e Jutos nas praias da Dinamarca, Suecos, Getas, Noruegueses nos fiordes escandinavos. Para além, as extensões asiáticas, cheias de movimentos latentes — donde não tardará a vir o decisivo impulso ...

Entretanto, Roma está, como já se viu, em franco declínio, cheia de crises profundas. Há mesmo quem afirme serem os males internos, e não os inimigos do exterior, a causa determinante da sua morte.

Antes de nada, a hipertrofia do despotismo imperial, cada dia mais divorciado das velhas tradições e das antigas jerarquias harmoniosas, convertido em cego e discricionário poder absoluto — com a agravante de não existir uma forma normal de sucessão e por isso se desencadearem conflitos de ambições ferozes sempre que desaparece o titular da suprema autoridade. Tirania política, tirania económica, asfixia de todas as aspirações legítimas e de todas as liberdades úteis. Daí resulta, como sintetiza Gustavo Schnürer, que o homem romano «transformado em mera engrenagem de um estado-máquina desinteressa-se da coisa pública». Ninguém se sente satisfeito com a função que desempenha, com os bens de que dispõe, com o ofício que pratica: daí, a obrigatoriedade decretada pelos governos para todos os cargos e mesteres — o que só vem provocar mórbido clima de instabilidade, traduzido numa espécie de desconjuntamento social irreprimível. Ao mesmo tempo, as fontes criadoras das Letras, das Artes, das Ciências estancam e contribuem para o mal-estar e o desalento colectivos. Em contraste, o fenómeno doentio da excessiva multiplicação das festas, dos espectáculos públicos, das diversões de qualquer ordem. Os feriados e os períodos de jogos e de folias sobem a uma percentagem de 165 dias por ano — isto é, quase se tornam permanentes ensejos de corrupção e amolecimento populares. Apesar disto, as cidades perdem a sua prosperidade e o seu brilho — pois as classes mais elevadas empobrecem e muitos proprietários vêem-se forçados a retirar para os campos, a fim de viver deles, de se alimentarem dos seus frutos. Aliás, a civilização urbana, de que Roma se ufanava tanto, não oferece já quadros bastante sólidos para estruturar e aguentar a massa gigantesca do Império em decomposição.

E o pior de tudo ainda é que se opera uma substituição gradual, nas fileiras do exército, de soldados romanos por mercenários bárbaros. Já se fez notar que, em ritmo crescente, os imperadores, a braços com invasões e lutas, se tiram de dificuldades pela oferta de territórios aos adversários que não conseguem exterminar. Permitem-lhes o alistamento na milícia; aceitam-nos como *federados,* à sombra de tratados de aliança, na esperança de integrá-los; mas quase sempre, em vez da integração, deixam ficar uma série de nações-satélites, autónomas, com suas crenças, seus comandos, seus costumes próprios, incrustadas, à maneira de seres estranhos, dentro dos limites da Romanidade.

Simultaneamente, as forças armadas enchem-se por tal modo de elementos não romanos que, segundo a expressão de um historiador, a partir do quarto século «exército romano significa apenas exército ao serviço de Roma». De um momento para o outro, se a disciplina se corrompe ou se outros apelos soam aos ouvidos dessas turbas heterogéneas — ao serviço de quem poderão, subitamente, decidir-se a combater? ...

É precisamente quando se verifica este conjunto de trágicas circunstâncias que, pelos meados do século, se desencadeia a «tromba étnica» de que fala, em páginas bem conhecidas, Fernando Lot.

Vem, como as anteriores, dos confins da Ásia revolta. Os *Hiung-nu,* ou Hunos, mais ou menos instalados no curso superior do rio Amarelo, atacaram, no século II antes de Cristo, o império dos Yustschi. Cem anos mais tarde, alastraram em direcção ao lago Baical e às margens de Iaxartes, limite oriental atingido por Alexandre da Macedónia. Os imperadores chineses das dinastias dos Ts'in e dos Han combateram sem descanso esse povo selvagem. Após diversas e confusas vicissitudes, o domínio dos Hunos no Norte do Celeste Império foi destruído pelos Manjus, na primeira metade da terceira centúria da nossa era.

Então, a vaga húnica, em parte empurrada pelos novos senhores da China, em parte obediente ao destino normal das raças nómadas, que é mover-se continuamente, sem parança, à busca de aventuras e de rapinas, desloca-se maciçamente para oeste.

Pelo ano de 370 ei-la que se precipita sobre a zona entre o Cáucaso, o Ural e o Don, ocupada por outro povo de origem asiática: os Alanos. Invadem, destroem e submetem esses ferozes guerreiros. Quase todos caem sob o seu jugo. Mas uma parte deles foge à invasão e procura abrigo, por sua vez, nos territórios que lhes ficam a ocidente.

Não pensam, todavia, os Hunos em deter-se. Alguns anos decorridos, sob a chefia do seu Cã Balamber, atravessam o Don e, desta feita, precipitam-se sobre os Ostrogodos — cujo soberano Ermanarico, já centenário, incapaz de resistir, se suicida. O novo soberano, Vitimer, ensaia uma reacção desesperada e sucumbe na luta (375). E, como sucedeu aos Alanos, também parte dos Ostrogodos se resigna à perda da independência, enquanto outros se dirigem para as regiões ocidentais.

Mais abaixo, os Visigodos, informados do desastre, antes que os Hunos venham desalojá-los, apressam-se a tomar iniciativas. Dividem-se em dois grandes núcleos. O primeiro, conduzido por Atanarico, adversário irredutível dos Romanos, tenta abrigar-se na linha fortíssima dos Cárpatos, da qual expulsa os Sármatas e os Taifalos. O segundo, sob o comando de Fritigerno, simpatizante com Roma, abre diligências junto do imperador de Bizâncio a quem pede lhe permita instalar-se ao sul do Danúbio.

Nessa altura, Valente anda em campanha contra os Persas e demora o seu consentimento. Acaba por dá-lo em 376, e os Godos, pela Silístria, entram nas províncias romanas vizinhas. Os chefes ostrogodos Aleteus e Safrax juntam-se aos visigodos de Farnóbio. Depressa se geram conflitos e as autoridades romanas pretendem impedir-lhes a passagem. Resolvem, porém, os Godos forçá-la: espalham o terror na Trácia e na Macedónia, constrangem o general Lupicino, defensor das terras balcânicas, a uma fuga acelerada.

Só agora Valente, receoso do aspecto que os acontecimentos apresentam, se resolve a abandonar as fronteiras com a Pérsia e a acudir ao perigo.

Entretanto, por morte de Valentiniano I, sucedem-lhe, no Ocidente, os dois filhos: Valentiniano II na Itália, Graciano nas Gálias. Este, soldado valoroso, desfaz uma incursão de alamanos em Argentária e, restabelecida a segurança no Reno, desce imediatamente o Danúbio, atinge Sírmio, capital da Ilíria. Vem em socorro do tio, a quem manda emissários para que espere a sua chegada. Valente, porém, comete o erro fatal de lhe desatender os apelos — talvez por ambicionar para si os louros do triunfo, talvez por dar crédito aos que lhe dizem terem os Godos um exército demasiado exíguo. Ainda na véspera da batalha, que se prepara na larga planura de Adrianópolis, o guerreiro franco Richomer traz nova exortação de Graciano para que não ataque até à sua chegada. E Fritigerno, o visigodo amigo, propõe negociações.

Nada quer Valente escutar. Temerário, insensato, acomete com a sua cavalaria o campo dos Godos. A impetuosa investida é rechaçada pelos bárbaros, que infligem às tropas romanas derrota completa. O próprio Valente perde a vida na refrega, assim como a maioria dos seus generais — vítimas dos ginetes ostrogodos, cujo aparecimento brusco, já depois da acção iniciada, arranca a funesta decisão.

A batalha de Adrianópolis (9 de Agosto de 378) é, para Gibbon e outros historiadores, uma data fundamental da história. Data em que se descortina já o que terá fatalmente de acontecer.

O Cristianismo, religião do Estado

Informado da tragédia, o sensato Graciano compreende a necessidade de dar a Valente um sucessor à altura das circunstâncias. E faz uma escolha feliz: a do general hispânico Teodósio, filho daquele conde Teodósio que se cobriu de louros na Bretanha e em África e já revelado, ele próprio, como notável homem de guerra. Além disto, exerceu com equilíbrio o governo de algumas províncias orientais e entrou em frequentes negociações com os chefes godos. Proclamado *Augusto* do Oriente em 19 de Janeiro de 379, Teodósio não tarda a conjurar as ameaças derivadas do funesto recontro de Adrianópolis e em 382 estabelece uma trégua segundo a qual os Godos se

fixam na Trácia como *federados*. O seu idoso soberano Atanarico, outrora inimigo figadal de Roma, é recebido em Constantinopla e deixa-se seduzir pelo esplendor da capital do Bósforo. Outro jovem príncipe godo, Alarico, toma também lugar na corte. Pratica Teodósio apenas um erro: permitir que esses *federados,* em vez de serem sujeitos a um processo de assimilação gradual, se mantenham como nação independente. E ao mesmo tempo introduz, de um só golpe, cerca de 40 000 guerreiros bárbaros no seu exército — o que virá a ter, no próximo futuro, consequências fatais.

Entretanto, Graciano, à testa do Império do Ocidente, mostra-se extremamente favorável ao Cristianismo, de que é adepto convicto. O seu conselheiro mais escutado é o prestigioso bispo de Milão, Ambrósio, grande teólogo, pregador e moralista. Obediente às suas injunções, decreta a obrigatoriedade do Símbolo de Niceia e condena todos os velhos cultos pagãos (380). Mais longe vai ainda nos anos seguintes: acaba com os subsídios oficiais às cerimónias do paganismo, confisca as propriedades dos templos e dos colégios de sacerdotes das antigas religiões, e tem mesmo a coragem de ordenar que seja tirada do edifício do Senado a estátua famosa da deusa Vitória que presidia às sessões e perante a qual, desde a Era de Augusto, os senadores juravam fidelidade aos soberanos. O facto provoca reacção vivíssima e uma delegação é enviada ao imperador, a solicitar-lhe que a estátua se conserve no lugar habitual; vai à sua frente o prefeito de Roma, Aurélio Símaco, um dos mais influentes letrados da época. Mas Graciano nega-se a recebê-la e expulsa Aurélio Símaco da cidade (382).

Talvez devido à energia de que dá provas em defesa da Igreja de Cristo, cai Graciano assassinado no ano seguinte e um usurpador, Máximo, comandante das legiões da Bretanha, faz-se aclamar *Augusto*. Teodósio, no Oriente, mostra-se, ainda mais do que Graciano, decidido a fazer do Cristianismo a religião do Estado; vela com inteira firmeza pela observância do Símbolo de Niceia, dá combate aos Arianos e, em íntimo acordo com o pontífice Dâmaso I, auxilia a realização do Concílio de Constantinopla (381), onde é tomada posição definida contra as heresias e se adopta o Símbolo de Santo Epifânio, confirmação plena do de Niceia, que virá a constituir o Credo da Missa.

Momentaneamente, Teodósio suporta a usurpação de Máximo, com a condição de que se limite ao domínio da Bretanha, da Espanha e da Gália e deixe a Itália, a África e a Ilíria ao jovem Valentiniano II, irmão mais novo de Graciano. Gala, irmã de ambos, casa com o imperador do Oriente. Entrementes, faz Teodósio a paz com os Godos e então, já com a calma restabelecida nas províncias de Leste, marcha contra Máximo, derrota-o em Apuleia e condena-o à decapitação (Agosto de 388). Assim reforça o poder de Valentiniano II e regressa a Constantinopla.

Enquanto se acha em Milão, junto do cunhado, há uma revolta sangrenta em Salonica, de que é vítima o governador da cidade, Boterico.

A populaça, desenfreada, passeia os seus restos e os dos seus adjuntos num cortejo hediondo. Sabedor do facto, entra em profunda cólera Teodósio. E, por determinação sua, tremendo castigo é infligido aos habitantes de Salonica, trucidados por milhares num espectáculo de circo. De tal modo os costumes evolveram que esta punição crudelíssima desperta repulsa geral. Ambrósio de Milão torna-se o porta-voz do sentimento dominante, escreve ao imperador a censurá-lo com a maior aspereza e veda-lhe o acesso da sua catedral. Quando Teodósio quer forçar a entrada encontra diante de si, inexorável, o próprio bispo. Ao ousar este gesto, o valoroso prelado não hesita em declarar: «nas coisas da fé, os bispos devem ser juízes dos imperadores e não os imperadores juízes dos bispos». Assim, sem porventura o saber, lança as bases da separação dos poderes espiritual e temporal, com a lógica primazia do primeiro sobre o segundo ... O certo é que Teodósio, depois de vacilar ante uma humilhação pública, resolve-se a ceder; despojado das insígnias imperiais, vestido como simples e anónimo penitente, solicita a absolvição dos seus pecados (390). A vitória da Igreja, através do intrépido Ambrósio, é total, e constitui lição memorável, impressionante, que assombra os contemporâneos.

Os conflitos reacendem-se, porém, em Itália. Valentiniano II, fraco e desconcertado nos seus 20 anos sem experiência, não se impõe aos ambiciosos que o cercam — entre os quais o franco Arbogastes, «mestre da Milícia», ocupa lugar proemiente. Quando o moço imperador se dispõe a escapar-se para Viena, e a reivindicar a plena autoridade, fá-lo assassinar Arbogastes. Por suas mãos, cria um novo *Augusto* do Ocidente, Eugénio, seu dócil instrumento (392). E prepara um renascer do paganismo, cujos partidários se lhe aglutinam à volta.

Acorre Teodósio outra vez, a restaurar a ortodoxia religiosa e a legitimidade dinástica. Os dois exércitos chocam-se em Áquila: dum lado, Arbogastes comanda tropas germânicas e gaulesas; Teodósio vem à testa de um conjunto de godos, alanos, caucasianos e até hunos. Os nomes de três dos seus generais devem ser guardados na memória, pois irão desempenhar em breve papéis de primeiro plano: os godos Gainas e Alarico e o vândalo Estilicão. A batalha de Áquila dura dois dias, 5 e 6 de Setembro de 394. Por fim, o triunfo sorri a Teodósio: o usurpador Eugénio é morto pelos soldados e Arbogastes mata-se para evitar igual sorte.

Pela última vez se reúne sob um único senhor o Império Romano inteiro. Só durante quatro meses e meio, porque Teodósio fecha para sempre os olhos em Milão, a 17 de Janeiro de 395, exausto pelas campanhas incessantes que lhe consumiram as forças.

Deixa dois filhos jovens e débeis: Arcádio, de 18 anos, que fez proclamar *Augusto* do Oriente; e Honório, de sete, que fez proclamar *Augusto* do Ocidente. A partir de agora, não mais se verá um Império Romano, mas

dois. E apenas se verão imperadores fantoches, reclusos nos seus palácios, entre cortesãos, intrigas e golpes traiçoeiros. A seu lado, os verdadeiros soberanos serão os *patrícios,* chefes das forças armadas, autênticos senhores do mando, que submetem a uma espécie de tutela os aparentes detentores da púrpura imperial. Junto de Arcádio, governa, de facto, o patrício Rufino, astuto e falso; junto de Honório, o vândalo Estilicão, general de mérito, mas ambicioso a ponto de conseguir que o moço imperador case com sua filha Maria — na ideia de pôr um dia no trono um neto seu.

Frente a esta deficiente fachada do poder supremo, as audácias e impaciências dos caudilhos bárbaros, que ajudaram e secundaram Teodósio nas suas campanhas e aspiram a mais altos destinos, pelo menos no campo da suprema direcção militar.

Os dois mais salientes são os godos Alarico e Gainas. Declara o primeiro haver Teodósio tomado para com ele compromissos formais. Nem Rufino, em nome de Arcádio, nem Estilicão, em nome de Honório, acatam esses compromissos. Então, Alarico, já aclamado rei pelos Visigodos, decide marchar, não como aliado mas em franca posição de hostilidade, sobre Constantinopla. Incapaz de organizar a defesa, sem tropas nem ânimo guerreiro, não vê Rufino outro caminho senão oferecer-lhe determinada soma, graças à qual afasta momentaneamente o perigo (Março de 395).

Dirige-se Alarico para oeste e em Larissa, na Tessália, surge-lhe diante dos passos Estilicão, à cabeça do antigo exército de Teodósio. O godo está quase a sucumbir quando o salva uma ordem de Rufino para que parte dos contingentes de Estilicão regressem a Constantinopla, necessitada de quem a resguarde dos assaltos prováveis dos Hunos, outra vez irrequietos e a avançar na Capadócia e na Síria. Desiste da campanha Estilicão, e retira-se para Itália. Liberto, Alarico apodera-se de toda a Grécia, onde não encontra resistência. Atenas recebe-o com simpatia. Depois de Corinto, destrói o celebrado templo de Elêusis, um dos santuários do velho paganismo — entre o júbilo dos cristãos. E fixa-se por algum tempo no Peloponeso, em relativa calmaria.

Entretanto, Gainas acorreu a Constantinopla com as forças reclamadas pela iniciativa de Rufino. O primeiro dos seus cuidados é assassinar o patrício do Oriente, mesmo à entrada da cidade, no Campo de Marte (Novembro de 395). Logo arranca ao tímido e espavorido Arcádio a sua nomeação de «mestre da Milícia», isto é, comandante supremo do exército.

Uma revolta de Ostrogodos na Frígia solicita-lhe a intervenção. Mas Gainas entende-se com o chefe dos insurrectos, Tribigildo, e, após uma entrevista com Arcádio em que lhe mostra a situação com as mais negras cores, ocupa a capital bizantina e exerce ali, durante alguns meses, pelo terror, uma ditadura sem freios.

Êxito breve, todavia. Já nos meados de 400 abandona Constantinopla com o grosso das hostes. Ficam uns milhares de godos, que o povo, suble-

vado, aniquila. Errante, Gainas assola a Trácia e quer fugir para a Ásia. Embarga-lhe o passo outro general godo, Fravita, amigo dos Romanos. Só lhe resta escapar-se para além do Danúbio — onde o prende e o manda decapitar o rei huno Uldin, que envia a cabeça de Gainas, como presente de Natal, ao imperador.

Assim se transita para o novo século — século que vai assistir à queda final de Roma e ao nascimento da Europa.

Roma em poder de Alarico

Com Alarico, as coisas vão passar-se bem diferentemente do que se passaram com Gainas.

Em vez de se candidatar à sucessão do seu companheiro de armas, talvez por ter a noção verídica de estarem empobrecidas e arruinadas a maioria das terras orientais, resolve tentar fortuna para ocidente. E, nos fins de 401, penetra na Itália e apossa-se de Aquileia. Acorre Estilicão, chama efectivos da Gália e da Bretanha, alista bandos de mercenários e aparece a dar combate a Alarico. O recontro, em Abril de 402, sobre o rio Tánaro, tem como desfecho a retirada do chefe godo, obrigado a sair de Itália. Já no ano seguinte, porém, insiste e põe cerco a Verona. De novo Estilicão surge e desbarata-o, persegue-o, quase o tem à sua mercê — e, no último momento, prefere negociar. Promete Alarico ao vencedor acantonar-se entre a Dalmácia e a Panónia.

O imperador Honório visita nessa altura Roma, onde não esteve ainda, e tem ali recepção triunfal. No entanto, receoso quanto aos perigos futuros, toma uma resolução de vulto: instalar a capital em Ravena, cidade soturna mas que a sua cercadura de pântanos torna praticamente inexpugnável. A partir de 404, Roma deixa de ser a cabeça do Império do Ocidente.

Desencadeou-se, porém, o flagelo — e as invasões continuam. Em 405, uma chusma bárbara, constituída pelos Ostrogodos instalados 25 anos antes na Panónia, precipita-se sobre as planícies do Norte da Itália. Ainda que exagerem os que avaliam o seu número em 200 a 400 mil, o certo é serem muitos e caracterizarem-se por uma crueldade tremenda. Semeiam por toda a parte matanças e escombros. É a guerra sem quartel. Comanda-os Radagásio e como não há na altura forças para opor-lhes assolam as terras setentrionais da Península durante seis meses, entre sucessivas violências. O terror domina a região; e mesmo no abrigo cinzento de Ravena o imperador é dos que mais tremem, quase já sem esperança.

O enérgico Estilicão não perde a cabeça. Aglutina outro exército, em que até figuram cavaleiros alanos e hunos, enviados pelo rei Uldin. E, gra-

ças ao seu génio militar, apesar de apenas dispor de poucos milhares de homens, consegue encurralar os bárbaros em Fésulas e, depois de os reduzir pela fome, dizima-os num desapiedado morticínio. Radagásio acaba por ser executado em 406, a 23 de Agosto.

Novo *triunfo* em Roma, no qual aos nomes de Honório e de Arcádio, como duplos soberanos do Império, se junta o de Estilicão, general salvador. Dir-se-á uma embriaguez colectiva. Na atmosfera de optimismo e de orgulho como que se alimenta a ilusão da vitória sobre todos os inimigos ...

Ilusão que a fortuna não deixa durar muito. Poucos meses decorrem quando, no último dia de 406 — fatídica jornada! — autêntica avalanche, composta por três povos germânicos, os Suevos, os Vândalos Silingos, os Vândalos Asdingos, e outro povo de origem asiática, os Alanos, atravessa o Reno gelado cerca de Mogúncia e espalha-se, como torrente sem diques, pelos territórios fronteiros da Gália. São, na verdade, autênticos povos em marcha, que tudo derrubam e esmagam na sua passagem ante o assombro espavorido das guarnições romanas em debandada. Povos inteiros: homens, mulheres, crianças, com seus carros e seus gados, conduzidos pelos seus reis — movidos pelo terror dos vizinhos de Leste que os empurram, e à busca de outros solos, de outros abrigos, de outras pátrias onde possam encontrar vida, alimento e riqueza. Nenhum obstáculo os detém, nenhuma barreira os aguenta. Vêm como ciclone indomável — a tal «tromba étnica» de Fernando Lot, ou a migração de povos (na expressão alemã, *Völkerwanderung*) em pleno ímpeto e em plena expansão. A Gália toda arde como uma tocha — no dizer expressivo de um contemporâneo ... Atravessam-na quase sem combater. A única tentativa de resistência, a do comandante das tropas da Bretanha, Cláudio Constantino, que os soldados, num assomo de desespero, aclamam imperador e, em plena usurpação, quer prestigiar-se pela guerra — não passa de diversão episódica e efémera. Tanto assim que, recoberta a Gália totalmente pela onda irreprimível, já em 409 passam à Península Hispânica — onde nunca, desde a romanização, os Bárbaros chegaram.

Entretanto, Alarico não se conserva inerte. Dos contrafortes dos Alpes em que se instalou exige de Roma 4000 libras de ouro. O Senado quer negar-lhas, mas Estilicão interpõe-se para que o pedido seja satisfeito.

Tanta protecção dispensada a Alarico levanta murmúrios, e há mesmo quem insinue graves suspeitas. Em Maio de 408, a morte de Arcádio inspira a Honório o projecto de ir a Constantinopla. Estilicão aplica-se a dissuadi-lo. Cava-se funda desinteligência entre o imperador e o general vândalo. E quando Estilicão ordena ao exército que se dirija à Gália, estala uma insurreição e os soldados exigem a sua morte. Honório transige e o valoroso guerreiro que salvou dois anos antes o Império das turbas de Radagásio é, por sua vez, decapitado, em Agosto de 408.

Agora, Alarico sente o caminho livre. Entra de novo na Itália e vai direito a Roma, sem mesmo fazer caso de Ravena — onde o imperador, exânime, não cessa de tremer ...

O chefe godo exige novo tributo e um tratado de paz. Tudo lhe prometem. E queda-se na Toscana, a engrossar as suas forças, à espera de que as promessas se cumpram.

Honório negoceia, demora, tergiversa, nem sabe talvez à espera de que milagre, apoiado no seu novo homem de confiança, Jório. Em 409, Alarico perde a paciência, avança outra vez sobre Roma e cria um imperador fantoche, Prisco Átalo. Este, porém, atreve-se a pensar em resistir-lhe; e despoja-o da púrpura no Verão de 410.

Recomeçam as negociações com Honório. Um traidor godo, Saro, ataca de surpresa Alarico.

A medida está cheia. Esfomeada e sem defensores, Roma entrega-se ao invasor, que faz a sua entrada a 24 de Agosto de 410.

Desde a invasão gaulesa de Breno, 800 anos atrás, em 390 antes de Cristo, nunca a cidade do Tibre caiu em mãos de estranhos. A capitulação perante Alarico denuncia o seu irreparável crepúsculo.

Agostinho, profeta e anunciador

Certo é que só durante quatro dias a soldadesca de Alarico saqueia Roma, onde comete um sem-número de destruições e de crimes, embora, por ordem do seu chefe, respeite e deixe intactas as igrejas de S. Pedro e de S. Paulo e a maioria dos templos cristãos. Certo é, também, que o mesmo Alarico, pouco tempo adiante, nesse ano de 410, morre em Cosença quando planeava embarcar, com a sua gente, para África: e, segundo um costume tradicional entre os Godos, dão-lhe por túmulo o leito do rio Busento, momentaneamente desviado do seu curso, a fim de ninguém lhe conhecer e lhe poder violar a sepultura.

Seja como for, embora os invasores passassem como um tufão e não se mantivessem na cidade, o simples facto de a velha Urbe dos Césares haver sido pisada e dominada por guerreiros bárbaros causa enorme impressão em todo o mundo. Aos súbditos de Roma o acontecimento inspira dor e espanto; aos adversários, revela a fraqueza do Império, incapaz de defender a sua capital. Na maioria dos espíritos, surge, pelo menos, uma dúvida angustiosa quanto ao próximo futuro; e os mais clarividentes nem já têm dúvidas — pressentem o começo do fim, o ocaso definitivo. E como, há oito séculos, a grande metrópole é a cabeça da Ordem, do Poder, da Civilização — a ideia de haver de encarar-se o termo do seu predomínio desconcerta e apavora os contemporâneos. De súbito, percebem até que ponto

se acham apodrecidas e caducas a estruturas que se habituaram a considerar inabaláveis. A confusa variedade dos povos invasores, em parte selvagens, em parte adeptos do arianismo, em parte oriundos de raças estranhas, com suas crenças, usos e práticas heterogéneas — não oferece uma clara noção daquilo que se prepara para substituir a Romanidade moribunda. Espalha-se verdadeiro pânico, escutam-se vozes das mais prestigiosas lançar brados de amargura ou desespero. S. Jerónimo, por exemplo, traça esta legenda sombria: «o navio afunda-se». E é, realmente, de um gigantesco naufrágio que parece tratar-se — naufrágio de um ciclo de história em que ninguém sabe se pode salvar-se, ou o que pode salvar.

Ergue-se então, perante a vasta derrocada, uma alta figura de Apóstolo, de Pensador — e de Profeta: Agostinho, bispo de Hipona, em África. Dir-se-á que, pela distância a que se encontra e pela profundidade da visão — abarca de um plano superior o imenso drama em que tantos se desorientam e se perdem. Nessa hora crucial, não parece desmedido chamar-lhe, como lhe chama Daniel-Rops, «a consciência do Ocidente». Logo a seguir, acrescenta o historiador francês — «e o farol da Igreja».

Precisamente a Igreja vai ser a luz salvadora — o farol na paisagem de naufrágio que, aos transviados e aos aflitos, indicará os seguros apoios e os rumos dos tempos vindouros.

De facto, se a Romanidade agoniza (e note-se que a sua agonia ainda se prolongará por algumas décadas e ainda iludirá com alternativas contraditórias) — a Igreja de Cristo encontra-se em plena juventude e em pleno impulso. Primeiro, porque, de instituição divina, em nada está comprometida nas vicissitudes das edificações humanas; segundo, porque o combate que trava, dentro de cada homem, em função de objectivos transcendentes, não se quebra perante as catástrofes externas. Das lutas cruéis, das provações duríssimas, dos clamores das vítimas como dos escombros das cidades — extrai a sua lição superior às calamidades do momento, e faz soar o seu apelo, tanto mais instante quanto mais as perspectivas se tornam assustadoras: lição de sacrifício e de confiança, apelo à superação e ao resgate.

Por isso a Igreja, nesse lance tremendo, oferece, na verdade, a claridade nas trevas, o fio no labirinto — e, no desconcerto universal, a *spes unica,* a esperança única!

Nasce Agostinho em Tagasta (Numídia), no mês de Novembro de 354. O pai ainda é pagão; Mónica, a mãe, já convertida, dá-lhe uma primeira formação cristã. Os estudos iniciais, fá-los em Madauros, entre 365 e 369. Ambiente de absoluto paganismo. Separado da influência materna, deixa-se contagiar — e quando, em 370, o pai o manda estudar a arte da retórica em Cartago, os desregramentos da juventude tomam livre curso. Arranja uma ligação com uma mulher qualquer da qual resulta, em 372, um filho,

Adeodato. Já, no entanto, o seu espírito, cheio de aspirações religiosas, busca ansiosamente a verdade. E como da verdade constantemente lhe falam os mestres maniqueus, que declaram servi-la acima de tudo, adere por algum tempo ao maniqueísmo, na plena impulsividade dos 18 anos. Tanto mais que Manés, fundador da seita, nascido e falecido na Pérsia um século atrás, se proclamou «apóstolo de Jesus Cristo pela providência de Deus Pai»; e os seus discípulos não se esquecem de ostentar com orgulho o título mistificador do guia ...

Três anos corridos, terminado o curso, ensina Agostinho retórica em Tagasta, depois em Cartago até 383. Nesta altura, chega o afamado Fausto de Milevo, uma das autoridades da seita maniqueia. Interroga-o o jovem doutor e não consegue que lhe desfaça as dúvidas que o torturam. Decepcionado, transfere para Roma a sua escola de retórica e aí afasta-se definitivamente do maniqueísmo, sob o choque dos escândalos dados pelos seus adeptos. Prefere então, como abrigo provisório, o moderado probabilismo da Nova Academia.

Muda a sua cátedra para Milão em 384. Aí conhece e escuta apaixonadamente o bispo Ambrósio, que por fim o esclarece, o satisfaz, o encaminha, através de sério e escrupuloso inquérito, à conversão integral — atingida em 386. Quando regressa a África, dois anos mais tarde, depois de haver recebido o baptismo em 387, Mónica não o acompanha, pois se lhe juntou em Milão mas a morte veio-lhe ao encontro antes de sair de Itália — com a plena alegria de ver o filho transformado, deslumbrado pela verdade que soube alcançar. E ambos conheceram horas de plenitude na exultação da fé comum.

Em Tagasta, em Cartago, vende os poucos bens que possui e entrega-se a uma existência monástica. As suas prédicas, os seus escritos conferem-lhe dentro de pouco elevado e crescente prestígio. Dá combate sem tréguas às heresias — desde o maniqueísmo, de que se tornou o mais eloquente adversário e cujos porta-vozes (de Fortunato a Félix e a Fausto de Milevo) esmaga em debates públicos ou em longas refutações doutrinais, nos tratados e opúsculos saídos da sua pena; ao donatismo, contra o qual trava campanha implacável, tenaz e finalmente vitoriosa; à doutrina de Pelágio, que pretende emancipar o homem do ascendente divino e, para isso, diviniza a vontade individual e o livre arbítrio, à qual opõe a soberania da Graça, a necessidade absoluta do divino auxílio. Na batalha constante, afina-se a sua dialéctica, apetrecha-se melhor ainda a sua cultura, mostra-se superior à dos contendores a sua inteligência poderosa. Entretanto, ordenou-se sacerdote e, em 396, por morte de Valério, que antes o tomou como coadjutor, é eleito bispo de Hipona.

Desde então até à sua morte, em 403, Agostinho é, entre esses grandes bispos da Igreja Católica de cujo papel preponderante atrás se falou, o mais representativo, o maior de todos — quer pela actividade multiforme de

uma vida consumida no apostolado, no esforço do pensamento, na pulverização de cismáticos e heréticos de todos os sectores, quer na edificante beleza do seu exemplo de virtude, de isenção, de absorção nas coisas de Deus. As *Confissões* — obra-prima de humana sensibilidade e de altitude intelectual — deixam um depoimento inigualável, em que a alma se desnuda, se abre totalmente ao influxo da transcendência, depois de ter percorrido e analisado o calvário agreste dos seus erros, dos seus temores, das suas interrogações, dos seus desalentos, das suas cóleras. Livro único, livro sem par — cujo rastro não mais se apagará.

Do ponto de vista propriamente histórico, porém, o grande trofeu do génio augustiniano é *A Cidade de Deus* — supremo testemunho e juízo profético, não apenas da época em que vive, mas das largas perspectivas dos tempos futuros.

N'*A Cidade de Deus,* Agostinho fornece, aos náufragos desorientados desse período calamitoso, um porto de abrigo. Desenrola simultaneamente: uma teoria do Estado e do homem perante o Estado, que, em certos aspectos, o inclui e o domina, mas ao qual é superior na medida em que se ordena a finalidades sobreterrenas; uma clara noção das relações entre o espiritual e o temporal, este submetido àquele; e uma lúcida filosofia da História, em que o drama da queda de Roma se interpreta em função de valores meta-históricos. A chave de tudo está no confronto das duas *cidades:* a *cidade humana,* contingente e mortal; a *cidade de Deus,* composta por todos quantos O adoram, O servem, O situam no comando da História e, também, fora e acima da História. Podem as humanas cidades sofrer a decrepitude e o desmoronamento; podem desaparecer; ou transformar-se, ou dar lugar a outras; a *cidade de Deus* fica, intacta e invariável, para além de todas as vicissitudes e episódios, sempre igual e perfeita até ao fim dos tempos, ou mesmo para além, no plano das realidades eternas.

Filósofo que verdadeiramente funda a teologia e gozará pelos séculos próximos de ascendente incontestado; assimilador da cultura grega e latina, em especial inclinado a coroar e sublimar o sistema de Platão e a visionar a jerarquia das ideias até à unidade transcendente da Ideia Pura; clarificador e superador do lance de crise em que se debatem os contemporâneos — Agostinho é bem a figura de proa do Mundo Antigo quando, perante o naufrágio da imensa nave romana, outra nave, de contornos invisíveis, na plenitude de uma espiritualidade sem limites nem fronteiras, se perfila, a apontar as novas rotas a seguir.

Enquanto os últimos figurantes da tragédia se atropelam em cenários de guerras, de morticínios, de derrocadas políticas ou sociais, em vastos painéis de dor e de confusão, entre os ódios desencadeados e os sofrimentos de vítimas inumeráveis — o bispo de Hipona ergue a voz soberana que, por sobre o panorama dramático do mundo que morre, saúda e antevê, à luz da perene Verdade de Cristo, os assomos promissores do mundo que nasce!

Morto Alarico, elegem os Godos para suceder-lhe seu cunhado Ataulfo (410). Admirador de Roma, Ataulfo pensa mais em negociar do que em destruir. E como a Toscana, onde se encontra, não lhe oferece grandes possibilidades, exausta pelas rapinas anteriores, decide passar à Gália e aí talhar um reino para si. Eis que, em Mogúncia, surge, porém, um rival, Jovino que se faz eleger imperador por várias forças germânicas (411). Vai o chefe godo apoiá-lo ou combatê-lo? A princípio, Ataulfo hesita; depois, opta pelo imperador de Ravena e oferece a Honório os seus serviços. Em 413, Jovino desaparece da cena. E os Visigodos são estabelecidos como *federados* no Sul da Gália. Antes, em 411 também, Honório firmou um tratado com os invasores da Ibéria e instalou-os como *federados:* Suevos e Vândalos Asdingos na Galiza, a noroeste da Península; Vândalos Silingos, a sul, na antiga Bética; Alanos na Lusitânia e na Cartaginense.

Com tais medidas, conseguir-se-á uma tranquilidade estável? Não, porque as tribos bárbaras são irrequietas e ambiciosas. Ainda em 413, Ataulfo ataca na Gália Meridional e apodera-se de Bordéus, de Narbona, de Tolosa. Mas não tenciona destruir o Império, apenas alargar os seus domínios. De começo — ao que, mais tarde conta o historiador Paulo Orósio —, planeou substituir a *Romănia* pela *Gótia.* Depois convencido de que a sua gente não é susceptível de aceitar uma organização duradoura, prefere colocar a força goda ao serviço da ordem romana. E o penhor das suas intenções conciliadoras é a bela e inteligente Gala Placídia, irmã de Honório, prisioneira desde a conquista de Roma por Alarico e sempre tratada entre os vencedores com todas as honras. Toma-a Ataulfo por esposa no primeiro dia de Janeiro de 414, em Narbona. E quando, no ano seguinte, nasce deste casamento um filho, recebe o nome de Teodósio, em homenagem ao avô. Talvez o projecto de Ataulfo seja torná-lo o futuro imperador. A morte prematura do jovem Teodósio desfaz a quimera do pai, que aliás é assassinado em Barcelona, em 415, por um escudeiro do seu inimigo Saro. Logo os adversários da aliança com os Romanos erguem ao poder Sigerico, uma semana depois abatido, por sua vez, e que dá lugar a Vália — o qual retoma a ideia de Alarico e tenta deslocar-se para África, à testa do seu povo. A armada goda, porém, é dispersa ao largo de Gades e Vália resigna-se, de acordo com o exemplo de Ataulfo, a entender-se com Ravena. Propõe a Honório actuar contra os bárbaros fixados na Península, que declararam eximir-se aos laços federativos. Aceita a oferta, aniquila os Alanos e os Vândalos Silingos e confina os Suevos nos territórios galegos (417-418). Aparentemente, o Império recupera a preponderância na Ibéria e na Gália. E há quem chegue a acreditar na consistência da solução.

Com o propósito de reforçar tal consistência, Honório oferece Gala Placídia, sua irmã e viúva de Ataulfo, como novo penhor de amizade, ao valo-

roso general ilírio Flávio Constâncio e associa-o à dignidade imperial (Fevereiro de 421). Afinal, Constâncio vem a morrer no mesmo ano. Deixa, porém, um filho, que sucederá a Honório, dois anos mais tarde, com o título de Valentiniano III. Em seu nome, exerce acertadamente a regência Gala Placídia, apoiada por dois generais romanos de real valor: Bonifácio e Aécio. O primeiro, enviado para segurar as províncias africanas, entra em relebião e o Governo manda o godo Sigisvulto, que retoma Cartago e Hipona, em 427. No ano seguinte, por morte do rei vândalo Gonderico, cinge a coroa Genserico, génio militar e político, dotado de larga visão. Sob o seu comando, alcançam por fim os Vândalos a sonhada passagem para África em 429, e vêem as suas fileiras avolumadas com a adesão de numerosos guerreiros mouros. Defende Bonifácio, durante mais de um ano, a cidade de Hipona — que, aos apelos do seu bispo, se levanta numa resistência heróica e apenas sucumbe depois de, em determinada fase da luta, Agostinho ter sido também chamado pela morte (28 de Agosto de 430).

O sucessor de Bonifácio, o alano Áspar, é batido igualmente por Genserico. E, nos princípios de 435, Roma tem de reconhecer a soberania do genial chefe vândalo sobre as três Mauritânias, Tingitana, Cesárea e Sitifiana.

Entretanto, desempenha em Itália elevado papel Aécio, vulto saliente da época — aquele que mereceu o cognome honroso de «último Romano».

Romano, de facto, nascido na Silístria, isto é, numa terra oriental do Império — filho do conde Gaudêncio e de uma senhora de nobre origem, Ítala. Entregue a Alarico, na qualidade de refém, aprendeu a carreira das armas com o chefe godo que o estimava. Transitou, na mesma qualidade, para a corte do rei huno Rugila e lá conheceu um sobrinho de Rugila, que há-de tornar-se famoso: Átila. Em 424, ainda esteve ao lado de Johanes, usurpador que pretendeu destronar Valentiniano III. Em 432, vencido por Bonifácio junto a Rimini, solicitou de Rugila novos contingentes, com que voltou a Itália, já então ilustrado por vários êxitos militares. Em 439 bate, cerca de Tolosa, os visigodos de Teodorico I, a quem impõe de novo a situação de *federados*. E conserva, mais ou menos efectivo, em todo o caso reconhecido geralmente, o senhorio de Roma nas Gálias, contra os Bretões que avançam do Norte, como contra os saxões da zona de Calais. Não lhe é possível conter em Espanha o alastramento dos Suevos, cujo intrépido soberano Requila derrota sucessivos generais romanos — Andevoto, Censório, Vito —, e se apossa da Lusitânia e da Bética. Quanto à África, visto ser inviável qualquer acção contra Genserico, promove, em sinal de entendimento, o casamento de Hunerico, filho do rei vândalo, com Eudócia, filha de Valentiniano III (445).

Assim se esforça por aguentar os restos do Império, apesar das perdas irreparáveis da Grã-Bretanha, da Panónia, de quase toda a Espanha, de vasta

extensão africana, do Sul da Gália — onde reina Teodorico, o Visigodo, com a capital em Tolosa.

Estamos exactamente a meio do século, em 450. E desenha-se, iminente, uma terrível ameaça sobre o Império ocidental.

Invasão dos Hunos

Já se viu atrás como a violenta deslocação dos Hunos em 370 provocou uma série de acontecimentos militares e políticos. Durante as três décadas seguintes, mal se ouve falar nos terríveis nómadas, acantonados nas regiões hoje correspondentes à Ucrânia e à Roménia. Em 405-406 alastram a uma parte da actual Hungria. O imperador do Oriente, Teodósio II, *o Caligrafo,* sucessor de Arcádio, paga 350 libras de ouro anuais ao Cã Rugila, na intenção de satisfazer assim uma espécie de salário; mas é como tributo que o huno o considera. A vizinhança relativamente pacífica mantém-se algum tempo mais — quando, em 434, aparece em cena um novo Cã, filho de Mundzuk, que reparte primeiro o poder com seu irmão Bleda até o assassinar e ficar único senhor do mando.

Átila, excepcionalmente dotado de inteligência e de astúcia, mostra-se também excepcionalmente ambicioso. Forte, voluntarioso, sujeito, como os homens da sua raça, a alternativas extremas de ascetismo e de desbragamento, trata, antes de mais nada, de unir sob o seu ceptro uma série de tribos até então mal conglomeradas: Gépidas, Rúgios, Hérulos, Turíngios, Burgúndios — todas semelhantes na ferocidade e no ímpeto guerreiro. Já seguro de ter nas mãos o instrumento necessário para os grandes planos que forma, exige e obtém de Teodósio II o dobro do tributo anterior: 700 libras. Mas em 441 toma a iniciativa, marcha para sul, ocupa cidades da zona danubiana, entra em Singiduno (hoje, Belgrado), Naisso (hoje, Nisch), assola parte da Trácia, aproxima-se de Constantinopla. Ante o perigo, a corte de Bizâncio, desprovida de meios de luta, consente em elevar o tributo para 2000 libras e restituir os prisioneiros. Em 447, outra investida e outras condições de paz, que reservam aos Hunos as terras entre o Danúbio e os Cárpatos. Naisso marca os limites dos dois Estados e, para além, fica uma larga extensão deserta, pois o Cã pretende evitar à sua gente qualquer contacto com as províncias sujeitas a Roma, integradas numa civilização que odeia.

Teodósio II observa com a maior apreensão os movimentos e as exigências de Átila. É um soberano esbelto e virtuoso, amante de exercícios físicos, pouco enérgico, dócil ao ascendente de sua irmã Pulquéria, de sua mulher Eudóxia, do seu primeiro-ministro Crísafo — em cujo longo reinado se levam a termo três obras importantes: construção de novas e poderosas muralhas, a proteger a capital, a conferir-lhe uma invulnerabilidade que há-de

prolongar-se por um milhar de anos; edificação da Universidade, com 31 cátedras, onde se ensina tanto em grego como em latim e que eleva a cidade a um legítimo primado intelectual; codificação de leis basilares que ficará conhecida por *Código Teodosiano* e firma a unidade constitucional do Império.

Envia Átila em 448 uma embaixada a Teodósio II, chefiada por Edeco, seu valido. Crísafo tenta convencê-lo a assassinar o Cã e Edeco finge estar de acordo, mas denuncia, no regresso, a conjura. Enfurece-se o caudilho huno e despacha outra embaixada — agora sob a direcção do seu secretário, o romano Orestes, com palavras agressivas e a intimação de que lhe seja imediatamente entregue Crísafo, para sofrer o castigo merecido.

No ano seguinte, um curioso incidente vem dar curso imprevisto às coisas: Honória, irmã de Valentiniano III, exilada no Oriente depois de uma aventura com um camarista, manda o seu anel a Átila. Pedido de socorro ou oferta de noivado? O Cã, sinceramente ou não, interpreta o gesto no segundo sentido e reclama logo a noiva e o respectivo dote: metade do Império do Ocidente. Depara uma negativa formal. Então, de súbito, talvez porque a Teodósio II, falecido em Julho de 450, sucedeu Marciano, soldado intrépido que recusa pagar-lhe tributo; e também instigado por Genserico, adversário implacável dos Visigodos, decide abandonar o diálogo com a corte oriental e precipitar-se sobre o Ocidente enfraquecido, cuja ocupação se lhe afigura fácil. E dá ordem de marcha aos seus guerreiros, nos inícios de 451.

Assustadora, temerosa avalanche, a desses asiáticos de selvajaria sem freios, que tudo devastam na sua correria de pequenos ginetes e velozes e só cuidam de matar, de saquear, de incendiar, fechados a toda a piedade e a toda a medida. As populações e os burgos caem na sua passagem como castelos de cartas e atribui-se ao Cã a frase hedionda de que na terra que pisam nunca mais virá mesmo a crescer erva para pasto dos cavalos. *Flagelo de Deus* — chama um contemporâneo espavorido a Átila. E o certo é que, para além das realidades, já de si eloquentes, compraz-se em cultivar o terror como arma de guerra — arma psicológica também, visto semear-lhe na frente uma lenda trágica, inumana, desmoralizadora para os que contra ele se batem.

A rajada tremenda corre, vertiginosa, as amplas extensões entre o Danúbio e o Reno — atravessado em barcas nos finais de Março. A 7 de Abril, cai Métis, onde não fica pedra sobre pedra. Seguem-se Reims e Troyes, no traçado das antigas vias romanas; e a horda vem sitiar Orleães, chave da Aquitânia.

O bispo Aniano, homem de rara têmpera, corre a Arles, avisar Aécio de que a praça não poderá aguentar-se além do meado de Junho. Volta depois a Orleães, faz diligências junto de Átila para levantar o cerco. Sem êxito, aliás, como é de prever.

Porque não acode Aécio a Orleães? Vacila em defrontar o *flagelo de Deus?* Pelo contrário. Sabe, todavia, que nada conseguirá sem a ajuda dos Visigodos. E Teodorico insiste nos antigos rancores e leva tempo a convencer-se. Apenas acabam as suas hesitações e a aliança se estabelece, o «último Romano», à frente das forças coligadas, surge a libertar Orleães, a 14 de Junho.

Tarde demais, pois a cidade teve de render-se. A aparição de Aécio e dos seus soldados leva, porém, Átila a afastar-se apressadamente e a esboçar uma retirada em sentido inverso — de Orleães a Sens, de Sens a Troyes. Antes de atingir Troyes, surge-lhe o exército romano-godo. E tem de aceitar o combate, no chamado *Campus Mauriacus.*

Choque decisivo, de que está suspensa a sorte do Ocidente. Já se anda em pleno Agosto e o calor, pesadíssimo, aperta.

Os adversários adoptam as formações de batalha. Do lado de lá, os Hunos a meio, sob o comando do próprio Cã. Ardarico à testa dos Gépidas e diversos auxiliares germânicos, alinham à direita. À esquerda, os Ostrogodos de Valamir. Do lado de cá, Aécio prefere colocar-se diante da ala direita inimiga, põe ao centro os federados Alanos, Francos e Burgúndios e confia aos Visigodos a ala direita.

O embate começa à tarde, pelas três horas. A nuvem dos cavaleiros hunos gira sem descanso, a arremessar os seus agudos projécteis e, nos primeiros recontros, desbarata e empurra os federados do centro. Nas duas alas, contudo, Aécio e os Visigodos levam franca vantagem e desenham perigosa manobra envolvente. Atravessa-se uma fase de confusão e dispersão, em que os chefes erram, incertos, pelas fileiras inimigas e mal se adivinha quem seja o vencedor. Aécio, como Átila, acham-se várias vezes em risco. O rei visigodo Teodorico sucumbe no campo da luta. Toda a noite decorre numa dúvida estranha e dramática. O amanhecer revela os Hunos acobertados pelos seus carros, sem ânimo para qualquer acção, nitidamente batidos. Impossível, no entanto, explorar a vitória com efectivos tão fracos. Obtido o triunfo que salva o Ocidente da ruína, tem de se deixar à vontade refluir a vaga húnica, desfeita e veloz, que no termo do Verão já regressou à Panónia e ao vale do Danúbio.

O decisivo choque resolveu-se a favor dos Ocidentais e, seja qual for a discutida importância numérica das duas hostes em presença, tenha ou não havido uma verdadeira derrota dos invasores — o certo é que se desvanece o perigo, se distancia a calamidade tão temida e a vitória do *Campus Mauriacus* em 451 marca uma das grandes datas da História. No duro embate, a «tromba étnica» de leste foi dominada, obrigada a parar, mesmo repelida. E não se esqueça que, pela vez primeira, ante o pavor da escravidão a Átila, se ergueu a frente romano-germânica e, graças à união de todos, essa frente venceu!

O Cã não foi posto fora de combate. Aécio deteve-o na refrega do *Campus Mauriacus,* infligiu-lhe perdas volumosas. Basta-lhe um ano de descanso restaurador para, com a sua gente descansada, lançar terceira campanha, depois de se haverem malogrado a de Constantinopla e a das terras gaulesas. Agora, Átila, nesta Primavera de 452, visa directamente a Itália.

Entra pelo extremo noroeste e tem de gastar alguns meses na difícil tomada de Aquileia, que sofre destruição total. Outras cidades do Norte, Milão, Pavia, capitulam sem luta. Em plena fuga ante o avanço dos Hunos, as populações buscam abrigo nas ilhas formadas pelos deltas do Piave e do Pó. Veneza tem aí a sua origem, na ilha de *Rivum altum.*

Valentiniano III, contagiado pelo pânico, sai de Ravena, abriga-se em Roma. Não há, porém, nenhum contingente militar que possa ser oposto à avalanche inexorável. Onde está Aécio? Nem forças nem prestígio lhe restam. Será o fim de tudo? Também da cidade que ainda se julga cabeça do Mundo não ficará pedra sobre pedra?

Passa-se então uma cena estranha, daquelas que deixam o historiador verdadeiramente perplexo. Quando, ébrio de pilhagens e incitado pelos seus conselheiros, Átila, na avançada em direcção à capital, se prepara para a travessia do rio Míncio, eis que lhe vem ao encontro a embaixada que o imperador e o Senado romanos decidiram mandar-lhe.

É constituída, sobretudo, por fileiras de monges e de clérigos, das quais se elevam e brilham, na claridade matinal, pendões, crucifixos, ostensórios e que se aproximam com vagaroso ritmo, entre cânticos religiosos. Ao centro, nas suas mais aparatosas vestes, em cima de um cavalo, o papa Leão I, velho de talhe imponente e de compridas barbas brancas. Acompanham-no dois altos funcionários: o cônsul Albieno e o antigo prefeito Trigécio.

Surpreendido, num dos seus ímpetos, Átila não espera mais: lança o ginete à água, e brada ao que lhe parece dever presidir à embaixada: — «Como te chamas?» Respondem-lhe da outra margem: — «Leão, Papa.»

Que vai fazer o nómada? Guarda silêncio alguns minutos. E, brusco, em movimento irreprimível, acaba de atravessar o rio, vai direito ao Pontífice, que avança ao seu encontro.

Nunca se sabe como decorre a conversa entre ambos. A maioria dos comentadores supõem que Leão I atemorizará o supersticioso huno ao apontar-lhe o caso de Alarico, arrebatado pela morte quase a seguir à conquista de Roma. Dir-lhe-á que o mesmo destino pode esperá-lo? Ou servir-se-á de outros argumentos?

Como quer que seja, contra toda a expectativa, o Cã aceita um tributo e consente em retirar-se, com as suas tropas. Passou mais uma vez o perigo — agora definitivamente, pois o *flagelo de Deus* vai encontrar no ano

seguinte o seu fim, em plena noite de núpcias com a bela germana Ildico. Imediatamente o Império desconjunta-se, os chefes das tribos aliadas rebelam-se, Ellac, seu filho primogénito, sucumbe na luta — e o poderio húnico apaga-se na História como a poeira das suas cavalgadas nos horizontes do Ocidente.

O extraordinário êxito obtido pelo papa Leão I tem, de facto, importância e significado excepcionais. Já antes, lendários ou não, se contam os episódios do bispo Loup de Troyes, do bispo Aniano de Orleães, da doce e firme Genoveva de Paris, que, pela fé e pelas orações, pouparam às suas terras as tremendas devastações dos Hunos.

Num plano superior, lembre-se o prestígio crescente dos papas, a consolidar sempre mais o primado de Roma, que inspira a Ambrósio a síntese lapidar «onde está Pedro, está a Igreja» e a Agostinho a afirmação de que Roma tem, em matéria religiosa, a última palavra. A este respeito, como episódios e vultos salientes, lembrem-se: a corajosa defesa do bispo João Crisóstomo, assumida contra os senhores de Bizâncio pelo Santo Padre Inocêncio I (401-417); a acção notável de Celestino I (422-432) quando solenemente confirma o direito, para todos os fiéis, do apelo a Roma, quando ordena a Patrício que evangelize a Irlanda, quando fere com a necessária condenação a heresia de Nestório; e agora, Leão I, alvo de unânime veneração, a quem o imperador, em 450, acompanhado de sua mãe Gala Placídia e da imperatriz Eudóxia, vem prestar a mais rendida homenagem e que, como doutrinador e reformador, deixará nome singular na galeria dos pontífices.

Não admira que a todo o momento cresça o prestígio do sucessor de Pedro, num mundo em que baqueia a autoridade política e só os caudilhos militares repartem entre si as honras e os proveitos, sempre, aliás, submetidos à permanente contingência dos campos de batalha ...

É isto que deve ter feito recuar Átila. A entrevista do Míncio tem todo o ar de equivaler, acima de tudo, a uma vitória do Espírito.

Fim do Império Romano no Ocidente

Mas se o espírito da Roma Cristã domina a matéria das invasões bárbaras — o declínio da Roma imperial prossegue e até se acelera, rumo ao epílogo inevitável.

Em 454, assiste-se na corte a um novo acontecimento trágico — muito semelhante ao que vitimou Estilicão, 46 anos mais cedo. Também agora o imperador suspeita das ambições desmedidas do general a quem deve tantos serviços no campo de defesa militar. Persuadido de que, assim

como Estilicão pensou em colocar no trono seu filho Euquério, Aécio projecta casar seu filho Gaudêncio com a única herdeira da coroa, Eudócia, Valentiniano III abate por suas mãos o vencedor de Átila, com a ajuda do valido Heraclio. Um familiar do imperador avisa-o de nada mais ter feito do que cortar, com a sua mão esquerda, a sua mão direita. Não decorrem seis meses sem que, instigados pelo sinistro Petrónio Máximo, dois oficiais da guarda de Aécio, Optila e Traustila, vinguem o seu chefe e liquidem Valentiniano a golpe de espada (Março de 455).

E tudo se repete. Eudócia chama em socorro Genserico, tal como Honória mandou o seu anel a Átila. E o rei vândalo não se faz rogado: em Junho do mesmo ano, organiza uma esquadra, desembarca e vai bater às portas de Roma. Apenas um obstáculo encontra diante de si, na estrada de Óstia à capital: ainda o heróico papa Leão I, que não consegue desta vez evitar a entrada dos Bárbaros na cidade e a sua pilhagem sistemática, mas garante ao menos a integridade dos principais templos, dos quais são todavia roubados objectos preciosos. O paralelismo das duas quedas de Roma é evidente: após o assassínio de Estilicão por ordem de Honório, Alarico e os seus Godos em 410; em 455, após o assassínio de Aécio por Valentiniano III, os Vândalos de Genserico.

Acabaria aqui a história do Ocidente romano se não surgisse um novo patrício, de singulares qualidades políticas, o visigodo Ricimer — que a prolonga cerca de duas décadas. Elucidado pelas experiências anteriores, não perde a iniciativa e antecipa-se na supressão dos soberanos com quem entra em desavença, antes de ser por eles suprimido ...

O primeiro é Avito, erguido ao trono pelas tropas da Gália e que depõe em 456. A seguir, é Majoriano, que tenta governar a sério e que derruba em 461. Depois, Severo, que se lhe subordina e mesmo assim afasta em 465. Depois, Antémio, cujo amor ao paganismo o torna inviável e que Ricimer faz executar em 472. Sucede-lhe, durante dois meses, o obscuro Olíbrio, que excepcionalmente desaparece vitimado por doença. E nesta altura é o próprio Ricimer quem a morte leva também, em Agosto do mesmo ano.

Caiu-se em perfeita anarquia. Ninguém já cuida sequer de impor um candidato à púrpura imperial — visto só contarem os generais omnipotentes. Gondebaldo, chefe burgúndio, parente de Ricimer, inventa, apesar de tudo, um imperador, quase apenas virtual: o insignificante Glicério, substituído em 473 por Júlio Nepos. Este vem a ser destronado em 475 pelo antigo secretário de Átila, Orestes, que goza de certo ascendente nas fileiras do exército. Como Orestes não se atreve a cingir a coroa, atribui-a a seu filho — que tem o nome de Rómulo, ao qual se acrescenta, com intenção porventura irónica, o de Augústulo. A gloriosa Roma cuja fundação se atribui tradicionalmente a Rómulo e que Augusto consagrou como cabeça de grande Império acaba agora sob o ceptro do insignificante Rómulo Augústulo —

nome, de facto, que tem duplo valor simbólico, e também duplo, mas triste, valor caricatural ...

Os bandos germânicos reaparecem, impetuosos e reclamam a Orestes um terço do solo itálico. Ante a sua recusa, a sedição estala, o patrício é capturado e cortam-lhe a cabeça. Ao inofensivo Rómulo Augústulo exilam-no generosamente numa quinta vizinha de Nápoles. E sobe ao poder o filho de Edeco, outro antigo familiar de Átila — Odoacro, chefe dos Hérulos. Odoacro nem se intitula imperador, nem tenta criar um imperador seu. Envia a Zenão, para Constantinopla, as insígnias da soberania e declara, a 4 de Setembro de 476, definitivamente findo o Império Romano do Ocidente.

Note-se, porém, e isto tem real importância: quando Odoacro manda para Constantinopla as insígnias da soberania, o acto significa, de maneira bem clara, o seu intuito de abolir o Império do Ocidente — mas de reconhecer o Império do Oriente, quer dizer: de restabelecer na aparência a unidade do Império Romano em proveito da capital oriental.

Mera aparência, decerto, pois Odoacro pede que lhe sejam delegados todos os poderes com o título de patrício e no fundo tenciona assumir posição de rei — aclamado, aliás, pelas tribos germânicas sob seu comando.

Nesta altura, depois de Teodósio II, *o Calígrafo,* ao qual já se aludiu e que exerceu prolongado governo (408-450); de Marciano, seu sucessor, cuja recusa corajosa de pagar tributo a Átila causou, possivelmente, a diversão dos Hunos pelo Gália, e que se conservou no trono de 450 a 457; de Leão I, reinante de 457 a 476 — o imperador é Zenão, oriundo dos montes do Tauro, enérgico e astuto. Resolve, pois, aceitar a homenagem de Odoacro e, sem lhe conferir o título solicitado, também não lho nega. Pensa em lhe criar dificuldades mais tarde, quando lhe for possível. Agora, está privado de qualquer força para apoiar uma reacção eficaz. Só lhe fica o recurso de, embora com simples carácter provisório, reconhecer os factos consumados e deixar o caudilho hérulo seguir o destino que ambiciona.

Odoacro, inteligentemente, não suprime, antes mantém, a estrutura administrativa de Roma. Se entrega à sua gente o terço das terras por ela reclamada, as magistraturas continuam a ter as designações e as funções tradicionais. E tenta desempenhar-se com acerto da missão de que se investiu, ao instalar-se em Ravena como herdeiro dos últimos senhores romanos ocidentais. Não só defende o território das incursões dos bárbaros da Nórica e retoma a Sicília aos Vândalos sem deixar de firmar com Genserico um tratado que assegura o abastecimento das populações itálicas — mas também promove a pacificação da Dalmácia, para onde fugiu o antigo imperador Júlio Nepos, assassinado em 480. Enfim: conduz-se não como vencedor

impiedoso, sedento de pilhagens e violências, mas como homem de Estado movido pelo desejo de legitimar e consolidar o seu domínio.

Esta conduta moderada e prudente, assim como os simulacros de respeito e de acatamento que outros chefes bárbaros persistem em usar para com o Império Romano, do qual a cada passo, com maior ou menor verosimilhança, se declaram súbditos ou representantes, provoca uma curiosa atmosfera de ilusão neste início do último quartel do século V. Admite-se que Roma atravesse apenas uma crise mais. Supõe-se, todavia, que a ultrapassará e que depressa virá a restabelecer a sua hegemonia e a impor a unidade perdida. A demora dessa ilusão é um fenómeno estranho, e, no entanto, evidente a quem busque sondar as reacções dos contemporâneos.

É bem nítido que muitos — porventura a maioria — estão longe de compreender até que ponto a data de 476 servirá para marcar, historicamente, o fim de uma era e o começo de outra era nova ...

Planos e malogros de Teodorico

Essa nova era, antes de mais nada, caracteriza-se pelo desaparecimento, agora completo, do bloco da Romanidade — substituído por uma série de reinos bárbaros que afirmam gradualmente a sua independência: Genserico e, a partir de 477, seu filho Hunerico, dominam o Norte de África; os Suevos conservam-se na posse do Noroeste da Ibéria; Gondebaldo, rei dos Burgúndios, governa a antiga Sapáudia, ocupa os vales do Ródano e do Sona; os príncipes francos comandam as embocaduras do Mosa, do Mosela e do Reno; enfim, os Visigodos constituem um amplíssimo estado que se estende do estreito de Gibraltar ao Loire, depois de Eurico, chegado ao poder em 466, se haver apossado de quase toda a Ibéria, haver derrotado e empurrado para longe as forças do romano Egídio e conseguido levar a termo as laboriosas conquistas da Auvergne (onde Sidónio Apolinário, poeta de mérito e bispo de Clermont, teima em alimentar, durante mais de dois anos, resistência obstinada) e da Provença, onde toma Arles e Marselha. Se a estes cinco juntarmos o reino de Odoacro em Itália, teremos o panorama sumário do velho Império Ocidental de Roma, dividido entre os seus vencedores.

Poder-se-á ainda esperar uma tentativa de unificação por parte de algum dos novos Soberanos? Odoacro, por exemplo, que dispõe da Urbe de César e de Augusto? Ou Eurico, de quem tão largos territórios acatam o poderio?

Subitamente, eis que outro príncipe germânico, em pouco tempo, ascende ao primeiro plano. É o chefe dos Ostrogodos, Teodorico. Em criança, foi enviado a Bizâncio como refém, e atraiu a simpatia do imperador Leão I. Os dez anos que passou na corte habilitaram-no a conhecer de perto a civi-

lização romana e a impregnar-se da sua cultura. Quando o restituíram a seu pai, Teodemiro, julgaram ganhar assim um penhor de vizinhança pacífica. Mas os Ostrogodos, guerreiros infatigáveis, não desarmaram e, após o saqueio da Tessália, arremeteram com ímpeto até à zona de Salonica. Falecido Teodemiro, e já então erguido ao trono de Constantinopla, o esperto Zenão lembra-se de pôr uma vez mais em jogo a táctica habitual dos autocratas bizantinos: desviar para ocidente os adversários ameaçadores. Convida Teodorico a visitar Constantinopla; oferece-lhe a dignidade consular; e aceita-lhe a proposta de ir libertar «os países do Oeste» da tirania que os oprime.

A ideia de Zenão é, simultaneamente, afastar o perigo demasiado próximo e servir-se do Ostrogodo contra Odoacro. Não hesita, pois, em lhe atribuir o duplo título de patrício e de «mestre da Milícia» e em lhe confiar a missão de libertador de Roma.

Em 488, Teodorico marcha, à frente do seu povo, em direcção à Itália. Começa por derrotar Odoacro nas margens do Adda, junto à fronteira do Tirol. Cerca-o em Ravena, num longo assédio de três anos, sem lograr entrar na cidade, defendida pelos vastos pântanos que a circundam. Finge um entendimento com o Hérulo, para ambos repartirem entre si a Itália — e no banquete que sela essa partilha abate Odoacro, à traição, com uma espadeirada certeira. Deste modo se torna único senhor da Península Italiana.

Mais do que Odoacro, Teodorico, inspirado por uma visão superior, trata de realmente tomar a sucessão de Roma. Não se designa como rei dos Romanos, apenas como rei dos Godos. Além de guardar e fortalecer toda a arquitectura política e administrativa, acrescenta ao seu nome o de Flávio, para ostentar a sua qualidade de cidadão romano à maneira tradicional. Nas mensagens que dirige a Anastásio, sucessor de Zenão desde 491, afirma-se, blandiciosamente, «seu servo e seu filho» e descreve o reino que fundou como «imitação do vosso — cópia do vosso Império sem rival». Manda cunhar moedas em que se grava a efígie do imperador. Da corte, instalada em Ravena, dirige-se com sinais de respeito ao Senado de Roma. Inculca-se habilmente como dirigente do Império Ocidental, em ligação com a sede de Constantinopla. E cuida até de se ligar por laços de família a todos os soberanos que o rodeiam: a esposa, Audofleda, é irmã do rei dos Francos; a irmã, Amalfrida, casa com Trasamundo, rei dos Vândalos; suas duas filhas unem-se pelo matrimónio, uma a Sigismundo da Burgúndia, outra ao jovem herdeiro do visigodo Eurico, o futuro Alarico II. E chama para conselheiros algumas das figuras mais eminentes das letras da época: desde o erudito Cassiodoro ao notável Boécio. Tudo parece indicar, pois, que Teodorico, pelo ascendente da personalidade, a extensão dos domínios (aos quais junta a Panónia, a Nórica, a Récia, parte da Provença, numerosas regiões da Germânia) — reunifique sob o seu ceptro a maior parte do Ocidente e

execute o velho sonho de Ataulfo: aliar a força goda ao prestígio ainda considerável de Roma ...

Tal não sucederá, porém, devido a uma razão primordial: o conflito religioso. Teodorico, à semelhança da quase totalidade dos seus compatriotas, marcados pela evangelização de Úlfilas no século anterior — professa o arianismo. E por mais que desenvolva um metódico esforço para consolidar a sua posição e para se entender com as massas populares da Romanidade vencida, não pode iludir ou absorver os influentes núcleos que verdadeiramente asseguram a direcção espiritual e a consistência profunda daquilo que, no antigo mundo romano, exprime e garante novo surto civilizador.

Os cristãos ocidentais não podem, de facto, subordinar-se ao Ostrogodo ariano. Querem e reclamam outro chefe — que vai, por fim, aparecer.

Clóvis na encruzilhada

Agora, as esperanças — das quais são intérpretes algumas das figuras mais salientes do alto clero — concentram-se em torno de um príncipe franco mal saído da adolescência, que em 482 herda de seu pai a coroa.

Quem são os Francos? Um povo de misteriosa origem, cujo nome pode significar *frak* (valente), *wrang* (errante) ou *frank* (liberto) e que surge pela primeira vez em meados do século III, na altura em que Aureliano os bate cerca de Mogúncia (240). Cento e quarenta anos volvidos, Juliano permite-lhes que se estabeleçam na Toxandria, isto é, no Norte da Bélgica (380). Dividem-se em dois grupos: o dos Sálios (do rio Sala, nos Países Baixos), que alastram a quase toda a zona setentrional das terras gaulesas durante as primeiras décadas da Quarta Centúria; o dos Ripuários que, depois de fixarem a sua capital em Colónia por 463, ocupam o vale do Reno, de Aix a Métis. Falam a língua germânica e, ao contrário da maioria das tribos invasoras, mantêm-se em pleno paganismo. São corpulentos, muito brancos, muito louros. Gostam de se adornar com anéis, colares e braceletes. Destemidos no combate, não deixam por isso de manifestar dons singulares para as artes e as lides agrícolas.

O seu primeiro rei de que há notícias concretas é Clódion, rechaçado por Aécio quando tenta uma investida contra Roma, em 430 ou 431 e que deriva para a Gália, onde ocupa as margens do Somme e escolhe para capital Tournai. Meroveu, seu filho, depois do *modus vivendi* estabelecido com o imperador Valentiniano III, passa alguns anos na corte de Ravena, como pajem e refém; adiante, em 451, colabora na campanha contra Átila. Segue-lhe as pisadas o herdeiro, Childerico, aliado de Egídio frente aos Visigodos

em 463 e de outro chefe romano, o conde Paulo, que toma em suas mãos o comando das forças de Egídio a partir de 464. Na reconquista de Angers aos piratas anglo-saxónicos em que o conde Paulo sucumbe, Childerico distingue-se e consegue repelir a invasão nórdica (470).

À sua morte, sucede-lhe o primogénito, Chlodovechus, ou Chlodwig, ou, mais simplesmente, Clóvis — em 482. É sobre este príncipe que as esperanças de certos dirigente cristãos se aglutinam, apesar de contar apenas 16 anos.

Porquê? Talvez pela fama de bravura que aureolou Childerico e os seus camaradas de armas. Sobretudo, porque, visto serem pagãos e não estarem perigosamente ligados à heresia ariana, os Francos se acham em circunstâncias de poderem ser convertidos directamente à Ortodoxia.

Como quer que seja, dois prelados de grande prestígio voltam para Clóvis olhares de clarividente solicitude e dirigem-lhe apelos extremamente significativos: Rémy, bispo de Reims, venerado não apenas pelo saber e pelas virtudes mas até porque o cerca uma aura justificada de taumaturgo; e Avito, bispo de Viena (do Ródano), também iluminado por largo renome de bondade e de cultura. Ambos revelam a consideração que lhes merece o moço caudilho franco e o exortam a tornar-se inteiramente digno dos superiores destinos que, segundo crêem, o aguardam.

Depressa Clóvis irá confirmar tudo quanto se espera da sua acção e dos seus méritos.

Antes de nada, precisa de assegurar uma autoridade ainda bastante precária e apertada em estreitos limites. O seu poder confina-se a uma pequena área à volta de Tournai. Dois parentes — Ragnachar e Chararico —, governam outras fracções da Gália do Norte. No centro, com a capital em Soissons, o filho de Egídio, Siágrio, conserva uma espécie de encrave romano entre os Francos. Decide Clóvis atacá-lo em primeiro lugar, e com relativa facilidade o derrota (486). Obtém de Alarico II que lhe entregue Siágrio refugiado no reino dos Visigodos, e apodera-se dos seus domínios. Pouco depois, suprime, em diversas acções guerreiras, tanto Ragnachar e Chararico como Rignomes, irmão de ambos. E torna-se desta maneira senhor único da Gália setentrional e único rei dos Francos Sálios.

Tudo isto vem dar maior consistência às previsões acertadas dos bispos de Reims e de Viena. E, no prosseguimento dos planos que formaram, promovem um acto da máxima importância, da qual podem advir resultados decisivos: a escolha da esposa de Clóvis.

Recai essa escolha numa princesa burgúndia: Clotilde, afamada pela beleza, pela inteligência e pelas virtudes de piedade e de coração. Dois sobe-

ranos reinam então sobre este povo acantonado, como se disse, nas margens do Ródano e do Saône: Gondebaldo, com a capital em Viena e Godegisel, com a capital em Genebra. Do terceiro irmão, Chilperico, sabe-se ter prematuramente desaparecido, uns asseguram que por morte natural, outros vítima do próprio Gondebaldo. A viúva, Caratena, e as duas filhas — Soedeleube e Clotilde — professam todas a religião católica, à semelhança de grande número de compatriotas. E distinguem-se por uma fé militante — que levará mesmo Soedeleube a fundar mais tarde, em Genebra, a importante Abadia de S. Vítor, já sob o nome de Chrona, adoptado ao professar e com o qual virá a ser louvada e consagrada.

Ou se deva o facto a um cálculo político e ao jogo usual das alianças matrimoniais entre vizinhos, ou, mais provavelmente, à intervenção explicável do bispo Avito de Viena, sempre entendido com o bispo Rémy de Reims, o certo é que se efectua em 493, na cidade de Soissons, antiga metrópole de Siágrio, o casamento de Clóvis e de Clotilde.

O rei dos Francos tem junto de si a melhor companheira — que vai usar do seu ascendente para o encaminhar ao cumprimento integral da missão que lhe cabe, nesta fase de tantas responsabilidades e tão vastas perspectivas.

Baptismo dos Francos, nascimento da Europa

Desde então, empenha-se Clotilde numa porfiada campanha: quer levar o marido a reconhecer e confessar o Deus em que acredita. Será certo encontrar nele uma oposição tenaz, e até quando lhes morre o primeiro filho, Clóvis se declarar convencido de que a religião da mulher o não salvou quando os seus deuses o teriam salvo? Aliás, o segundo filho também sofre de doença alarmante e as orações da rainha acabam por lhe obter a cura.

Mas não parece que isto se passe como alguns cronistas o narram, a fim de valorizar a acção apostólica da princesa burgúndia. De longe vem a inclinação espontânea de Clóvis para a fé cristã. Ensinou-lhe os rudimentos do Cristianismo, a seu pedido, quando ainda mal principiava a sair da infância, o eremita Vaast, que viria a cingir, adiante, a mitra de Arrás. Ao ouvir-lhe descrever a Paixão de Cristo, o impetuoso príncipe exclamou: — «Ah, se eu lá estivesse com os meus Francos!» E deu sempre ouvidos complacentes às prédicas do bispo de Reims. Naturalmente, em progresso irresistível, encaminha-se à conquista da crença. Há quem faça datar essa conquista de uma visita ao túmulo de S. Martinho de Tours — onde, deslumbrado pelos milagres a que assiste, se terá operado na alma de Clóvis o decisivo choque. Há, ainda, quem suponha que encontra a sua estrada de Damasco sem intervenção exterior, só por uma busca íntima e pertinaz.

Como quer que seja, a versão mais divulgada é a da conversão em plena luta contra os Alamanos, que atacam primeiro os Ripuários — cujo rei Sigeberto, embora à custa de graves ferimentos, os repele valorosamente em Tulpiacum, a noroeste de Colónia —, e, depois, em 496, se lançam em ofensiva contra os Sálios, talvez na região da Alsácia. Durante a refrega, ao temer a derrota e com ela a perda de todas as suas aspirações, Clóvis decide-se a invocar o Deus de Clotilde e promete-lhe inteira e formal adesão se lhe der o triunfo. A sorte das armas pronuncia-se, os atacantes debandam, a guerra termina — e o rei vitorioso comunica à rainha dever o êxito na batalha à invocação do nome de Cristo e estar disposto a cumprir a sua promessa.

Qual, afinal, a decisiva causa da conversão? Tudo certamente milita a seu favor: desde os ensinamentos de Vaast às instâncias de Clotilde e de Rémy, à romagem junto do túmulo de S. Martinho — e, porventura, às reflexões do soberano acerca da posição vantajosa que lhe dará, perante as numerosas e activas cristandades das Gálias, da Burgúndia, da Itália, o facto de adquirir a feição de «novo Constantino». O episódio da luta contra os Alamanos parece-se, efectivamente, o mais possível — tal como o relata o bispo e cronista Gregório de Tours —, com o da Ponte Múlvia, quase 200 anos antes ...

Tudo milita a favor. E não é vedado mesmo, a quem acredite numa direcção providencial da história, admitir que ela se afirme com a maior força no encaminhar de Clóvis ao formal acatamento do Cristianismo.

A Crónica de Gregório de Tours faz-nos assistir à jornada magnífica do baptismo de Clóvis e dos seus guerreiros na catedral de Reims. O rei franco, segundo o costume da tribo, reúne primeiro os companheiros de luta em assembleia magna e deles recebe o voto unânime de adesão à fé cristã. Agora, eis que penetram em massa no largo templo, vistosamente decorado com paramentos brancos, numa atmosfera de aromático incenso, ao clarão de inúmeros círios acesos. Imagem antecipada do Paraíso? — perguntam os rudes batalhadores maravilhados. Ao fundo, na moldura dos seus clérigos, com alvas e douradas vestes, o bispo Rémy domina a cena, majestoso, aureolado pela fama de santo. O cortejo dos cavaleiros francos, túnicas de seda escarlate, altas botas fulvas, mantos verdes bordados a peles, cabeleiras louras esparsas, achas de armas nos pulsos, avança. Destaca-se primeiro Clóvis, que se despoja das insígnias régias e, simples e humilde na indumentária de neófito, se purifica na concha baptismal dos pecados anteriores. E o bispo, nesse momento solene, clama-lhe, ainda segundo o Cronista nos relata: — «Curva docemente a cabeça, Sicambro, adora aquilo que queimaste, queima aquilo que adoraste!» É a síntese de um acto pelo qual se anulam os restos da antiga vida e se franqueia o limiar da *vida nova*. Atrás do seu

rei, os Francos, em bandos de 300 homens cada um, entram, pelo baptismo, na comunidade cristã. Três mil no total, em profissão votiva, cercados pelos inúmeros brados da turba entusiasta que saúda sem descanso a Festa do Natal de Cristo ...

Vacilam os historiadores quanto à data do baptismo de Clóvis e dos seus companheiros. Entre 496 e 499 — sugerem uns. Outros alvitram 502 ou 506. Outros, 508. E sugere-se mesmo que, a ser na última data, a cerimónia se efectue não na catedral de Reims, e sim na de Tours. De qualquer maneira, o acontecimento verifica-se no dobrar do século V para o século VI.

Acontecimento de enorme transcendência, que pelo menos um contemporâneo autorizado — Avito, bispo de Viena — parece medir em sua cabal amplitude, quando escreve na mensagem que envia ao monarca palavras altamente significativas: — «Graças a vós esta parte do mundo brilha com fulgor próprio. No nosso Ocidente arde a claridade de um novo astro!» E ainda: — «Ao optar por vós, optais por todos. A vossa fé é a nossa vitória! Onde quer que vós combatais, a vitória é nossa!»

Com efeito, o advento do «novo Constantino» no coração das Gálias abre um sulco fundamental na história. Caído o Império Romano, se lhe toma o lugar um conjunto de tribos heréticas submetidas ao arianismo, que sucederá pelos tempos fora? Deve travar-se longo combate em que virão talvez a naufragar os destinos ocidentais.

Mas a Igreja Católica, instituída pelo próprio Nazareno, que assumiu e transfigurou a herança das velhas culturas mesopotâmicas, do pensamento e das artes da Grécia clássica, da Ordem e do Direito romanos — tem, a partir desta hora decisiva, uma força ao seu serviço, um paladino a apoiar e a defender a sua mensagem.

A Civilização que, desde a conversão colectiva dos Francos, se esboça nas perspectivas dos tempos a vir, vai edificar-se sobre os restos do Mundo Antigo e vai dar origem àquele mundo do qual Agostinho de Hipona adivinhou e anunciou o nascimento promissor — muito para além da derrocada inevitável da sociedade pagã.

E é a altura em que se poderá dar a esse mundo que nasce o nome de Civilização Ocidental: ou, mais resumidamente, numa palavra só, o nome de *Europa*.

É a altura em que realmente a Europa alvorece na História — herdeira do Egipto e de Creta, de Atenas e das metrópoles helénicas do Próximo Oriente, herdeira de Roma — e, simultaneamente, amalgamada com as tradições, as crenças, os costumes, os impulsos dos Povos Germânicos, vindos de leste, fontes de nações. Tanto mais que, sobre as estratificações de um

passado multissecular e sobre a pluralidade da variada constelação dos Estados que se formam, na dor, na violência, nos prélios armados, nos lances de sangue e de génese — paira o intenso poder unificador da doutrina de Cristo.

Sob tais signos, a Europa desponta. E não parece descabido, meio século após a inglória morte de Aécio, «último Romano», saudar, no jovem rei franco baptizado em Reims, «novo Constantino», gládio intrépido da Igreja, arauto da Civilização nascente — *o primeiro Europeu!*

LIVRO II

EUROPA DOS PRIMEIROS SÉCULOS

Os núcleos iniciais

Nasce a Europa — como pluralidade instável. À frente das suas hordas, os chefes bárbaros talham Estados efémeros. E cada horda que chega põe em causa a existência desses frágeis edifícios, apenas baseados no predomínio da força.

É, pois, bem natural que os ambiciosos de mais rasgada visão espiem, no confuso tumulto, o advento da sua hora. Submeter e liquidar os vizinhos, aglutinar territórios, impor o jugo até o mais longe possível: a meta será a constituição de novo império, que porventura suceda ao que se desmoronou.

No fundo, sob a pluralidade reinante, mantém-se a nostalgia da unidade perdida. Há séculos que, através das mais diversas e às vezes trágicas vicissitudes, se conhecia um só senhor, um só estado, uma só lei. Agora vive-se no perigo e na incerteza, entre os farrapos da Romanidade que a todo o instante mudam de dono. As leis variam conforme os indivíduos — já que para cada um vigoram as normas e os costumes da sua tribo. A vida social enferma dessa complexidade e dessa anarquia, agravadas ainda pela ameaça constante do assalto de bandos sem freio que nada respeitam e a ninguém obedecem.

Subjacentes à passagem devastadora de invasores e saqueadores, as antigas populações fixadas à terra — habituadas à ordem romana, à sua hieratquia de magistraturas, ao seu domínio estruturado e coerente, à rede minuciosa da sua organização militar, jurídica, económica. As minorias bárbaras diluem-se nessa vasta massa passiva e tradicionalista, já de há muito incapaz de resistir-lhes, mas que se compensa da situação de vencida por estranho poder assimilador. Claro sintoma é o facto de os novos governantes não poderem escapar à necessidade de adoptar o latim como língua oficial. Em latim se redigem os preceitos legislativos e se correspondem, numa fase ainda embrionária das relações internacionais, os detentores do Poder nas diferentes regiões. As turbas recém-chegadas conservam os seus dialectos e deles se servem entre si. Mas o facto de as cabeças terem compreendido que só em latim poderão fazer-se entender e obedecer da maioria demonstra até que ponto sentem a realidade fundamental, com suas raízes mergulhadas num passado que não morreu e, para além das imediatas aparências, os envolve e os determina.

A generalização do latim prova a flagrante persistência da unidade romana. Outra prova é o acatamento, sincero ou insincero, que os príncipes bárbaros exibem em relação ao imperador de Bizâncio. Não pode ser, a tal distância, sinal de receio. Poderá ser então simples astúcia? Se o for, mostra como prevalece, sob a insolente omnipotência dos novos senhores, o fundo prestígio do senhor que esbulharam — do qual veneram, ao menos em palavras, o longínquo e nebuloso símbolo.

A par de tais factores que ilustram e definem a nostalgia da perdida unidade — levanta-se a presença de uma entidade superior, que ficou de pé, e até se fortaleceu, no meio da tormenta. A Igreja Católica não soçobrou com a derrocada da Roma imperial. Antes, sob certos aspectos, lhe assumiu a herança: ao assumi-la, integrou-a em valores mais altos, abriu-lhe perspectivas mais amplas.

Se há nostalgia da unidade na pluralidade da Europa revolta dos inícios do século VI — uma lúcida imagem de unidade inabalável e aglutinadora surge, diante dos seus olhos, cheia das maiores promessas. Dos escombros da Roma dos Césares avulta progressivamente a ascensão da Roma dos papas. Claridade nas trevas, rumo ao labirinto: em gradual movimento de convergência impressionante, para ela se voltam, um a um, os edificadores da Europa que nasce, à busca da unidade a que aspiram e que não sabem construir por suas mãos.

O «*Cisma de Acácio*»

Antes de todos, ao que nos atestam os prelados-cronistas Idácio de Águas Flávias e Isidoro de Sevilha, converteu-se o rei suevo Requiário (448), decerto graças à influência de Balcónio, bispo de Braga — centro de superior cultura e de reconhecida preponderância eclesiástica. Na metrópole sueva poderia haver assim nascido a Europa, em meados do século V, se Requiário não tivesse sucumbido, após escassos oito anos de reinado, às mãos de Teodorico II, rei dos Visigodos, adepto do Arianismo (456). E ao Arianismo se agregaram os Suevos no tempo de Remismundo (463-464), movidos pelas prédicas do bispo ariano Ajax.

Como aliado da Igreja Católica, «novo Constantino», gládio da Ortodoxia — Clóvis, neste dealbar do sexto século, ocupa lugar primacial. Mesmo porque na Gália, tão romanizada, se encontra base excelente para a necessária e desejável fusão entre os herdeiros do Império e os protagonistas das nações novas. Desde que o soberano adere pública e duradouramente ao Catolicismo, estão reunidas as melhores condições para que o núcleo inicial, mais representativo e mais estável, da vida europeia seja o reino de Clóvis — com seus alicerces galo-romanos e sua cúpula cristã.

Saliente-se que a Igreja, então impossibilitada de se apoiar na cristandade bizantina, precisa de apoios no Ocidente. Bem se compreende que o papa Hormisda, em mensagem ao bispo Rémy, saúde como providencial acontecimento a entrada no seio da Igreja do rei dos Francos e dos seus guerreiros na mesma altura em que se desenrolavam entre os cristãos das regiões orientais conflitos que vinham de longe, de mais de 70 anos atrás e, quase no final da centúria, atingiram o apogeu, chegaram ao cisma declarado.

Vem a propósito, para se avaliar a extensão e a gravidade da crise, uma breve recapitulação desses conflitos.

Há, no oriente europeu, dois constantes fermentos de dissidência e de rebeldia: o primeiro, resulta do irresistível pendor dos espíritos para um excesso de subtilezas especulativas, autêntico labirinto de fusões e de confusões em que o rigor do dogma se extravia e perturba; o segundo, resulta das pretensões, meio religiosas, meio políticas, dos patriarcas de Constantinopla, de Alexandria, de Antioquia, que logicamente os incitam a tentar eximir-se à supremacia do papa romano. Cada um deles aspira, porventura, a tornar-se guia independente da Cristandade — muito em especial o de Bizâncio, «segunda Roma», cabeça do Império ...

Provocados por estas duas ordens de factores, os incidentes sucedem aos incidentes — e reina ali perene atmosfera de inquietação, de polémica, de discórdia.

Mais ou menos um século após o Concílio de Niceia (325) e quase meio século após o Concílio de Constantinopla (381), que condenaram o Arianismo, outra heresia de vulto aparece: Nestório, hábil teólogo erguido a patriarca de Constantinopla em 428, exagera a distinção entre as duas naturezas de Cristo — a divina e a humana — e acaba por dar à segunda exclusiva proeminência. Eloquente e influente, atrai grande número de discípulos e um deles atreve-se a negar à Virgem Maria o título habitual de *theotokos* (mãe de Deus) e a designá-la apenas como «a mãe de Jesus» — de Jesus, homem divinizado mas unicamente homem. O caso produz escândalo; consultado, o papa Celestino I formula, no mesmo ano de 428, condenação expressa. Entra na liça, a defender a tese ortodoxa, o bispo Cirilo, patriarca de Alexandria — que, a par das suas ardorosas convicções, não perde também o ensejo de pôr em cheque, ao mesmo tempo, a escola de Antioquia, onde Nestório se formou, e o patriarcado rival da cidade de Constantino. O epílogo verifica-se no Concílio de Éfeso (431), onde Cirilo obtém completa vitória. O *nestorianismo* é condenado e o heresiarca, deposto, segue o caminho do exílio.

Momentaneamente, tudo se afigura sanado. E a calma persiste enquanto Cirilo vive. À sua morte (444), o sucessor, Dióscoro, não tarda a criar

novas dificuldades. Para combater a heresia nestoriana o próprio Cirilo excedeu-se no sentido contrário: de tanto proclamar a união das duas naturezas em Cristo tende a fundi-las numa só, e esta será a natureza divina. Embora de sinal oposto, trata-se de outra heresia — que irá, aliás, grassar com maior virulência sob o nome de *monofisismo*. Na chefia do monofisismo distingue-se o monge Êutiques, cujo ascendente na corte, através do seu afilhado Crísafo, vai ao ponto de converter à mesma tese o imperador Teodósio II e a imperatriz Eudóxia. No fundo do cenário, outra vez a ideia de reivindicar, à sombra da memória de Cirilo, a independência de Alexandria e do seu patriarca. Atacado pelo bispo Eusébio de Dorileia, que reúne um concílio local em Constantinopla e o faz excomungar, Êutiques recorre à arbitragem pontifícia. Ocupa nesta altura a Cadeira de Pedro Leão, *o Grande,* o mesmo que fez frente a Átila e a Genserico. Firme e enérgico, nem se digna participar da contenda acesa entre os Bizantinos. Envia apenas ao bispo Flávio de Constantinopla uma carta em que de novo resume a doutrina ortodoxa de Niceia: uma só pessoa em Cristo, mas duas naturezas autónomas e íntegras. Roma falou — a questão está resolvida.

O casal imperial, todavia, fraqueja sob a pressão dos opositores. E convoca para Éfeso um concílio (449). Ocorrem aí cenas de violência inaudita: partidários de Dióscoro e de Êutiques amotinam a populaça, que entra de roldão no recinto onde os prelados se acham reunidos. Tais destemperos comete que aos ferimentos recebidos não sobrevive o bispo Flávio — enquanto os legados pontifícios dificilmente se furtam à ira dos energúmenos.

São esses legados que, na volta a Roma, informam Leão, *o Grande.* Logo o papa manifesta, uma vez mais, inquebrantável personalidade. Repudia em termos severíssimos o que se passou em Éfeso, a que chama puro «banditismo» — e convoca novo concílio. A morte leva nessa altura o imperador Teodósio II, de quem poderiam emanar reacções perigosas. Eudóxia deixa de exercer influência. Sobem ao trono a irmã do soberano, Pulquéria, fiel a Roma desde o princípio, e Marciano, seu marido, soldado destemido.

Há, pois, outro ambiente quando em 451, sob a presidência dos legados pontifícios, se abre mais um concílio em Calcedónia. O monofisismo é condenado sem reticências, a carta dogmática de Leão, o *Grande,* recebe formal adesão de todos, e redige-se um símbolo que desfaz quaisquer interpretações equívocas. Total vitória da Ortodoxia.

Mas essa vitória não basta para assegurar a pacificação desejada. Antes do termo do concílio, alguns bispos orientais conseguem fazer votar o famoso cânone 28, no qual fica estatuído que, visto haverem sido proclamados os direitos pertencentes à sede da antiga Roma por se tratar da anterior capital do Império, os mesmos devem ser reconhecidos também à nova Roma, «honrada com a presença do Imperador e do Senado». O espiritual e o político são aqui alvo de grave confusão, que permite estabelecer igual-

dade perigosa entre Roma e Constantinopla — favorável às pretensões abusivas da última.

O conflito estala declaradamente na altura em que aparece a exercer as funções de patriarca bizantino o audacioso bispo Acácio. É então imperador Leão I, sucessor de Marciano, adepto das resoluções de Calcedónia. Até à sua morte simula Acácio respeitá-las também. No advento de Zenão, que tem outra maneira de ver, persuade o novo imperador a ensaiar uma espécie de plataforma em que as correntes opostas se fundam. E Zenão firma em 482 o decreto intitulado *Henótico:* aí, embora comece por atacar Nestório e Êutiques, com tais rodeios e tão complexas fórmulas explica a harmonia das naturezas em Cristo que se detém afinal numa posição suspeitíssima, adversa às claras distinções e definições de 30 anos atrás. Os patriarcas de Constantinopla e de Alexandria logo aprovam o decreto. Mas em Roma tanto o papa Simplício, falecido no ano seguinte, como o papa Félix III, que lhe sucede, reagem com firmeza. Acácio chega a ser deposto e excomungado. Então, com o apoio do imperador, decide-se pela revolta aberta — e risca o nome do pontífice das orações consagradas na missa ao sucessor de Pedro (483).

Consumou-se o rompimento. O «Cisma de Acácio» durará nada menos de 35 anos.

E é precisamente enquanto dura o cisma oriental que, naquela manhã promissora da catedral de Reims, o rei dos Francos presta filial adesão a Cristo. Como não há-de a Igreja Católica voltar-se para Clóvis, quando o autócrata de Bizâncio dá a mão aos cismáticos e os fortalece na desobediência às ordens do papa?

Clóvis alarga o seu reino

A partir de então, sentem-se em Clóvis claras tendências expansionistas, movidas por duplo incentivo: satisfazer ambições compreensíveis e libertar as populações católicas da Burgúndia e da Aquitânia dos monarcas arianos.

Quanto à Burgúndia, as relações estão longe de ser más. Chega a haver hostilidades por volta do ano 500 entre Francos e Burgúndios, quando Godegisel, em conflito com o irmão, pede socorro a Clóvis. Não tarda Godegisel a perder a vida na contenda e Gondebaldo, uma vez sem competidores, segue uma política de conciliação: aos súbditos romanos procura garantir um regime de equidade através da *Lex Romana,* complemento da *Lex Burgundiorum.* Relativamente à Igreja Católica, diz-se que sob a influência do bispo Avito, pensa em converter-se, embora sem coragem para o fazer num acto público. Parece, no entanto, que se converte seu filho Segismundo, herdeiro do trono. Os dois soberanos encontram-se perto de Auxerre e selam pazes amigáveis.

Quanto à Aquitânia, o caso é diferente. Vive sob o domínio dos Visigodos, arianos confessos. O seu rei, Alarico II — sucessor de Eurico —, é ainda inexperiente. De Bizâncio vêm sugestões insistentes do imperador Anastácio no sentido de empurrar Clóvis para a guerra, dentro da invariável táctica de opor entre si os chefes bárbaros. Receia-se a extensão do império godo, que, somados os largos territórios sobre que se exerce a autoridade do ostrogodo Teodorico à Hispânia e a quase metade das Gálias governadas por Alarico II, constitui grave ameaça de hegemonia no Ocidente.

Apreensivo ante os perigos que adivinha, sobretudo depois da entrevista de Auxerre, tenta Alarico II preveni-los e anulá-los. Sabe como os bispos católicos, que a perseguição ariana afastou das suas dioceses — desde Cesário de Arles a Rurício de Limoges e a Vero de Tours —, são amados pelos fiéis. Restitui-lhes a liberdade e permite-lhes que voltem ao exercício das prelaturas. Vai mais longe: autoriza a reunião de um concílio em Agde, na basílica de Santo André, presidido por Cesário de Arles (506). Nesse mesmo ano, à semelhança de Gondebaldo, promulga uma compilação de leis também com o fim de dar garantias aos galo-romanos: a *Lex Romana Visigothorum,* mais conhecida por *Breviarium Alarici.* E celebra uma entrevista com Clóvis, em Amboise, durante a qual se banqueteiam e se prometem segura amizade.

Mero estratagema do príncipe franco, que não desiste dos seus projectos e prepara a campanha com o maior cuidado. Obtém a aliança dos Ripuários, cujo rei Sigeberto lhe manda um corpo de auxílio sob a chefia de seu filho Cloderico — e, mais preciosa ainda, a aliança do próprio Gondebaldo, que entrega o comando das tropas expedicionárias a Segismundo. Assim fortalecido, desencadeia subitamente o ataque. E dá-lhe oportuno sabor de cruzada. Sublinha-o Gregório de Tours ao atribuir-lhe a seguinte declaração: — «Causa-me verdadeiro desgosto ver esses arianos senhores de uma parte das Gálias. Marchemos com a ajuda de Deus e submetamos o país ao nosso domínio.»

Alarico II espera, com os seus, a noroeste de Poitiers, onde se chama hoje Céneret. O recontro verifica-se na planura de Vouillé: a vitória de Clóvis é tão completa que por suas mãos abate o monarca visigodo (507). Findo o combate, detém-se o rei franco em oração no túmulo de Santo Hilário e dirige-se a Tolosa, capital dos vencidos. Aí se lhe juntam Segismundo e os guerreiros burgúndios. Reunidos, entram na cidade, incendeiam-na e saqueiam-na. Clóvis apodera-se do afamado tesouro dos soberanos visigodos, na sua maior parte constituído pelas riquezas trazidas de Roma, um século atrás, pelo primeiro Alarico.

No ano seguinte, nova campanha feliz: ocupa Saintes e Angulema; recolhe-se por fim a Tours e agradece, junto do túmulo de S. Martinho, ao Deus protector das suas empresas.

Em Tours, à entrada da basílica, aguardam-no os embaixadores do imperador Anastácio. Trazem-lhe ofertas simbólicas do seu amo: o diploma de cônsul honorário encastoado num díptico de marfim e uma túnica de púrpura. Ao investir o rei franco numa elevada magistratura romana o Bizantino quer estreitar boas relações com o caudilho vitorioso, premiá-lo por ter vibrado considerável golpe no poderio visigodo, encorajá-lo até (sugere, num estudo moderno, Leão Levillain) a medir forças com o ostrogodo Teodorico. No entanto, o facto beneficia menos Anastácio do que Clóvis — já que o legitima perante os galo-romanos como aliado, e mesmo representante, do imperador.

Pouco tarda a anexar as terras dos Ripuários, pelos quais se faz aclamar em Colónia, depois de suprimir primeiro o velho Sigeberto, a seguir o príncipe herdeiro Cloderico, que na jornada de Vouillé se bateu a seu lado.

Parece ser então redigida por ordem de Clóvis a *Lei Sálica,* de importantes consequências futuras, onde se festeja a certeza do divino auxílio nestes pitorescos termos: — «Viva o Cristo que ama os Francos! Que Ele lhes guarde o reino, encha da sua graça os reis francos, proteja o exército e a todos conceda a paz, a alegria e a prosperidade, como a sentinelas da fé — Ele, Cristo, o Rei dos Reis!» Vê-se a que ponto o serviço de Cristo se identifica, para Clóvis, com o interesse e a grandeza da sua privilegiada pátria ...

Não surpreende, por isso, que tome a iniciativa de convocar o primeiro concílio nacional, em Orleães (511), presidido pelo bispo Cipriano de Bordéus mas dominado pela sua influência. Trinta e dois prelados concorrem à importante assembleia. No final, dirigem ao rei uma carta colectiva com palavras de solene homenagem.

Neste mesmo ano de 511, a 27 de Novembro, morre Clóvis em Paris, apenas com 45 anos, dos quais reinou cerca de 30. Três décadas ao longo das quais se ergueu como figura proeminente da História. Não só da História da França, mas da História da Europa.

Arianos e católicos

Quando desaparece Clóvis, Teodorico, *o Ostrogodo,* ainda está sensivelmente a meio do seu reinado. Quer pela extensão dos territórios que governa, quer pela posição geográfica em que se encontra, quer pelas ambições consideráveis que lhe orientam os actos — é o mais poderoso senhor do Ocidente, único porventura capaz de chamar a si a hegemonia e de a roubar aos Francos engrandecidos. Por isso Bizâncio tentou opor-lhe o afortunado Clóvis, na ideia de neutralizar os dois maiores perigos de uma unificação ocidental alheia à sua autoridade. Partilhada a herança do rei franco entre os seus quatro filhos, logo envolvidos em acesa luta, bem parece na verdade soar a hora de Teodorico.

Não se esqueça, porém, que o maior obstáculo ao convívio e à interpenetração dos povos germânicos e dos habitantes das terras ocidentais é de ordem religiosa. O duelo profundo não o travam já há muito as forças do Império Romano, em decomposição total, com as hordas impetuosas vindas de leste; travam-no o catolicismo ortodoxo e o arianismo herético.

Marcados pelo remoto apostolado de Úlfilas, Godos e Vândalos conservam-se ligados ao arianismo e julgam mesmo estar aí a base do seu predomínio. Não são eles, arianos, os vencedores? Não é o catolicismo a crença dos vencidos?

Clóvis ultrapassou essa falsa ideia clara ao aceitar o primado da Ortodoxia. Teodorico ficou teimosamente preso ao credo ariano. Assim cavou o abismo que o separa das populações ocidentais. Estas vêem-no com ressentimento, até com ódio (mais ainda após as violências que ferem personalidades veneradas como Boécio, nobre e erudito autor do *De Consolatione Philosophiæ*), e voltam os olhos para a distante Constantinopla. Tanto mais que em 518, pelo falecimento do imperador Anastácio, sobe ao trono de Bizâncio Justino, soldado inculto mas favorável ao catolicismo. Por sua ordem, são entregues aos católicos os templos arianos e projectará mesmo a conversão dos heréticos pela força. Admite-se que resolva proceder contra o soberano ostrogodo — cuja vinda para Itália, 30 anos atrás, foi iniciativa de outro imperador, empenhado em destituir Odoacro por seu intermédio. Irá ser agora destituído ele próprio?

Reage Teodorico da maneira mais insólita. Chama a Ravena o papa João I e obriga-o a ir a Constantinopla, a fim de desviar Justino de tal caminho. Fazer do chefe da Igreja Católica o defensor dos adeptos do arianismo — afigura-se paradoxo exagerado! O papa tem de ceder à força e vai à capital bizantina, escoltado por vários senadores e bispos (525). É alvo das maiores homenagens por parte do imperador, a cuja coroação procede — entre calorosas aclamações populares. Quanto às suas diligências, ou não chega a dar-lhes seguimento, ou depara em Justino firmeza inabalável. No regresso, Teodorico, enfurecido, manda encarcerar João I, que sucumbe na prisão a 25 de Maio de 526.

O Ostrogodo ainda faz jurar como sucessor Atalarico, único filho de sua filha única Amalasonte. E, num desafio, ordena que todas as igrejas católicas da Itália sejam entregues aos arianos em 30 de Agosto.

Uma doença repentina transtorna-lhe os planos. Vem a morrer quatro dias antes da data marcada — a 26 de Agosto de 526. É natural que os católicos oprimidos vejam no facto intervenção claríssima da Providência — a abater o tirano em vésperas de se consumar o sacrilégio.

Se o desaparecimento de Clóvis, em 511, pareceu fazer surgir a hora de Teodorico — perdida, afinal, pelo seu fanatismo de ariano —, o desaparecimento do *Ostrogodo* faz surgir a hora de Bizâncio. E há em Bizâncio quem descortine a oportunidade propícia e esteja decidido a aproveitá-la.

Desde o início, nunca os imperadores de Constantinopla se resignaram à definitiva perda dos territórios ocidentais. Cederam às circunstâncias. Não puderam opor-se ao avanço dos bárbaros — na Itália como nas regiões africanas, como nas províncias gaulesas ou ibéricas. Mas sempre os consideraram usurpadores transitórios — tanto mais que de quase todos recebiam testemunhos de submissão e respeito. Odoacro remeteu a Zenão as insígnias imperiais em vez de as guardar para si. Teodorico veio destronar o soberano hérulo como Patrício enviado pelo mesmo Zenão; uma vez senhor da Itália, declarou, ao escrever-lhe, querer apenas imitar o seu «governo sem rival». O burgúndio Segismundo escreveu também ao imperador Anastácio: — «O meu povo pertence-vos. Obedeço-vos ao mesmo tempo que o governo e tenho muito mais gosto em obedecer-vos do que em governá-lo. Pareço rei entre os meus, porém sou apenas vosso soldado ...» Teodorico, da mesma forma que Clóvis, nas moedas que mandam cunhar mantêm o nome ou a efígie do imperador; quando muito, gravam discretamente as suas iniciais. Todos, sem excepção, aceitam títulos romanos, equivalentes a símbolos de dependência: o de cônsul, viu-se, é ostentado com manifesto orgulho pelo caudilho franco ...

Simulacros, apenas — que não correspondem às concretas realidades? No entanto, revelam a persistência de uma tradição que os povos do Ocidente observam e que os governantes adventícios, para serem tolerados por eles, fingem adoptar ...

Além disto, Bizâncio é ainda o mais poderoso Estado do mundo conhecido. Ante os pequenos reinos, mal definidos e longe de consolidar-se, que se multiplicam e se guerreiam na Europa Ocidental, aparece como bloco de gigantescas dimensões. Neste primeiro quartel do século VI, o Império Bizantino é constituído por duas prefeituras — o Ilírico e o Oriente —, com sete dioceses e 64 províncias. Abrange, quanto ao Ilírico, a Dácia e a Macedónia, em que se incluem parte considerável da Península Balcânica, a Grécia e Creta. Depois — já na prefeitura do Oriente —, a Trácia (o resto da Península Balcânica e o encrave de Kherson, na Crimeia), a Ásia (províncias do Helesponto, da Bitínia, da Lídia, da Cária, da Lícia, da Pisídia, da Panfília, da Isáuria), o Ponto (as restantes zonas da Ásia Menor e a Arménia), e, por fim, a Síria, a Palestina, o Egipto até aos limites da Etiópia. Pode objectar-se que se trata de um império sobretudo oriental e africano. Nem por isso a capital deixa de situar-se na ponta da Europa de sudeste e, embora o conjunto sofra helenização absorvente e

progressiva, conservam-se nas esferas oficiais a língua, os costumes, as magistraturas da antiga Romanidade e os senhores da «Nova Roma» consideram-se herdeiros e continuadores dos Césares.

Compreende-se, pois, que neles esteja sempre viva e presente a aspiração de recuperar as províncias de Oeste. Tudo quanto se passou, interpretam-no como produto de uma crise que há-de ser um dia superada. Jamais se admitiu nas margens do Bósforo que a secessão se tornasse definitiva. Jamais os imperadores negociaram com os chefes bárbaros de igual para igual: exploraram-lhes as rivalidades, utilizaram-nos uns contra os outros, manifestaram-lhes de vez em quando a sua satisfação com a recompensa de um novo título, de uma nova dignidade — à semelhança do amo que distribui aos servos palavras de aplauso ou marcas de apreço, sem esquecer jamais a qualidade de amo ...

Porque assim foi desde o princípio, ficou sempre vivo o projecto de, mal as circunstâncias o permitam, se entrar nos caminhos da reconquista. Vai aparecer agora quem encarne esse ideal da *reconquista* e tente dar-lhe execução plena.

Justiniano e a «reconquista»

Já desde o começo do reinado, a partir de 518, Justino associou ao Poder seu sobrinho Justiniano, de quem aprecia a larga ilustração e o tino governativo. Quando, em 527, se extingue o velho soldado, muito naturalmente o sobrinho é erguido ao trono.

Personalidade forte, dominadora — Justiniano absorve-se no sonho da *reconquista*. Natural da Ilíria, portanto europeu de nascimento, antigo aluno do afamado teólogo Leôncio de Bizâncio, com extraordinárias faculdades de trabalho (por isso lhe chamam os familiares «o imperador que não dorme»), de ascetismo e frugalidade invulgares, mas persistente em rodear-se do maior fausto para dar toda a grandeza à função imperial — quer ser o executor do mandato que de longe vem e promover o ressurgimento integral de Roma. A seu lado, uma impressionante figura de mulher — essa Teodora de tão baixa origem, filha de um guarda dos ursos do Hipódromo, que pelos seus desregramentos de cortesã escandalizou os contemporâneos e afinal se mostra inesperadamente digna companheira do marido e se faz admirar pela total noção das responsabilidades e pela energia com que as sustenta.

Logo nos primeiros tempos do reinado estala grave insurreição popular, conhecida pelo grito dos demagogos: «Nika!» (vitória!). Durante alguns dias expande-se à vontade na capital, entre matanças, incêndios, pilhagens. Depois de exigirem a demissão de dois ministros, querem os insurrectos levantar novo imperador, o senador Hipátio — e delirante-

mente o aclamam durante uma festa no Hipódromo. Justiniano, temperamento de contrastes, acessível a pavores e a desalentos súbitos, está prestes a abandonar tudo e a fugir. Vale-lhe Teodora, com sua coragem, sua indiferença ao risco, seu conceito da acção decisiva e urgente. Atribuem-se-lhe frases que mereceram ficar históricas: — «Quando só a fuga pudesse salvar-nos, eu recusaria a fuga. Aqueles que cingiram alguma vez a coroa nunca devem sobreviver à sua perda. Gosto da velha máxima segundo a qual a púrpura é uma bela mortalha ...» E o orgulho viril da imperatriz galvaniza a reacção dos fiéis. Os soldados cercam o Hipódromo, liquidam a revolta num morticínio a que nem Hipátio consegue escapar. A insurreição «Nika» acaba em vitória, mas do imperador — e não mais, em vida sua, se repetirá.

Um dos cuidados absorventes de Justiniano é ordenar a codificação das antigas leis romanas. Aos seus amplos desígnios quer dar como prefácio — já que se trata de fazer ressurgir das cinzas a Roma dos tempos áureos — afirmação cabal daquilo em que Roma nunca foi excedida e assentou a sua maior dádiva ao progresso da humanidade: a ciência do Direito. Para elaborar a sistematização jurídica desejada — o *jus novum,* herdeiro e cristalizador do tesouro legislativo dos séculos romanos, do *jus vetus* — nomeia em 528 uma comissão, sob a presidência de Triboniano, prefeito do Pretório, homem sábio e metódico. No ano seguinte a comissão publica o *Codex Constitutionum* (7 de Abril de 529), redigido em latim. Em Dezembro de 530, segunda comissão, a que Triboniano também preside, colige depoimentos dos grandes magistrados de todas as épocas acerca dos assuntos mais discutidos: o *Digesto,* aprovado pelo soberano em Dezembro de 534 — e seguido da tradução grega, *Pandectas.* Entretanto, foi dado a público (em 532) um manual do direito novo para uso de estudantes, as *Institutas.* Adiante, completa-se o monumento com as *Novellae Constitutiones post Codicem,* estas já em língua grega, que registam as decisões do próprio Justiniano. No conjunto, as quatro obras-mestras formam o *Corpus Juris Civilis* — cuja influência não mais deixará de sentir-se na vida social e política e graças ao qual a portentosa ordem jurídica de Roma se tornará um dos alicerces substanciais e permanentes da civilização europeia.

Mas a tarefa que Justiniano considera primordial é a reconquista do Ocidente.

Ainda se demora em lutas defensivas com a Pérsia dos Sassânidas, o mais perigoso vizinho asiático. Estabelecida entre as suas armas e as de Cósroes I uma «paz perpétua» (532), fortifica as fronteiras e, já tranquilo, envia Belisário, general que se ilustrou nas campanhas orientais, a retomar a África do Norte.

Precisamente os Vândalos estão em pleno conflito de religiões. Sucessor de Trasamundo em 523, Hilderico, por sua mãe Eudóxia, filha de Valentiniano III, é meio-romano e esteve vários anos em Constantinopla. Protege, pois, o catolicismo contra o parecer dos aristocratas arianos da

corte. Destronado em 530, elevam os dissidentes ao trono seu primo Gelimer. Pretexto para uma expedição, em defesa, simultaneamente, da Ortodoxia e da legitimidade.

Parte Belisário à frente de uma esquadra, derrota Gelimer em Décimo, ocupa Cartago, senta-se no trono do rei vândalo e faz-se servir pela sua criadagem — enquanto os arianos abjuram em massa e os bispos católicos restituem ao culto os templos repletos de fiéis. Gelimer acolhe-se à Numídia, chama forças da Sardenha comandadas por seu irmão Tzazo e volta a defrontar os Bizantinos. Na batalha, a oeste de Cartago, em Tricamaro, Belisário obtém decisivo triunfo (533). Triunfo celebrado em Constantinopla à velha maneira romana, com Gelimer acorrentado, no cortejo, atrás do carro do vencedor. Ainda à velha maneira, o imperador toma os títulos de *Vandálico* e de *Africano*.

Por seu lado, a filha de Teodorico, Amalasonte, negoceia a cedência da Itália — como regente na menoridade de Atalarico, que morre, ainda criança, em Outubro de 534. Amalasonte, desamparada, associa ao Poder seu primo Teodahad, ao qual se une pelo casamento. Este, porém, informado de que vem a caminho um representante de Justiniano, ordena a prisão da rainha e fá-la executar.

Belisário surge, encarregado de se apoderar da Itália — enquanto Mundo, mestre da milícia, também ao serviço do imperador, toma, nos fins de 535, a Dalmácia.

Dispõe Belisário de fracos efectivos — cerca de 10 000 soldados. Bastam-lhe, contudo, para submeter a Sicília. E em 536, numa dessas campanhas fulminantes em que afirma o seu génio militar — comparado por alguns ao de Alexandre e ao de César —, invade a Itália pelo Sul, ocupa Nápoles e em marcha rapidíssima vai até Roma, entre o delírio das massas populares, que saúdam a queda dos Godos.

Deposto Teodahad, um soldado intrépido, Vitiges, tenta ainda a resistência e prolonga-a até ser vencido e aprisionado em Ravena (540). Parece finda a guerra. Aos títulos já usados junta o autocrata de Bizâncio o de *Gótico*. E nomeia um governador para a Itália recuperada.

Não se resignam os Godos e procuram novo chefe. Experimentam duas vezes sem resultado, com Tedibad e Erarico. À terceira vez, acertam — com Baduila, vulgarmente designado por *Tótila,* excepcional homem de guerra e também homem de Estado, que chega a entrar de novo em Roma (546), a reocupar toda a Itália, a Sicília, a Sardenha, a Córsega. Navios seus devastam as costas da Dalmácia e do Epiro.

Até que em 551 Justiniano acorda do aparente letargo e, deslocado já Belisário para outros campos de batalha, envia Narses com um exército constituído por mercenários lombardos, hunos, hérulos, até persas. Vêm pelo Norte, após a tomada de Ravena. *Tótila* dirige-se-lhes ao encontro.

O embate, em Tadino, acaba pelo desbarato absoluto dos Godos, cujo monarca perde a vida (552).

Em Agosto de 554 Justiniano dá à Itália rigorosa estrutura jurídica de província romana — na qual se apagam todos os vestígios do domínio godo, definitivamente extinto.

Quanto à Península Hispânica, assassinado Amalarico (531) — o ostrogodo Theudis usurpa o trono e reina 17 anos, até cair, por sua vez, às mãos de um louco, em Sevilha (548). O mesmo destino tem o sucessor, Theodisel (549). Agora os aristocratas visigodos oferecem a coroa a um dos seus pares, Agila, ariano convicto. E sublevam-se as populações católicas do Sul. Outro membro da nobreza, Atanagildo, favorável ao catolicismo, põe a sua candidatura e pede ajuda a Justiniano. Manda o imperador o patrício Libério, que se apossa de várias cidades do litoral mediterrânico e da Andaluzia: Valência, Cartagena, Málaga, Múrcia, Córdova, Sevilha. Feita a junção com Atanagildo, colabora na derrota de Agila, que os próprios companheiros abatem (554).

Assim, em pouco mais de duas décadas — de 533 a 555 — a *reconquista* fez voltar ao Império larga extensão do Norte de África, toda a Itália, parte da Espanha. O Mediterrâneo torna a ser lago romano — o celebrado *mare nostrum*. Estará o sonho de Justiniano a caminho de integral realização?

Não, porque, no fundo, não passa de um sonho. Fascinado pelos empreendimentos ocidentais, desguarneceu as fronteiras mais perigosas — as do Danúbio como as do Eufrates. E o soberano persa Cósroes I aproveita o enfraquecimento militar de Bizâncio. Avança pela Síria, ataca Hierápolis e Alepo, cujo assédio abandona a troco de pesados tributos. Chega a Antioquia, toma-a de assalto, passa a fio de espada a maioria da população (540). Com voluptuoso orgulho, banha-se nas águas azuis do Mediterrâneo.

Graças à dádiva de 2000 libras de ouro consegue Justiniano em 545 uma trégua de cinco anos. Para conseguir outra de igual prazo em 550 já tem de pagar 2600. Adiante, em 562, contra a fabulosa quantia de 30 000 moedas de oiro, arranca uma promessa de 50 anos de paz, que, aliás, não tardará muito a ser violada.

Entrementes, os Eslavos invadem a Ilíria, saqueiam Adrianópolis, atingem, em Durazo, o Adriático. Os Hunos Cotríguros, em 559, arrasam a Trácia e a Mésia, aparecem nas vizinhanças de Constantinopla. Recorre-se uma vez mais a Belisário, que, envelhecido e cansado, ainda logra contê-los e pô-los em fuga.

A par de tudo isto, as questões religiosas complicam-se. No princípio do reinado, Justiniano foi defensor estrito e severo da Ortodoxia. Reprimiu

as correntes heréticas, encerrou a Escola de Atenas, centro da filosofia pagã de tradição helénica. E deu provas de respeito e acatamento aos sucessores de Pedro. Mas, com o tempo, as suas interferências excessivas na vida da Igreja oriental, as suas contemplações com os ambiciosos patriarcas de Constantinopla, Antioquia, Alexandria e com o bispo de Ravena, a necessidade de não afastar nem perder as províncias do Oriente, mais ou menos adeptas do *origenismo,* do *nestorianismo* e do *monofisismo;* acima de tudo, a influência determinante de Teodora, monofisita por se haver convertido sob tal signo — arrastam-no a temerárias e heterodoxas aventuras. Logo em 535 permite a elevação ao patriarcado de Constantinopla do bispo Antimo, notório partidário do monofisismo. O papa Agapito reage com decisão, condena e depõe Antimo, reúne um concílio do qual sai novo anátema contra a heresia. O imperador, momentaneamente, obedece. Mas Teodora acolhe os dissidentes, a intriga ganha terreno e — após as mortes de Agapito (536) e de Silvério, seu sucessor, exilado por Belisário (537) — faz eleger um pontífice que espera venha a ser instrumento seu: Vigílio (538). Em 543, no chamado «Concílio dos Três Capítulos», promove Justiniano a condenação de textos aprovados no de Calcedónia. E como Vigílio hesita em sancionar o facto, obriga-o a vir a Bizâncio sob coacção e a dar o seu acordo. Mal regressa a Roma volta o papa à posição anterior. Tais violências exercem sobre Vigílio os soldados bizantinos que lhe arrancam, por fim, uma confirmação dolorosa e sem valor algum.

Há que assinalar, todavia, no activo de Justiniano, as numerosas fortificações levantadas por sua ordem, os monumentos sem conta de que Procópio, historiador do reinado, fala com minúcia no *De Aedificiis* e, acima de tudo, a maravilhosa basílica de Santa Sofia. A primeira que Constantino ergueu foi destruída pela insurreição «Nika» em 532. Ao deplorar o feito, o imperador, então na força dos anos e exaltado por altas aspirações, quer dar público testemunho da grandeza da sua era. Sob a direcção de dois arquitectos de fama — Antémio de Trales, Isidoro de Mileto —, massas enormes de operários trabalham sem descanso. Mil preciosidades são reunidas, vindas dos lugares mais diversos e remotos do Império. Só assim se concebe que o imponente edifício, cheio de tesouros, dominado por uma cúpula gigantesca, possa estar pronto apenas em cinco anos. Rezam as crónicas que, na solene cerimónia da inauguração, pelo Natal de 537, Justiniano, deslumbrado com a sua obra, recorda o celebradíssimo Templo de Jerusalém e exclama, num repto de entusiasmo: — «Venci-te, Salomão!»

Acerca de Justiniano, da sua obra, do seu longo reinado de quase quatro décadas (desde 527 a 565, data em que morre, com 83 anos) emitem os historiadores juízos peremptórois — e contraditórios.

Há quem exalte a grandeza do seu sonho e, como Will Durant, chegue a ver nele e em Belisário (muito para além de Aécio) «os últimos romanos». A maioria, porém, avalia-lhe com severidade a empresa e condena-o — por haver esgotado as reservas financeiras, haver contribuído para a ruína e empobrecimento de Roma, haver sacrificado as realidades da defesa do Império Oriental à miragem de efémeras reconquistas a ocidente. Apenas salvam de tudo quanto fez o monumento de Santa Sofia, como expoente de magnificência, e a coordenação dos princípios e das regras do Direito, alicerce da civilização futura.

Em tais juízos descobre-se muita coisa razoável, e também excessos num e noutro sentido.

Parece mais exacto recordar que, assim como há, na História, os *antecipados* — cuja visão se mostra adiantada de mais para a sua época —, também há os *retardados,* que surgem demasiado tarde e pertencem a uma fase ultrapassada já. Assim Justiniano — que se julga na era de Diocleciano, na de Constantino, quando muito na de Teodósio. Não dá por um facto primordial que altera todos os dados do problema: o nascimento da nova entidade vinda à luz com o baptismo de Clóvis, que se chama Europa e se apoia em duas colunas mestras — a fixação e consolidação dos Estados bárbaros, o ascendente espiritual, intelectual e político da Igreja Católica, encabeçada pelo Sumo Pontífice. Quis ressuscitar o Ocidente romano quando, sobre as suas ruínas definitivas, outras forças, outros impulsos, outras promessas se enraizaram, se definiram — e não podem ser ignorados ou suprimidos.

Na atmosfera de difícil e dramática gestação europeia — o espectro da Roma cesárea, monolítica, absorvente, que Justiniano tenta invocar, não vai além de mero anacronismo. Nem por isso se lhe recusará a admiração devida aos homens que visam finalidades superiores, ainda que superiores às suas forças.

Francos, Visigodos, Suevos, Lombardos

À morte de Clóvis, o reino é dividido pelos quatro filhos, visto não haver ainda o conceito de nação una, apenas o de património pessoal a repartir como herança de família. A Thierry, o mais velho, cabem os territórios adjacentes às bacias do Reno e do Meno: capital, Reims ou Métis. A Clodomiro, o vale do Loire, de Orleães a Tours, e também Chartres, Sens, Auxerre: capital, Orleães. A Childeberto, os vales do Sena e do Saône, o litoral da Mancha, e também Nantes e Angers: capital, Paris. A Clotário, Soissons, Lâon, Noyon, Arras, Cambraia, Tournai, o curso inferior do Mosa: capital, Soissons.

As ambições, rivalidades e invejas, a avidez de possuir maior quinhão, ainda que tenham de o arrebatar aos vizinhos — ateiam conflitos entre os quatro irmãos, que se guerreiam e às vezes se liquidam como feras. Quando, por exemplo, Clodomiro sucumbe, em 524, dois dos seus filhos, crianças de 10 e de 7 anos, são esfaqueados pelos próprios tios; o terceiro, Clodoaldo, só escapa ao refugiar-se no sacerdócio (será o fundador do Mosteiro de Saint-Cloud). E os assassinos dividem ao meio a herança das vítimas... Dez anos corridos, em 534, morre Thierry. Seu filho Teodeberto desaparece também cedo, em 548, e o herdeiro que deixa em 555. Como Childeberto se extingue pouco depois, em 558, Clotário restabelece nas suas mãos a unidade integral do reino de Clóvis. Não por muito tempo, aliás — pois lhe chega também a última hora em 561.

Apesar de se dilacerarem entre si, os filhos de Clóvis alargam, em sucessivas guerras, o *Regnum Francorum*.

Primeiro conquistam a Burgúndia, onde Segismundo se vê a braços com os ataques conjugados de Francos e Ostrogodos em 523. Godomar, irmão do soberano, é posto em fuga. Clodomiro aprisiona Segismundo e manda-o cruelmente lançar a um poço, com a mulher e as filhas. Depois, bate Godomar em Vezeronce (25 de Junho de 524), mas perde a vida na refrega. Só 10 anos adiante a Burgúndia capitula e, como reino independente, some-se para sempre do mapa.

Bávaros, Alamanos, Turíngios — estes mais duros que nenhuns, cujo duque Hermenfrido acaba por ser esmagado nas margens do Unstrutt (531) — entram na esfera de influência do reino dos Francos, aceitam dos vencedores os seus duques ou ficam a pagar-lhes tributos.

Assim, enquanto Justiniano persegue a sua quimera e a apoia em bases frágeis, os descendentes de Clóvis alargam, pelo centro da Europa, outro império — que perdurará.

Na Espanha visigoda, Atanagildo, embora mantenha ligações com Bizâncio, faz todo o possível por engrandecer-se e emancipar-se. Transferida a capital para Toledo, empurra, a norte, os Bascos até aos montes da Navarra e não permite na Septimânia qualquer avanço dos Francos. Estes mostram-lhe consideração especial, ao pedir-lhe as filhas — Brunilde e Galsvinta — para esposas de Sigeberto e de Chilperico, filhos de Clotário I, respectivamente soberanos de Métis e de Paris.

Sucedem-lhe, à sua morte (567), Leova e Leovigildo, dos quais o primeiro dura pouco, até 572. Ambos suplantam Atanagildo no propósito de acabar com as aparências de submissão a Bizâncio. Tanto mais que já então faleceu Justiniano e seu sobrinho Justino II não cuida de salvaguardar os frutos da *reconquista*.

Leovigildo quer unificar sob o seu poder a Península inteira; acabar, por isso mesmo, com os encraves bizantinos do Sul e impor aos povos his-

pânicos a observância da religião de Ario — talvez por influência de sua segunda mulher, Gosvinta, ariana fanática.

Reduz primeiro Leovigildo os territórios cedidos por Atanagildo a Justiniano, quando toma Assidónia (Medina Sidónia) e Córdova. Guerreia a seguir contra Suevos e Cântabros, aos quais arrebata Leão e Zamora. Luta com nobres insubmissos, que o seu autoritarismo afronta. Não tarda a experimentar dificuldades sérias com os dois filhos — Hermenegildo e Recaredo — nascidos de sua primeira mulher, a católica Teodósia, que tendem a abraçar a religião materna. O primeiro desposou a franca Ingunda, filha de Sigeberto e de Brunilde, afecta, e com fervor, ao catolicismo.

Para evitar atritos, envia Leovigildo o primogénito para Sevilha (já liberta, como Córdova, dos Bizantinos) e dá-lhe o título de governador. Hermenegildo, porém, encontra aí o notável bispo Leandro, que, à maneira de Rémy com Clóvis e Clotilde, o converte, ajudado por Ingunda. Em 579 declara publicamente a sua fé católica. Leovigildo desaprova a conversão do filho — que, para mais, entra em negociações com o rei dos Suevos, também convertido (Teodemiro reatou a tradição de Requiário ao ingressar na Igreja de Cristo, sobretudo graças ao bispo Martinho de Dume, em 560) e com o imperador Tibério de Constantinopla. Coligação destinada a liquidar o arianismo ibérico?

Reage o soberano com vigor. Convoca Hermenegildo para uma conferência, ao fim da qual o faz prisioneiro. Visitam-no no cárcere teólogos arianos, tentam persuadi-lo em vão a abjurar o catolicismo. Até que, num acesso de furor, ordena o rei que lhe cortem a cabeça na Páscoa de 585.

Insensível ao martírio do filho, mais convencido da sua força após o golpe que o suprimiu, avança nesse mesmo ano Leovigildo contra os Suevos — cujo rei Miro faleceu dois anos atrás. Ocupa Braga e Porto, anexa as terras do Noroeste ao Estado visigodo.

Saído Leovigildo da cena (586), Recaredo compreende que para firmar a unidade hispânica o pai seguiu caminho errado. E proclama a sua conversão à religião católica. No terceiro Concílio de Toledo, em 589, com a assistência do rei, da rainha, dos vultos proeminentes da aristocracia, solenemente se adoptam as teses de Niceia e de Calcedónia e se rejeita a doutrina de Ario. Os prelados arianos submetem-se à Igreja de Roma — e o povo acompanha o facto memorável com orações e cânticos de júbilo, que não deixam dúvidas sobre os seus sentimentos.

Se na Espanha visigoda poucas décadas bastaram para apagar os vestígios da *reconquista* de Justiniano, em Itália poucos anos bastam.

Logo depois da sua morte, em 568, chegam novos invasores: os Lombardos. Trata-se de um povo nórdico, oriundo porventura da Escandinávia. Alguns milhares dos seus guerreiros ajudaram Narses a vencer *Tótila* em 552. Esse contacto com o doce clima da Península Itálica não esqueceu mais aos

bárbaros errantes. E quando outro povo selvagem, os Ávaros, irrompe na bacia danubiana, para a Itália se dirigem, em massa. Nova *volkerwanderung,* como nos alvores do século V — homens, mulheres, crianças, gados, carros em que levam todos os seus haveres de nómades ... Aguerridos, brutais, sem freios nem escrúpulos, tudo destroem na sua passagem: matam, violam, incendeiam, abatem edifícios, espezinham os habitantes pacíficos. A vaga assoladora espraia-se, quase não encontra resistência no primeiro embate. A planície do Pó cai sob o jugo. Pádua, Mântua, Cremona, Verona, Milão são ocupadas e saqueadas. Pavia teima em não abrir as portas e sofre prolongado assédio. De 568 a 572 todo o Norte da Península cede à invasão. Nesse ano desaparece o rei lombardo Alboino, assassinado, segundo uma versão romanesca e macabra, pela mulher, Rosamunda, filha do antigo rei Cunimundo dos Gépidas, a quem sadicamente quis obrigar, num banquete, a beber por uma taça feita do próprio crânio do pai.

Sucede-lhe Cléfis — também vítima de assassínio. Nessa altura os nobres lombardos decidem, em vez de eleger um soberano, governar cada um a sua parcela de território. Durante 10 anos não haverá Estado lombardo mas uma série de minúsculos ducados, como o de Faroaldo, cuja capital é Espoleto, e o de Zoto, senhor de Benevento, no Sul, que se intitula príncipe.

Fácil seria talvez a Bizâncio submeter esses duques improvisados, se não houvesse novos perigos à sua volta: Ávaros, Búlgaros, Eslavos, Persas obrigam-na a abandonar cada vez mais o sonho da hegemonia no Ocidente. Em 575 ainda Justino II nomeia Baduário exarco (isto é, seu delegado, com poderes civis e militares) e o encarrega de recuperar a Itália. Desembarca Baduário e é morto no primeiro recontro. Outro exarco, enviado mais tarde, mal se consegue manter em Ravena. Entretanto, os Lombardos de novo se juntam em 584 sob a realeza de Authari, filho de Cléfis. Elegem a seguir o duque de Turim, Agilulfo, celebrado pela sua bravura.

Lombardos e Bizantinos disputam entre si, numa guerrilha sem termo e sem forma, os diversos fragmentos da Itália empobrecida, anarquizada — que perdeu a velha unidade e não a recobrará senão volvidos cerca de 13 séculos.

A Igreja, modeladora da Europa

Século e meio atrás escreveu o presbítero bracarense Paulo Orósio, discípulo de Agostinho de Hipona, no *Adversus Paganos,* esboço de história da conquista do Mundo pelo catolicismo: — «Talvez que os Bárbaros só tenham podido inundar o Império Romano para que em toda a parte, no Oriente como no Ocidente, as igrejas de Cristo se encham de Hunos, de

Suevos, de Vândalos, de Burgúndios e de outras inumeráveis multidões de crentes ...»

Bem se compreende esta visão em autor que sinceramente acredita no curso providencial da História. Se a chegada às terras ocidentais dos povos bárbaros provocou a queda e a destruição do Império Romano — não seria para tornar possíveis novas sementeiras e novas colheitas de fé cristã? Não parece a Igreja investida no papel de modelar a gestação gradual da Europa nascida das invasões?

Na verdade, um a um, os recém-chegados acolhem-se ao seio da Igreja: após a conversão de Clóvis e dos Francos, a de Segismundo e dos Burgúndios, a de Teodemiro e dos Suevos, a de Recaredo e dos Visigodos. Outros virão, até quase se confundirem Europa e Cristandade, sob a égide do sucessor de Pedro.

Sob três aspectos se marca, na época em que a Romanidade se dissolve e as jovens nações acordam para a existência histórica, a acção fundamental da Igreja: no campo espiritual, em primeiro lugar; no campo intelectual, em segundo; no campo social e político, por fim.

Quanto ao domínio espiritual, a Igreja oferece aos sobreviventes do velho mundo desfeito um refúgio, um amparo, um modelo, uma esperança. Como Agostinho previu, o crepúsculo do antigo Império — obra dos homens, perecível, portanto — deu origem a diversas estruturas que buscam, e acabarão por encontrar, viabilidade e estabilidade. Enquanto se opera, ao longo dos tempos, o trabalho misterioso da formação europeia, a Igreja vê crescer o prestígio do seu Chefe, amplia e fortalece os seus quadros hierárquicos e a todas as almas sacudidas, apreensivas, desorientadas, ensina a beleza da vida de contemplação e oração, absorvida no serviço exclusivo de Deus. É o exemplo das comunidades monásticas, que se impõem à admiração e ao respeito gerais e não tardam a exercer, na marcha da civilização ainda mal definida, influência empolgante.

A origem do monacato acha-se no Egipto e no Oriente. Anacoreta fugido a todos os convívios, estilita imobilizado no ermo sobre exígua coluna, eremita familiar dos lugares altaneiros ou agrestes — de princípio, o monge é, acima de tudo, o homem solitário. Sucede, porém, que em seu redor afluam aqueles que, de tanto o venerarem, ardem no propósito de imitá-lo. Assim se aglutinam progressivamente grupos unidos nas mesmas práticas religiosas, na mesma ânsia de aperfeiçoamento.

O facto verifica-se já com Santo Antão, mas adquire maior incremento com S. Pacómio, que acha preferível organizar os seus discípulos em vez de deixá-los dispersos, cada qual entregue a si próprio. Assim abre caminho à vida cenobítica, na Tebaida — à volta do ano de 320. Dentro de pouco o número dos monges que se juntam em comunidades sobe a alguns milhares. Mais adiante, por 360, Basílio de Cesareia estabelece as regras iniciais do monacato, fundadas numa estrita disciplina.

Do Oriente traz a semente monástica para o Ocidente o bispo Atanásio de Alexandria quando, expulso da sua diocese, se acolhe a Roma. O mesmo sucede com o bispo Eusébio de Verselhas, que do seu exílio no Egipto e na Ásia também colhe modelos para difundir na Itália.

Quatro figuras proeminentes devem assinalar-se nessa campanha que irá marcar os núcleos basilares em que se gera a Europa medieva: João Cassiano, educado entre frades num convento de Belém, amigo de João Crisóstomo, que reproduz nas *Collationes* as suas conversas com afamados eremitas e através delas fornece altas directrizes de ascese e de vida contemplativa; Martinho, bispo de Tours desde 372, fundador do primeiro convento da Gália, Ligugé, cerca de Poitiers, e de outro de maior vulto e projecção, o de Marmoutier: o admirável Honorato de Lérins, convento que se torna viveiro onde se formam alguns dos principais animadores da actividade apostólica do tempo; Cesário de Arles — antigo monge de Lérins, precisamente —, que se conserva 40 anos à frente da sua diocese e se faz ouvir de todos os soberanos da época, mesmo do ariano Teodorico ...

Bento de Núrsia e Cassiodoro

O maior de todos, porém, é Bento de Núrsia. Pertence a uma nobre família sabina — região conhecida pelo carácter austero e enérgico dos habitantes. Quando nasce — entre 480 e 490 — o Império deixou de existir e Odoacro governa a Itália. Quando chega à adolescência já Odoacro foi substituído por Teodorico. Romano pelo sangue e pela educação, não segue qualquer carreira eventual no funcionalismo ou na política, visto lhe desagradar a hipótese de entrar ao serviço dos bárbaros. Decidido a abandonar o mundo, encerra-se durante três anos no fundo de uma gruta, perto de Subiaco. Cede então aos pedidos da pequena agremiação dos monges de Vicovaro, que o convidam a tomar o governo do seu mosteiro. Malograda a experiência, reentra na gruta de Subiaco, espera não mais sair dela. Outros grupos vêm fixar-se nas vizinhanças e num prazo breve sobem já ao número de 12 os mosteiros que o designam como guia e mestre. Com o êxito vem logicamente a emulação dos clérigos próximos. Um deles, Florêncio, tal hostilidade desenvolve contra a sua obra que Bento de Núrsia parte à descoberta de instalação mais propícia. Encontra-a no cimo de um planalto entre Roma e Nápoles, outrora templo de Júpiter. Aí mesmo, nessa altura dominadora onde se ergueu o símbolo máximo da idolatria, levanta o seu monumento. Monte Cassino virá a ser o centro animador e orientador do monaquismo ocidental — centro que terá o valor de um farol do espírito e de um posto de comando.

Compõe Bento de Núrsia, chegado à culminância, esclarecido pelas tentativas anteriores, a sua regra — de todas a mais perfeita, a mais sugestiva,

S. Pedro entrega a Leão III o pálio pontifical e a Carlos Magno o estandarte de Roma (*pormenor do* Triclínio de Latrão). *O mosaico data de 796 a 800*

a mais seguida. Conhecedor dos limites e, simultaneamente, das possibilidades de superação dos homens, alia nessa regra, com avisado equilíbrio, as práticas do culto às actividades de educação e de instrução, aos trabalhos manuais e de assistência às lides agrícolas. Os seus conventos são fontes de exemplos edificantes, de ensinamentos úteis, de iniciativas de cultura e de progresso. Tudo quanto Roma deixou para a conquista de uma ordem estável, de um sentido jurídico da vida em comum, de uma hierarquia harmoniosa de funções — tudo o génio de Bento de Núrsia integra no serviço das verdades transcendentes da mensagem cristã.

No ano seguinte ao da sua morte — ocorrida a 21 de Março de 547 — funda Cassiodoro, que então regressa de Constantinopla e se impregnou também do monaquismo oriental, o Mosteiro de Vivário, na pitoresca região de Cilácio, sobranceira ao Adriático. Italiano aristocrata, enquanto ministro de Teodorico procurou conjugar o afecto à Romanidade e o desejo de lhe preservar a herança nos domínios da Cultura e do Direito. Quis favorecer entendimento mais íntimo entre Romanos e Godos. Para isso escreveu *De Rebus Gestis Gothorum*. E tanto nas *Variae* (537) como no tratado *De Anima* (540) mostrou-se fervente admirador dos clássicos greco-latinos.

A eliminação definitiva dos Godos na Itália, que o obriga a exilar-se, representa para Cassiodoro a falência de todos os seus planos. Nem assim desiste de contribuir para a defesa e salvação do património de Cultura que se arrisca a ser destruído pelas tormentas políticas e militares. Acolhe-se ao seio da Igreja: só aí pode encontrar, além do abrigo espiritual, as melhores possibilidades de trabalhar na obra que constitui o objectivo da sua vida. Embora vozes prestigiosas — entre elas as de Cesário de Arles e Isidoro de Sevilha, por exemplo — se declarem hostis às letras heleno-romanas, que consideram expressões censuráveis de paganismo, muitos destacados valores do alto clero prolongam e honram as tradições clássicas: de Paulino de Nola a Sidónio Apolinário, a Venâncio Fortunato (respeitoso amigo de Santa Radegunda, autor dos belos cantos litúrgicos *Pange Lingua* e *Vexilla Regis*), a Enódio de Pavia, a Avito de Viena, a Corripo, *o Africano* ... Além disso, as tarefas da educação e do ensino acham-se exclusivamente nas mãos de sacerdotes e monges eruditos: Gustavo Schnürer sublinha com razão que nestes tempos a fé cristã se identifica naturalmente com os ambientes de manifesta superioridade intelectual.

É Cassiodoro um dos grandes instrumentos desse papel eminente da Igreja no sector da inteligência. Ao fundar o Mosteiro de Vivário e ao converter-se ele próprio em modelo de vida devota — o *religiosus vir* louvado pelo papa Vigílio — obedece a finalidades de pura substância religiosa. A par delas, comanda-o o desígnio de formar uma escola em que todos se dediquem, além das horas votadas à oração e à meditação, a pros-

seguir os mais sérios estudos, a renovar os conhecimentos literários e científicos. Para bem definir o seu programa escreve as importantes *Institutiones Divinarum et Saecularium Litterarum,* tratado enciclopédico de teologia e das chamadas sete artes liberais — que poucos anos atrás o cartaginês Marciano Capela, em *De Nuptiis Philologiae et Mercurii,* dividiu nos dois conhecidos grupos: o *Trivium* (Gramática, Retórica, Dialéctica) e o *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música). Rodeado de valioso núcleo de tradutores e de copistas, promove Cassiodoro a restituição de velhos textos primaciais. Ele mesmo se coloca na vanguarda, ao elaborar duas obras de relevo: a tradução das *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo, a *História Tripartida* em que engenhosamente conjuga as obras apreciadas de Teodoreto, Sozómenes e Sócrates, *o Escolástico,* todas complementares da história eclesiástica de Eusébio. Mencione-se ainda o tratado *De Orthographia* — escrito na idade de 93 anos! Porque, de facto, Cassiodoro vem a morrer quase centenário — e essa longevidade permite-lhe executar longo esforço em benefício da erudição e das letras.

O Mosteiro de Vivário constitui exemplo flagrante do que é, na fase então atravessada pelo mundo ocidental, a missão da Igreja como guardiã e transmissora da cultura. E saliente-se que o facto de manter o uso da língua latina constitui uma das características da salvaguarda da Romanidade, cuja herança garante e preserva entre as inclemências da época.

Os bispos e os concílios

Para salientar o papel da Igreja no campo social, aponte-se uma vez mais o ascendente dos bispos nos aglomerados urbanos. Possuem, com efeito, uma tríplice autoridade: religiosa, como representantes locais da suprema direcção eclesiástica; política, visto serem também os representantes do soberano para a administração e o governo; popular, na medida em que são eleitos pela assembleia dos fiéis. Porta-vozes do papa ou do rei junto das populações — não deixam de ser, em contrapartida, os porta-vozes das populações junto da Santa Sé ou do trono. Dotados de cultura superior ao nível da maioria, os seus avultados bens permitem-lhes distribuir auxílios e esmolas e tomar iniciativas de rasgado progresso: constroem edifícios, promovem obras públicas de utilidade geral, erguem fortificações.

Não admira, pois, que as assembleias episcopais adquiram em cada país, através dos concílios, decisiva influência política e legislativa. Convertem-se em autêntico *instrumentum regni.* Em determinados casos acabam por exercer sobre os reis uma espécie de tutela: das resoluções conciliares deriva a orientação a seguir nos domínios da acção governativa, enquanto fundamentalmente se traçam os rumos da própria acção da Igreja. Tam-

bém, com relativa frequência, os reis se apoiam no alto clero quando travam lutas contra abusos ou pretensões excessivas da nobreza. Se as circunstâncias o aconselham, o mesmo alto clero liga-se a certos vultos da nobreza para limitar ou corrigir eventuais desmandos régios. Segundo oportuna observação de Agostinho Thierry, «o direito romano como que revive nos cânones dos concílios e regula todo o funcionamento processual dos tribunais eclesiásticos». Outro aspecto da conservação pela Igreja da herança da antiga Romanidade.

Acerca da proeminência dos concílios na vida colectiva bastará citar o característico exemplo dos concílios de Toledo na monarquia visigótica. Recordem-se ainda as censuras dirigidas aos poderosos, sempre que ostentem uma vida desregrada ou exorbitem nas suas opressões — por um Isidoro de Sevilha, um Nizier de Trèves, um Pretextato de Ruão, um Leodegário de Autun, capazes de exigir com desassombro, e em todas as emergências, o respeito integral da ética e da justiça.

A Igreja intervém para socorrer ou proteger os fracos, adoçar os costumes, impedir ou refrear violências, substituir assomos de vingança por sentimentos de moderação e de piedade, impor a melhoria das condições de existência de escravos ou de servos, submeter as asperezas e cruezas da barbárie a conceitos e procedimentos de fraternidade humana. Nas paróquias rústicas, que se multiplicam, procura-se abolir gradualmente os vestígios renitentes dos ritos e hábitos pagãos.

Assim, nesta fase de transição, quantas vezes dramática, entre a Romanidade moribunda e a Europa nascente — a Igreja torna-se protagonista de uma civilização que tem de ser guiada e amparada nos seus difíceis primeiros passos.

Acção de Gregório Magno

Para cumprir tal missão integralmente avulta agora na cadeira de Pedro uma personalidade excepcional: Gregório Magno.

Nele se aliam apurada ascendência romana (pertence a uma família de patrícios), extensa cultura, experiência de governo e de administração, fervor apostólico. Exerceu importantes funções públicas: chegou a ser, durante os dois anos de 572 e 573, prefeito do Pretório de Roma. Quis, porém, retirar-se do mundo; a herança paterna, gastou-a na Sicília, onde fundou seis conventos. Funda o sétimo no palácio dos antepassados — *Clivus Scauri,* sobre o monte Célio — consagrado a Santo André. Entra na comunidade como simples monge. Regra adoptada: a de Bento de Núrsia — de quem Gregório será biógrafo entusiasta.

Mas não lhe consentem a permanência na obscura vida que escolheu. O papa Pelágio chama-o à Cúria, investe-o em cargos de confiança, envia-o

a Constantinopla como *apocrisiário* — isto é, legado e negociador. Na capital bizantina ata relações cordiais com o bispo Leandro de Sevilha. Após o regresso guarda-o perto de si o Santo Padre na qualidade de secretário. Quando Pelágio sucumbe aos efeitos da peste em 590, aclama-o o povo de Roma e vê-se erguido ao sólio pontifício.

O pontificado de Gregório Magno, sem ser muito longo — 14 anos, de 590 a 604 —, marca, em todos os domínios, fase decisiva nos destinos da Igreja e da Europa. Trata-se de alguém que sofreu como raros ante a decadência da antiga urbe imperial. Nas veementes *Homiliarum in Ezechielem* carpiu, com dor sincera, as tristezas da Roma devastada e erma. Mas já que Roma baqueou e o Império do Oriente, enfraquecido e dividido após o desaparecimento de Justiniano, não pode retomar a empresa da reconquista ocidental — à Igreja compete a árdua tarefa de, além de evangelizar homens e povos, acudir também, no imediato plano das realidades políticas e sociais, ao Ocidente em crise. Por isso trata de impor o seu comando a todas as cristandades da Ibéria, da Gália, da Itália, do Norte de África; por isso reage contra a sobranceria do cesaropapismo bizantino e as pretensões ecuménicas do patriarca de Constantinopla; por isso cria e reforça elementos de resistência às ameaças dos Lombardos, que envolvem, do norte e do sul, os domínios da Santa Sé e põem em risco a própria cidade de Roma. O que não o impede de, sempre que as circunstâncias lho indicam, se entender com os reis lombardos e com eles firmar tratados de paz — por exemplo, com Agilulfo em 593. Encontra dedicadíssima aliada na mulher de Agilulfo, a católica Teodelinda, que tanto se empenha, através da educação dada a Adeloaldo, herdeiro do trono, na conversão do seu povo.

Frise-se ainda como Gregório Magno, admirador fiel de Agostinho, cujos textos cita com frequência, é o teólogo consagrado das *Moralia in Job* e da *Regula Pastoralis,* para orientação do clero. E como usa as rendas abundantes das propriedades da Santa Sé no incremento às vocações sacerdotais, na construção de igrejas e mosteiros, no auxílio a pobres e doentes. A Igreja, sob Gregório Magno — resume um biógrafo —, é armazém aberto a todos. E ao Santo Padre atribui este belo título: «o pai da família de Cristo» ...

O maior dos seus títulos de glória é ser o *Papa das missões,* compreender a evangelização não como iniciativa particular mas como empresa de conjunto que tem na Santa Sé lógico centro animador.

Missionários, decerto os houve, onde quer que a fé, sentida e vivida, comunicou a quem a possuía o desejo de a propagar: por exemplo, na Irlanda solitária, onde não chegaram as águias romanas e se manteve o fundo irredutível dos primitivos celtas, romanescos amantes de aventuras e de viagens — que cedo puseram o seu génio erradio ao serviço do apostolado cristão. No primeiro terço do século V enviou-lhes o Papa Celestino I o bispo Paládio. O sucessor deste, Patrício, pelo zelo de pregador e pelos

dons de taumaturgo, deixou assente em firmes alicerces a cristandade irlandesa. Seguem-no e continuam-no valorosos sacerdotes — de Brendan a Mochta, a Congall, a Niniam, ao intrépido Colomba, que traz os Pictos à Igreja, ao insuperável Columbano, evangelizador de largos troços das Gálias, fundador do Mosteiro de Luxeuil, semeador de conversões e vocações ao longo do Reno ...

Mas Gregório Magno visa a própria Inglaterra. Após a saída definitiva dos Romanos (409), os Bretões, uma vez dominada a sua resistência heróica — da qual nasceram as lendas divulgadas por Gildas, de Ambrósio, *o Bretão,* do rei Artur e dos 12 Cavaleiros da Távola Redonda —, acabaram por ceder ao ímpeto de três povos invasores: Saxões, Anglos e Jutos. Operada a difícil conquista, esses bárbaros criam uma série de pequenos reinos ou principados: de entre eles os mais conhecidos formam a chamada *heptarquia:* Kent, Sussex, Wessex, Este-Anglia, Mércia, Nortúmbria — produto da fusão da Bernícia e da Deira.

Ao visar a conversão da Inglaterra, Gregório Magno abalança-se, pela primeira vez, a regiões alheias ao antigo Império, portanto à Romanidade. Se Roma pôs pé em terras britânicas, apenas numa área reduzida tentou colonização sistemática. Há quase dois séculos que os últimos soldados e magistrados romanos de lá saíram e não deixaram sinais duradouros da sua passagem. Quase sem restos de civilização greco-latina, curva-se ao jugo de tribos germânicas pagãs. Daí resulta, como contrapartida, que pode vir a tornar-se mais efectiva a conquista dos apóstolos de Cristo, já que os habitantes da ilha, ao tomarem contacto com a Roma pontifícia, nem recordam sequer a antiga Roma dos Césares.

Em 596 parte a missão destinada aos Anglo-Saxões: vai à sua frente o prior Agostinho, do Mosteiro de Santo André, que leva consigo 40 monges ali formados. Ao reino de Kent se dirige primeiro. A escolha é determinada por uma presunção favorável: sabe encontrar valioso apoio na rainha Berta, que, bisneta de Clóvis e de Clotilde, guarda fidelidade às crenças dos seus maiores. Graças aos bons ofícios da rainha vêem-se os missionários recebidos com todas as honras pelo rei Etelberto. Durante algum tempo hesitam os rudes homens do Norte em se render à palavra do frade cristão. Este, porém, insiste com persuasiva e teimosa doçura e no ano seguinte (597) Etelberto e muitos dos seus familiares — à semelhança de Clóvis, 100 anos atrás, em Reims — aceitam em Cantuária o baptismo das mãos do prior de Santo André. O primeiro passo, dado por Etelberto de Kent, anuncia a vitória dos missionários do Cristianismo.

Já não assistirá a ela Gregório Magno — que morre a 2 de Março de 604, entre vivas manifestações de dor dos fiéis e do povo de Roma. Leva decerto, ao partir do mundo, a certeza das belas promessas da sementeira que abriu!

Percorra-se agora, de relance, o panorama europeu do primeiro terço do século VII.

De oeste para leste, começa na Espanha visigoda — onde Recaredo morre à entrada da nova centúria, em 601, depois de 15 anos de um reinado feliz. Destrona seu filho Leova II uma conjura de arianos, cujo chefe, o conde Viterico, usurpa a coroa. O intermédio herético não dura muito: em 610, aclamado pela população católica que derruba Viterico, toma Gondemar o poder. Sucede-lhe em 612 Sisebuto — que, além de rechaçar, como Leovigildo, os Bascos para além dos Pirenéus, quase arrebata aos Bizantinos o litoral mediterrânico. Apenas uma zona reduzidíssima do extremo sudoeste, entre Gibraltar e a região algarvia, acata a autoridade imperial.

Falecido Sisebuto em 621, Recaredo II não consegue manter-se. Derruba-o Suintila, expulsa os derradeiros bizantinos do pequeno território ainda na sua posse. Mas quando tenta firmar em bases dinásticas o Poder ganho à ponta da espada os nobres sublevam-se e entregam a coroa a Sesinando, governador da Septimânia (631). Reúne em Toledo o quarto concílio dois anos mais tarde, depõe formalmente Suintila e restabelece a monarquia electiva — na qual a eleição será apanágio do clero e da nobreza.

Na Gália, a unidade restaurada em proveito de Clotário I, de 558 a 561, foi efémera. Logo que desaparece, o conceito patrimonial dos caudilhos francos apaga a tentativa de reconstituição do *Regnum Francorum* uno e indiviso. Nova partilha se opera: Cariberto recebe Paris e as províncias ocidentais; Sigeberto as terras do Mosa e do Reno; Gontrão a antiga Burgúndia prolongada para sul, até Marselha; Chilperico a primitiva região dos Sálios, com Soissons e Tournai por centros. Em 567 a morte prematura de Cariberto, sem herdeiros, facilita aos irmãos apoderar-se do seu lote. Sigeberto casa com Brunilde, filha do rei visigodo Atanagildo (566). Chilperico, no ano seguinte, casa com Galsvinta, irmã mais velha daquela, e fá-la assassinar alguns meses decorridos para se unir pelo matrimónio à bela aventureira Fredegunda. O ódio e a vingança a tal ponto os dividem que por largo tempo a história dos dois reinos e dos Francos em geral desenrola-se à volta do duelo feroz de Sigeberto e Chilperico, acicatados pelas companheiras. A certa altura, Chilperico, vencido e confinado em Tournai, parece condenado a sucumbir. Chega Sigeberto a ser erguido nos escudos, em Vitry, pela maioria dos feudatários do irmão. É quando a cruel e engenhosa Fredegunda o manda apunhalar por dois enviados seus (575). E a situação, de uma hora para a outra, inverte-se. Chilperico avança e entra em Paris, na ideia de liquidar o único filho de Sigeberto, criança de cinco anos. Antes dele chega o duque Gondevaldo, que salva da morte certa o jovem Childeberto II, reconhecido em Métis, no Natal do mesmo ano, como

rei da Austrásia. (Já então se generalizou o hábito de chamar aos territórios entre o Escalda e o Loire *Nêustria* — que significa *Neoster-rike,* reino do Ocidente; e de chamar *Austrásia, Oster-rike,* reino do Oriente, aos do Nordeste da Gália e ducados germânicos até às fronteiras com os Saxões e os Eslavos.) Note-se que Gontrão, o terceiro irmão, alternadamente aliado de um e de outro partido, claramente se pronuncia por Childeberto II, que julga o mais fraco, para assim assegurar o equilíbrio das forças.

O aparecimento de um filho de Chilperico e Fredegunda, que recebe o nome de Clotário, e o misterioso assassínio de Chilperico em 584, ao pôr-do-sol, quando se apeia do cavalo após uma jornada de caça, vêm ainda complicar as coisas. Inclina-se Gontrão agora para o lado de Fredegunda e do frágil herdeiro da Nêustria, que mal conta quatro meses. As lutas continuam — entre Fredegunda, Brunilde e os partidários de uma e de outra. Gontrão fecha os olhos em 592 e a guerra pelo domínio total circunscreve-se aos dois primos — Childeberto II da Austrásia e Clotário II da Nêustria. Com a morte do primeiro em plena juventude (595) e de Fredegunda (597), e apesar dos êxitos obtidos pelos filhos de Childeberto II, Thibert e Thierry — as circunstâncias evolvem de tal sorte que, por coincidência curiosa, o grande beneficiário tem o mesmo nome do rei que na anterior geração conseguiu ficar senhor único de todos os francos: em 613, depois de caída nas suas mãos a velha rainha Brunilde, torturada com requintes de crueza, é também único senhor de todos os francos Clotário II.

Então, fortalecidos pelo papel de primeiro plano que desempenharam em todos os episódios da guerra civil, os feudais decidem-se a limitar os poderes da realeza, que depende do apoio das suas espadas e das suas hostes. Clotário II vê-se obrigado a aceitar, no Concílio de 614, pesadas exigências do alto clero e dois anos depois (616), em Bonneuil, outras, não menos pesadas, da alta nobreza. A partir de Clotário II, portanto, o monarca tem de contar, cada vez mais, com a reacção da aristocracia, ciosa dos seus privilégios e imunidades ou até movida por maiores aspirações. Essa aristocracia irrequieta encontra um chefe na pessoa do intendente da casa real, *Maiordomus («maire du palais»),* mordomo, que tende a situar-se como émulo em certos casos, noutros casos como tutor, do próprio soberano.

O sucessor de Clotário II — posto de lado, por debilidade mental, o primogénito Cariberto II, falecido, aliás, três anos depois — é o filho segundo, Dagoberto I. Reconhecido como senhor de todas as parcelas do *Regnum Francorum,* consegue suspender por algum tempo a esboçada decomposição. Só encontra dificuldades na Austrásia, onde dois homens influentes se afirmam: o mordomo Pepino de Landen e Arnoldo, bispo de Métis. Quando o vêem escolher Paris para capital e ter como conselheiro preferido o mor-

domo da Nêustria, Ega — agitam-se os próceres austrasianos. Dagoberto, para aplacá-los, manda-lhes um filho de três anos, Sigeberto, que é proclamado rei da Austrásia; como governantes efectivos, o bispo Arnoldo e o duque Anségisèle.

Ao lado de Dagoberto está o notável ministro Elói, afamado pela rara perícia na arte da ourivesaria e pelos numerosos templos e mosteiros cuja edificação promove; torna-se mais tarde bispo de Noyon e desenvolve acção evangelizadora entre as gentes pagãs do litoral do mar do Norte. Virá a Igreja a canonizá-lo.

Várias guerras ao longo do reinado: contra os Gascões, capitaneados pelo duque Égina — que se submetem em 637; contra o rei visigodo Suintila, a favor do partido de Sesinando; contra o caudilho eslavo Samo e os seus vénedos agressivos. Para concitar a boa vontade dos Saxões, perdoa-se-lhes o tributo anual de 500 vacas, pago desde o tempo de Clotário I. Aos Turíngios concede-se uma espécie de autonomia, encabeçada pelo duque Randulfo.

Quando Dagoberto, ainda muito novo, aos 36 anos, se despede do mundo (16 de Janeiro de 639), deixa a recordação de um príncipe voluntarioso e hábil, que soube navegar com felicidade entre paixões violentas e riscos ameaçadores. Todos reconhecem haver sido, graças a qualidades pouco vulgares, o último merovíngio que verdadeiramente reinou.

Heraclio

Em Bizâncio, os sucessores de Justino II — Tibério Constantino (578-582) e Maurício (582-602) — envolvem-se em permanentes lutas com os Ávaros na Dalmácia e na Trácia, e com os Persas até à morte de Cósroes I (579). A Pérsia debate-se então numa crise dinástica. O filho de Cósroes I, Hormisda IV, é derrubado pelo usurpador Bahram e só em 596 — com o auxílio do imperador Maurício, prestado a troco do abandono da Arménia — a legitimidade se reata na pessoa de Cósroes II, que virá a usar o título de *Parviz* («o Vitorioso»).

Em 602, o exército bizantino, farto das campanhas danubianas contra os Ávaros, revolta-se e, sob a chefia de Focas, marcha sobre a capital. Maurício e os filhos são suprimidos, Focas apossa-se da coroa. Segue-se um período de agitações e de violências, pois o novo autocrata exerce tirania sem peias.

Dirigem-se os numerosos descontentes ao exarco de África, Heraclio. Solicitam a sua intervenção — ante a anarquia interna e as ameaças externas: sob o pretexto de vingar Maurício, de quem foi amigo, Cósroes *Parviz* declarou guerra a Focas em 603 e os seus exércitos avançam rapidamente; atingem mesmo Calcedónia, fronteira a Constantinopla.

Acorre Heraclio à frente da esquadra. Focas desaparece e o patriarca de Constantinopla sagra o novo imperador, que o povo aclama (610).

Entretanto, a avalanche persa continua a galgar nas províncias asiáticas. Cai Antioquia em 611; logo Damasco e a Síria inteira, em 613; no ano seguinte, em Maio, a tomada, o saque e o incêndio de Jerusalém, cujo patriarca é levado prisioneiro, enquanto os sobreviventes se vêem reduzidos — como outrora, na era sombria de Nabucodonosor — a um rebanho de escravos que marcha, sob o chicote, para o exílio.

Enche-se toda a Europa cristã, da Espanha a Bizâncio, de mágoa, que se converte em furor — quando se sabe que o Sassânida arrebatou a Vera Cruz e declara haver destruído para sempre a religião do Nazareno.

Heraclio só pensa em libertar a Terra Santa e as outras províncias perdidas. Em 622 desembarca na Ásia Menor, empurra para longe o general persa Shahrbaraz, atravessa a Arménia, destrói, como represália directa, a terra natal de Zoroastres, Clorumnia, onde apaga o fogo supostamente inextinguível, e derrota os Persas em Arsissa, junto ao lago Van. Em 627 outro êxito, em Mossul. O desenlace surge em 628: Cósroes *Parviz* é destronado por um dos seus filhos, Sheroye, que aceita uma paz de vencido, cede de novo a Palestina, a Síria, a Mesopotâmia Ocidental, o Egipto — e restitui a Vera Cruz. O próprio Heraclio entra em Jerusalém com a relíquia sobre os ombros, numa votiva procissão de desafronta. Parece total a sua vitória, já que demoliu de vez o poderio dos Sassânidas e fez ressurgir o prestígio das armas de Bizâncio. Haverá quem não hesite em compará-lo — como o historiador russo Ouspensky — a Alexandre Magno, conquistador do Oriente ...

Já então, porém, outro perigo maior se ergue; o ano de 622, que marca o princípio da campanha de Heraclio, é também o da fuga de Maomet de Meca para Medina. E aí começou um ciclo novo — que vai encher de sombras os horizontes da Europa ...

ASSALTO DO ISLÃO

Nada faz supor nos inícios do século VII que a Arábia possa exercer papel de primeiro plano no Mediterrâneo oriental, onde dominam e rivalizam o poderio da Bizâncio de Heraclio e da Pérsia dos Sassânidas. Trata-se de vasta península «em estado inorgânico», segundo a expressão de Sourdel: desde a configuração geográfica ao elemento humano, os contrastes abundam e a desarmonia é flagrante. Cadeias de montanhas abruptas viradas ao golfo Pérsico alternam com planuras litorais fracamente propícias

à vida agrícola e com largas extensões arenosas e desertas, apenas cruzadas de longe a longe por grupos de beduínos nómades. As oposições do clima dividem a região em duas zonas distintas: a do Sul, próxima do Índico, mais cultivada e habitada; a do Norte, árida em extremo, onde existe um núcleo privilegiado, o Hejaz, com algumas aglomerações comerciais: Yathrif, Taif, Khaibar, acima de todas a próspera Meca, centro religioso e mercantil. Ali afluem caravanas que a ligam por um lado ao Mediterrâneo, por outro aos países de Oriente — e se entregam a lucrativo tráfico.

A zona do Sul conheceu, em remotas eras, lendária opulência — nos tempos do reino de Sabá, cuja soberana visitou e deslumbrou a Palestina de Salomão. Caiu mais tarde sob o jugo dos Abexins. Na zona do Norte, certos pequenos Estados deixaram vestígios na História: o dos Nabatenos no século I, com Petra por capital, aliados de Roma; o de Palmira no século III, entre o Império Romano e as terras orientais; o dos Lakemidas, com a capital em Al-Hira, satélites da Pérsia; o dos Gassânidas, satélites do Império Bizantino. Os Árabes, geralmente politeístas, adoram as forças da Natureza; nas orlas setentrionais e meridionais penetra o cristianismo herético de nestorianos e monofisitas.

Entre as divindades que preponderam na quase totalidade do território contam-se: Al-ozzâ, a estrela da manhã; Manât, deusa da felicidade; Al-Lat, deusa do céu. A todas se sobrepõe Alá, deus por excelência, também chamado «senhor do templo». Esse templo é o de Meca e admite-se que Alá seja o deus particular da tribo dos Quoraixitas, vindos do Norte, cujo ascendente local data pelo menos do século IV e cujo prestígio deriva de figurarem entre os descendentes de Ismael, filho de Abraão. Organizam os Quoraixitas em seu proveito o culto de Alá e dos outros deuses secundários e persuadem os habitantes da cidade a pagar-lhes tributo regular sobre as colheitas e também algumas cabeças de gado. Investem-se na missão de sacerdotes, guardiães do sepulcro sagrado e administradores dos bens destinados às cerimónias religiosas. O grande objecto da veneração dos peregrinos de Meca é um edifício de formas geométricas — a Caaba (cubo) — dentro da qual se acha a célebre Pedra Negra, que os fiéis, entre genuflexões, devotamente beijam enquanto não cessam de entoar os seus cânticos e de recitar as suas preces. Supõe-se a Pedra Negra caída das paragens celestes e incrustada na Caaba desde a era de Abraão: constitui pedra angular da religião dos filhos de Ismael — Ismaelitas — depois que este, expulso por Sara, com sua mãe Agar, em benefício de Isac, procurou abrigo nos areais arábicos ...

O culto de Alá, embora misturado com o de divindades numerosas, assim como as influências consideráveis recebidas de Judeus e Cristãos, formam clima propício a um progressivo monoteísmo. Para muitos Alá não é já só o deus principal, é o deus único. Os monoteístas, que reagem contra o politeísmo tradicional e começam a ganhar terreno entre os com-

patriotas, são designados por *hanîfs*. Ao assinalar o movimento crescente para um tipo de crença unificada, observa Christopher Dawson: — «A Arábia do século VI sofre um processo de contínua mudança e de fermentação: encontra-se madura para o aparecimento de um novo poder ...»

Esse poder não vai tardar a revelar-se. Desde os primeiros anos da centúria aparecem entre os Quoraixitas dois chefes rivais: Haxim e Omia. Quando Haxim morre, sucede-lhe seu filho Abd-al-Muttalib. Casa o filho deste, Abdalá, entre 568 e 570 — antes de partir para a expedição de onde não volta — com uma jovem da sua tribo, Amina.

No ano seguinte (569 ou 571) Amina dá à luz uma criança — que será o «novo poder» esperado ...

O «Mensageiro de Alá»

Obscuras e confusas as informações acerca da infância de Abulqâcim (como o designam nos primeiros anos) — mais tarde conhecido por Maomet, que significa «o Louvado». Muito cedo privado dos pais, vive algum tempo com o avô Al-Muttalib; por sua morte, com o tio Abu-Talib. A herança recebida de Abdalá limita-se a cinco camelos, um rebanho de cabras, uma pequena casa e um escravo. Sem meios de fortuna, Abu-Talib põe o sobrinho ao serviço da beduína Halima, que o emprega como guardador de gado nas montanhas cerca de Taif. Mais tarde, leva-o consigo quando, integrado em caravana de mercadores, se dirige a terras sírias. Há mesmo uma tradição, pouco digna de crédito, segundo a qual numa dessas viagens Maomet terá tomado contacto com núcleos de judeus e cristãos e com eles aprendido rudimentos de formação religiosa. Descrevem-no alguns biógrafos com jovem de airoso porte, olhos vivos, bela cabeleira anelada, temperamento impulsivo, inquietação um tanto febril.

Pouco depois vai viver junto de uma rica viúva, Cadija, talvez sua parente — de quem se torna procurador e acaba por se tornar marido. A diferença de idades é considerável: anda Maomet nos 25 anos e Cadija nos 40. Nem por isso deixam de constituir um casal feliz. Vários filhos nascem do matrimónio e quatro filhas: Zeineb, Roqaia, Oummon Keltsoum e Fátima. De todas, só a última virá a ter descendência.

À medida que os anos correm dá Maomet sinais de crescentes preocupações místicas. Alterna os momentos de tensão com fases de depressão extrema. Torna-se um *hanîf*, crente no deus único. Busca frequentemente isolar-se — e retira-se com os seus para uma gruta do monte Hira, a cinco quilómetros de Meca, onde vive entre preces, jejuns e meditações. Certa noite (por 610 ou 611, a data não está bem estabelecida) — quando se encontra só, invadido pela angústia, descerra-se-lhe misteriosa visão. Eis como a relata, segundo o autorizado biógrafo Muhammad-ibn-Ishak:

«Enquanto eu dormia, sob uma cobertura de brocado de seda onde qualquer coisa estava escrito, apareceu-me o Anjo Gabriel e disse-me: — 'Lê.' Respondi: — 'Não sei ler.' Fez sobre mim tal pressão com a cobertura que supus morrer. Soltou-me depois e repetiu: — 'Lê!' Então, li em alta voz e o Anjo abandonou-me. Acordei, e foi como se aquelas palavras tivessem sido escritas no meu coração. Logo saí e caminhei, até que, cerca da montanha próxima, escutei uma voz do Céu que bradava: — 'Maomet! Tu és o mensageiro de Alá e eu sou Gabriel.' Levantei a cabeça para ver, e descobri Gabriel sob a forma de um homem, com os pés unidos à beira do Céu, que repetia: — 'Maomet, és o mensageiro de Alá e eu sou Gabriel.'»

Vibrante, impressionadíssimo, receoso de haver enlouquecido, de (como temem constantemente os Árabes) estar sob a influência de um *ginn,* ou espírito maléfico, vai ter com Cadija, conta-lhe a sua visão, com a cabeça sobre os joelhos dela como criança sequiosa de amparo, em frases enervadas. Cadija desempenha, nessa hora, papel decisivo. Por ser bastante mais velha, perfeitamente normal, trata-o com sentimento misto, conjugal e materno. Pode acolher a narrativa do marido como simples alucinação de espírito desequilibrado caído em excessos de misticismo. Pelo contrário: serena, animada de fé profunda, declara a Maomet que se trata sem dúvida de predestinação celeste e desde esse momento o considera, de facto, enviado de Alá. Quer ser a primeira a saudar-lhe o destino de profeta — que a todos ensinará a alta verdade inscrita pelo Anjo no coração aberto à vocação de divino arauto.

Sem este apoio fundamental, quem sabe se Maomet sucumbiria ou desconheceria o sinal? Fortalecido pela confiança estimulante da companheira, não hesita. Na encruzilhada escolheu o caminho.

Uma nova religião nasce. Funda-a Maomet, decerto; a seu lado, Cadija merece figurar também como autêntica fundadora ...

A partir de então, o Profeta desenvolve actividade infatigável. Vêem-no muitas vezes cair em transe, estremecer em movimentos convulsivos. Explica mais tarde que o sagrado livro, o Corão, só pouco a pouco lhe é comunicado, quase sempre pelo Anjo Gabriel. São esses fragmentos que depois vulgariza nas suas prédicas. Adquire maior segurança, afirma-se com redobrada certeza intérprete do pensamento e da vontade de Alá; em nome de Alá exorta, censura ou ameaça. A sua eloquência, dia a dia mais persuasiva, conquista sobretudo a gente humilde — visto anunciar o Juízo Final e prometer grandes recompensas àqueles que, em vez de se absorverem numa existência exclusivamente materialista de servos da riqueza, dêem provas de sincero fervor no culto do deus único.

Os primeiros adeptos são artífices modestos, doentes, pobres, escravos. Além de Cadija, firme a apoiá-lo, abrem-se à palavra de Maomet seu

primo Ali, filho de Abu-Talib, e Zeid, antigo servo liberto. Há uma adesão de vulto, a de Abubecre, influente junto dos Quoraixitas, que lhe traz cinco dos mais consideráveis chefes da sociedade de Meca. A maioria, hostil, olha-o como louco. Vale-lhe a protecção do tio Abu-Talib, indiferente aos seus discursos mas que se julga obrigado a defendê-lo por ser membro do clã haxemita (de Haxim).

A situação tende a agravar-se quando se avolumam os auditórios de Maomet e as prédicas sobem de tom e visam directamente o culto da Caaba, apontado como pura idolatria. Está ali a fonte dos rendimentos dos Quoraixitas, que se coligam para fazer calar o insólito desmancha-prazeres. Como não se atrevem a afrontar directamente os Haxemitas exercem represálias sobre os neófitos da classe mais baixa. A tal ponto que Maomet aconselha os seus seguidores desafortunados a emigrar, a fim de escaparem à perseguição. Refugiam-se muitos deles na vizinha Abissínia, onde os acolhem com simpatia os cristãos nestorianos — que professam crenças parcialmente semelhantes às suas.

Em 617 juntam-se a Maomet duas outras figuras de relevo, o impetuoso Hamza e o valente Omar-ibn-al-Katthab. As fileiras do Profeta engrossam. E os Quoraixitas reagem com maior vigor. Isolados, os Haxemitas concentram-se num bairro à parte.

Na altura em que parece avizinhar-se a conciliação, dois golpes fatais atingem Maomet: em 619, morre Cadija, a fiel companheira; a seguir, desaparece Abu-Talib do número dos vivos.

Ainda tenta o Profeta abrigar-se em Taif — mas os habitantes repelem-no, temerosos de entrar em conflito com os opulentos senhores de Meca. A salvação surge através de um grupo de negociantes de Yatsrib, pequeno oásis situado ao norte, acorridos a ouvi-lo em 620 e de tal modo impressionados e conquistados que dois anos mais tarde uma deputação da cidade vem convidá-lo a ir habitar dentro dos seus muros.

Aceita Maomet, organiza em segredo a fuga, consegue iludir a vigilância dos Quoraixitas, que pretendem impedi-lo de sair. E acaba por se escapar de noite, com Abubecre, sobre dois camelos trazidos a ocultas pelos filhos deste. Histórica efeméride a da sua partida: 13 de Setembro de 622 A fuga de Maomet *(hégira)* virá a ser a data inicial da nova religião.

Sete dias de jornada para vencer os 400 quilómetros que separam Meca de Yatsrib. Junta-se-lhes Ali em Rouba, a 20 de Setembro. Yatsrib, onde entram a 24, muda o seu nome para Madinat-al-nabî, a Cidade do Profeta: mais abreviadamente — Medina. Funda Maomet uma comunidade de carácter teocrático; e estabelece a indispensável unidade moral entre os auxiliares *(Ançar)*, seus fiéis de Medina, e os emigrados *(Mohâjroûn)*, que o seguiram desde Meca. Todos juntos constituem os Muçulmanos *(Muçlimin)*, isto é, «os que se rendem», «os que estão em paz com Deus». Ao novo credo dá o nome de Islão, isto é, «render-se», «fazer

a paz». Ainda restam os judeus de três núcleos diferentes — os Banôu Nadhir, os Banôu Qoraïdza, os Banôu Qainoqâ, persistentes na sua religião própria; e os que não gostam de acatar a autoridade de um estranho e só na aparência o seguem: são os «hipócritas» *(monnâfiqoû)*, cujo condutor, Abdalá-ben-Obay, é chefe da tribo dos Kharrãj. Maomet desenvolve diplomacia cautelosa entre todos os grupos, reconhece aos Judeus a liberdade de professarem as suas crenças, assegura gradualmente a estabilidade do Poder.

O problema da insuficiência económica — ainda agravada com o advento dos que chegaram de fora — obriga-o a recorrer ao sistema habitual entre os Árabes do tempo: o banditismo e a pilhagem, transfigurados em guerra santa *(gihâd)*.

Em 624, na Primavera, comanda um assalto a volumosa caravana de Quoraixitas, chefiada por Abu-Sufyân, que regressa da Síria. É o combate de Badr, efectuado cerca do poço do mesmo nome. Os Mequineses deixam mortos, prisioneiros e mercadorias no terreno da luta. A vitória inclina-se para o «Enviado de Alá» — e aumenta logicamente o seu prestígio. Não se esquece Maomet de sobrepor à acção das armas uma campanha espiritual e moral. Atribui-lhe um biógrafo esta síntese: — «Voltamos da pequena guerra santa para fazer a grande guerra santa *(mongêhada)*, que é o esforço de cada um contra si próprio a fim de melhor se integrar na vontade divina ...»

Então toma o Profeta decisão extremamente grave, da qual resulta o formal rompimento do Islamismo com o Judaísmo e o Cristianismo. Até princípios de 624 os adeptos de Maomet recitavam as orações virados para Jerusalém. Eis que em Fevereiro desse ano, quando certo número de muçulmanos, prostrados, rezam em Qoubâ, um emissário surge, a avisá-los de que nova revelação determina que as preces se executem na direcção de Meca. Todos imediatamente obedecem e mudam o rumo *(quibla)* de norte para sul. A partir dessa hora o Islão deixa de poder confundir-se com qualquer variante cristã ou judaica; passa a religião especificamente árabe, autónoma, adversa a todas as outras.

Abu-Sufyân, ansioso pela desforra, avança de Meca à testa de alguns milhares de homens. Saem-lhe ao encontro os de Medina e aguardam-no cerca do monte Ohod. A traição dos «hipócritas», que faltam com o auxílio prometido, e a indisciplina de alguns impacientes facilitam a manobra de envolvimento bem delineada pelo general quoraixita Khâlid-ben-al-Wâlid (625). Em debandada, Maomet e os seus acolhem-se a Medina. O Profeta sofre mesmo ferimentos sérios. Por fortuna, os inimigos não os perseguem, mas anunciam que voltarão no ano seguinte. Quando reaparecem, com exército mais numeroso, Medina já os espera ao abrigo de largo fosso, cavado por sugestão do persa Selmân. Temem atacar os Muçulmanos defendidos por tão forte barreira — e preferem retirar-se.

Maomet sente que chega a altura de passar à ofensiva. Não visa já a abolição do culto centralizado em Meca — antes a evolução de sentido monoteísta. E espera convencer todos os árabes a alistar-se sob a sua bandeira.

Em 628, à frente de uns 1500 fiéis, resolve o Profeta dirigir-se a Meca em peregrinação. Os Quoraixitas, entrincheirados no desfiladeiro de Hodaibiya, vedam-lhes a passagem. Desta vez não há luta, mas negociações. Os de Medina desistem de continuar, mas promete-se-lhes livre acesso a Meca no ano seguinte.

Em 629 as circunstâncias tornam-se ainda mais favoráveis a Maomet. Juntou às suas mulheres a jovem Omm Habiba, filha de Abu-Sufyân. E Khalid-ben-al-Wâlid, o vencedor de Ohod, ingressa no Islão. A fim de evitarem incidentes os Quoraixitas saem da cidade; os peregrinos de Medina — em número de dois milhares — entregam-se livremente às devoções na Caaba. Toca o Profeta com seu cajado a Pedra Negra, grita aos que o acompanham: — «Não há outro Deus senão Alá!» Todos repetem, exaltados e ardentes: — «Alá é o único Deus!»

Retira de Meca sem ter cedido à tentação do golpe de força. Mas em Janeiro de 630, já com 10 000 homens atrás de si, dispõe-se a ocupar a cidade de qualquer maneira. E Abu-Sufyân, agora seu sogro, firma a capitulação, depois de se haver convertido ao monoteísmo.

Triunfante, entra Maomet no meio das aclamações populares, manda derrubar os ídolos da Caaba, decreta larga amnistia. Recolhe-se por fim a orar no túmulo de Cadija, grande aliada da primeira hora.

Em 631, a romagem do ano, sob a presidência de Abubecre, outro dos seus sogros, é assinalada por uma revelação, transmitida por Ali, que definitivamente condena o velho politeísmo. Maomet preside, em pessoa, à grande peregrinação de 632: engloba multidão imensa de quase 100 000 fiéis. E dá o exemplo na prática dos ritos fundamentais do Islão: sacralização preliminar, sete voltas em torno da Caaba, culto da Pedra Negra, circuito entre as colinas de Safua e Marna que recordam Agar e Ismael, convergência no sopé do monte Arafa sobre o qual se julga haverem-se encontrado Adão e Eva e de onde profere um sermão. A jornada termina com a descida para Mozdalifa e, na manhã seguinte, alguns derradeiros sacrifícios e a visita final aos lugares sagrados.

Fica este acontecimento conhecido como «Peregrinação do Adeus». Maomet, no sermão do monte Arafa, lança a todos os assistentes o apelo à unidade, fixa diversos pontos de doutrina e por duas vezes interroga solenemente o vasto aglomerado dos crentes: — «Terei cumprido a minha missão?» Saudado por clamores afirmativos, não tarda a regressar a Medina — para ali morrer a 8 de Junho de 632.

Tudo indica, de facto, que o «Enviado de Alá» cumpriu a missão da qual se sentiu investido pela estranha visão do monte Hira.

Qualquer que seja o juízo a formular sobre o papel de Maomet, terá de se dar razão a Will Durant: «antes do seu aparecimento a Arábia era um vasto conjunto de tribos idólatras; na altura da sua morte é uma nação». Reformador moral e político, apoiado numa sincera convicção religiosa, promove a unificação do povo árabe. Encontra-o fragmentado em pequenos bandos de nómades ou de mercadores; deixa-o possuído da consciência da sua solidariedade, da sua força e do seu destino. Graças a um misticismo nunca separado da diplomacia, do senso das realidades e da persistência diante de todos os obstáculos e problemas — seja ou não profeta de Alá, Maomet, historicamente considerado, é o profeta do pan-arabismo.

A «gihâd» em marcha

A religião criada por Maomet resulta singularmente adequada ao povo árabe. Iletrado, impulsivo, avesso a subtilezas teológicas, enuncia-lhe os princípios com simplicidade incisiva — e impressiona essa gente aventureira, cavalheiresca, sensível aos prazeres, tão sóbria na existência quotidiana como cheia de aspirações indefinidas e empolgantes.

Através dos capítulos do Corão *(surates)*, texto *inspirado* não *elaborado*, em que se colhe a todo o momento o sabor da transmissão oral directa — embora por vezes o estilo ressalte florido e poético —, extraem-se os pontos fundamentais do credo islâmico.

Antes de nada, monoteísmo absoluto — monoteísmo irmão do judaico, tão rigoroso que chega a acusar o Cristianismo de o não ser pela concepção trinitária de Deus. Tudo se resume na dupla afirmação unicidade de Deus, missão do seu enviado: — «Alá é deus único e Maomet o seu Profeta.» Outros profetas existiram antes, de Adão a Noé, a Abraão, a Moisés, a Jesus. Maomet reconhece-os por antecessores, mas reivindica para si a qualidade de emissário mais autorizado e mais verídico — definitivo revelador do pensamento divino.

A religião muçulmana repousa sobre os chamados *cinco pilares*, que a tornam das mais fáceis de praticar. Primeiro pilar: a profissão de fé *(taxahhoud)*, que proclama a divindade exclusiva de Alá e o privilégio de Maomet como seu mais qualificado intérprete. Segundo: a oração canónica *(çalat)*, que se repete cinco vezes em cada dia, precedida de abluções e acompanhada de genuflexões e prosternações rituais. Terceiro: o jejum *(çaoum)* durante o mês do Ramadã, pela abstenção de alimentos e dos prazeres dos sentidos. Quarto: a esmola legal *(zakât)*, obrigatória para todos, independente das dádivas espontâneas da caridade *(çadaqa)*. Quinto: a peregri-

O Fim do Ramadão, *iluminura de Al Wasiti (escola de Bagdade, século XIII — Biblioteca Nacional de Paris)*

nação anual a Meca, onde se executam os actos rituais da «Peregrinação do Adeus» e também agora se visita piedosamente o túmulo do Profeta.

Além de tais práticas o Corão faz pesar sobre a humana conduta a perspectiva determinante do Juízo Final, em que serão avaliados os méritos e as culpas de cada um e distribuídos castigos e prémios. Mais do que os actos contará a fé com que se acreditou em Alá e se obedeceu ao seu soberano influxo o Inferno, lugar de expiação, e o Paraíso, lugar de delícias, são descritos em cores sugestivas — o segundo, principalmente: consiste num imenso jardim cruzado por maravilhosos rios e sombreado por árvores de largo porte; aí, os justos, vestidos de brocado e ornamentados com preciosas gemas, poderão beber a seu gosto, servidos por uma teoria de jovens de inalterável beleza (as *huris*), cuja frescura e perfeição em nada se assemelham às das suas congéneres terrenas... Trata-se, pois, de um paraíso cheio de seduções materiais, um tanto grosseiras. Deve corresponder aos sonhos dos cavaleiros errantes, quando percorrem longas extensões áridas sob a canícula impiedosa — e suspiram por oásis verdejantes, águas claras, repousos beatíficos, ideais companheiras...

Tudo isto lhes promete o Paraíso de Maomet — desde que o mereçam pela inteira confiança em Alá e no seu enviado, pelo escrupuloso cumprimento das prescrições do Corão, pela fidelidade aos cinco pilares em que assenta a vida do muçulmano cumpridor.

E também pela coragem de que dêem provas no combate aos inimigos de Alá. Todos os homens são irmãos e a todos se deve pregar a boa doutrina. No entanto, quando a palavra não encontre eco e a persistência no erro se acentue — é dever e virtude travar por Alá, contra os que o negam ou desconhecem, a *gihâd,* a guerra santa.

Valentes, andarilhos, sonhadores, habituados a demoradas marchas quase sem alimento, agora especialmente exaltados pelo fanatismo que a nova religião lhes inoculou — os cavaleiros árabes, morto o Profeta, vão lançar-se sem demora na *gihâd*. Tudo se reúne para fazer desse povo de pastores e de negociantes, sequioso de espaços, de imprevistos e de rapinas — legião de conquistadores indomáveis. Tanto mais que no Corão e nos *Hadits* (testemunhos sobre a vida de Maomet e seus companheiros) encontram belos textos estimulantes que os impelem a não vacilar — seguros do prémio final. Este, por exemplo, que tudo resume em legenda expressiva: — «O Paraíso está à sombra das espadas.»

Deparam os servidores da *ghiâd* com uma série de circunstâncias propícias. As difíceis condições de vida levam-nos a desejar com ansiedade outras terras, outros meios, outros campos de exploração e de expansão. A normal avidez multiplica-lhes as forças, torna-os impacientes de vencer e despojar os vizinhos. Esses vizinhos mais próximos — Pérsia e Bizâncio — acham-se esgotados por longos conflitos, quer internos quer externos. O Impé-

rio dos Sassânidas após o desaparecimento de Cósroes *Parviz,* com soberanos ainda crianças e generais usurpadores; o Império Bizantino, arruinado pelas sucessivas campanhas, forçado a levantar impostos que semeiam protestos e revoltas — oferecem-se, vastos, minados por mil dissidências, às investidas dos impetuosos Árabes. Repare-se que entre os fermentos de divisão avultam os de carácter religioso. Sobretudo na Síria e no Egipto, os núcleos de monofisitas e de nestorianos, perseguidos pela Igreja bizantina, acolhem os muçulmanos como libertadores.

Além disto, nas províncias orientais do Império, assim como entre os Persas, as virtudes militares desaparecem: a maioria aspira a existência pacífica e ociosa. Enquanto os soldados do Islão se distinguem pela resistência às privações e canseiras e pela disciplina sem falhas ante as ordens dos comandos, surgem-lhes na frente homens corrompidos ou fatigados, maduros para o desânimo, a cedência, a capitulação fácil.

Alastramento do Islão

Como o Profeta nada determinou quanto à sucessão, segue-se à sua morte um período agitado e confuso. Elege-se enfim o primeiro *califa* (isto é, «vigário», «representante» de Maomet): seu sogro Abubecre, que o acompanhou na fuga para Medina e cuja fidelidade não pode ser posta em dúvida. O título oficial — visto califa ser apenas uma forma de o designar — é *amir al-muminim,* «condutor dos crentes».

A passagem de Maomet incutiu nova consciência e novos ardores às gentes dispersas da Arábia: trouxe-lhes apelo fremente à unidade. Mas as divisões parecem renascer. Numerosas tribos, convertidas apressadamente ao monoteísmo sob o influxo da personalidade fascinante do Profeta, de novo se tresmalham em veleidades de autonomia. Se Abubecre transige com as efervescências separatistas não tardará a perder-se todo o esforço do fundador do Islão. Por isso abre hostilidades contra os insurgidos e através de uma série de recontros e expedições — as guerras da *Ridda* (*Ridda* sinónimo de apostasia) — consegue fazer acatar a sua autoridade em toda a Península Arábica. E não se detém uma vez subjugados os dissidentes.

Tomou o comando das tropas Khalid-ben-al-Wâlid — tão hábil como desapiedado. Submetida a Arábia, após a vitória decisiva de Agraba, no Nedjid Oriental (633), Khalid responde ao convite dos nómades fronteiriços para uma incursão no Iraque, então sob domínio persa. E participa em breves «razias» nas terras da Palestina e da Síria. Logo volta com os seus ao ponto de partida — ao imenso deserto onde se perde o rastro dos ginetes velozes ...

Abatido embora pelo peso dos anos, Heraclio envia contra eles uma expedição — que já os não alcança. No ano seguinte ei-los a saquear

Damasco, mal guarnecida de tropas. Desta vez manda Heraclio exército mais volumoso. Árabes e Bizantinos chocam-se junto ao rio Yarmuk, a sudeste da capital síria — e apesar da desproporção numérica são os primeiros os vencedores. A mobilidade dos cavaleiros maometanos desorienta, confunde as heterogéneas forças de Bizâncio. E a Síria deixa de pertencer ao velho Império Bizantino para se tornar embrião de outro império nascente ...

Omar-ibn-al-Khattab, que sucede a Abubecre, é figura proeminente desta fase inicial da história do Islão. Por um lado organiza as massas de beduínos como verdadeiro exército de conquista; por outro, dá severos exemplos de ascetismo e de humildade. Vive como penitente, com trajos modestíssimos e alimentos reduzidos ao mínimo. Gosta de se misturar a plebeus e mendigos. Despoja Khalid do comando — entregue a Abu Obeida — por o achar demasiado cruel, sem deixar de admirar-lhe a valentia.

Após a vitória do Yarmuk o ascendente dos Árabes na Síria não encontra oposição válida. Damasco rende-se em Agosto de 635. Em 636 cai Antioquia. Em 638 Jerusalém, a Cidade Santa — de onde Heraclio fez já sair a Vera Cruz, levada para Constantinopla —, sem poder resistir mais, abre-lhe as portas. Para consentir na capitulação o patriarca Sofrónio põe como condição vir o próprio califa assiná-la. Omar faz-lhe a vontade. Chega sem fausto, na sua pobre indumentária, com um saco de trigo, um cabaz de fruta, uma escudela de madeira. Os chefes do exército — à frente Abu Obeida e Khalid — surgem a recebê-lo. Mas despreza-os e censura-lhes as vestes aparatosas e os corcéis ajaezados. Trata Sofrónio com brandura, consente que se mantenham os santuários cristãos e limita-se a ordenar a construção da mesquita a que será posto o seu nome. Regressa depois a Medina, a fim de sossegar os que receiam a instalação do califa em Jerusalém.

Também se distinguem os caudilhos muçulmanos nas regiões mesopotâmicas. Subiu em 634 ao trono o jovem Yezdegird III, que virá a ser o último sassânida. O velho Império Oriental apresenta-se como presa fácil. Muthanna, general árabe, comunica-o ao próprio califa, que chama de novo Khalid e o coloca à testa da expedição. Derrubado o fronteiro persa Hormisda, os invasores seguem, em marcha irresistível, até ao Eufrates. Por ter Khalid de acudir a outro lugar Muthanna toma a chefia e atravessa o rio numa ponte de barcas. Sai-lhes ao caminho Rustan, governador de Coração, e desbarata-os na batalha do Ponto; os Árabes reorganizam-se aceleradamente e em El-Bowayb liquidam as forças inimigas (634). Levanta Yezdegird novos efectivos e Omar envia Saad, com reforços. Saad e Rustan encontram-se em Kadisya (636). O segundo fica morto na batalha. Já nada pode deter a onda islâmica, até à entrada em Ctesifonte. Anos adiante, Yezdegird tenta a recuperação. Em Narahand, os seus homens são encurralados e massacrados nos desfiladeiros. Os generais de Omar ocupam a Pérsia inteira.

Já então se desencadeou também a ofensiva de Amru sobre o Egipto, onde chega pelo delta do Nilo, derrota o bizantino Teodoro e, ao fim de um assédio de sete meses, se apodera do Cairo (641).

Nesse mesmo ano abandona o mundo Heraclio. Três décadas mais cedo sonhou restituir a Bizâncio a grandeza de outrora. Venceu Cósroes, entrou com a Vera Cruz reconquistada em Jerusalém. Agora, na hora da morte, deve ter a impressão de que os seus planos se malograram e se aproxima a ruína do Império. De facto, o patriarca Ciro de Alexandria firma um tratado com Amru e o Egipto transforma-se em estado satélite do Islão — que se estende já dos areais africanos aos confins asiáticos.

Em toda a extensão o conjunto do mundo helénico se desfaz e se submete aos soldados de Alá. O Oriente impõe-se outra vez ao Ocidente. Compreende-se a incisiva síntese de Dawson, ao comentar este período: — «Maomet foi a réplica do Leste às pretensões de Alexandre ...»

Haxemitas e Omíadas

No entanto, apesar do seu alastramento vertiginoso, o Islão acha-se à beira de uma crise — motivada por graves dissidências internas.

Em plena glória, Omar tomba aos golpes de um assassino (644). Confia a eleição do sucessor a um grupo de seis individualidades de relevo, que se decidem por Othman ibn Affan. Tenta o novo califa dirigir como pode uma nau demasiado exigente para as suas forças. Promove o embelezamento de Medina, cuja mesquita restaura, e dá apoio aos guerreiros que prosseguem nas conquistas pela Ásia Menor, até ao mar Negro. Mas como pertence ao clã omíada, sempre adverso a Maomet, ergue-se a reacção dos amigos do Profeta, com Ali à frente. O epílogo é o assassínio de Othman, em Medina, por um bando de rebeldes egípcios (656).

Daqui provém a guerra civil. Enquanto o clã haxemita, de que Maomet fez parte, ergue Ali por califa, Muawiya, filho de Abu-Sufyân, chefe dos Omíadas, aparece em Damasco a apregoar vingança e a exibir as vestes ensanguentadas de Othman. Os quoraixitas de Meca, encorajados pelo apoio de Aixa, esposa favorita do Profeta, aderem. Ali, por sua vez, trata de recrutar adeptos e dá-se o recontro no Iraque, em Khoraiba, que lhe é favorável. Esse recontro será conhecido por «Batalha do Camelo», visto Aixa nele ter participado montada num camelo, a exortar os combatentes.

Nem por isso Muawiya desarma. Continua a juntar na Síria os revoltosos até constituir outro exército, enquanto Ali avança, de Kufa, junto a Babilónia, que tomou por capital. O embate verifica-se em Siffin, nas margens do Eufrates, e está quase a resolver-se pela vitória do genro de Maomet — quando, teatral, um general de Muawiya manda espetar nas lan-

ças dos seus homens exemplares do Corão e reclama uma arbitragem «segundo a palavra de Alá». As forças retiram e marca-se o prazo de seis meses. Sentenciam os árbitros que Ali e Muawiya renunciem ambos. O delegado do primeiro conforma-se com a decisão; o do segundo, pelo contrário, faz aclamar Muawiya califa.

Reina a confusão por algum tempo, até que Ali é abatido por um dissidente (661). Ainda os seus partidários lhe erguem por sucessor o filho, Hasan — envenenado em Meca oito anos depois.

Finda a crise pelo triunfo completo de Muawiya, que inaugura a dinastia dos Omíadas. Por seu intermédio os Quoraixitas acabam por ser os vencedores do velho pleito que Maomet ganhou 30 anos antes — e Ali agora perdeu.

«A maior figura do Islão depois de Maomet» — eis o juízo sucinto de Calmette acerca de Muawiya. É certo que o fundador da dinastia nova aparece na hora própria e desenvolve poderosa actividade na organização de um Império já de largas proporções mas até aí prejudicado pelo seu inorganicismo. Os seus modelos são os Bizantinos e, mais ainda, os Aqueménidas. Além de escolher Damasco para metrópole e de a encher de riquezas e de monumentos, talha a dignidade do soberano e a da corte segundo os figurinos tradicionais — que fazem do califa émulo e sucessor do «Rei dos Reis». Ao mesmo tempo cria forte rede política e administrativa, graças à divisão em províncias — nas quais, à semelhança dos sátrapas, delegados seus asseguram perfeita integração e disciplina firme. Como cúpula do edifício, sem fazer caso do velho fundamento electivo do califado, inaugura o sistema hereditário na pessoa de seu filho Yezid, declarado sucessor do trono e a quem todos prestam juramento de fidelidade.

Imitador dos Aqueménidas, Muawiya segue-os nos amplos desígnios de comandar por terra as grandes vias do comércio oriental e de se apoderar do litoral mediterrânico para também aí garantir a supremacia. Com este último fim procura desenvolver o poderio naval: é então que a palavra árabe *emir* ou *amir,* que significa «chefe», ganha o sentido generalizado de *almirante*.

Assim orientado, o expansionismo árabe adquire maior coerência, revela grandioso plano de conjunto. Enquanto Omar não permitiu o avanço para além de Trípolis o general Ocba é autorizado agora a percorrer, nas suas razias, toda a costa do Norte de África. Alastra pois até saquear Cartago; e funda Kairouan, ao sul de Tunes (670), sólido baluarte militar capaz de servir de ponto de apoio às campanhas contra os aguerridos Berberes. Estes, porém, aglutinados em torno do valoroso Koceila, infligem a Ocba, quando reflui da sua cavalgada temerária, desbarato total, em que deixa a própria vida.

No outro extremo, as ambições do califa visam logicamente Constantinopla. Se a Pérsia se desmoronou, por que não se há-de desmoronar Bizâncio?

Entre os sucessores de Heraclio — após os breves governos da sua viúva, Martinha, dos seus filhos Heracleão e Constantino III — já Constante II deu provas de energia em lutas sustentadas nos Balcãs contra os Eslavos. Quando o novo imperador, Constantino IV, sobe ao trono (668), restaura as muralhas da capital e prepara a defesa com uma nova arma comprada ao arquitecto sírio Calinico. Trata-se do célebre *fogo-grego* — série de tubos que projectam óleo de nafta inflamado: as chamas pairam sobre as águas e incendeiam os navios inimigos.

Em 670 o emir Phandelas marcha ao assalto de Constantinopla. Os muros são inabaláveis e no mar o fogo-grego devasta as esquadras atacantes. De 672 a 677 os Árabes obstinam-se: renovam, cada Primavera, investidas furiosas. Sempre em vão. Muawiya firma com o imperador um tratado de paz por 30 anos. A resistência da cidade do Bósforo evita a islamização do continente europeu. E prolonga de alguns séculos a sobrevivência de Bizâncio.

Apesar das precauções tomadas por Muawiya quando estabeleceu a sucessão hereditária, à sua morte (680) acende-se a luta em volta do trono. Husein, filho de Ali, propõe-se reconquistar o Poder e parte de Meca em direcção a Kufa. Saem-lhe ao caminho, em Kerbela, os fiéis de Yezid, comandados por Obeidalá, que o abatem, e aos seus, em cruel matança. Mais tarde os Muçulmanos construirão nesse lugar de martírio um monumento à memória de Husein.

Outro candidato, Abdalá, ateia a insurreição em Meca. Yezid sujeita a cidade a um ataque em regra. Devoram as chamas a velha Caaba e um projéctil quebra em três fragmentos a Pedra Negra. A brusca morte de Yezid suspende as hostilidades e após uma fase de confusão, dois anos adiante, Abd-al-Malik, primo de Muawiya, firma-se no governo.

Entretanto, a penetração no Norte de África, detida por Koceila e os seus berberes — que chegam, em 683, a apoderar-se transitoriamente de Kairouan —, é de novo tentada por tropas árabes que Hassan chefia. Em 695 retomam Cartago. São expulsas pela resistência encarniçada dos Berberes, que trazem à sua frente a sacerdotisa judia Kahena, à qual chamam rainha. A coragem dessa mulher fanatizada põe os Islamitas em xeque ao longo de três anos mais. Em 698, porém, Cartago cai-lhes nas mãos pela terceira vez — agora com carácter definitivo. Pouco a pouco, activo proselitismo combinado com vários golpes militares levam a berberia a aderir à religião maometana.

Falecido Abd-al-Malik em 705, sucede-lhe sem incidentes seu filho Walid I, fomentador da indústria e do comércio, edificador de asilos, de

estradas, de hospitais, de mesquitas, que muito concorre para dotar Damasco de verdadeiro esplendor. Secunda-o o governador Hajjaj, estadista activo e dinâmico. O que mais interessa, porém, neste reinado é o que se passa no Norte de África a seguir à primeira década do século VIII — e que vai alargar a expansão árabe ao extremo ocidente europeu.

A Ibéria invadida

A relativa tranquilidade da monarquia visigótica durante os reinados de Sesinando (631-636) e Suintila II (636-640) quebra-se em 642, quando o Concílio de Toledo depõe Tulca e põe em seu lugar Quindasvinto, que reina até 649. Seu filho Recesvinto intensifica a perseguição aos Judeus e publica importante código legislativo, o *Liber Judicorum* ou *Forum Judicum* — vulgarmente conhecido por *Código Visigótico*. Nele engloba as prescrições tradicionais de Romanos e Germanos e contribui para a sua fusão progressiva. A língua oficial da corte passa a ser o latim.

Morto Recesvinto em 672, elege o Concílio Vamba, afamado nas lides guerreiras, pois começa a despontar novo perigo: de Tânger, que ocuparam, os Árabes lançam barcos piratas que sobressaltam os litorais do Sul. Aplica-se Vamba a dupla tarefa: reprimir certos abusos clericais, organizar mais fortes efectivos militares. Tantas são as reacções hostis que Ervígio, seu filho, não tarda a substituí-lo.

A corrupção agrava-se entretanto no reino dos Visigodos — aquela corrupção espiritual e moral verberada por Menéndez y Pelayo que, juntamente com as guerras civis derivadas do carácter electivo da monarquia, enfraquece e mina a consistência do Estado.

Egica, sucessor de Ervígio, defronta numerosas conjuras — do clero, da nobreza, dos judeus. Mesmo assim, aguenta-se 14 anos no Poder — de 687 a 701 — e deixa no trono seu filho Vitiza, que se aguenta quase uma década mais.

A par da ameaça islamita, que persiste e se avoluma, cria-se no Norte de África um centro próximo de intriga e de conspiração permanente: Ceuta, encrave bizantino, tem como exarco o conde Julião — grego ou visigodo segundo uns, berbere segundo outros. Em seu redor juntam-se emigrados visigodos e semitas, refugiados das várias contendas peninsulares, que só ambicionam apossar-se do governo seja por que meios for. Não tardam a atar-se entre eles e os árabes de Tânger cordiais relações; vão até ao ponto de encarar a aliança para uma expedição comum.

À morte de Vitiza, os acontecimentos precipitam-se. O concílio escolhe Rodrigo para rei (710). Sublevam-se contra este o filho de Vitiza, Achilla, e um irmão, o bispo Oppas de Sevilha. Não hesitam em pedir auxílio ao conde Julião e aos seus aliados árabes — que desembarcam juntos em Alge-

ciras. Basta um primeiro *raid* para avaliarem como é frágil a resistência e como são fundas as discórdias entre os Visigodos.

No ano seguinte, autorizado pelo governador de Marrocos, Muça-Ibn--Noçair, o general berbere Tarique-Ibn-Ziyâd, com alguns milhares de homens da sua raça e apenas uns centos de árabes, atravessa o estreito no lugar que ficará chamado Gebel-al-Tarique, monte de Tarique (depois contraído em Gibraltar) e apodera-se de territórios diversos. Rodrigo, então no Norte, a braços com os Francos e os Bascos, corre-lhe ao encontro — e a batalha trava-se nas margens do lago de Janda, onde desemboca o rio Barbate (Guadibeca, em língua árabe). Apesar de se baterem valorosamente, Rodrigo e os seus, circundados pelos velozes cavaleiros africanos, sofrem total derrota. Concorrem para tal desfecho as traições dos bizantinos de Julião e dos amigos do bispo Oppas. Essa funesta jornada de 19 de Julho de 711 terá decisivos efeitos para a queda da Espanha cristã e para a instalação do domínio árabe. Provavelmente, no pensamento de Tarique e de Muça como no dos seus imprudentes introdutores, trata-se, ao começo, apenas de uma guerra de sucessão entre os filhos de Vitiza e o adversário. Depressa compreendem os primeiros que podem encarar, não aventura efémera, antes fácil e duradoura conquista.

Já em 712 Muça chega, à frente de um exército em que predominam os Árabes. Toma Sevilha e Mérida, deixa seu filho Abdelaziz a governar a capital andaluza e segue para norte a ocupar Toledo. Aí, a dar crédito aos mais modernos autores, declara a Península anexada ao Império, em nome do califa. Existe, porém, uma versão que fala da avançada de Muça e Tarique em perseguição de Rodrigo (para outros, desaparecido na batalha de Janda) e de um recontro junto a Segoyuela, em Setembro de 713, no qual o antigo rei visigodo perde a vida.

De qualquer forma, até 715, após algumas acções complementares, a Península acha-se quase por inteiro na posse dos cavaleiros do Islão.

Lutas da Nêustria e da Austrásia

Após a morte de Dagoberto I (639) o *Regnum Francorum* mais se divide; Nêustria, Austrásia, Burgúndia (sem falar nas duas províncias quase autónomas da Aquitânia e da Provença) têm governos à parte, e até soberanos próprios. Soberanos aliás manobrados e tutelados pelos mordomos, chefes da nobreza. Os merovíngios que desfilam no trono são, por isso, unicamente, reis fantasmas. *Rois fainéants* — é como ficarão conhecidos. Mais lhes conviria a designação de *rois impuissants,* pois o seu mal é menos a preguiça do que a impotência. Quase todos não deixam rasto na História e somem-se em plena juventude.

Assim, nada significam os nomes dos monarcas alinhados nas efemérides do período — quer sejam os da Nêustria: Clóvis II (639-657), Clotário III (657-673), Thierry III (673-690), Clóvis III (690-694), Childeberto IV (694-711), Dagoberto III (711-715); quer os da Austrásia: Sigeberto III (632-656), Childerico II (662-675), Dagoberto II (676-679) ... Em ambas as regiões os mordomos impõem a sua vontade e manejam os títeres coroados.

Os primeiros mordomos da Nêustria são Ega, homem justo e moderado, e Erquinoaldo, que se faz estimar do clero e dos nobres. Flaochat, mordomo da Burgúndia, não dura muito e não tem continuador.

Quanto à Austrásia, falecido Pepino de Landen no ano seguinte a Dagoberto (640), passa a mordomia para Grimoaldo, que governa até ser, em 662, metido na prisão. Durante três lustros a família manter-se-á afastada da corte.

Quando morre Erquinoaldo apossa-se da mordomia da Nêustria o despótico Ebroïn. Nobreza e clero pedem auxílio à Austrásia. Vem o próprio rei Childerico II e Ebroïn, vencido, é exilado no convento de Luxeuil (673). Dentro de pouco — após o assassínio de Childerico — reaparece, elimina da cena Leudésio, filho de Erquinoaldo, erguido a mordomo, e por alguns anos a sua tirania pesa sobre a Nêustria e a Burgúndia.

Em 679, Dagoberto II — rei-fantasma da Austrásia — é igualmente assassinado numa tarde de caça. E Pepino de Héristal, sobrinho de Grimoaldo, adianta-se a tomar conta do Poder. Inteligente, ambicioso, senhor de vastas terras, a sua personalidade chama as atenções e compreende-se que visa objectivos de grande vulto.

O choque tem de dar-se entre os dois mordomos rivais. No primeiro embate, em Lâon (680), Ebroïn ganha vantagem e Pepino vê-se compelido à fuga. Mas o ditador neustrasiano sucumbe às mãos do seu inimigo Ermenfredo. A Nêustria tem agora por mordomo um insignificante, Bertário. Marcha Pepino com as suas forças, derrota-o na batalha de Tertry (687) e, apesar de simular acatamento à débil realeza de Thierry III, torna-se verdadeiro e único senhor de todo o velho reino dos Francos.

Obtém sucessivos êxitos nas campanhas contra os frísios de Radbod, pagão hostil ao Cristianismo: retoma-lhes Duerstedt e Utreque, onde põe como bispo o missionário britânico Willibrod; e também contra os alamanos de Godofredo e Willehari e contra os Bávaros, entre os quais estabelece uma sede episcopal, em Salisburgo.

Extingue-se em 714 Pepino de Héristal, para todos autêntico soberano: é mesmo, sem o saber, fundador de dinastia. Luta-se contudo pela sucessão. Fraqueja a sua viúva, Plectruda, e os Nêustrios levantam de novo a cabeça. Desbarata-os em Vinchy (717) o filho natural de Pepino e de uma dama nobre, Aupáïs, que vai revelar-se um dos maiores capitães da

época e levar por diante a dinastia iniciada: aquele que será chamado mais tarde Carlos Martel. O duelo dos mordomos fica, de aqui para o futuro, decidido a favor da Austrásia.

Os três malogros do Islão: Constantinopla, Covadonga, Poitiers

O império dos Omíadas alcança, justamente no ano de 711, em que a batalha do Guadibeca serve de prefácio à ocupação quase total da Hispânia, a sua máxima grandeza. É na mesma data que, submetidos a Pérsia, o Afeganistão e a Transoxiana, invadem os Árabes o Turquestão chinês, o Sind, o Penjab e outros reinos do Hindustão. A autoridade dos califas estende-se das fronteiras chinas à Ibéria, num gigantesco abraço que tende a estrangular a Europa heterogénea e dividida.

Mais se convencem os Islamitas da necessidade de se apossarem de Constantinopla — como fase inicial desse imenso abraço estrangulador. A metrópole bizantina dar-lhes-á as chaves da Península Balcânica, do Danúbio, dos outros grandes rios que sulcam as planuras russas, de todo o perímetro do Cáspio; e facilitará a progressão na margem norte do Mediterrâneo, cuja margem sul já está toda sob o seu jugo: assim o antigo *mare nostrum* será inteiramente lago muçulmano e, além de herdeiros de Alexandre, os califas serão também herdeiros de Roma.

Desde a morte de Heraclio, Bizâncio debate-se numa crise profunda — em certas fases a descambar para a franca anarquia. A Constantino IV sucedeu Justiniano II (685), destronado 10 anos volvidos em benefício de Leôncio (695-698), e, a seguir, de Tibério III (698-705). Foi então reposto no trono, mas para ser derrubado e decapitado em 711. Extingue-se no sangue de Justiniano II a dinastia dos Heraclidas, que reinou ao longo de um século.

Seis anos dura a confusão até que por fim o comandante das tropas da Anatólia, Leão, *o Isáurio,* ao saber que os Árabes, em pleno avanço na Ásia Menor, visam nitidamente Constantinopla, marcha sobre a cidade, atrai a adesão do Senado, do funcionalismo e das tropas e faz-se aclamar e sagrar imperador em Santa Sofia, sob o nome de Leão III (717).

Quando as numerosas forças sob o comando do chefe árabe Maslamah, combinadas com a acção de uma esquadra de cerca de 2000 unidades que ataca pelo lado do mar, se precipitam ao assalto, encontram sólida resistência. O fogo-grego aniquila a impressionante armada. Em terra, violentos combates prolongam-se dois anos seguidos, 717 e 718. Com a ajuda dos Búlgaros, consegue-se repelir as legiões de Alá. Leão III e seu filho Constantino, associado ao trono, sustentam árdua campanha; só 20 anos volvidos lhe conseguirão pôr decisivo remate.

Falhou a ofensiva sobre Constantinopla graças a Leão, *o Isáurio*. Desfecho oposto faria singrar noutros rumos a barca da história. Talvez mesmo não chegasse a haver, no fim de contas, História da Europa.

Sublinha com razão Jacques Pirenne: — «Outra vez a Grécia, como nas Guerra Médicas, detinha a Ásia na sua ambição de império universal.»

Enquanto se malogram os ataques dos Árabes à metrópole bizantina, também nas derradeiras parcelas da Península Ibérica não atingidas pelas tropas de Muça e de Tarique germina uma reacção. Se coincidiram no ano fatídico de 711 a derrota de Rodrigo junto ao Barbate e as penetrações islâmicas na Índia — coincidem agora no ano esperançoso de 718 os êxitos de Leão, *o Isáurio,* contra os assaltantes de Constantinopla e o primeiro sério revés experimentado pelos Muçulmanos em terras peninsulares.

Na orla setentrional da Hispânia, muito especialmente nas serranias das Astúrias, concentram-se e reorganizam-se os restos dos núcleos militares empurrados para norte ao espraiar-se a vaga invasora. Segundo determinados cronistas esses refugiados, decididos a opor tenaz resistência, a tentar porventura uma recuperação, aclamam como sucessor de Rodrigo o jovem Pelágio, que pertence à estirpe real de Quindasvinto. Segundo outros, Pelágio, em vez de príncipe godo, será antes hispano-romano de família obscura, ou mesmo simples caudilho montanhês de sangue asturiano ou galego. Seja como for, trata-se de um homem corajoso que toma indiscutida chefia e se distingue por iniciativas temerárias. Uma delas fá-lo cair nas mãos dos Árabes, mas não tarda a evadir-se e reaparece à frente das hostes.

Instalado na região inacessível dos picos de Europa, mantém relações cordiais com o governador islamita de Gijón, Manuza. Chega novo governador, Alorre, que o obriga a confinar-se num espaço mais estreito. Quase se pode imaginar que vai sucumbir, pois Alorre organiza uma expedição destinada a esmagar o reduto final dos vencidos. Nela se incorpora o sinistro Oppas e o comando é assumido por um oficial experimentado, Alcama.

E surge o facto surpreendente, que o povo considerará miraculoso. Pelágio aguarda a coluna atacante, posta a sua gente em emboscada nas alturas dominantes do vale de Covadonga. Aí atrai e dizima os expedicionários de Alcama, sobre os quais os serranos vigorosos fazem rolar pelas escarpas maciços blocos de granito — enquanto os alvejam simultaneamente com nuvens de flechas. O desbarato dos soldados de Alá é completo: Alcama e Oppas são mortos.

Ao longo do tempo, a jornada de Covadonga (718) será exaltada, talvez amplificada, por vozes entusiásticas de cronistas e poetas. Não passará de escaramuça entre muitas, de episódio apenas? Mas em redor do acontecimento cria-se um daqueles mitos eficazes em que se alicerçam as viragens históricas.

O certo é que se situa em Covadonga o ponto de partida das futuras gestas da Reconquista.

O impulso islamita está longe de quebrar-se. Uma vez chegado ao extremo nordeste da Península, visa as terras de além-Pirenéus.

Em 719 Alorre faz breve incursão até Nimes e regressa. No ano seguinte cai Narbona. Numa tentativa infeliz contra Tolosa o váli Al-Samah encontra a derrota e a morte (721). Não esmorecem, porém, os Muçulmanos: em 725 apossam-se de Carcassona e de Nimes e seguem, vale do Ródano acima, a saquear Autun.

O valente duque Eudo da Aquitânia, vencedor de Al-Samah, procura explorar as desinteligências entre Berberes e Árabes e alia-se por laços de família ao chefe mouro Othman-ben-Abi Neza. Para isso, ou — dizem alguns historiadores — contrai ele próprio matrimónio com uma filha de Othman ou — dizem outros — lhe dá em casamento sua filha Lampagia. Durante alguns anos mantém assim convívio amistoso com os vizinhos do Sul. Othman entra em clara rebeldia contra o governador árabe da Espanha, Abd-er-Rhaman, delegado do próprio califa. Enérgico e pronto na reacção, jugula Abd-er-Rhaman os insurrectos e para castigar também o seu aliado atravessa a cordilheira pirenaica, avança para Bordéus, que destrói e incendeia, vai em perseguição de Eudo e vence-o na confluência dos rios Dordonha e Garona (731). Continua para norte, decidido a apoderar-se das riquezas que sabe acumuladas em Tours, na veneradíssima basílica de S. Martinho.

Ao apelo do duque da Aquitânia acorre Carlos Martel — já ilustrado pelas campanhas travadas contra o duque Lanfredo da Alamânia e contra os Bávaros em auxílio do duque Hucberto. Embora os invasores submetam à pilhagem o mosteiro de Santo Hilário, exterior às muralhas de Poitiers, são detidos nas imediações da cidade. Aí se fere uma das batalhas mais importantes da época, daquelas que ficam depois como autênticos marcos a assinalar momento crucial.

Na Crónica de Isidoro de Beja, quase contemporânea, descreve-se a hesitação dos antagonistas, que durante sete dias se observam sem ousarem atacar. Resolvem-se por fim os Muçulmanos: a sua cavalaria movimentada e ágil desfaz-se de encontro à maciça resistência das hostes francas e aos golpes certeiros das suas armas. Na vanguarda dos assaltantes vai Abd-er-Rhaman, que, atingido em cheio, tomba para não mais se levantar. Anoitece durante a encarniçada pugna e os combatentes cristãos aguardam, em disciplinada formatura, ao longo das horas de treva, até a luz reaparecer, persuadidos de continuar a luta. É quando descobrem que, sob a protecção da sombra, os adversários se puseram em fuga. Dão então largas à alegria plena do triunfo (732).

Talvez a jornada de Poitiers não tenha o carácter decisivo que se lhe atribui. A arremetida de Abd-er-Rhaman em direcção a Tours mais parece simples algara do que manobra sistemática de conquista. E haverá outras algaras, anos depois.

No entanto, psicologicamente, a vitória dos Francos adquire enorme ressonância. Por toda a parte se julga haverem sofrido irreparável desaire os soldados de Alá. Auréola de prestígio envolve Carlos Martel, comparado a Aécio como salvador do Ocidente. Poitiers iguala, para os contemporâneos, ante o perigo árabe, o que foi o *Campus Mauriacus* ante a invasão dos Hunos.

O filho de Pepino de Héristal virá ainda a avolumar esse prestígio. Não pára a sua actividade guerreira. Em 733 pacifica a Borgonha insubmissa. Em 734 doma os agitados Frísios e liquida Bubon, seu caudilho. Em 735, sabedor do falecimento de Eudo, marcha pela Aquitânia, ocupa Bordéus. Em 736 outra punição vigorosa aos Borgonheses que se insurgem. Em 737, na companhia de seu irmão Childebrando, desfaz nova ameaça numa batalha entre Narbona e Leucate, em que mata o chefe sarraceno Omar-ibn-Xaled. Em 738, com a ajuda de Liutprando, rei dos Lombardos, impõe-se ao duque da Provença Mauront, entendido com os Árabes.

Ano a ano, infatigável, Carlos Martel combate em defesa do *Regnum Francorum*. A sua morte, em 741, é o epílogo de uma vida de grande batalhador.

Depois de Walid I, em cujo reinado (705-715) se conquistou a Península Hispânica — a dinastia dos Omíadas entra em declínio. Suleimão, seu sucessor entre 715 e 717, assiste ao malogro dos grandes ataques a Constantinopla. Omar II (717-720) tenta em vão moralizar a corte e o povo. Yezid II (720-724) morre de desgosto ao perder a sua favorita Habiba. Hisham pratica uma administração económica e restauradora. Sofre, porém, considerável derrota em Acroinon (739), que lhe inflige Leão, *o Isáurio,* numa contra-ofensiva tenaz para a libertação da Ásia Menor. Daí por diante os califas lembram os Césares romanos da decadência — tais os seus vícios, desequilíbrios e extravagâncias: Walid II (743-744), exemplo de prodigalidade insensata; outro Yezid, filho de Walid I, que o estrangula e dura apenas seis meses; Ibraim, também de efémera passagem pela cena política; enfim, Merwan II (744-750), valoroso homem de guerra, mas que não consegue debelar a crise. Crise em que outra vez se defrontam os antigos partidários dos Haxemitas, na linha da maior fidelidade a Maomet, e os dos Omíadas, considerados pelos primeiros simples usurpadores. No Egipto, na Pérsia, na própria Arábia estalam movimentos de rebeldia contra «os tiranos de Damasco» — já que nenhum desses povos de velhas tradições e de orgulhosa personalidade tolera a sujeição à metrópole síria.

O conjunto de sentimentos e reacções hostis vem a exprimir-se numa revolta de largas proporções, cuja chefia é assumida pelo descendente do profeta Abu-al-Abbas — que em 749 se proclama califa e escolhe Kufa para capital. Marcha-lhe ao encontro Merwan II. Travam combate junto ao rio Zab e o omíada, vencido e encurralado em Damasco, é forçado a render-se. Cortam-lhe a cabeça e enviam-na a Abu-al-Abbas, que ordena o morticínio de todos os seus parentes.

Termina a dinastia de Muawiya e sobe ao Poder a dos Abácidas, dominada por influências persas e que não tarda a mudar a capital para Bagodá.

De tudo isto resultam duas ordens de consequências que muito pesarão na evolução da História europeia. Por um lado, as vitórias árabes da segunda metade do século VII e das primeiras décadas do VIII, com a ocupação de toda a orla meridional e ibérica do Mediterrâneo, empurram o mundo cristão para norte e dão origem a novos agrupamentos na parte central da Europa. Por outro lado, as derrotas dos guerreiros islamitas, por Leão, *o Isáurio,* em Bizâncio e por Carlos Mardel em Poitiers, empurram o centro do Império Muçulmano para a Mesopotâmia, não como sucessor da Grécia ou de Roma, mas como continuador dos Sassânidas — o que é bem diferente.

O monotelismo

Entre todos estes acontecimentos — alguns da maior importância para os destinos espirituais dos povos europeus —, qual o papel da Igreja Católica na salvaguarda da missão que lhe cumpre desempenhar?

As suas primeiras grandes lutas — iniciadas nos anos seguintes ao da morte de Maomet — são contra mais uma perigosa heresia que deflagra em Bizâncio e em vastas regiões da Ásia e do Norte de África: o *monotelismo.* No seu propósito de unificação, ao ver que muitas vezes tem graves dificuldades com os monofisitas, numerosos em diversas terras do Império, resolve Heraclio estabelecer nova plataforma — graças à qual se atenuam as desavenças religiosas. Sob a influência do astuto patriarca Sérgio de Constantinopla apoia uma doutrina cujo fim é trazer os heréticos à obediência, mas não sem alterar a Ortodoxia na sua rigidez. Essa doutrina, se bem que reconheça (como a dos católicos) dupla natureza, divina e humana, em Cristo, atribui-lhe uma só vontade, de carácter divino. Chama-se-lhe portanto monotelismo — e, por mais que se procurem, à maneira bizantina, equívocos subtis, acaba-se por ficar do lado do monofisismo: a unicidade da vontade no Filho de Deus compromete a dualidade de naturezas, pois mutila irreparavelmente a sua natureza humana.

Na primeira fase, mercê da boa-fé um tanto imprudente com que o papa Honório se deixa enganar pelos desígnios conciliadores que Sérgio

apregoa, o monotelismo obtém vantagens apreciáveis. Tanto que em 638, sob a responsabilidade conjunta do imperador e do patriarca, é dada a público uma profissão de fé — *Ekhtesis* — na qual se exprime a doutrina da vontade única. Logo aderem os patriarcas de Alexandria e de Antioquia e grande número de prelados orientais. Reagem e protestam Sofrónio, patriarca de Jerusalém, e Máximo, *o Confessor,* sábio monge palestiniano. Mas Sérgio de Joppe, sucessor de Sofrónio, adopta a *Ekhtesis* e apesar de Máximo insistir na sua oposição dir-se-á não haver já quem detenha o monotelismo triunfante.

Ergue-se, porém, a voz dos pontífices. Há dúvidas sobre se o papa Severino (640) chega a manifestar-se com clareza. Já o papa João IV (640-642) reúne um sínodo em Roma e lança o anátema à nova heresia (641). Mal toma disto conhecimento Heraclio, falecido no mesmo ano.

Obstina-se o imperador Constante II na defesa da *Ekhtesis.* Por sua vez o papa Teodoro I (642-649) mantém-se firme na condenação. Máximo também não desarma, e em 646 os bispos da Numídia e da Mauritânia declaram-se ao lado de Roma. Constante II (agora sob o influxo do patriarca bizantino Paulo II) tenta solucionar o conflito dentro de nova fórmula que substitui a *Ekhtesis* — o *Tipo* (648). Quando o papa Martinho I (649-653) faz a condenação simultânea dos dois documentos, Constante II manda um emissário, Teodoro Caliopas, apoderar-se violentamente do Santo Padre e conduzi-lo sob prisão a Constantinopla, onde, submetido a torturas e a um processo degradante, não fraqueja ante as ameaças. Morre na Crimeia como autêntico mártir, em 655. Alguns anos depois Máximo e dois discípulos seus sofrem martírio idêntico (662).

Assassinado Constante II em Siracusa (668), sobe ao trono Constantino IV, de sentimentos inteiramente ortodoxos. Após o restabelecimento de boas relações com os papas Vitaliano (657-672), Adeodato (672-676) e Domno (676-678), faz reunir, já sob o pontificado de Agatão, dos finais de 680 a Setembro de 681, um concílio ecuménico que se chama vulgarmente *in Trullo* (isto é, sob a cúpula da basílica do palácio imperial). Dele sai a liquidação decisiva da heresia monotelista — ao fim de quase meio século de apaixonadas e complicadas dissidências.

Outras lutas, de carácter político e militar, sustentam os pontífices contra os vizinhos Lombardos.

O empenho da rainha Teodelinda em trazê-los ao seio da Igreja já em vida de Agilulfo pareceu triunfar no tempo de seu filho Adeloaldo (616-626). Os sucessores, porém, voltam ao arianismo — tanto Arivaldo de Turim (626-637) como Rotarísio de Bríxia (637-652). Mas com Ariberto (652-662) torna-se oficial a conversão ao catolicismo e numerosos templos e mosteiros se edificam. Depois, Grimoaldo (662-671) anexa os

ducados de Espoleto, de Friul, de Benevento e Pertarito (617-712) arrebata a Bizâncio o Sul da Península Itálica.

Aparece então um dos maiores soberanos — talvez o maior — de que se orgulha a Lombardia: Liutprando (713-744). O seu objectivo é assenhorear-se da Itália inteira. Encontra dois obstáculos fundamentais: os últimos vestígios do ascendente imperial, através de exarco de Ravena, e o prestígio do Sumo Pontífice. Quanto ao primeiro, trata de o remover por uma série de iniciativas guerreiras: caída Bolonha em 728, entra em Ravena quatro anos mais tarde (732). Quanto ao segundo, embora dê repetidas marcas de respeito ao Vigário de Cristo, ronda a cada passo, com as tropas, a Cidade Eterna. Pensa converter-se em protector do papa — posição antes assumida pelo imperador de Bizâncio. Daí o apelo de Gregório III a Carlos Martel em 739, quando parece iminente o ataque de Liutprando. Já que Bizâncio não envia socorros dirige-se o Santo Padre ao rei dos Francos, sua única esperança. Vai ao ponto de lhe prometer, caso venha em seu auxílio, que lhe renderá o preito até então devido ao imperador. Mas a Carlos Martel não convém romper com Liutprando — de quem necessitou para defrontar a investida sarracena no vale do Ródano e cujas forças se bateram ao lado das suas.

De momento, os Lombardos retiram e o perigo afasta-se. Nem por isso deixarão de pesar na evolução política da Santa Sé as consequências da ameaça que pairou durante alguns anos. Torna-se necessidade absoluta e urgente assegurar a defesa do Chefe da Igreja contra a ambição desmedida dos reis lombardos.

Bonifácio evangeliza a Germânia

Continua a evangelização de novos povos e organiza-se a vida eclesiástica e a vida cultural dos povos já evangelizados.

Para atender o pedido dos reis de Kent e da Nortúmbria, o papa Vitaliano nomeia arcebispo de Cantuária o erudito Teodoro de Tarso (668), que no Sínodo de Hertford confirma a aceitação dos cânones de Niceia e de Calcedónia e no Sínodo de Hatfield a expressa condenação do monotelismo. Também contribui para elevar a formação teológica e intelectual do clero. Um dos mais ilustres exemplos é o beneditino de Wearmouth-Yarrow Beda, *o Venerável,* autor da útil cronologia do *Liber de Ratione Temporum,* biógrafo comovido do bispo Cutberto de Lindisfarne e de S. Bento Biscop, compilador da importante *Historia Ecclesiastica Anglorum.*

Nos anais missionários da época avulta o inglês Vinifredo, apóstolo da Germânia. Apesar do esforço dos que sucessivamente a percorreram — de Severino a Columbano, de Galo a Amando, de Vilfredo a Willibrod —, a Germânia asselvajada e espessa mantém-se presa aos cultos naturalistas e

hostil à voz dos mensageiros de outro credo. Vinifredo será o desbravador dessas imensas regiões sombrias e das sombrias gentes que as povoam.

O ano que passa em Roma (718-719) determina-lhe os rumos, pelo contacto estabelecido com o papa Gregório II, continuador da tradição de Gregório Magno, cujo nome intencionalmente adoptou. O papa escolhe Vinifredo para missionário pontifício entre os Germanos e ordena-lhe o abandono do nome de origem pelo de Bonifácio (aquele que faz bem), nome de um mártir venerado pela Igreja.

Começa então acção sistemática de semeador de cristandades, através dos mosteiros que se tornarão escolas fecundas: Fritzlar, Hildesheim, Kitzingen; acima de todos, Fulda (742), um dos mais poderosos focos da cristianização germânica. O Santo Padre Zacarias sagra-o bispo de Mogúncia em 747.

Solicitado pelo papa em 722, logo Carlos Martel concede decidida protecção às actividades de Bonifácio. Compreende que, na esteira de Clóvis, lhe cumpre ajudar e estimular, sobretudo em terras germânicas, o esforço dos missionários — já que assim trabalha, ao mesmo tempo, para a maior glória de Cristo e para o melhor êxito das suas campanhas.

Quando morre, em 741, divide os domínios pelos dois filhos: para o mais velho, Carlomano, a Austrásia, a Suábia e a Turíngia; para o mais novo, Pepino, *o Breve,* a Nêustria, a Provença e a Burgúndia. Ambos foram educados no Mosteiro de S. Dinis e convictamente professam o catolicismo.

Encontra Bonifácio em Carlomano aliado sincero. Mal se vê erguido ao trono, projecta reunir um concílio com o fim de iniciar séria reforma da vida clerical entre os seus povos — onde a crise se mostra alarmante. Quase não existe hierarquia; os sínodos não se convocam há cerca de um século; a maioria das dioceses tem à sua frente leigos de má conduta notória. Há que restabelecer a disciplina, castigar os escandalosos e os ineptos, restituir à Igreja dignidade e prestígio. Adere Bonifácio a tão louváveis projectos. Obtida a aprovação do papa Zacarias, consagra-se à reforma da igreja franca.

O sínodo de Abril de 742 toma determinações benéficas, reforçadas nos anos seguintes. Em 744 o Concílio de Soissons dá o sinal da ofensiva reformadora em terras de Pepino, *o Breve.* Na Primavera de 745, primeiro concílio geral de todo o *Regnum Francorum,* no qual se eliminam agitadores ou visionários perigosos, como o extravagante Aldeberto, o insubmisso Clemente, o violento Gewiliob. Enfim, no sínodo de 474 completa Bonifácio a reforma até os últimos pormenores.

Evangelizador da Germânia, reformador entre os Francos — Bonifácio é um dos grandes criadores da atmosfera espiritual e política que dominará, nos próximos tempos, a evolução europeia.

O iconoclasmo

Cresce o desentendimento de Roma e Bizâncio. Situada esta nas fronteiras do Oriente Europeu e da Ásia, junto aos centros das grandes heresias, não ousa, muitas vezes, combatê-las; antes faz com elas, a cada passo, causa comum. Bem se viu isto no caso do monotelismo. Vê-se de novo quando o segundo Concílio *in Trullo* (692), chamado de preferência *Quinisextum* (por se destinar a redigir os cânones disciplinares relativos às decisões dos Concílios V e VI) proclama a igualdade de direitos entre o patriarca bizantino e o Santo Padre romano. Nega-se a sancionar isto o papa Sérgio I. E quando o imperador Justiniano II resolve, como o fez Constante II, mandar prender e trazer à sua presença o Sumo Pontífice, as milícias italianas insurgem-se e a ordem não pode ser cumprida. O mesmo sucede quando Leão, *o Isáurio,* pretende apoderar-se do papa Gregório II — outra vez defendido com êxito pelos milicianos.

Surge então novo conflito, que vai revestir-se de acuidade e gravidade extraordinárias: a chamada *questão das imagens.* Abusa-se nas terras bizantinas do culto das imagens sagradas, pelos Gregos chamadas ícones. Tal abuso descai frequentemente no paganismo. Leão III, vencedor dos Árabes na altura dos grandes assaltos de 717 e 718 e que nas determinações jurídicas da *Écloga* tão flagrante acordo revela com o espírito do Cristianismo — lança em 726 implacável campanha contra a veneração das imagens: assim inaugura a crise do *iconoclasmo.* Os monges orientais e a sensibilidade popular inspiram movimentos de revolta. Intervém o papa Gregório II e desaprova a iniciativa do imperador — que se obstina e depõe o patriarca Germano de Constantinopla, obediente a Roma. Morto Leão III (741), Constantino V, que lhe sucede, agrava a perseguição. E a efervescência acentua-se — tanto no Oriente como no Ocidente. Intensifica-se em Itália a hostilidade aos representantes de Bizâncio e tende-se a quebrar os elos que ainda unem Roma à sede do Império Oriental.

Há a notar que esses elos já foram quebrados em quase todos os domínios. Sobretudo no da Cultura: desenha-se em Bizâncio regresso progressivo às velhas fontes do helenismo (por exemplo, através de Procópio, Agátias, Teófanes, Teofilecto), e avolumam-se as influências eslavas. No Ocidente as tradições latinas conservam-se predominantes, em amálgama com os novos elementos trazidos pelos povos germânicos. Às querelas de ordem religiosa somam-se claras dissemelhanças de ordem cultural. Os dois conjuntos distanciam-se mais, evolvem para a separação inevitável.

Os papas sentem agora mais agudamente a urgência de descobrir apoio eficaz, ante a pressão dos Lombardos, a ameaça latente de nova arremetida islâmica, o progressivo afastamento de Bizâncio.

Apoio eficaz ... Qual? O apelo de Gregório III a Carlos Martel bem indica para onde se voltam os olhos do Chefe da Igreja. Não foi então

atendido. Pouco tardará que o mesmo apelo seja dirigido aos sucessores de Carlos Martel — com resultado diferente. A partir desse momento terá a Europa encontrado, porventura, o seu caminho.

CARLOS MAGNO E O NOVO IMPÉRIO

Os anos que se seguem à morte de Carlos Martel são de graves dificuldades para os seus herdeiros. Logo de início, a fuga de Hiltrude, irmã de ambos, a fim de casar com o duque Odilão da Baviera. Depois, as reacções de Grifon, bastardo do vencedor de Poitiers, insatisfeito com a sua parte na herança. Depois, a revolta de Hunaldo, sucessor de Eudo da Aquitânia. Logo, a insurreição dos Alamanos, que suscita uma campanha punitiva até ao Danúbio. Odilão da Baviera não tarda a rebelar-se também: só no último momento se evita um embate, pela submissão do duque.

No fundo, toda esta agitação resulta de não existir um soberano reconhecido pelo conjunto dos habitantes do *Regnum Francorum*. Desde 737, data do falecimento de Thierry IV, desapareceu o simbólico elo representado pelo merovíngio. Carlos Martel nem mesmo se dignou procurar outro príncipe da família reinante. Resignam-se Carlomano e Pepino a «inventar» novo rei — e descobrem um merovíngio esquecido que cinge a coroa com o nome de Childerico III (743).

Uma surpresa em 747: a renúncia de Carlomano, que, tocado pela vocação, abandona o Poder, confia ao irmão seu único filho, Drogon, recebe as ordens clericais das mãos do Papa Zacarias e professa no Mosteiro do Monte Soracte. Mais tarde, em 750, muda para o Convento do Monte Cassino, onde permanece até lhe chegar o fim (754).

A partir de então, Pepino, *o Breve*, com as mãos livres, vai dar seguimento a mais largas aspirações — aquelas que já se adivinhavam, latentes, nos actos de seu pai e que as circunstâncias favoráveis propiciam.

Ainda sufoca uma tentativa dos Saxões, dos Vénedos e dos Frísios, incitados pelo irrequieto Grifon, e outra do duque Lanfredo II da Baviera. Vencidos, os Bávaros entregam-lhe Grifon e Lanfredo e escolhem por chefe Tassillon III, filho de Odilão e de Hiltrude, sob a autoridade do tio. Quanto a Grifon, atribui-se-lhe importante domínio territorial na Nêustria, em torno de Le Mans. Nem assim o turbulento bastardo se acalma. Passa à Aquitânia, onde, junto do duque Gaifier, sucessor de Hunaldo, mantém o fermento da revolta (749).

Pepino, *o Breve,* compreende que não poderá governar plenamente enquanto persistir a fidelidade da maioria dos francos à raça dos Merovíngios — pois apenas o consideram um adventício, porventura um usurpador. Necessita de legitimar o seu poder aos olhos dessa maioria.

Sinceramente crente por um lado, por outro lado cônscio das razões especiais que devem garantir-lhe a simpatia pontifícia — no papa busca a fonte da legitimidade ambicionada. A protecção dada a Bonifácio na tarefa evangelizadora e na reforma do clero franco estreitou os laços com a Santa Sé. Qualquer solicitação que lhe dirija encontrará, decerto, aquiescência e aplauso.

E em 750 dois delegados de Pepino, *o Breve* — Fulrad, capelão de S. Dinis, e o bispo Burchardo de Vurzburgo —, vão formular a seguinte pergunta ao papa Zacarias: visto o pretenso rei Childerico III não exercer de facto a soberania, será preferível que se eleve à realeza quem realmente a exerce? Recebem do Pontífice imediata resposta afirmativa: bem sabe nada ter a esperar do merovíngio incapaz e põe toda a sua fé no carolíngio enérgico e poderoso. Outorga-lhe, por isso, de bom grado, a realeza, certo de obter por esse meio o apoio que em vão o seu antecessor, Gregório III, solicitou, anos atrás, a Carlos Martel.

Pepino, *o Breve,* é eleito rei em Soissons, *morre Francorum,* segundo o cronista, quer dizer, erguido sobre os escudos, numa vasta assembleia de nobres e de prelados (Novembro de 751). Mais ainda: para substituir com vantagem o antigo *geblütsrecht,* o «privilégio do sangue» que jogou em favor dos Merovíngios, logo a seguir o novo rei recebe a sagrada unção das mãos do arcebispo Bonifácio, legado do Sumo Pontífice. Ao recebê-la, torna-se simultaneamente o escolhido do povo e o escolhido de Deus. A sagração converte-o em novo David, de acordo com o modelo das Escrituras — pastor designado pela Igreja para conduzir a grei.

Sai da cena Childerico III, que sofre a tosquia como símbolo da perda do Poder e recolhe ao Mosteiro de S. Bertino. Pepino, *o Breve,* é agora o rei dos Francos — e o ungido do Senhor.

Com esta solene investidura pela Igreja cria-se uma realidade nova — a fecunda aliança do Altar e do Trono, que vai ser, durante largo período, mola essencial da História da Europa.

Pouco tarda a verificar-se o acerto da política pontifícia ao estreitar a aliança com o vizinho carolíngio — quando se agrava de novo o perigo lombardo.

Nos últimos anos do seu reinado, Liutprando manteve relativa paz com Roma. Os sentimentos religiosos afastavam-no de atacar o Vigário de Cristo. Após a efémera passagem de Hildebrando, sucedeu-lhe Ratchis, mais

religioso ainda — tanto que em 749 largou voluntariamente a coroa e professou, à semelhança de Carlomano, a quem aliás se reuniu no Mosteiro do Monte Cassino. Sobe ao trono seu irmão Aistulfo e tudo se modifica.

Impetuoso e ambicioso, Aistulfo toma Ravena, de onde foge o exarco Eustíquio, no Verão de 751. Falecido Zacarias nos começos do ano seguinte, é eleito papa Estêvão II, que, alarmado pela progressão dos Lombardos, embora tente negociar com Aistulfo, lança dois oportunos apelos: um dirigido ao imperador de Bizâncio Constantino V — apelo *pro forma,* já que sabe não poder contar com auxílio eficaz de tal origem; outro a Pepino, *o Breve,* de quem aguarda intervenção mais positiva.

As respostas confirmam as suas previsões. O basileu envia-lhe apenas um alto funcionário da corte, o *silenciário* João. Aconselha um protesto diplomático junto de Aistulfo, ao qual deve reclamar, em seu nome, a restituição dos territórios usurpados. Claro que o rei lombardo não faz caso algum do protesto e redobra de insolência ameaçadora.

Mas a gratidão de Pepino traz-lhe conforto e alento. Manda primeiro ao pontífice o abade de Jumièges, a quem Estêvão II explica a difícil situação em que se encontra e pede uma entrevista pessoal com o rei dos Francos. Lembra que este lhe envie uma escolta segura, pois receia encontrar ciladas no caminho. Surgem dentro em breve na Cidade Eterna, para acompanhar o papa, o bispo de Métis Chrodegang e o duque Augier. Estêvão II, em Novembro de 753, dirige-se para França através dos Alpes. Decisivo passo, que terá amplas consequências.

Nunca até então o sucessor de Pedro visitou, em pessoa, um rei franco. Bem consciente do significado de tal deferência, Pepino, *o Breve,* apressa-se a enviar seu filho primogénito, Carlos, ao encontro do Papa, que chega no próprio dia da Epifania (data solene e simbólica), a 6 de Janeiro de 754. Recebe ele próprio Estêvão II a três milhas do palácio de Ponthion — e prodigaliza-lhe marcas de filial respeito. Prostra-se ante o Santo Padre e caminha a pé, a seu lado, como um escudeiro, a fim de claramente afirmar a superioridade que lhe reconhece. Na primeira conversa, o papa exorta-o a defendê-lo dos Lombardos, que sobre Roma suspendem gravíssimo perigo. Acede o rei. O pacto entre a Igreja e a monarquia franca, já ostensivo na sagração de 751, adquire maior consistência, tende a projectar-se em factos substanciais.

Estêvão II instala-se na Abadia de S. Dinis. Aí procede a nova sagração, não já só do monarca, mas de toda a família real. Além de Pepino, recebem a unção a rainha Berta e os dois filhos, Carlos e Carlomano. Ao mesmo tempo, o papa, sob pena de excomunhão, proíbe aos Francos escolherem algum rei fora da dinastia carolíngia — directamente investida e confirmada por Deus através do Seu vigário. Como complemento, Estêvão II atribui a Pepino, *o Breve,* e aos filhos o título de «Patrício dos

Romanos»; assim renova a seu favor uma tradição ainda prestigiosa nas terras ocidentais. A cerimónia de S. Dinis reforça, portanto, e em grau inexcedível, a investidura de Soissons.

Invoca-se a «Constitutum Constantini»

Ao proceder à legitimação da dinastia carolíngia o papa vê muito para além do imediato. Não se trata apenas de fortalecer o escudo que irá abrigá-lo das investidas lombardas — e até de qualquer retorno de pretensões hegemónicas por parte de Bizâncio. Acima desse objectivo premente mas restrito há a considerar a substituição fundamental do poder conferido por Deus, ou em nome de Deus, ao poder derivado do privilégio do sangue, conforme os velhos usos germânicos. O Poder sacraliza-se, resulta da escolha do próprio chefe da Igreja. Eis uma primeira forma, bem clara, do primado do espiritual.

Em contrapartida, a Igreja reclama para si novos meios de defesa e de domínio. Será nesta altura que aparece a famosa *Constitutum Constantini,* como julga a maioria dos historiadores — ou só mais adiante, como sugere Fernando Lot? Parece bem provável que Estêvão II leve consigo o documento quando implora a protecção do rei dos Francos — para dar ao apelo irresistível força. E embora se admita ser o documento forjado na ocasião as coisas passam-se como se Pepino, *o Breve,* o tomasse por autêntico e resolvesse obedecer — pelo menos em parte — ao que nele se determina.

A *Constitutum Constantini* funda-se na antiga biografia do papa Silvestre I, *Actus Beati Silvestri.* Segundo ela, o imperador Constantino, depois de recordar o baptismo recebido em Roma das mãos do pontífice e a sua cura miraculosa da lepra que então grassava na cidade, teria feito ao papa solene doação — não só das insígnias imperiais e da primazia sobre os patriarcados orientais de Antioquia, Jerusalém, Alexandria e Constantinopla, mas da autoridade plena sobre todos os territórios italianos que formam a *Respublica Romanorum.*

Quer dizer — pela doação de Constantino verificou-se a transferência completa do poder, até aí exercido pelo imperador no Ocidente, para as mãos do sucessor de Pedro. O papa ficou investido da plenitude do império sobre todo o conjunto ocidental. Daí a faculdade que se atribui Estêvão II de sagrar a nova dinastia e de conceder o título de «Patrício dos Romanos» ao rei e aos seus descendentes.

A maneira como Pepino se comportou em Ponthion, ao acompanhar a pé, como um escudeiro, Estêvão II e ao conduzir-lhe o cavalo pela rédea, é a imitação do que outrora Constantino publicamente fez com Silvestre I, para tornar bem visível a sua subalternização ao papa.

Assim, não surpreende que, em seguimento das entrevistas de Ponthion e S. Dinis, o rei dos Francos declare o firme propósito de «restituir» ao Santo Padre as terras ocupadas pelos Lombardos. Neste termo «restituir» aparece o formal reconhecimento dos direitos criados pela *Constitutum Constantini.*

Tanto assim que Pepino, de acordo com o costume tradicional, reúne a 14 de Abril de 754, em Quierzy-sur-Oise, a magna assembleia dos Francos, à qual comunica as suas decisões. Se ainda ali encontra dificuldades, pois vários membros da nobreza vacilam ante a ideia da guerra com os Lombardos, outra assembleia convocada, dessa vez, para Berny-Rivière, em Março do ano seguinte — no intervalo tentaram-se negociações com Aistulfo, sem resultados — assegura-lhe o apoio unânime de que precisa ao iniciar a campanha.

E a 6 de Abril de 755 os Francos põem-se em marcha, a caminho da Itália. Vão efectuar pelas armas a «restituição» prometida. Tudo se reduz a um passeio militar: passagem dos Alpes na região do monte Cenísio, pequenas refregas que empurram Aistulfo até Pavia, onde se encerra. Assustado, o lombardo cede em toda a linha: entregará o exarcado de Ravena e o resto da área que recentemente ocupou. Pepino, *o Breve,* declara-se satisfeito com tais promessas e volta com a sua gente para França.

Aistulfo, mal vê o adversário longe, nega-se a cumprir o prometido. Mais: retoma as hostilidades e no começo de 756 as tropas lombardas cometem violências nas imediações de Roma. Momento angustioso para Estêvão. Duas mensagens são enviadas ao rei franco, a primeira depositada nas mãos do capelão Fulrad, a segunda nas de Vilicário, bispo de Nomento. O papa incita-o, em palavras frementes, a socorrê-lo de novo e até lhe dirige uma carta na qual simula falar como se fosse o próprio S. Pedro, a bradar ao «filho» e aliado que se ponha imediatamente a caminho e salve dos inimigos da Igreja a Cidade Eterna.

Leva Pepino três meses a decidir-se, pois tem de deixar passar o Inverno. Roma, porém, não capitula. E os cavaleiros francos transpõem outra vez os Alpes na Primavera de 756. Vêm-lhes ao encontro embaixadores bizantinos, a cujas pretensões o rei carolíngio opõe formal recusa. Se ali está, é «pelo amor de S. Pedro e pela remissão dos seus pecados» — para honrar os compromissos tomados com o Sumo Pontífice.

Repetem-se os lances da campanha de 755. De novo Aistulfo se acolhe a Pavia e não tem outro remédio senão acatar todas as exigências do invasor. Pepino impõe-lhe forte contribuição de guerra e unicamente regressa à pátria depois que Fulrad, por seu mando, recebe as chaves de todas as cidades e províncias a «restituir» ao papa e vai significativamente depositá-las sobre o túmulo de S. Pedro. Junta-lhes o importante documento em que delas é feita doação expressa pelo rei dos Francos ao Vigário de Cristo.

Assim fica oficialmente constituído o Estado Pontifício, que terá larga duração na História. O Santo Padre, ao prestígio e à chefatura espiritual, junta desde agora a soberania efectiva sobre determinada porção de terras e de povos.

Afinal, mesmo não verídica, a *Constitutum Constantini* transitou da existência mais ou menos lendária à realidade tangível. Se a doação efectuada pelo imperador romano do século IV não vai além de simples fantasia — a fantasia projecta-se nos factos. É um facto a clara doação de Pepino, *o Breve,* garantida pela sua fé sincera e pela força determinante dos seus cavaleiros.

A sucessão de Pepino, o Breve

Nascido, segundo as melhores presunções, a 2 de Abril de 742, o novo rei dos Francos, ao suceder a seu pai, em 768, conta 26 anos. Óptima idade para assumir as responsabilidades que vão caber-lhe. Juventude plena, mas juventude experiente.

Embora vindo ao mundo, ao que parece, sob o signo da bastardia — Kleinclaucz, nas suas pacientes investigações, estabelece que os pais devem ter-se unido pelo matrimónio entre 744 e 749, portanto já depois do seu nascimento —, Carlos foi legitimado e recebeu educação de futuro governante. O irmão mais novo, Carlomano, será ou não filho legítimo, pois tem quatro anos menos.

Falou-se de juventude experiente. Repare-se que aos 11 anos, além de presenciar a visita memorável de Estêvão II, deve ter assistido à entrevista de Ponthion, onde se firmou a aliança efectiva dos Carolíngios e da Santa Sé. Foi ungido, com os pais, na cerimónia pontifícia de S. Dinis e distinguido também com o título de «Patrício dos Romanos». Mais adiante, em 761 — já com 19 —, bateu-se ao lado de Pepino, *o Breve,* nas difíceis jornadas da pacificação da Aquitânia. Figurou como testemunha em actos de doação do soberano a duas abadias. E, por delegação régia, exerceu a administração de um grupo de condados. Como nota Henrique Pirenne, bastou-lhe seguir com atenção os exemplos e lições paternos para neles colher os temas essenciais da grande política a adoptar: política centrada na adesão aos interesses da Igreja, que implica endurecimento natural para com os Lombardos e firmeza perante Bizâncio.

Carlos depara inicialmente com dificuldades por parte da família, hesitante em respeitar a linha anteriormente marcada. Nos primeiros anos após a morte de Pepino, *o Breve,* a influência da rainha, viúva prepondera junto dos filhos, aliás bem pouco unidos. Logo tal se descobre quando, a braços com novas perturbações aquitanas causadas por Hunaldo II, Carlos não obtém do irmão que participe na expedição punitiva.

Mas a divergência mais considerável evidencia-se quanto ao problema dos Lombardos. Acima de tudo a rainha Berta deseja a manutenção da paz. Ora os compromissos tomados com Estêvão II provocam atritos relativamente aos Lombardos, que envolvem os domínios do novo e frágil Estado Pontifício e se empenham em recuperá-los. Qual dos dois — o Papa ou o rei de Pavia — será o herdeiro do Império Romano do Ocidente? Eis a questão. Sob determinados aspectos, além da prestigiosa irradiação espiritual, o papa é o tradicional representante da velha Romanidade, cuja memória e cuja nostalgia se conservam nas populações. À sua frente, porém, levanta-se o chefe de uma raça de acentuadas tendências bélicas. Contra a força lombarda só há, para o Santo Padre, uma esperança: a força dos seus amigos francos.

Durante o último decénio da vida de Pepino, o papa Paulo I (irmão e sucessor de Estêvão II) reclamou com insistência a sua intervenção porque Desidério da Lombardia, embora escolhido pela falecido pontífice, mostra-se bastante incerto em honrar os compromissos tomados. Despontará a hipótese de uma aproximação, porventura em esboço, de Pavia e de Constantinopla?

A braços com a campanha da Aquitânia, dessa vez o rei franco não acudiu ao chamamento do papa. Quando Paulo I morre, em Junho de 767, observam-se, na escolha do seu sucessor, graves desordens. O duque de Nepi chega a colocar o irmão, um leigo, na Cadeira de Pedro, com o nome de Constantino II. Os próprios lombardos o derrubam, mas para substituí-lo por um elemento seu, o diácono Filipe. Só mais de um ano corrido, em Agosto de 768, se consegue eleger normalmente Estêvão III.

O mal-estar entre o Papado e os senhores de Pavia intensifica-se quando, desaparecido Pepino, *o Breve,* da cena, Desidério supõe fácil congraçar-se com os filhos e induzi-los a uma reviravolta diplomática. A rainha Berta está de acordo com tais projectos. Carlomano também. Mesmo Carlos, obediente às injunções maternas, consente em repudiar Himiltrude e casar com Desidéria, filha do rei lombardo — em Dezembro de 770. Ao mesmo tempo, outra filha de Pepino, Gisela, desposa Adalgis, primogénito de Desidério. Os dois casamentos — negociados pela própria rainha Berta e inspiradores de compreensíveis protestos do lado da Santa Sé — levam a pensar numa aliança franco-lombarda, cuja vítima longínqua será Bizâncio, desapossada dos antigos direitos, e cuja vítima próxima será o Estado Pontifício.

Diante de tal quadro, supõe Desidério não ter que recear qualquer oposição aos seus planos. Sob o pretexto de uma romagem leva de novo as tropas às portas de Roma. Entra com um grupo de homens armados no Vaticano e faz vazar os olhos aos dois altos funcionários pontifícios — Cristóvão e seu filho Sérgio —, em quem até aí encontrou firme resistência. Estêvão III, transido de horror, não deve tardar a ceder por completo às suas ameaças e prevê-se a queda da Cidade Eterna sob o jugo lombardo.

Neste lance, dois acontecimentos inesperados se sucedem.

O primeiro é a morte súbita de Carlomano, a 4 de Dezembro de 771. Do seu casamento com Gerberge deixa dois filhos ainda crianças. Segundo os usos, devem ambos ficar sob a tutela do tio até à maioridade; nessa altura lhes serão entregues os territórios governados pelo pai. Mas Carlos não se resigna a tal solução. Aproveita as circunstâncias para, em seu proveito, refazer a unidade do *Regnum Francorum*. Os nobres que obedeciam ao irmão reconhecem-no por soberano. Gerberge, com os filhos, sob a protecção do duque Augier, evade-se para Itália e encontra abrigo na corte de Desidério.

O segundo acontecimento é a morte de Estêvão III em Janeiro de 772 e o advento do novo papa, Adriano I, dotado de rara energia. Tanto assim que, perante as investidas lombardas, mobiliza as suas milícias e pede socorro ao rei dos Francos.

Impõe-se decidido reatamento da política de Pepino, *o Breve*. Bem o compreende o seu primogénito e não hesita mais na orientação a seguir.

Conquistas para leste

Logo nos primeiros meses de 772 repudia formalmente a esposa lombarda. Simula depois querer entrar em negociações com Desidério para não inquietar demasiado aqueles dos seus partidários que vêem com temor a guerra próxima. Uma vez suprimidas todas as divergências, avança à frente do exército, passa os Alpes em duas zonas diferentes, obriga o adversário a refugiar-se em Pavia e a deixar todo o resto à sua mercê. É a repetição das campanhas paternas. Gerberge e os descendentes de Carlomano, encerrados em Verona, rendem-se e ficam prisioneiros. Adalgis, filho de Desidério, embarca para Constantinopla. As províncias lombardas caem uma a uma e os governantes submetem-se. O cerco a Pavia mantém-se, estreita-se, até que em Junho de 774 Desidério, por sua vez, capitula sem condições.

Aqui se revela a forte personalidade do vencedor. Descortina com clareza aquilo que deve fazer, elucidado pela experiência. Não se trata já de destronar um rei e colocar outro no trono. Quando da derrota de Aistulfo cometeu-se o erro de lhe substituir Desidério, para afinal deixar intacto o perigo lombardo. Carlos resolve acabar com o problema da melhor forma: coloca sobre a sua cabeça a *coroa de ferro*. Daí por diante, a partir de 5 de Junho de 774 exactamente, usará o título de rei dos Francos e dos Lombardos — *Rex Francorum et Longobardorum*.

Pouco antes, em Abril, fez uma curta visita a Roma, onde o recebeu Adriano I com grandes marcas de afecto e renovou e confirmou a celebrada

doação de Quierzy. Desta vez, a delimitação da área do Estado Pontifício é ainda mais precisa e, em certos pormenores, mais generosa. Há mesmo quem julgue severamente a ingenuidade do soberano por aceitar uma ampliação das dádivas do pai. O que vem a passar-se adiante não autoriza tal juízo. Mais provável se afigura o desejo, por parte de Carlos, de assegurar ao papa as boas intenções que o animam no sentido de honrar as promessas de Pepino, *o Breve,* a fim de não encontrar desse lado qualquer dificuldade em vésperas de tomar para si o título de rei dos Lombardos.

Torna-se aliás, gradualmente, único senhor da Itália. Com o pretexto de reprimir a conjura dos duques de Espoleto, de Benevento, de Chiusi e de Friul a favor de uma restauração do reino lombardo na pessoa de Adalgis, o ducado de Friul é anexado (776). Em 777 a insurreição de Benevento sofre dura punição. Em 780 o ducado de Espoleto passa também a fazer parte dos domínios de Carlos.

Em 781, um facto extremamente significativo. Adriano I deixa de datar as suas bulas do ano do reinado do imperador de Constantinopla, e passa a datá-las do ano do seu pontificado. Assim, por um lado, mostra o claro desígnio de abolir qualquer sinal de subordinação ao autocrata bizantino; por outro lado, mostra o desígnio, não menos claro, de afirmar a plena autonomia da Santa Sé.

Nesse mesmo ano de 781, por ocasião da segunda passagem de Carlos em Roma, onde vai na Páscoa, outra cerimónia se efectua, a estreitar ainda a aliança entre Adriano e o rei franco, que, embora sob a sua autoridade suprema, resolve delegar no segundo filho, Pepino, o governo das províncias italianas. Essa nova realeza deve possuir também, a legitimá-la, o selo da Igreja. E o papa confere a unção aos dois herdeiros de Carlos, Luís e Pepino, sobre cujas cabeças coloca, por suas mãos, a coroa real. Logo Pepino é proclamado rei dos Lombardos. Em troca, o parcelamento do ducado de Benevento oferece oportunidade para algumas «restituições» favoráveis ao Estado Pontifício. O Chefe da Igreja e o carolíngio reafirmam assim, à custa dos despojos lombardos, íntimo e completo acordo.

Entretanto já Carlos se lançou no grande empreendimento que encherá de duradoura glória o seu nome: a conquista da Germânia. No tempo do pai, numerosas foram as expedições dos Francos às terras de Leste. Mas eram tentativas sem sequência. Apenas se retiravam, esqueciam-se os laços de subordinação e os tributos consentidos.

Entre os povos germânicos sobressai o dos Saxões, fortes no temperamento guerreiro, obstinados no paganismo substancial, isentos de qualquer influência romana ou cristã. Dividem-se em quatro regiões: Vestefália, Angária, Ostefália, Nordalbíngia. E têm por hábito fingir acatar a supremacia dos Francos sempre que a tal os constrange a presença das tropas;

mal se afastam, retomam as suas razias e as suas pilhagens. A fim de pôr termo a este estado de coisas abre Carlos hostilidades contra os Saxões em 772. Apenas para responder aos ataques no Hesse e no vale do Véser? À primeira vista, parece que sim. Dois factos, porém, assinalam objectivos mais amplos: a destruição do ídolo Irmensul, no seu elevado santuário montanhês — o que indica o plano de ferir o culto pagão de maneira bem visível, e a instalação de uma fortaleza em Ehresburgo, em pleno coração da Angária. Outras agressões saxónicas recebem adequado castigo em 774 e 775: neste último ano, em Brunisberga, Angários e Vestefalianos são vigorosamente batidos. No interior da Vestefália, em Paderborn, grande número de chefes saxónios prestam acto de submissão. Surge, porém, caudilho valoroso — Wittikind ou Widukind —, a cuja voz as tribos se levantam. Um vendaval de revolta propaga-se na margem direita do Reno. Os anos de 779 e 780 decorrem entre ásperas refregas. Os soldados francos chegam a atingir o Elba.

A partir de 782 percebe-se que a intenção de Carlos já não é contentar-se com acções episódicas, mas — como sucedeu com os Lombardos — anexar ao seu reino essas trubulentas províncias. Um volumoso contingente de tropas francas é surpreendido e dizimado cerca do monte Suntal. Terrível desastre, comparável ao das legiões de Varo na Era de Augusto, que enche de luto e de cólera o espírito do rei. Marcha ele próprio, à testa de forças consideráveis, exige a entrega dos chefes da rebelião e ordena que a 4500 saxões seja cortada a cabeça em Verden. Repressão crudelíssima, decerto; só assim julga possível restabelecer o prestígio abalado.

Mais três anos de lutas incessantes — até que em 785 o próprio Wittikind, acompanhado de Abbion, seu lugar-tenente, se declara vencido e aceita mesmo o baptismo cristão, no qual lhe serve Carlos de padrinho. A Saxónia é integrada no *Regnum Francorum,* à sombra de leis severas, mais tarde atenuadas. No entanto a guerra não cessa até quase ao final do século, altura em que se conclui a pacificação da Nordalbíngia. Fundam-se sedes episcopais em Brema, Verden, Minden — enquanto mosteiros como o de Fulda constituem centros de conversões e de formação religiosa.

Simultaneamente, cria dificuldades Tassillon, duque da Baviera — que Pepino, *o Breve,* teve a fraqueza de deixar à frente desse estado, talvez por ser filho de sua irmã Hiltrude, e desde o início manifesta claras veleidades de autonomia; tanto assim que na assembleia de Worms é obrigado a renovar público juramento de vassalagem (781). Volta a prestá-lo em 787, no campo de Lechfeld — enquanto os chefes bávaros rendem individualmente o seu preito a Carlos. Logo recomeça a agitar-se e a conspirar contra o primo. Feito prisioneiro, condena-o à morte a assembleia de Ingelheim (788). Não o executam, mas encerram-no para sempre num convento.

Como a Lombardia, como a Saxónia, a Baviera integra-se no reino dos Francos. Salisburgo, erguido a arcebispado, virá a tornar-se o centro da igreja bávara.

Para noroeste da Saxónia, aplica-se ainda Carlos a resolver o problema da Frísia, onde o paganismo é renitente e em 754, nas vizinhanças de Dorkhum, Bonifácio e 52 companheiros sofreram cruel martírio. Na parte meridional, à volta do bispado de Utreque, a penetração cristã manteve-se e alastrou. Mas os frisões do Zuiderzee engrossaram, por várias vezes, as revoltas saxónicas. E o missionário Liudgério só pela rápida fuga escapou à morte que lhe preparavam.

A partir da derrocada de Wittikind em 785, a Frísia tende a pacificar-se. Liudgério regressa e dá novo incremento ao apostolado. Outra província franca, integrada progressivamente desde 790.

A extensão a que leva as suas conquistas obriga a conquistas novas o filho de Pepino, *o Breve*. Outros bárbaros agressivos fazem pairar constante alarme nas fronteiras da Baviera, da Saxónia, mesmo da Lombardia: os Ávaros, povo oriundo dos confins da Ásia que tem evidente parentesco com os Hunos. Instalados no vale do Danúbio, entre a Tisza e a Caríntia, aventuram-se em arremetidas incessantes, quer para leste quer para oeste.

Três campanhas principais contra eles se desenrolam. A primeira em 791. Em 795 a segunda, mais frutuosa; em 796, os Francos, sob o comando do duque Erido de Friul e do caudilho eslavo Worynimir, entram no recinto fortificado conhecido pelo *Ring,* onde os Ávaros guardam os tesouros acumulados durante as pilhagens de longos anos. Poucos meses adiante uma forte expedição sob a chefia de Pepino, rei dos Lombardos, empurra os derradeiros núcleos que pretendem deter-lhe a marcha e vai ostensivamente acampar no próprio *Ring,* cujo espólio transporta para os territórios francos. Instala-se um novo cã, Tudun, entretanto baptizado em Aix-la-Chapelle e que, à semelhança do acontecido com Wittikind, Carlos em pessoa apadrinhou.

O país dos Ávaros soma-se aos seus domínios. Evangelizá-lo-ão dois zelosos missionários: Arno de Salisburgo e Paulino de Aquileia.

Roncesvales

Falta apenas aludir aos acontecimentos militares nos territórios hispânicos de Nordeste.

Viu-se como, depois de repelidas as duas vagas que tentou lançar sobre a Europa — malogro dos ataques a Constantinopla em 717-718 e derrota de Poitiers em 732 —, o Islão perdeu o ímpeto agressivo. Quando os Abá-

cidas elegem Bagodá para sua capital e tendem a inculcar-se legítimos continuadores dos imperadores persas, quase deixou de ser potência mediterrânica para se tornar potência asiática. Desde 740 as efervescências dos Kharijitas enfraquecem a posição do califa no Norte de África; logo se lhes juntam, em 741-742, os levantamentos de berberes — enquanto os Kalbitas provocam agitações na Ibéria muçulmana.

O mais grave dos golpes vibrados na unidade islâmica data, porém, de 756. Quando da cruel matança dos Omíadas seis anos atrás, um neto de Hisham, Abd-er-Rhaman, foi o único a escapar-se, em acidentada e novelesca fuga. Após esgotante travessia do Eufrates a nado, erra pela Palestina, pelo Egipto, pelo Magrebe, entre perseguições e dedicações, quase abatido aqui para ser além quase aclamado; a sua aventura acaba quando o acolhem alguns chefes andaluzes que mantêm fidelidade à antiga dinastia. Num prazo breve é proclamado em Córdova emir da Hispânia muçulmana. A partir de então a Península furta-se ao domínio de Bagodá. E o Império Abácida ainda mais se afasta do Ocidente e se embrenha no mundo oriental.

Mas contestam a autoridade de Abd-er-Rhaman diversos grupos dissidentes. Por 777 o governador de Barcelona, Suleimano Ibn-al-Arabi, em união com outros conjurados, insurge-se contra o emir de Córdova e pede auxílio ao rei dos Francos. Momentaneamente tranquilo quanto à Saxónia, Carlos acorre, estimulado ao mesmo tempo pela ideia de combater o Infiel e pela ambição de lhe arrebatar larga faixa das terras ibéricas. Além disso está em comunicação com os sucessores de Pelágio, um dos quais, Afonso I, já conseguiu avolumar sensivelmente a área do reino das Astúrias, e agrada-lhe levar oportuna ajuda a esse reduto do cristianismo peninsular.

De começo, tudo caminha bem. Divide Carlos as tropas em duas colunas: uma atravessa a Septimânia e dirige-se a Barcelona; transpõe a outra os desfiladeiros pirenaicos e dirige-se à Navarra, sob o seu comando. Apesar de os Bascos serem orgulhosos e indomáveis, prontos sempre à resistência, recebe em Pamplona bom acolhimento e muitos chefes árabes vêm prestar homenagem. Chega-lhe também a notícia de se haver Ibn-al-Arabi apoderado de Saragoça. Ao juntar-se com os seus cavaleiros, que entretanto ocuparam Barcelona, Gerona e Huesca, diante dos muros de Saragoça, desagradável surpresa o aguarda: o váli Hoçain Benyahya, fiel a Abd-er-Rhaman, derrubou e matou Ibn-al-Arabi e está decidido a impedir aos invasores a entrada na cidade. Ainda se inicia o assédio à praça — quando uma informação assustadora obriga Carlos a renunciar à empresa: a de que Wittikind reapareceu entre os Saxões e ateou vasto movimento revolucionário. Imediatamente se lança em direcção aos Pirenéus, ansioso por acudir ao novo foco. De passagem, arrasa Pamplona, visto não poder conservá-la. E os Bascos, enfurecidos, na impossibilidade de travarem batalha em forma, vingam-se com uma emboscada, nas alturas de Roncesvales, onde os Francos têm de passar. Deixam que a maioria das forças desfile e caem depois, como

aves de rapina, sobre as retaguardas — que dizimam em feroz morticínio. Aí perdem a vida alguns famosos cavaleiros: o senescal Eggiardo, o conde Anselmo, acima de todos o heróico Rolando, chefe da marca da Bretanha (15 de Agosto de 788). A lenda apossar-se-á do infausto episódio — e não mais esquecerão os feitos de Rolando, com a sua espada Durandal, tinta do sangue ismaelita, e as do seu irmão de armas Oliveiros, do arcebispo Turpino de Reims, de todas as vítimas dessa jornada tremenda. Não mais os ecos de Roncesvales deixarão de repercutir o som prolongado e agónico da trompa de Rolando, a chamar ao campo da luta o «imperador da barba florida» que virá castigar os seus algozes ...

Mais tarde, a morte de Abd-er-Rhaman, as lutas entre seu filho Hixão I e os que lhe disputam a coroa oferecem oportunidade aos Francos para voltarem à Península e ocuparem Gerona. Um retorno ofensivo dos Árabes, que os leva até Narbona, faz avultar a figura de outro cavaleiro intrépido, Guilherme de Tolosa, que as canções de gesta exaltarão também.

Continua a arrastar-se, através de incidentes graves e tormentosos, a *questão das imagens*. E o facto de os imperadores bizantinos tomarem a cabeça do movimento iconoclasta cava mais fundo a cisão aberta entre a Santa Sé e os patriarcados orientais. A ofensiva do iconoclasmo não representa, aliás, compreensível reacção contra o abuso popular dos ícones. Representa, mais ainda, a hostilidade da corte aos institutos monásticos, fiéis a Roma, e a influência das religiões vizinhas, da Arábia e da Pérsia, onde se proíbe a colocação de qualquer figura simbólica nos templos. Tem razão Deanesly ao fazer notar que atrás da *questão das imagens* está a continuação da velha disputa cristológica, na qual o Oriente nunca teve dificuldade em admitir a natureza divina de Cristo mas tendeu sempre a minimizar ou até suprimir a Sua natureza humana: daí ser o iconoclasmo «sintoma anunciador da orientalização do Império Bizantino». Quebram-se progressivamente os derradeiros laços com o Ocidente. E o sucessor de Pedro, desiludido de Bizâncio, junta-se mais ao vizinho carolíngio. Assim a *questão das imagens,* à primeira vista um tanto insólita e superficial, torna-se dos mais sérios conflitos, não já só dentro da Igreja — mas entre as duas metades em que se quebrou o mundo romano. E pela maneira como favorece a aliança do papa e dos Francos será factor de primeira grandeza na evolução da História europeia.

Iniciada a *questão das imagens* em 726, por Leão III, *o Isáurio,* intensifica-se ainda no longo reinado de seu filho Constantino V, *o Copránimo* (740-775): sob a sua égide se reúne em Héria (754) um concílio. Trezentos prelados iconoclastas, sem assistência de delegados do papa e dos patriarcas orientais, rigorosamente condenam o que chamam «a idolatria»; à sombra desta sentença efectuam-se autênticos vandalismos artísticos, ao serem apagados ou demolidos pinturas, frescos, esculturas,

mosaicos, nas principais igrejas de Constantinopla. Falecido Constantino V em 775, os cinco anos do reinado de seu filho, Leão IV, *o Khazar,* marcam relativa moderação. Deve concorrer para isso o ascendente ganho pela imperatriz Irene, bela ateniense que vai desempenhar papel de relevo, durante dois decénios, na vida de Bizâncio.

Quando Leão IV morre, tem apenas 10 anos o seu herdeiro, Constantino VI. A regência é confiada a Irene, que decide pôr termo às questões religiosas. Por iniciativa sua, um concílio — agora legítimo — reúne-se em Niceia em 787: dele saem a reabilitação dos monges e a restauração do culto das imagens, desde que o respeito que lhes é devido não seja confundido com adoração, só reservada a Deus.

O senhor do Ocidente

À medida que o tempo corre e o final do século se aproxima, o poderio do rei dos Francos e dos Lombardos avulta — e nitidamente o impõe como verdadeiro senhor do Ocidente. Sujeitou, em longos prélios, as terras e os povos germânicos: Saxões, Frísios, Ávaros foram vencidos, cristianizados, integrados. Lançou os Islamitas definitivamente para o outro lado dos Pirenéus e na Península Ibérica as suas tropas estabeleceram-se com solidez, até constituir a marca hispânica. A Itália inteira lhe rende vassalagem — com excepção do Estado Pontifício e de ínfimos encraves bizantinos. Em resumo: aumentou para mais do dobro a herança recebida dos Merovíngios e dos antecessores imediatos — de Clóvis como de Carlos Martel e de Pepino, *o Breve.* Graças a esse porfiado esforço, que os contemporâneos intitulam *dilatatio regni* — os seus domínios estendem-se do Ebro ao Vístula, da Itália do Sul às costas do Báltico. Em determinadas zonas, foi mais longe do que os antigos Césares (até ao Elba, por exemplo) e o certo é que, desde a fragmentação da Romanidade, nunca tão imensa vastidão se juntou sob o mando de um só chefe.

Justamente ficou, da queda da Romanidade, em todos os espíritos e regiões ocidentais, perene nostalgia. A ordem romana — fusão e governo de populações sob uma única soberania e uma lei única — manteve, durante largo período, um nível de civilização e uma paz consistente de que todos beneficiavam e de que todos sentem profundamente a falta. Já foi em torno deste sentimento geral que se ergueu o prestígio de Clóvis, caudilho bárbaro ligado, pelo baptismo de Reims, à Igreja Católica e empenhado em sobrepor larga orientação unitária à profusa e anárquica variedade das tribos desavindas. Agora, com o novo Clóvis, cuja imponente série de campanhas e de vitórias dá outra amplitude e outra concretização ao seu plano, a hipótese do possível restabelecimento do velho bloco da Romanidade toma corpo, tende com maior força a projectar-se nas realidades políticas.

Acresce ainda que o Ocidente anseia por se organizar sob forma bastante poderosa e segura para fazer frente aos dois impérios preponderantes noutras zonas vizinhas: o império dos califas de Bagodá, na Ásia anterior, representativo de um credo que tem sentido virulento de grave ameaça, e o Império de Bizâncio, cada vez mais afastado das linhas-mestras da Ortodoxia e cujo pendor para as agitações heréticas e para um tipo de cultura neo-helénica o tornam menos herdeiro de Roma que de uma Grécia contagiada por inquietantes vírus orientais.

Note-se, a propósito, que Irene desmascara gradualmente, para além da posição contrária ao iconoclasmo, tão louvada pelos que nela puseram excessivas esperanças, a ambição pura e simples de consolidar o seu poder pessoal. Assim, ante o perigo de ter de ceder esse poder a Constantino VI, seu filho, já chegado à maioridade, desenrola intrigas pérfidas para o comprometer e perder — e em 797 faz-lhe inclusivamente vazar os olhos e proclama-se, ela própria, imperatriz ou *basilissa*. O facto provoca indignação, e muitos consideram Irene simples usurpadora e vago o trono de Constantinopla. Em tal hipótese terá acabado o Império Romano do Oriente — como em 476, no tempo de Odoacro, o Império Romano do Ocidente acabou.

É de Junho de 799 uma carta histórica do sábio monge britânico Alcuíno a Carlos, na qual expõe que houve, «até agora», três personalidades no cimo da hierarquia universal: o sucessor de Pedro, príncipe dos apóstolos, cabeça da Igreja; o imperador bizantino, que acaba de ser afrontosamente deposto (alusão ao atentado de que Constantino VI foi vítima); e o rei dos Francos, a quem, por divino intento, claramente está confiado o governo da Cristandade. Conclui: «É sobre vós apenas que as igrejas cristãs se apoiam, de vós que esperam a salvação ...» E Alcuíno não tarda a empregar uma expressão nova, que desde aí aparece com frequência nos seus textos: a de «Império Cristão» — império do qual, para ele, Carlos se torna com flagrante clareza imagem e símbolo ...

Na altura em que é escrita a carta de Alcuíno, enquanto a crise de Bizâncio faz desaparecer, aos olhos de muitos, uma das entidades predominantes da vida mundial — o basileu —, outra grave crise se desenvolve em Roma, à volta da sucessão pontifícia.

O papa Adriano I morre nos finais de 795. Logo aparece eleito um clérigo de Latrão, sob o nome de Leão III — com manifesto desacordo do partido da nobreza, que desejava colocar um dos seus membros na Cadeira de Pedro. Porque se vê rodeado de inimigos na corte romana e se acha ainda em pleno conflito com a corte bizantina, o novo papa busca mais intensamente o apoio de Carlos — a quem participa a sua elevação ao sólio pontifício e envia simultaneamente as chaves do túmulo de S. Pedro e o estandarte da Cidade Eterna. Pede-lhe também que mande um alto dignitário com o encargo de receber o juramento de fidelidade dos habitantes

de Roma. Parece confessar-se, pois, vassalo do rei dos Francos — de cujo reinado passam a ser datados os documentos da chancelaria do Vaticano.

A resposta de Carlos acentua bem claramente a dependência em que considera o Santo Padre para consigo. Na mensagem que lhe envia, e cujo portador é o seu conselheiro Angilberto, diz em termos expressivos: — «Pertence-me, com a ajuda da piedade divina, defender em todos os lugares a Igreja de Cristo pelas armas: no exterior, contra as incursões dos pagãos e as devastações dos infiéis; no interior, pela difusão da fé católica. A vós, Santo Padre, compete-vos, erguidas como Moisés as mãos a Deus, ajudar com as vossas orações o êxito das nossas armas ...» A seguir, aconselha o pontífice a respeitar em todos os pontos as prescrições canónicas, a viver honestamente e a governar a Igreja de maneira edificante. Palavras um tanto impertinentes pelo tom protector de que se revestem e que tendem a fazer do Vigário de Cristo uma espécie de subordinado seu.

Mas Leão III acolhe estes avisos e conselhos com inteira humildade. Mais até: faz decorar o triclínio do Palácio de Latrão com belos mosaicos que ilustram a sua concepção das relações entre os dois poderes. A meio, na abóbada central, Cristo sobre um rochedo de onde saem as águas dos quatro rios apostólicos, sob a inscrição: — «Ide, e ensinai todas as nações.» A um lado e a outro, dois grupos alegóricos: o imperador Constantino junto do papa Silvestre I, aos pés do Filho de Deus; o rei Carlos e o Papa Leão III de joelhos ante S. Pedro — que oferece ao primeiro um estandarte ligado a uma esguia lança. O paralelo entre o imperador romano e o soberano franco é evidente. E evidente a sua designação como paladino da Igreja.

Os acontecimentos depressa se encarregam de mostrar as imperiosas razões que levam o sucessor de Adriano a exaltar a tal ponto o poderoso aliado e a confiar-lhe tão visivelmente a sua defesa.

Já em 798 — ano em que, obediente à solicitação de Carlos, o papa convoca para Roma um concílio destinado a tratar da heresia adopcionista — sérias desordens ali se registam. E em 25 de Abril de 799 a atmosfera tensa acaba por facilitar um criminoso atentado. No dia da Festa das Litanias Maiores, quando Leão III, a cavalo, sai do Palácio de Latrão para ir tomar o comando da procissão formada na igreja de S. Lourenço, em Lucina, um bando de díscolos, chefiados pelo *primicério* Marcial (sobrinho de Adriano I) e pelo *sacelário* Câmpulo, assalta-o, derruba-o da montada, tenta vazar-lhe os olhos e cortar-lhe a língua. Embora o não consiga, arrasta o Santo Padre, contuso e ensanguentado, para uma cela do Convento de Santo Erasmo, onde o encerra. Vão libertá-lo nessa mesma noite dois categorizados funcionários francos, o duque Vinigis de Espoleto e o abade Virundo. Na sua companhia, dirige-se Leão III ao encontro de Carlos, então no coração da Saxónia, em Paderborn. Prevenido logo do que se passa por Arno de Salisburgo, ordena o rei ao conde Germário que assegure a protecção do Papa. Manda ao seu encontro o arquicapelão Hildebaldo e, quando

o cortejo pontifício se aproxima, o próprio rei dos Lombardos, Pepino, com ampla comitiva.

Abraçam-se afectuosamente, à chegada a Paderborn, o Santo Padre e o rei dos Francos. Celebram, depois, várias entrevistas. De Roma, os inimigos de Leão III enviam apaixonados escritos com acusações violentas ao papa: acusações de imoralidade e de perjúrio. E como se impõe total e solene reabilitação, Carlos, investido de uma espécie de missão arbitral, providencia no sentido do regresso do Pontífice a Roma, e anuncia o seu projecto de ir pessoalmente, em breve prazo, decidir o conflito.

Natal de 800

O certo é que das três eminentes personalidades citadas na carta de Alcuíno, além do colapso do basileu, substituído por uma mulher, também o sucessor de Pedro se acha em posição de que se ressente o seu prestígio. Daí o valorizar-se ainda melhor a terceira personalidade — com ascendente dia a dia fortalecido. Não admira que todos o vejam como árbitro — superior e omnipotente.

Volta Leão III a Roma cercado de vistosa escolta de prelados e guerreiros francos, nos finais de 799. Um ano depois, a 24 de Novembro de 800, vem o próprio Carlos. Embora contra o parecer de Alcuíno, empenhou-se em promover a reabilitação pública do Santo Padre, o que pode ser interpretado como acto de zelo religioso mas não deixa de colocar o papa numa situação mais delicada ainda, enquanto dá ao rei dos Francos excelente ensejo para se erguer a toda a altura como suprema e decisiva autoridade.

Espera-o o pontífice, com o máximo aparato, a vinte quilómetros de Roma. Reúne-se um mês depois, a 23 de Dezembro, numerosa assembleia de bispos e outros membros do clero na Basílica de S. Pedro. O fim da reunião será, como alguns cronistas brutalmente dizem, submeter Leão III a uma espécie de julgamento — num tribunal de que toma Carlos a presidência? É um pouco isso, mas não é bem isso. O acto em si basta para sugerir as duas posições: a do rei-juiz, a do papa-réu. Imediatamente, porém, se salvam as aparências com a declaração preliminar que todos os presentes enunciam: — «Teremos por justo tudo quanto diga de si mesmo o Sumo Pontífice.» Se existe um réu, formalmente se lhe reconhece o direito de pronunciar, ele próprio, a última palavra — o que restabelece à sua volta a indispensável atmosfera de respeito devida ao Vigário de Cristo na Terra ...

E Leão III, que declara com solenidade não ser em nada constrangido e falar «*mea spontanea voluntate*», jura perante Deus e perante a memó-

ria do Príncipe dos Apóstolos nunca haver cometido nenhum dos delitos que lhe imputam nem ter ordenado qualquer acto que lhes corresponda.

Entoa a assembleia cânticos de louvor e de júbilo. Os adversários e acusadores nem ousam comparecer no tribunal e sofrem condenação unânime. O próprio papa intercede para que a pena de morte, atribuída a Marcial e a Câmpulo, seja comutada em simples desterro.

Por impressionante coincidência, nesse mesmo dia, como que para melhor pôr em relevo o singular prestígio de Carlos, chegam a Roma, vindos propositadamente da Palestina, dois monges enviados pelo patriarca de Jerusalém que entregam ao rei dos Francos e dos Lombardos as chaves da Cidade Santa, do Calvário e do Santo Sepulcro, assim como um estandarte.

Dois dias adiante, a 25 de Dezembro, celebra-se na Basílica de S. Pedro, com amplo cerimonial, a festa litúrgica da Natividade de Cristo. Antes do ofício, o soberano entra no vasto templo e ajoelha em oração junto do túmulo do Príncipe dos Apóstolos. Em torno, a encher as naves ou a aglomerar-se ao fundo, a turba compacta, em que figuram, além de grande porção de magnates francos, os mais destacados vultos da aristocracia romana e massas densas de povo.

Quando Carlos se ergue depois de terminada a prece, bruscamente, num gesto espectacular, avança Leão III até quase tocá-lo. Segura nas mãos uma coroa refulgente e coloca-lha sobre a cabeça. Então, elevam-se de toda a parte veementes aclamações: por três vezes a multidão entusiástica repete em altos brados: — «*Carolo Augusto a Deo coronato magno et pacifico Imperatori Romanorum, vita et victoria*» — «A Carlos Augusto, coroado por Deus, grande e pacífico Imperador dos Romanos, vida e vitória!»

A partir desse momento crucial restaura-se, na pessoa do filho de Pepino, *o Breve,* o Império Romano do Ocidente. Como resume o autor dos *Annales Regni Francorum,* «abandonado o título de Patrício, passaram a chamar-lhe Imperador e Augusto».

O papa ajoelha em frente de Carlos e inclina profundamente a cabeça, em sinal de homenagem — de acordo com o rito bizantino da *prokynesis.* E o novo imperador, durante longo tempo, é ovacionado de um extremo a outro da imensa basílica, cheia de luzes e de clamores.

É conhecido um passo de Eginardo, o cronista da *Vita Caroli,* que afirma haver sido a coroação total surpresa para Carlos Magno (a partir de agora, será preferível chamar-lhe assim, como os contemporâneos); assegura mesmo, nos mais claros termos, que o soberano «não teria chegado a entrar na basílica, apesar de ser dia de grande festa, se houvesse conhecido antecipadamente os desígnios do Pontífice».

Poderá aceitar-se isto como certo? Numerosos autores fazem, a tal respeito, variadas conjecturas. Há quem admita ser a ideia da coroação imperial

de Carlos um produto da corte de letrados que o rodeia, onde se cultiva intensamente a tradição da cultura latina e os modelos da antiga Romanidade preponderam. Já se viu um reflexo de tais influências na carta de Alcuíno. Também Angilberto e Teodulfo, ambos poetas e cortesãos devotados, pela mesma época tratam o seu senhor como verdadeira cabeça do Império, émulo dos Césares de Roma. Há quem prefira atribuir a iniciativa ao próprio Carlos Magno — por exemplo, Amann, Kleinclaucz, Doellinger, Leclère — e faça mesmo datar o entendimento concreto sobre a coroação das entrevistas de Paderborn. Em contrário, há quem aduza a fidelidade de Carlos aos usos e costumes do seu povo: Hauck supõe-no adverso a uma investidura pontifícia, visto desejar antes receber a coroa e a dignidade imperial, à maneira germânica, da assembleia dos companheiros de armas.

Desde que se reflicta acerca das circunstâncias que rodeiam o acontecimento do Natal de 800, parece mais provável que a iniciativa parta do papa Leão III. Em primeiro lugar, pela situação difícil em que se encontra e pela necessidade instante de atrair com maior força a amizade e a gratidão do guerreiro vitorioso que domina incontestavelmente o mundo ocidental. Talvez, também, no intuito de dar satisfação a uma atmosfera cujas principais características já foram recordadas e da qual emana o apelo a que se restabeleça, com o imperador do Ocidente, o símbolo da paz e da unidade perdidas mais de três séculos antes. Talvez, ainda, porque se consumou o rompimento com os autocratas bizantinos e a aventura de Irene abriu de certo modo a vacatura do trono em Constantinopla. Acima de tudo, porém, a determinação do Chefe da Igreja deve obedecer a uma finalidade superior que, embora inclua todas as razões acabadas de pôr em esquema, a todas afinal transcende.

Salienta lucidamente Deanesly: — «Embora Carlos Magno seja aclamado como *Augusto,* o imperador que nele revive, nesse ano de 800, não é Augusto, mas Constantino.» De facto, só uma visão demasiado restritiva e um tanto rotineira pode ver no acto solene efectuado pelo papa o simples ressurgimento do Império Romano do Ocidente, tal qual era em 476. O que se deu foi, para além desse ressurgimento aparente — a que as ovações do *Populus romanus* aglomerado ao fundo do templo deram apenas sanção convencional —, a fundação do império novo, o Império Cristão de que falava, no ano antecedente, o sábio Alcuíno. O Império Cristão surge dotado — sublinha-o o professor Ricardo Garcia Villoslada — de «certa soberania ecuménica», em plena «união com a Sede Apostólica» (é a fórmula de Suárez), investido na missão de ser o paladino da Igreja Católica e de fazer prevalecer a mensagem cristã em todo o universo. Por sobre os aspectos da grandeza meramente terrena, será, pois, o exercício de um alto sacerdócio que o Vigário de Cristo nessa hora confere ao supremo governante — o qual passa a ser, em vista do mandato que lhe confiam, instrumento do apostolado universal da Igreja.

Tudo confirma, pois, a justa síntese de Amann: — «A imagem de Leão III a colocar sobre a cabeça de Carlos Magno, ajoelhado a seus pés, o diadema imperial, acabará por impor-se à posteridade, e não a imagem de Leão III a prestar homenagem ao novo imperador.»

Perfil de Carlos Magno

No apogeu da sua glória, será este o momento de nos determos um pouco diante do homem que, depois de três décadas de fecundo reinado, aparece a todos os olhos como a personalidade mais fascinante da época.

Não se trata, rigorosamente, de um super-homem — se é que existem super-homens. Sem corresponder à lendária figura gigantesca das canções de gesta, é alto, saudável, robusto, mesmo corpulento, extremamente cônscio dos deveres da autoridade, de uma energia e de uma prudência que formam as duas notas complementares do seu génio político. Em todas as conjunturas sabe avaliar os limites do possível para não os ultrapassar, mas trata de utilizá-los na máxima amplitude. Mostra-se expressivo e falador com quantos se lhe aproximam. Simples nos hábitos, raramente se reveste de aparatosos trajos de cerimónia — quando, sentado no trono, sob o fulgurante diadema, segura nas mãos o ceptro e enverga a túnica de lhama dourada. O seu trajo normal reduz-se às vestes soltas dos cavaleiros francos. Embora cinco esposas legítimas passem pelo seu tálamo — a franca Himiltrude, a lombarda Desidéria, Hildegarda, Fastrada, Liutgarda, além de várias concubinas —, dispensa à família entranhado afecto: todos temos presente o quadro traçado por Teodulfo, no poema *Ad Carolum Regem,* em que o vemos tomar, entre os filhos, a bonomia de um patriarca.

Outro ângulo do seu perfil: o interesse pelas coisas da Cultura. Caudilho bárbaro, amante de jogos atléticos, da caça, da natação, das longas tiradas a cavalo, possuidor de instrução pessoal rudimentar (lembra-nos aquele esforço descrito pelo fiel Eginardo, quando, em longas e aplicadas horas, tenta debalde, com seus dedos grossos de germano, traçar as letras do alfabeto), possui todavia, em elevado grau, o sentido das hierarquias do espírito. Daí os letrados que reúne à sua volta e que formam, em conjunto, a impropriamente chamada «escola palatina», onde brilham a grande altura: Alcuíno, monge britânico de profunda sabedoria em matérias canónicas, autor dos afamados *Libri Carolini;* os três eruditos italianos Paulo Diácono, historiador dos Lombardos, Pedro de Pisa, gramático e poeta, Paulino de Aquileia, teólogo, igualmente poeta e canonista; o godo Teodulfo, tratadista de *De Spirito Sancto* e de *De Ordine Baptismi,* o mais inspirado dos líricos do tempo, sobretudo nos hinos sacros; enfim, os francos Angilberto e Eginardo, aos quais já se aludiu. Galeria de valores que enraíza na era de Carlos Magno a cultura medieval.

Ainda outro aspecto a assinalar no imperador: o propósito de exercer um poder genuinamente demófilo. À frente das províncias acham-se os governadores, com o título de *comes* ou de *graf* (condes), e, se se trata de províncias fronteiriças, mais sujeitas a lutas armadas — as *marcas* —, com o título de *markgraf*. Para evitar que a sua autoridade, um tanto discricionária, degenere em abuso, institui Carlos Magno os *missi dominici* — dois inquiridores enviados em seu nome às diversas circunscrições do território, um pertencente ao alto clero (em geral um bispo), outro escolhido entre os funcionários da corte, que vão informar-se *in loco* e ouvir, no mais directo contacto, as queixas ou reclamações dos povos. E tem sabor a história, imaginária (ou não?), do sino que o soberano faz colocar à porta do palácio e que pode tanger em qualquer altura quem se julgue na emergência de clamar por justiça ...

Quanto ao cabo-de-guerra, as opiniões diversificam-se: enquanto o saúdam alguns como dos maiores estrategos de todos os tempos, visto saber-se que a ninguém confia o encargo de planear, em todos os pormenores, as incessantes e árduas campanhas, notam outros serem poucas as acções bélicas em que directamente intervém e acrescentam que na maioria dos casos o seu prestígio e a força das suas tropas causam tal pânico aos adversários que se rendem apressadamente e as vitórias derivam quase apenas do efeito psicológico ... Este argumento, especioso e fraco, torna-se contraproducente. O prestígio do imperador não resultará dos dotes do chefe militar e os exércitos francos não aterrarão o inimigo por virem sob o seu comando? ...

O que acima de tudo interessa no reinado de Carlos Magno é a concepção ética por que se orienta, tão exigente quanto ao governante como aos governados — e dominada por fundamental constelação de princípios religiosos. Vê a sua missão, efectivamente — já atrás foi empregada a palavra — como *sacerdócio*. Cimo da pirâmide a que se pode comparar a hierarquia das vassalagens (fundadas na ideia do *serviço,* por parte do vassalo; na ideia da *protecção,* por parte do senhor), cumpre-lhe ser encarnação pura, inabalável de justiça tão pronta e tão isenta na ajuda ou no prémio como no castigo. Justiça inspirada essencialmente na moral cristã — e que constitui um dos aspectos da função global do imperador: defender e propagar a mensagem de Cristo, em união com a Igreja. Todas as suas guerras são contra idólatras, pagãos, inimigos da Fé — quer se trate dos Saxões, dos Frisões, dos islamitas da Ibéria ou dos Lombardos.

A sacralização da autoridade, embora com a contrapartida dos deveres que se lhe impõem e, antes de nada, do exemplo que lhe cabe não apenas *dar* mas *ser* — revela-se bem em determinados trechos das proclamações lançadas, em nome do imperador, muito provavelmente com directo conhecimento seu, pelos *missi dominici* aos habitantes das zonas que percorrem.

Eis um desses trechos, como simples amostra:

«Somos aqui mandados para vossa salvação, para vos avisar de que vivais segundo as leis de Deus, inteira e exactamente, com justiça e misericórdia.»

E, depois de uma reprodução quase integral do credo e da enumeração dos Dez Mandamentos, este remate impressionante:

«A vida é curta, a hora da morte é incerta. Estejamos prontos para a morte a todo o instante. Como será terrível cair, sem prevê-lo, nas mãos de Deus! Deus vos salve, queridos irmãos ...»

Falam assim os enviados de Carlos Magno. Perfeita linguagem sacerdotal — a assinalar a profundidade da fé e o propósito de se manter sob o duplo signo da disciplina e da caridade, a fim de consolidar entre os homens a ordem na paz.

Claro que, na sua humana imperfeição, algumas vezes o imperador abusa ou exagera. Pelo papel que se arroga, pela confusão que estabelece entre esse papel e o do Sumo Pontífice em certos momentos, pelo efectivo poder de que dispõe, em especial no referente à escolha dos prelados e à administração dos mosteiros — a cada passo se deixa arrastar a tentações de cesaropapismo e gravemente mistura atribuições relativas ao temporal e ao espiritual.

Em três ocasiões, além de muitos episódios avulsos, os assomos cesaropapistas de Carlos Magno se tornam mais visíveis e até bastante chocantes: a primeira, quando, justificado pelo Concílio de Niceia de 787 o culto das imagens depois de reduzido às suas legítimas proporções, o imperador e os teólogos palatinos resolvem corrigir num sentido iconoclasta as decisões tomadas: é então que, por encargo de seu amo, Alcuíno redige os *Libri Carolini;* a segunda — esta, aliás, plenamente de acordo com a Ortodoxia —, quando, ante o incremento da heresia adopcionista dos bispos espanhóis Elipando de Toledo e Félix de Urgel, Carlos Magno, no Concílio de Francforte (764), que reúne e a que preside, se apressa a promover a sua expressa condenação, quatro anos antes do próprio sumo pontífice; a terceira, na famosíssima questão do *Filioque* (fórmula do Credo que afirma provir o Espírito Santo, na Santíssima Trindade, do Pai *e do Filho, Filioque* — enquanto até aí, sobretudo no Oriente, é crença generalizada o Espírito Santo provir *apenas* do Pai, embora *através* do Filho) — questão perante a qual os papas hesitam por algum tempo; será afinal resolvida segundo o critério adoptado pelo imperador.

Quase inevitável essa tendência de Carlos Magno a exorbitar, por zelo religioso mal entendido ou mal doseado. Quase inevitável, pois a época exige a cada momento decisões e intervenções enérgicas, as comunicações são difíceis e morosas e por vezes vacila o Chefe da Igreja em tomar posições susceptíveis de o exporem a desmedidos riscos ...

Se aqui e além se excede e sai dos limites normais da sua esfera de acção, o soberano, todavia, fá-lo-á por tomar cabalmente a sério as obriga-

ções de *Defensor Ecclesiae* — de espada ao serviço da Fé. E aplica rude autoritarismo de soldado àquilo que em nada se pode comparar a uma sinples batalha ...

Últimas campanhas

Absorvido pelas responsabilidades do governo de vastos domínios e pelos diversíssimos problemas a que tem de fazer frente, um tanto cansado pela série quase ininterrupta de guerras de conquista — desde o ano da coroação imperial até à sua morte Carlos Magno poucas vezes retoma a chefia dos exércitos. São os filhos quem o substitui no comando — e todos três mostram qualidades de chefes militares: Carlos, o primogénito, distingue-se em operações contra os Eslavos, nos confins orientais do Império; Pepino, rei dos Lombardos, termina a sujeição dos Ávaros, ainda por vezes irrequietos e turbulentos; quanto ao mais novo, Luís, feito em 781 rei da Aquitânia, ilustra-se nos campos de batalha hispânicos: em 801 apodera-se de Barcelona — e, embora sem chegar a atingir o Ebro a penetração dos Francos, os territórios ocupados, com os da Septimânia, formam em conjunto a marca hispânica frente ao emirado de Córdova, baluarte defensivo contra veleidades de refluxo árabe.

No fundo, mais se trata de operações de estabilização e consolidação que de propósitos de alargamento expansivo. Além da marca da Espanha constrói-se e fortifica-se a marca oriental ao longo do vale do Danúbio, após a liquidação definitiva dos Ávaros: virá a nascer daí, mais tarde, a Áustria *(Ostmark)*.

Nova ameaça se esboça, nas regiões setentrionais. Até certa altura as investidas no mar provêm quase apenas dos piratas mouriscos, em águas do Mediterrâneo. Outros perigosos corsários surgem, quer no mar do Norte, quer no litoral do Atlântico: os Escandinavos, Dinamarqueses e Noruegueses. Já na Dinamarca vizinha o caudilho saxónio Wittikind deparou refúgio e apoio. Em finais do século VIII vêm atacar terras da Gália e ousam mesmo rápidos desembarques, seguidos de morticínios e pilhagens, na Aquitânia. Um monarca ambicioso, Godofredo da Dinamarca, leva as suas frotas até ao Elba.

Alarmado com justos motivos, a ninguém entrega Carlos Magno a tarefa de organizar defesa eficaz contra esses adversários de novo estilo. Vai ele próprio. Além de mandar fortificar as zonas mais expostas, promove a construção de pequenas esquadras com o fim de policiar as faixas costeiras. O sistema defensivo assim elaborado constitui outra *marca* — designada por *marca northmannica,* visto os Escandinavos serem todos conhecidos pela denominação comum de *North-men* — homens do Norte.

Quando Godofredo lança uma expedição contra as ilhas da Frísia, onde as suas tropas desembarcam, avança Carlos Magno até à confluência do

Véser e do Aller e dispõe-se a combatê-lo — mas o invasor desaparece de um momento para o outro, assassinado por um rival. A inquietação naquelas paragens virá a aumentar pelos tempos adiante.

De Thionville a Aix-la-Chapelle

Em 806, um acontecimento insólito, que dá origem a variadíssimas interpretações: a *partilha de Thionville,* feita a 6 de Fevereiro perante uma assembleia reunida de propósito. Visto o problema da sucessão dever ser encarado, na medida em que a idade do imperador avança, decide Carlos Magno — depois de reafirmar que conservará inalterável o poder imperial — dividir os domínios pelos três filhos, na previsão do futuro. A Carlos, o mais velho, destina a fracção mais importante, o núcleo central: Nêustria, Austrásia, Saxónia, Frísia, Turíngia, zonas ao norte da Baviera e da Borgonha e o vale de Aosta, nos Alpes; a Pepino, a Lombardia, o Sul da Alamânia e da Baviera, a Récia; a Luís, a Aquitânia, a Septimânia, grande parte da Borgonha, a Provença, o monte Cenísio e o vale de Susa, na região alpestre. A *Ordinatio* que estabelece e regula a *divisio regnorum* exorta os três herdeiros a viverem na melhor concórdia — emprega até a expressão de «governo confraternal» — e acentua que se considerem obrigados todos a prestar auxílio, caso necessário, ao Santo Padre de Roma.

À primeira vista, a partilha de Thionville constitui desmentido chocante a tudo quanto militava a favor do soleníssimo acto do Natal de 800. Ao ver Carlos Magno dispor dos territórios sob seu mando a favor dos filhos, por meio de desmembramento que traduz recaída no conceito meramente patrimonial dos Merovíngios — onde ficam as teses da necessária unificação dos países ocidentais, da restauração do Império Romano ou da fundação de um Império Cristão? E a tese complementar de ser oportuno e benéfico, diante dos outros dois poderes imperiais do tempo, o do basileu de Constantinopla e o do califa de Bagodá, erguer, na sua plena estatura, o vulto dominante do imperador do Ocidente?

Parece Carlos Magno ter tomado a coroação de S. Pedro como simples e aparatosa homenagem pessoal — sem consequências para depois do seu desaparecimento. Na hora em que sair do mundo tudo ficará como na altura em que o pai faleceu — com a única vantagem da maior parte do Ocidente ser governada por príncipes da mesma família. Mas a concórdia recomendada em Thionville será duradoura? Não irá tudo resvalar para uma atmosfera de lutas fratricidas?

Vistas melhor as coisas, o acto de 806 não tem o sentido que uma interpretação precipitada lhe atribui. Há, para o considerar a outra luz, boas razões. Antes de nada, quando afirma reservar para si a dignidade imperial até ao fim, dá Carlos Magno a entender que a transmitirá a

alguém, embora não designe quem seja. Depois, note-se que, muito antes da assembleia de Thionville, já Pepino e Luís se intitulam reis — da Itália e da Aquitânia — e têm cortes próprias, sem que isto prive o imperador de intervir directa e claramente no governo de ambos os Estados, como super-soberano. Portanto, também a um dos três filhos poderá ser dada autoridade igual, que o situe em plano superior ao dos irmãos. Quando muito, dir-se-á que a intenção é discriminar com precisão os lotes territoriais em que a herança deverá ser dividida: o problema do Império fica para resolução ulterior.

Esta reserva provém sobretudo das dificuldades previstas do lado de Bizâncio. Se Carlos Magno declara haver recebido com surpresa e desaprovação a iniciativa do papa a coroá-lo imperador — será por tomar em conta os direitos sempre afirmados pelos monarcas bizantinos. Nunca deixaram estes de supor-se representantes do Império Romano *inteiro* — e, por mais que se tornasse ficção pura a sua autoridade sobre o Ocidente, ainda por largo período simularam exercê-la por intermédio do exarco de Ravena. Vicissitudes, mudanças, engrandecimentos ocasionais de chefes bárbaros — concebem-se. Mas aceitar que um desses chefes se proclame imperador e receba a unção e a homenagem do pontífice de Roma — é considerar definitivamente caducos os seus direitos em toda a zona ocidental.

Foi a pensar nisto que Carlos Magno — com sinceridade ou não — se mostrou contrariado ante a imposição do diadema imperial. Desde então, certo da hostilidade que a notícia desperta nas margens do Bósforo, trata de negociar com Bizâncio um acordo que realmente legitime o seu título de imperador.

Logo em 802 dirige uma embaixada a Irene — e o historiador grego Teófanes diz até que se propõe o casamento de Carlos Magno e da basilissa, ambos então viúvos, como solução ideal para instantaneamente restabelecer a unidade perdida. Proposta de cá ou de lá? Ambas as hipóteses se admitem. Mas tudo se desmorona quando em Outubro do mesmo ano Irene é destronada por Nicéforo, adverso à conciliação.

Com a sua inteligência e o seu realismo habituais, desde que se fecha o caminho das negociações amigáveis, procura o filho de Pepino, *o Breve*, outro caminho: intensifica as pressões de várias ordens sobre a República Veneziana, teoricamente sujeita a Bizâncio mas cujo próspero comércio alenta pretensões crescentes à independência. E os doges de Veneza reconhecem-lhe, em 805, a soberania, assim como os duques de Zara, chave da Dalmácia. Reagem os Gregos em 806 e 809. Há que decidir o assunto: e Pepino, rei dos Lombardos, por ordem do pai, ocupa Veneza em 810.

Voltam as negociações a tornar-se mais fáceis e a dar melhores esperanças. Até que finalmente o próprio Nicéforo, em troca da restituição das terras venezianas e dálmatas, consente em reconhecer Carlos Magno

como imperador do Ocidente e trata-o simbolicamente por «irmão». Os enviados do sucessor de Nicéforo, seu genro Miguel I, firmam o definitivo acordo, em Aix-la-Chapelle (812).

Deixam de subsistir os entraves que obrigavam a prudentes reticências. Agora o jogo vai ser posto na mesa — com nitidez total.

Tanto mais que nos anos de 810 e 811 há uma série de falecimentos imprevistos: primeiro, Giselda, irmã de Carlos Magno; a seguir, sua filha Gertrudes; a 8 de Julho de 810, com 33 anos e já afamado nas empresas militares, desaparece Pepino, rei dos Lombardos; no ano seguinte, em Dezembro, o mesmo acontece a Carlos, o primogénito.

Fica unicamente o mais novo — Luís, rei da Aquitânia. E no entretanto obteve-se o formal reconhecimento do basileu.

É a altura de regular de vez o caso da sucessão, já que a partilha de Thionville perdeu a razão de ser. Faz-se Eginardo intérprete da nobreza e solicita ao seu amo a decisão que se impõe. Reúne Carlos Magno em Aix-la-Chapelle, no dia 11 de Setembro de 813, a grande assembleia. Consulta-a acerca dos seus intentos — que todos unanimemente aprovam. Entra depois na capela do palácio, revestido da púrpura, na plenitude das insígnias imperiais. Luís acompanha-o, e sobre ele se apoia significativamente. Quando chegam junto do altar, o imperador dirige ao filho uma alocução em que lhe recorda os deveres superiores do governante segundo a lei de Deus. E, vagaroso, toma com as mãos a coroa imperial, coloca-a sobre a cabeça do herdeiro, desde aí associado ao poder supremo. Em torno, o coro dos prelados e dos senhores lança um brado de aplauso: — «Viva Luís Imperador!» Também Carlos Magno declara o reconhecimento de Bernardo, filho de Pepino, como rei da Itália. Celebra-se missa e à noite festeja-se no palácio o acontecimento.

O acto de 813 contrasta com o de 800 e com o de 806. Desta vez, nenhuma intervenção clerical: a investidura é feita pelo monarca e sancionada pela aclamação da assembleia dos próceres. Se a Itália continua a ter o seu rei, toda a extensão dos domínios se achará sob o mando do sucessor único. Outro imperador foi designado: o Império continua. Império cristão, decerto, ao qual, pelas suas mãos poderosas, Carlos Magno acaba de garantir o prolongamento.

Pouco mais de quatro meses corridos, como se nada mais tivesse a fazer no Mundo, a morte leva, por seu turno, o grande conquistador e homem de Estado — a 28 de Janeiro de 814. O seu corpo é depositado na capela do palácio, onde mais tarde se ergue um monumento e se gravam as seguintes palavras: — «Aqui repousa o corpo de Carlos, grande e ortodoxo imperador, que nobremente acrescentou o reino dos Francos e com felicidade o governou durante 47 anos.»

Há quem se entretenha a minimizar o papel histórico de Carlos Magno. Para uns, limita-se a desenvolver os temas políticos recebidos do pai: não deixa de ser justo se se acrescentar que leva até ao fim a obra apenas esboçada por Pepino, *o Breve,* e lhe dá amplos e valiosos complementos. Para outros, tem sobretudo por si o facto de chegar na hora propícia em que a Roma papal, os sobreviventes da Roma imperial e os povos cristão do Centro e do Oeste europeu anseiam por uma unidade que lhes garanta organização, pacificação e progresso.

Haverá em tudo isto certa porção de verdade. Ainda ficam sérios motivos para admirar e louvar Carlos Magno.

Se encontra uma espécie de apelo colectivo das populações ocidentais, sabe atendê-lo e satisfazê-lo de maneira a exceder em grande parte as aspirações que nesse apelo se contêm. O seu génio pessoal — de crente, de estadista, de administrador, de guerreiro — torna-o o unificador do Ocidente, que lhe assegura meio século de ordem, de grandeza, de impulso reconstrutivo, de conciliação fecunda, sob o tríplice signo da Religião, da Justiça e da Cultura. Isto basta para lhe valer, à primeira vista, alto lugar na História.

Argumenta-se, todavia, com a fragilidade do edifício por ele levantado — que pouco lhe sobrevive. Bainville, por exemplo, na *Histoire de France,* escreve: — «Numa Europa em que as nações principiavam a diferenciar-se, refazer o Império Romano era um anacronismo.»

Isto serve para Justiniano, já se sublinhou; não para Carlos Magno. Seria anacronismo refazer, à entrada do século IX, o Império Romano. Não o é tentar uma fórmula nova de império, sobre certos alicerces da antiga Romanidade mas baseado em outros valores, em conceitos bem diferentes da sociedade e do homem. Império que se impõe de um extremo a outro do continente, dos confins eslavos aos confins islâmicos da Ibéria, em aliança estreita com os cavaleiros da reconquista asturiana. Império que firma o primado da Ortodoxia Católica frente a uma Bizâncio perdida em constantes heresias e rebeldias — e frente a uma Bagodá de onde o maior, porventura, dos seus califas, Harum-al-Raxid, envia a Aix-la-Chapelle vistosas embaixadas e não cessa de manifestar afecto e respeito ao imperador ocidental.

Acima de tudo, porém, o que, vistas as coisas em profundidade, Carlos Magno traz ao seu tempo e aos tempos vindouros é um ideal ético-político, uma elevada imagem de governo forte e uno, submetido, por devoção e convicção, a normas superiores de fé, de moral, de humanidade, de irmandade. Leitor fervoroso, ao que parece, da *Civitas Dei* de Agostinho de Hipona, ninguém mais tenazmente procurou, através das circunstâncias

difíceis de uma época torva, conformar-se ao modelo proposto nas suas páginas. Nelas encontrou a regra sintética que transforma em lema: *«concordia pacis»* — o acordo na paz — e a definição que lhe dá o inteiro sentido: *«pax hominum est ordinata concordia»*.

Assim, à *paz romana* — majestosa e benéfica, todavia incompleta no que dizia respeito ao destino essencial de cada um, em perspectivas de além-vida e de além-tempo — sucede a *paz carolíngia,* tanto quanto possível identificada, segundo um cronista, com a *Pax Christi.*

Os rumos abrem-se agora para toda a era medieval, cheia de cruezas e de tormentas, e no entanto alteada, enobrecida pelo ideal do Império Cristão, graças ao qual a vida seja dirigida ao fim último. Há quem, por isso, considere Carlos Magno, na medida em que se lhe atribua a missão de inspirador da Idade Média, autêntico fundador da Europa — «da Europa como unidade de civilização e fraternidade de sentimentos», resume Garcia Villoslada.

Fundador não parece exacto — pois se se lhe apontam a subordinação aos temas políticos de Pepino, *o Breve,* esses mesmos temas já embrionariamente os lançara aquele remoto Clóvis em cujo baptismo, à frente do seu povo, na Catedral de Reims, tudo teve começo: Clóvis, *o primeiro europeu,* como atrás se sugeriu. Pepino, *o Breve,* mais do que os sucessores directos de Clóvis, soube compreender qual a obra a efectuar para dar total seguimento às premissas contidas no baptismo de Reims. Se no alargar das conquistas os Merovíngios algum concurso trouxeram ao esforço iniciado pelo maior vulto da dinastia — os Carolíngios vão muito mais longe, até chegar a oferecer, durante cinco décadas fundamentais, a imagem triunfal do Império Cristão.

Carlos Magno, expoente e síntese da vocação essencial do Ocidente — é, sim, grande modelador da Europa como padrão de civilização, como decisiva comunidade de fé e de destino.

Qualquer que venha a ser a sucessão de vicissitudes e contingências em que aparentemente a sua edificação se desmorone — nada se perderá da lição e do exemplo que lega aos contemporâneos e, melhor ainda, à posteridade.

A partir de Carlos Magno, com efeito, na legenda fulgurante de Hans Freyer, «o Ocidente, cimentado e unificado, começa a sua caminhada como Reino de Deus».

NASCEM A FRANÇA E A ALEMANHA

Após o seu advento, o sucessor de Carlos Magno dá os melhores sinais de poder manter-lhe a herança e continuar-lhe a obra. Alto, de vigorosa

compleição e de presença dominadora, a sua figura, só por si, o impõe. Rei da Aquitânia deste criança, o pai, embora se tratasse do filho mais novo e nada fizesse prever o destino que o esperava, educou-o de maneira a torná-lo apto às mais elevadas responsabilidades. Fê-lo tomar parte nas assembleias periódicas em que reunia os seus colaboradores na política e na administração. Levou-o consigo às campanhas da Saxónia e da Itália até à altura em que lhe entregou o comando das operações militares na Península Ibérica. Tudo isto parece encher de bons augúrios a subida ao Poder de Luís — que junta ainda, às qualidades referidas, sincero fervor de crente. Atribui mesmo a si próprio o congnome de *Piissimus* (piedosíssimo).

Para lhe estimular os sentimentos religiosos decerto contribui o seu grande amigo Bento de Aniana, que, depois de prestar serviço na corte e no exército, fundou um mosteiro ao qual outros se agregaram e se tornou centro do movimento de reforma conventual à sombra das esquecidas regras disciplinares do seu homónimo Bento de Núrsia. Erguido à dignidade imperial, Luís chama Bento de Aniana para junto de si, oferece-lhe o convento-modelo de Cornelimünster, cerca de Aix-la-Chapelle. Ali se elabora um *Capitulare Monasticum* para todas as instituições semelhantes, com o intuito de imprimir novo desenvolvimento à tradição beneditina.

Ao mesmo tempo quer o novo soberano introduzir na corte mais austera observância dos bons costumes. À frente da chancelaria coloca um teólogo de renome, o capelão Helisachar, e em sua volta agrupa homens conhecidos pela devoção, pela probidade e pela vida edificante.

Propõe-se também Luís restabelecer plenamente o poder pontifício — que, sobretudo no último período, Carlos Magno reduziu à condição de quase satélite do seu poder absorvente. Tanto mais que Leão III vê-se de novo a braços com implacáveis adversários e por pouco escapa de lhes sucumbir às mãos em 815. Quando do seu falecimento, no ano seguinte, as paixões estão longe de acalmar-se. O sucessor, Estêvão IV, dirige-se a Reims no Outono de 816, poucos meses corridos sobre a sua entronização — a seguir à qual promoveu que o povo de Roma jurasse fidelidade a Luís, *o Piedoso*. Acolhe este o Santo Padre com manifestações de filial homenagem. De acordo com o cerimonial observado em Ponthion (752) por Pepino, *o Breve,* avança-lhe também ao encontro, apeia-se do cavalo, ajoelha por três vezes e, como simples escudeiro, caminha a seu lado até à catedral. As conversações duram quatro dias. No final procede o papa à solene coroação do imperador e da imperatriz Hermengarda.

Pouco vive Estêvão IV, que a morte leva em Janeiro de 817. Nem por isso as disposições de Luís se alteram. Ao sucessor eleito imediatamente — Pascoal I — envia a chancelaria imperial um documento em que se concretizam as bases do acordo estabelecido em Reims: repete-se a lista dos territórios constitutivos do Estado Pontifício, assegura-se o respeito pela autoridade do Papa e o compromisso de a defender em todas as circuns-

tâncias e declara-se que será inteiramente livre a eleição dos pontífices, a quem apenas se solicita que informem os imperadores da sua ascensão à Cadeira de Pedro.

A «Ordinatio» de 817

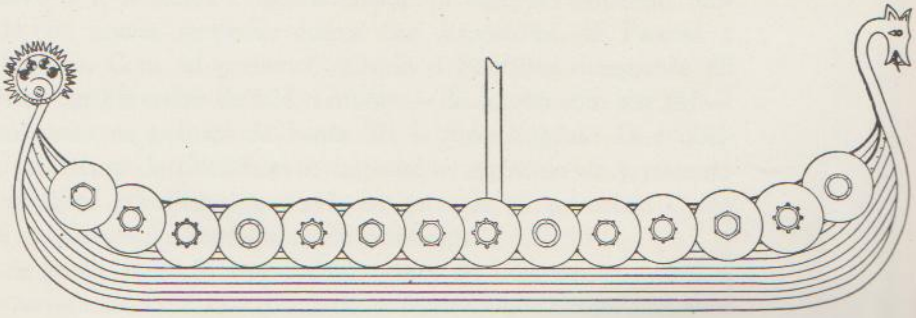
A par desta orientação nitidamente favorável a Roma, mostra Luís, *o Piedoso,* a clara vontade de consolidar a unidade do Império. Enquanto o pai nunca deixou de chamar-se, além de imperador, rei dos Francos e dos Lombardos, o título que usa é «Luís, por ordem da Providência Divina, Imperador Augusto». Aqui se manifesta o propósito de tudo apagar ou diluir na suprema autoridade imperial. E nada importa que seu sobrinho Bernardo continue a reinar na Itália, ou seus filhos Pepino e Lotário na Aquitânia e na Baviera. Trata-se de reinos subordinados, simples diferenciações étnicas no conjunto do «povo cristão» que o imperador governa.

À luz destes conceitos primordiais se deve entender a *Ordinatio Imperii* — ou seja, Constituição Imperial —, promulgada em Julho de 817. O velho costume franco das partilhas é posto de parte, com o evidente desígnio de não comprometer a unidade — objectivo dominante.

Pela *Ordinatio* de 817 estabelece-se que o primogénito, Lotário, proclamado imperador e associado ao exercício do Poder, será único herdeiro do Império; Pepino e Luís ficarão a reinar sobre a Aquitânia e a Baviera e, embora na altura do falecimento do pai vejam acrescentados os seus domínios, devem considerar-se em permanente subordinação a Lotário, a quem visitarão todos os anos para lhe prestarem contas.

Algumas reacções provoca a *Ordinatio.* Compreende-se o despeito de uns, o receio de outros. O primeiro a sair à estacada é o jovem rei Bernardo da Itália, à frente de uma sublevação que tenta alastrar às terras gaulesas. Avança prontamente o imperador a inutilizar-lhe as ambições. A tentativa desmorona-se quase só ante o seu aparecimento. Bernardo e o camarista Reginaldo, dados como principais cabecilhas, sofrem punição terrível, muito frequente na época: vazam-lhes os olhos. E o atroz suplício causa-lhes a morte (818).

Três anos depois, em Fevereiro de 821, extingue-se Bento de Aniana. A sua falta em nada modifica as intenções do *Piedoso* e as marcas repetidas do seu fervor. Tanto assim que, inspirado pela ideia de ser indispensável conformar no maior grau os actos às crenças e em tudo ser o primeiro a dar o exemplo, é ele próprio quem inaugura, com expressiva confissão pública, a *penitência geral,* de que toma a iniciativa na assembleia de Attigny (Agosto de 822). Acusa-se Luís, diante da assistência composta pelos prelados, os nobres, os chefes militares, dos rigores de que usou para com Bernardo da Itália e do exílio a que condenou, por estarem implicados



Ao alto: Jóia viking do século X (Museu Nacional de Copenhaga)
Em cima: Reconstituição do navio da ilha de Groix. Os Vikings sulcavam os mares do Norte em barcos muito velozes

na sua conjura, um antigo conselheiro de Carlos Magno, Abelardo, abade de Córbia, e seu irmão, o monge Wala. Depois de a ambos ter reintegrado nas suas dignidades e a ambos haver restituído os seus bens, pede a absolvição dos delitos de que se reconhece culpado.

A seguir, os bispos e alguns altos dignitários fazem também confissões públicas —já que de *penitência geral* se trata. Ninguém considera o imperador diminuído: antes se invoca o paralelo com o romano Teodósio, que diante de todos se humilhou a fim de obter o perdão, após a matança de Salonica.

No entanto, o acto de Luís na Assembleia de Attigny, sem o diminuir, tornou mais ostensivo o primado da Igreja. Aquele primado ao qual, sem deixar de o acatar em tese, Carlos Magno nunca, de modo concreto, se submeteu ...

Discórdias de família

Até aqui a primeira fase do reinado — com suas características bem definidas e prometedoras. Um factor imprevisto vai dar início à segunda fase, torná-la muito diferente do que seria de prever.

Falecida Hermengarda em Outubro de 818, casa o soberano com a filha do conde Welf da Baviera — Judite. A nova imperatriz, cuja beleza singular é assinalada pelos contemporâneos, não tarda a exercer grande influência sobre o marido, que se faz já sentir na decisão tomada por Luís, logo após Attigny, de afastar Lotário para a Itália, na companhia do monge Wala, até aí preponderante na corte. Em Junho de 823 nasce um filho — Carlos —, para o qual logicamente sua mãe forma ambiciosos planos. Esse filho vai ser, dentro em breve, o pomo de discórdia.

Aproveita Wala a estada de Lotário, seu antigo pupilo, na Itália, para uma considerável manobra, decerto com vista a desenvolvimentos futuros. O papa convida-o a ir a Roma e aí lhe confere a sagração imperial. Surgem, pouco depois, graves suspeitas acerca das disposições de Pascoal I para com os Francos. Com tal pretexto, quando o Pontífice desaparece do número dos vivos, em Fevereiro de 824, Lotário — de acordo com seu pai — intervém formalmente na política da Santa Sé: o papa Eugénio II é obrigado a prestar juramento de fidelidade ao imperador, acrescido do juramento colectivo dos súbditos pontifícios, a servir de garantia ao primeiro. Outra vez pesa sobre a Cadeira de Pedro a tutela carolíngia.

A partir de então, intensifica-se o duelo junto de Luís entre o *partido de Judite* e o *partido de Lotário* — chefiado o segundo por Wala, que promove o enlace de Lotário com outra Hermengarda, filha do conde Hugo de Tours, aliado ao conde Matfredo de Orleães.

Em 826 verifica-se um levantamento na marca de Espanha, capitaneado pelo godo Aizon, que o emir cordovês Abd-er-Rhaman II incita. Progridem

os Árabes e cercam Barcelona, onde valorosamente se defende o conde Bernardo da Septimânia, à espera de socorros. Tais socorros, porém, não chegam — e a sua demora é atribuída à tortuosa deslealdade dos dois chefes encarregados da operação, que são precisamente Hugo de Tours e Matfredo de Orleães. Sabe-se que a imperatriz tem em especial apreço o governador de Barcelona, filho do bravo Guilherme de Tolosa. Bernardo, além disso, é parente e afilhado do próprio imperador.

O conde da Septimânia, apesar de tudo, consegue repelir a investida, o que lhe avoluma o prestígio. Convocada em 828 uma assembleia geral em Aix-la-Chapelle, procede-se à condenação de Hugo e de Matfredo, privados dos seus cargos e benefícios. E como Lotário e Wala reagem, Judite convence Luís a impor a sua autoridade.

Assim faz *o Piedoso,* noutra assembeia geral, em Worms (829). Decide-se aí ordenar a Lotário que regresse à Itália e abolir o seu nome dos actos oficiais, em que figurava junto com o do pai; atribuir ao quarto filho do imperador um lote de territórios que inclui a Récia, a Alsácia, a Alamânia e parte da Borgonha; nomear Bernardo da Septimânia camarista da corte, função equivalente à de primeiro-ministro. Para o triunfo completo da imperatriz ser mais evidente, Wala cai em desgraça e é remetido para o seu convento, de onde não deverá sair.

As coisas, porém, não tardam a complicar-se. Por um lado, o desaparecimento de Lotário inquieta não apenas os seus directos partidários mas todos os que nele viam o penhor da sucessão e da unidade imperial. Por outro lado, tanto Pepino da Aquitânia como Luís da Baviera sentem-se prejudicados com o favoritismo de que o pai dá mostras em relação ao irmão mais novo.

Wala e os seus agentes lançam violenta campanha contra Judite e Bernardo da Septimânia. Acusam-nos de adultério e de total conivência para usurpar o Poder e assassinar o imperador. Alimentam ressentimentos entre o clero, decepcionado nas suas esperanças de tutela do soberano pela acção conjugada da imperatriz e de Bernardo.

E em Abril de 830, quando este convoca as tropas, na quadra inusual da Quaresma, para ir dominar uma agitação na Bretanha, o ambiente perturba-se e atribuem-se negros desígnios ao régio camarista. Todos se juntam pressurosos: Lotário, que volta bruscamente da Itália, Pepino e Luís, que declaram sublevar-se, Wala, Hugo de Tours, Matfredo ... Todos. Mesmo as hostes convocadas se recusam. Ficam sós Luís, Judite e Bernardo — pelo menos, momentaneamente sós, já que os acontecimentos os apanham desprevenidos.

Que fazer? Enquanto o ministro se escapa até Barcelona, forçam Judite a recolher-se no Convento de Santa Radegunda, em Poitiers, e Luís é intimado a restabelecer o filho mais velho na totalidade das suas prerrogativas.

Daí por diante há um movimento de alcatruzes entre os dois partidos, ambos alternadamente com vantagem e nenhum com vantagem definitiva. Assim, em 831, reviravolta total, na assembleia de Nimega. *O Piedoso* volta a dar ordens e recobra o ascendente. A imperatriz, reabilitada, retoma o seu lugar. Novo exílio de Lotário e de Wala. Mas um sintoma grave: faz o imperador outra partilha, entre Pepino, Luís e Carlos (ao primogénito deixa apenas, sem menção directa, a Itália). Para atrair os filhos, aumenta-lhes os territórios, numa posição de igualdade absoluta, de recíproca e total independência. Está anulada a *Ordinatio* de 817 e não se pensa já na unidade do Império.

Será como defensores da legalidade ofendida, sob a invocação da *Ordinatio,* que os filhos se rebelam uma vez ainda contra o pai. Em 833 Lotário ostenta no seu jogo um trunfo imprevisto, de primeira grandeza: persuadiu o papa Gregório IV a acompanhá-lo, sob o pretexto de vir reconciliar entre si os desavindos. Afinal o que sucede é haver a impressão de que o próprio Santo Padre apoia a sua causa — que passa a confundir-se com a da própria igreja ...

Acampados os dois exércitos no *Rothfeld* junto a Sigolsheim, quando estão prestes a vir às mãos, o papa visita, de surpresa, o imperador. Durante essa visita, que se arrasta por alguns dias, tais elementos de corrupção e divisão actuam que a quase totalidade dos companheiros de armas de Luís o abandonam e oferecem-se ao campo oposto. Afecta-se ver nisto um «juízo de Deus». No entanto, os cronistas mais avisados lavram sentença desfavorável sobre a feia jornada — ao crismarem o *Rothfeld* (Campo Vermelho) em *Lügenfeld* (Campo da Mentira, ou da Traição ...).

Os representantes do alto clero, sob a chefia dos bispos Ebbon de Reims e Agobardo de Lião, depois de encerrado Luís no Convento de Saint-Médard, em Soissons, provocam um acto de penitência pública em que o imperador de novo se acusa dos mais nefandos delitos e parece concluir pela abdicação voluntária (Outubro de 833).

Dir-se-á haver terminado o seu papel. Lotário começa a datar os documentos oficiais do primeiro ano do seu reinado; Pepino e Luís repartem os territórios pertencentes ao lote de Carlos, encerrado no Mosteiro de Prüm ...

Desta vez chegou-se a uma solução? De modo algum. No ano seguinte, já Pepino e Luís da Baviera — que principiam a chamar, pela vastidão e pelas características dos seus domínios, Luís, *o Germânico* — se viram contra o irmão mais velho; e repentinamente sentem remorsos da situação a que reduziram o pai. Libertado, eis que Luís, *o Piedoso,* se vê solenemente absolvido por uma assembleia de bispos reunida em S. Dinis (Março de 834). Preside, dias depois, às festas da Páscoa no palácio de Aix-la-Chapelle restituído à integridade da sua função.

Lotário ainda pensa em tentar uma aventura, mas convence-se de que perdeu a partida. Pede perdão ao pai e recolhe novamente à Itália.

Para dar às coisas mais aparatosa confirmação, em Thionville, no mês de Fevereiro de 835, efectua-se importante solenidade religiosa diante de quarenta e tantos prelados, que repudiam expressamente tudo quanto foi dito dois anos antes e assistem ao coroamento simbólico de Luís, sobre cuja cabeça é reposto, entre cânticos, o diadema imperial.

Agora não haverá mais alterações até ao fim — embora o prestígio do Poder tenha sofrido enorme depreciação e se mantenha o temor de eventuais atritos. Nos últimos anos, discute ainda Luís com os filhos mais velhos, no teimoso empenho de garantir a herança do mais novo, Carlos — a quem o pai resolve atribuir larga zona mais a oeste, acrescida em 839 da Aquitânia, já que Pepino faleceu em Dezembro de 838 e só tem descendentes menores.

À sua morte — Junho de 840 —, Luís, *o Piedoso,* deixa o Império comprometido e dividido. Não se cumpriram as belas promessas dos anos iniciais. Culpa sua apenas, das suas fraquezas, das suas contradições de nervoso e de impulsivo — ou fatalidade de uma tendência crescente para a fragmentação das vastas extensões de território, para o desmembramento progressivo da unidade carolíngia? ...

A partilha de Verdun

Claro que a discórdia logo se ateia, uma vez desaparecido o imperador, entre os quatro herdeiros. São, de facto, quatro: Lotário, renitente nas pretensões de hegemonia, tal qual lha assegurava a famosa *Ordinatio* de 817; Luís, *o Germânico,* decidido a nada abandonar daquilo que possui e ávido de lhe juntar alguma coisa mais; Carlos, já homem feito, acicatado pela imperatriz viúva, cioso dos direitos que as últimas determinações paternas lhe concederam; enfim, Pepino II da Aquitânia, em torno de quem se aglutinam os antigos súbditos do pai, a fim de lhe restaurar a autonomia.

A agitação de Lotário, que toma o título de «Imperador Augusto» e pretende assenhorear-se de territórios dos irmãos e as diligências de Pepino II para conservar o seu reino — obrigam Carlos e Luís a aliar-se. Reúnem, pois, as suas forças — enquanto Lotário e Pepino reúnem forças opostas. O embate vem a dar-se em fins de Junho de 841, na localidade de Fontenoy-en-Puisaye *(Fontanetum),* cerca de Auxerre. De começo obtém vantagens o primogénito e o aquitano, mas termina com a derrota de ambos.

Tenta Lotário reformar um núcleo de tropas e ir com elas ao ataque. Luís e Carlos, cientes do perigo, confirmam o seu acordo na entrevista de Estrasburgo (Fevereiro de 842); aí juram, diante dos soldados em parada, aliança indefectível. Facto curioso que os historiadores sublinham — é o

do juramento de Carlos ser feito em língua tudesca, para o compreender a gente do irmão, e o de Luís em língua franca, para os sequazes de Carlos o entenderem. Desta maneira se acentua a diferença entre os dois conjuntos de povos — cada qual a prefigurar nacionalidade própria.

Sem fazer caso de Pepino II, Lotário resolve-se a negociar. Há ainda dificuldades, reclamações, demoras. Encarregam-se 120 comissários de avaliar minuciosamente o património a dividir. Até que se chega, em Agosto de 843, ao Tratado de Verdun.

Por esse tratado, o antigo *Regnum Francorum* — ou, se se preferir, o Império Carolíngio — é recortado em três fragmentos. A Carlos são reservados os territórios a oeste do Escalda, Nêustria, Aquitânia, Septimânia, marca de Espanha; caberão a Luís todos os territórios germânicos a leste do Reno; a Lotário uma longa faixa, que se estende da Frísia à Itália e compreende a Provença, na qual se inclui Aix-la-Chapelle, capital de Carlos Magno — satisfação simbólica à sua platónica dignidade «imperial».

A construção de Verdun pesará, e muito, nos destinos históricos e políticos europeus. De facto, a *Europa una* de Carlos Magno acabou. Voltou-se à Europa das nações — à *Europa plural.*

Na Europa fragmentada os germes de conflito abundam. Cada dia mais, a *Francia occidentalis* tende a converter-se na França apenas — e a *Francia orientalis* a converter-se na Germânia. No meio dessa França e dessa Germânia, raízes de nacionalidades duradouras — os heterogéneos domínios de Lotário, tão artificialmente unidos que não se encontra para os designar outra palavra senão o nome do seu transitório possuidor: chamar-se-lhes-á «reino de Lotário» ou «Lotaríngia». A Lotaríngia está destinada, no fim de contas, a arena preferida das disputas que hão-de travar-se — já que, vizinha dos dois blocos rivais, será reclamada e atraída ora por um ora por outro ...

Em torno dos irmãos inimigos buscam afanosamente um terreno de entendimento, um princípio superior de pacificação, os representantes da Igreja — nostálgicos da unidade carolíngia. Trabalham, de facto, os prelados para refazer essa unidade, ao menos sob a forma do «governo confraternal», na esperança de ver a colaboração dos dirigentes políticos facilitar a missão de Roma.

Enquanto Luís, *o Germânico,* desde 807 rei da Baviera, tem o seu governo solidificado por trinta e tantos anos de contínuo exercício; enquanto Lotário, irrequieto e nunca satisfeito, se obstina em querer reconstruir o sistema da *Ordinatio* de 817; o terceiro, chamado pelos contemporâneos Carlos, *o Calvo,* encontra graves obstáculos por ser quase desconhecido das populações que lhe cumpre governar — e lhe preferem outros príncipes, representativos de tradições prestigiosas: exemplo, a fidelidade da Aquitânia a Pepino II.

É de notar que Carlos, *o Calvo,* tem os seus trunfos: o maior, na altura, será o de contar entre os partidários que o seguem Alard, influente conselheiro de Luís, *o Piedoso,* nos últimos anos. Será mesmo Alard — ou o afamado abade Loup de Ferrières — quem o estimula a ouvir as solicitações da assembleia geral reunida em Coulaines (Novembro de 843). Esboça-se aí embrionário pacto político. Declaram-se os magnates dispostos a obedecer-lhe, desde que tome nítidos compromissos de observar a moral e a justiça. Transformação sensível das relações entre o poder régio — até aí praticamente ilimitado — e os seus colaboradores e seguidores. Julga mesmo Fernando Lot ver no pacto de Coulaines «a primeira Carta da história medieva», anterior de quatro séculos à britânica Magna Carta ...

É assim fortalecido que no Outono de 844 Carlos, *o Calvo,* encontra os irmãos na conferência de Yutz, onde se trocam, entre os três, palavras de amizade e de concórdia.

Surgem os Vikings

Subitamente, o círculo vicioso de querelas e reconciliações fraternas interrompe-se. Tremendo perigo surge, vindo do exterior: as invasões normandas. Os reinos europeus sofrem, no choque dessas invasões — e de outras, a sul e a leste, de Sarracenos e de Magiares — uma série de traumatismos brutais, que alteram por completo as linhas fundamentais do panorama ...

Quem são os Normandos? Já atrás se viu: *North-men* — homens do Norte. Homens temerários e atléticos, ávidos de pilhagem e de aventura. Homens que partem nas barcas frágeis e velozes — sobre a «estrada dos cisnes», assim chamam ao oceano os seus poetas — como para uma festa em que vão jogar a vida e conquistar fortunas, amores, troféus. «A força da tempestade ajuda os nossos remadores, o furacão está ao nosso serviço: leva-nos onde queremos» — cantam as suas velhas epopeias. Pagãos joviais e bárbaros, odeiam a religião cristã: no meio das carnagens implacáveis, quando abatem os ministros do culto e fazem dos templos cavalariças, gabam-se, entre gargalhadas, de haver celebrado «a missa das lanças». Certo é que um dos seus reis, Haraldo II da Dinamarca, se converte ao Cristianismo na era de Luís, *o Piedoso.* Mas, à margem dos reis, frequentemente assassinados, quem sobretudo conta são os indómitos *Vikings* (de *vick,* angra, ancoradouro, «fiord») — aventureiros livres do mar, que a ninguém receiam e a ninguém acatam ...

Esses temíveis gigantes, nos finais do século VIII (depois da breve e remota incursão do século VI recordada no poema *Beowulf,* em que o seu chefe Hygelac foi morto pelo rei dos Francos Thierry), assaltam e saqueiam o mosteiro de Lindisfarne, numa ilha costeira da Nortúmbria

(795). Quatro anos mais, e repetem a proeza em duas ilhas próximas da costa da Aquitânia, Ré e Noirmoutier. Sob Carlos Magno, o dinamarquês Godofredo pôs momentaneamente em xeque o imperador, obrigado a ir em pessoa defender as ilhas da Frísia. Voltam os Normandos a salientar-se ali, já sob Luís, *o Piedoso;* chegam a apoderar-se, em 834 e 836, do grande porto de Dorstadt.

Acrescidos nos seus ímpetos ambiciosos e encorajados pelas divisões fratricidas dos descendentes de Luís, tomam e saqueiam Ruão (841) e Quentovic (842). Nantes, em plena festa de S. João de 843 e em plena fase aguda das negociações para o Tratado de Verdun, é incendiada, sofre horrenda matança, vê grande parte dos seus habitantes arrebatados como prisioneiros. Em 844 sobem o Garona e é Toulouse a sua vítima. E em 845 um golpe de teatro, que soa como toque a rebate, a espavorir a França inteira: a queda de Paris no próprio dia de Páscoa, 29 de Março. Tanto a cidade como os conventos dos arredores recebem a visita assoladora das hordas normandas.

Que faz o rei Carlos diante da calamidade? Tenta resistir e reagir em vão. Convoca os seus homens — que, em grande percentagem, se recusam a tomar as armas, pois só é costume desenvolver operações militares em Maio, na altura em que há erva nos povoados para pasto dos cavalos... São assim os exércitos do tempo: reduzidos em efectivos, contingentes na mobilização, sujeitos aos mil imprevistos do clima, da vida agrícola, dos interesses e desavenças locais...

Também os invasores, geralmente, não vêm em grande número. Atacam de surpresa. Servem-se dos estuários dos rios de mais amplo curso, o Escalda, o Sena, o Loire, o Somme, o Gironda — que as suas barcas rápidas, perfurantes, sulcam, sem que se possa prever onde resolvem pôr pé em terra e atirar-se, como aves de rapina, bruscos e sôfregos, ao assalto de um rico mosteiro, de um pacato burgo de comerciantes, de um domínio senhorial colocado a jeito. E se acodem reforços — quando acodem... — já não lhes encontram sequer o rastro: executaram o golpe de mão, recolheram saboroso espólio, correram de novo para as embarcações, desapareceram rio abaixo, cheios de despojos e de cativos.

O pior é que, após a conquista de Paris e a devastação das cercanias, cônscio da incapacidade das suas poucas tropas e da necessidade de afastar os terríveis intrusos, Carlos, *o Calvo,* opta por uma solução de fraqueza, de trágica fraqueza: negoceia a retirada com Ragnar, comandante da invasão. Mediante a oferta de 7000 libras de prata os Normandos consentem em abandonar a região do Sena. Juram mesmo, pelos seus deuses, não voltar mais.

Juramento falsíssimo. Voltarão — e depressa. Porque sabem agora como são débeis os defensores das terras do Ocidente.

Nos 30 anos que se seguem, enquanto os incidentes continuam entre os irmãos desavindos — apesar dos juramentos periódicos de boa convivência (por exemplo, nos encontros de Meersen, junto a Maëstricht, em 847 o primeiro, em 870 o segundo) —, o temporal áspero das invasões não pára de sacudir e destruir forças, valores, riquezas por toda a extensão do *Regnum Fracorum*. Alguns acontecimentos marcantes do período: os malogros de Carlos, *o Calvo,* na luta pela submissão da Aquitânia, de 849 a 854; a associação à dignidade imperial (já apenas simbólica e fictícia) que Lotário atribui em 850 a seu filho Luís, confinado, aliás, na Itália; a morte do mesmo Lotário em Setembro de 855; a tentativa de invasão da França por Luís, *o Germânico,* em 858; a aceitação final, pelos Aquitanos, da soberania de Carlos, uma vez repudiado Pepino II, cerca de 863; a morte de Lotário II em Agosto de 869 — após a complicada questão das suas duas esposas, Tiberga e Waldrada — e a divisão da Lotaríngia, em 870, entre os dois tios; o segundo casamento, nesse mesmo ano, de Carlos, *o Calvo,* cuja mulher, Ermentruda, faleceu pouco antes, com Riquilde, filha do conde loreno Bivin e irmã de Boson, conde de Viena (da Borgonha), personagem de largos poderes e ambições desmedidas; enfim, o desaparecimento do jovem Luís II, filho de Lotário (Agosto de 875), até aí designado por «imperador», e a coroação em Roma de Carlos, *o Calvo,* no Natal, pelo papa João VIII, com solenidade idêntica à da cerimónia do mesmo dia de 800 em que seu avô Carlos Magno recebeu das mãos de Leão III o diadema imperial; um mês corrido, em Pavia, pousa também sobre a sua cabeça a coroa de rei da Itália, ainda de acordo com a tradição herdada do avô; Luís, *o Germânico,* extingue-se, por sua vez, em Agosto de 876; mas Carlos, *o Calvo,* sobrevive-lhe pouco mais de um ano e vem a fechar os olhos, exausto por mil campanhas e adversidades, quando acabou de atingir os objectivos máximos de uma vida inteira. Começou sem apoios, com a legitimidade discutida, cercado de émulos e de adversários. Príncipe culto, persistente, hábil em transformar cada revés numa vantagem a longo prazo, termina imperador do Ocidente. O seu genuíno título de glória é haver garantido o domínio sobre a Aquitânia e a Septimânia. Merece por isso ser considerado o primeiro autêntico rei da França, à qual deu no mapa contorno quase definitivo.

As devastadoras incursões normandas nunca lhe consentem tranquilidade e estabilidade. Em 848 os bárbaros escandinavos tomam Bordéus, onde exercem tremenda pilhagem; em 853 afrontam e desolam a cristandade franca ao incendiar o santuário de S. Martinho de Tours e o Convento de Marmoutier; em 856 pior ainda: as imponente frotas de Sidroc e do *viking* Bjoern sobem de novo o Sena e pela segunda vez, a 28 de Dezembro, tomam e queimam Paris; a Abadia de S. Dinis, tão venerada pelos Carolíngios, sofre igual sorte em Abril de 858. Terceira queda de Paris nas mãos dos piratas dinamarqueses em Janeiro de 861: o único

recurso de Carlos, *o Calvo,* é comprar a ajuda do normando Weeland contra os seus compatriotas. As impetuosas razias prosseguem: Melun e Le Mans saqueadas em 866; a Aquitânia (confiada a Boson, que está longe de se mostrar fiel ao seu rei e cunhado) incessantemente percorrida pelos bandos de nórdicos; no Sena, outra aparição de uma armada de 100 barcos, em 875, a cujo chefe o soberano, então chamado à Itália pelo papa, tem de resignar-se a entregar 5000 libras de prata como preço da sua retirada. Assim corre, atribuladíssimo, o reinado de Carlos, *o Calvo,* a braços com ataques inúmeros e flageladores e que só muito raramente, aqui e além, consegue detê-los ou neutralizá-los por breve espaço de tempo.

Naufrágio dos Carolíngios

Perante as divisões constantes entre os monarcas europeus, todo o ideal de unidade se concentra gradualmente no Pontífice Romano. A aspiração unitária transita do campo dos poderes materiais para o do primado do espiritual. O elo comum das populações, cujos condutores se batem a todo o momento e disputam os retalhos do Império Carolíngio — é a profunda identidade de crenças. E nesse domínio existe única e indiscutível autoridade: a do Vigário de Cristo.

Assim o entende, nos meados do século IX, Nicolau I. Reina apenas nove anos: de 858 a 867. É quanto basta para deixar bem gravada a sua passagem.

Lotário II pretende repudiar a sua estéril esposa legítima, Tiberga, e casar com Waldrada, concubina de quem tem filhos. O caso mobiliza interesses de vulto, já que, se falecer sem descendentes idóneos, as terras da Lotaríngia virão a ser repartidas entre os tios Carlos, *o Calvo,* e Luís, *o Germânico.* Chamado a arbitrar a questão, Nicolau I lavra a única sentença justa — favorável à esposa legítima. E ninguém consegue demovê-lo, quaisquer que sejam as pressões ou ameaças. Quando do conflito com Bizâncio a propósito de Fócio, também não transige — apesar de ter de defrontar-se com o próprio basileu. É incapaz de se deixar intimidar por qualquer monarca, seja Lotário II do Ocidente, seja Miguel III do Oriente.

Os sucessores imediatos de Nicolau I não podem continuar-lhe a obra por vários motivos: desde a fragmentação da península italiana em ducados rivais com ambições desmedidas, ao perigo das invasões — que também nesta zona adquire acuidade angustiosa.

Trata-se, aqui, dos sarracenos vindos de Tunes, governada pelos dissidentes Aglabitas, em revolta contra o califa Harum-al-Raxid. Atacam em 826 a Sicília, onde tomam Palermo em 831 e Messina em 839. Por 830 fixam-se no Sul da Itália, em Tarento. Quatro anos adiante fazem de Bari

a sua mais forte base de operações. Em avançadas bruscas sobem às regiões centrais da península — até que no ano de 846 atingem Porto e Óstia, seguem as margens do Tibre, vão saquear a própria Basílica de S. Pedro, às portas de Roma. A partir de então não têm os papas outra ideia do que encontrar quem proteja a sua capital. Leão IV empreende a construção de nova muralha, dentro da qual a Basílica de S. Pedro se inclui e que será conhecida por *Muralha Leonina.*

Desde que em 850 é associado por seu pai ao Império e recebe a coroa das mãos do mesmo Leão IV, o jovem Luís II torna-se defensor infatigável da Itália contra os Islamitas. Vencedor primeiro, vencido depois, dá em 871, com a reconquista de Bari, passo aparentemente decisivo para a libertação da península. Quando sucumbe, em 875, a sua falta deixa em suspenso duas interrogações: a quem deverá ser atribuída a coroa imperial; como obter de quem venha a cingi-la igual pertinácia na oposição aos invasores tunesinos?

João VIII, novo papa, oferece o Império a Carlos, *o Calvo,* e sofre amarga decepção ao ver o imperador ausentar-se da Itália apenas sagrado, no intuito de disputar as terras de Leste aos herdeiros de seu irmão Luís, *o Germânico.* Logo volta a pôr-se a questão, visto Carlos, *o Calvo,* falecer em Outubro de 877.

E agora? A quem dirigir-se? Luís, *o Gago,* primogénito de Carlos, é coroado a 8 de Dezembro, em Reims. Nele pensa João VIII em primeiro lugar, vai-lhe mesmo ao encontro, reúne concílio em Troyes (Agosto-Setembro de 878), procede a nova coroação a 7 de Setembro. Daí a poucos meses Luís, *o Gago,* desaparece da cena (Abril de 879).

Querem uns respeitar-lhe as últimas vontades e coroar seus filhos Luís e Carlomano; outros inclinam-se para o germânico Luís da Saxónia. Inesperadamente, Boson, cunhado de Carlos, *o Calvo,* proclama-se rei, em Mantaille, a 15 de Outubro de 879. Preparam-se os príncipes carolíngios para atacar o usurpador quando surge outra grande invasão normanda. Enquanto ao norte, em Hamburgo, os saxónios de Brunon experimentam memorável revés, os Nórdicos devastam a zona entre o Escalda e o Somme, saqueiam Arrás, Ambiano, Cambraia, incendeiam as abadias de Córbia e Saint-Bertin. Luís III, filho mais velho de Luís, *o Gago,* derrota-os em Sancourt-en-Vimeu (Agosto de 881). Nos meados do ano seguinte, quando negoceia com o *viking* Hasting a evacuação das terras do Loire, a morte leva-o a 5 de Agosto, com 20 anos incompletos. Alguns meses atrás, em Janeiro, o mesmo sucedeu a seu primo Luís da Saxónia.

Quem resta agora? Carlomano, segundo filho de Luís, *o Gago,* absorvido no cerco de Viena, sem conseguir submeter Boson. E o último filho de Luís, *o Germânico,* Carlos, *o Gordo,* que já aproveitou a oportunidade para se fazer coroar em Pavia rei da Itália (Outubro de 879) e em Fevereiro de 881 o papa João VIII se resolve a sagrar imperador, como derra-

deira esperança carolíngia. Mas os Normandos, nesse mesmo ano, atingem a própria capital de Carlos Magno, Aix-la-Chapelle, fazem pastar os cavalos na igreja palatina, entretêm-se a demolir o palácio imperial.

Acicatado pelo desafio, Carlos, *o Gordo,* parece disposto a rasgos oportunos. No exército que durante a Primavera de 882 congrega afanosamente há suábios, bávaros, francos, saxões, turíngios, frisões, lombardos, soldados de todas as províncias do Império. À sua frente avança, em Julho, contra a base máxima dos Nórdicos, Asselt. Ao fim de 15 dias, da montanha nasce um rato: 2000 libras entregues aos chefes dinamarqueses e o consentimento para que dali se desloquem ao reino franco ... Triste prova mais da incapacidade, ou da cobardia, dos defensores da Europa!

Como é de supor, os Normandos não se detêm. Espalham-se pelo vale do Oise, passam tangencialmente a Reims, onde não chegam a entrar. Sai-lhes o jovem Carlomano ao caminho; mas em Outubro de 883 sofre pesado desaire e os invasores firmam-se em Amiens. Agora não são já apenas bandos vindos em pequenas frotas. Organizaram unidades de penetração e mostram-se tão bons cavaleiros como remadores. Surpreendem assim burgos distantes: cada dia são em maior número as regiões que os habitantes abandonam, fugidos das razias devastadoras. Um contemporâneo, o monge-cronista de Saint-Vaast-d'Arras, sublinha: — «Não param os Normandos de fazer cativos e mortos entre os cristãos, de abater igrejas e muralhas, de queimar cidades. Por toda a parte, só se vêem cadáveres de clérigos e leigos, de nobres e plebeus, de mulheres e crianças. Nenhum caminho, nenhum lugar em que não esteja o solo juncado de mortos ...»

Curioso destino, o de Carlos, *o Gordo,* que nenhuma qualidade enaltece, nenhuma simpatia rodeia, nenhum êxito valoriza — e que, devido a coincidências sucessivas, chega a refazer em seu proveito todo o conjunto imperial do bisavô Carlos Magno! Um dos seus trunfos é mesmo a homonímia. Outro Carlos — não será o salvador?

Convidado pelos magnates ocidentais quando se extingue Carlomano em 884 (existe um filho póstumo de Luís, *o Gago,* mas tem cinco anos!), é aclamado também rei da França de Oeste. Já rei da Germânia e da Itália, coroado imperador, em tudo parece igual ao bisavô ...

Desencadeiam agora os Normandos invasão maior que as anteriores. Setecentas velas, cerca de 40 000 homens (efectivos nunca atingidos até aí) e um comandante bravo e famoso: Siguefredo. Juntam-se todos em Ruão e marcham sobre Paris, em frente da qual acampam nos fins de Novembro de 885.

Desta vez há quem defenda a cidade — atrás das fortificações (acentue-se por espírito de justiça) reerguidas por ordem de Carlos, *o Calvo,* e mantidas ou ampliadas pelo bispo Jucelino. Tem Paris, desta vez, quem a defenda. O imperador-rei? Não. O conde Eudo, primogénito do valoroso Roberto, *o Forte.* Ajudados primeiro por Jucelino (caído em Abril de 886),

depois por Elles, cura de Saint-Germain-des-Près, Eudo e os Parisienses dão belo exemplo de resistência a um assédio que se prolonga.

Que faz Carlos, *o Gordo?* Acode muito vagarosamente em socorro de Paris. Arrasta-se durante meses. Por fim, negoceia com Siguefredo; outra vez lhe oferece, para levantar o cerco, 700 libras... Incapacidade e cobardia: repita-se a fórmula na qual se encerra a história do soberano que retira sem combater, jovialmente seguido, a pouca distância, pelas hordas de bárbaros loiros...

E nada mais. A doença corrói o obeso imperador. Tenta ainda fazer reconhecer como herdeiro um bastardo que o papa se nega a legitimar. De todos os lados surgem erupções de rebeldia, especialmente nos ducados germânicos — até se conjugarem numa insurreição geral e na elevação ao trono de Arnulfo, bastardo de um irmão seu, afamado pelos méritos de guerreiro nas campanhas da Panónia e da Caríntia.

Só lhe resta a voluntária renúncia à dignidade imperial e a todo o poder efectivo. Arnulfo consente-lhe que se acolha a um velho domínio na Suábia — onde morre, esquecido de todos, em Janeiro de 888.

Último carolíngio imperador. E Carlos, como o bisavô. Também em Roma o último imperador teve o nome do primeiro: também foi apenas Rómulo... Augústulo...

Alfredo, o Grande

Entretanto, as Ilhas Britânicas são também alvo de constantes ataques por parte dos piratas escandinavos. As aparições iniciais dos *Vikings* datam ali dos fins do século VIII, já que remonta a 795 a pilhagem do Mosteiro de Lindisfarne. No ano seguinte, os Dinamarqueses praticam igual proeza em Wearmouth e Jarrow, onde estudou outrora Beda, *o Venerável.* A unificação dos sete pequenos estados da Heptarquia sob a égide de Egberto de Wessex, em 829, não põe cobro aos seus assaltos. Kent e a East-Anglia sofrem-lhes as investidas em 838 e em 839 o Tamisa vê-se coalhado pelos seus navios — 350, segundo um cronista —, dos quais desembarcam núcleos aguerridos para atacar Londres e Cantuária. Mais ampla ainda a expedição de 867, que se apossa de toda a Nortúmbria, destrói conventos e pratica largos morticínios: cite-se a sua assoladora actividade em Iorque, centro antigo de saber e de ensino. Para cima da linha do Tamisa o domínio que exercem é total. A fim de submeterem o restante avançam sobre a capital do Wessex, Reading, chefiados pelo famoso Guthrum. Vai-lhes ao encontro, com as tropas que pode juntar, o rei Etelredo: consegue em Ashdown uma pequena vitória; na jornada infeliz de Merton cai atingido por um golpe fatal, e os seus companheiros de armas dispersam. Os fidalgos saxónios, em vez de entregarem a sucessão

ao filho de Etelredo, procuram outro príncipe de sangue real, Alfredo, quarto filho do rei Etelvulfo (871).

De começo, a sorte está longe de ser-lhe favorável: em Wilton experimenta duro revés, a tal ponto que julga não haver outro recurso senão pedir tréguas. E prepara a desforra. Obtém-na em Ethandun (878); mas cede a Guthrum uma zona do Nordeste, entre Londres e Chester, que recebe o nome de Danelagh — domínio dos Dinamarqueses — e lhe reconhece, pelo menos simbolicamente, a soberania. Guthrum e os lugares-tenentes aceitam até converter-se ao Cristianismo.

Pacificado o país, entrega-se Alfredo, digno do cognome de *o Grande,* a acção governativa singularmente eficaz. As suas reformas lançam o reino em caminhos de prosperidade — quer pela melhor distribuição da justiça, quer pela reedificação de cidades arruinadas, quer pela criação de forte milícia permanente, quer pela construção de uma esquadra capaz de defender os litorais. Quando, para o fim do século, em 894, os Dinamarqueses lançam novas expedições, já os governantes do Danelagh, convertidos em aliados, fornecem reforços apreciáveis, o príncipe real Eduardo desbarata os invasores e a armada, por sua vez, obriga a retirar os barcos dos *Vikings* (899).

Pouco sobrevive Alfredo, *o Grande,* à vitória que por suas mãos construiu. Deixa, todavia, alta memória de piedade, de lealdade, de amor da pátria, de espírito organizador e previdente, de caridade para com os desafortunados, a quem presta generoso auxílio. O seu reinado marca esteira de luz na cerração de uma época sombria.

Génese do feudalismo

O flagelo das invasões, a par da imensa perturbação que provoca na vida, quer individual quer colectiva, dá origem a nova forma de sociedade — à qual virá a chamar-se *sociedade feudal.*

Efectivamente, a guerra deixa de ser — como no tempo de Carlos Magno — iniciativa própria do soberano. A maioria dos carolíngios, a partir de Luís, *o Piedoso,* raramente possuem valor militar: daí negociarem, a troco de somas em dinheiro, a retirada de inimigos que não são capazes de expulsar pela força. É certo disporem muitas vezes de pequenos efectivos. Há condados em que só podem chamar ao serviço das armas 100 a 150 homens, e mesmo esses apenas em determinadas épocas do ano e por um reduzido prazo. Atenuantes para a impotência revelada ante os invasores? Ainda ficam motivos suficientes para se pôr em dúvida os reais dons guerreiros dos Carolíngios.

E que se passa então? Visto a guerra deixar de ser *iniciativa régia* e surgir, inopinada e endémica, a todos os cantos e a todos os momentos,

trazida pelas incursões bruscas dos piratas nórdicos — a defesa começa a organizar-se espontaneamente nos lugares onde os grandes proprietários resolvem proteger-se a si próprios, sem contar com o auxílio alheio; para isso, constroem os seus castelos e procuram organizar forças suas. Como é lógico, essas forças são principalmente formadas por aqueles que se encontram próximos e deles dependem sob qualquer aspecto — o mais frequente dos quais é o de cultivarem terras que lhes pertencem. Assim nascem relações novas, até certo ponto de carácter *regressivo,* pois tendem a substituir à ordenação mais vasta e complexa do Estado a velha estrutura primária do *clã,* agrupado em torno dos que são investidos na chefia por se mostrarem mais valentes e mais decididos. O feudalismo, no fundo, reduzido às suas linhas esquemáticas, unicamente deriva de interesses económicos necessitados de protecção imediata e, portanto, dispostos a reconhecer o primado da autoridade militar, que representa essa protecção.

Necessidade faz lei. Os fracos e os desprovidos de bens, menos qualificados para a direcção das operações de guerra e também para as actividades do espírito, aceitam o predomínio de quem lhes garanta, a par do solo que cultivam para viver, a defesa das terras e dos lares, e, ao mesmo tempo, um mínimo de responsabilidade e de instrução. Daqui provém a indiscutida preponderância dos soldados e dos clérigos — dos homens da espada e dos distribuidores da cultura. E a posição servil em que se coloca perante eles é compreendida pelo maior número como troca de serviços, sem reacções nem revoltas, imposta pelas realidades tais quais se apresentam. A maioria dos autores que se consagram hoje ao exame deste período regista a falsidade da lenda que tende a romancear da pior maneira a humilhante condição dos servos medievais — e sublinha não ser provável que se sintam tão infelizes dentro do condicionalismo em que se movem como os julgam, a séculos de distância, com visão deformadora, certos espíritos imbuídos de ideologias plenamente inadequadas para apreciar e avaliar a estrutura social daquelas eras ...

Segundo a teoria então geralmente aceite — como frisa o professor Marc Bloch, um dos melhores analistas da génese e da evolução do feudalismo — a sociedade humana considera-se dividida em três classes ou «ordens»: a dos que rezam, a dos que se batem, a dos que trabalham. E os que trabalham não têm qualquer hesitação em respeitar como superiores os que rezam, isto é, os que têm a missão de guiá-los na esfera dos valores espirituais, de fé e de ensino — e os que se batem, isto é, aqueles que nas horas difíceis e tão frequentes das invasões, com risco da própria vida, fazem frente ao inimigo ou dirigem a resistência aos seus assaltos.

Claro que o feudalismo, encarado de determinado ângulo, é sobretudo *regime de senhores:* senhores da terra, grandes proprietários, detentores de privilégios, aos quais, além de prestações em género ou excepcionalmente em moeda, os servos da gleba devem também uma série de obrigações um

tanto pesadas. Esses privilegiados senhores não deixam de o ser, porém, tanto nas honras e na fortuna como nos encargos mais duros e de mais flagrante risco: sempre que chega o lance em que tudo, bruscamente, é posto em causa, desde o património material de todos e de cada um à própria existência de cada um e de todos, ei-los a tomar os postos de vanguarda e a prestar a dádiva do sangue para assegurar à comunidade a posse dos bens e a sobrevivência pura e simples.

Só a esta luz se pode formar ideia justa das causas do nascimento do feudalismo e da legitimidade das suas bases — mesmo das que se afiguram contestáveis ou censuráveis a muitos levianos críticos modernos.

Ética da nobreza

Deste modo se cria a nobreza, confundida, de início, com a classe dos que se batem, quer dizer, o exército. Se goza de certos privilégios, se dispõe de propriedade sua *(alleu)* ou dada transitoriamente por outrem *(feudo)*, é por estar investida de uma função árdua, considerada ao tempo como geradora de honra e posta sob o signo do *espírito de missão*. Espírito evidentemente dominado por valores religiosos e por deveres morais. O nobre é, antes de nada, alheio a toda a actividade lucrativa: move-se na esfera do ideal desinteressado. Nem outra coisa se compreende, se se tiverem em conta os fundamentos da *ética da nobreza*.

O primeiro é, na verdade, o serviço de Deus. O nobre toma parte nas romagens às cidades santas e em certas práticas monásticas. E procura manter a noção constante dos seus deveres para com a Fé e para com a doutrina de Cristo. Num antigo pontifical de Guilherme Duram, há a impressionante oração de um cavaleiro na qual se lê: — «Senhor Santíssimo, Pai Omnipotente ... Tu que permitiste o uso do gládio sobre a Terra, para contrariar a malícia dos perversos e defender a justiça; Tu que, para a protecção do povo, quiseste instituir a ordem de Cavalaria ... dispõe o meu coração para o bem, e faz que o Teu servidor nunca use a espada para lesar injustamente alguém; que dela sempre se sirva em benefício da Justiça e do Direito.»

Por isso mesmo, o nobre cavaleiro toma o solene compromisso de se bater pela Igreja, de nunca faltar à verdade, de proteger todos os fracos e desamparados, de valer aos humildes, de, após o combate, tratar o inimigo da mesma condição que ficou prisioneiro como hóspede de honra, de não consentir na mínima ofensa ao brio próprio, à dignidade da sua família ou do seu senhor e à total independência a que tem direito, nem aceitar jamais um prémio de carácter material como paga dos seus feitos. Todo este conjunto foi sintetizado na bela legenda *noblesse oblige*. E precisamente na medida em que se sente e quer devotado às grandes causas,

expoente das mais altas virtudes morais e cívicas — é que, por lógica vocação, o nobre se considera destinado aos cargos de predomínio e de comando.

A formação do que se pode chamar as *células feudais* — isto é, os centros fortificados em que determinados grandes proprietários baseiam a sua capacidade protectora e aos quais se acolhem as populações vizinhas, dispostas a cultivar-lhes as terras e a render-lhes tributo e obediência — é, pois, imperiosa exigência nesse período de invasões tão frequentes e alarmantes. Exigência reconhecida pelas classes baixas — e que dá origem a espontâneas e vastas aglutinações humanas em torno de castelos e abadias. Mas também o soberano compreende a vantagem de descentralizar responsabilidades militares e até administrativas: e faz-se distribuidor supremo dos feudos que utiliza como recompensa aos que melhores serviços prestaram nas campanhas acabadas de travar.

Feudo, etimologicamente, vem da remota palavra alemã *Faihu,* quer dizer, *gado* — talvez porque zonas haja em que seja o gado a maior fonte de riqueza, o maior valor da propriedade concedida.

Note-se, porém, que a concessão do feudo não é incondicional. Insere-se numa teia de regras e de símbolos, que possuem importantíssimo significado dentro do quadro de valores preponderante na época.

Quando recebe o feudo, cada nobre torna-se vassalo de quem lho entrega. O primeiro passo é submeter-se a um cerimonial rígido, em que, genuflexo diante do suserano, com as mãos estendidas sobre as dele, solenemente lhe promete ser, a partir desse momento, *homem seu* — isto é, estar pronto, sempre, a correr em defesa da sua pessoa ou da sua honra. Eis a *homenagem* — rematada pelo juramento de fidelidade. Só depois o suserano pratica a *investidura,* ao fazer-lhe o dom simbólico da propriedade sob a forma de um ramo de árvore ou de um fragmento de terra coberto de musgo.

Agora o laço está criado: o suserano deve justiça e protecção ao vassalo; este deve ao suserano assistência na guerra e garante-lhe uma hoste de certo número de homens que levará consigo. Deve, ainda, não divulgar os segredos do suserano que conheça, mas revelar-lhe os que signifiquem eventual conjura dos seus inimigos. Enfim, cumpre-lhe usar para com o suserano de dedicação que tenha por fito livrá-lo de qualquer perigo, desprestígio ou cilada.

As características substanciais do feudalismo — e do vassalismo em que se funda — são, pois, a fidelidade e a lealdade. Lealdade às pessoas, fidelidade aos compromissos. Traduzidos nos mil casos concretos, exprimem-se por uma dádiva inteira do vassalo àquele de quem depende e que prometeu servir com abnegação completa. Abnegação que não exclui de modo algum reciprocidade de testemunhos e de serviços.

Com o Estado carolíngio — «Estado vassálico precursor», no resumo de Fernando Lot — ainda apenas se vivem as fases iniciais do sistema. À medida, porém, que o tempo avança, as consequências das premissas postas desenrolam-se com lógica inevitável. Sucede, como é natural, que ao suserano distante prevaleça o mais próximo. A cadeia dos laços de vassalagem tem sido por muitos comparada a uma pirâmide: pirâmide que, do plano mais inferior — o do servo da gleba e do pequeno proprietário rústico — ascende, através de uma escala hierárquica, até ao suserano máximo, o rei. Teoricamente, pois, o rei — para quem sobem e afluem as homenagens de todos, os compromissos de todos, desde que a fidelidade e a lealdade se mantenham — deve ser também o mais poderoso de todos, representar predomínio absoluto, estável, indiscutível. Mas na prática, visto a origem da instituição se achar nos perenes receios e contingências derivados dos assaltos dos temíveis invasores, para cada homem em perigo, para cada lar suspenso do protector e defensor que imediatamente lhe acuda, a verdadeira encarnação da autoridade, por isso o verdadeiro objecto do seu apego e da sua confiança — é quase sempre o elo vizinho da cadeia, o plano mais próximo da pirâmide, enfim, o senhor local, com quem mantém contacto e de quem espera os actos decisivos se o perigo se acerca. E daqui resultam consideráveis transformações.

Verifica-se, a partir de certa altura, que a aristocracia dos grandes feudais gradualmente se impõe — e sobrepõe mesmo — aos detentores legítimos da soberania. Vai inclusivamente ao ponto de ensaiar nítidos actos de usurpação: a ousadia de Boson quando se faz coroar em Mantaille logo que sabe da morte de Luís, *o Gago,* é sintoma clamoroso, entre muitos. O fenómeno vem de longe, mas tem aí reveladora manifestação que surpreende, apesar de tudo, os contemporâneos. Queiram ou não queiram alguns historiadores, muito contribuem para o golpe de Mantaille as concessões arriscadas de Carlos, *o Calvo,* dois anos antes, na assembleia geral de Quierzy-sur-Oise (14 de Junho de 877), ao aceitar que os feudos possam tornar-se hereditários. Até então, o facto de o não serem conserva os que deles beneficiam numa dependência positiva para com o rei. Hereditariamente instalados na fruição das terras e na plenitude das faculdades e influências de tal fruição resultantes — os grandes feudais sentem-se, por sua vez, pequenos dinastas e ambicionam subir mais ainda. Aqueles que aludem à «anarquia feudal» neste período — embora, lembra Daniel-Rops, o feudalismo seja uma hierarquia e não uma anarquia — estribam-se na observação exacta de se estabelecer com as suseranias hereditárias um parcelamento anormal de poderes soberanos, que evolvem no sentido de transformar-se em poderes rivais.

Acresce que, na descentralização de efectivos militares a que as forças obrigam, o monarca é forçado, com frequência, a entregar a chefia das tropas e o resguardo das fronteiras ou de largas zonas territoriais aos condes ou duques fixados nessas zonas. Se estes, por infelicidade, sucumbem na empresa, acusa-se a cada passo do desastre o supremo responsável da escolha. Se, pelo contrário, têm a fortuna de conseguir o triunfo, é geralmente sobre eles próprios que se concentram o prestígio guerreiro e o reconhecimento popular.

E tudo isto joga contra o primado do rei e a favor das aspirações desmedidas de uma aristocracia em quem o rei delega e abdica.

No campo da Cultura

Enquanto os homens que se batem criam, com o feudalismo, uma nobreza militar e cavalheiresca e através dos seus chefes põem em xeque o poder do monarca — os homens que rezam, além de rezarem, são os grandes protagonistas e animadores da cultura intelectual. Porque a situação em tais domínios mantém as características anteriores: ao passo que se definem as novas nações e mal se definem quase sempre se guerreiam; ao passo que, em grande parte, as diferenciações políticas surgem, às vezes como causas, outras como efeitos, das diferenciações linguísticas (o sintoma oferecido pelos juramentos de Estrasburgo foi salientado na devida altura) — só a Igreja representa um princípio *sobrenacional,* humano e universalista e, através da língua latina, em toda a parte conhecida, ao menos do escol, garante a unidade da Cultura, firmada no conhecimento e no exame atento do património greco-romano e das obras-mestras da Patrística. A maioria dos livros a utilizar vêm de Ravena, antiga residência do exarco de Bizâncio, de Pavia, capital dos reis lombardos, do monte Cassino e de Bobbio. E são analisados, copiados, objecto de minucioso estudo nos principais centros monásticos: desde Fulda a Corvey-de-Saxe, às abadias de S. Galo e de Reichenau, ambas em margens opostas do lago de Constança, a Prüm, na vizinhança de Liège, a Lião da Borgonha.

Ao longo do século IX regista-se, apesar de tantas lutas externas e internas e da calamidade das invasões normandas, florescimento notável da vida cultural — talvez, até certo ponto, consequência do impulso dado por Carlos Magno, mas cujas dimensões chegam a inspirar a um historiador a expressão de «verdadeiro Renascimento». Sobretudo no tempo de Carlos, *o Calvo,* personalidade deveras curiosa que se consagra a elevados debates com os grandes sábios da época, por ele chamados e honrados na corte. Erico de Auxerre chama-lhe, em documento que lhe dirige, «rei-filósofo», que se ocupa de metafísica ou de moral em plena campanha contra os

Normandos — como outrora, em plena campanha contra os Quados e os Marcomanos, o fazia Marco Aurélio ...

Entre os familiares de Carlos, *o Calvo,* figuram alguns dos nomes proeminentes da cultura do século: Nithard, primo do rei — como descendente de Berta, filha de Carlos Magno —, testemunha qualificada dos acontecimentos até à altura do Tratado de Verdun (morre em 843), que se faz o historiador do período; Radberto (ou Pascásio), monge de Corbie, autor de um comentário do Evangelho segundo S. Mateus e do tratado *De Corpore et Sanguine Domini;* outro monge do mesmo convento, Ratramno, que se distingue no combate aos erros sobre a predestinação do frade saxónio Gotescalco; Loup, abade de Ferrières (850-862), que preconiza escrupulosa fidelidade na tradução dos textos de autores greco-latinos e de patriarcas e tem como discípulos mais categorizados Erico de Auxerre, biógrafo em verso do patrono do convento, S. Germano — e Rémy de Auxerre, professor influente em Reims e em Paris; Hincmar, arcebispo de Reims (806-882) — «o primeiro dos príncipes da Igreja na Idade Média», chama-lhe Gustavo Schnürer —, verdadeira cabeça do alto clero das Gálias, pelo saber, pela eloquência, pela energia indomável; Rábano Mauro (784-856), arcebispo de Mogúncia e sucessor de Egil à testa da Escola de Fulda, por muitos designado com o honroso título de *Praeceptor Germania;* Walafrid Strabo (?-849), mestre de Carlos, *o Calvo,* exegeta da Bíblia, o místico admirável da *Visio Wettini;* e não se esqueça o monge Notker, de S. Galo, cujas obras renovam o lirismo religioso e lhe imprimem sugestiva musicalidade.

A acabar esta sumaríssima galeria, João Escoto Eririgeno (assim chamado por ser natural da Irlanda), porventura o homem mais erudito do tempo, que lê os autores gregos no original e a quem, além da importante tradução dos livros do Pseudo-Areopagita, se devem o tratado *De Predestinatione* e uma obra fundamental, de longa ressonância: *De Divisione Naturae.*

Também o rei britânico Alfredo, *o Grande* — émulo, nestes domínios, de Carlos Magno e de Carlos, *o Calvo* —, estimula o esforço dos conventos do seu reino quanto à cópia e tradução de antigos textos e contribui ele próprio relevantemente para tal esforço ao prefaciar a versão nova dos *Diálogos* de Gregório Magno e ao verter para a sua língua a *Regula Pastoralis* do mesmo papa, a *História Eclesiástica* de Beda, *o Venerável,* a *História Universal* de Paulo Orósio, o *De Consolatione* de Boécio, e até, para alguns, os *Solilóquios* de Agostinho de Hipona.

O Convento de Santo Emmeran de Ratisbona, que recebe o título de «Atenas do Nono Século» — as escolas de Liège («Atenas do Norte», intitulam-na também) e a do mosteiro germânico de Hildesheim, em que sobressaem o mestre Thangmar e o fidalgo saxão Bernward — são outros centros da alta cultura da época.

De Harum-al-Raxid a Almançor

Não conseguem os sucessores de Harum-al-Raxid evitar, ao longo do século IX, o progressivo declínio dos Abácidas. Sobretudo depois da morte de Al-Mamum (813-833), cujos 20 anos de reinado se assinalam nos domínios das Artes e da Cultura. Seu irmão Al-Mutacim apoia-se numa guarda pessoal de soldados turcos, que exercem feroz tirania. Impopulares e amedrontados, os autocratas renunciam a viver na capital e habitam o palácio fortificado de Samarra, ao norte de Bagodá. Assim se revezam no trono: Mutacim, de 833 a 842; Wathik, de 842 a 847; Mutawakkil, de 847 a 861; Muntasir, entre 861 e 862; Mustain, de 862 a 866; Mutazz, de 866 a 869; Muhtadi, entre 869 e 870; Mutamid, de 870 a 892. Quase todos demasiado inclinados aos prazeres e à ociosidade — à sua volta a moral relaxa-se, a economia estiola, a preponderância dos mercenários turcos agrava-se. O resultado lógico de tudo isso é a crescente decomposição do Império, visto os governadores das províncias distantes, ao verem o enfraquecimento do poder central, cada vez manifestarem ambições mais nítidas de autonomia. Depois da Espanha — desligada de Bagodá por Abder-Rhaman em 756 —, tornam-se também independentes: Marrocos em 788; a Tunísia em 801; em 868 o Egipto, que pouco depois se apodera da Síria. Os descendentes do general Tahir desde 820 a 872 governam a Pérsia, onde são substituídos, até 903, pelos Safáridas. Os Hamdanidas fazem-se senhores da Mesopotâmia do Norte a partir de 929 e convertem Alepo e Mossul em brilhantes metrópoles. Os Buwayhidas chegam a tomar, depois de Ispaão e Xiraz, a própria Bagodá (em 945) e só deixam aos califas um simulacro do poder que na realidade exercem. Enfim, os Samânidas prevalecem, a partir de 874 e até fins do século seguinte, na Transoxiana e no Coração.

A fragmentação prosseguirá, aliás, até que se verifique o advento dos novos senhores do Próximo Oriente — os Seljúcidas.

No entretanto a Espanha muçulmana continua agitada por incessantes lutas entre os conquistadores árabes ou berberes — e entre estes e os reconquistadores cristãos do Norte.

Em Córdova, aos emires Alháquem I (790-821) e Abder-Rhaman II (821-852), seguem-se Mohamed I (852-886), Almondir (886-888) e Abdalá (888-912). Duas tentativas dos Normandos — que em 844 atacam a Galiza, depois Lisboa, Cádis, Sevilha, até serem rechaçados, e em 858 (ou 859) assaltam Algeciras — não passam de rápidos fogachos. As divisões da zona peninsular islamizada compõem um *puzzle* sempre em movimento. E a autoridade pulveriza-se — em mil pequenos e irrequietos ditadores locais.

Até que aparece um dirigente notável, na pessoa de Abder-Rhaman III, neto de Abdalá. Enérgico, tenaz, impõe-se pela força a todas as dissidências

e consegue refazer a unidade nos seus domínios — embora aqui e além mantenha os privilégios de certos feudais desde que estes lhe reconheçam formalmente a soberania. Ao mesmo tempo, defronta, muitas vezes com êxito, as investidas dos sucessores de Pelágio. Em 929, já convencido do declínio irremediável dos abácidas de Bagodá e desejoso de se afirmar como émulo dos potentados fatimidas da África do Norte — proclama-se com solenidade califa e toma os títulos simbólicos de *Amir al muminin* (condutor dos crentes) e de *Anácir lidiniallah* (protector da religião de Alá).

No final de um reinado que se estendeu por cerca de meio século (912-961) filosoficamente escreve, segundo relata o seu biógrafo Al-Maqqari — «Reinei 50 anos, na vitória ou na paz. Riquezas e honras, poderes e prazeres, responderam ao meu apelo. Nenhum bem humano parece haver faltado à minha felicidade. Chegado aqui, lembrei-me todavia de contar escrupulosamente os dias de pura e autêntica felicidade que me foram concedidos. Contei, ao todo, 14. Oh homem, não confies no mundo!»

Eis o sumário testamento de alguém que não se deixa cegar pelas grandezas aparentes e sabe avaliar a humana pequenez sob as glórias mais enganadoras.

Nesta altura, a zona cristã divide-se, pelo menos, em três pequenos reinos: o de Leão, o de Navarra (fundado em 905 por Sancho Garcia), o de Castela (fundado em 940 pelo conde Fernão Gonzalez, revoltado contra o leonês Ramiro II). Estados muito reduzidos, com as fronteiras meridionais em flutuações constantes, conforme os avanços em terras de mouros ou os refluxos que as investidas árabes determinam, e, para mais, desagregados a cada passo por conflitos de próceres ambiciosos. Sobre este xadrez heterogéneo, a claridade fundamental de uma crença única e o firme propósito de servi-la através de todos os riscos e sacrifícios. Tanto mais que nos princípios do século IX em pleno reinado de Afonso II (contemporâneo ibérico de Carlos Magno), um pastor que declara haver sido guiado por estrela do alto encontrou num campo junto a Iria Flávia um túmulo que se julga ser o do apóstolo S. Tiago. Logo nesse lugar santo, a que se chamará Santiago de Compostela — isto é, «campo da estrela» — se ergue um templo e afluem enormes romagens. A descoberta aumenta no maior grau o fervor dos cristãos espanhóis: o seu grito de guerra contra os infiéis será o nome querido de S. Tiago.

A Abder-Rhaman III sucede seu filho Alháquem II (961-976), «um dos caracteres mais nobres e dos sujeitos mais instruídos entre os muçulmanos de todos os tempos», na síntese calorosa de Herculano. Por sua morte, fica um filho de 10 anos, com dificuldade aclamado sob o nome de Hixão II, que se limita a fazer ofício de corpo presente no duelo entre dois homens ambiciosos: o vizir Moshafi, rapidamente eliminado, e Abenabiámir, que sobe a primeiro-ministro com o apoio do general Galib.

Abenabiámir reorganiza o exército, invade o reino de Leão em 981, toma Zamora, traz 4000 prisioneiros. E adopta o orgulhoso título de *Almançor billah* — «o vitorioso por mercê de Deus». Ao inegável génio de soldado o autocrata cordovês alia raro sentido das oportunidades, uma ferocidade que espalha no seu caminho terror paralisante e evidentes qualidades de estadista. Durante duas décadas sucedem-se as razias de *Almançor,* que tem de satisfazer a avidez dos seus mercenários: Barcelona é assaltada e incendiada em 985; Leão sofre calamidade igual três anos depois. De momento, os senhores leoneses rendem preito ao general árabe, que no ano seguinte (989) já se vira contra Castela, onde ocupa Osma. A mais sensacional proeza de *Almançor* é, porém, a invasão da Galiza em 997 e a destruição do veneradíssimo santuário de Santiago de Compostela. Afronta dolorosa, que excita e indigna toda a cristandade peninsular.

Apesar de tantos prélios e de tantos abalos, a civilização muçulmana floresce em terras hispânicas. Fora das horas de crise em que se vinca o antagonismo de dois credos, estabelecem-se relações de tolerância entre cristãos e islamitas — e, sem perder de vista o martirológio valoroso da jovem Flora, ou de Eulógio e Álvaro, que pagam com a vida, entre suplícios, a veemência de uma fé combativa, há um *modus vivendi* a facilitar o convívio dos adeptos de Maomet e dos discípulos do Nazareno. *Moçárabes,* cristãos sob o domínio do califado; *mudéjares,* sarracenos sob domínio cristão; *muladis,* cristãos regenados que simulam aderir ao islamismo — todos encontram soluções de coexistência. Nas fases de trégua, todos se visitam reciprocamente e reciprocamente negoceiam, ou participam de actividades intelectuais e artísticas.

Enriquecidos pela exploração das minas abundantes na Península, que alimentam uma indústria adiantada para a época, os soberanos árabes comprazem-se em alindar as suas cidades. Neste período, oferecem à Europa feudal, coberta de ferro, a braços com os tremendos ataques dos *Vikings,* atmosfera de vida luxuosa, requintada, extremamente culta.

Toledo, Sevilha, Granada, Múrcia — são belíssimas e alegres comunidades urbanas. Acima de todas, no entanto, a capital dos califas ibéricos — essa maravilhosa Córdova, que, segundo as informações colhidas de um prelado enviado como embaixador, a freira Roswitha de Gandersheim chama «a glória do Mundo». Córdova, rival de Bizâncio e de Bagodá — Al-Maqqari, com empolada eloquência, enumera-lhe os esplendores: mais de 200 000 casas, para cima de 60 000 palácios, de 600 mesquitas, de 700 banhos públicos. Córdova, metrópole favorita de Abd-er-Rhaman I, que a dota com um imenso jardim semelhante ao da sua infância junto a Damasco e com o encantado palácio de Riçafah; de Abd-er-Rhaman II, que a entrega nas mãos do engenhoso Yahya e do cantor Ziriab, para lhe darem a maior semelhança com a Bagodá quase feérica de Harum-al-

Enquanto, numa difícil gestação de quase dois séculos, a França acaba de nascer — há muito já que, a seu lado, a Alemanha nasceu: desde 911.

Nasceu mais cedo; nasceu aparentemente mais sólida. E por várias razões.

A primeira é que, embora sujeito à fragmentação de carácter feudal, o conjunto germânico se acha dividido em domínios mais amplos que os de oeste: ao pulular das pequenas chefias dispersas corresponde ali a concentração de poderes nas mãos de poucos, senhores de vastos territórios com populações avultadas. Em vez de uma série de minúsculos potentados irrequietos, cujos dissídios infindáveis formam confusa paisagem de anarquia — cinco ou seis cabeças, cinco ou seis fortes núcleos de comando e de responsabilidade.

A segunda razão — ao mesmo tempo causa e efeito da primeira — é que as guerras com povos vizinhos conservam, em toda a extensão dos limites a leste, aspecto tradicional: ataques frontais, defesas adequadas. No fundo, a velha fórmula do *limes* romano, antes das invasões maiores. A não ser num campo restrito, em breves zonas litorais do extremo norte, nunca aparecem pela frente invasores como os Normandos, que descem os cursos dos rios e podem, a cada momento, surgir em múltiplos cantos do país. Esta imprevisibilidade e multiplicidade das ameaças obrigou também, entre os Francos de oeste, a uma inevitável multiplicidade de redutos defensivos e à aceitação das pequenas chefias locais já referidas. Entre os Germanos, pelo menos quase até fins da nona centúria, tudo corre de maneira bem diferente.

A terceira razão encontra-se nas flagrantes dissemelhanças linguísticas. De longe vêm tais dissemelhanças, na medida em que as antigas Gálias, romanizadas há muito, guardam profundas marcas do latim na fala não só da gente culta mas das classes populares e, quando muito, combinaram essas latinas raízes com os idiomas germânicos trazidos pelos invasores: mas sempre a base latina persistiu. Ao passo que nas regiões germânicas a língua não sofreu polimento e influência comparáveis. Os missionários carolíngios aludiam já à «theotisca lingua», idioma da plebe *(thiuda),* em contraste com a linguagem culta da Igreja. Daí as palavras *teutão* e *tudesco* aplicadas aos habitantes dessas regiões. Será oportuno lembrar o claro prenúncio dos juramentos de Estrasburgo (842), quando Luís, *o Germânico,* e Carlos, *o Calvo,* se viram forçados a recitar as fórmulos dos seus compromissos, o primeiro em língua franca, para o entenderem os soldados do irmão, o segundo em língua tudesca, para os soldados de Luís o entenderem. Aí estão, já sensíveis, as duas nações futuras. Como sensatamente resume Marc Bloch, nada mais absurdo do que confundir língua e nacionalidade; não

o será menos negar o papel da língua na cristalização das consciências nacionais.

Outra razão — porventura a determinante — do nascimento da Alemanha: Arnulfo também se deixa fascinar pela quimera imperial e o papa Formoso tem de o coroar em S. Pedro, em Fevereiro de 896, embora haja outro imperador coroado por suas mãos cinco anos atrás, Guido de Espoleto. Qualquer dos dois de imperador só tem o nome. Nem chegam a dirimir a contenda, pois Arnulfo sucumbe a uma congestão cerebral e arrasta uma vida diminuída até 899. Liquidado o bastardo Zventibold, pretenso rei da Lotaríngia, aclama-se em Aix o seu único filho legítimo, Luís, em Abril de 900. Luís tem 6 anos, por isso ficará conhecido pelo cognome de Luís, *o Infante*. E não se encontra qualquer sinal de intervenção sua em todo o reinado — que finda aliás em 24 de Setembro de 911, com prematuro desaparecimento, já que mal anda nos 17.

Eis os Germanos na encruzilhada. Que vão fazer? Reconhecer como soberano o carolíngio de Oeste, segundo o velho costume de refazer, a cada ensejo, a integridade do tradicional *Regnum Francorum* ou do império de Carlos Magno — costume ainda não há muito respeitado pelos francos ocidentais a favor de Carlos, *o Gordo?* O beneficiário será agora Carlos, *o Simples* — nesse ano precisamente em negociações com os Normandos.

Que vão fazer os Germanos, postos na encruzilhada?

Além-Reno, como aquém, o prestígio dos Carolíngios acha-se em declarado crepúsculo. Carlos, *o Gordo,* concorreu bastante para isso. Não é Carlos, *o Simples,* quem pode inspirar confiança suficiente para mudar a face das coisas.

Demais, a partir de Luís, *o Germânico,* as gentes da antiga *Francia orientalis* habituaram-se à vida separada e sentem, cada vez mais aguda, a diferenciação relativamente às da *Francia occidentalis.*

Há ainda um factor de primeira grandeza a influenciar a conduta dos magnates encarregados de decidir sobre a vacatura do trono: desde 862, ano em que pela primeira vez os cronistas coevos aludem ao seu aparecimento, outros bárbaros invasores ameaçam do lado das marcas de leste: os Húngaros ou Magiares. A sua origem está nas tribos de *Ugri* ou *Igurs,* ou *Onogurs,* aparentadas aos Hunos, que, sob o impulso dos Pechenegues — segundo a lei dos grandes abalos étnicos — se deslocam das estepes vizinhas da China e se refugiam nas proximidades do Don, do Dniepre e do mar Negro. Algumas décadas volvidas, de novo se precipitam das planuras ucranianas para oeste, onde nenhuma barreira lhes detém o avanço. Espalham-se primeiro, sob o comando do valoroso Arpad, pela Bessarábia e pela Moldávia (889); atingem depois a Hungria (895), onde vão fixar-se com carácter definitivo.

A partir do fim do século a sua agressividade alastra no sentido do Ocidente. Já em 899 desabam sobre o Norte da Itália, assolam o reino lombardo, incendeiam Pavia. A seguir cai o flagelo sobre as regiões bávaras (900), a Morávia (900), a Caríntia (901). Depois sobre a Saxónia, a Turíngia (908), a Suábia (909). O fraco regime de Luís, *o Infante,* não pôde assegurar defesa eficaz das províncias atacadas. Tiveram os duques locais de chamar a si a missão de que o poder central se demitia — e deste modo, como entre os francos ocidentais, espontaneamente se constituiu feudalidade nova e poderosa.

Esse grupo de chefes que as circunstâncias anormais progressivamente autonomizaram não aceita a ideia de erguer nos escudos o carolíngio inepto e remoto; quer ter um soberano mais próximo, mais eficiente, mais *seu.* Hatto, arcebispo de Mogúncia, que exerceu uma espécie de regência em nome de Luís, *o Infante,* conserva-se, como homem da Igreja, fiel ao ideal da unidade do Império do Ocidente. Para não se cortarem as pontes entre os francos de Leste e de Oeste, consegue persuadir os mais importantes senhores da Germânia — os duques da Baviera, da Suábia, da Saxónia e da Francónia — a escolherem o último para ocupar o trono. De facto, Conrado da Francónia é o menos germânico de todos e talvez, ao que espera Hatto, venha a ser possível refazer por seu intermédio a unidade agora perdida. Não o acompanha nessa esperança o duque da Lotaríngia — onde a tradição carolíngia é mais profunda, onde se encontra, na capital que preferiu, o corpo do próprio Carlos Magno. A Lotaríngia liga-se antes à França — rende preito de obediência a Carlos, *o Simples.*

Mesmo com a exclusão da Lotaríngia, a reunião dos ducados germânicos à volta da nova realeza de Conrado da Francónia representa acontecimento do máximo relevo. Nessa data de 10 de Novembro de 911, em que, na assembleia de Forchheim, Conrado é aclamado e pouco depois coroado e ungido pelo arcebispo de Mogúncia — a Alemanha, incontestavelmente, nasce.

Nasce a Alemanha. Mas não sob a forma de organismo uno, repartida como está entre os quatro ducados rivais. Claro que os duques elegeram Conrado, em parte para seguir o conselho do arcebispo Hatto, em parte para melhor se separarem da *Francia occidentalis.* Uma vez eleito, começam a cercear-lhe e a discutir-lhe os poderes. Conrado luta com todos: quando arrebata a Alsácia à Lotaríngia; quando procura separar a Turíngia da Saxónia; quando promove a acusação pública dos administradores da Suábia no intuito de pôr o seu duque em xeque. Além disso, os Magiares continuam a invadir as terras do Sul e também entram nas alsacianas. Parece ser num combate travado contra eles que perde a vida em 918. Antes de morrer indica expressamente o duque da Saxónia para lhe suceder na coroa.

E na assembleia de Fritzlar (919) elegem os duques Henrique da Saxónia — soldado valente, caçador emérito, que até receberá o cognome de *Passarinheiro,* pois os que vão dar-lhe conta da eleição encontram-no a preparar armadilhas para os pássaros. Com o advento do saxão define-se melhor a tendência para fazer da Germânia reino à parte, bem caracterizado — já que pertence a uma tribo etnicamente mais íntegra, só unida aos francos de Oeste há cento e poucos anos.

Trata o novo soberano de preparar a sério a defesa contra as invasões. Decreta a mobilização total, concentra as famílias de camponeses nos burgos estrategicamente melhor situados, que fortifica. Toda a fronteira oriental fica militarmente guarnecida, o que torna inúteis os *raids* intermitentes de Dinamarqueses e Eslavos. Quanto aos Húngaros, ainda obtêm vantagem no recontro junto ao rio Lech, afluente do Danúbio (924). Mas têm de deter-se perante inatacáveis praças-fortes como as de Quedlimburgo, Meissen e Merseburgo. Justamente diante de Merseburgo a batalha aceite por Henrique dá-lhe importante vitória.

Enquanto isto se passa nos confins orientais, no extremo oposto, quando Carlos, *o Simples,* é destronado e o substituem primeiro o duque Roberto, depois Raul da Borgonha, a Lotaríngia rompe todos os laços de teimosa fidelidade ao carolíngio de Oeste e une-se aos ducados alemães que reconhecem Henrique I por soberano (925). Há quem prefira esta data, em vez de 911, para marcar o nascimento histórico da Alemanha.

Otão, o Grande, *e o Sacro Império*

Logo que deixa de existir Henrique da Saxónia os magnates germânicos reúnem-se em Aix-la-Chapelle, «sob a colunata adjacente à catedral de Carlos Magno», e aclamam-lhe o filho, Otão I. Entra o cortejo na basílica e o arcebispo de Mogúncia, Hildeberto, procede à solene coroação e unção, enquanto o povo, em roda, dá largas ao seu entusiasmo (936).

Têm especial significado o lugar e a forma como a cerimónia decorre. Otão sente-se de facto herdeiro de uma tradição superior. É um germano integral: forte, corajoso, vontade firmíssima, tão pronto na cólera como na indulgência. Os familiares chamam-lhe «o leão» — de tal modo lhes impõe realeza indiscutível.

Há quem se atreva a contestar-lhe a soberania: desde o irmão mais velho, Thankmar, filho de um primeiro casamento dissolvido do *Passarinheiro,* ao irmão mais novo, Henrique, ao duque da Francónia Eberardo, ao duque da Lotaríngia Giselberto. Em compensação, tem a seu lado o fiel duque da Suábia. Tanto lhe basta. Os adversários são desbaratados junto ao Reno: Eberardo como Giselberto perdem a vida no combate. Ainda conspira Henrique — mas, uma vez descoberto, pede o perdão, que

lhe é concedido. E Otão aproveita uma série de coincidências propícias: enquanto, como penhor da reconciliação, confia a Henrique o ducado da Baviera, instala no da Suábia seu filho Lindolfo, no da Lorena seu genro Conrado, guarda para si o da Francónia; para os arcebispados de Colónia e de Mogúncia designa seu irmão Bruno e seu filho Guilherme. Assim ficam bem seguras na família real todas as posições-chave — medida acertadíssima contra os perigos da feudalidade ambiciosa.

Dentro da mesma ordem de ideias aplica-se Otão a criar opulenta e vigorosa teocracia: numerosos condados são atribuídos aos bispos, que oferecem duas vantagens evidentes — não aspirarem a senhores hereditários e, por tudo deverem à generosidade régia, tornarem-se leais colaboradores.

Fortalecido, vira-se Otão contra os eslavos do Elba, submetidos pelo seu delegado Hermano Billung. Fomenta a evangelização dos povos anexados e cria bispados em Madeburgo, Heidelberga, Brandeburgo, no Eslésvico. Intervém também na França — e atrai a Burgúndia, que lhe presta obediência.

Entretanto Henrique da Baviera e Lindolfo da Suábia guerreiam na Itália do Norte. Deparam com um antagonista audacioso, Berengário de Ivreia, que aprisionou o monarca italiano Lotário e pretende casar-lhe a viúva, Adelaide, com seu filho Adalberto. Adelaide, porém, não aceita o noivo e, refugiada em Canossa, pede socorro a Otão. Imediatamente acode «o leão» ao chamamento — e é ele mesmo quem desposa Adelaide em Pavia e se faz coroar rei dos Lombardos (952).

Não evoca o facto os preliminares do acesso à dignidade imperial? A Santa Sé recusa-lha — e, conhecedor de outra conjura latente, em que se unem o despeito de Lindolfo e a duplicidade de Conrado, regressa, sem insistir, à Alemanha. Tanto mais que os cavaleiros húngaros reaparecem, agressivos e devastadores.

Marcha-lhes Otão ao encontro. À testa de um exército em que participam todas as províncias germânicas, lança-se sobre os invasores, com a bandeira do Arcanjo S. Miguel desfraldada. A batalha — travada no Lechfeld, a 10 de Agosto de 955, cerca de Ausburgo, cujo bispo Ulrico até aí conteve as hordas magiares — é um triunfo rotundo. Triunfo que Schnürer compara ao de Aécio contra Átila — pois acaba de vez com as arremetidas dos Húngaros. E fica mais prestigiado que nunca.

A anarquia campeia na Itália — dilacerada por incessantes lutas dos magnates desavindos: o de Friul, o de Ivreia, o de Espoleto, o de Benevento, o de Salerno, o de Cápua; dos prelados de Milão, de Pavia, de Verona, de Turim; das cidades livres em rivalidade permanente: Génova, Gaeta, Veneza, Amalfi ... O papa — assustado pela insolência de Berengário — implora-lhe directamente o auxílio (959). Organiza Otão as suas forças, atravessa os Alpes, liquida facilmente Berengário, entra como libertador em Roma. Desta vez não pode de maneira alguma o pontífice

João XII recusar-lhe o prémio desejado, e coroa-o solenemente imperador na Basílica de S. Pedro, a 2 de Fevereiro de 962. Longe se está dos pobres simulacros de império dos últimos carolíngios ineptos. Pela primeira vez desde Carlos Magno, o título máximo é conferido a um grande monarca reinante sobre um grande povo, aureolado pela glória política do estadista e pela glória militar do paladino.

Começa nesse dia o Sacro Império Romano-Germânico. Otão alcança o apogeu. Sobre a sua cabeça juntam-se a coroa de prata dos reis da Germânia, a coroa de ferro dos reis lombardos, a coroa de ouro dos imperadores do Ocidente. Quando, no ano seguinte, João XII pensa em hostilizá-lo, depõe o papa, dá-lhe como sucessor Leão VIII, estabelece tutela formal sobre os futuros pontífices. Adiante, em 967, associa ao Império seu filho Otão II, coroado também em Roma e casado com a princesa bizantina Teofano, filha do imperador Romano II. Velho sonho, o dos laços matrimoniais entre os senhores do Ocidente e do Oriente — a que «o leão» conseguiu dar realidade.

A última dieta imperial que efectua, em Quedlimburgo, é uma apoteose à qual acorrem todos os próceres alemães e delegados da Boémia, da Polónia, da Dinamarca, da Hungria, da Bulgária, da Rússia, de Bizâncio, da África; sem falar no rei dos Francos, que vem engrossar o séquito do tio omnipotente ...

E em plena omnipotência morre Otão I a 7 de Maio de 973, depois de ter profundamente gravado a sua passagem na História.

Otão II faz o possível por não deixar perder o impulso dado pelo pai e o património por ele reunido. Ao ver surgirem novos incidentes com os duques da Lorena e da Baviera, toma a decisão de dividir ambos os ducados para os enfraquecer: assim se fragmenta o primeiro em Alta e Baixa Lorena e a Caríntia e o Friul deixam de ser terras bávaras.

É então rei da França Lotário, filho de *Luís do Ultramar*. Derradeiro soberano carolíngio (o seguinte, Luís V, mal reinará, aparentemente aliás, durante 14 meses), quer dar prova de valor e de coragem. Na ânsia de afirmar-se, lembra-se de tentar surpreender o imperador Otão II e a imperatriz em Aix-la-Chapelle, no Verão de 978 — para os fazer prisioneiros e os curvar às suas imposições. Segue, envolvido no maior segredo, a antiga estrada romana de Cambraia a Tongres e a Colónia, atravessa o Mosa, surge na velha capital de Carlos Magno. Avisados no último momento, os imperadores germânicos já aí se não encontram. Mas a fuga tão rápida foi que deixaram as mesas postas para um banquete que estava prestes a celebrar-se ...

Decepcionado, Lotário compreende que falhou o audacioso projecto. Pouco se demora em Aix-la-Chapelle, temeroso da natural reacção a esperar. E tem uma curiosa ideia antes de partir. No alto do palácio, asas alonga-

das no azul, paira a águia de bronze que simboliza o Império. Fê-la Carlos Magno colocar virada para leste — como visível ameaça dirigida contra Eslavos e Saxões. Otão I ordenou que fosse virada para oeste — aviso aos francos ocidentais de que não voltarão a possuí-la. Pois Lotário volta de novo para leste a águia imperial — e bem se percebe o sentido do gesto ...

Otão, irritado pelo insólito desafio, vem com numeroso exército, restitui a águia à posição anterior, avança pela França dentro, acaba por acampar diante de Paris. Do alto de Montmartre faz anunciar aos habitantes da cidade: — «Quero, para celebrar as minhas vitórias, que se cante uma *aleluia* como nunca ouvistes!» E um coro de sacerdotes alemães entoa o *aleluia* com a máxima força, para moralmente esmagar os Parisienses ... São assim os reis e os povos do século X!

Pouco mais se pode contar de Otão II, que se esforça por ajudar os papas contra os ambiciosos patrícios romanos e planeia estender os seus domínios ao Sul da Itália, onde se digladiam, além dos pequenos feudais de descendência lombarda, Bizantinos e Sarracenos. Sofre, porém, um revés em Cortona e, escapado de cair nas mãos de piratas gregos, sobe ainda até Roma para ali morrer inesperadamente, com 30 anos incompletos.

Cristandade em expansão, mas Roma em crise

A Igreja favoreceu logicamente a criação do Santo Império Romano-Germânico («Imperador dos Romanos», é o título ostentado por Otão I, a partir de 962), não só porque nunca abandonou o sonho de um reatamento da tradição unitária de Roma e de Carlos Magno mas também porque acima de tudo lhe interessa, na ordem política e militar, a existência de uma força capaz de defender a Itália das incursões muçulmanas. Procurou essa força, outrora, nos Pipinidas e nos Carolíngios. Depois, aceitou a ajuda momentânea de alguns feudais peninsulares — geralmente inclinados a hostilizar o Estado Pontifício mas uma vez por outra dispostos a actuar em seu favor. Nos fins do século IX e até meados do seguinte chegou mesmo a voltar-se outra vez para Bizâncio (daí a indulgência do papa João VIII para com o cismático Fócio), pois sob a dinastia chamada *macedónia,* inaugurada por Basílio I em 867, após o duplo assassínio do ministro Bardas e do basileu Miguel III, Constantinopla floresce de novo em todos os domínios e alguns dos seus soberanos infligem sérias derrotas ao Islão. Quando morre o imperador Luís II, aceitam mesmo os Bizantinos a defesa de Bari, tomada aos Sarracenos, arrebatam-lhes Tarento, mais adiante Chipre (887). Como Basílio I teve o cuidado de garantir a legitimidade dos seus sucessores directos — os *porphyrogeneti,* isto é, nascidos na sala de pórfiro do palácio imperial —, a dinastia estabiliza-se e continua a guerra con-

tra os Abácidas, em crescente declínio. Leão VI (886-911), homem culto, amante das letras e das artes, prossegue as hostilidades contra os califas. O mesmo fazem Constantino VII (911-919) e, acima de todos, Romano Lecapénio (919-944), usurpador que Constantino acaba por associar ao Poder e que incessantemente alimenta a luta na Ásia Menor e até nas planuras da Mesopotâmia. Com a restauração de Constantino VII durante alguns anos (945-959) as empresas bélicas esmorecem um tanto. Reatam-se, porém, quando, à sombra do débil Romano II (959-963), o enérgico Nicéforo Focas, seu substituto no trono de 964 a 969, expulsa os Árabes de Alepo e de Creta (961), de Chipre, onde se haviam reinstalado (965), de Antioquia (968). Cansado de tantos esforços, recolhe-se Nicéforo a uma vida ascética. É vítima então de uma conspiração de palácio, urdida pela volúvel imperatriz Teofano, viúva de Romano II, de quem foi até aí o favorito. Outro favorito surge, também soldado valoroso, João Zimiscésio, que assassina Nicéforo e se apossa da coroa.

O seu intuito é levar mais longe a reconquista cristã: até aos Lugares Santos da Palestina. Caída Damasco, onde primeiro se dirige, entra enfim nesse solo sagrado que, desde Heraclio, não pisam as tropas de Bizâncio. Vai aceso no empenho de libertar a cidade em que Cristo sofreu o martírio. Demora-se a limpar de sarracenos a região síria e o litoral libanês. A doença surpreende-o, quase findos os preparativos para o avanço final sobre Jerusalém. Regressa, já exânime, a Constantinopla e aí se extingue (976).

Os seus sucessores vão mudar de rumo — e só um século depois os planos de Zimiscésio serão retomados por outros chefes.

Se em certas zonas da Ásia e da África e em grande parte da Península Hispânica o Cristianismo se vê eliminado pelo poderio do Islão, de tais perdas o compensam as amplas conquistas na região balcânica e na Europa setentrional.

Assim, o caso da Morávia, onde já vários príncipes se baptizam em 845. Por volta de 861, Ratislav, embora cristão, na mira de se subtrair às ingerências alemãs, rejeita os missionários de Passávia e Ratisbona e envia uma embaixada a Bizâncio, a solicitar outros missionários que falem e rezem numa língua que o seu povo entenda. Mandam-lhe os dois irmãos Constantino e Metódio, nascidos e educados em Salonica e portanto conhecedores do idioma eslavo. Idioma que ainda não possui um alfabeto próprio em que se exprima por escrito. Inventa esse alfabeto o monge Constantino (que toma o nome de Cirilo) e traduz a versão grega dos Setenta do Antigo Testamento e numerosos textos litúrgicos. Tudo isto causa estranheza e contra ambos se intriga na Santa Sé. Chamados a Roma pelo Papa Nicolau I, ali morre Cirilo (869). Regressa Metódio, autorizado formalmente pelo pontífice a celebrar a missa em língua eslava. Durante 15

anos entrega-se a diligente apostolado e quando desaparece (884) deixa o país inteiro convertido a Cristo.

A Bulgária, cerca do fim do século, segue idêntico itinerário. Ultrapassada a fase agressiva e selvagem do cã Krum, estabelecida a paz entre Omortag e Bizâncio, o rei Boris, também com o propósito de furtar-se ao ascendente político de Francos e Germanos, faz-se baptizar com o nome de Miguel, em Constantinopla (894), e, depois de várias alternativas entre Bizâncio e Roma, aos discípulos de Cirilo e Metódio é permitido livremente evangelizar. A mesma orientação observa Simeão, filho de Boris, que chega a engrandecer os seus domínios até constituir um império, aliás efémero.

Quanto à Boémia, ainda antes do século acabar recebe em Ratisbona o baptismo o duque Sbitigniew (895) e seu sobrinho e sucessor Venceslau mostra-se crente fervoroso. A mãe, Drahomira, pagã fanática, serve-se do outro filho, Boleslau, para o suprimir e com ele afastar o Cristianismo do reino. Mais tarde, contudo, Boleslau, cheio de remorsos, confiará Boleslau II, seu herdeiro, ao Convento de Santo Emeran de Ratisbona. E na segunda metade do século X o Cristianismo enche e domina a Boémia inteira.

De lá parte em 965 para a Polónia, a fim de casar com o príncipe Miesco, a irmã de Boleslau II, Dobrawa, que não tarda a converter o marido e a trazer assim outro grande povo aos rebanhos da Igreja.

Por essa mesma altura se convertem os Magiares, sob o príncipe Géza (986), e Vladimiro, o 5.º grão-duque de Kiev (descendente dos primeiros fundadores, *Vikings* ou *Varegues,* do Estado Russo, Sineo, Truvor e Rurik, e dos seus primeiros reis, Askold, Oleg e Igor) converte-se por sua vez e casa com Ana, irmã do imperador bizantino Basílio II (987).

Deste modo todas as populações eslavas se integram, ao longo de uma centúria de intensa actividade predicante, na vasta comunidade cristã.

O mesmo sucede na Escandinávia. Graças a Anscário, monge de Corvey, «o Apóstolo do Setentrião», e aos seus continuadores, baptizam-se Noruegueses, Dinamarqueses e Suecos. De entre os primeiros, recorde-se, ainda no século X (995), o rei Olavo Tryggvasson; de entre os segundos, o famoso *Haraldo do Dente Azul* (974); de entre os terceiros, outro Olavo, Olavo Skottkonung (994), proclama o Cristianismo religião nacional.

Entretanto, se o apostolado cristão alcança novos êxitos e tende a impregnar e a atrair toda a Europa, dos Pirenéus a Kiev, sem esquecer os núcleos castelhanos, leoneses e navarros empenhados na Reconquista — atravessa a Roma pontifícia tremenda crise.

Desde os revoltantes acontecimentos a que dá lugar a morte do papa Formoso (896), sobre cujo cadáver os inimigos se encarniçam, até aos decénios seguintes, em que facções preponderantes na nobreza romana tomam despoticamente conta das eleições papais e dispõem como sua da Cadeira de Pedro ... Intrigas da pior espécie, intervenções de mulheres dissolutas e

omnipotentes, atentados cometidos por bandos de demagogos e de mercenários sucedem-se numa trágica farândola. Primeiro são os condes de Túsculo que, mercê das hábeis manobras de Marozia e Teodora, tudo governam e determinam. Albérico de Túsculo chega a fazer papa seu filho Octaviano, sob o nome de João XII. É este quem sagra Otão I e restaura, na pessoa do soberano germânico, o Império do Ocidente. Não tarda, porém, a desentender-se com Otão e o imperador convoca um sínodo para depô-lo e erguer Leão VIII. Mal se afasta, João XII volta e, para suceder-lhe, elege-se Bento V. Outros vultos aparecem e desaparecem ao sabor das facções preponderantes. Frente aos condes de Túsculo, os Crescêncios aumentam a sua influência e disputam-lhes o sólio pontifício. Entre estes dois partidos e algumas enérgicas intervenções dos monarcas alemães, o drama lamentável desenrola-se, ao longo de todo o século X. Uma voz autorizada — o bispo Arnould de Orleães — num concílio dos prelados francos reunido em Saint-Basle, alude com tristeza e cólera ao que se tem passado na Cidade Eterna. Diz, por exemplo: — «A vinda do Anticristo parece iminente. Torna-se claro que, abalado o poder de Roma e consumada a derrota da religião, o nome de Deus é desonrado impunemente pelos perjuros. Mesmo os sacerdotes mais altamente situados desprezam a observância das leis da Igreja ...»

Está então tudo perdido? Não. Porque a ansiedade de uma reacção libertadora vive no espírito dos melhores. Porque os instrumentos fundamentais dessa reacção já existem e dia a dia mais se definem e se apuram.

DE SANTO ESTÊVÃO A CANOSSA

Se é grande a crise no seio da Igreja — desde as violências e usurpações em volta do sólio pontifício aos maus exemplos dados por bispos demasiado mundanos ou demasiado políticos e às desordens em conventos caídos nas mãos de senhorios laicos ou vítimas de assaltos das hordas guerreiras — também cresce o movimento dos que anseiam por uma reforma profunda e se dispõem a nela colaborar com todas as suas forças.

Essa reforma visa libertar a Igreja, ao mesmo tempo, dos vícios interiores que a desfiguram — e das dependências exteriores que a oprimem. Quer ser, de igual sorte, reforma de almas e de costumes entre os servidores de Cristo e reconquista da sua plena autonomia.

De onde virá a iniciativa? Aqui e além surgem primeiros ensaios. O mais fecundo é o do jovem aristocrata borgonhês Bernon, que já fundou o Convento de Gigny e restaurou o de Baume e em ambos (como antes Gerardo

de Russilhão nos de Vézelay e Pothières) promoveu a restauração da velha regra duplamente beneditina, pois a definiu primeiro Bento de Núrsia e a renovou, sob Luís, *o Piedoso*, Bento de Aniana. Foi mais longe ainda: colocou o Convento de Gigny sob directa protecção do Santo Padre. Assim o furtou a quaisquer ingerências abusivas de poderes seculares.

Cluny e os seus primeiros abades

Tais directrizes são evidentemente oportunas. Aspira Bernon a projectá-las em mais largos horizontes; e dirige-se a Guilherme, duque da Aquitânia, filho do afamado Bernardo Plantevelue e conhecido pela sua piedade, ao qual solicita a cedência de um terreno amplo e solitário, cercado de arvoredo, que tem o nome de Cluny e está situado na diocese de Mâcon — para erigir nova abadia. Guilherme da Aquitânia satisfaz-lhe o pedido. A 11 de Setembro de 910, em solene cerimónia, na presença de vários prelados e de numerosos fiéis, entrega a Bernon as terras de Cluny. Pela carta de doação ficam os monges da futura abadia isentos de qualquer dependência de autoridades eclesiásticas ou leigas e sob o domínio directo da Santa Sé. Escolhe Bernon para altos patronos os apóstolos Pedro e Paulo, sepultados em Roma — novo elo com a capital da Cristandade.

O facto em si não parece distinguir-se de factos semelhantes, verificados pela mesma altura. Na Lotaríngia, por exemplo, o antigo cavaleiro Gerardo de Brogne, depois de haver professado, instala em 914 um pequeno mosteiro nas suas propriedades sob a regra beneditina, e os condes de Hainaut e da Flandres convidam-no a reformar outros institutos monásticos. O mesmo faz João de Gorze, impressionado pelo modelo do Monte Cassino — e o impulso comunica-se às zonas de Métis, Liège e Trèves.

Cluny, porém, excede os demais centros de reforma espiritual, graças à notável série de abades que terá a fortuna de possuir.

O primeiro é Bernon, que, à frente do núcleo inicial dos seus companheiros — trazidos de Baume e de Gigny —, converte a abadia num centro de disciplina tão apurada como edificante. Não tardam a recorrer aos seus bons ofícios quantos desejam a fundação de institutos similares ou o restauro dos que se acham abandonados ou ermos. Os frades cluniacenses — reforçados já por muitos aderentes, tal a onda de vocações que suscitam — acorrem a povoar as novas casas monásticas. Durante 16 anos, de 910 a 926, preside Bernon à fase inaugural de Cluny. Quando a morte o chama deixa uma obra em pleno incremento. Para abade de Cluny indica acertadamente Odão, em quem adivinha o melhor continuador da obra em marcha.

Francês de nascimento, recebeu Odão sólida formação jurídica. Foi chamado por isso à corte do duque da Aquitânia, onde prestou serviços.

Alinhou depois entre os cónegos encarregados da guarda do túmulo de Martinho de Tours. Uma inclinação imperiosa exigia-lhe ambiente de mais intenso ascetismo. Encontrou-o sob a égide de Bernon, no Mosteiro de Baume — e quando o fundador de Cluny consigo o levou a participar da nova comunidade sentiu-se em condições propícias para dar a sua inteira medida. Ao tomar a sucessão de Bernon, acentua o regime de clausura entre os monges e promove mais solene observância das cerimónias litúrgicas. Amplia ao mesmo tempo o influxo de Cluny no movimento de reforma conventual. Concede-lhe o pontífice em 931 o privilégio de, com enfeudamento directo à Santa Sé e livre eleição de abade próprio, reunir sob sua autoridade outros mosteiros, a fim de reformá-los. Tal privilégio acaba por ser acatado pela maioria dos institutos religiosos e constituir o trunfo primordial da congregação.

Em 938 o papa Leão VII encarrega Odão de reformar, em Roma, o Convento de S. Paulo. Albérico de Túsculo, então no auge do poderio, cede-lhe, para fundar um núcleo monástico, o seu palácio do Aventino. De Roma passa a Subiaco, a monte Cassino, a Salerno, a Santo Agostinho de Pavia, a Santo Elias de Suppentone: em todos esses lugares estabelece com segurança a disciplina cluniacense.

Quando desaparece, em 942, segue-se-lhe Aynard, impedido em 949, por doença, de exercer o cargo. Em 954 é eleito abade o fidalgo avinhonês Mayolo. A soberana presença, os raros dons de orador, a cultura teológica profunda tornam-no sugestivo representante da crescente proeminência de Cluny. Dura 40 anos o excelente governo de Mayolo. Ao passo que afluem novos conventos à congregação, vê-se distinguido pela amizade de altas figuras da época — papas, bispos, soberanos. A rainha Berta da Borgonha cria sob a égide de Cluny o Convento de Payerne (962); na mesma data casa sua filha Adelaide com o imperador Otão, que protege a reforma dos conventos no Norte da Itália. E os robertianos, prestes a colocar-se à frente da nação francesa, solicitam-no a renovar as abadias de Marmoutier e de Saint-Maur. Quando, a convite de Hugo Capeto, se põe a caminho para instaurar a regra de Cluny na abadia real de S. Dinis, a morte surpreende Mayolo a meio da jornada, à qual se abalançou apesar de andar já nos 88 anos, em 11 de Maio de 994.

Mestre Gerberto de Aurillac

Professa num dos mosteiros abrangidos pela reforma cluniacense, o de St. Géraud, onde faz os seus primeiros estudos, um dos vultos maiores da cultura do século — Gerberto de Aurillac.

Cedo impulsionado pela sede de conhecimentos forma-se em Matemática e Astronomia com o sábio Alton, bispo de Vich, na Catalunha. Gra-

dualmente adquire as matérias conjuntas do *Trivium* e do *Quadrivium* e, além de se pôr ao facto dos trabalhos científicos da Grécia antiga conservados e transmitidos pelos Árabes, entrega-se a incansável pesquisa de textos pelos arquivos hispânicos. Já em 970, com pouco mais de 30 anos, o conde Borel de Barcelona o leva consigo a Roma e o Papa João XIII o assinala com elogio ao imperador Otão I da Alemanha. Gerberto ensina em Itália e tem por discípulo Otão II, futuro imperador. Em 972 ei-lo em Reims, onde convive com um notável professor de Lógica, o arcediago Gerano. Dirige a escola anexa à catedral, que sob o seu influxo ganha fama semelhante à de Chartes. Alguns anos adiante, em 980, nova deslocação a Itália, desta vez com o arcebispo Adalbéron. Acha-se então ali Otão II, já imperador, em cujo séquito figura o mestre germânico Otrich de Magdeburgo. Promove Otão debate público entre ambos e a superioridade de Gerberto torna-se tão evidente que, em sinal de apreço, coloca-o à frente da prestigiosa Abadia de Bobbio — onde se conserva até à morte do imperador (983). Regressa a Reims e muito concorre para a subida ao trono de Hugo Capeto. Pouco depois o falecimento de Adalbéron deixa vago o arcebispado. Escolhido a princípio, o bastardo carolíngio Arnulfo entra numa conjura com os inimigos de Hugo e é deposto. Mesmo contra a vontade do Pontífice João XV, Gerberto vê-se escolhido para governar a diocese (991). A hostilidade do papa não desarma: um legado seu impõe ao Sínodo de Moisson que o destitua, quatro anos mais tarde. Sai de França desgostoso e procura acolhimento na corte imperial da Alemanha. Pouco tardará a surgir, após longa regência da mãe durante a sua menoridade, um novo Otão — Otão III.

Encontra-se Gerberto no apogeu. Continuador de Boécio, o seu fito é restaurar as letras greco-latinas e integrar a sabedoria clássica no património da inteligência medieval. Com tal objectivo renova as fontes e os métodos do ensino. De acordo com os comentários de Boécio explica o *De Interpretatione* de Aristóteles, os *Tópicos* de Cícero, a *Introdução à Lógica* de Porfírio. Como resume Southern, «Gerberto deixa de lado os superficiais livros escolares que satisfizeram os estudiosos da era carolíngia e abre o caminho para um estudo mais intenso e um nível mais alto de eficiência na ciência da Lógica». Ao fazê-lo, mostra-se autêntico precursor — visto o predomínio da Lógica, ordenadora e clarificadora, marcar a vida cultural dos próximos séculos. No amor da Lógica os pensadores medievais descobrirão o instrumento mais adequado às suas aspirações de reduzir a esquemas simples e harmónicos a concepção hierárquica do Universo.

Não fica Gerberto por aqui. Serve-lhe a Lógica de base — mas atribui largo papel à Retórica segundo os modelos helénicos e latinos: Virgílio, Terêncio, Juvenal, Horácio, Lucano. Familiariza os discípulos com todos estes autores; procura depois apetrechá-los com sólida armadura dialéctica.

Daqui resulta a celebridade que o rodeia. Saudam-no os contemporâneos como o mestre mais completo da época — na altura em que tem de procurar os caminhos do exílio.

O sonho de Otão III

Logo quando o pai morreu, a 7 de Dezembro de 983, Otão III foi chamado «o príncipe do milagre». Consistia o «milagre» em ser, com 3 anos apenas, imperador — o que nunca sucedera. Até 996 exercem a regência sua avó Adelaide e sua mãe, Teófano. Na infância, educa-o o sacerdote calabrês João Filagato e serve-lhe de tutor o saxónio Bernardo de Hildelsheim. Desde muito cedo revela o jovem Otão estranho temperamento visionário, talvez derivado da sua dupla ascendência germânica e helénica. Afecto às actividades da cultura, gosta de ouvir teólogos e ascetas, sente-se destinado ao cumprimento de alta missão espiritual e política.

Tem Otão III cerca de 16 anos quando vai a Roma ser coroado por seu primo e capelão Bruno, agora eleito papa com o nome de Gregório V. Na corte pontifícia conhece dois homens notáveis, que sobre o seu espírito vão exercer enorme influência: o bispo-missionário Adalberto de Praga; o sábio Gerberto de Aurillac. O último, sobretudo, adquire o maior ascendente junto do moço imperador. Pede mesmo Otão a Gerberto que se torne, além de conselheiro de Estado, seu iniciador no campo das Ciências e das Letras.

A partir de 997 toma o seu lugar na corte. E o jovem Otão deslumbra-se com os novos mundos abertos diante dos olhos. O mestre de Aurillac não é apenas o filósofo que lhe dedica o tratado *De Rationali et Ratione Uti;* é também o engenhoso inventor que para ele constrói um relógio capaz de indicar a hora em plena treva graças aos seus ponteiros iluminados ... Nomeia Gerberto arcebispo de Ravena. E deixa-se invadir pelo grande sonho de restaurar o Império Romano, com alcance universal, dividida a soberania entre o chefe da Igreja e o condutor dos povos. O império da tradição constantiniana.

Surgem graves incidentes em Roma. Crescêncio Nomentano, filho do primeiro Crescêncio, mantém a ambição de converter o sólio pontifício em instrumento de grandeza da sua família. Urde uma conjura para expulsar Gregório V, que tem de refugiar-se em Pavia. E ergue como antipapa, sob a designação de João XVI, precisamente aquele João Filagato que foi preceptor de Otão. Indignado, desce o imperador à Cidade Eterna, faz decapitar Crescêncio e encarcerar Filagato, restaura o papa legítimo (998), que morre no ano seguinte. Para o substituir é escolhido o arcebispo de Ravena.

Agora Otão III fixa residência em Roma. Do palácio do Aventino, cercado de corte aparatosa e magnífica, entre um «cerimonial quase litúr-

gico», alia, no seu vulto de césar-basileu, a herança da Roma soberba e da Bizâncio autocrática. Escreve ele próprio, numa síntese em que manifesta inteira consciência da grandeza do papel que se atribui: — «Eu, Otão, romano, saxão e italiano, servidor dos Apóstolos, pela graça divina Imperador Augusto do Mundo.»

Imperador do Mundo. Imperador — mas como Constantino, sem esquecer que o Mundo deve submeter-se a Deus, através do Vigário de Cristo na Terra. Em Roma ficará a sede do governo mundial — partilhado entre o Sumo Pontífice e o senhor dos povos que formam a Cristandade.

Gerberto adopta, como papa, o nome de Silvestre II. Outro papa Silvestre com outro Constantino a seu lado. Ambos ligados na missão comum — o supremo representante de Deus e o supremo titular do Império.

É nesse ano de 999, o último do século X, que devem situar-se os famosos «terrores do ano 1000», explorados por tantos fantasistas da historiografia. «Terrores» baseados na crença de que no milenário do nascimento de Deus feito homem o Mundo chegará ao termo da sua existência — e se ouvirão as trombetas do Juízo Final ...

Nada mais do que lenda, pois nos contemporâneos texto algum a confirma e autoriza. Haverá um ou outro que visione o fim do Mundo para o ano 1000. Homens da categoria de Odão de Cluny terão porventura concedido a tal visão certo crédito. Aponta-se, em contrapartida, o exemplo de Abbon de Fleury, na carta dirigida por 960 a Hugo e Roberto de França, cheia de argumentos sérios tirados da Bíblia. Quando à *Historiarum Sui Temporis,* do monge cluniacense Raul ou Rodolfo Glaber, mais depressa se lhe atribuirá a sugestão do fim do Mundo para 1033, milenário da Paixão de Cristo e não do seu nascimento. Glaber escreve, aliás, cerca do ano 1044 e sabe portanto que também depois daquela data o Mundo continua a existir ...

Ao combater a «lenda do ano 1000», sublinhe-se o facto de o Concílio de Roma impor em 998 ao rei de França uma penitência de sete anos, e o de ser reconhecido pelo Papa em 999 ao arcebispo de Reims o privilégio de sagrar na sua catedral os futuros monarcas.

Acima de tudo, avultam as figuras de Silvestre II e Otão III — e a grandeza dos planos que alimentam. É no ano 1000 que o imperador faz a sua visita simbólica, em Aix-la-Chapelle, ao túmulo de Carlos Magno, cujo corpo se mostra incorrupto, conforme narram os cronistas. Que vai Otão pedir ao glorioso antecessor senão forças e directrizes para a obra que nessa hora imagina larga e fecunda?

Se predomina a ideia de um mundo em agonia, como compreender que — segundo a bela página, tão citada, do mesmo Glaber — «no terceiro ano anterior ao ano 1000 em quase todo o orbe, especialmente em Itália e nas Gálias, começaram a reconstruir-se basílicas, mesmo as que não neces-

sitavam de ser reparadas»? O frade de Cluny prossegue: — «Rivalizavam os cristãos dos vários países sobre quem teria melhores templos. Era como se o Mundo sacudisse as suas velharias e se revestisse da cândida vestidura das igrejas novas ...»

Palavras não de epílogo, mas de renovação. De renovação na fé e na esperança ...

Não dura muito o grande sonho de Gerberto e Otão III. A cada momento o imperador mais afervora as suas crenças. Vemo-lo ir a Guesen, na Polónia, rezar junto do sepulcro de Adalberto de Praga, que sofreu o martírio ao evangelizar os Prussianos. Em 1001, depois de intenso convívio com o eremita S. Nilo, vemo-lo privar com Odilão de Cluny e com Romualdo, fundador da Camândula — e subir a pé, como simples romeiro, o monte Gárgano, para orar no Santuário de S. Miguel. Conta então 22 anos e projecta casar com uma princesa bizantina quando a morte vem colhê-lo de surpresa, a 23 de Janeiro de 1002. Envenenado — como alguns sugerem? Ou vitimado por febres malignas?

No ano seguinte, vai juntar-se-lhe — numa Roma insubmissa, onde teve de transigir com a elevação de João Crescêncio, filho do rebelde justiçado em 998 — o papa Silvestre II, falecido a 12 de Maio de 1003.

Santo Estêvão, rei e apóstolo

Justamente nos fins da décima centúria e na esquina marcada pelo ano 1000 dá-se a conversão dos Húngaros.

Aparentados com os Hunos (o nome da sua capital, deu-lho Buda, irmão de Átila), têm outros dons de sagacidade, de tino político e de humano convívio. O imperador e historiador bizantino Constantino Porfirogeneta saúda o seu primeiro chefe, Arpad, como «homem de bom conselho e de mentalidade prudente, destemido e feito para reinar». E há um curioso depoimento do frade de S. Galo, Heribaldo, com quem os cavaleiros magiares fraternizam: apesar da selvajaria e dos ímpetos guerreiros, parecem-lhe infantis e sonhadores — espécie de crianças-poetas ...

Registam-se incursões húngaras na Alemanha, na França, na Itália, mesmo até nas vizinhanças de Constantinopla: Botondo, um dos seus caudilhos, bate-se em duelo com um general grego sob as muralhas da cidade. Após a derrota que lhes inflige Otão I no Lechfeld (955), instalam-se na zona do Leitha, sobre a imensa planura do Danúbio — e ficam, nota Bálint Hóman, a constituir uma *cunha* entre gregos e eslavos do Sudeste europeu, latinos e germanos do Oeste e as hordas dos Pechenegues e de outras populações turcas da Ásia. Tal posição confere-lhes papel de árbitros: tanto podem abrir a invasores asiáticos o acesso da Europa Central

como servir de barreira protectora ao Ocidente. Daí a importância adquirida por esses recém-chegados — cujos territórios representam chave estratégica da defesa europeia.

Em parte movidos por tais considerações, em parte pelo zelo de levar mais longe a palavra cristã, vários missionários se dedicam à evangelização dos Húngaros. Saliente-se o bispo Piligrim de Passau, que aspira a obter do papa o título de metropolita das dioceses da Baixa Panónia e da Morávia.

Reina agora sobre os compatriotas de Arpad o príncipe Géza, que tende a ligar-se ao mundo ocidental. Cônscio da necessidade de estabelecer um *modus vivendi* com os vizinhos da Germânia e de Bizâncio, casou com a princesa eslava Adelaide, católica praticante, unida por laços de família a Adalberto de Praga. Sob a dupla influência da esposa e de Adalberto, dá em 973 o passo decisivo: solicita do imperador Otão II, chefe político da Cristandade europeia, a ida de missões católicas ao seu reino. Anos adiante, em 986, Géza e seu filho e herdeiro Vaik recebem o baptismo das mãos do próprio Adalberto. Com eles entram no seio da Igreja os principais senhores magiares e considerável número de homens e mulheres de todas as classes. Introduzido na comunidade das nações católicas, ainda Géza reforça os elos com o Ocidente ao casar Vaik em 996 com Gisela, filha do duque Henrique II da Baviera, próxima parente de Otão III — e pouco depois duas filhas suas com o rei Boleslau II da Polónia e o príncipe Gabriel Radomir da Bulgária.

Vaik significa em turco «chefe» ou «herói». Pelo nome de Estêvão (primeiro mártir do Cristianismo) o trocou o filho de Géza quando Adalberto de Praga o baptizou. Será, ao mesmo tempo, herói, chefe e apóstolo — já que, das premissas contidas na acção clarividente do pai, a quem sucede no trono em 997, sabe extrair todas as consequências. Géza preparou aquilo que Estêvão torna realidade: uma Hungria plenamente integrada na Civilização Ocidental — capaz de merecer lugar de primeiro plano no concerto europeu.

Antes de nada consagra-se à organização metódica da Igreja no seu país. E revela-se — como escreve Jorge Balanyi — «o mais convicto representante do Cristianismo fervoroso tal qual irradia do claustro de Cluny através do Mundo». Como centro eclesiástico da Hungria designa o convento beneditino de Martinsberga, fundado perto do lugar onde nasceu Martinho de Tours. Escolhe para seu primeiro abade um sacerdote de valor, Anastácio. Funda o arcebispado de Kalocsa, os bispados de Gyor, de Pécs, de Veszprém, de Vac, de Eger, de Bihar (Várad), da Transilvânia e de Marosvár (Csanád) e os institutos monásticos de Pannonhalma (onde se encontra a missão-chefe dos cluniacenses), de Pécsvárad, de Zalavár, de Zoborhegy, de Bakony. O zelo apostólico de Estêvão, o seu exemplo de virtude, a dedicação com que ele próprio se vota a difundir a mensagem

cristã — elevam ao maior grau a sua aura junto da corte pontifícia. Não admira que Anastácio, ido a Roma propositadamente para tal fim, obtenha de Silvestre II — ainda no crucial ano 1000 — a sagração do príncipe húngaro como «Rei Apostólico».

No regresso, o abade de Martinsberga e os seus acólitos trazem a coroa enviada pelo Pontífice. Formam-na quatro placas de ouro fino entrecruzadas e recobertas de esmaltes onde se vêem as imagens de Jesus e dos 12 Apóstolos. Estêvão aguarda-os na forte cidadela de Esztergom. Segundo uns ainda no ano 1000, em Székesféhérvar; segundo outros já em 1001, na futura metrópole de Gran, confiada a Anastácio — é o filho de Géza solenemente coroado rei da Hungria.

Durante o seu reinado, que se prolonga por cerca de quatro décadas, irá mostrar-se — na expressão de Southern — «governante de génio».

Sob todos os aspectos. Em primeiro lugar, como apóstolo do Cristianismo, conforme se sublinhou, ao dominar pelas armas os adeptos dos velhos cultos pagãos — desde Koppány, chefe do condado de Somogy, ao caudilho Gyula da Transilvânia. Estabelece um governo equitativo. Divide o território em províncias, à frente das quais os prefeitos *(voivodas)*, como outros *missi dominici* carolíngios, são fiéis executores das régias ordens e evitam os perigos de um feudalismo dispersivo. Acorrem hóspedes estrangeiros, como os príncipes ingleses Eduardo e Edmundo, filhos de Edmundo Ironside. A Eduardo dá mesmo o rei por esposa sua filha Ágata.

Na corte, salientam-se pelo relevo espiritual a rainha Gisela, os representantes do alto clero, Anastácio, Astric, Gerardo, Maurício, o príncipe herdeiro Emérico, cedo levado pela morte.

Antes de deixar por sua vez o mundo (1038) redige o rei Estêvão um testamento em que celebra as puras normas da fraternidade, da caridade e da justiça. Testamento que ajuda a compreender que menos de meio século corrido venha a ser incluído pela Igreja no rol dos santos.

O historiador britânico Tomás Macaulay resume assim o que o Ocidente lhe deve: — «Se a Hungria não tivesse existido, ensinar-se-ia hoje o Islamismo nos colégios de Oxford.» Essa Hungria de que fala Macaulay nasceu e florescerá pelo tempo adiante graças a Estêvão.

A realeza como sacerdócio

O caso modelar de Estêvão da Hungria coloca em plena luz a força da instituição real, tão saliente neste período. À volta do ano 1000 precisamente — aponta-o Daniel-Rops — é que a realeza principia a destacar-se entre os grandes factores de renovação do Ocidente. Pelo seu papel unificador e organizador, pela sua identificação substancial com o interesse da nação sobreposto e imposto aos particularismos egoístas, a realeza aparece,

nesta fase da evolução europeia, como necessário instrumento das transformações sociais que se processam — de que será a melhor garantia e o melhor estímulo. O rei, perante as rivalidades, emulações e lutas dos feudais, é claro símbolo de paz e de justiça — e também de protecção à Igreja, na sua disciplina como na sua moral.

Símbolo de paz e de justiça, concentra em seu redor o apoio e o respeito populares — já que se situa numa posição de árbitro entre homens ou grupos desavindos e de guardião supremo dos direitos, dos patrimónios, das liberdades. Autêntica *figura de missão* — colocada acima e à parte de quantas apenas se movem por vaidades ou cobiças individuais. Encarnação positiva e decidida do bem da comunidade — da sua salvaguarda contra tudo que lhe seja oposto, da sua sobrevivência ao longo dos tempos e das gerações.

E protector da Igreja — porque na Igreja vê a direcção da vida espiritual de todos e de cada um. Por isso mesmo a Igreja, receosa das ambições, querelas e violências dos feudais turbulentos, se mostra leal e firme aliada da realeza, que encontra, por natural inclinação e razão de ser, ao seu serviço. Daí vem para os monarcas a fonte do maior prestígio, a auréola que lhes concede uma espécie de valor transcendente.

Os reis são sagrados e ungidos. Ao sê-lo, recebem o mesmo santo óleo empregue na consagração sacerdotal; recebem também o anel e o báculo como os bispos — e assim ficam investidos no dever e no direito de reprimir heresias e de velar pela salvação eterna dos súbditos; recebem, por fim, a espada e o ceptro, sinais do poder para dominar e obrigar. Legitimamente usam o título de *vigários de Cristo*. Sacralizada desta maneira, a sua autoridade não sofre discussão nem limitação — desde que se mostrem de pleno acordo com os altos princípios em que ela se inspira e fortifica.

Repare-se na exortação solene dirigida aos soberanos durante a cerimónia da sagração, quando o oficiante lhes estende o ceptro régio: — «Recebe o ceptro, insígnia do poder real, justiceira vara do Reino, vara da força. Que ela te sirva para bem te dirigires a ti próprio; para defenderes, com a tua real força, contra os ímpios, a Santa Igreja e o povo cristão que Deus te confia; para castigar os maus, guiar os justos e ajudá-los a manter-se no recto caminho. E que tu mesmo venhas a transitar do reino deste mundo ao eterno Reino, com o auxílio do Senhor, cujo Reino e Império duram sem fim por toda a eternidade.» Eis como o rei ungido se converte em sacerdote do bem comum — do bem comum da nação em conjunto e dos vassalos, um por um. O poder de que passa a dispor transmite-lho Deus sob a forma de um sacramento.

Figura de missão por delegação divina, para governo dos homens — o rei-sacerdote é a nação personificada, na sua alma e no seu corpo, na sua existência simultaneamente espiritual e social, religiosa e política.

Ao passo que Estêvão, na Hungria, ilustra os benefícios da realeza unificadora e modeladora de nações — noutro quadro inteiramente diverso, em circunstâncias nada semelhantes, também os ilustra a nova dinastia dos Capetos posta, nos finais do século X, à frente dos destinos da França.

Já se sublinhou o difícil condicionalismo que a rodeia, visto o seu senhorio directo se exercer apenas sobre exígua nesga de território, em contraste com os enormes domínios dos feudais vizinhos. Alguns burgos quase isolados, ainda restos do velho património carolíngio, como Attigny e Compiègne; outros, pertencentes ao património robertiano, como Orleães, Dreux, Étampes, Senlis; e o solar parisiense — eis tudo, no começo. Mesmo aí, nesse condado dos mais restritos no mapa da França de então, uma série de encraves onde arrogantes senhores erigem fortalezas, cunham moeda, recebem menagem das populações. Quem, de início, aprecie em mera perspectiva feudal a situação de Hugo Capeto e dos seus sucessores imediatos, considerará sem dúvida a que ponto tal situação se manifesta precária e olhará com justificado pessimismo a sorte que os aguarda.

Mas é aqui exactamente que se revela — tanto mais impressionante quanto mais desfavoráveis as circunstâncias — o valor singularíssimo da instituição real. Cientes e conscientes da missão a cumprir, da responsabilidade a honrar, da obra a fazer — os primeiros Capetos encerram-se numa aparente e sensata modéstia, sem exibições de orgulho sobranceiro, sem excessos de ambição prematura, sem agressividades arriscadas e imprudentes. Como os historiadores do período quase unanimemente reconhecem, dessa modéstia acabam por tirar a sua força. São soberanos e suseranos. Utilizam, dentro do convencionalismo poderoso da pirâmide feudal, a sua qualidade de suseranos de todos os suseranos — para assentar numa proeminência de carácter simbólico, mas nem por isso menos eficaz, os alicerces da soberania. E procuram encarnar e fortalecer os dois encargos fundamentais que lhes cabem, e só a eles cabem: a distribuição da justiça, a manutenção da paz. Nunca perdem de vista o princípio condutor: que a coroa se identifica acima de tudo com a vida una e superior da comunidade, por sobre os mil interesses ou atritos parcelares. Ante a pluralidade das parcelas — são eles, por unção divina e função moral e social, quem deve representar a soma.

Homens excepcionais, os primeiros capetos? Nem por isso. Roberto, *o Piedoso,* sucessor de Hugo (996-1031), depois de repudiar a primeira mulher, Rozala (cujo dote, no entanto, conserva), casa com Berta, sua parente, e sofre por isso a excomunhão até consentir em abandoná-la e se unir a Constança da Provença. Tenta em vão adquirir a Borgonha, em longo conflito com Otão Guilherme, conde de Mâcon. «Rei medíocre», chama-

-lhe Guizot; mas nada perde da sua herança, e até ganha alguma coisa. Henrique I, a seguir (1031-1060), navega com perícia entre várias dificuldades, atreve-se a reclamar a Lorena ao potentado que é o imperador germânico e, ao ligar-se pelo matrimónio à princesa Ana de Kiev, dá início a uma política de relações e apoios com a Rússia em pleno crescimento. Filipe I, seu filho (1060-1108), evita as numerosas aventuras guerreiras que o tentam e confina-se, tal como os antecessores imediatos, no propósito simples de juntar algumas terras às que já possui.

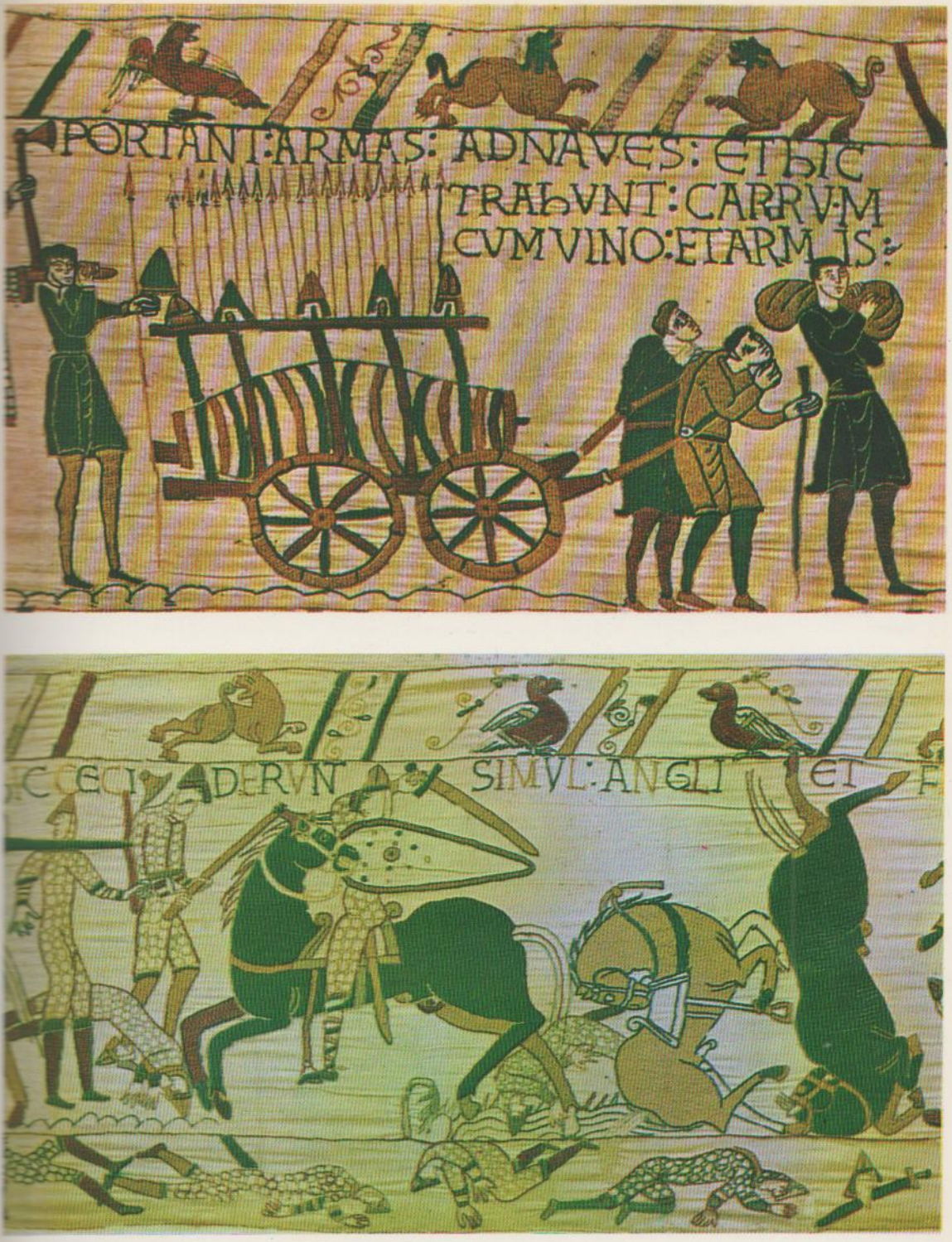
Nada disto é grandioso, decorativo, heróico. O certo, porém, é que, visto no mapa, o labor desses capetos da undécima centúria traduz-se por factos como estes: anexação dos condados de Sens e de Melun (1015) e, mais tarde, do condado de Dreux; instalação, por Henrique I, de seu irmão Roberto à cabeça do ducado da Borgonha; aquisição do Gâtinais por Filipe I (1069), sete anos depois (1076) do Vexin francês com Pontoise e Nantes e daí a um quarto de século do condado de Bourges. Deste modo arredondam pouco a pouco, num empreendimento incessante e tenaz, o domínio primitivo — e tendem a chamar à sua autoridade directa uma parte maior da terra francesa. Frisa, em oportuno comentário, Regina Pernoud, ao apreciar o saldo positivo dos continuadores de Hugo:

— «Os acréscimos que até aí se pediam às empresas guerreiras buscam-nos sobretudo nos casamentos vantajosos, nas heranças da larga parentela ... Por outro lado, gerem a sua pequena fortuna com minuciosos cuidados e dedicam à sua administração e à sua melhoria obstinado empenho que nos maravilha ... Essa aplicação às tarefas obscuras, esse misto de realismo e de espírito de justiça que demonstram a cada momento, essa arte de tirar partido de quaisquer oportunidades — tudo compõe uma sequência lógica de factos em que os acasos da existência acabam por apagar-se diante da vontade teimosa que, no fim de contas, há-de criar a unidade francesa.»

Claro que nesta altura ainda só principia a obra ingente dos Capetos. Ao marcar-lhe desde já a meta que visam — distante, por certo, mas que será atingida —, grava Regina Pernoud a legenda completa da sua obra histórica. Obra que se resume, com efeito, em transformar a França parcelada dos fins de Novecentos numa nação una, apta a conquistar, depois da sua unidade, a sua grandeza.

Consuma-se o Cisma Oriental

Ao desaparecimento de João Zimiscésio, quando se prepara talvez para efectuar o projecto da tomada de Jerusalém (976), segue-se em Constantinopla o reinado do maior dos macedónios, Basílio II. Luta primeiro com um perigoso vizinho, Samuel, caudilho dos Búlgaros, que tenta criar um império eslavo à ilharga de Bizâncio. A jornada das Portas Trajanas (986)



Dois pormenores da Tapeçaria de Bayeux que representa a conquista da Inglaterra pelo duque normando Guilherme (1066) e teria sido mandada executar por sua mulher, a rainha Matilde

Enfim, em 1043 — quando, aliás, a política de Constantino Monómaco é de franca aproximação com a Santa Sé — surge aquele que vai ser o autor da irremediável fractura: Miguel Cerulário, culto, duro, voluntarioso, de origem patrícia e até, na mocidade, candidato ao trono. Durante a primeira década do seu patriarcado, reserva-se e prepara-se. Em 1052 desmascara as baterias, ao fechar as igrejas e expulsar os monges que não queiram adoptar o rito grego. No ano seguinte a carta dirigida pelo arcebispo búlgaro Leão de Ácrida ao bispo de Trani contém uma série de insidiosos ataques à Igreja Ocidental: acusa-a de usar pão ázimo na liturgia da missa, de consentir o velho jejum hebraico aos sábados, de serem glabros os seus sacerdotes. O tom da carta e a maneira como se solidariza com ela o patriarca Miguel Cerulário mostram que se trata, na expressão de Garcia Villoslada, «de uma declaração de guerra».

Claro que Leão IX tem de reagir. Visto serem óptimas as relações com o imperador e oferecer-se este para medianeiro, envia três legados seus à capital bizantina: o cardeal Humberto de Silva Cândida, combativo teólogo, o chanceler Frederico de Lorena e o arcebispo Pedro de Amalfi. Acolhidos com todas as honras pelo basileu, deparam em Miguel Cerulário aversão e insolência. Nenhum caminho abre para negociações e quanto às questões dogmáticas responde com soberba só estar disposto a discuti-las num concílio de prelados orientais, a que deverá presidir.

Com certa imprudência — tanto mais que a morte, em Abril, do Sumo Pontífice, de quem são representantes directos, fez cessar os seus poderes — os legados romanos, a 16 de Julho de 1054, diante de vasta assembleia clerical e popular reunida na Catedral de Santa Sofia, depositam sobre o altar um documento em que, mencionados os erros e heresias de que se tornou réu, formulam contra o patriarca de Constantinopla a sentença de excomunhão. Cerulário amotina a populaça, reúne à pressa um sínodo da Igreja Oriental em Santa Sofia e, com a maior solenidade, oito dias depois do acto teatral dos legados, procede a outro acto teatral de sentido oposto: faz queimar numa praça, diante do povo, a bula de excomunhão — enquanto, por um edicto sinodal, a Igreja Latina é apontada como inimiga da autêntica religião, da qual evidentemente a Igreja Oriental se pretende única intérprete idónea, com o patriarca de Constantinopla a comandá-la.

Está consumado o cisma que, para muitos, então, não passa de mais um incidente entre Roma e Bizâncio, incidente a resolver num prazo mínimo — mas que persistirá ao longo dos tempos. Cisma que divide a Cristandade em duas largas fracções separadas — e torna mais fundo o abismo entre o Oriente e o Ocidente.

Falecido Alfredo, *o Grande,* ao abrir da décima centúria (901), durante quase toda ela a Inglaterra vive em relativa prosperidade e em relativa paz. Um governo moderado, mais aristocrático que autocrático, exercido sobretudo pelo *Witenagemot,* assembleia de grandes senhores feudais, de altos funcionários e de prelados — conduz sem atritos esse povo de agricultores, cioso das suas liberdades e, antes de nenhuma, da liberdade de trabalhar e explorar a terra. O trono procura sobretudo o apoio do clero: daí a preponderância do notável Dunstan, reformador de igrejas e de conventos dentro da linha-mestra de Cluny. Após Ethelstan (925-940), neto de Alfredo, *o Grande,* que domina os galeses da Cornualha e chega a tomar o título de imperador, os soberanos que se seguem — Edmundo (940-946) e Edred (946-955) — fazem de Dunstan, então bispo de Glastonbury, o conselheiro mais escutado. Edwig, que reina de 955 a 959, exila-o da corte. Mas com Edgar (959-975) o seu valimento sobe ao apogeu e é nomeado arcebispo de Cantuária e primaz da Inglaterra.

Etelredo, sucessor de Eduardo, *o Mártir* (975-978), é um impulsivo que se nega a ouvir conselhos prudentes. A falta de Dunstan (988) cava mais o vácuo à sua volta e as coisas vão de mal a pior quando reaparecem, sob o comando do arrojado Olavo Tryggvasson, as incursões dos *Vikings* (991). Incapaz de resistir-lhes, procede Etelredo como os fracos carolíngios da decadência: compra a retirada dos invasores a peso de ouro. Para isso lança pesadíssimo imposto que, destinado aos dinamarqueses, tem o nome de *Danegeld.* Busca um apoio externo — e casa com a filha do duque Ricardo I da Normandia, Ema. Logo, inclinado à temeridade, aproveita a ausência de Svend, rei da Dinamarca, e ordena traiçoeira matança de dinamarqueses; entre as vítimas figura a princesa Grunilda, irmã de Svend. Essa noite sinistra de 13 de Novembro de 1002 — dia de S. Brício — virá a ser fatal à dinastia inglesa. Svend volta animado de propósitos de vingança. Fixa-se no Norte e no Centro do país, e quase lhe termina a conquista. Seu filho Canuto prossegue-lhe a obra e, liquidado Etelredo no cerco de Londres e vencido o resto das suas tropas em Assandum (1016), torna-se rei da Inglaterra inteira, acatado por todos os chefes locais (1017).

O seu poder consolida-se quando propõe casamento a Ema, viúva de Etelredo, que lhe vale a aliança normanda. Autêntico estadista, senhor de largo império marítimo, já que reúne à sua coroa a Dinamarca, a Noruega, parte da Suécia e comanda as grandes vias comerciais do Norte da Europa, adepto fervoroso do Cristianismo, cuja expansão favorece em todo o mundo escandinavo — Canuto faz-se também amar das populações. Os 18 anos do seu reinado são calmos e felizes.

Harmonia passageira — que a fortuna não deixa durar muito. Moço ainda, leva-o a morte aos 40 anos (1035). Logo a Noruega se torna

independente. Seus dois filhos, primeiro o bastardo Haraldo (até 1040), depois o legítimo Harthacanuto, sucedem-lhe. Em 1041, porém, Harthacanuto chama para junto de si o último herdeiro de Etelredo, Eduardo, até então no exílio. E indica-o para suceder-lhe. Em 1042, Eduardo, *o Confessor,* é aclamado e no ano seguinte coroado em Winchester.

Pessoalmente virtuoso e devoto — por isso lhe atribuem o cognome de *o Confessor* — Eduardo traz, em si mesmo, uma contradição que dará origem a dificuldades insolúveis. Habituado a viver entre normandos e de sangue normando pela mãe, fez-se acompanhar de grande número de compatriotas de Ema e na sua corte os ingleses sentem-se preteridos. A resistência que lhe opõem tem à frente o poderoso Godwin, a quem Canuto deu o condado de Wessex. Casa o soberano com Edith, filha de Godwin; o casamento, porém, é estéril. Estala o conflito entre Godwin e o rei — que, por natural inclinação, recorre à aliança normanda e promete a sucessão da coroa ao duque Guilherme. Resolve então depor Godwin; os dois filhos, Haroldo e Tostig, levantam o grito da rebelião (1051). Desaparecido Godwin, o prestígio de Haroldo, feito conde de Wessex, avoluma-se através de brilhantes empresas militares, numa das quais conquista definitivamente o irrequieto País de Gales (1063). Desde aí o próprio Eduardo tem de curvar-se ante o seu ascendente e parece aceitá-lo por sucessor. Os últimos anos da vida do soberano mal contam. Absorve-se cada vez mais na vida religiosa e recolhe-se à Abadia de Westminster, cuja edificação é a glória maior do reinado. Quando se extingue, em 1066, a situação atingiu o ponto de crise — e só poderá decidir-se por um acto de força.

Três candidatos se apresentam: Haroldo de Wessex; Guilherme da Normandia; e até o rei da Noruega, Haraldo Haldrada, que sonha restabelecer a soberania dos Escandinavos e reatar assim a tradição interrompida desde a morte de Harthcanuto. O mais próximo é Haroldo, que encarna o «partido saxão» contra as duas candidaturas estrangeiras e exerce influência determinante sobre o *Witenagemot.* Logo no dia seguinte ao do falecimento de Eduardo, *o Confessor,* a 6 de Janeiro de 1066, a soberana assembleia reúne-se após os funerais em Westminster e proclama a realeza do filho de Godwin.

Mas Guilherme da Normandia é o mais poderoso. Nascido dos amores do duque Roberto e de Herleva (segundo Orderic Vital) ou Arlot (segundo Wace), filha de um curtidor de Falésia, foi, apesar de bastardo, declarado herdeiro pelo pai, antes da partida do duque para uma romagem à Terra Santa (1034). Dessa romagem não voltou Roberto, cujo falecimento parece datar dos meados de 1035. Já pela tendência habitual dos feudais para sacudirem jugos unificadores, já pela bastardia da criança investida graças a simples acto da vontade paterna, numerosas insurreições se verificam durante a menoridade de Guilherme. Mal o jovem duque, cerca dos 18 anos, toma conta do Poder, as coisas mudam. No recontro deci-

sivo de Val-ès-Dunes (1047), mercê da ajuda recebida do seu suserano, Henrique I de França, os revoltosos são desbaratados. Daí por diante, através de vigorosa política autoritária, Guilherme faz da Normandia um dos Estados mais bem constituídos e militarmente mais possantes da Europa da época. O casamento oportuno com Matilde, filha do conde da Flandres (1050), assegura-lhe a amizade desse vizinho até então ameaçador. E como a Igreja protesta devido ao parentesco dos cônjuges e até o excomunga em 1053, trata de merecer o retorno das boas graças pontifícias não só pelo zelo na erecção de novas abadias mas também pela escolha do frade trinitário Maurille, pessoa da inteira confiança do papa, em 1055, para arcepisbo de Ruão. Não tardam a ser bem sucedidas em Roma as diligências do prestigioso teólogo Lanfranc e é legitimado o matrimónio.

De longe coloca pois Guilherme habilmente as pedras para garantir o êxito das suas aspirações à coroa de Inglaterra — que, não se esqueça, Eduardo, *o Confessor,* lhe prometeu em 1051. Cultiva no maior grau o ambiente favorável criado pelos muitos normandos influentes na corte britânica e prepara as hostes de modo a valerem-lhe superioridade incontestável. Golpe de mestre, a juntar a todos os outros: em 1064, quando o próprio conde de Wessex, o rival mais perigoso, surge na Normandia, devido a um temporal que lhe atira a embarcação para as costas do Norte da França ou porventura no desempenho de secreta missão do seu rei, Guilherme trata-o como futuro vassalo, arma-o cavaleiro por suas mãos na campanha em torno de Dinant (acto simbólico que o torna suserano do hóspede) e arranca-lhe juramento formal de pleno acordo, e até de leal auxílio, como herdeiro presuntivo de Eduardo, *o Confessor.*

Quando a crise se declara tem no seu jogo todos os trunfos. Apenas conhece a notícia da morte de Eduardo, invoca a promessa de 1051 e denuncia Haroldo como perjuro, visto se ter apoderado da coroa depois de haver reconhecido que lhe pertence.

Na atmosfera do tempo, em plena observância das leis da cavalaria, a acusação de perjúrio suscita larga impressão, rende-lhe apoio generalizado. A Roma papal não hesita em se definir completamente a seu favor. As tropas expedicionárias que reúne são designadas como *militia Sancti Petri* e levam o estandarte enviado pelo pontífice, assim como um anel que contém preciosa relíquia do Príncipe dos Apóstolos. Engrossam as suas fileiras gentes de várias origens, inclusive da longínqua Sicília: todos anseiam por se bater sob o comando do paladino abençoado pela Igreja.

Do outro lado da Mancha, Haroldo vê-se a braços com problemas ingentes. À luta que já espera com o duque da Normandia junta-se a ameaça directa e imediata da invasão norueguesa — tanto mais que Haraldo Haldrada encontrou em Tostig, movido pelo despeito e por inimizade já antiga ao irmão, aliado imprevisto. A armada nórdica atinge a embocadura do Tyne no Yorkshire e os invasores descem ao longo do Amber, apoderam-se de

Iorque, depois de uma refrega em que os anglo-saxões são destroçados. Acorre Haroldo com reforços agrupados à pressa e o choque dá-se a 25 de Setembro (1066) em Stamforbridge. Vitória total dos Ingleses: entre os mortos figuram Tostig e o soberano da Noruega.

Mas não tem tempo de regozijar-se o conde de Wessex. Quatro dias depois, no dia consagrado ao Arcanjo S. Miguel, de especial devoção entre os Normandos, a expedição de Guilherme desembarca nos areais de Pevensey. Haroldo precipita-se, chama angustiadamente às armas todos os que lhe obedecem e à frente de alguns milhares de soldados posta-se na colina de Senlac, próxima a Hastings, ao saber, no dia 14 de Outubro pela manhã, da rápida aproximação do inimigo.

As primeiras flechas são lançadas pelos arqueiros normandos, que os britânicos rechaçam e dizimam. Pela tarde adiante o duelo encarniça-se, entre os ligeiros e impulsivos cavaleiros franceses e os pesados *house-carls,* colados ao solo pelas armaduras de ferro e com seus machados gigantescos a descrever torvelinhos de morte. Corre o boato de ter sido abatido Guilherme; esboça-se mesmo a debandada ... O duque, porém, levanta a viseira, mostra-se aos combatentes, avança à frente de nova carga de cavalaria. Afinal é Haroldo quem vem a cair na batalha, alcançado por uma seta em meio dos seus.

Nada podem já contra o inexorável destino os últimos sustentáculos da resistência. Ainda tentam erguer ao trono o jovem Edgar, bisneto de Etelredo. Recusa-se este, contudo, a aceitar a coroa e vem prestar homenagem, com os membros do alto clero, os condes Edwin e Morcar e os próceres londrinos ao vencedor de Hastings.

Na festa do Natal do mesmo ano de 1066, Guilherme, *o Conquistador,* duque da Normandia, é solenemente coroado rei da Inglaterra em Westminster, numa cerimónia que tem por oficiante o bispo Ealdred de Iorque — entre vibrantes aclamações populares.

Desenvolve esforço considerável no sentido da reorganização das estruturas do seu novo reino — quer pela obediência a que sujeita gradualmente os feudais; quer pelo metódico inventário condensado no famoso *Domesday Book,* mercê do qual se torna possível fixação equitativa dos impostos; quer pela importante reforma eclesiástica e monástica do sábio Lanfranc, erguido em 1070 a primaz da Inglaterra e a arcebispo de Cantuária.

Ao morrer, em Setembro de 1087, deixa um país unificado e renovado que, tanto no campo da vida espiritual e da cultura como no das instituições políticas e administrativas, integrou nos quadros da evolução europeia. Por isso Henrique Pirenne lhe definiu a obra como «europeização da Inglaterra».

Ou seja vítima de grave doença, após nova expedição a Castela, onde destruiu o Convento de S. Millán de la Cogulla; ou sucumba, de acordo com certos velhos cronistas, aos ferimentos recebidos numa suposta batalha de Calatañazor — de qualquer modo termina *Almançor* a sua carreira em Medinaceli, pelo ano de 1002. O *Cronicón Burgense,* com ódio bem explicável ao destruidor do Santuário de Compostela, resume assim o acontecimento: — «El año 1002 murió Almanzor y fué enterrado en los infiernos ...»

Uma vez desaparecido o terrível general, a Espanha muçulmana tende à anarquia. Poucos anos dura seu filho Modáfar, que ainda sufoca insurreições e obtém vantagens contra os Cristãos. Em 1008 sucede-lhe um irmão, Sanxol, medíocre e cercado de inimigos. Vários caudilhos — Moamed Almahdi, Soleimão, Wadih, o fraco e vacilante califa Hixão II, outros — empenham-se em lutas sangrentas. Revoltados por haverem sido preteridos, os Berberes, capitaneados por Soleimão, tomam e saqueiam Córdova em Abril de 1013, mas as alternativas continuam. Dois Abder-Rhaman — o IV e o V — são efemeramente erguidos ao trono. Outro Hixão — o III —, restaurado em 1027, não consegue sustentar-se: nos finais de 1031 é feito prisioneiro. Os sublevados, em vez lhe substituírem quem quer que seja, preferem dar o califado por abolido. Nesse momento acaba o predomínio de Córdova; com ele acaba também a unidade da Espanha islâmica.

Divide-se agora nos chamados reinos de «taifas», pequenos Estados que se agrupam à volta das principais cidades — onde preponderam os tiranetes locais. Pela facilidade com que nesses estados minúsculos se sucedem repentinas mutações, a história dos reinos de taifas não foram sequência lógica. De vez em quando desagregam-se ou congregam-se em novos aglomerados — e assim a parte da Península em poder dos sequazes de Alá torna-se *puzzle* indefinido e fluido, no qual tudo se complica e se desfaz a cada passo. É para admirar que das anteriores actividades culturais e artísticas alguma coisa subsista — e apareçam figuras como os vizires judeus Samuel e José Ibn Naghdela em Granada, além do notável Ibn Gabirol da *Fons Vitae,* poeta e filósofo que, sob o nome de *Avicebrão,* tanto influirá na especulação medieval (1021-1058?).

Como é lógico, os paladinos cristãos da Reconquista aproveitam-se da situação. Perante um adversário fragmentado e enfraquecido lançam frequentes ofensivas e conseguem apreciáveis progressos. Desde Sancho, *o Grande,* da Navarra (994-1035), que une sob o seu ceptro Leão, Castela e Aragão, até Fernando Magno (1035-1065), que lhes junta a Galiza, transforma em tributárias as taifas de Toledo, Saragoça e Badajoz, conquista Viseu, Lamego (1057) e Coimbra (1064) e desloca as fronteiras da linha do Douro à linha do Mondego — a avançada é visível e impres-

sionante. Repare-se que nos domínios de Sancho como nos de Fernando coincide com a penetração das armas cristãs a dos evangelizadores de Cluny: em 1025 o abade Paterno, enviado pelo rei a colher o ensinamento de Odilão, inaugura a reforma cluniacense no Mosteiro de S. Juan de la Peña; em 1030 estabelece-a em S. Millán de la Cogulla; em 1032 em Oña, sob a direcção do abade Garcia; em 1033 em Cardeña e nos conventos navarros de Irache, Leyre e S. Victoriano de Asán. Fernando Magno segue na mesmo esteira e até contribui generosamente para a Abadia de Cluny com a soma de 1000 moedas de oiro anuais.

Mais longe irá ainda seu filho Afonso VI (1065-1109), sob o qual novamente se aglutinam Leão, Castela, Galiza, parte da Navarra e de cujo reinado data a fundação do célebre Mosteiro de Sahagun (1078), que terá entre os Espanhóis papel comparável ao da própria Cluny.

Afonso VI aspira a reconquistar a Península inteira. Em 1082, para castigar Sevilha, põe-lhe cerco, devasta as terras vizinhas, atinge mesmo o litoral do extremo sul em Tarifa. Mete o cavalo pelas águas azuis do Mediterrâneo e tem a conhecida frase histórica: — «Estas praias, derradeiro limite da Espanha, pisei-as eu!»

Três anos corridos, mercê de hábil política, assegura o governo de Toledo ao seu protegido Al-Cádir, que não tarda a ceder-lha. A 25 de Maio de 1085 faz a sua entrada na capital tradicional dos Visigodos — e deve legitimamente supor estar prestes a conseguir dar plena realidade ao seu sonho.

Intitula-se então imperador, *Toleti Imperii Rex*. Da linha do Mondego desceu já à linha do Tejo. A breve aventura de Tarifa encheu-o de natural orgulho e da esperança de ali voltar, não como simples comandante de cavalgada transitória mas como soberano que restitua à Espanha a total independência e dela expulse definitivamente os últimos cavaleiros de Maomet.

Na hora em que recupera Toledo, ao ver apenas na sua frente um punhado de aventureiros africanos ou árabes à testa de insignificantes Estados desavindos, por que não há-de Afonso VI julgar que a Península virá a ser, num breve prazo, toda sua?

Aumenta a irradiação cluniacense

Depois da morte de Gerberto em 1003, nova série de candidatos impostos pelas duas grandes famílias influentes dos Crescêncios e dos Tusculanos volta a deslustrar o prestígio da tiara.

Assim, os imediatos seguidores de Silvestre II — João XVII (1003), João XVIII (1003-1009), Sérgio IV (1009-1012). Bento VIII (1012-1024), apesar de manifestar inteligência e energia, entrega a administração dos bens da Igreja a seu irmão, que tudo prepara de forma a suceder-lhe sob

o nome de João XIX (1024-1033): verifica-se até o facto escandaloso de se tratar de um leigo que, para se apossar do sólio pontifical, recebe, num dia apenas, todos os graus da clericatura! Depois, outro homem dos Tusculanos: Bento IX (1033-1045), elevado ao papado na idade de 12 anos e que, pelos seus desregramentos de toda a espécie, provoca a indignação pública e é deposto por uma revolta popular. Os Tusculanos voltam a restaurá-lo. Então, receoso, decide vender a dignidade pontifícia a seu padrinho João Graciano — o qual toma o nome de Gregório VI. Tenta este, que parece haver procedido de boa-fé e com louváveis intuitos, entrar num caminho francamente moralizador. Não lho permitem as facções patrícias. Os Tusculanos promovem o restabelecimento de Bento IX, enquanto os Crescêncios suscitam outro pontífice, o bispo de Sabina — com a designação de Silvestre III.

Existem nesta altura três papas simultâneos. O escândalo foi demasiado longe — e não tarda o clamor dos descontentes a solicitar e a obter intervenção decisiva que lhe porá cobro.

A par de tais acontecimentos, que tornam de novo mais agudo o problema da independência do Chefe da Igreja, dois grandes males corroem a vida da mesma igreja, ofendem a consciência dos verdadeiros católicos, dia a dia mais ansiosos por indispensável mudança de rumo. Dois grandes males geralmente conhecidos por *nicolaísmo* e *simonia.*

O nicolaísmo — assim chamado por alusão a certo Nicolau, dirigente de uma seita herética dos tempos primitivos, dada a práticas imorais — relaciona-se com a corrupção de numerosos membros do clero, que, escolhidos por vezes em ambientes alheios à disciplina religiosa, mantêm, uma vez investidos em funções eclesiásticas, os seus costumes dissolutos. Quando não achem natural ser casados (apesar de vir de longe, desde o remoto Concílio de Elvira, no século IV, a luta pelo celibato dos clérigos), preferem dividir-se entre várias concubinas. A todos os apelos e rigores pontifícios teimosamente resistem. E a desmoralização persiste, agrava-se em muitos lugares.

Quanto à simonia — de Simão, *o Mago,* de quem os *Actos dos Apóstolos* contam haver oferecido dinheiro aos primeiros companheiros de Cristo para lhe concederem o poder apostólico de comunicar, pela imposição das mãos, o Espírito Santo — consiste no repugnante comércio em torno dos altos cargos da Igreja e que se exerce mesmo a propósito de determinados sacramentos. Generaliza-se o hábito de negociar principalmente a atribuição da dignidade episcopal ao sabor da política e dos interesses, não só porque dela provém larga influência, mas também porque lhe estão quase sempre unidas importantes fontes de rendimento. Deste modo se introduzem nas fileiras do sacerdócio impuros fermentos de avi-

dez, de ambição, de conquista de bens materiais — com flagrante menosprezo da missão espiritual que lhe é própria.

Contra tudo isto avoluma-se a impaciência dos que aspiram a ver a Igreja liberta de quanto a adultera ou compromete. É preciso que a reforma se decida a retomar a ofensiva.

Um dos grandes centros animadores dessa ofensiva urgente continua a ser, cada vez mais — Cluny. O trabalho preparatório de Bernon e Odão, a sistemática expansão no tempo de Mayolo foi, ao longo da décima centúria, fase de avisada sementeira. Por isso mesmo, como assinala o professor oxoniano Southern, Cluny, durante o século XI, torna-se «o traço de união entre os homens de toda a Europa». Muito especialmente por ter à sua frente, ao longo de mais de cinco décadas (994-1049), o «único homem de verdadeira estatura europeia do seu tempo».

Trata-se de Odilão, acertadamente escolhido por Mayolo como sucessor. Originário de uma família nobre da Auvergne, muito cedo — conta, na *Vita Sancti Odilonis,* o biógrafo Jotsaldo — se sente invadido por misterioso apelo e, ao encontrar no seu caminho um templo deserto, vai ali prostrar-se de joelhos e consagrar-se, por voto espontâneo, irremissível, ao serviço de Deus. Desde então absorvem-no as práticas ascéticas — e nada o satisfaz como, em solidão total, orar e meditar nos temas essenciais do humano destino à conquista da eterna vida.

Integrado no Mosteiro de Cluny, embora sem perder as suas características naturais — chama-lhe o douto Fulberto de Chartres «arcanjo entre monges» —, compreende que deve superar o amor ao isolamento para desempenhar a função de chefe de forte milícia espiritual. E consegue ampliar sob muitos aspectos a obra dos predecessores e o ascendente da congregação. Não abandona, todavia, a doçura e a caridade, que preza acima de tudo. Uma frase sua, reproduzida por Jotsaldo, serve-lhe de auto-retrato: — «Prefiro invocar a misericórdia do supremo Juiz para que me seja perdoado algum excesso de misericórdia a ser impiedosamente condenado por qualquer falta de piedade ...»

Goza Odilão de extraordinário valimento junto dos papas — mesmo dos papas do triste período de crise, como Bento VIII e João XIX —, dos imperadores germânicos, do rei da França Roberto, *o Piedoso,* de Estêvão da Hungria, do soberano da Navarra. Todos lhe querem e o louvam, todos o consultam a cada passo e lhe acatam respeitosamente conselhos e alvitres. O mesmo sucede com os grandes senhores dos Estados vizinhos, perante os quais a sua irradiação se mostra determinante e fecunda: Ricardo II da Normandia introduz sob a sua égide a reforma cluniacense nos mosteiros do ducado — que tem em Fécamp o principal núcleo e daí alastra ao monte Saint-Michel, a Saint-Ouen, a Jumièges; Guilherme V da Aquitânia mostra-se amigo e adepto dos mais activos; Rodolfo III da Borgonha funda

dois novos conventos onde a regra de Cluny impera: o de S. Vítor e o de Bevaix. Grande parte do tempo, dedica-o Odilão a viajar sem descanso, em visita aos numerosos institutos monásticos obedientes ao seu comando. Assim consolida os laços que asseguram firme unidade de métodos, de actividades, de ideais.

O apogeu da influência de Cluny virá a definir-se ainda melhor com o seu sucessor, Hugo, filho do conde de Semur, na Borgonha. Erguido a «Abade dos abades» em 1049, apenas com 25 anos, também confidente de pontífices e de monarcas, tão notável pelo ascetismo como pelo génio diplomático — virá a ser, na dupla qualidade de guia e de medianeiro, um dos genuínos construtores da Europa medieval.

O «Papa itinerante»

A desejada intervenção na crítica situação do Papado — há tanto tempo dependente das facções romanas — dá-se finalmente em 1046, graças ao imperador germânico Henrique III. Desde a era de Otão III e de Gerberto, os soberanos alemães conservam-se à margem. Henrique II (1002-1024), imediato sucessor do idealista do império ecuménico, permaneceu no seu país, a fim de reconciliar com o trono os compatriotas, magoados pelo facto de se haver mudado para Roma a corte imperial. Conseguiu reconquistar a Boémia e unir a Lorena aos seus domínios — de acordo com a legenda que escolheu: *Renovatio Regni Francorum*. Apesar da dureza com que fez pesar a sua autoridade sobre os feudais de além-Reno e da Itália e do modo como dispôs, um tanto arbitrariamente, das sedes episcopais — recebeu o cognome de *Santo* e foi canonizado pela Igreja, assim como sua mulher, a imperatriz Cunegundes. Conrado II (1024-1039), primeiro representante da nova dinastia da Francónia, ocupou-se sobretudo com problemas internos: reconheceu a hereditariedade dos pequenos feudos para os ligar a si e pôr em xeque os maiores. E teve a boa fortuna de herdar a Borgonha por cedência de um rei sem sucessão. Mas transigiu demasiado com os patrícios fabricantes de papas, nomeadamente com Albérico de Túsculo.

Agora, porém, chega Henrique III a Roma. Estadista de pulso e, quando necessário, enérgico batalhador (prova-o ao sufocar as novas pretensões da Boémia à independência e ao intervir a favor do rei da Hungria — de tal sorte que, salienta Hermann Pinnow, «o Império atinge com ele a sua máxima extensão», do Reno aos Cárpatos, do Eider ao sul de Roma) — tem alto sentido da fé, da justiça, da cultura. Cluny encontra no imperador aliado convicto: o seu maior desejo é fazer que o espírito reformador prevaleça no sólio pontifício, restituído à plena dignidade. Intervém por isso com firmeza na altura em que, dramaticamente retalhada pelo conflito dos três papas simultâneos, a Cristandade se revolve em dolorosa confusão.

Antes de nada, faz Henrique III convocar um sínodo em Sutri (Dezembro de 1046) que depõe Gregório VI e Silvestre III. Pouco adiante, no mesmo mês, outro sínodo reunido em Roma por iniciativa do imperador depõe igualmente Bento IX. Ainda mercê da sua influência sobe ao trono pontifício Svidger, bispo de Bamberga, sob o nome de Clemente II. Procede o Santo Padre à coroação solene de Henrique e logo no sínodo de 5 de Janeiro de 1047 decreta severas medidas contra os actos de simonia. O falecimento do pontífice no mesmo ano e o do seu sucessor, Dâmaso II, no ano seguinte, abrem de novo a vacatura da Cadeira de Pedro. O imperador mostra então superior critério ao escolher Bruno, bispo de Toul, para cingir a tiara.

Homem de crenças profundas, intensamente partidário do espírito de reforma, Bruno de Toul compreende que o primeiro passo é garantir absoluta independência do Papado ante os poderes temporais. Logo o manifesta na resposta que dá ao imperador, depois de tentar escusar-se às suas instâncias: — «Bem, irei a Roma e se ali o clero e o povo espontaneamente me elegerem, será como desejais; de outro modo não aceitarei eleição de qualquer espécie.» Aqui se sublinha a intenção de não dever ao soberano a dignidade pontifícia — o que é, ao tempo, novidade sintomática.

Dirige-se pois a Roma o bispo de Toul — decidido a trilhar caminhos novos. Leva consigo duas figuras representativas: o frade de Moyenmoutier Humberto, reformador severo, do qual fará em breve cardeal-bispo de Silva Cândida, mais tarde legado pontifício a Constantinopla e cujos três livros do tratado *Adversus Simoniacos* constituirão verdadeira cartilha do ciclo agora aberto na história da Igreja; e outro monge de férrea vontade, de quem não tarda a sentir-se a dominadora presença: Hildebrando, confidente e amigo de Gregório VI, que permaneceu alguns meses em Cluny e se impregnou por completo das teses ali defendidas. Em Itália encontrará um terceiro colaborador: Pedro Damião, também monge beneditino, que deixou assinalada a sua passagem nos conventos acabados de fundar em Camerino, Perúsia e Rímini e se tornou célebre pelo veemente tratado *Gomorrhianus*. Pela eloquência como pelo desassombro Pedro Damião ocupa lugar dos primeiros no estado-maior da campanha que se inaugura.

Erguido entre ovações ao sólio pontifício, Bruno de Toul, que toma o nome de Leão IX, chama a si a chefia dessa campanha. Ciente das responsabilidades a assumir e da batalha a travar, em vez de confinar-se, como os predecessores imediatos, a uma apática na corte romana, é, como resume Villoslada, «um papa itinerante». Constantemente se desloca através da Itália, da Alemanha, da França — a presidir assembleias do clero, a castigar abusos, a suspender ou condenar prelados indignos, sacerdotes simoníacos ou corruptos. Entre os seus decretos recorde-se muito particularmente o do Concílio de Reims (1049) em que determina: — «Nin-

guém pode ser elevado a uma dignidade eclesiástica sem a eleição pelo clero e pelo povo.» É a transformação em lei da Igreja do critério usado por ele próprio na ascensão ao pontificado; e é reacção formal contra as investiduras laicas.

Os últimos anos de Leão IX são amargurados pela expedição militar que empreende contra os normandos do Sul da Itália. Marcha à frente das tropas e no infeliz recontro de Civitella del Tronto (Junho de 1053) é vencido e feito prisioneiro. Alguns meses permanece cativo e só volta a Roma para ali ter serena morte, em Abril de 1054 — sem chegar a receber a dolorosa notícia da separação da igreja oriental.

Novas alianças

O impulso dado por Leão IX não se interromperá mais. Antes vai adquirir sempre maior força.

Escolhido também por Henrique III — a quem se dirige uma embaixada do alto clero na qual figura Hildebrando —, o pontífice seguinte é Gebardo de Galw, bispo de Eichstadt, outro partidário da reforma, aclamado na Páscoa de 1055 com o nome de Vítor II. Reúne um concílio em Florença e dois em Lião e Toulouse. Em todos procura reprimir com vigor o nicolaísmo e a simonia. No ano de 1056 vai à Alemanha pedir socorros contra os Normandos; mas encontra Henrique III tão gravemente enfermo que só pode assistir-lhe ao fim. Assiste também à proclamação do jovem herdeiro, Henrique IV, criança de 6 anos, sob a regência da imperatriz — Inês de Poitou, filha de Guilherme V da Aquitânia —, conhecida pela sua dedicação à Igreja e à causa da reforma. Morre pouco depois, em Arécio, a 28 de Julho de 1057.

Aproveita-se em Roma o facto de o imperador se achar ainda na infância e elege-se papa Frederico de Lorena, abade de Monte Cassino, que toma a designação de Estêvão IX. Desta maneira se esquece intencionalmente o chamado *privilégio de Otão,* pelo qual o fundador do Sacro Império Germânico assegurava, para si e seus sucessores, o direito de receber o juramento de fidelidade de todo o candidato a sumo pontífice antes da consagração em Roma. Informada por Hildebrando, que se desloca para tal à corte germânica — a imperatriz Inês nem mesmo protesta e sanciona tudo com a sua aprovação formal.

Estêvão IX também faz curta passagem pela Cadeira de Pedro — alguns meses apenas. Só tem tempo para evidenciar-se como adepto declarado da reforma, na esteira dos antecessores — e para nomear Pedro Damião cardeal-bispo de Óstia e estimular Humberto de Silva Cândida a redigir, por essa altura, o tratado famoso contra os simoníacos.

À morte de Estêvão IX, encorajados pela falta de intervenção do imperador, tentam os condes de Túsculo readquirir a antiga preponderância e levantam de improviso um papa que se intitula Bento X. Não se conformam os principais representantes do alto clero que, na presença de Hildebrando, se juntam em Siena e escolhem o bispo Gerardo de Florença, candidato protegido pelo duque Godofredo da Lorena, governador imperial da Itália. E inicia-se o pontificado de Nicolau II.

Pontificado não também muito longo, mas que nos três anos incompletos da sua duração fica assinalado por dois acontecimentos de real transcendência — sobretudo o primeiro — para a vida da Igreja.

Em Abril de 1059 Nicolau II convoca para Latrão um concílio no qual participam numerosos prelados. Nesse concílio tomam-se determinações do maior alcance — desde a condenação do herético Berengário de Tours às severas medidas contra os sacerdotes em estado de concubinato e contra a simonia sob qualquer das suas formas. Proíbe-se expressamente a investidura laica, em termos directos e claros que significam avanço flagrante sobre o texto de Reims, 10 anos atrás, pois se estipula: — «Sob nenhum pretexto o sacerdote deve aceitar uma igreja de um leigo, quer gratuitamente, quer por dinheiro.» Acima de tudo, porém, regula-se em novas bases a eleição pontifícia, de modo a subtraí-la por inteiro tanto à soberana vontade do imperador da Alemanha como às conjuras e intrigas dos patrícios romanos. Eis o passo essencial do decreto de 1059: — «Decidimos que, à morte do Sumo Pontífice da Igreja Romana e Universal, primeiro os cardeais-bispos tratem com a maior solicitude da escolha do sucessor. Que se reúnam depois com os cardeais-clérigos, com o restante clero e com o povo a fim de obter a sua anuência à nova eleição. Estabelecemos este sistema para que o fermento da venalidade se não insinue sob nenhum aspecto neste assunto e para que homens eminentemente religiosos sejam os promotores da eleição e que os outros os sigam.» Recomenda por fim o decreto que a escolha recaia, se possível, entre os membros romanos da Igreja; e acrescenta-se a cláusula «salvas a honra e reverência devidas a Henrique, actualmente Rei e futuro Imperador se Deus quiser» — cláusula de sabor platónico e de mera cortesia.

Concretiza-se, portanto, a desejada independência do Chefe Supremo da Igreja quanto a intromissões estranhas. O colégio dos cardeais, daí por diante encarregado da escolha do Vigário de Cristo, é o restabelecimento do velho *Presbyterium* ou senado sacerdotal que cercava e acolitava o Bispo de Roma. Constituem-no os seus mais próximos e constantes auxiliares: os 7 prelados suburbanos (de Óstia, de Porto, de Albano, de Santa Rufina ou Silva Cândida, de Sabina, de Túsculo ou Frascati, de Preneste ou Palestrina), os 14 diáconos e os 28 presbíteros das diversas paróquias da cidade. Cinquenta e três ao todo, com o título comum de *cardeais* (de *cardo,* gonzo), por serem considerados os gonzos em que a Igreja

normal e permanentemente gira. Ao confiar-lhes a eleição papal, Nicolau II entrega os destinos da Cadeira de Pedro aos que, melhor que ninguém, podem zelar pela sua dignidade, pela sua integridade, pela sua liberdade em relação a eventuais pressões.

Faz mais o Pontífice — aconselhado de perto por Hildebrando, cuja acção determinante se adivinha. Há que prever, em mais breve ou mais longo prazo, lógica reacção do lado do imperador, desapossado do tradicional privilégio otoniano, e também de importante fracção do clero germânico, adverso à empresa reformadora. Tem o papa de buscar alianças capazes de lhe servirem de escudo se tal reacção vier a dar-se. Daqui provém a reviravolta da diplomacia da Santa Sé perante os Normandos, combatidos por Leão IX e por Vítor II — e com os quais se estabelecem agora estreitas e amistosas relações. É o que uma visão certeira das realidades aconselha.

A partir de 1016, quando, de regresso de uma peregrinação à Terra Santa, um grupo de cavaleiros normandos se distinguiu no combate aos sarracenos que atacavam Salerno, não mais deixaram de acorrer à Itália do Sul, chamados pelos senhores locais, esses bravos e temíveis homens de guerra. Embora sejam uma espécie de aventureiros, por vezes bem semelhantes a bandidos à procura da fortuna, a sua ajuda torna-se preciosa e surgem cada vez em maior número. Em 1029 já o duque de Nápoles, como recompensa dos seus serviços, doa a um deles, Rainulfo, a cidade de Aversa e suas imediações. Em 1030 o príncipe Pandulfo de Cápua doa a outro o condado de Arécio. Em 1036 entre as forças aglutinadas contra os piratas mouriscos aparecem 300 soldados normandos. Comandam-nos três filhos do fidalgo de Coutances Tancredo de Hauteville: Guilherme, chamado pelos companheiros de armas *braço de ferro,* tais o seu vigor e a sua intrepidez, Onfroy e Dreux. Guilherme, alguns anos depois, vê-se aclamado conde da Apúlia e, ultrapassada a fase de mercenário por conta alheia, resolve-se a talhar para si e para os parentes que o acompanham domínios próprios. Este desígnio ganha amplitude e viabilidade imprevisíveis quando em 1057 (já então se registou o malogro da expedição de Leão IX e o Cisma Oriental separou irremediavelmente Roma e Bizâncio) toma ascendente incontestável outro filho de Tancredo de Hauteville, Roberto *Guiscardo,* quer dizer, *astuto,* tão afamado pela valentia como pelos dons superiores de político ambicioso. Dedica-se a expulsar os Bizantinos da Itália e chega a pensar numa possível marcha sobre Constantinopla ...

É nesta altura que a visão penetrante de Hildebrando descortina até que ponto os recém-chegados podem trazer auxílio decisivo à Santa Sé. Tanto mais que demonstraram visível respeito pelo papa quando lhes caiu nas mãos, prisioneiro, em 1053; os seus sentimentos católicos não oferecem dúvida.

Em 1059 Nicolau II aceita a sugestão de Hildebrando: estabelece um pacto de amizade com os Normandos e no Concílio de Melfi reconhece como seus feudatários Ricardo de Arécio, elevado a príncipe de Cápua, e Roberto *Guiscardo,* elevado a duque de Apúlia. Converte-os assim em aliados — e ver-se-á quanto no futuro daí tirará substanciais vantagens.

Ao falecer Nicolau II em 1061, tentam ainda os patrícios eleger o bispo de Parma, Cadaloo, sob o nome de Honório II. Hildebrando, todavia, já se antecipou: é o seu amigo Alexandre II quem os cardeais, o clero e o povo alçam à Cadeira de Pedro.

E a política decidida de reforma continua, intensifica-se. O novo papa dá todo o estímulo ao movimento popular da *Pataria,* afecto aos ideais reformadores, depõe bispos simoníacos, estende mais a acção repressiva contra todos os insurgidos e corrompidos. Nas relações diplomáticas, favorece a conquista da Inglaterra por Guilherme da Normandia e da Sicília por Guiscardo. A ambos envia estandartes pontifícios, a ambos alista na ofensiva da reforma — de que Lanfranc, na Grã-Bretanha, se faz diligente animador. Promove também uma expedição militar a Espanha, sob o comando de Guilherme de Montreuil, que se apodera da fabulosa praça fortificada de Barbastro (1064). E graças às duas missões de Hugo Cândido (1064 e 1071) é ainda no seu pontificado que o rei Sancho Ramirez declara o enfeudamento à Santa Sé do reino de Aragão.

Canossa ou o primado do espiritual

Quando, a 21 de Abril de 1073, corre a notícia do falecimento de Alexandre II, o povo romano não aguarda a escolha dos cardeais. Logo no dia seguinte, durante o funeral celebrado em Latrão, ergue brado unânime por Hildebrando: — «Hildebrando, Bispo de Roma! Hildebrando é quem S. Pedro elege por sucessor!»

Verdadeira onda que a todos arrasta. No acto solene da consagração, a 20 de Junho, a presença do conde Eberardo, representante do imperador, claramente sanciona o voto geral.

Ninguém, de facto, como Hildebrando encarna os ideais superiores da reforma — da qual se tornou a alma, oculta ou visível, ao longo dos últimos pontificados. Toda a sua inteligência, toda a sua vontade se acham misticamente absorvidas no desígnio de garantir à Igreja, com a pureza reconquistada, a supremacia. Nenhum papa mais consciente da herança recebida do Príncipe dos Apóstolos e do poder de tudo ligar ou desligar sobre a Terra que lhe confiou o próprio Cristo. Na sua concepção, as autoridades políticas são obra dos homens; só a autoridade pontifícia tem origem divina.

Por isso mesmo a Cristandade terá de ser como vasto rebanho que o romano pastor conduz nos rumos da virtude e da salvação.

Toma Hildebrando o nome de Gregório VII, em homenagem à tradição do primeiro assim chamado — Gregório Magno. E dedica-se por completo à missão de que se sente investido. «Senhor», pede então, humilde e convicto, «tira-me do Mundo se não quiseres empregar-me na salvação da nossa Madre Igreja.» Ler e meditar linha a linha os *Dictatus Papae,* em que a doutrina a que adere está lapidarmente formulada, é compreender de um só golpe o homem, a sua luta, o seu drama.

De início forma o plano de unir todas as forças do Ocidente numa expedição contra a ameaça islâmica nas regiões orientais e deixar a Igreja entregue à protecção do imperador. Embora Alexandre II tivesse de excomungá-lo em 1064, pelo seu divórcio de Berta de Sabóia — o jovem Henrique IV acaba de revelar a sua têmpera ao sufocar num tempo mínimo a terrível revolta dos Saxões, após lutas duríssimas.

Já então, nos dois concílios reunidos em Roma sob a sua presidência, Gregório VII decretou medidas mais severas que nenhumas contra o nicolaísmo e a simonia. Mas cada dia descobre com maior nitidez que a origem de todo o mal se encontra na investidura laica. Enquanto uma potestade laica disponha a seu bel-prazer das sedes episcopais e, por mero favoritismo ou conveniência política, nelas coloque gente sem fé e sem decoro — todos os esforços disciplinadores e reformadores serão baldados. Um só recurso existe: visar à cabeça, proibir de vez, mesmo ao imperador, as investiduras. É o que, no seguimento dos anteriores decretos de Leão IX e Nicolau II mas com mais directa e agressiva firmeza, vai fazer o Sumo Pontífice. Novo concílio, reunido em Fevereiro de 1075, excomunga diversos prelados, em cuja lista figuram alguns conselheiros do imperador e expressamente declara: — «Quem, daqui por diante, receba um Bispado ou uma Abadia das mãos de uma personalidade secular não será considerado Bispo ou Abade. Perderá a graça de S. Pedro e não poderá entrar nos templos. Da mesma forma, se um Imperador, Duque, Marquês, Conde ou qualquer outra autoridade ousar dar a investidura de um Bispado ou de outra dignidade eclesiástica, saberá que incorre em idênticas penas.»

Está lançado o desafio. Desafio que terá de provocar imediatas e tormentosas reacções.

Desde o princípio os imperadores germânicos apoiaram-se num sistema de principados eclesiásticos. Para combater o predomínio dos grandes feudais criaram esse núcleo de privilegiados do alto clero, da sua inteira confiança, em quem delegavam poderes e bens de fortuna consideráveis. Privar os imperadores das investiduras — será evidentemente, do ponto de vista da unidade, da moralização, da disciplina interna da Igreja, acto necessário. Mas é condená-los a perigoso enfraquecimento. Não admira que Henrique IV se sinta atingido em cheio — e decida reagir. Tem a seu lado

numerosos prelados da Lombardia e dos ducados germânicos, receosos de cair sob tutela sufocante e nada dispostos a modificar os costumes dissolutos ou a renunciar aos privilégios de grandes senhores.

Cruzam-se aqui não apenas duas teses mas duas ordens de interesses antagónicos. Eis o que torna o conflito inevitável — e levará os dois contendores aos últimos extremos.

Apenas informado do desafio incluso no decreto de 1075, Henrique IV, que se julga consolidado no trono pela vitória sobre os Saxões, dá provas flagrantes de não se submeter ao estabelecido em tal decreto: nomeia e investe uma série de novos bispos — em Espira, em Liège, em Bamberga, em Espoleto, em Colónia, em Milão. Envia-lhe o papa dois legados cujas censuras são atenuadas por conselhos de entrar em negociações com Roma, a fim de se evitarem maiores males. Não lhes dá ouvidos o imperador. E a 24 de Janeiro de 1076 convoca a Dieta para Worms. Nela comparecem um cardeal outrora fiel instrumento do Papado, agora insurgido contra Gregório VII: Hugo Cândido — e um grupo de conhecidos prelados alemães. Ataca-se em termos furibundos o Santo Padre, acusado das mais negras culpas. E resolve-se a sua deposição. O soberano dirige-lhe breve mensagem, que abre por estas palavras: — «Henrique, Rei não por usurpação mas por vontade divina, a Hildebrando, que já não é Papa mas falso monge ...» Rebelião declarada, que culmina na frase final: — «Com todos os nossos Bispos, dizemos-te: desce, desce do teu trono ...»

A réplica não se faz esperar. No Concílio de Latrão, a 22 de Fevereiro, depois da fala insolente de Rolando de Parma, enviado do imperador, Gregório VII invoca, em frases de impressionante fé, o auxílio de S. Pedro e com a certeza de lhe seguir o exemplo e lhe interpretar o mandato pronuncia solene condenação: — «Por honra e defesa da tua Igreja, em nome de Deus omnipotente, Padre, Filho e Espírito Santo, com o teu poder e autoridade, proíbo ao Rei Henrique, filho do Imperador Henrique, que com inaudita soberba se elevou contra a tua Igreja, o governo de todo o reino alemão e da Itália, desobrigo todos os cristãos do juramento de fidelidade que lhe prestaram e mando que ninguém o sirva como Rei ... e o carrego de anátemas, a fim de que todos saibam e reconheçam que tu és Pedro e sobre esta pedra o Filho de Deus vivo edificou a sua Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela ...»

Acto inédito, sentença nunca até aí dada em público — a deposição de Henrique IV causa impressão extraordinária por toda a parte. Além de proferida pelo representante de Cristo na Terra, como tal indiscutível para todos os cristãos, o papa tem também grandes apoios à sua volta: a fidelíssima condessa Matilde da Toscana; alguns dirigentes de uma burguesia que afirma gradualmente a sua importância em Roma, como Albérico Pierleone e Cênsio Frangipane; o colégio dos cardeais, do qual só Hugo Cândido se afastou para hostilizá-lo; os normandos de Roberto *Guiscardo;*

os movimentos populares da *Pataria,* sublevados contra abusos e escândalos do alto clero; e, na Alemanha, todos os fidalgos adversos a Henrique e à dinastia da Francónia, em primeiro lugar os da Saxónia ainda efervescente.

Projecta o imperador outro concílio em Worms, no Dia de Pentecostes, para eleger novo pontífice. Ao esboçar diligências nesse sentido, verifica haver-se feito o vazio à sua volta. Intimidados, contritos, quase todos os prelados se recusam. Entre as populações, a hostilidade manifesta-se. Por coincidência alguns dos seus adeptos de maior categoria são neste período arrebatados pela morte. As turbas saxónias voltam a insurgir-se.

Em Setembro o papa ordena que, visto o soberano não dar mostras de se corrigir, a Alemanha procure quem o substitua. E os príncipes Rodolfo da Suábia, Bertoldo da Caríntia, Guelfo da Baviera, obedientes a esse apelo, juntam-se na Dieta de Tribúria, em Outubro, com a presença dos legados pontifícios Altmann de Passau e Sicardo de Aquileia. Combinam aí que a Dieta se reúna a 2 de Fevereiro de 1077, presidida por Gregório VII, em Ausburgo e, caso até lá Henrique não obtenha o perdão, se eleja outro imperador. Entretanto o monarca ficará suspenso das suas funções e excluído da comunhão dos crentes.

O dilema está posto diante de Henrique IV. Obstinar-se na luta, dadas as circunstâncias, será arriscar-se de mais. Hesita ainda nos finais de 1076 e princípios do ano seguinte. Por fim adopta a única solução que lhe resta, — por mais dolorosa e cruel para o seu orgulho. Sabe que tudo se prepara para a Dieta de Ausburgo — onde terá de comparecer como num tribunal. E sabe que o Santo Padre já se dirige para o Sul da Alemanha, a fim de presidir ao temeroso julgamento.

Não hesita mais agora. Marcha-lhe ao encontro, numa jornada de expiação, entre as inclemências do Inverno agreste. Leva consigo a mulher, Berta de Sabóia, o filho Conrado, criança de 2 anos, e uma comitiva de alguns familiares. Berta e Conrado vão num pequeno trenó coberto de peles; o soberano e os companheiros deslocam-se penosamente sobre os carreiros íngremes, a tropeçar na neve espessa e traiçoeira, constantemente arriscados a despenhar-se em qualquer abismo invisível. Na Lombardia há quem o exorte a retomar o combate, a desistir da tentativa de conciliação. Responde não ser mais do que o filho pródigo ansioso pela reconquista da indulgência paterna — e segue adiante, com os seus, na expiatória jornada ...

Ao ter a notícia de que o soberano vem a caminho Gregório VII desviou-se cauteloso, na dúvida de se tratar de uma cilada ou de um golpe de mão, e acolheu-se à imponente fortaleza de Canossa — cerca de Régio, num esporão rochoso dos Apeninos —, pertencente à condessa Matilde da Toscana.

Mas não há que temer. A 25 de Janeiro de 1077 — data não mais esquecida pela História — Henrique IV surge em traje de penitente, manto de burel e pés descalços, a solicitar do papa que o receba. Extraordinário espec-

táculo, o do príncipe orgulhoso, descendente do grande Otão, senhor da Alemanha, da Itália, de mil terras e de mil castelos — reduzido a vulto perdido na imensidade branca, a pedir, de cabeça baixa, o perdão da sua rebeldia e das suas afrontas.

Dois dias inteiros — ou três, os cronistas divergem — mantém-se Gregório inflexível e nega a entrada ao régio suplicante. Vozes influentes advogam a causa de Henrique: é a própria condessa Matilde, sua prima; é Adelaide de Sabóia, sua sogra; é Huno de Cluny, o «Abade dos abades», seu padrinho de baptismo. Todos rogam ao Papa que seja, mais uma vez, suprema encarnação da misericórdia.

Enfim, Gregório VII cede. Abrem-se as pesadas portas da fortaleza. O pontífice aguarda à entrada da capela. Na sua frente o imperador prostra-se, braços em cruz, a implorar com a mais rendida humildade. Caridosamente, ergue-o da neve o Santo Padre, estreita-o a si. Penetram na capela, onde Gregório celebra o sacrifício da missa e dá por suas mãos a Henrique a sagrada comunhão.

Espectáculo na verdade extraordinário — que recorda a humilhação do imperador Teodósio, outrora, perante Santo Ambrósio de Milão — o dessa manhã fria de Canossa, em fins de Janeiro de 1077. Nunca parece ter sido mais completo o primado do espiritual.

Qual o vencedor?

Na aparência, os anos seguintes evolvem favoravelmente para Henrique IV. A reconciliação de Canossa parece ter sido apenas, pelo seu lado, um processo de ganhar tempo, de vencer um momento difícil. Os juramentos que pronunciou, os compromissos aceitos não são mais do que estratagemas de quem só aspira a evitar de qualquer maneira a perda imediata da coroa.

Os príncipes germânicos que lhe são adversos, surpreendidos com a cena de Canossa e o seu desfecho, ressentidos por verem o papa chamar de novo rei a Henrique e decepcionados pela não realização da Dieta de Ausburgo, promovem outra reunião em Torscheim, cerca de Bamberga, em Março de 1077, e ali dão o imperador por deposto e elevam ao trono Rodolfo de Rheinfelden, duque da Suábia.

Gregório VII acolhe a notícia com reservas. Considera-se numa posição superior de árbitro e afinal decidiram tudo na sua ausência e sem conhecimento seu. Fica por isso alheio à contenda e só no fim do ano o legado Bernardo de Marselha, em seu nome, de acordo com o arcebispo de Mogúncia, devido à conduta de Henrique, renova a sentença de excomunhão e formalmente reconhece o duque da Suábia como rei legítimo da Alemanha.

Dois anos correm sem se descortinar a solução. Henrique aproveita o tempo, aglutina forças, readquire ascendente, apodera-se de alguns pontos estratégicos. Em Março de 1080 o próprio Santo Padre lança outra vez contra ele veemente anátema e dispensa todo o apoio a Rodolfo. Como em Worms, junta o imperador em Bréscia uma assembleia de bispos que voltam a depor o pontífice e designam para substituí-lo Guiberto, arcebispo de Ravena, sob o nome de Clemente III (Junho de 1080). Três meses e meio depois chocam-se nas margens do Elster as duas facções e a vitória pertence ao partido de Rodolfo. Este cai mortalmente ferido na batalha — e, portanto, cabem a Henrique as vantagens decisivas.

Nos princípios de 1081 já o imperador, seguro e impetuoso, retoma a ofensiva, cinge em Milão a coroa de ferro dos reis lombardos. Leva consigo o antipapa e vai pôr assédio a Roma, onde não entra, visto dispor de tropas em número insuficiente. Insiste no ano seguinte e só consegue incendiar a Basílica de S. Pedro. Em Junho de 1083 acorre com maiores efectivos e assenhoreia-se de parte da cidade. Gregório VII refugia-se no castelo altaneiro de Santo Ângelo e recusa toda a espécie de negociações. Afasta-se ainda desta vez Henrique, mas em 1084, excepto o castelo, toda a cidade é sua. Faz entronizar o pretenso Clemente III, que no dia de Páscoa (31 de Março) solenemente procede à sua coroação e da imperatriz.

Continua a luta e o reduto papal está prestes a cair quando chegam rumores de que Roberto *Guiscardo* e os seus normandos, chamados há muito em socorro do Chefe da Igreja mas entretidos na guerra com os Bizantinos, se aproximam. Logo Henrique e o antipapa se afastam receosos. Chega o exército de *Guiscardo,* liberta o papa, mas entrega-se a pilhagens e violências tais que Gregório VII prefere acompanhá-lo quando retira, por temer a justificada indignação do povo de Roma. Detém-se em Monte Cassino e daí vai até Salerno, onde preside a um derradeiro concílio que reedita a excomunhão do soberano germânico e de Guiberto de Ravena.

Exausto, certo de que o fim não tarda, dirige, numa encíclica que vale como testamento edificante, solene apelo à Cristandade para que se una no amor e na veneração da Madre Igreja e, sob o seu comando, siga nos rumos por Deus marcados. Segundo o biógrafo Paulo de Bernried, as últimas palavras são estas: — «Amei a justiça, detestei a iniquidade; por isso, morro no desterro.» E a 25 de Maio de 1085 despede-se do mundo um dos grandes papas da história.

Avaliadas superficialmente as coisas, no duelo tenaz que sustentou, veio Gregório VII a acabar vencido. O episódio de 1077 foi apenas um ardil — bem o mostra a sequência dos acontecimentos. Quando muito, se da questão das investiduras saiu um tanto enfraquecido o imperador, parece ter razão Henrique Pirenne ao sintetizar que o seu resultado positivo foi «o triunfo da feudalidade sobre a Igreja» — visto que, na medida em que se

reduziram o número e a importância dos feudos entregues aos prelados investidos pelo monarca, aumentaram os dos príncipes e duques laicos.

Isto é, porém, aspecto secundário do problema. Se se considerar o pontificado de Gregório VII não sob uma perspectiva à parte mas no conjunto da ofensiva reformadora da Igreja, iniciada no século X e prosseguida ao longo do seguinte — ver-se-á que representa gigantesco passo em frente. Melhor ainda: se se considerar a acção do papa desde que, mesmo antes de ser erguido à dignidade pontifícia, influiu poderosamente nas iniciativas dos seus predecessores — compreender-se-á o que de facto lhe deve a causa da reforma e com que sistemática firmeza a desenvolveu. A começar no esforço de Leão IX, papa itinerante, no decisivo decreto de Nicolau II que liberta a eleição papal de intervenções alheias e a confia ao sufrágio dos cardeais, no apoio dado por Alexandre II à *Pataria* e na inflexível perseguição aos clérigos simoníacos ou corruptos — desenha-se uma linha contínua e progressiva em que sempre obtém vantagens apreciáveis a Santa Sé. A questão das investiduras e a coragem com que se afronta, através dela, o maior potentado europeu — marcam o lance culminante da campanha. Gregório VII formula então a doutrina integral da igreja livre e soberana: a doutrina da Cristandade una, composta de Estados politicamente independentes, mas no campo espiritual conduzidos pelo Vigário de Cristo.

Por essa doutrina sofreu todas as agruras e por fim a morte no exílio. No entanto, foi lançada a semente — a consciência cristã recebeu-a como fermento de incalculável poder. Dentro de pouco germinará, até chegar ao apogeu pontifício menos de dois séculos mais tarde. Imperadores, senhores feudais — vultos passageiros de passageira supremacia — sumir-se-ão no esquecimento e na ruína. Sobre todos, para além de todos, o sucessor de Pedro vai crescer em prestígio universal.

Olhadas a esta luz, as coisas tomam feição bem diferente. Apesar de sucumbir no desterro de Salerno, de onde não cessa de proclamar os ideais superiores que sempre lhe guiaram o combate e o sacrifício, Hildebrando, o antecipado, não aparece como vencido — antes como vencedor.

QUADROS SINCRÓNICOS

SÉCULO VI

	Vida religiosa	
500	S. Símaco *(498-514)*	
		505 (?) Conversão do príncipe burgúndio Segismundo.
510	Santo Hormisdas *(514-523)*	
520	S. João I *(523-526)*	525 Ida do papa a Constantinopla.
	S. Félix IV *(526-530)*	526 Teodorico manda prender o Sumo Pontífice.
		529 S. Bento funda o Mosteiro de Monte Cassino.
530	Bonifácio II *(530-532)*	
	João II *(532-535)*	534 Redige-se a Regra de S. Bento.
	Santo Agapito *(535-536)*	
	S. Silvério *(536-537)*	
540	Vigílio *(537-555)*	
		545 Justiniano obriga o papa a ir a Bizâncio.
		547 Morre S. Bento de Núrsia.
		548 Cassiodoro funda o Mosteiro de Vivário.
550	Pelágio I *(555-559)*	
560	João III *(559-574)*	560 Conversão dos Suevos.

Europa Ocidental	Império Bizantino
500 Guerra entre os Francos e os Burgúndios.	
501 Gondebaldo cria a unidade na Burgúndia.	
506 Promulgação do «Breviário de Alarico».	
507 Vitória de Clóvis sobre Alarico II em Vouillé.	
508 (?) Redacção da «Lei Sálica».	
509 Os Francos Ripuários aceitam Clóvis como rei.	
511 Concílio de Orleães.	
Morte de Clóvis.	518 Justino I imperador.
516 Segismundo rei dos Burgúndios.	
523 Morte de Segismundo.	
524 Godomar dirige a resistência dos Burgúndios.	523 Justiniano casa com Teodora.
Morte de Clodomiro; assassínio dos seus filhos.	Hilderico rei dos Vândalos.
526 Morte de Teodorico.	527 Justiniano I Imperador.
Atalarico herdeiro, sob a regência de Amalasonte.	529 Publicação do *Codex Constitutionum*.
	530 Gelimer destrona Hilderico.
531 Conquista da Turíngia pelos Francos.	532 Insurreição «Nika».
Theudis rei dos Visigodos.	533 Publicação do *Digesto* e das *Institutas*.
532 a 534 Os Francos conquistam a Burgúndia.	Belisário em África: toma Cartago.
534 Teodahad casa com Amalasonte. Morte de Atalarico.	534 Capitulação de Gelimer.
535 Teodahad assassina Amalasonte.	535 Os Bizantinos ocupam a Sicília e a Dalmácia.
	536 O papa depõe Antimo, patriarca de Constantinopla.
	Belisário toma Nápoles e Roma.
	539 Vitiges, rei godo, retoma Roma.
540 Conquista da Baviera pelos Francos.	540 Belisário prende Vitiges e toma Ravena.
	541 Tótila rei dos Godos.
	546 Tratado de paz com Cosroes I, rei dos Persas.
	Tótila retoma Roma.
549 Agila rei dos Visigodos.	548 Reconquista de Roma por Belisário.
Revolta de Atanagildo no Sul da Península.	550 Tótila de novo em Roma.
550 Expedição bizantina de apoio a Atanagildo.	552 Narses derrota e mata Tótila.
554 Agila vencido e morto.	
Atanagildo rei dos Visigodos.	555 Definitiva capitulação dos Godos em Itália.
558 Clotário I único rei dos Francos.	
561 Morte de Clotário I. Partilha dos seus reinos.	

SÉCULO VI (Cont.)

		Vida religiosa
570	Bento I *(574-579)*	
	Pelágio II *(579-590)*	
580		
		587 Conversão dos Visigodos.
590	S. Gregório I — *Magno* — *(590-604)*	590 Instalação da S. Columbano em Luxeuil. 593 O papa defende Roma dos Lombardos. 596 O Prior Agostinho de Santo André vai missionar a Inglaterra. 597 Construção do Mosteiro de Cantuária. Conversão de Etelberto, rei de Cântio.

SÉCULO VII

		Vida religiosa
600		601 Agostinho de Santo André, primaz de Inglaterra.
	Sabiniano *(604-606)*	
	Bonifácio III *(607)*	
	S. Bonifácio IV	
610	*(608-615)*	610. Fundação da Abadia de Westminster. 612 Fundação dos Mosteiros de S. Galo e Bobbio.
	S. Adeodato I *(615-618)*	
	Bonifácio V	
620	*(619-625)*	
		623 Heraclio formula a doutrina *monotelista* .

Europa Ocidental	Império Bizantino e Arábia
567 Morte de Cariberto. Chilperico, seu irmão, faz assassinar Galsvinta e casa com Fredegunda. Leovigildo rei dos Visigodos.	562 Tréguas por 50 anos com Cósroes I. 565 Morte de Justiniano. Sucede-lhe Justino II.
568 Os Lombardos invadem o Norte da Itália.	569 (ou 571?) Nascimento de Maomet.
573 Leovigildo toma Córdova aos Bizantinos. Guerra entre Sigeberto e Chilperico.	
575 Morte de Sigeberto. Childeberto II rei da Austrásia.	578 Tibério I imperador.
579 Revolta de Hermenegildo contra Leovigildo.	
585 Derrota e morte de Hermenegildo. Leovigildo destrói o Reino dos Suevos.	582 Maurício imperador. 584 Criação do Exarcado de Ravena.
586 Morte de Leovigildo. Recaredo rei dos Visigodos.	
587 Conversão de Recaredo ao catolicismo.	
590 Agilulfo rei dos Lombardos.	
593 Os Lombardos assediam Roma.	
	595 Casamento de Maomet com Cadija.
597 Morte de Fredegunda.	

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
601 Morte de Recaredo.		
602 Os Lombardos tomam Pádua.	602 Focas revolta-se e assassina Maurício.	
603 Os Lombardos tomam Cremona e Mântua.		
	605-608 Os Persas ocupam as províncias orientais.	
	608 Insurreição de Heraclio, exarca de África.	
	609 Heraclio ocupa o Egipto.	
	610 Morte de Focas. Heraclio imperador.	610 Início da pregação de Maomet em Meca.
612 Sisebuto rei dos Visigodos.	611-614 Os Persas tomam Antioquia, a Síria e Jerusalém.	
	615 Os Persas atingem Calcedónia.	
613 Suplício da rainha Brunilde. Clotário II único rei de todo os Francos.	617 Os Eslavos atacam nos Balcans e no mar Egeu. Os Ávaros assediam Constantinopla.	
	619 Conquista do Egipto pelos Persas.	619 Morte de Cadija.
621 Suintila I rei dos Visigodos.		
	622 Vitórias de Heraclio na Ásia Menor e na Arménia.	622 Fuga de Maomet para Medina *(Hégira)*.

		Vida religiosa
	Honório I *(625-638)*	627 Conversão e baptismo do rei Eduíno da Nortúmbria.
630		
		634 Aprovação pontifícia do *Monotelismo.*
		635 Fundação do Mosteiro de Lindisfarne.
		638 Pela *Ekhtesis,* Heraclio impõe o *Monotelismo.*
640	Severino *(640)*	
	João IV *(640-642)*	
	Teodoro I *(642-649)*	
		648 Publicação do *Tipo* por Constante II.
	S. Martinho I *(649-653)*	649 Condenação pontifícia do *Monotelismo.*
650	Santo Eugénio I *(654-657)*	653 Conversão dos Lombardos. O exarca de Ravena faz deportar o papa. 654 Fundação da Abadia de Jumièges.
		656 Teodoro arcebispo de Cantuária.
660	S. Vitaliano *(657-672)*	
670		
	Adeodato II *(672-676)*	673 Concílio de Hertford.
	Domno *(676-678)*	678 Vilfredo de Iorque evangeliza a Frísia.
	Santo Agatão *(678-682)*	680-681 Concílio *in Trullo:* condenação definitiva do *Monotelismo* e reconciliação de Bizâncio com Roma.

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
	627 Decisivo triunfo sobre os Persas em Mossul.	624 Os Maometanos passam a rezar voltados para Meca. Vitória de Maomet sobre os Mequineses em Badr.
	628 Cósroes II destronado e morto.	625 Desforra dos Mequineses no combate do Monte Ohod.
629 Dagoberto I rei dos Francos. Suintila expulsa da Ibéria os últimos bizantinos.	629 Heraclio retoma Jerusalém. Guerra civil na Pérsia: declínio dos Sassânidas.	630 Entrada de Maomet e dos seus fiéis em Meca.
633 O Concílio de Toledo depõe Suintila e dá a coroa a Sesnando.		631 A Arábia inteira adere a Maomet.
634 Sigeberto rei da Austrásia.		632 Morte de Maomet. Sucede-lhe Abubecre.
		633 Vitória de Abubecre em Agraba sobre os rebeldes.
		634 Omar sucede a Abubecre.
		635 Invasão da Síria: queda de Damasco.
639 Morte de Dagoberto I. Partilha dos seus reinos.		636 Vitória sobre os Persas em Kadisya.
640 Morte de Pepino de Landen. Santo Elói Bispo de Noyon.		638 Tomada de Jerusalém e de Antioquia.
	641 Morte de Heraclio: Martinha regente.	639-641 Invasão do Egipto: tomada do Cairo.
642 Quindasvinto rei dos Visigodos.	642 Breves reinados de Heracleão e Constantino III. Revolta de Constante II, aclamado imperador.	642 Queda de Alexandria.
643 Grimoaldo, filho de Pepino de Landen, mordomo da Austrásia. Édito de Rotarísio, rei dos Lombardos, a favor do Arianismo.		644 Omar assassinado. Sucede-lhe Othman.
653 Recesvinto rei dos Visigodos.		
654 Publicação do *Forum Judicum* (Código Visigótico).		656 Assassínio de Othman. Ali aclamado califa. Revolta de Muawiya. «Batalha do Camelo».
		660 Muawiya proclamado califa.
662 Queda e prisão de Grimoaldo.		661 Assassínio de Ali. Início da Dinastia dos Omíadas.
	668 Assassínio de Constante II. Sobe ao trono Constantino IV.	
	669-677 Ataques malogrados dos Árabes a Constantinopla.	
672 Vamba, rei dos Visigodos.		670 Fundação de Kairouan.
675 Assassínio de Childerico II.		
	678 Tréguas entre Árabes e Bizantinos.	
680 Pepino de Héristal mordomo da Austrásia.		680 Morte de Muawiya. Sucede-lhe Yezid.

SÉCULO VII (Cont.)

	Vida religiosa	
680	S. Leão II *(682-683)* S. Bento II *(684-685)* João V *(685-686)* Conon *(686-687)* S. Sérgio I *(687-701)*	
690		690 Apostolado de Willibrod na Frísia. 692 O segundo Concílio *in Trullo* (ou *Quinisextum*) abre conflito com o papa.

SÉCULO VIII

	Vida religiosa	
700	João VI *(701-705)* João VII *(705-707)*	
710	Sisínio *(708)* Constantino *(708-715)*	
		711 Ida do papa a Constantinopla.
	S. Gregório III *(715-731)*	
		716 Primeira missão de Bonifácio na Frísia.
		719 Bonifácio escolhido para evangelizar a Turíngia e o Hesse.
720		
		722 Carlos Martel protege o apostolado de Bonifácio.

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
680 Ebroïn, mordomo da Nêustria, bate Pepino em Laudano.		680 Revolta de Husein, vencido e morto em Kerbela.
683 Ervígio, rei dos Visigodos. Ebroïn assassinado por Ermenfredo.		683 Morte de Yezid. Ocba derrotado pelos Berberes.
	685 Morte de Constantino IV. Sobe ao trono Justiniano II.	685 Abd-al-Malik sucede a Yezid.
687 Pepino de Héristal derrota Bertário da Nêustria em Terty.		
Egica, rei dos Visigodos.		
		688 Kairouan retomado pelos Árabes.
695 Pepino de Héristal vence Radbod, caudilho dos Frísios.	695 Leôncio derruba Justiniano II.	695-698 Lutas pela posse de Cartago, finalmente ocupada pelos Árabes.
	698 Tibério II derruba Leôncio.	

SÉCULO VIII

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
701 Vitiza, rei dos Visigodos.		
	705 Restauração de Justiniano II.	705 Walid I califa.
709 Expedições de Pepino de Héristal contra os Alamanos.		709 Tomada de Ceuta pelos Árabes.
710 Morte de Vitiza. O Concílio escolhe Rodrigo para rei.		
Os filhos de Vitiza revoltam-se aliados aos Árabes.		
711 Tarique invade a Península e derrota Rodrigo no lago de Janda.	711 Justiniano II destronado por Filipico.	711-715 Muça e Tarique conquistam toda a Ibéria, excepto as Astúrias.
712 Novas forças árabes chefiadas por Muça tomam a Andaluzia.		
	713 Anastácio II derruba Filipico.	
713 Liutprando rei dos Lombardos.	715 Teodósio III substitui Anastácio II.	715 Suleimão califa.
717 Vitória de Carlos Martel, sucessor de Pepino, em Vinchy.	717 Leão III, *o Isáurio* destrona Teodósio III.	717 Omar II califa.
718 Pelágio, caudilho asturiano, derrota os Árabes em Covadonga.	717-718 Leão III repele os ataques dos Árabes a Constantinopla.	718 Ataques malogrados a Constantinopla.
720 Vitórias de Carlos Martel contra os Aquitanos.		720 Yezid II califa.
		724 Hisham califa.

		Vida religiosa
		727 Conflito com Bizâncio (Questão das Imagens).
730	S. Gregório III *(731-741)*	730 O papa depõe o patriarca Germano de Bizâncio. 731 Condenação pontifícia do Iconoclasmo.
		738 Bonifácio encarregado de organizar a Igreja na Germâni 739 Cerco de Roma pelos Lombardos: apelo do papa a Carl Martel
740	S. Zacarias *(741-752)*	
		742 Bonifácio funda o Mosteiro de Fulda. Primeiro Sínodo da Igreja Franca.
		744 Concílio de Soissons.
		745 Primeiro Concílio Geral de todos os Reinos Francos. 747 Bonifácio sagrado bispo de Mogúncia.
750	Estêvão II *(752-757)*	
		754 Martírio de Bonifácio em Dorkhum (Frísia). Concílio iconoclasta de Heria.
		756 Doação ao Papa de Pepino, *o Breve* que dá origem Estado Pontifício.
760	Paulo III *(757-768)*	
		767 Eleição do antipapa Constantino II.
	Estêvão III *(768-772)*	768 O antipapa derrubado pelos Lombardos. Eleição de Estêvão III. 769 O Concílio de Latrão condena o Iconoclasmo.

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
725 Os Árabes conquistam Carcassona e Nimes.	726 Os Árabes retomam a ofensiva na Ásia Menor. Leão III proíbe, na *Écloga*, o culto das imagens.	
728 Carlos Martel submete os Bávaros.		
730 Carlos Martel submete os Alamanos.		
732 Grande vitória de Carlos Martel sobre os Árabes em Poitiers.		
737 Carlos Martel triunfa dos Árabes em Narbona.		
739 Carlos Martel nega socorro ao papa. Afonso I rei das Astúrias.	739 Vitória de Leão III sobre os Árabes em Acroinon.	
741 Morre Carlos Martel. Sucedem-lhe Pepino, *o Breve* e Carlomano.	741 Morte de Leão III. Sucede-lhe Constantino V.	
743 Cinge a coroa Childerico III, último Merovíngio.		743 Walid II califa.
744 Ratchis rei dos Lombardos.		744 Assassínio de Walid II. Breves califados de Yezid III e de Ibraim. Merwan II califa.
	746 Constantino V invade a Síria.	
747 Carlomano abdica. Penino, *o Breve* único mordomo.	747 Reconquista de Chipre aos Árabes.	
749 Renúncia de Ratchis. Sucede-lhe Aistulfo.		
750 Pepino solicita do papa o título de rei.		750 Derrota de Merwan II. Fim dos Omíadas. Abu-al-Abbas inicia a dinastia dos Abácidas.
751 Pepino eleito rei em Soissons e ungido por Bonifácio.		
753 Atacado pelos Lombardos, o papa vai pedir auxílio a Pepino.		
Este acorre e derrota Aistulfo.	755 Início das campanhas contra os Búlgaros.	754 Al-Mansur califa.
756 Novo ataque de Aistulfo a Roma. Pepino bate-o e substitui-o por Desidério.		756 O emir Abd-er-Rahman separa a Espanha do Império dos Abácidas.
Abd-er-Rahman, último omíada, emir de Córdova.	761 Recomeço das guerras contra os Árabes.	
760-767 Pepino, *o Breve* submete a Aquitânia.		
763 Tassilon da Baviera declara-se independente.		762 Os Abácidas fixam a sua capital em Bagodá.
	765 Firmam-se tréguas com os Búlgaros.	
768 Morte de Pepino. Sucedem-lhe Carlos e Carlomano.	769 Vitória dos Búlgaros em Veregada.	
770 Casamento de príncipes francos e lombardos.		
771 Morte de Carlomano: Carlos único rei.		

SÉCULO XVIII (Cont.)

		Vida religiosa
	Adriano I *(772-795)*	
		774 Carlos, rei dos Francos, renova em Roma a doação ao papa.
		777 Carlos organiza em Paderborn a evangelização da Saxónia.
780		780 Início da missão de Liudgério na Frísia.
		785 Condenação pontifícia do *Adopcionismo.*
		787 Criação dos bispados saxónicos.
790		
		794 O *Adopcionismo* condenado no Concílio de Francforte.
	S. Leão III *(795-816)*	796 Início do apostolado no País dos Ávaros.
		799 Félix d'Urgel abjura o *Adopcionismo.* Atentado em Roma contra o papa.

SÉCULO IX

800		

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
772 Desidério invade o Estado Pontifício. Primeiras campanhas na Saxónia.	775 Morte de Constantino V. Sucede-lhe Leão IV.	775 Al-Mahdi sucede a Al-Mansur no califado.
773-774 Carlos bate Desidério e declara-se rei dos Lombardos.		
777-778 Carlos em Espanha. Desastre de Roncesvales.		
777 Wittikind ateia a revolta entre os Saxões.		
779-780 Expedições punitivas de Carlos à Saxónia.		
	780 Morte de Leão IV. Regência de Irene em nome de Constantino VI.	
781 Carlos ergue seu filho Luís a rei da Aquitânia.		
782-785 Novas campanhas na Saxónia, anexada por fim ao Reino dos Francos.		785 Al-Hadi califa.
		786 Harum-al-Raxid califa.
787-788 Submissão de Tassillon: a Baviera anexada.	787 Irene restaura o culto das imagens.	
789 Ataques dos Árabes nas fronteiras orientais.		
791-792 Alcuíno escreve os *Libri Carolini*.	790 Os chefes militares forçam Irene a abdicar.	
791-796 Guerra contra os Ávaros que prestam vassalagem.	791-796 Guerras de Constantino VI com Árabes e Búlgaros.	
	797 Irene derruba o filho e proclama-se imperatriz.	797 Embaixada dos Francos a Bagodá.
799 Submissão definitiva da Saxónia do Norte (Nordalbingia).		

SÉCULO IX

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
800 Julgamento do Papa Leão III. Carlos Magno coroado imperador em Roma.		
801 Embaixada de Harum-al-Raxid a Carlos Magno. Tomada de Barcelona por Luís, rei da Aquitânia.	802 Irene destronada por Nicéforo I.	
802 Instituição dos *Missi Dominici*.		
805-806 Conquista da Boémia. Forma-se a «Marca Northmannica».	806 Harum-al-Raxid impõe um tratado a Nicéforo.	

		Vida religiosa
		807 Harum-al-Raxid concede aos cristãos acesso aos Lugare Santos.
		808 Início da questão do *Filioque*.
		809 O *Filioque* adoptado no Império Carolíngio.
810		
		814 Novo surto do Iconoclasmo em Bizâncio.
		815 Teodoro de Studium exilado de Bizâncio.
	Estêvão IV *(816-817)*	
	S. Pascoal I *(817-824)*	
		818 Morte de Félix d'Urgel. Fim do *Adopcionismo*.
820		820 Reacção em Bizâncio contra o Iconoclasmo.
		821 Morte de Bento de Aniana, reformador da Igreja Franc
	Eugénio II *(824-827)*	
		826 Anscário inicia a evangelização da Dinamarca.
	Valentim *(827)*	827 Anscário expulso da Dinamarca.
	Gregório IV *(827-844)*	829-830 Apostolado de Anscário na Suécia.
830		830 (?) Descoberta do túmulo de Santiago.
		831 Fundação do bispado de Hamburgo.

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
807 Partilha de Thionville *(Divisio Regnorum)*.	807 Guerras com o cã Krum da Bulgária.	
807-810 Pepino, rei dos Lombardos, ocupa Veneza.	808 Krum saqueia a Macedónia.	
809-812 Conquista da «Marca de Espanha».		809 Morte de Harum-al-Raxid. Lutas entre os filhos. Al-Amin califa.
810 Assaltos dos Dinamarqueses na Frísia. Morte de Pepino.		
811 Morte de Carlos, primogénito do imperador.	811 Krum derrota e mata Nicéforo. Miguel I imperador.	
812 O basileu Miguel I reconhece Carlos Magno como imperador do Ocidente.	813 Miguel I, batido pelos Búlgaros, é derrubado por Leão V, o Arménio.	813 Al-Mamum califa.
813 Luís associado ao Império na Assembleia de Aix-la-Chapelle.	Vitória sobre os Búlgaros do imperador Leão V.	
814 Morte de Carlos Magno. Sucede-lhe Luís, *o Piedoso*.	814 Morte de Krum. Sucede-lhe Omortag.	
816 O papa coroa Luís, *o Piedoso* imperador em Reims.	815 Firma-se a paz entre Búlgaros e Bizantinos.	
817 *Ordinatio Imperii*. Revolta de Bernardo, rei de Itália.		817 Os Samânidas governam a Transoxiana.
818 Esmagamento e suplício de Bernardo.		
819 Luís, *o Piedoso* casa com Judite da Baviera.	820 Asassínio de Leão V. Miguel, *o Gago* funda a Dinastia Frígia.	820 O general Tahir governador do Coração.
822 «Penitência» de Attigny. Abd-er-Rahman II, emir de Córdova.		822 Tahir declara-se independente.
823 Lotário coroado imperador pelo papa. Nascimento de Carlos, *o Calvo*.	825 Tomada de Creta pelos Árabes.	
826 Conversão e baptismo de Haraldo II da Dinamarca.		
826-827 Revolta na «Marca de Espanha».		
826 Bernardo da Septimânia defende Barcelona.		
829 Dotação territorial de Carlos e revolta de Lotário.	829 Morte de Miguel II, *o Gago*. Sucede-lhe Teófilo.	
830 Sublevação dos três filhos mais velhos de Luís, *o Piedoso*.		830 Conquista de Palermo pelos Árabes.
831 Luís, *o Piedoso* retoma a plenitude do poder.		
832 Nova sublevação contra o imperador.		
833 Luís, *o Piedoso* deposto em Soissons.		833 Al-Mutacin califa.
834 O imperador absolvido e restaurado em S. Dinis.		
838 Morre Pepino I da Aquitânia, Reino dado a Carlos.	838 Invasões Búlgaras nos vales do Vardar e do Morava.	

		Vida religiosa
840		
	Sérgio II *(844-847)*	
	S. Leão IV *(847-855)*	845 Hincmaro arcebispo de Reims.
		848 Gotescalco condenado no Concílio de Mogúncia. Novas missões de Anscário na Dinamarca e na Suécia.
850		
	Bento III *(855-858)*	
		856 Primeiras missões francas na Bulgária.
	S. Nicolau I *(858-867)*	858 O patriarca bizantino Inácio deposto e substituído por Fócio.
		859 Martírio de Eulógio em Córdova.
860		
		862 Missões de Cirilo e Metódio na Morávia.
		863 Inquérito papal sobre o divórcio de Lotário II.
	Adriano II *(867-872)*	
		867 Começa o «Cisma de Fócio».
		869 Morte, em Roma, do missionário Cirilo. 869-870 Fim do «Cisma de Fócio».
870		870 Metódio arcebispo de Panónia.
	João VIII *(872-882)*	873 O papa consegue libertar Metódio preso na Baviera.

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
839 Os Aquitanos, revoltados, aclamam Pepino II.		
840 Morte de Luís, *o Piedoso*. Guerra entre os herdeiros.	840 Ofensiva bizantina na Ásia Menor.	840 Tomada de Bari pelos Árabes.
841 Vitória de Carlos e Luís sobre Lotário e Pepino.		
842 Entrevista de Estrasburgo entre Luís e Carlos .	842 Suicídio de Teófilo. Sucede-lhe Miguel III sob a regência de Teodora.	842 Al-Wathik califa. Os Árabes ocupam Messina e Tarento.
843 Partilha de Verdun. Assembleia de Coulaines.		
844 Conferências dos três irmãos em Yutz.		
845 Saque de Paris pelos Normandos no dia de Páscoa.		
846 Incursões sarracenas contra Roma.		847 Al-Mutawakkil califa.
849 Ataques sarracenos na Provença.		
850 Os Normandos tomam Londres e Cantuária. Em França instalam-se na foz do Sena e na do Loire. Luís II declarado imperador.	853 Expedição bizantina ao Egipto.	
855 Morte de Lotário I. Os Sarracenos tomam e saqueiam Nápoles.		
856 Novas invasões normandas no Norte da França.	856 Bardas regente.	
858 Tentativa de invasão da França por Luís, *o Germânico*.	858 Exílio de Teodora.	858 Os Berberes tomam Kairouan.
	859 Vitória de Miguel III na região de Eufrates.	859 Os Árabes tomam Castrogiovanni na Sicília.
860 Paz entre Carlos, *o Calvo* e Luís, *o Germânico*.	860 Fócio defende Constantinopla dos Varègues. Os Húngaros atacam no Dniepre os Pechenègues no Volga.	861 Assassínio de Al-Mutawakkil. Al-Muntasir califa.
862 Lotário II divorcia-se de Tiberga.		862 Al-Mustain califa.
863 A Aquitânia submete-se a Carlos, *o Calvo*.		
866 Morte de Roberto, *o Forte*.	866 Bardas assassinado por Basílio, *o Macedónio*.	866 Os Turcos derrubam Al-Mustain. Al-Mutazz califa.
866-867 Luís II expulsa os Sarracenos do Sul da Itália.	867 Basílio assassina Miguel III e funda nova dinastia.	
	868 Os Bizantinos tomam Ragusa.	868 O Egipto declara-se independente.
869 Morte de Lotário II.		869 Al-Mutazz abdica. Al-Muhtadi califa.
869-871 Bari retomada por Luís II e Bizantinos.		
870 Partilha da Lotaríngia entre Carlos e Luís, *o Germânico*.		870 Al-Mutamid califa.
871 Sobe ao trono em Inglaterra Alfredo, *o Grande*.		872 Iacube funda no Coração a dinastia dos Safáridas.

		Vida religiosa
		877 Fócio sucede a Inácio como patriarca de Bizâncio.
		879 No Concílio de Mantaille Boson proclama-se rei da Provença.
880		
	Marinho I *(882-884)*	882 Morte de Hincmaro de Reims.
	Adriano III *(884-885)*	884 Morte de Metódio: deixa a Morávia convertida.
	Estêvão V *(885-891)*	
890		
	Formoso *(891-896)*	894 Boris da Bulgária é baptizado em Constantinopla.
		895 Confissão e baptismo do duque Sbitigniew da Boémia.
	Bonifácio VI *(896)*	896 Processo póstumo contra o papa Formoso.
	Estêvão VI *(896-897)*	897 Assassínio do papa Estêvão VI.
	Romano I e Teodoro II *(897)*	
	João IX *(898-900)*	

Europa Ocidental	Império Bizantino	Islão
		874 O samânida Naçr à frente da Transoxiana.
875 Morte de Luís II. O papa coroa imperador Carlos, *o Calvo*.		
876 Carlos coroado rei de Itália. Morte de Luís, *o Germânico*.	876 Basílio ocupa Bari.	
877 Morte de Carlos, *o Calvo*. Sucede-lhe Luís II, *o Gago*.	877 O imperador conquista a Dalmácia.	877 Ahmed, senhor do Egipto, ocupa a Síria e a Palestina.
878 Luís, *o Gago* coroado imperador pelo Papa. Alfredo, *o Grande* vence os Dinamarqueses em Ethandun.		878 Os Árabes tomam Siracusa.
879 Morte de Luís, *o Gago*. Sucedem-lhe Luís III e Carlomano.		
	880 Os Bizantinos retomam Tarento.	
881 Carlos, *o Gordo* coroado imperador pelo papa. Vitória de Luís III sobre os Normandos.		
882 Morte de Luís III.		
884 Morte de Carlomano. Carlos, *o Gordo* rei de França. Reconstitui-se assim o Império Carolíngio.	885 A Arménia restaurada alia-se a Bizâncio.	885 O califa reconhece a tomada da Síria pelo Egipto.
885 Eudo e o bispo Juscelino defendem Paris dos Normandos. Alfredo, *o Grande* retoma Londres aos Dinamarqueses.	885-886 Os Bizantinos chamados pelo papa reocupam o Sul da Itália.	
	886 Morte de Basílio I. Sucede-lhe Leão VI.	
887 Carlos, *o Gordo* deposto. Arnulfo imperador.	887 Os Bizantinos retomam Chipre.	
888 Morte de Carlos, *o Gordo*. Eudo coroado rei de França. Guido de Espoleto coroado rei de Itália.	889 Vladimiro sucede a Boris na Bulgária.	
890 Rudolfo I, filho de Boson, rei da Borgonha.		
891 Guido de Espoleto coroado imperador pelo papa.		892 Al-Mutadid califa.
893 Os Bispos Francos coroam, em Reims, Carlos, *o Simples*.	893 Vladimiro destronado a favor de Simeão.	
895 Arnulfo coroado imperador em Roma pelo Papa.	895 Fixação dos Húngaros na Panónia. Os Húngaros, aliados a Bizâncio, invadem a Bulgária.	
898 Carlos, *o Simples* sucede a Eudo no trono de França.	896 Bizâncio constrangida a pagar tributo aos Búlgaros.	898 Os Safáridas senhores da Transoxiana.
899 Morte de Arnulfo. Sucede-lhe Luís, *o Infante*.		

		Vida religiosa
900	Bento IV *(900-903)*	
	Leão V *(903)*	
	Cristóvão *(903-904)*	
	Sérgio III *(904-911)*	904 O patrício Teofilacto influi nas eleições pontifícias.
910		910 Fundação do Mosteiro de Cluny. Bernon primeiro abade.
	Anastácio III *(911-913)*	911 Conversão e baptismo do chefe normando Rollon.
	Lando *(913-914)*	
	João X *(914-928)*	914 Fundação da Abadia de Brogne.
920		
		926 Odão segundo abade de Cluny.
	Leão VI *(928-929)*	928 Marózia faz assassinar o papa João X.
	Estêvão VII *(929-931)*	
930	João XI *(931-936)*	931 Início da Congregação de Cluny.
		932 Albérico de Túsculo afasta Marózia e toma o poder em Roma.
		933 Reforma beneditina na Lotaríngia.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
	900 Os Húngaros devastam a Morávia e a Baviera.	
		901 Os Bizantinos tomam Régio.
	906 Os Húngaros chegam diante de Veneza.	906 O imperador Leão VI casa com Zoé.
	907 Morte do chefe húngaro Árpad.	907 Oleg, príncipe de Kiev, ataca Constantinopla.
	908 Os Húngaros invadem a Saxónia e a Turíngia.	
	909 Luís, *o Infante* derrotado pelos Húngaros na Suábia.	
910 Morre Afonso III, *o Grande*, último rei das Astúrias.		
911 Os Normandos de Rollon são integrados na França.	911 Conrado da Francónia aclamado pelos duques germânicos.	911 Morte de Leão VI. Sucede-lhe Constantino VII.
912 Abd-er-Rahman III emir de Córdova.		
	913 Derrota dos Húngaros na Baviera.	913 Simeão da Bulgária avança sobre Constantinopla.
	914 Lutas de Conrado I com os feudais insurgidos.	914 Tomada de Adrianópolis por Simeão.
916 União dos Reinos de Leão e de Oviedo.		
	917 Ataques dos Sarracenos no Sul da Itália.	917 Simeão vence os Bizantinos em Anchiolos.
	918 Morte de Conrado I.	Romano Lecapénio associado ao poder imperial.
	919 Os duques germânicos aclamam Henrique da Saxónia.	
922 Os feudais revoltados substituem o duque Roberto a Carlos, *o Simples*.	921 Novas incursões húngaras na Itália.	
923 Luta entre Carlos e Roberto que morre na batalha. Os feudais aclamam Raul, duque da Borgonha.		
924 A Galiza submete-se ao Reino de Leão. Novas incursões normandas em França.	924 Vitória dos Húngaros sobre os Germanos no Lech.	924 Simeão perante Constantinopla. Romano negoceia a paz.
925 Ethelstan, rei dos Anglo-Saxões, retoma Iorque e a Nortúmbria.	925 A Lotaríngia junta-se aos outros ducados germânicos.	925 Simeão proclama-se czar dos Búlgaros.
	926 Invasões húngaras na Lotaríngia e na Champagne.	
929 Morte de Carlos, *o Simples*. Abd-er-Rahman III proclama-se califa em Córdova.		927 Morte de Simeão.
931 Ramiro II rei de Leão. O califa de Córdova toma Marrocos aos Fatimidas.		
932 Ramiro toma Leão e Abd-er-Rahman conquista Toledo.	953 Henrique I vence os Húngaros em Merseburgo.	

		Vida religiosa
	Leão VII *(936-939)*	
	Estêvão VIII *(939-942)*	
940		
	Marinho II *(942-946)*	942 Aynard terceiro abade de Cluny.
	Agapito II *(946-955)*	
		948 Hamburgo metrópole dos Países Escandinavos.
		949 Mayolo substitui Aynard impedido por doença.
950		
		952 Concílio de Augsburgo.
		954 Mayolo eleito quarto abade de Cluny.
	João XII *(955-963)*	955 Morte de Albérico de Túsculo.
960		
		961 Dunstan arcebispo de Cantuária.
		962 Fundação do Bispado de Magdeburgo

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
933 Os Leoneses derrotam os Muçulmanos em Osma.	934 Henrique I impõe tributo aos Dinamarqueses.	934 Os Bizantinos tomam Mitilene.
	935 Os Sarracenos saqueiam Génova.	Romano combate os feudais sublevados.
936 Morte de Raul de Borgonha. Luís IV é aclamado rei de França.	936 Morte de Henrique I. Seu filho Otão I aclamado em Aix-la-Chapelle.	
	937 Lutas de Otão I com os feudais germânicos.	
939 Ramiro II triunfa em Simancas de Abd-er-Rahman III.	939 Otão I derrota os feudais em Andernach.	
940 O conde Fernão Gonzalez torna a Castela independente.		941 Igor, príncipe de Kiev ataca Constantinopla.
Edmundo rei de Inglaterra		Romano bate-o no mar Negro.
	942 Otão I impõe vassalagem ao rei da Borgonha.	943 Incursão húngara no Império Bizantino.
		944 Romano Lecapénio derrubado por seus filhos.
		945 Constantino VII reconquista o poder aos filhos de Romano Lecapénio.
946 Edred rei de Inglaterra.		
	947 Os Húngaros assediam Otranto.	947 O imperador promulga leis contra os feudais.
	Otão I submete a Baviera.	
	948 Vitória dos Bávaros sobre os Húngaros.	
949 Tomada de Fez pelo califa de Córdova.		
	950 Otão I submete os Checos. Berengário de Ivreia declara-se rei de Itália.	
	952 Otão I derrota Berengário e proclama-se rei de Itália.	
	953 Conjura contra Otão de Lindolfo da Suábia e Conrado da Lorena.	
954 Morre Luís IV. Sucede-lhe Lotário.	954 Novas incursões húngaras na Germânia.	
955 Edwig rei de Inglaterra.	955 Decisivo triunfo de Otão sobre os Húngaros no Lechfeld.	
956 Hugo Capeto sucede a Hugo, *o Grande* como duque dos Francos.		
959 Edgar, *o Pacífico* rei de Inglaterra.	959 O papa solicita o auxílio de Otão contra Berengário.	959 Morte de Constantino VII. Sucede-lhe Romano II.
959 Perda de Fez pelo califa de Córdova.		Os Húngaros invadem a Bulgária.
		960-961 Conquista de Creta por Nicéforo II Focas.
961 Alháquem II califa de Córdova.	961 Otão proclama-se de novo rei de Itália.	
	962 Solene coroação imperial de Otão em Roma.	

		Vida religiosa
	Leão VIII *(963-965)*	963 O imperador Otão depõe João XII e faz eleger Leão VIII.
	Bento V *(964)*	964 Otão volta a Roma, depõe Bento V e restaura Leão VIII.
	João XIII *(965-972)*	
		967 Conversão e baptismo do príncipe Miesco da Polónia.
970		
	Bento VI *(972-974)*	971 Piligrim inicia o apostolado entre os Húngaros. 972 Fundação do Bispado de Praga.
	Bento VII *(974-983)*	
980		
	João XIV *(983-984)*	
	Bonifácio VII *(984-985)*	
	João XV *(985-996)*	
		986 Baptismo pelo bispo Adalberto de Praga do príncipe húngaro Géza e de seu filho Vaïk que toma o nome de Estêvão.
990		989 Baptismo de Vladimiro, grão-duque de Kiev.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
	963 Otão recebe preito de vassalagem de Miesco da Polónia.	
	964 Roma subleva-se e, morto João XII, elege Bento V papa.	964 Nicéforo II Focas sucede a Romano II.
	965 Revolta na Lombardia.	965 Focas toma Chipre aos Árabes e ocupa Tarso.
	966 Otão intervém directamente em Roma.	
967 Ramiro III rei de Leão.	967 Otão faz coroar pelo papa seu filho Otão II.	
		968 Focas toma aos Árabes Antioquia, Laodiceia, Hierópolis e Emesa.
		969 João Zimiscésio assassina e substitui Nicéforo II Focas.
972 Alháquem II toma Tânger. Gerberto de Aurillac inaugura o seu ensino em Reims.	972 Casamento de Otão II com a princesa bizantina Teófano.	972 Vitória de Zimiscésio sobre Sviatoslav de Kiev. Vladimiro novo príncipe de Kiev.
	973 Morte de Otão I. Sucede-lhe Otão II.	
	974 Nova revolta em Roma.	974 Zimiscésio toma Edessa.
975 Eduardo, *o Mártir*, rei de Inglaterra.		975 Zimiscésio toma Balbec, Damasco e Beirute.
976 Hixão II califa de Córdova. Regência de Abenabiámir (Almançor).		976 Morte de Zimiscésio. Basílio II funda a dinastia macedónia.
		977 Samuel novo czar dos Búlgaros.
978 Lotário em guerra com o imperador alemão Otão II.		
978 Etelredo rei de Inglaterra.		
980 Novos ataques dos Dinamarqueses à Inglaterra.	980 Otão II restabelece a autoridade imperial na Itália.	
982 Deposição de Ramiro III e aclamação de Bermudo II.		
	983 Invasão da Alemanha pelos Eslavos. Morte de Otão II. Regência de Teófano.	983 Samuel retoma a Tessália e a Macedónia.
985 Almançor invade a Catalunha e toma Barcelona.		
986 Morte de Lotário. Sucede-lhe Luís V.		986 Derrota de Basílio II por Samuel nas Portas Trajanas.
987 Morte de Luís V. Hugo Capeto coroado em Noyon. Almançor toma e destrói Coimbra.		
988-990 Almançor assola a Galiza, Leão e Castela.		989-990 Samuel toma a Albânia, o Montenegro e o Sul da Macedónia.
991 Os Dinamarqueses invadem a Inglaterra. Etelredo institui o *Danegeld*.	991 Morte de Teófano. Regência de Adelaide, viúva de Otão I.	
	992 Boleslau I duque da Polónia.	992 Concessões comerciais de Basílio II a Veneza.
994 Svend, rei da Dinamarca, assume o comando da invasão.		994 Samuel toma Durazzo: os Sérvios reduzidos à vassalagem.

SÉCULO X (Cont.)

		Vida religiosa
	Gregório V *(996-999)*	
		997 Estêvão intensifica a evangelização da Hungria.
	Silvestre II *(999-1003)*	999 O sábio Gerberto de Aurillac erguido ao sólio pontifício.

SÉCULO XI

		Vida religiosa
1000		
	João XVII *(1003)*	1003 Morte de Silvestre II e lutas entre Crescêncios e Tusculanos pelo trono pontifício.
	João XVIII *(1003-1009)*	
1010	Sérgio IV *(1009-1012))*	1009 O califa egípcio Alháquem ordena a destruição do Santo Sepulcro.
	Bento VIII *(1012-1024)*	1012 Predomínio dos Tusculanos na eleição pontifícia. S. Romualdo funda a Camândula.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
994 Sancho, *o Grande,* rei de Navarra.		
995 Olavo Tryggvsson proclama-se rei da Noruega.		995 Expedição de Basílio II à Síria.
996 Morte de Hugo Capeto. Sucede-lhe Roberto, *o Piedoso.*	996 Otão III coroado imperador em Roma.	
997 Almançor destrói na Galiza o Santuário de Compostela.	997 Morte de Géza. Sucede-lhe seu filho Estêvão.	
	998 Otão III domina a insurreição do povo romano.	999 Basílio II retoma Emesa e domina a Síria.
	999 Otão III fixa residência em Roma.	

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
	1000 (ou 1001 ?) Estêvão da Hungria coroado «Rei Apostólico».	1000 Os Bizantinos retomam a Bulgária danubiana.
1002 Morte de Almançor. Sucede-lhe Modáfar. Etelredo ordena a matança dos Dinamarqueses.	1001 Novas desordens em Roma.	1001 Basílio II inicia a conquista de toda a Bulgária. Tratado entre Bizâncio e os Fatímidas do Cairo.
1003 Roberto, *o Piedoso,* de França inicia a conquista da Borgonha.	1002 Morte de Otão III. Sucede-lhe Henrique II.	1004 Vitória de Basílio sobre Samuel no rio Vardar.
	1004 Henrique II coroado rei de Itália. Assalto dos Sarracenos a Pisa.	1005 Retorno ofensivo dos Búlgaros.
1008 Sanxol sucede a Modáfar. Hixão II califa de Córdova.		1007 Anexação a Bizâncio da Macedónia inferior.
Guerra civil entre Almahadi e Soleimão.	1009 Aparecimento dos Normandos no Sul da Itália.	
1013 Svend conquista parte da Inglaterra. Etelredo emigra. Os Berberes tomam Córdova.		
1014 Morte de Svend. Etelredo retoma parte dos seus Estados.	1014 Henrique II coroado imperador pelo papa.	1014 Vitória de Basílio sobre Samuel no rio Strumitza.
1016 Canuto, filho de Svend, bate Etelredo em Assandum.		
1017 Canuto reconhecido como rei em toda a Inglaterra.		
1018 Abd-er-Rahman IV califa de Córdova.		1018 Basílio II completa a conquista da Bulgária.
1019 A Dinamarca une-se à Inglaterra.		

Vida religiosa

1020

João XIX
(1024-1033)

1027 A «Trégua de Deus» decretada no Sínodo de Tuluges.

1030

Bento IX
(1033-1045)

1037 Inicia-se a construção da Abadia de Jumièges.

1040

1043 Miguel Cerulário patriarca de Constantinopla.
1044 Os Crescêncios erguem Silvestre III como antipapa.
1045 Bento IX vende a tiara a Gregório VI.
1046 Henrique III depõe os três papas e entroniza C mente II.

Gregório VI
(1045-1046)
Clemente II
(1046-1047)
Dâmaso II
(1047-1048)
Leão IX
(1048-1054)

1048 Leão IX inicia a Reforma da Igreja.
1049 Importantes decretos do Concílio de Reims.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
	1024 Morte de Henrique II. Sucede-lhe Conrado II.	1025 Morte de Basílio II. Sucede-lhe Constantino VIII.
	1026 Conrado coroado rei de Itália.	
	1027 Conrado coroado imperador.	
1028 Sancho, *o Grande*, de Navarra toma Castela.		1028 Morte de Constantino VIII. Sua filha Zoé casa com Romano III.
1028-1030 Canuto conquista a Noruega.	1029 A cidade de Aversa doada ao normando Rainulfo.	
	1030 Pandulfo de Cápua doa aos Normandos o Condado de Arécio. Cremona inicia o movimento comunal em Itália.	1030 Malogra-se na Síria a expedição de Romano III.
1031 Morte de Roberto, *o Piedoso*. Sucede-lhe Henrique I. Abolição do califado em Córdova. Reinos de «taifas».		
1032 Henrique I dá o ducado da Borgonha a seu irmão Roberto.		
1034 Roberto I da Normandia declara herdeiro o bastardo Guilherme.		1034 Assassínio de Romano III. Zoé casa com Miguel IV, que sobe ao trono.
1035 Morte de Sancho, *o Grande*. Partilha dos seus Estados.	1035 Revolta na Lombardia contra os feudais.	
Morte de Canuto. Sucede-lhe, em Inglaterra, Haraldo.	1036 Chegam ao Sul da Itália três filhos de Tancredo de Hauteville.	
1037 Fernando de Castela faz-se coroar também rei de Leão.	1038 Conrado II anexa a Borgonha à Alemanha.	
	1039 Morte de Conrado. Sucede-lhe Henrique III.	
1040 Harthacanuto rei de Inglaterra.		
1041 Harthacanuto chama do exílio Eduardo, filho de Etelredo.		
1042 Eduardo, *o Confessor*, rei de Inglaterra.		1042 Morte de Miguel IV. Sucede-lhe Miguel V. Miguel V destronado por Constantino «Monómaco».
	1043 Guilherme, *Braço-de-ferro*, conde da Apúlia.	1043 Os Russos ameaçam Constantinopla.
1047 Guilherme da Normandia vence os feudais em Val-ès-Dunes.	1047 Chega a Itália Roberto Guiscardo.	
		1049 Instalação dos Pechenègues na Bulgária.

		Vida religiosa
1050		
		1052 Cerulário quer impor o rito grego.
		1053 Conflito de Cerulário com os delegados pontifícios.
		1054 Excomunhão de Cerulário, que se revolta. Consuma-se o Cisma Oriental.
	Vítor II *(1055-1057)*	
	Estêvão IX *(1057-1058)*	
	Bento X *(1058-1059)*	
	Nicolau II *(1059-1061)*	1059 Pacto de amizade da Santa Sé com os Normandos. O Papa decreta a eleição pontifícia pelos cardeais.
1060		
	Alexandre II *(1061-1073)*	1063 O Papa encoraja a guerra santa na Península Ibérica.
		1066 Início da edificação da Abadia de Monte Cassino.
1070		1070 Lanfranc, primaz da Inglaterra, fomenta a Reforma da Igreja.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
1050 Guilherme da Normandia casa com Matilde da Flandres.		1050 Morte de Zoé.
1051 Rebelião do conde Godwin de Wessex e de seus filhos.		
	1053 O papa vencido e aprisionado pelos Normandos.	
1054 Fernando de Leão e Castela bate Garcia de Navarra.		1054 Os Seljúcidas invadem a Geórgia e a Arménia.
1055 Fernando de Leão e Castela atravessa o Douro.		1055 Morte de Constantino «Monómaco», último Macedónio. Sucede-lhe Miguel VI.
	1056 Morte de Henrique III da Alemanha. Sucede-lhe Henrique IV sob a regência da imperatriz Inês.	
1057 Fernando de Leão e Castela conquista Badajoz, Viseu e Lamego.		
1058 Os Normandos batem Henrique I em Varaville.		
		1059 Revolta militar que dá o trono a Isaac Comneno.
1060 Morre Henrique I. Filipe I rei de França.	1060 Guiscardo toma Régio aos Bizantinos. Seu irmão Rogério inicia a conquista da Sicília aos Árabes.	1060 Abdicação de Isaac Comneno. 1060 Sucede-lhe Constantino XI «Ducas».
	1062 Guiscardo toma Brindes.	
1063 Haroldo de Wessex conquista o País de Gales. Cruzada Borgonhesa em Espanha.		
1064 Fernando Magno toma Coimbra e cerca Valência. O normando Guilherme de Montreuil toma Barbastro.	1064 Excomunhão do imperador Henrique IV por se ter divorciado de Berta de Sabóia.	
1065 Morte de Fernando Magno. Partilha dos seus reinos.		
1066 Morte de Eduardo, *o Confessor*. Haroldo, proclamado rei e vencedor da invasão norueguesa, é batido em Hastings por Guilherme da Normandia, que sobe ao trono de Inglaterra.		
		1067 Morte de Constantino «Ducas». Regência da viúva.
		1068 Romano IV, «Diógenes», sobe ao trono.
1069 Filipe I adquire o Gâtinais.		

		Vida religiosa
		1071 O Aragão enfeudado à Santa Sé pelo rei Sancho Ramires.
	Gregório VII *(1073-1085)*	1073 Aclamação de Hildebrando pelo povo de Roma.
		1074 Decretos papais contra a simonia e o nicolaísmo.
		1075 Decretos papais contra as investiduras laicas. Demétrio de Kiev declara-se vassalo do papa. 1076 Na Dieta de Worms ataca-se e depõe-se o papa. Em resposta o papa condena e depõe o imperador. 1077 O imperador humilha-se perante o papa em Canossa. Na Dieta de Torcheim Rodolfo da Suábia é eleito imperador. 1078 Fundação em Espanha do Mosteiro de Sahagún. Anselmo de Aosta prior da Abadia de Bec.
1080		1080 O imperador impõe o antipapa Clemente III (Guiberto de Ravena). Morte de Rodolfo da Suábia. Apelo do papa aos Normandos. 1081-1083 Ataques malogrados do imperador a Roma.
		1084 Henrique IV faz-se coroar em Roma pelo antipapa. Acorrem os Normandos, que libertam Gregório VII. Bruno, *o Silencioso,* funda a Cartuxa.
	Vítor III *(1086-1087)*	
		1087 Condenação do imperador no Concílio de Benevento.

Europa Ocidental	Europa Central	Império Bizantino
	1071 Guiscardo toma Bari.	1071 Romano IV derrotado em Manzikert pelos Seljúcidas. Sucede-lhe Miguel VII.
1072 Afonso VI rei de Leão e Castela por morte de seu irmão Sancho.		
1073 Afonso VI anexa a Galiza e refaz os domínios de Fernando Magno.	1073 Revolta geral da Saxónia contra o imperador.	
	1074 Henrique IV impõe o seu domínio aos rebeldes.	
1076 Filipe I reconquista o Vexin.	1076 Os feudais contra o imperador na Dieta de Tribúria.	
		1078 Nicéforo Botaniato derruba Miguel com o apoio dos Turcos.
1079 Afonso VI casa com D. Constança de Borgonha.		
	1080 Vitória e morte de Rodolfo da Suábia no Elster. Estreita-se a aliança do papa com os Normandos.	
1081 Rodrigo Dias de Bivar desterrado por Afonso VI.		1081 Aleixo Comneno derruba Nicéforo Botaniato.
1082 Incursão de Afonso VI até Sevilha e Tarifa.		1082 Importantes privilégios comerciais concedidos a Veneza.
1085 Afonso VI recupera Toledo. Guilherme da Normandia manda redigir o *Domesday Book*.	1085 Morte de Roberto Guiscardo.	1085 Aleixo I expulsa os Normandos dos Balcãs.
1086 O almorávida Iuçufe derrota Afonso VI em Sacrálias.		
1087 Morte de Guilherme da Normandia. Sucede-lhe Guilherme II, *o Ruivo*.		

ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS

Generalidades

Ernst Bernheim, *Introducción al Estudio de la Historia* (Trad. espanhola de Pascual Galindo Romeo).

Karl Jaspers, *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte* (Trad. espanhola de Fernando Vela com o título de *Origen y Meta de la Historia*).

Francisco Sawicki, *Geschichtsphilosophie* (Trad. espanhola de Manuel D. Fornell, com o título de *Filosofía de La Historia*).

Hermann Schneider, *Geschichtsphilosophie* (Trad. espanhola de José Rovira y Armengol, com o título de *Filosofía de la Historia*); *The History of World Civilization.*

Herbert Butterfield, *Christianity and History.*

J. Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos* (Versão espanhola de Wenceslao Roces); *Sobre el Estado Actual de la Ciencia Histórica* (Trad. espanhola de Maria de Meyere).

José Ortega y Gasset, *Historia como Sistema.*

Raymond Aron, *Introduction a la Philosophie de l'Histoire.*

Jacques Maritain, *Pour une Philosophie de l'Histoire.*

Marc Bloch, *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien.*

Bernard Fay, *L'Homme Mesure de l'Histoire.*

André Lebey, *Nécessité de l'Histoire.*

Anatole de Monzie, *Pétition pour l'Histoire.*

Pedro Laín Entralgo, *Las Generaciones en la Historia.*

Paul Ricoeur, *Histoire et Vérité.*

Robert Flint, *La Philosophie de l'Histoire en France; La Philosophie de l'Histoire en Allemagne* (Trad. francesas de Ludovic Carrau).

Hans Georg Gadamer, *Herder et ses Théories sur l'Histoire* (No volume *Regards sur l'Histoire,* coligido por Karl Epting).

Pierre Vendryès, *De la Probabilité en Histoire.*

Fernando Whitaker da Cunha, *O Conceito da História.*

J. Massabuau, *L'État contre la Nation.*

Smith, *Dictionnaire de Biographie, Mythologie, Géographie Anciennes* (Trad. francesa de M. Theil).

Elysée Reclus, *Nouvelle Géographie Universelle.*

Jean Brunhes, *La Géographie Humaine.*

Jean Brunhes et Camille Vallaux, *La Géographie de l'Histoire.*

Oliveira Martins, *Taboas de Chronologia e de Geographia Historica.*

Jean Delorme, *Chronologie des Civilisations.*

J. T. Shotwell, *Introduction to the History of History.*

René Sédillot, *Survol de l'Histoire du Monde.*

J. L. Myres, *The Dawn of History.*

René Grousset, *Bilan de l'Histoire; Figures de proue.*

A. Ott, *Histoire Universelle. Première Partie: Histoire Ancienne.*
Jacques Pirenne, *Les Grands Courants de l'Histoire Universelle.* I — *Des Origines à l'Islam;* II — *De l'Espagne Musulmane aux Traités de Westphalie.*
E. Cavaignac, *Histoire de l'Antiquité; Chronologie de l'Histoire Mondiale.*
Charles Seignobos, *Essai d'une Histoire Comparée des Peuples de l'Europe.*
V. G. Childe, *The Aryans; The Dawn of European Civilization.*
H. J. Fleure, *The Peoples of Europe.*
Fustel de Coulanges, *La Cité Antique.*
Arnold J. Toynbee, *A Study of History; Civilization on Trial; The World and the West.*
Christopher Dawson, *The Making of Europe; The Age of the Gods; Medieval Essays.*
Will Durant, *Histoire de la Civilisation. L'Âge de la Foi:* I — *L'Apogée de Byzance et la Civilisation Islamique;* II — *Civilisation Judaique. L'Âge des Ténèbres* (Trad. francesa de Fr. Vandon); III — *L'Apogée du Christianisme* (Trad. francesa de G. Waringhien).
Gonzague de Reynold, *Qu'est-ce que l'Europe?; La Formation de l'Europe; L'Europe Tragique.*
Edward A. Freeman, *History of Europe* (Trad. francesa de A. Parmentier).
H. E. Barnes, *History of Western Civilization.*
C. R. L. Fletcher, *The Making of Western Europe.*
Charles Petit-Dutails e M. Guinard, *L'Essor des États d'Occident.*
H. A. L. Fisher, *A History of Europe, from the Earliest Times to 1713.*
Benda — Flora — Salis — Guéhenno — Rougemont — Lukacs — Spender — Bernanos — Jaspers, *El Espiritu Europeo* (Trad. espanhola de M. Piaza, com prefácio de Julián Marías).
Claude Delmas, *Histoire de la Civilisation Européenne.*
Pedro Laín Entralgo, *Definición de Europa.*
Hans Freyer, *Weltgeschichte Europas* (Trad. espanhola de Antonio Tovar, sob o título de *Historia Universal de Europa*).
Louis Halphen, *l'Essor de l'Europe.*
Henri Pirenne, *Histoire de l'Europe, des invasions au XVI^e siècle.*
J. W. Draper, *History of the Intellectual Development of Europe.*
G. Elliot Smith, *The Migrations of Early Culture.*
A Bíblia Sagrada, Contendo o Velho e o Novo Testamento (Trad. em português pelo P.^e João Ferreira de Almeida).
Nácar-Colunga, *La Sagrada Bíblia; Nuevo Testamento. Versión Directa del Texto Original Griego.*
Joseph Huby, *Christus. Manuel d'Histoire des Religions.*
Salomon Reinach, *Orpheus. Histoire Générale des Religions, des Origines à nos Jours.*
R. Garce, M. Mortier, *Histoire Générale des Religions.*
A. Vacant, *Dictionnaire de Théologie Catholique.*
Mgr. Louis Prunel, *Cours Supérieur de Religion: 1 — Les Fondements de la Doctrine Catholique. 2 — L'Église.*
Fliche et Martin, *Histoire de l'Église.*
Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles.*
B. Llorca, R. Garcia Villoslada, F. J. Montalban, *Historia de la Iglesia Catolica.* I — *Edad Antigua — La Iglesia en el Mundo Grecorromano.*
R. Morçay, *Nouvelle Histoire de l'Église.*
J. Lortz, *Geschichte der Kirche, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung* (Trad. francesa de Maurice Lefèvre, sob o título de *Histoire de L'Église, des Origines à nos Jours).*
Fernand Hayward, *Histoire des Papes.*

Wladimir d'Ormesson, *La Papauté.*
Godefroid Kurth, *L'Église aux Tournants de l'Histoire.*
E. Beau de Loménie, *L'Église et l'État.*
Henrique Florez, *España Sagrada.*
V. La Fuente, *Historia Eclesiastica de España.*
Modesto Lafuente, *Historia General de España.*
Marcelino Menéndez y Pelayo, *Historia de España; Historia de los Heterodoxos Españoles.*
Antonio Ballesteros y Beretta, *Historia de España y su Influencia en la Historia Universal; Síntesis de Historia de España.*
Rafael Altamira y Crevea, *Historia de España y de la Civilización Española.*

LIVRO I: MEDITERRÂNEO BERÇO DE CIVILIZAÇÕES

V. Gordon Childe, *L'Orient Préhistorique* (Trad. de E. Lévy); *The Cambridge Ancient History.*
M. Rostovtzeff, *A History of the Ancient World.*
A. Moret, *Histoire de l'Orient.*
M. David, *Introduction à l'Étude des Sociétés Anciennes.*
G. Maspero, *Histoire Ancienne des Peuples de l'Orient.*
F. Lenormant, *Histoire des Peuples Orientaux.*
E. Cavaignac, *Le Monde Méditerranéen jusqu'au IV^e siècle avant Jésus-Christ.*
A. Moret e G. Davy, *Des Clans aux Empires.*
G. Fougères, P. Jonglet, J. Lesquier, Georges Contenau, René Grousset, *Les Premières Civilisations.*
Georges Hanno, *Les Villes Retrouvées (Thèbes d'Égypte, Ninive, Babylone, Troie, Carthage, etc.).*
Louis Delaporte, *Les Peuples de l'Orient Méditerranéen:* I — *Le Prochain-Orient Asiatique.*
Sartiaux, *Les Civilisations Anciennes de l'Asie Mineure.*
Jean-Rémy Palanque, *Les Impérialismes Antiques.*
Jean-Gabriel Leroux, *Les Premières Civilisations de la Méditerranée.*
Georges Contenau, *Les Civilisations Anciennes du Proche-Oriente; La Civilisation d'Assur et de Babylone.*
F. Thureau-Dangin, *La Chronologie des Dynasties de Sumer et d'Akkad.*
V. Scheil, *Code des Lois d'Hammurabi, Roi de Babylone vers l'An 2000 avant Jésus-Christ; La Loi d'Hammurabi.*
A. T. Olmstead, *History of Assyria.*
F. Zeiler, *Sur le Culte de Cybèle et de Mithra.*
C. Huard, *La Perse Antique et la Civilisation Iranienne.*
P. Sykes, *History of Persia.*
R. Dussaud, *Les Civilisations Pré-Helléniques dans le Bassin de la Mer Égée.*
G. Glotz, *La Civilisation Égéenne.*
Arthur Evans, *The Earlier Religions of Greece in the Light of the Cretan Discoveries; The Palace of Minos at Cnossos.*
J. Baikie, *The Sea-Kings of Crete.*
G. Jèquier, *Histoire de la Civilisation Égyptienne.*
Jean Vercoutter, *L'Égypte Ancienne.*
Stéphane Gsell, *Histoire Ancienne de l'Afrique du Nord.*

Mahaffy, *A History of Egypt.*
Etienne Drioton, *Les Peuples de l'Orient Méditerranéen:* II — *L'Égypte.*
A. Moret, *L'Égypte jusqu'à l'Époque des Hyksos.*
R. Dussaud, *Quelques Précisions Touchant les Hyksos.*
P. Dhorme, *Les Nouvelles Tablettes de El-Amarna* (*Revue Biblique,* tomo 21-1924).
P. Dhorme, *Abraham dans le Cadre de l'Histoire* (*Revue Biblique,* tomo 37-1928).
G. Ricciotti, *Historia de Israel.*
L. Desnoyers, *Histoire du Peuple Hébreu, des Juges à la Captivité.*
R. Weill, *La Cité de David.*
Daniel-Rops, *Histoire Saint. I — Le Peuple de la Bible.*
Georges Contenau, *La Civilisation Phénicienne.*
Victor Bérard, *Les Phéniciens et l'Odyssée.*
V. Clerc, *Massalia. Histoire de Marseille dans l'Antiquité.*
Martins Sarmento, *Os Argonautas.*

A Grécia ou o humanismo pagão

Hérodot, *Histoire* (Trad. francesa de Larcher).
J. B. Bury, *A History of Greece.*
G. Glotz et R. Cohen, *Histoire Grecque.*
Curtius, *Histoire Grecque.*
Will Durant, *Histoire de la Civilisation: IV — Le Monde Égéen. La Grèce Archaique. V — La Grèce. L'Âge d'or. VI — La Grèce. Déclin de la Liberté. La Dispersion Hellénistique* (Trad. francesa de Charles Mourey e Jacques Marty).
Maurice Croiset, *La Civilisation de la Grèce Antique.*
Botsford e Shiller, *Hellenic Civilization.*
W. W. Tarn, *Hellenistic Civilization.*
A. Zimmern, *The Greek Commonwealth.*
Gustave Glotz, *La Cité Grecque.*
S. H. Butcher, *Some Aspects of the Greek Genius.*
G. L. Dickinson, *The Greek View of Life.*
Chompré, *Diccionario da Fabula.*
Andrew Lang, *La Mythologie* (Trad. francesa de Léon Parmentier).
Decharme, *Mythologie Grecque.*
Charles Karényi, *La Mythologie des Grecs.*
Alexandre H. Krappe, *La Genèse des Mythes.*
P. Foucart, *Le Culte des Héros chez les Grecs.*
H. Schliemann, *Ilios.*
Homero, *Ilíada; Odisseia* (Versões portuguesas, prefácios e notas do Dr. Alves Correia).
Homère, *L'Iliade; L'Odyssée* (Trad. francesas de Dacier e Dugas Montbel).
F. Robert, *Homère.*
Helbig, *L'Épopée Homérique.*
Gilbert Murray, *Rise of the Greek Epic.*
C. M. Bowra, *Tradition and Design in the Iliad.*
Walter Leaf, *Homer and History.*
T. D. Seymour, *Life of the Homeric Age.*
Émile Mireaux, *Les Poèmes Homériques; La Vie Quotidienne au Temps d'Homère.*
W. S. Ferguson, *Hellenistic Athens; Greek Imperialism.*
E. Abbott, *Pericles and the Golden Age of Athens.*
Charles Picard, *La Vie dans la Grèce Classique.*

Jerôme Carcopino, *L'Ostracisme Athénien.*
Plutarco, *Varões Ilustres* (Trad. portuguesa de Mário Gonçalves Viana).
Plutarque, *Vie des Hommes Illustres* (Trad. francesa de Alexis Pierron).
Plutarque, *Vie de Péricles; Vie de Démosthène* (Trad. francesa de Ricard e Dacier).
Thucydide, *Histoire de la Guerre du Péloponèse* (Trad. francesa de Zevort).
B. W. Andersen, *The Great War between Athens and Sparta.*
Xénophon, *Oeuvres Complètes* (Trad. francesas de Dacier, Auger, Larcher, Lévesque, Dumas, Gail — revistas e corrigidas por Émile Pessonneaux).
Xénophon, *La Retraite des Dix Mille; La Cyropédie* (Trad. francesas de Perrot d'Ablancourt).
Demóstenes. *Oração da Coroa* (Versão do grego, prefácio e notas pelo Prof. Vieira de Almeida).
Démosthène et Eschyne, *Chefs-d'Oeuvre* (Trad. francesa de J. F. Stiévenart).
D. G. Hogarth, *Philip and Alexander of Macedon.*
Quinte-Curce, *Histoire d'Alexandre-le-Grand* (Trad. francesa de Vaugelas).
G. Radet, *Alexandre le Grand.*
Wilcken, *Alexandre le Grand.*
J. G. Droysen, *Alexander der Grosse* (Trad. francesa de J. Benoist-Méchin).
A. Weigall, *Alexander the Great.*
P. Jonguet, *L'Impérialisme Macédonien et l'Hellénisation de l'Orient.*
J. P. Mahaffy, *Progress of Hellenism in Alexander's Empire.*
Boucher-Leclercq, *Histoire des Lagides; Histoire des Séleucides.*
E. Bevan, *The House of Seleucus.*
Aristoteles, *Metafisica; Moral: La Gran Moral — Moral a Eudemo* (Trad. espanhola de Patricio de Azcárate).
Aristote, *La Politique* (Trad. francesa de Thurot); *Poétique et Rhétorique* (Trad. francesa de Charles-Émile Ruelle).
O. Hamelin, *Le Système d'Aristote.*
Ismael Quiles, S. J., *Aristoteles, Vida, Escritos y Doctrina.*
E. Barker, *The Political Thought of Plato and Aristotle.*
Platón, *Diálogos* (3 volumes) (Trad. espanhola de Juan B. Bergua).
Platon, *La République ou l'État; Les Lois; Dialogues Socratiques; Dialogues Polémiques; Dialogues Dogmatiques* (Trad. francesas de Amédée Saisset e Emmanuel Chauvet).
Abel Hermant, *Platon.*
A. Rivaud, *Les Grands Courants de la Pensée Antique.*
Gompertz, *Les Penseurs de la Grèce.*
L. Robin, *La Pensée Grecque.*
Alfred et Maurice de Croiset, *Histoire de la Littérature Grecque.*
G. Murray, *History of Ancient Greek Literature.*
Eschyle, *Théatre* (Trad. francesa de Alexis Pierron).
Sófocles, *Tragédias do Ciclo Tebano: Rei Édipo, Édipo em Colono, Antígona* (Versão do grego pelo padre Dias Palmeira).
Sophocle, *Théatre* (Trad. francesa de M. Dupuy e Émile Pessonneaux).
Euripide, *Théatre* (Trad. francesa de Emile Pessonneaux).
Euripide, *Ephigénie à Aulis; Hippollyte* (Trad. francesas de P. Brumoy).
Aristophane, *Comédies* (Trad. francesa de Zevort).
R. Norwood, *The Greek Drama.*
A. de Ridder e W. Deonna, *L'Art en Grèce.*
Boutmy, *Le Parthénon et le Génie Grec.*
Droysen, *Histoire de l'Hellénisme.*
Ernest Renan, *Prière sur l'Acropole.*

Charles Maurras, *Anthinéa.*
J.-G. Frazer, *The Golden Bough; Studies in Greek Scenery, Legend and History.*
R. W. Livingstone, *The Legacy of Greece.*
J. P. Mahaffy, *What Have the Greeks Done for Modern Civilization?*
H. R. James, *Our Hellenic Heritage.*

Roma entre a toga e a espada

Tite-Live, *Histoire de Rome* (Trad. francesa de Gaucher).
Montesquieu, *Considérations sur les Causes de la Grandeur et de la Décadence des Romains.*
Mommsen, *Histoire Romaine* (Trad. francesa de Cagnat e Toutain).
Fustel de Coulanges, *La Cité Antique.*
E. Païs, *Storia di Roma.*
Guglielmo Ferrero, *Grandezza e Decadenza di Roma.*
Vogelstein, *Rome.*
Léon Homo, *Nouvelle Histoire Romaine.*
Gaston Boissier, *La Religion Romaine.*
Will Durant, *Histoire de la Civilisation:* VII — *Rome. Les Origines. La République. La Révolution.* VIII — *Rome. Le Principat.*
A. Piganiol, *Essai sur les origines de Rome.*
Raymond Bloch, *Les Origines de Rome.*
D. Randall Mac Iver, *The Etruscans.*
P. Ducati, *Le Problème Étrusque.*
B. Nogara, *Les Étrusques et leur Civilisation.*
G. Dumézil, *Jupiter, Mars, Quirinus.*
Léon Homo, *L'Italie Primitive et les Débuts de l'Impérialisme Romain.*
G. G. Lapeyre e A. Pellegrin, *Carthage Punique.*
R. B. Smith, *Carthage and the Carthaginians.*
Madeleine Hours-Miédan, *Carthage.*
R. Piganiol, *La Conquête Romaine.*
Adolfo Schulten, *Viriato* (Trad. portuguesa de Alfredo Ataíde).
Oliveira Martins, *História da República Romana.*
Jérôme Carcopino, *Autour des Gracques; Histoire de la République Romaine:* I — *Des Gracques à Sylla.*
Plutarque, *Vies de Fabius Maximus et Coriolan; Vies de Tiberius et Caïus Gracchus* (Trad. francesas de Ricard e Dacier).
Pierre Grimal, *La Vie à Rome dans l'Antiquité.*
Lucien Augé de Lassus, *Le Forum.*
Salluste, *Conjuration de Catilina; Guerre de Jugurta* (Trad. francesas de Victor Dévelay).
Cicéron, *De la République; Catilinaires. Discours; Harangues au Peuple et au Sénat* (Trad. francesas de M. Clément).
Plutarque, *Vies de Marcellus, Marius et Sylla; Vie de Pompée. Sertorius; Vies de Cicéron et Caton le Censeur* (Trad. francesas de Ricard e Dacier).
Gaston Boissier, *Cicéron et ses Amis.*
Léon Daudet, *Sylla et son Destin.*
Jérôme Carcopino, *Sylla ou la Monarchie Manquée.*
Plutarque, *Vie de César* (Trad. francesa de Dacier).
César, *Commentaires sur la Guerre des Gaules* (Trad. francesa de Perrot d'Ablancourt).
Camille Jullian, *Histoire de la Gaule.*

Augustin Thierry, *Histoire de la Gaule sous l'Administration Romaine.*
Lucain, *La Pharsale* (Trad. francesa de Marmontel).
Boucher Leclercq, *Histoire des Lagides.*
Lumbroso, *L'Egitto al Tempo dei Greci e dei Romani.*
Weigall, *The Life ant Times of Cleopatra, Queen of Egypt.*
Oscar de Wertheimer, *Cléopatre, Reine des Rois* (Trad. francesa de Adrien Vochelle).
Jérôme Carcopino, *Histoire de la République Romaine:* II — *César.*
Warde Fowler, *Julius Caesar and the Foundation of the Roman System.*
Alfred Jeanroy e Aimé Puech, *Histoire de la Litérature Latine.*
Cornelius Nepos, *Vies des Grands Capitaines* (Trad. francesa de P. Brumoy).
Virgile, *L'Éneide; Bucoliques et Géorgiques* (Trad. francesas de René Binet).
Horace, *Poésies* (Trad. francesa de Batteux).
Horácio e Virgílio, *Obras Completas* (Trad. espanhola de Lorenzo Riber).
Lucrèce, *De la Nature* (Trad. francesa de L. Crouslé).
Ovide, *Les Amours. L'Art d'Aimer; Les Métamorphoses; Les Fastes. Les Tristes; Les Héroides. Les Pontiques* (Trad. francesas de Martinon e Gros).
Plaute, *Théatre* (Trad. francesa de J. Naudet).
J. Buchan, *Augustus.*
E. Albertini, *L'Empire Romain.*
H. Stuart Jones, *A Companion to Roman History; The Roman Empire.*
Léon Homo, *L'Empire Romain.*
Jérôme Carcopino, *Points de Vue sur l'Impérialisme Romain; Étapes de l'Impérialisme Romain.*
C. Bloch, *L'Empire Romain.*
Rostovtzeff, *Social and Economic History of the Roman Empire.*

A. Lods, *Israël, des Origines au Milieu du VIII^e siècle; Des Prophètes à Jésus.*
Ernest Renan, *Histoire du Peuple d'Israël.*
Juster, *Les Juifs dans l'Empire Romain.*
J. Coppens, *Les Prophètes d'Israël.*
Charles, *Le Milieu Biblique avant Jésus-Christ.*
Dennefeld, *Le Messianisme.*
M. J. Lagrange, *Le Messianisme chez les Juifs.*
A. J. Festugière, *Le Monde Gréco-Romain au Temps de Notre-Seigneur.*
J. Isaac, *Jésus et Israël.*
Ernest Renan, *Vie de Jésus.*
Léonce de Grandmaison, *Jésus-Christ.*
Daniel-Rops, *Le Peuple de la Bible; Jésus en son Temps.*
Vacandard, *L'Institution Formelle de l'Église par le Christ.*
A. Manassero, *Ecce Homo. Storia del Processo di Gesù.*
Giovanni Papini, *Storia di Cristo.*
Karl Adam, *Jesus Cristo.*
J. Lebreton, *La Vie et l'Enseignement de Jésus-Christ.*
G. Ricciotti, *Vita di Gesù Cristo.*
F. Prat, *Jésus-Christ. Sa Vie. Sa Doctrine. Son Oeuvre.*
H. Felder, *Jesús de Nazaret.*
Plínio Salgado, *Vida de Jesus.*
Dmitri Merejkowski, *Jésus Inconnu; Le Christ qui Vient.*

François Mauriac, *Vie de Jésus.*
P. Andrés Fernández, S. J., *Vida de Nuestro Señor Jesucristo.*
Brancati, *The Life of Christ.*
Romano Guardini, *Le Seigneur. Méditations sur la Personne et la Vie de Jésus-Christ* (Trad. francesa do P.e Lorson, S. J.).
H. Pinard de La Boullaye, *Jésus et l'Histoire.*
J. Mackinnen, *The Historic Jesus.*
M. Lépin, *Le Christ Jésus. Son Existence Historique et sa Divinité.*
T. R. Glover, *The Jesus of History.*
Jean Guitton, *Le Problème de Jésus.*
L. Duchesne, *Histoire Ancienne de l'Église.*
A. Dufourcq, *Histoire Ancienne de l'Église.*
Bernardino Lorca, S. J., *Historia de la Iglesia Catolica: Tomo I — Edad Antigua. La Iglesia en el Mundo Grecorromano.*
Daniel-Rops, *Histoire de l'Église du Christ:* I — *L'Église des Apôtres et des Martyrs.*
A. Boudon, *Actes des Apôtres.*
Georges Chevrot, *Simão Pedro* (Trad. portuguesa de Luís Silveira).
C. Fouard, *Les Origines de l'Église. Saint Pierre.*
M. Besson, *Saint Pierre et les Origines de la Primauté Romaine.*
E. B. Allo, *Saint Jean. L'Apocalypse.*
J. P. Henzey, *Les Deux Jean. Le Baptiste. L'Évangéliste.*
W. Lowrie, *Peter and Paulus in Rome.*
J. M. Bover, *Las Epístolas de San Pablo.*
Dom P. Delatte, *Les Épitres de Saint Paul.*
C. Fouard, *Saint Paul. Ses Missions.*
G. Contini, *Paolo di Tarso, Apostolo delle Genti.*
Émile Baumann, *Saint Paul.*
A. Hellard, *Saint Paul.*
Daniel-Rops, *Saint Paul, Conquérant du Christ.*
J. Huby, *Saint Paul, Apôtre des Nations; Mystique Johannique et Mystique Paulinienne; L'Evangile et des Évangiles.*
R. Rábanos Espinosa, *El Pensamento Misionero de San Pablo.*
C. Fouard, *Saint Paul. Ses Dernières Années.*
P. Grelot, *Introduction aux Livres Saints.*
Mgr. Weber, *La Bible, Livre de Dieu et Livre de l'Homme.*
Daniel-Rops, *Qu'est-ce que la Bible?*
P. Juan de Maldonado, S. J., *Comentarios a los Cuatro Evangelios:* I — *Evangelio de San Mateo.* II — *Evangelio de San Marcos y San Lucas.* III — *Evangelio de San Juan.*
Daniel Ruiz Bueno, *Padres Apologistas Griegos (Siglo II).*
P. Jesús Solano, S. J., *Textos Eucaristicos Primitivos* I — *Hasta Fines del Siglo IV.*
M. Viller, *La Spiritualité des Premiers Siècles Chrétiens.*
F. Cayré, *Spirituels et Mystiques des Premiers Temps.*
E. F. Scott, *First Age of Christianity.*
E. Amann, *L'Église des Premiers Siècles.*
P. Gentile, *Il Cristianesimo dalle Origine a Constantino.*
E. W. Barnes, *The Rise of Christianity.*
A. Tricot, *L'Église Naissante, de l'An 30 à l'An 100.*
P. Battifol, *L'Église Naissant et le Catholicisme; Cathedra Petri.*
J. Madoz, *El Primado Romano.*
W. W. Ramsay, *The Church in the Roman Empire before A. D. 170.*
Salvador Minguijón, *Los Apologistas del Siglo II.*

Rivière, *La Propagation du Christianisme dans les Trois Premiers Siècles.*
P. Foakes-Jackson, *The Expansion of the Christian Church.*
L. Bayard, *Tertullien et Saint Cyprien.*
C. Guignebert, *Tertullien.*
J. Daniélou, *Origène.*
F. Saguard, *Clément d'Alexandrie.*
B. Romeyer, *La Philosophie Chrétienne.*
J. Tixeront, *Précis de Patrologie; Histoire des Dogmes.*
Will Durant, *Histoire de la Civilisation:* VIII — *Rome. Le Principat.* IX — *L'Empire. La Jeunesse du Christianisme* (Trad. francesa de Jacques Marty).
Friedländer, *Roman Life and Manners under the Roman Empire.*
Tenney Frank, *Roman Imperialism.*
Suétone, *Vies des Douze Césars* (Trad. francesa de Émile Pessonneaux).
Sir S. Dill, *Roman Society from Nero to Marcus Aurelius.*
Ernest Renan, *Marc Aurèle et la Fin du Monde Antique.*
W. W. Capes, *The Roman Empire of the Second Century; or the Age of the Antonines.*
Tacite, *Moeurs des Germains; Annales de Tibère; Vie d'Agricola* (Trad. francesas de Charles Louandre).
Séneca, *Obras Completas* (Trad. espanhola de Lorenzo Riber).
Pétrone, *Oeuvres Complètes. Le Satyricon* (Trad. francesa dos Clássicos Garnier).
Pline le Jeune, *Lettres* (Trad. francesa de Sacy e J. Pierrot).
Valère Maxime, *Oeuvres Complètes* (Trad. francesa dos Clássicos Garnier).
Epictète, *Maximes* (Trad. francesa de P. Commelin).
Marc-Aurèle, *Pensées* (Trad. francesa de Alexis Pierron).
Daniel Ruiz Bueno, *Actas de los Martires* (Edición bilingue).
Dom H. Leclercq, *Les Martyrs.*
P. Allard, *Histoire des Persécutions pendant les Deux Premiers Siècles; Histoire des Persécutions pendant la Première Moitié du III^eme^ Siècle.*
Hanozin, *La Geste des Martyrs.*
S. Ruiz, *La Era Sangrienta de las Persecuciones.*
Louis Bertrand, *Sanguis Martyrum.*
A. Saba, *Martirio e Trionfo del Cristianesimo.*
J. Zeiller, *L'Empire Romain et l'Église.*
W. M. Ramsay, *The Church in the Roman Empire.*
Léon Homo, *Les Empereurs Romains et le Christianisme.*
J. Lebreton, *Le Monde Païen et la Conquête Chrétienne.*
Jérôme Carcopino, *De Pythagore aux Apôtres. Études sur la Conversion du Monde Romain.*
A. de Broglie, *L'Église et l'Empire Romain au IV^e^ Siècle.*

Os Germanos avançam para Oeste

N. H. Baynes, *Constantine the Great and the Christian Church.*
A. Piganiol, *Constantin; L'Empire Chrétien.*
R. Sarabia, *Constantino Magno, el Primer Caudillo Cristiano.*
Busch-Coleman, *Constantine the Great and Christianity.*
P. Batiffol, *La Paix Constantinienne et le Catholicisme.*
Jean d'Elbée, *Constantin le Grand.*
G. Bardy, *La Politique de Constantin après le Concile de Nicée.*
Fliche et Martin, *Histoire de l'Église: III — De la Paix Constantinienne à la Mort de Théodose.*

Léon Homo, *De la Rome Païenne à la Rome Chrétienne.*
Gustav Schnürer, *Kirche und Kultur im Mittelalter* — I (Trad. francesa de Edouard Jordan, sob o título de *L'Église et la Civilisation au Moyen Âge*).
Margaret Deanesly, *A History of Early Medieval Europe* (Trad. francesa de S. M. Guillemin sob o título de *Histoire de L'Europe du Haut Moyen-Âge*).
A. C. Flick, *Rise of the Medieval Church.*
Daniel-Rops, *Histoire de l'Église du Christ:* I — *L'Église des Apôtres et des Martyrs.* II — *L'Église des Temps Barbares.*
F. Cayré, *Spirituels et Mystiques des Premiers Temps.*
A. Flich, *La Chrétienté Médiévale.*
L. Cristiani, *Brève Histoire des Hérésies.*
Mgr. Duchesne, *Le Dossier du Donatisme.*
A. de Broglie, *Saint Ambroise.*
P. de Labriolle, *Saint Ambroise.*
Fliche et Martin, *Histoire de l'Église:* IV — *De la Mort de Théodose à Grégoire-le-Grand.*
Edward Gibbon, *The Decline and Fall of Roman Empire.*
Fustel de Coulanges, *L'Invasion Germanique et la Fin de l'Empire.*
Ferdinand Lot, *Les Invasions Germaniques; Les Invasions Barbares et le Peuplement de l'Europe.*
R. Latouche, *Les Grandes Invasions et la Crise de l'Occident au V^eme siècle.*
H. Hubert, *Les Germains.*
Louis Halphen, *Les Barbares, des Grandes Invasions aux Conquêtes Turques du XI^eme siècle.*
J. B. Bury, *History of the Later Roman Empire; The Invasion of Europe by the Barbarians.*
S. Dill, *Roman Society in the Last Century of the Roman Empire.*
E. L. White, *Wy Rome Fell.*
T. Hodgking, *Italy and her Invaders.*
Marcel Brion, *Alaric.*
Augustin Thierry, *Alaric, l'Agonie de l'Empire; Derniers Temps de l'Empire d'Occident.*
Ferdinand Lot, *La Fin du Monde Antique et le Début du Moyen Âge.*
Georges Sorel, *La Ruine du Monde Antique.*
Guglielmo Ferrero, *La Ruine de la Civilisation Antique.*
Gaston Boissier, *La Fin du Paganisme.*
Santo Agostinho, *As Confissões* (Trad. do original latino por J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina).
Saint Augustin, *Les Confessions* (Trad. francesa de Arnauld d'Andilly).
San Augustin, *La Ciudad de Dios* (Trad. espanhola de José Cayetano Diaz Bayral).
P. Gerosa, *S. Agostino e la Decadenza dell'Impero Romano.*
Étienne Gilson, *Introduction à l'Étude de Saint Augustin.*
G. Bardy, *Saint Augustin, l'Homme et l'Oeuvre.*
Giovanni Papini, *Sant-Agostino.*
Louis Bertrand, *Augustin.*
P. Batiffol, *Le Catholicisme de Saint Augustin.*
J. N. Figgio, *The Political Aspects of St. Augustin's* City of God.
G. Combès, *La Doctrine Politique de Saint Augustin.*
Henri Marrou, *Saint Augustin et la Fin de la Culture Antique; Saint Augustin et l'Augustinisme.*
Augustin Thierry, *Histoire d'Attila.*
Girard, *Le «Campus Mauriacus».*
A. Régnier, *Saint Léon le Grand.*

F. Lizerand, *Aétius, Théodoric, Roi des Ostrogoths.*
T. Hodgking, *Theodoric the Goth.*
E. Zeiller, *Études sur l'Arianisme en Italie, à l'Époque Ostrogothique et à l'Époque Lombarde.*
Ch. Révillont, *De l'Arianisme des Peuples Germaniques qui ont envahi l'Empire Romain.*
Camille Julian, *Histoire de la Gaule.*
L. Duchesne, *Fastes Épiscopaux de l'Ancienne Gaule.*
A. Molinier, *Les Sources de l'Histoire de France.*
Jacques Bainville, *Histoire de France.*
Fernand Lot, *Naissance de la France.*
Joseph Calmette, *Le Monde Féodal.*
Christian Pfister, *Le Baptême de Clovis.*
Godefroid Kurth, *Clovis; Sainte Clotilde.*
Léon Levillain, *Le Baptême de Clovis.*

LIVRO II: EUROPA DOS PRIMEIROS SÉCULOS

Generalidades

The Cambridge Medieval History.
Louis Halphen, *Initiation aux Études d'Histoire du Moyen Âge.*
R. St. L. B. Moss, *Birth of the Middle Ages.*
M. Pfister, *Histoire du Moyen Âge.*
C. Bémon et R. Doucet, *Histoire de l'Europe au Moyen Âge.*
H. W. C. Davis, *Europa Medieval.*
C. W. Previte-Orton, *Outlines of Mediaeval History.*
E. D. Duckett, *Gateway to the Middle Ages.*
Funck Brentano, *Le Moyen Âge.*
B. K. Raud, *Founders of the Middle Ages.*
Joseph Calmette, *Le Moyen-Âge.*
Margaret Deanesly, *A History of Early Medieval Europe.*
K. Hampe, *Le Haut Moyen Âge.*
Henri Pirenne, G. Cohen, Henri Focillon, *La Civilisation Occidentale au Moyen Âge, du XI^e^ au milieu du XV^e^ siècle.*
Valdemar Vedel, *Ideales culturales de la Edad Media:* I — *Vida de los héroes;* II — *Romântica caballeresca:* III — *El espiritu de las ciudades;* IV — *Vida monástica* (Adaptación del danés por Jaime Ruiz Manent).
Gustave Cohen, *La grande clarté du Moyen Âge.*
Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge.*
G. Barraclough, *The Medieval Empire: Idea and Reality.*
Otto von Gierke, *Les Théories Politiques du Moyen Âge* (Trad. francesa de Du Pange).
F. Hearnshaw, *Social and Political Ideas of Some Great Medieval Thinkers.*
H. X. Arquillière, *L'Augustinisme Politique. Essai sur la Formation des Théories Politiques du Moyen Âge.*
R. W. and A. J. Carlyle, *History of Mediaeval Political Theory in the West.*
Edward Jenks, *Law and Politics in the Middle Ages.*
G. G. Coulton, *Nationalism in the Middle Ages.*

J. W. Thompson, *Economic and Social History of the Middle Ages (300-1300); Economic and Social History of Europe in the Later Middle Ages.*
M. Beer, *Social Struglles in the Middle Ages.*
Henri Pirenne, *Les Villes du Moyen Âge. Essai d'Histoire Économique et Sociale; Histoire Économique de l'Occident Médiéval.*
F. L. Ganshof, *Qu'est-ce que la Féodalité?*
Marc Bloch, *La Société Féodale:* I — *La Formation des Liens de Dépendance;* II — *Les Classes et le Gouvernement des Hommes.*
Joseph Calmette, *Le Monde Féodal.*
C. Petit-Dutaillis, *La Monarchie Féodale en France et en Angleterre.*
Charles Oman, *A History of the Art of War in the Middle Ages.*
Ferdinand Lot, *L'Art Militaire et l'Armée au Moyen-Âge, en Europe et dans le Proche-Orient.*
J. Huizinga, *El Otoño de la Edad Media* (Trad. espanhola da *Revista de Ocidente*).
Henri Pirenne, A. Renaudet, E. Perroy, M. Handelsman, Louis Halphen, *La Desagrégation du Monde Médiéval.*
C. G. Crump e E. F. Jacob, *The Legacy of the Middle Ages.*
F. Hearnshaw, *Medieval Contributions to Modern Civilization.*
F. Mourret, *Histoire Générale de l'Église; L'Église et le Monde Barbare.*
B. Llorca, R. Garcia Villoslada, P. de Leturia, F. J. Montalban, *Historia de la Iglesia Católica:* Tomo II — *Edad Media (800-1303),* por el Padre Ricardo Garcia Villoslada, S. J.; Tomo III — *Edad Nueva (1303-1648),* por Ricardo Garcia Villoslada y Bernardino Llorca.
Daniel-Rops, *Histoire de L'Église du Christ:* II — *L'Église des Temps Barbares;* III — *L'Église de la Cathédrale et de la Croisade;* IV — *L'Église de la Renaissance et de la Réforme.*
R. Morçay, *Nouvelle Histoire de l'Église.*
René de Chateaubriand, *Le Génie du Christianisme.*
Hilaire Belloc, *Europe and the Faith.*
J. Tixeront, *Histoire des Dogmes.*
Turmel, *Histoire des Dogmes.*
René Draguet, *Histoire du Dogme Catholique.*
Pierre Batiffol, *Le Siège Apostolique.*
Shotwell and Loomis, *The See of Peter.*
Georges Goyau, *Vue Générale de l'Histoire de la Papauté.*
Rocquain, *La Papauté au Moyen Âge.*
H. K. Mann, *Lives of the Popes in the Early Middle Ages.*
Mgr. Duchesne, *Les Premiers Temps de l'État Pontifical.*
Chapman, *Studies on the Early Papacy.*
W. Ullmann, *The Growth of Papal Government in the Middle Ages.*
J. Mac Cabe, *Crises in the History of Papacy.*
Mario Righetti, *Storia Liturgica.*
A. Fliche, *La Chrétienté Médiévale.*
E. Sémichon, *La Paix et la Trêve de Dieu.*
Gustav Schnürer, *Kirche und Kultur in Mittelalter,* vols. II e III (Trad. francesa de G. Castella).
M. Viller, *La Spiritualité des Premiers Siècles Chrétiens.*
Mac Guifeert, *A History of Christian Thought.*
Dom Besse, *Les Moines d'Occident.*
A. Gasquet, *Monastic Life in the Middle Ages.*
H. Marc-Bonnet, *Histoire des Ordres Réligieux.*

M. L. Badiche, *Dictionnaire des Ordres Réligieux.*
Dom Henri Quentin, *Les Martyrologes Historiques du Moyen Âge.*
E. Beau de Loménie, *L'Église et l'État.*
Bertolini, *Roma di Fronte a Bisanzio.*
J. W. Draper, *History of the Intellectual Development of Europe.*
F. J. Thonnard, *Précis d'Histoire de la Philosophie.*
Maurice de Wulf, *Histoire de la Philosophie Médiévale.*
H. Osborn Taylor, *The Medieval Mind, A History of the Development of Thought and Emotion in the Middle Ages; The Classical Heritage of the Middle Ages.*
F. Picavet, *Esquisse d'une Histoire Générale et Comparée des Philosophies Médiévales.*
Étienne Gilson, *La Philosophie au Moyen-Âge; L'Esprit de la Pilosophie Médiévale.*
Émile Bréhier, *La Philosophie du Moyen Âge.*
Paul Vignaux, *La Pensée au Moyen Âge.*
Jacques le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Âge.*
Leopold Génicot, *Les Lignes de Faîte du Moyen Âge.*
K. Vossler, *Historia de la Literatura Italiana.*
Gustave Lanson, *Histoire de la Littérature Française.*
Joseph Bédier, *Légendes Épiques, Recherches sur la Formation des Chansons de Geste.*
Gaston Paris, *La Littérature Française au Moyen Âge; La Poésie Française au Moyen Âge.*
André Bruel, *Romans Français du Moyen Âge.*
G. Cohen, *Le Théatre en France au Moyen Âge.*
Pierre du Colombier, *Histoire de l'Art.*
Pietro Toesca, *Storia dell'Arte Italiana. I. Il Medioevo.*
Henri Focillon, *Les Mouvements Artistiques du XI^e^ au XV^e^ Siècle.*
Emile Mâle, *Art et Artistes du Moyen Âge; L'Art Allemand et l'Art Français du Moyen Âge; L'Art Roman; L'Art Gothique.*
Louis Gillet, *La Peinture Française: Moyen Âge, Renaissance.*
K. Schäfer, *La Arquitectura de Occidente.*
Ferdinand Lot, *Les Invasions Germaniques; Les Invasions Barbares et le Peuplement de l'Europe.*
Pierre Riché, *Les Invasions Barbares.*
Louis Halphen, *Les Barbares, des Grandes Invasions aux Conquêtes Turques du XI^e^ Siècle.*
G. Ostrogovsky, *Histoire de l'État Byzantin.*
A. Vasiliev, *History of the Byzantine Empire.*
K. Roth, *Historia del Imperio Bizantino.*
Louis Bréhier, *Vie et Mort de Byzance.*
Norman Baynes, *The Byzantine Empire.*
Paul Lemerle, *Histoire de Byzance.*
Charles Diehl, *Figures Byzantines.*
G. Every, *The Byzantine Patriarcate (451-1204).*
Ibn-Jadun (ou Kaldun), *Historia de los Godos* (Trad. espanhola de O. Machado).
Jordanes, *Gothic History.*
Badley, *The Goths.*
A. Ziegler, *Church and State in Visigothic Spain.*
Peréz Pujol, *Historia de las Instituciones Sociales de la España Goda.*
Joseph Hell, *The Arab Civilization.*
B. Lewis, *The Arabs in History.*
Hitti, *History of the Arabs.*
Gaudefroy-Demombynes, *Le Monde Musulman.*
J. Sauvaget, *Memento Chronologique d'Histoire Musulmane.*

Zaki-Ali, *Islam and the World.*
Massé, *L'Islam.*
Artur Pellegrin, *L'Islam dans le Monde.*
C. Brockelman, *Histoire des Peuples et des États Islamiques depuis les Origines jusqu'à nos Jours.*
G. E. von Grünebaum, *Medieval Islam; Arabic Thought and his Place in History.*
B. Carra de Vaux, *Les Penseurs de l'Islam.*
C. H. Becker, *Christianity and Islam.*
En Nuguairi, *Historia de los Musulmanos de España y Africa* (Trad. espanhola de M. Gaspar Remiro).
Sánchez-Albornoz, *La España Musulmana segun los Autores Islamitas y Christianos Medievales.*
Conde, *Historia de la Dominación de los Arabes en España Sacada de Vários Monumentos y Memórias Arábicas.*
Ángel González-Palencia, *Moros y Cristianos em España Medieval; Historia de la España Musulmana; Historia de la Literatura Arábigo-Española.*
E. Lévi-Provençal, *La Civilisation Arabe en Espagne. Vue Générale. — Histoire d'Espagne Musulmane.* I — *De la Conquête à la Chute du Califat de Cordoue, 710-1031. — L'Espagne Musulmane au X^e Siècle.*
S. Lane-Poole, *Story of the Moors in Spain.*
R. Dozy, *Histoire des Musulmans d'Espagne Jusqu'à la Conquête de l'Andalousie par les Almohades (710-1170).*
F. W. Hasluck, *Christianity and Islam under Sultans.*
F. Codera, *Estúdios Criticos de Historia Árabe Española.*
Ahmed Al-Makkari, *History of the Mohammedan Dynasties in Spain* (Trad. inglesa com notas de P. de Gayangos).
Edrisi, *Descripción de España* (Trad. espanhola de Antonio Blazquez).
Juan de Mariana, *Historia General de España.*
Ramón Menéndez Pidal, *Historia de España.*
Juan Lojendio, *Historia de España.*
Louis Bertrand, *Histoire d'Espagne.*
Frei Francisco Sota, *Chronica de los Principes de Asturias y Cantabrica.*
Sandoval, *Historia de los Reyes de Castilla y Leon.*
Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragon.*
Giménez-Soler, *La Edad Media en la Corona de Aragón.*
Moret, *Annales del Reyno de Navarra.*
Zacarias Garcia Villada, *Historia Eclesiastica de España.*
J. B. Alonso, *La Iglesia en la Historia y Civilización Españolas.*
Dom Leclerq, *L'Espagne Chétienne.*
J. Descola, *Histoire de l'Espagne Chrétienne.*
J. Pérez de Urbel, *Los Monjes Españoles de la Edad Media.*
Ernesto Mayer, *Historia de las Instituciones Sociales y Politicas de España y Portugal durante los Siglos IV e X.*
R. Dozy, *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne Pendant le Moyen Âge.*
Salvador Minguijón, *Historia del Derecho Español.*
Román Piaza e Alfonso Garcia Gallo, *Manual de Historia del Derecho Español.*
A. Molinier, *Les Sources de l'Histoire de France.*
Fustel de Coulanges, *Histoire des Institutions Politiques de l'Ancienne France.*
Fréderic Ozanam, *La Civilisation chez les Francs.*
Camille Jullian, *De la Gaule à la France.*
Ferdinand Lot, *Naissance de la France; La France des Origines à la Guerre des Cents Ans.*

François Guizot, *Histoire de la Civilisation en France.*
Ernest Lavisse, *Histoire de France.*
Gabriel Hanotaux, *Histoire de la Nation Française.*
Jacques Bainville, *Histoire de France.*
Pierre Gaxotte, *Histoire des Français.*
Auguste Longnon, *La Formation de l'Unité Française.*
Régine Pernoud, *L'Unité Française.*
Mercier, *Tableau de la Maison Capétienne.*
R. Fawtier, *Les Capétiens et la France.*
Gabriel Boissy, *Pensées Choisies des Rois de France.*
Marie-Madeleine Martin, *Le Roi de France, ou les Grandes Journées qui ont fait la Monarchie.*
A. Latreille, E. Delaruelle, Jean-Rémy Palanque, *Histoire du Catholicisme en France.*
Paul Guilhiermoz, *Essai sur l'Origine de la Noblesse en France au Moyen Âge.*
Drouot e Calmette, *Histoire de Bourgogne.*
Henri Pirenne, *Histoire de Belgique.*
D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa; Provas da História Genealógica.*
Alexandre Herculano, *História de Portugal; Opúsculos.*
Henrique Schaefer, *História de Portugal.*
Oliveira Martins, *História de Portugal; História da Civilização Ibérica.*
Fortunato de Almeida, *História de Portugal; História da Igreja em Portugal; História das Instituições em Portugal.*
Damião Peres e outros autores, *História de Portugal.*
Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal; Subsídios para a História de Portugal.*
Luís Gonzaga de Azevedo, *História de Portugal.*
Monsenhor Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal.*
Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV.*
A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV.*
João de Barros, *Décadas da Ásia.*
Mendes dos Remédios, *História da Literatura Portuguesa.*
Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Clássica.*
Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa.*
Charles Oman, *History of England.*
Lambert Gerber, *Historia de Inglaterra* (Trad. espanhola de José Rovira y Ermengol).
André Maurois, *Histoire d'Angleterre.*
André J. Bourde, *Histoire de la Grande Bretagne.*
C. Brigham (Lord Mersey), *The Kings of England (1066-1901).*
O. Lancaster, *Our Sovereigns (871-1937).*
Galbraith, *Good Kings and Bad Kings in the Medieval English History.*
John Harvey, *Les Plantagenêts.*
J. R. Green, *The Making of England.*
Bede, *Ecclesiastical History of the English People.*
Hunt, *The English Church From its Fondation to Norman Conquest.*
Hunt e Poole, *Political History of England.*
L. F. Salzman, *English Life in the Middle Ages.*
Davis, *England under the Normans and Angevins.*
St Gwynn, *A History of Ireland.*
Roger Chauviré, *Histoire de l'Irlande.*

E. Curtis, *A History of Mediaevel Ireland from 1110 to 1513.*
Francesco Guicciardini, *La Storia d'Italia.*
P. Orsi, *História de Itália.*
Georges Bourgin, *Histoire de l'Italie.*
Léon Homo, *Rome Médiévale (476-1420).*
F. Gregorovius, *Storia della Città di Roma nel Medio Evo.*
Paolo Brezzi, *Roma e l'Impero Medievale.*
F. Gabotto, *Storia della Italia Occidentale nel Medio Evo.*
Guido Manacorda, *Storia della Scuola in Italia.*
Ugo Balzani, *Le Cronache Italiane nel Medio Evo.*
Vespasiano de Bisticci, *Vite dei Uomini Illustri.*
G. Volpe, *Movimenti Religiosi e Sette Ereticali nella Società Medioevale Italiana, XI-XVI Secoli.*
J. C. L. Sismondy, *History of the Italian Republics.*
R. Cessi, *Storia della Republica di Venezia.*
Fulin, *Breve Sommario di Storia Veneta.*
Charles Diehl, *Une République Patricienne: Venise.*
Freddy Thiriet, *Histoire de Venise.*
Niccolò Machiavelli, *Delle' Istorie Fiorentine.*
S. Ammirato, *Istorie Fiorentine.*
F. Onaver, *La Storia della Republica di Genova.*
C. Waern, *Medieval Sicily.*
E. Richard, *History of German Civilization.*
Zeller, *Histoire d'Allemagne.*
Hermann Pinnow, *Histoire d'Allemagne.*
Charles Bonnefon, *Histoire d'Allemagne.*
Pierre Gaxotte, *Histoire de l'Allemagne.*
Joseph Calmette, *Le Reich Allemand au Moyen Âge.*
W. Stubbs, *Germany in the Early Middle Ages.*
K. Dändliker, *Short History of Switzerland.*
Anton Largiadér, *Historia de Suiza.*
Gonzague de Reynold, *Conscience de la Suisse.*
Pierre Jeannin, *Histoire des Pays Scandinaves.*
Lucien Musset, *Les Peuples Scandinaves au Moyen Âge.*
R. Svanstrom and C. F. Palmstierna, *A short History of Sweden.*
Karen Larsen, *A History of Norway.*
Charles Homer Haskins, *The Normans in European History.*
Pokrovsky, *History of Russia.*
G. Venardsky, *A History of Russia — Kievan Russia.*
B. Klutchvsky, *Histoire de Russie.* I — *Des Origines au XIV^e Siècle.*
Brian-Chaninov, *Histoire de Russie.*
G. Welter, *Histoire de Russie des Origines à nos Jours.*
Pierre Pascal, *Histoire de la Russie des Origines à 1917.*
A. Eck, *Le Moyen Âge Russe.*
E. Sayons, *Histoire Générale des Hongrois.*
Imre Lukinich, *A History of Hungary* (Trad. inglesa de Catherine Dallas).
Jorge Balanyi, *Histoire de la Nation Hongroise* (Trad. francesa de Gachot).
François Eckhart, *Histoire de la Hongrie.*
Jean Hankiss, *Lumière de Hongrie.*
Count Von Lützow, *Bohemia, an Historical Sketch.*
Ambroise Jobert, *Histoire de Pologne.*

Wojciechowski, *L'État Polonais au Moyen Âge.*
Robert Mantran, *Histoire de la Turquie.*
J. Von Hammer-Purgstall, *Histoire de l'Empire Ottoman.*
Charles Eliot, *Turkey in Europe.*

Eugenio Dupré-Theseider, *L'Idea Imperiale di Roma Nella Tradizione del Medio Evo.*
Ferdinand Lot, *La Fin du Monde Antique et le Début du Moyen Âge.*
Lot, Pfister e Ganshof, *Les Destinées de l'Empire en Occident de 395 à 888.*
L. B. Moos, *La Naissance du Moyen Âge.*
Jacques Flach, *Les Origines de l'Ancienne France.*
Fustel de Coulanges, *La Monarchie Franque.*
Ernest Lavisse, *La Foi et la Morale des Francs.*
Maurice Prou, *La Gaule Mérovingienne.*
R. S. Dill, *Roman Society in Gaul in the Merovingian Âge.*
Edouard Salin, *La Civilisation Mérovingienne.*
A. Marignan, *Études sur la Civilisation Française.* Tome I — *La Société Mérovingienne;* Tome II — *Le Culte des Saints sous les Mérovingiens.*
Muller, *L'Époque Mérovingienne.*
N. Aeberg, *The Merovingian Empire.*
Pontus Fahlbeck, *La Royauté et le Droit Royal Francs durant la Première Période de l'Existence du Royaume (486-614).*
Van Wetter, *Le Droit Romain et le Droit Germanique dans la Monarchie Franque.*
L. Duchesne, *Histoire Ancienne de l'Église:* IV. *L'Église au Sixième Siècle.* — *Fastes Episcopaux de l'Ancienne Gaule.*
Denkinger, *Avitus Évêque de Vienne.*
R. Macaigne, *L'Église Mérovingienne et l'État Pontifical.*
Allotte de La Fuye, *L'Église et la Culture Intellectuelle aux Temps Mérovingiens.*
Alfred Seresia, *L'Église et l'État sous le Roi Francs au VI^e Siècle.*
T. S. Holmes, *The Origin and Development of the Christian Church in Gaul During the First Six Centuries.*
J. M. Lehuërou, *Histoire des Institutions Mérovingiennes et du Gouvernement des Mérovingiens Jusqu'à l'Édit de 615.*
W. Junghans, *Histoire Critique des Règnes de Childéric et de Clodowech.*
Gabriel Monod, *Études Critiques sur les Sources de l'Histoire Mérovingienne:* 1^ere Partie — *Grégoire de Tours, Marius d'Avenches.*
Louis Halphen, *Grégoire de Tours, Historien de Clovis.*
R. P. Gorce, *Clovis.*
Godefroid Kurth, *Clovis; Études Franques; Histoire Poétique des Mérovingiens.*
Louis Tierenteyn, *Les Comtes Francs depuis Clovis Jusqu'au Traité de Verdun.*
E. Secrétan, *Le Premier Royaume de Bourgogne.*
Marcel Brion, *Théodoric, Roi des Ostrogoths.*
Thomas Hodgkin, *Theodoric the Goth, the Barbarian Champion of Civilization.*
Maurice Dumoulin, *Le Gouvernement, de Théodoric.*
J. Mausion, *Les Origines du Christianisme chez les Goths.*
J. Zeiller, *Étude sur l'Arianisme en Italie, à l'Époque Ostrogothique et à l'Époque Lombarde.*
Severino Boecio, *La Consolación de la Filosofia* (Trad. espanhola de Fr. Alberto de Aguayo).

J. B. Bury, *History of the Later Roman Empire from the Death of Theodosius I to the Death of Justinian.*
Ernest Stein, *Histoire du Bas-Empire.* Tome II — *De la Disparition de l'Empire d'Occident à la Mort de Justinien.*
W. G. Holmes, *The Age of Justinian and Theodora, a History of the Sixth Century.*
P. N. Ure, *Justinian and his Age.*
Charles Diehl, *Justinien et la Civilization Byzantine au Sixième Siècle.* — *L'Afrique Byzantine (533-709).*
J. Presland, *Belisarius, General of the East.*
F. Martroye, *L'Occident à l'Époque Byzantine, Gobs et Vandales.*
A. Gaudenzi, *Sui Rapporti tra l'Italia e l'Impero d'Oriente fra gli Anni 476-554.*
Diane de Guldencrone, *L'Italie Byzantine, Étude sur le Haut Moyen-Âge (400-1050).*
Am. Gasquet, *L'Empire Byzantin et la Monarchie Franque.*
J. Pargoire, *L'Église Byzantine de 527 à 847.*
Pierre Batiffol, *L'Empereur Justinien et le Siège Apostolique.*
J. Maspero, *Histoire des Patriarches d'Alexandrie (518-616).*
Ramón Menéndez Pidal, *Historia de España.* Tomo III — *España Wisigoda.*
A. Fernandez Guerra, E. de Hinojosa, Rada y Delgado, *Historia de España desde la Invasión de los Pueblos Germánicos hasta la ruina de la Monarquia Visigoda.*
Stocquart, *L'Espagne Politique et Sociale sous les Wisigoths (412-711).*
A. Ziegler, *Church and State in Visigothic Spain.*
E. Magnin, *L'Église Visigothique au VII^e Siècle.*
F. Gabotto, *Storia della Italia Occidentale nel Medio Evo (I).*
G. Romano, *Le Dominazioni Barbariche in Italia: 395-1024.*
T. Hodgkin, *Italy and her invaders.*
Paul the Deacon, *History of the Longobards* (Trad. inglesa de Foulke).
L. Duchesne, *Les Évêchés d'Italie et l'Invasion Lombarde.*
W. F. T. Butler, *The Lombard Communes.*
E. Marin, *Les Moines de Constantinople.*
O. Chadwick, *John Cassian. A Study in Primitive Monasticism.*
A. Malnory, *Saint Césaire, Évêque d'Arles.*
Montalembert, *Les Moines d'Occident, de Saint Benoît Jusqu'à Saint Bernard.*
L. Tosti, *Della Vita di S. Benedetto.*
G .S. Salvi, *San Benedetto, il Padre de l'Europa.*
J. Chapman, *Saint Benedict and the Sixth Century.*
G. Prado, *Regla de San Benito de Nursia.*
O. H. Blair, *Rule of Saint Benedict.*
U. Berliere, *L'Ascèse Bénédictine. Des Origines à la Fin du XI^e Siècle.*
Cuthbert Butler, *Benedictine Monachism.*
J. Pérez de Urbel, *Historia de la Ordem Benedictina.*
Ph. Chmitz, *Histoire de l'Orde de Saint Benoît* (Tomo I).
Browne, *The Venerable Bede.*
N. K. Chadwick, *Poetry and Letters in Early Christian Gaul.* — *Intelectual contacts between Britain and Gaul in the Fifth Century.*
L. Maitre, *Les écoles Épiscopales et Monastiques.*
D. Tardi, *V. Fortunat.*
A. Van de Vyver, *Cassiodore et son oeuvre.*
Marcelino Menéndez y Pelayo, *San Isidoro.*
Ballesteros Gaibrois, *San Isidoro de Sevilla.*
J. Pérez de Urbel, *San Isidoro: Su Vida, su Obra, su Tiempo.*
L. Araujo Costa, *San Isidoro Arzobispo de Sevilla.*

E. Brehaut, *An Encyclopaedist of the Dark Ages: Isidore of Seville.*
T. Andrés Marcos, *Constitución, Transmissión y Ejercicio de la Monarquia Hispano-visigótica en los Concilios de Toledo.*
López Ayala, *Los Concilios de Toledo.*
L. Calpena y Avila, *Los Concilios de Toledo en la Formación de la Nacionalidad Española.*
Fliche et Martin, *Histoire de l'Église:* IV — *De la Mort de Théodose à l'Avénement de Grégoire-le-Grand.* V — *Grégoire-le-Grand, les États Barbares et la Conquête Arabe.*
Tarducci, *Storia di Gregorio Magno e del suo Tempo.*
Pierre Batiffol, *Saint Grégoire le Grand.*
F. H. Dudden, *Gregory the Great, his Place in History and Thought.*
Léonce Pingaud, *La Politique de Saint Grégoire le Grand.*
E. Spearing, *The Patrimony of the Roman Church in the time of Gregory the Great.*
M. Vaes, *La Papauté et l'Église Franque à l'Époque de Grégoire le Grand.*
P. M. Stenton, *Anglo-Saxon England.*
R. W. Chambers, *England Before the Norman Conquest.*
G. Sheldon, *The Transition from Roman Britain to Christian England (368-664).*
J. Ryan, *Irish Monasticism: Origins and Eearly Development.*
J. B. Bury, *The Life of Saint Patrick and his Place in History.*
B. Robert, *Étude Critique sur la Vie et l'Oeuvre de Saint Patrick.*
S. J. Crawford, *Anglo-Saxon Influence on Western Christendom.*
M. M. Dubois, *Un Pionier de la Civilisation Occidentale: Saint Colomban (540-615).*
M. Massani, *S. Columbano di Bobbio, nella Storia, nella Letteratura, nell'Arte.*
J. Roussel, *Saint Colomban et l'Époque Colombanienne.*
E. Martin, *Saint Colomban.*
A. Brou, *Saint Augustin de Canterbury.*
Augustin Thierry, *Récits des Temps Mérovingiens.*
E. Roussel, *Le Roi Chilpéric.*
Robert Barroux, *Dagobert.*
Parsy, *Saint Éloi, 590-659.*
Pernice, *L'Imperatore Eraclio.*
Sébéos, *Histoire d'Héraclius.*

P. Lammens, *Le Berceau de l'Islam: L'Arabie Occidentale à la Veille de l'Hégire.*
R. Bell, *The Origin of Islam in its Christian Environment.*
Mohammed Essad Bey, *Mahomet,* 571-632 (Trad. francesa de J. Marty).
W. Irving, *Life of Mahomet.*
A. Nallina, *Vita di Mahometto.*
Muir, *The Life of Mohammed.*
Tor Andrae, *Mahomet, sa Vie et sa Doctrine* (Trad. francesa de Jean de Gaudefroy-Demombynes).
Jean Gaudefroy-Demombynes, *Mahomet; Les Institutions Musulmanes.*
Emile Dermenghem, *La Vie de Mahomet; Mahomet et la Tradition Islamique.*
Régis Blachère, *Le Problème de Mahomet.*
S. Mergaliouth, *Mohammed and the Rise of Islam.*
H. Massé, *L'Islam.*
A. J. Paccard, *Étude sur l'Islam Primitif.*
Maulana Muhamma Ali, *The Religion of Islam.*
D. B. Macdonald, *The Religious Attitude and Life in Islam.*

H. A. R. Gibb, *La Structure de la Pensée Religieuse de l'Islam* (Trad. francesa de J. e F. Arin).
Le Coran (Trad. francesa de Laïmèche et Ben Daoud).
M. A. Draz, *La Morale du Coran.*
Malek Bennabi, *Le Phénomène Coranique.*
Irving, *Mahomet and his Successors.*
P. Lammens, *Le Triunvirat Abu Bekr, Omar et Abou-Obaïda; Étude sur le Khalife Moawya I.er; Étude sur le Siècle des Ommayyades.*
Gautier, *L'Islamisation de l'Afrique du Nord.*
G. H. Bousquet, *L'Islam Maghrébin.*
Ramon Menéndez Pidal, *Leyendas del ultimo Rey Godo.*
David Lopes, *O Domínio Árabe na Península.*
A. Cotarelo, *Los Cristianos Españoles ante la Invasión Musulmana.*
E. Lévi Provençal, *Histoire de l'Espagne Musulmane:* Tome 1er. *De la Conquête à la Chûte du Califat de Cordoue.*
Sánchez-Albornoz, *Origines de la Reconquista. Historia Politica de Astúrias.*
E. Saavedra, *Pelayo. — Estudios sobre la Invasión de los Arabes en España.*
Zacarias Garcia Villada, *Covadonga en la Tradición y en la Leyenda.*
L. Dupraz, *Le Royaume des Francs et l'Ascension Politique des Maires du Palais au VIIe Siècle (656-680).*
Léon Levillain, *L'Archichapelain Ebroïn.*
Millias Vallicrosa, *La Conquista Musulmana en la Región Pirenaica.*
Zotemberg, *Les Invasions des Arabes en France.*
Breysig, *Charles Martel.*
Mercier et Seguin, *Charles Martel et la Bataille de Poitiers.*
Levillain et Samaran, *Sur le Lieu et la Date de la Bataille de Poitiers en 732.*
Bonnel, *Origines de la Maison Carolingienne.*
Bayet, Pfister et Kleinclausz, *Mérovingiens et Carolingiens.*
Louis Bréhier, *Les Transformations de l'Empire Byzantin sous les Héraclides; Le Monde Byzantin.*
Chillet, *Le Monothélisme, Exposé et Critique.*
W. Levison, *England and the Continent in the Eighth Century.*
Ernest Lavisse, *La Conquête de la Germanie par l'Église Romaine.*
Godefroid Kurth, *Saint Boniface.*
G. F. Browne, *Boniface of Credition.*
E. J. Martin, *A History of the Iconoclastic Controversy.*
Louis Bréhier, *La Querelle des Images, VIIIe-IXe Siècles.*
Vasiliev, *Byzance et les Arabes.*

Carlos Magno e o Novo Império

Hahn, *Pépin Maire.*
Oelsner, *Pépin Roi.*
Louis Halphen, *La Papauté et le Complot Lombard de 771.*
R. Poupardin, *Étude sur l'Histoire des Principautés Lombardes de l'Italie Méridionale et de Leurs Rapports avec l'Empire Franc.*
Levillain, *L'Avènement de la Dynastie Carolingienne et les Origines de l'État Pontifical; De l'Authenticité de la Clausula Peppinis.*
Crivelluci, *Delle Origini dello Stato Pontifici.*
Mgr. Duchesne, *Les Premiers Temps de l'État Pontifical.*

Gabriel Monod, *Étude Critique sur les Sources de l'Histoire Carolingienne.*
Eginhard, *Vita Karoli* (Ed. e tradução francesa de Louis Halphen).
Louis Halphen, *Charlemagne et l'Empire Carolingien. — Études Critiques sur l'Histoire de Charlemagne.*
A. Kleinclausz, *L'Empire Carolingien, ses Origines et ses Transformations; Charlemagne.*
Joseph Calmette, *Charlemagne, sa Vie et son Oeuvre.*
T. Hodgkin, *Charles the Great.*
C. E. Russel, *Charlemagne.*
H. W. C. Davis, *Charlemagne.*
Giry, *Études Carolingiennes.*
Hauréau, *Charlemagne et sa Cour.*
Kleinclausz, *Alcuin.*
E. S. Duckelt, *Alcuin, Friend of Charlemagne.*
A. F. West, *Alcuin.*
W. S. Howell, *The Rhetoric of Alcuin and Charlemagne.*
J. B. Mullinger, *The Schools of Charles the Great.*
Gabriel Brunhes, *La Foi Chrétienne et la Philosophie au Temps de la Renaissance Carolingienne.*
M. de La Servière, *Charlemagne et l'Église.*
E. Bishop-A. Wilmart, *Le Réforme Liturgique de Charlemagne.*
E. Lesne, *La Hiérarchie Épiscopale en Gaule et en Germanie depuis la Réforme de Boniface jusqu'á la Mort de Hincmar.*
Bondurand, *L'Éducation Carolingienne.*
R. Bonnaud Delamare, *L'Idée de Paix à l'Époque Carolingienne.*
Fustel de Coulanges, *Les Transformation de la Royauté Pendant l'Époque Carolingienne.*
Odegaard, *Vassi and Fideles in the Carolingian Empire.*
Léonce Auzias, *L'Aquitaine Carolingienne.*
Howart, *The Avars.*
L. Barrau-Dihigo, *Recherches sur l'Histoire Politique du Royaume Asturien (718-910).*
A. de La Torre, *Estudios sobre la Monarquia Asturiana: Las Etapas de la Reconquista hasta Alfonso II.*
Abenadari, *Historia de Al-Andalus* (Trad. espanhola de Fernández y González).
E. Saavedra, *Abderrahmen I, Monografía Historica.*
A. Lombard, *Études d'Histoire Byzantine: Constantin V, Empereur des Romains (740-775).*
Henri Pirenne, *Mahomet et Charlemagne.*
E. H. Palmer, *The Caliph Haroun Alraschid.*
Flach, *La Marche d'Espagne.*
Basset, *Les Documents Arabes sur l'Expédition de Charlemagne en Espagne.*
François L. Ganshof, *The Imperial Coronation of Charlemagne: Theories and Facts.*
E. Amann, *L'Époque Carolingienne.*
P. Doehaerd, *Au Temps de Charlemagne et des Normands.*
Joseph Calmette, *La Diplomatie Carolingienne.*
J. B. Bury, *Charles the Great and Irene — History of the Later Roman Empire, from the Fall of Irene to the Accesion of Basil I (A. D. 802-867).*

Nascem a França e a Alemanha

Simson, *Louis le Pieux.*
Ardon Smaragde, *Vie de Saint Benoît d'Aniane.*
Louis Halphen, *La Pénitence de Louis Le Pieux à Saint-Médard de Soissons.*

Himly, *Wala et Louis le Débonnaire.*
Nithard, *Histoire des Fils de Louis le Pieux* (Trad. do latim de Lauer).
Doizé, *Le Gouvernement Confraternel des Fils de Louis-le-Pieux.*
Ferdinand Lot, *Le Dialecte Roman des Serments de Strasbourg.*
Gabriel Monod, *Du Rôle de l'Opposition des Races et des Nationalités dans la Dissolution de l'Empire Carolingien.*
Allen Mawer, *The Vikings.*
T. B. Kendrick, *A History of the Vikings.*
C. M. Smith, *Les Expéditions des Normands.*
Axel Olrik, *Viking Civilisation.*
Joseph Calmette, *L'Effondrement d'un Empire et la Naissance d'une Europe — La Diplomatie Carolingienne, du Traité de Verdun à la Mort de Charles-le-Chauve.*
Ferdinand Lot e Louis Halphen, *Annales du Règne de Charles-le-Chauve; 840-850.*
Ferdinand Lot, *La Grande Invasion Normande de 852; Une Année du Régne de Charles--le-Chauve: Année 866; Le Tribut aux Normands.*
R. Merlet, *Guerres d'Indépendance de la Bretagne sous Charles-le-Chauve.*
L. Saavedra Machado, *Expedições Normandas no Ocidente da Hispânia.*
Roy, *Saint Nicolas I^er.*
E. Bourgeois, *L'Assemblée de Quierzy-sur-Oise.*
Berza, *Autour de l'Élection Royale de Mantaille, 879.*
R. Poupardin, *Le Royaume de Provence sous les Carolingiens, 855-933; Le Royaume de Bourgogne, 888-1038.*
P. Lapôtre, *L'Europe et le Saint-Siège à l'Époque Carolingienne: Le Pape Jean VIII.*
Fr. Engreen, *Pope John the Eight and the Arabs.*
Louis Halphen, *L'Idée de l'État sous les Carolingiens.*
Ferdinand Lot, *Les Derniers Carolingiens.*
Chadwick, *The Origin of the English Nation.*
Plummer, *The Life and Times of Alfred the Great.*
Fustel de Coulanges, *Les Origines du Sistème Féodal.*
H. A. Cronne, *The Origins of Feudalism.*
Sanchez-Albornoz, *En Torno a los Origines del Feudalismo.*
Round, *Feudal England.*
Carl Stephenson, *Medieval Feudalism.*
I. W. Thompson, *Feudal Germany.*
Ferdinand Lot, *Fidèles ou Vassaux?*
Marc Bloch, *Fidélité, Vassalité, Seigneurie.*
Silvio Pivano, *Lineamenti Storici et Giuridici della Cavalleria Medioevale.*
Edgar Prestage, *Chivalry: A Serie of Studies to Illustrate its Historical Significance and Civilizing Influence, by Members of King's College.*
Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval* (Trad. portuguesa de António Álvaro Dória).
Léon Gautier, *La Chevalerie.*
Gustave Cohen, *Histoire de la Chevalerie en France au Moyen Âge.*
Louis Halphen, *La Place de la Royauté dans le Système Féodal.*
Ganshof, *Note Critique sur la Biographie de Nithard.*
E. Choisy, *Pascase Radbert. Étude Historique.*
Godefroid Kurth, *Notger de Liège et la Civilisation au X^e Siècle.*
Dom Cappuyns, *Jean Scot Erigène.*
Barrau-Dihigo, *Les Premiers Rois de Navarre.*
J. Pérez de Urbel, *Orígenes del Culto de Santiago en España.*
L. Vazquez de Parga, J. M. Lacarra y J. Úria, *Las Peregrinaciones a Santiago de Compostela.*

A. González-Palencia, *El Califato Occidental. — Historia de la Literatura Arábigo-Española.*
Levi-Provençal, *L'Espagne Musulmane au X^e Siècle.*
L. de Las Cagigas, *Los Mozarabes.*
A. F. Calvert, *Cordoue; Séville.*
Ferdinand Lot, *Robert le Fort.*
Edouard Favre, *Eudes, Comte de Paris et Roi de France.*
August Eckel, *Charles le Simple.*
Henri Prentout, *Essai sur les Origines et la Formation du Duché de Normandie.*
Louis de Saint-Pierre, *Rollon devant l'Histoire.*
Philippe Lauer, *Louis IV d'Outre Mer; Robert I.^er et Raoul de Bourgogne.*
Dhondt, *Élection et Hérédité sous les Carolingiens et les Premiers Capétiens.*
Ferdinand Lot, *Hugues Capet. — Études sur le Régne de Hugues Capet et la Fin du X^e Siècle.*
Joseph Calmette, *Le Réveil Capétien.*
Dupont-Ferrier, *La Formation de l'État Français et l'Unité Française.*
Mackathney, *The Magyars in the Ninth Century.*
G. Fasoli, *Le Incursioni Ungare nel Secolo X.*
Dussieux, *Essai Historique sur les Invasions des Hongrois en Europe et Particulièrement en France.*
Waitz, *Henri I^er (918-936).*
Dümmler, *Otton le Grand (936-973).*
Uhlviz, *Otton II (973-983).*
G. Bryce, *Il Sacro Romano Impero* (Trad. italiana de Ugo Balzani).
Folz, *Le Souvenir et la Légende de Charlemagne dans l'Empire Germanique Médiéval.*
Previté-Orton, *L'Italie au X^e Siècle.*
F. Dvornik, *The Photian Schism, History and Legend.*
Ruinaut, *Le Schisme de Photius.*
Vogt, *Basile I^er et la Civilisation Byzantine à la fin du IX^e Siècle.*
A. Rambaud, *L'Empire Grec au X^e Siècle: Constantin Porphyrogenète.*
Stephen Runciman, *The Emperor Romanus Lecapenus.*
G. Schlumberger, *Un Empereur Byzantin au X^e Siècle: Nicéphore Phocas; L'Épopée Byzantine. I — Jean Tzimiscès et Basile II, 969-986.*
F. Dvornik, *Les Slaves, Byzance et Rome au IX^e Siècle.*
Léger, *Le Anciennes Civilisations Slaves. — Cyrille et Méthode, Études sur la Conversion des Slaves.*
Morena, *Un Missionnaire en Scandinavie au IX^e Siècle: Saint Anschaire.*

Chaumont, *Histoire de Cluny.*
J. Evans, *Monastic Life at Cluny.*
Guy de Valous, *Le Monachisme Clunisien.*
L. M. Smith, *Cluny in the Eleventh and the Twelfth Centuries.*
A. Chagny, *Cluny et son Empire Clunisien.*
J. Leflon, *Gerbert, Humanisme et Chrétienté au X^e Siècle.*
F. Picavet, *Gerbert, Pape Philosophe, d'Après l'Histoire et la Légende.*
Uhlviz, *Otton III (983-1002).*
Louis Halphen, *La Cour d'Otton III à Rome.*
Giglio-Tos, *La Morte di Ottone III.*

Dom Plaine, *Les Prétendues Terreurs de l'An Mille.*
Ferdinand Lot, *Le Mythe des Terreurs de l'An Mille.*
P. Orsi, *L'Anno Mille.*
F. Duval, *Les terreurs de l'An Mille.*
Jules Roy, *L'An Mille.*
E. Horne, *Saint Étienne, Roi Apostolique de Hongrie.*
G. Péré, *Le Sacre et le Couronement des Rois de France.*
Jean de Pange, *Le Roi Très Chrétien.*
Marc Bloch, *Les Rois Thaumaturges: Études sur le Caractère Surnaturel Attribué à la Puissance Royale.*
Newman, *Le Domaine Royal sous les Premiers Capétiens.*
R. Fawtier, *Les Capétiens et la France.*
Christian Pfister, *Robert II. — Études sur le Règne de Robert le Pieux.*
Soehnée, *Étude sur la Vie et le Règne de Henri Ier.*
M. Chaume, *Les Origines du Duché de Bourgogne.*
Augustin Fliche, *Le Règne de Philippe Ier, Roi de France.*
Schlumberger, *L'Épopée Byzantine:* Tome I — *Jean Tzimiscès et Basile II;* Tome II — *Basile II le Tueur de Bulgares;* Tome III — *Les porphyrogenètes. Zoé et Théodora.*
Bury, *Roman Emperos from Basile II to Isaac Comnenes.*
Leib, *Rome, Kiev et Byzance à la Fin du XIe Siècle.*
Louis Bréhier, *Le Schisme Oriental du XIe Siècle.*
Martin Jugie, *Le Schisme Byzantin, Aperçu Historique et Doctrinal.*
J. Armitage Robinson, *The Times of Saint Dunstan.*
Larson, *Cnut the Great and the Rise of the Danish Imperalism During the Vikings Age.*
Freeman, *History of the Norman Conquest of England. — William the Conqueror.*
F. Stenton, *William the Conqueror.*
H. Prentout, *Histoire de Guillaum le Conquérant. — Guillaume le Conquérant, Légende et Histoire.*
Michel de Bouard, *Guillaume le Conquérant.*
C. H. Haskins, *Norman Institutions.*
Galbraith, *The Making of the Domesday Book.*
Macdonald, *Lanfranc.*
F. Codera y Zaidin, *La Batalha de Calatañazor.*
E. Saavedra, *La Batalla de Calatañazor.*
Prieto Vives, *Historia y Numismatica de los Reyes de Taifas.*
Gay, *Les Papes du XIe Siècle et la Chrétienté.*
Weber, *History of the Simony.*
Delarc, *Un Pape Alsacien: Saint Léon IX.*
Ulysse Robert, *Le Pape Étienne IX.*
Dom Biron, *Saint Pierre Damien.*
Braud et Garin, *Un Pape Savoyard, Nicolas II.*
P. Kehr, *Como y Cuando se Hizo Aragón Feudatario de la Santa Sede.*
Delarc, *Les Normands en Italie.*
Cl. Cahen, *Le Régime Féodal de l'Italie Normande.*
Augustin Fliche, *La Réforme Grégorienne. — Saint Grégoire VII. — La Querelle des Investitures. — Études sur la Polémique Religieuse à l'Époque de Grégoire VII. — À Propos de Canossa.*
Delarc, *Saint Grégoire VII et la Réforme dans l'Église au XIe Siècle.*
W. R. Stephens, *Hildebrand and his Times.*
A. J. Macdonald, *Hildebrand, a Life of Gregory VII.*

Arquillière, *Saint Grégoire VII, Essai sur la Conception du Pouvoir Pontifical.*
Voosen, *Papauté et Pouvoir Civil à l'Époque de Grégoire VII.*
Oestreith, *The Personality and Character of Gregory VII.*
Imbart de La Tour, *Les Polémiques religieuses et les Publicistes à l'Époque de Grégoire VII.*
Blondeau, *Les Polémistes et la Querelle des Investitures.*
Grimaldi, *La Contessa Matilda e la sua Stirpe.*

Índices

A

Abbion 300
Abbon de Fleury 362
Abdalá (pai de Maomet) 267
Abdalá (caudilho árabe) 278
Abdalá (emir de Córdova) 340
Abdalá-ben-Obay 270
Abd-al-Malik 278
Abd-al-Mutalib 267
Abdelaziz 280
Abd-er-Rhaman (governador árabe de Espanha) 284, 285
Abd-er-Rhaman I (emir de Córdova) 302, 340
Abd-er-Rhaman II 321, 340
Abd-er-Rhaman III (1.º califa de Córdova) 340, 341, 343
Abd-er-Rhaman IV 375
Abd-er-Rhaman V 375
Abelardo 321
Abias 127
Abner 33
Abraão 21, 31, 125, 129, 130, 178, 272
Absalão 34
Abu-al-Abbas 286
Abubecre 269, 274, 275
Abulqâcim 267
Abu Obeida 275
Abu-Sufyân 270, 271
Abu-Talib 267, 269
Aca Larência 78
Acab 78, 126, 127, 131, 138
Acaz 127
Acerbas 91
Achilla 279
Ácron 79
Adlabéron 260
Adalberto (bispo de Praga) 361, 363, 364
Adalberto (filho de Berengário de Ivreia) 352
Adalgis 297, 298, 299
Adão 272
Adelaide (mulher de Otão I, imperatriz da Alemanha) 352, 361
Adelaide (mulher de Géza, princesa da Hungria) 364
Adelaide da Sabóia 388
Adeloaldo 260, 287
Adeodato 215
Adeodato II 287
Adérbal 103
Adónis 35
Adriano, Públio Élio 168, 169, 172
Adriano I 298, 299, 305, 306
Aécio 218, 221, 222, 223, 224, 228, 233, 251, 285, 352
Aenobarbo, Cneu Domício 152
Aenobarbo, Lúcio Domício 112
Afonso II 341
Afrodite 39, 86
Agamémnon 41, 42, 43, 44, 72
Agapito 250
Agar 266
Agarista 56
Ágata 365
Agatão 287
Agátias 290
Agenor 21
Agesilau 61, 62, 69
Ágila 249

Agilulfo 254, 260, 287
Agobardo 323
Agostinho (Santo) 214, 215, 216, 218, 223, 232
Agostinho de Cantuária (Santo) 261
Agripa, Marco Vipsânio 121, 124
Agripina (mulher de Germânico) 150
Agripina (mãe de Nero) 152, 153, 164
Agrocitos 73
Aí 30
Aistulfo 293, 295, 298
Aixa 276
Aizon 321
Ájax 42, 238
Alard 326
Alarico I 208, 209, 210, 211 ,212, 213, 217, 218, 224, 242
Alarico II 227, 229, 242
Albérico (conde de Túsculo) 357, 359, 379
Albérico Pierleone 386
Albieno 222
Albino, Clódio 176
Alboíno 254
Alcama 283
Alceu 72
Alcibíades 59, 60
Alcmena 40
Alcuíno 305, 307, 309, 310, 312
Aldeberto 289
Aleteus 207
Alexandra Salomé 130
Alexandre (filho de Herodes) 136
Alexandre I (papa) 173
Alexandre II (papa) 384, 385, 390
Alexandre (bispo de Alexandria) 191
Alexandre Janeu 130
Alexandre Magno 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 91, 95, 98, 115, 124, 129, 157, 177
Alháquem I 340
Alháquem II 341, 343
Ali 278
Al-Lat 266
Ali-Mamum 340
Almançor 342, 343, 375
Al-Maqqari 341, 342
Almondir 340
Al-Muhtadi 340
Al-Muntasir 340
Al-Mustain 340
Al-Mutacim 340
Al-Mutami 340
Al-Mutawakkil 340
Al-Mutazz 340
Alorre 283, 284
Al-Samah 284
Altmann 387
Alton 359
Álvaro 342
Amalarico 249
Amalasonte 244, 248
Amalfrida 227
Amando 288
Amann, 309, 310
Amásis 51
Ambrósio (bispo de Milão) 201, 208, 209, 215, 223
Ambrósio, *o Bretão* 261
Amenófis II 28
Amenófis III 28
Amenófis IV 28, 29, 30, 198
Amentit 23, 24
Amílcar 54
Amina 267
Ámon (deus egípcio) 28, 67, 68
Ámon (rei de Judá) 127
Amós 131
Amru 276
Amúlio 78
Ana 356, 369
Ana de Kiev 368
Anacleto (papa) 173
Anacreonte 72
Ananias 160
Anás 146, 157
Anastácio 227
Anastácio (imperador de Bizâncio) 242, 243, 244, 245
Anastácio (abade de Martinsberg) 364, 365
Anaxágoras 56, 71
Anaximandro 71
Anaxímenes 71
Anco Márcio 79
Andas 99
Andevoto 218
André 139, 142
Andrómaca 42
Andrómeda 40
Anfitrite 39
Angilberto 306, 309, 310

Aniano 220, 223
Anibaliano 196, 197
Aniceto (papa) 173
Anquises 77
Anscário 356
Ansegisèle 264
Anselmo (Santo) 14
Anselmo (conde) 302
Antálcidas 62
Antão (Santo) 255
Antémio 224
Antémio de Trales 250
Antero (papa) 181
Anteu 40
Antígona 40, 72
Antígono Dóson 69
Antígono Gonatas 69
Antígono Monoftalmo 69
Antimo 250
Antíoco 60
Antíoco III, o *Grande* 69, 97, 99, 129
Antíoco IV, *Epífanes* 69, 129
Antípatro (regente da Macedónia) 66, 69
Antípatro (pai de Herodes) 130
Antípatro (filho de Herodes) 136
Antónia 150
Antonino Pio 168, 169, 172
António, Lúcio 118, 121
António (lugar-tenente de Vespasiano) 165
Apeles 73
Apolo 38, 39, 77, 86, 153, 178
Aquenáton (*ver* Amenófis IV) 28, 29, 30
Aqueu 39
Aquilas 112
Aquiles 42, 43, 66, 69
Aquílio, Mano 105
Ariberto 287
Arivaldo de Turim 287
Arno (bispo) 301, 306
Arnoldo 263
Arnould 357
Arnulfo 332, 343, 344, 349
Artur 261
Askold 356
Astric 365
Atalarico 244, 248
Atanagildo 249, 252, 253, 262
Atanásio 256
Atena 39, 40, 57, 73, 86
Atenião 105
Átila 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228
Atlas (ou Atlante) 40
Aton 28
Atreu 41
Átropos 39
Auberon 346, 347
Audofleda 227
Augias 40
Augier 293, 298
Augusto (Caio Júlio César Octávio) 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 130, 134, 149, 166, 168, 174, 183, 184, 203, 208, 224, 226, 300, 308, 309
Aupáïs 281
Aureliano, Domício 179, 180, 181, 228
Austremoine 181
Authari 254
Avito (imperador romano) 224
Avito (bispo de Viena) 229, 230, 232, 241, 257
Aynard 359

B

Baal 35, 95, 126, 127, 131
Baalit 35
Baasa 126
Baduário 254
Baduila (ou Tótila) 248, 253
Bahram 264
Balamber 206
Balbino 178
Balcónio 238
Balduíno II 344
Balduíno V 373
Bálint Hóman 363
Balkiss 34
Baltasar 136
Banier (padre) 23
Barca, Amílcar 94
Barca, Aníbal 94, 95, 96, 97, 98, 104, 171
Barca, Asbrúbal 94, 96
Bardas 354
Barnabé 160, 163
Barrabás 148
Bartolomeu 142
Basílio 201, 255

Bayle, Pedro 23
Beda, *o Venerável* 288, 332, 339
Belerofonte 40
Belisário 248, 249, 250, 251
Belo 91
Benjamim 159
Bento V (papa) 357
Bento VIII (papa) 376, 378
Bento IX (papa) 377, 380
Bento X (antipapa) 382
Bento de Aniana (S.) 319, 320, 358
Bento Biscop (S.) 288
Bento de Núrsia (S.) 256, 257, 259, 319, 358
Bérard, Victor 23, 24
Berengário de Ivreia 352
Berengário de Tours 382
Bernardo (neto de Carlos Magno, rei de Itália) 316, 320
Bernardo (conde de Septimânia) 322
Bernardo (bispo de Marselha) 388
Bernardo de Hildesheim 361
Bernardo Plantevelue 358
Bernon 357, 358, 359, 378
Bernward 339
Berta (mulher de Erelberto, rainha de Câncio) 261
Berta (filha de Carlos Magno) 339
Berta (mulher de Pepino, *o Breve*) 293, 297
Berta (2.ª mulher de Roberto II, rainha de França) 367
Berta (rainha da Borgonha) 359
Berta de Sabóia 385, 387
Bertário 281
Bertoldo 387
Besso 67
Betsabé 34, 131
Bivin 328
Bjoern 328
Blandina 173
Bleda 219
Blegen, Carlos 43
Bloch, Marc 334, 348
Blóssio 101
Boaventura (S.) 14
Boco 104
Boécio 227
Boleslau I (rei da Boémia) 356
Boleslau II (rei da Boémia) 356
Boleslau II (rei da Polónia) 364
Bonaparte (Napoleão) 15
Bonifácio (S.) 289, 292, 301
Bonifácio 218
Booz 135
Borel 360
Boris 356
Boson 328, 329, 330, 337, 343, 344
Boterico 208
Botondo 363
Brásidas 59
Brendan (S.) 261
Breno 89, 213
Brício (S.) 371
Britânico 152
Brunilde 252, 262, 263
Bruno (arcebispo de Colónia) 352
Brunon 330
Bruto, Décimo 110, 115, 116
Bruto, Marco Júnio 115, 116, 118, 122
Bubon 285
Buda 363
Burchardo 292
Burro 152

C

Caco 41, 77
Cadaloo 384
Cadija 268, 269, 271
Cadmo 36, 40
Caifás 143, 144, 146, 147, 157
Caio Márcio 88
Cálamis 73
Cálias 57
Calícrates 73
Calígula (Caio César) 150, 151, 152, 158, 162
Calinico 278
Calíope 39
Calipso 42
Calisto (favorito do imperador Cláudio) 151
Calisto (papa) 181
Cambises 51
Camilo (ditador romano) 88
Câmpulo 306, 308
Canuleio, Caio 84
Canuto, *o Grande* 371, 372
Caracala (Marco Aurélio Antonino) 177
Caratena 230
Cariberto I 262

Cariberto II 263
Carbão, Papírio 104
Carino, Marco Aurélio 183
Carlomano (filho de Carlos Martel) 289, 291, 293
Carlomano (filho de Pepino, *o Breve*) 293, 296, 297, 298
Carlomano (filho de Luís II, rei de França) 330, 331
Carlos Martel 282, 284, 285, 286, 288, 289, 291, 292, 304
Carlos I (Carlos Magno) 14, 293, 296-302, 305-319, 321, 325, 327, 328, 331, 332, 333, 338, 339, 341, 349, 350, 351, 353, 354, 362, 369
Carlos 313, 314, 316
Carlos II, *o Calvo*, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 337, 338, 339, 348
Carlos III, *o Simples* 344, 345, 346, 349, 350, 351
Carlos, *o Gordo* 330, 331, 332, 343, 344, 349
Carlos de Lorena 346
Carnéades 72
Caro, Marco Aurélio 183
Casca 115
Cassandro 69
Cássio, Caio 115, 116, 118
Cássio, Cassiano Avídio 170, 171
Cássio, Espúrio 84
Cassiodoro 227, 257, 258
Cassivelauno 110
Castor 88
Catão, *o Antigo* 97, 98, 122
Catão, M. Pórcio 111, 113, 115
Catão, Marco 99
Catilina, Lúcio Sérgio 108
Catulo, Caio Valério 122
Cecília 173
Ceciliano 189
Cécrope 39
Céler 78
Celestino I (papa) 223, 239, 260
Célio 113, 122
Cênsio Frangipane 386
Censório 218
Cérbero 39, 40
Ceres 82, 86
César (chefe lusitano) 99
César, Caio Júlio 15, 108-122, 124, 125, 130, 152, 167, 203
Cesarião 113
Cesário (bispo de Arles) 242, 256, 257
Cévola, Múcio 88
Chararico 229
Childeberto I 251
Childeberto II 262, 263
Childeberto IV 281
Childebrando 285
Childerico II 281
Childerico III 291, 292
Chilperico 252, 262
Chrodegang 293
Ciaxares 127
Cibele (Reia Cibele) 24, 38
Cícero, Marco Túlio 107, 108, 111, 113, 115, 116, 117, 122, 360
Cimbro, Túlio 115
Cimon 56
Cina, Cornélio 105, 106
Cíneas 90
Cipião, Públio Cornélio 95, 96
Cipião, *o Africano* 96, 97, 99, 101
Cipião, *o Emiliano* 98, 99
Cipriano (S.) 182, 201
Cipriano (bispo) 243
Circe 42
Cirilo (patriarca de Alexandria) 201, 239, 240
Cirilo (missionário cristão do séc. IX) 355, 356
Ciro (rei dos Medas e dos Persas) 51, 128
Ciro (irmão de Artaxerxes II) 61
Ciro (patriarca de Alexandria) 276
Cláudio, Ápio 84
Cláudio, Caio 93
Cláudio (Tibério Cláudio Druso Nero Germânico) 151, 152, 153, 162
Cláudio II (Marco Aurélio Flávio Cláudio Gótico) 179, 204
Cláudio Constantino 212
Cláudio Máximo 169
Cleandro 172
Cléfis 254
Clélia 88
Clemente (bispo de Alexandria) 164, 182
Clemente I (papa) 173
Clemente II (papa) 380
Cléon 58, 59

Cleópatra 112, 113, 118, 119, 179, 180
Clio 39
Clístenes 50, 51, 56
Clitemnestra 72
Cloderico 242, 243
Clódio 111
Clódion 228
Clodoaldo 252
Clodomiro 251, 252
Clotário I (filho de Clóvis, rei dos Francos) 251, 252, 262, 264
Clotário II (rei dos Francos) 263, 264
Clotário III (rei da Nêustria) 281
Clotilde 229, 230, 231, 253, 261
Cloto 39
Clóvis (rei dos Francos) 229, 230, 231, 232, 238, 241-245, 251-253, 255, 261, 289, 304, 318
Clóvis II (rei da Nêustria) 281
Clóvis III (rei da Nêustria) 281
Cócles, Horácio 88
Codro 48, 49
Colatino, Lúcio 80, 82
Colomba 261
Columbano (missionário irlandês) 261, 288
Cómodo, Lúcio Aurélio 171, 176, 177
Congall 261
Cónon 60, 62
Conrado I (duque de Francónia) 350
Conrado II (imperador da Alemanha) 379
Conrado (filho do imperador da Alemanha, Henrique IV) 387
Conrado (duque da Lorena) 351
Conso 79
Constança da Provença 367
Constância 187, 188, 190, 196
Constâncio Cloro 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 193
Constâncio II 196, 197, 198, 199, 201, 204
Constâncio III (Flávio Constâncio) 218
Constante (filho de Constantino, *o Grande*) 196, 197
Constante II (imperador de Bizâncio) 278, 287, 290
Constantino II (antipapa) 297
Constantino, *o Grande* 186-197, 200, 202, 204, 231, 232, 233, 238, 239, 250, 251, 294, 296, 306, 309, 362
Constantino II 196, 197
Constantino III 278
Constantino IV 278, 282, 287
Constantino V 290, 293, 303
Constantino VI 304, 305
Constantino VII 355, 363
Constantino VIII 369
Constantino X 369
Corbulão 152
Coriolano (*ver* Caio Márcio)
Corneille, Pierre 14
Cornélia 101, 102
Cornélio (papa) 181
Cornélio (centurião romano) 162
Corripo, *o Africano* 257
Cósroes I 247, 249, 264
Cósroes II 264, 265, 274, 276
Cota, Aurélio 122
Crasso, Licínio 107, 108, 109, 111, 120
Crátero 69
Creso 51
Crescêncio 361
Crescêncio Momentano 361
Crícias 61
Crísafo 219, 220, 240
Crísipo de Solos 72
Crispo 193
Cristo (*ver* Jesus de Nazaré)
Cristóvão 297
Croiset, Maurício 41, 56, 75
Crono 38
Cuba (divindade) 86
Cunegundes 379
Cunimundo 254
Curião 111
Cutberto 288

D

Dagoberto I (rei dos Francos) 263, 264, 280
Dagoberto II (rei da Austrásia) 281
Dagoberto III (rei da Nêustria) 281
Dalila 33
Dalmácio 196, 197
Dâmaso I (papa) 200, 208
Dâmaso II (papa) 380
Dámon 56
Dánae 40
Daniel 132, 133
Daniel-Rops 27, 173, 214, 337, 365
Dario I 51, 52, 53, 55, 62

Dario III 67
David 33, 34, 35, 36, 125, 131, 135, 136, 138, 144, 156
Dawson, Christopher 12, 200, 267, 276
Decébalo 167
Décio (general romano) 89
Décio (general romano filho do precedente) 90
Décio (imperador romano) 178, 179, 181, 204
Dédalo 23
Degas, Edgar 27
Dejanira 41
Deméter 38, 86
Demétrio de Falena 72
Demétrio Poliorcetes 69
Demétrio II 69
Demócrito 71
Demóstenes 65, 66
Denis 181
Desidéria 297, 310
Desidério 297, 298
Deucalião 39
Deuctrios Poliorcetes 69
Diana 86
Dídio Sálvio Juliano 176
Dido (ou Elisa) 91
Dinis (S.) 289, 294-296, 328, 344, 359
Dinis, *o Areopagita* 339
Diocleciano, Valério 183, 184, 185, 186, 188, 190, 202, 204, 251
Diodoro da Sicília 122
Diógenes de Sinope 72
Diomedes (rei da Trácia) 40
Diomedes (rei de Argos) 42
Dion Cássio 153
Dion Crisóstomo 167
Dionísio de Halicarnasso 122
Dionísio (papa) 181
Dionísio (bispo de Alexandria) 181
Dioniso 23, 38, 57, 72
Dióscoro 239, 240
Ditalco 99
Dobrawa 356
Doellinger 309
Dolabela, Cornélio 113, 116
Domícia 166
Domiciano, Tito Flávio Domiciano Augusto 166, 173, 175
Domno (papa) 287
Donato 189
Doro 39
Dorpfeld 43
Drácon 49
Drahomira 356
Dreux 383
Drogon 291
Druso, Marco Lívio 102
Druso, Nero Cláudio 120, 124, 203
Dumézil, Jorge 80
Dunstan (S.) 371
Durant (Will) 12, 26, 75, 251, 272

E

Ealdred 374
Ebbon 323
Eberardo (conde) 384
Eberardo (duque da Francónia) 351, 352
Ebroïn 281
Edeco 220, 225
Edgar (bisneto do rei Etelredo) 374
Edgar (rei dos Anglo-Saxões) 371
Édipo 40
Edith 372
Edmundo I 271
Edmundo II (Edmundo Irosinde) 365
Edmundo (filho do precedente) 365
Edred 371
Eduardo I 333
Eduardo II, *o Mártir* 371
Eduardo (filho de Edmundo Ironside) 365
Eduardo III, *o Confessor* 372, 373
Edwig 371
Edwin 374
Efialtes 56
Ega 264, 281
Egberto 332
Egéria 79
Egeu 23
Eggiardo 303
Egica 279
Egídio (rei de Atenas) 23
Egídio (patrício e general romano) 229
Egil 339
Égina 264
Eginardo 308, 310, 316
Ela 126
Elagábalo (ou Helagábalo) 177
Eleutério (papa) 173

Eliano 190
Elias 131, 138, 142
Elipando 312
Elisa (*ver* Dido)
Eliseu 131
Ellac 223
Elles 332
Elói (Santo) 264
Ema (rainha de Inglaterra) 371
Emérico 365
Emiliano 178
Empédocles de Agrigento 71
Eneias 77, 78
Énio, Quinto 86, 120
Enódio 257
Enomaus 41
Éolo 39
Epafras de Colossas 164
Epafrodite 154
Epaminondas 62, 63, 64, 69
Epicuro 72
Epifânio 208
Erarico 248
Erasístrato de Céos 73
Erasmo (Santo) 306
Érato 39
Eratóstenes 43, 73
Érebo 38
Erico 301
Erico de Auxerre 338
Ermanarico 206
Ermenfredo 281
Ermentruda 328
Eros 39
Erquinoaldo 281
Ervígio 279
Escopas 73
Escribónia 121
Esculápio 98
Esdras 128
Esfinge 40
Espártaco 107
Espêndio 94
Ésquilo 72
Ésquines 65
Estácio II 369
Estêvão (mártir) 158, 159, 164, 364
Estêvão I (papa) 181
Estêvão II (papa) 293, 294, 295, 296, 297
Estêvão III (papa) 297, 298
Estêvão IV (papa) 319
Estêvão IX (papa) 370, 381, 382
Estêvão I (santo, rei da Hungria) 363, 364, 365, 366, 378
Estilicão 209, 210, 211, 212, 223, 224
Estrabão da Capadócia 43, 52, 122
Estráton 72
Etelberto 261
Etelredo I 332
Etelredo II 371, 372, 374
Étes 40
Ethelstan 371
Euclides 73
Eudo (filho de Roberto, *o Forte*) 331, 332, 344, 345
Eudo (duque de Aquitânia) 384, 385, 391
Eudócia 218, 224
Eudóxia 219, 223, 240, 247
Eugénio 209
Eugénio II (papa) 321
Eulógio 342
Euno 100
Euquério 223
Eurico 226, 227, 242
Eurípides 43, 56, 72
Europa (uma das *oceânides*) 21
Europa (princesa fenícia) 21, 22, 23, 24, 28, 40, 43
Eusébio (bispo de Cesareia) 187, 192, 193, 258
Eusébio (bispo de Dorileia) 240
Eusébio (bispo de Nicodemia) 193, 196, 201
Eusébio (bispo de Versalhes) 256
Eustáquio 293
Euterpe 39
Eutímio 369
Eutiques 240, 241
Eva 271
Evandro 77
Evans, Artur 25
Evaristo (papa) 173
Ezequias 127
Ezequiel 132

F

Fabião (papa) 181
Fábio 89
Fábio Máximo, Quinto 96

Fabulino 86
Faceu 126
Fálaris 50
Fárnaces 113
Farnóbio 207
Faroaldo 254
Fastrada 310
Fátima 267
Fauno 86
Fausta Flávia Maximiana 186, 188, 193
Fausto de Milevo 215
Fáustulo 78
Fay, Bernardo 10
Febo 86
Febvre, Lucien 10
Fedra 23
Fedro 152
Félix 163
Félix I (papa) 181
Félix III (papa) 241
Félix (apologista do maniqueísmo) 215
Félix (bispo de Aptonge) 189, 190
Félix (bispo de Urgel) 312
Fernando I (Fernando Magno) 375
Fernão Gonzalez (conde) 341
Festo 163
Fídias 56, 57, 73
Filipe (antipapa) 297
Filipe II (rei da Macedónia) 64, 65, 66 69, 71, 75, 91, 98
Filipe III (rei da Macedónia) 68
Filipe I (rei de França) 368
Filipe V (rei da Macedónia) 69, 98
Filipe (apóstolo) 140, 142
Filipe (um dos primeiros diáconos cristãos) 158, 162
Filipe (tetrarca da Galileia) 142
Filipe, *o Arabe* (imperador romano) 178
Fímbria 106
Firmo 202
Fisher, H. A. L. 12
Flaco, Valério 106
Flamínio, Caio 95
Flamínio, Quinto 98
Flaochat 281
Flávio 240
Flávio Josefo 259
Flora (mártir) 342
Florêncio 256
Focas 264
Fócio 329, 354, 369
Fócion 65
Formoso (papa) 349, 356
Fortunato 215
Fotino 112
Fravita 211
Fredegunda 262
Frederico de Lorena (*ver* Estêvão IX, papa) 370
Fritigerno 207
Fulberto de Chartres 378
Fulco 344
Fulrad 292, 295
Fúlvia 118

G

Gabriel Radomir 364
Gaifier 291
Gainas 209, 210, 211
Gaio (neto do imperador Augusto) 124
Gaio (*ver* Calígula)
Gala (mulher do imperador Teodósio) 208
Gala Placídia 217, 218, 223
Galba, Sérgio Sulpício 154, 165
Galba, Sulpício 99
Galério, Maximiano 183, 184, 185, 186, 188
Galiano 179, 183, 184, 204
Galib 341
Galo (S.) 288, 339, 363
Galo (poeta romano) 123
Galo (governador do Oriente) 197
Galo Trebonianu 178
Galsvinta 252, 262
Gama, Vasco da 92
Gamaliel 159
Garcia 376
Gaspar 136
Gatiano 181
Gaudêncio (pai de Aécio) 218
Gaudêncio (filho de Aécio) 224
Gaumata 51
Gautier 344, 345
Gaxotte, Pierre 10
Gedeão 32
Gélon 54
Geia 38
Geilon 343
Gelimer 248
Genoveva 223

Genserico 218, 220, 224, 225, 226, 240
Gerano 360
Gerardo 365
Gerardo de Brogne 358
Gerardo de Rossilhão 357
Gerberge 298
Gérion 40
Germânico 149, 150, 151
Germano (S.) 339
Germano (patriarca de Constantinopla) 290
Germário 306
Gertrudes 316
Geta 177
Géza 356, 364, 365
Gewiliob 289
Gibbon, Eduardo 207
Gilberto d'Aurillac (ver Silvestre II, papa) 359, 360, 361
Gildas 261
Gilgamesh 20
Gilipo 59
Gisela (filha de Pepino, *o Breve*) 297
Gisela (rainha da Hungria) 364, 365
Giselberto 351
Giselda 316
Glicério 224
Glotz, Gustavo 25
Godegisel (rei dos Burgúndios) 230
Godegisel (príncipe burgúndio) 241
Godofredo (caudilho dos Alamanos) 281
Godofredo (rei da Dinamarca) 313, 327
Godofredo (duque de Lorena) 382
Godomar 252
Godwin 372
Golias 33
Gondebaldo 224 226, 230, 241, 242
Gondemar 262
Gonderico 218
Gondevaldo 262
Gontrão 262, 263
Gordiano I 178
Gordiano II 178
Gordiano III 178
Górgias 71
Gosvinta 253
Gotescaldo (ou Goteschalk) 339
Gourmont, Rémy de 74
Graciano 208
Graco, Caio Semprónio (tribuno da plebe) 101, 102, 103, 104, 114
Graco, Tibério Semprónio (cônsul romano) 99, 100
Graco, Tibério (tribuno da plebe) 101, 102, 103, 104. 114
Gregório I (Gregório Magno, papa) 260, 261, 289, 339, 385
Gregório II (papa) 289, 290
Gregório III (papa) 288, 290, 292
Gregório IV (papa) 324
Gregório V (papa) 361
Gregório VI (papa) 377, 380
Gregório VII (papa) 385, 386, 387, 389, 390
Gregório (bispo de Tours) 231, 242
Grifon 291
Grimoaldo (mordomo da Austrásia) 281
Grimoaldo (rei dos Lombardos) 287
Grunilda 372
Gudea 20
Guelfo (duque da Baviera) 387
Guiberto (antipapa Clemente III) 389
Guido II 343
Guilherme I, *o Conquistador* (duque da Normandia e rei de Inglaterra) 372, 373, 374, 383
Guilherme I (duque da Aquitânia) 358
Guilherme V (duque da Aquitânia) 378, 381
Guilherme (arcebispo de Mogúncia) 352
Guilherme (conde de Tolosa) 303, 322
Guilherme, *Braço de Ferro* 383
Guilherme Duram (bispo de Mende) 335
Guilherme *da Longa Espada* 346
Guilherme de Montreuil 384
Guizot, François 368
Guthrum 332
Gutton 345
Gyula 365

H

Habida 285
Hades 38, 39
Haganon 345
Hajjaj 279
Halima 267
Hamurábi 20
Hamza 269
Hanão 92
Haraldo I (rei da Dinamarca) 345

Haraldo II (rei da Dinamarca) 326, 345
Haraldo do Dente Azul (rei da Dinamarca) 356
Haraldo (filho bastardo de Canuto, rei da Inglaterra) 372
Haraldo III (Haldrada, rei da Noruega) 372, 373
Haraldo (conde de Wessex) 372, 373
Harmódio 50
Hartacanuto 372
Harum-al-Raxid 317, 329, 340, 342
Hasan 277
Hassan 278
Hasting 330, 345
Hatto 350
Hauck 309
Haxim 267, 269
Mecateu de Mileto 73
Hefesto 39, 86
Heitor 42
Helbig 76
Heleias 127
Helena (rainha de Esparta) 42, 43
Helena (mãe do imperador Constantino) 193
Helena (mulher de Juliano, *o Apóstata*) 198
Heleno 39
Helisachar 319
Henrique I, *o Passarinheiro* (rei da Alemanha) 351
Henrique II, *o Santo* (imperador da Alemanha) 379
Henrique III (imperador da Alemanha) 379, 380, 381
Henrique IV (imperador da Alemanha) 381, 382, 385, 386, 387, 388
Henrique I (rei de França) 368, 373
Henrique I (filho de Henrique I da Alemanha, duque da Baviera) 351, 352
Henrique II (duque da Baviera) 364
Hera 38, 86
Heracleão 278
Héracles (ou Hércules) 40, 41, 77
Heraclio (favorito de Valentiniano III) 224
Heraclio (imperador de Bizâncio) 264, 265, 274, 275, 276, 278, 282, 286, 287, 355
Heraclito de Éfeso 71
Herberto de Vermandois 344, 345
Herénio 89
Heribaldo 363
Herleva (ou Arlot) 372
Hermano Billung 352
Hermenegildo 253
Hermenfrido 252
Hermengarda (mulher de Luís, *o Piedoso*) 319, 321
Hermengarda (mulher de Lotário I) 321
Hermes 38, 86
Herodes (filho de Antípatro, rei da Judeia) 130, 134, 136, 137, 147, 162
Herodes Agripa 162, 164
Herodes Ântipas 138, 140, 145, 147
Herodes Filipe II 147
Herodíade 138
Heródoto de Halicarnasso 23, 52, 73, 77
Herófilo de Calcedónia 73
Herveu 345
Hesíodo 21, 22, 38
Héstia 39, 86
Hiêmpsal 103
Hierão II 93
Higino (papa) 173
Milário de Poitiers 200
Hildebaldo 306
Hildeberto 351
Hildebrando (rei dos Lombardos) 292
Hildebrando (*ver* Gregório VII, papa)
Hildegarda 310
Hilderico 247
Hiltrude 291, 300
Himileão 92
Himiltrude 297, 310
Hinemar 339
Hiparco 50
Hiparco de Niceia 73
Hipátio 246
Hípias 50, 52, 53
Hipólito 181
Hirão 34, 35
Hircão, João 130
Hircão II 130, 136
Hírcio 117
Hisham 285, 302
Hixão I 303
Hixão II 375
Hixão III 375
Hoçain Benyahya 302
Homero 28, 41, 42, 43, 72, 123, 198
Homo, Leão 98

Honorato 256
Honória 220, 224
Honório I (papa) 286
Honório (filho de imperador Teodósio) 209-213, 217, 218, 224
Horácio Flaco 123
Horemhebe 30
Hormisda (papa) 239
Hormisda IV (imperador da Pérsia) 264
Hormisda (general persa) 275
Hortênsio 122
Hours-Miédan, Madalena 92
Hucberto 284
Hugo (abade de Cluny) 379, 388
Hugo (conde de Tours) 322
Hugo Cândido 384, 386
Hugo Capeto 346, 347, 359, 362, 367, 368
Hugo, *o Grande* 345, 346
Humerico 218, 226
Hule 345
Humberto 370, 380, 381
Hunaldo I 291
Hunaldo II 296
Husein 278
Hygelac 326

I

Iago Maior 142, 162, 176
Iago Menor 142
Ibn Gabirol *(Avicebrão)* 375
Ibrain 285
Ictínio 73
Idácio 238
Igor 356
Ildico 222
Inácio 173
Ínaco 23
Inês de Poitou 381
Ingénuo 179
Ingunda 253
Inocêncio I (papa) 223
Io 23
Iobates 40
Íon 39
Irene 304, 305, 315
Ireneu 180
Isac 266
Iságoras 50
Isaías 134, 139, 140
Ischbaal 33
Isidoro de Beja 284
Isidoro de Mileto 250
Isidoro de Sevilha (Santo) 238, 257, 259
Ismael 266
Isócrates 64, 65
Istar 127
Ítala 218
Ítalo 76

J

Jacob 21, 30, 135
Jâmblico 198
Jano 77
Jasão 40
Jaspers, Karl 11
Jeconias 128
Jefté 33
Jeremias 122, 142
Jeroboão I 126
Jeroboão II 126, 131
Jerónimo 214
Jesus de Nazaré (Jesus Cristo) 14, 25, 43, 44, 76, 134-149, 154-165, 166, 173-176, 178, 181, 182, 185, 187, 188, 189, 191--195, 199, 203, 206, 208, 213-216, 230--233, 239, 240, 241, 243, 260, 261, 272, 286, 289, 292, 295, 303, 306, 307, 308, 309, 311, 329, 342, 355, 356, 357, 365, 366, 377, 382, 384, 386, 390
Jéu 126
Jezabel 78, 126, 127, 131, 138
Joab 33, 34
João I (papa) 244
João IV (papa) 287
João VIII (papa) 328, 330, 354
João XII (papa) 353, 358
João XIII (papa) 360
João XV (papa) 360
João XVII (papa) 376
João XVIII (papa) 376
João XIX (papa) 369, 377, 378
João (silenciário pontifício) 293
João Baptista 138, 139, 142, 156
João Cassiano 256
João Crescêncio 363
João Evangelista 139, 142, 157, 162, 175, 176

João Crisóstomo (S.) 201, 223, 256
João de Giscala 166
João de Gorza 358
João Escoto Eriúgeno 339
João Filagato 361
João Graciano (*ver* Gregório VI, papa) 377
João Zimiscésio 355, 368
Joaquim 128
Joás 127
Jocasta 40, 72
Jónatas 33
Jorão (rei de Israel) 126
Jorão (rei de Judá) 127
Jório 213
Josafat 127
José (do Egipto) 21, 30
José (esposo da Virgem Maria) 135, 136, 137
José (cunhado de Herodes) 136
José Ibn Naghdela 375
Josias 127
Josué (general hebreu, sucessor de Moisés) 32
Josué (sumo sacerdote) 128
Jotsaldo 378
Joviano, Flávio Cláudio 202
Jovino 217
Juba I 113
Jucelino 331
Judas Iscariotes 142, 145
Judas Tadeu 142, 176
Judite da Baviera 321, 322
Jugurta 103, 104
Júlia (filha de Augusto, mulher de Agripa e de Tibério) 121, 124
Júlia (neta do imperador Augusto) 124
Júlia Domna 177
Júlia Mameia 177, 178
Júlia Mesa 177
Júlia Sémias 177
Juliano 197, 198, 199, 202, 204, 228
Julião (conde) 279, 280
Júlio I (papa) 200
Júnio Bruto 80, 82
Juno 82, 86
Júpiter 80, 82, 86, 88, 151, 166, 178, 256
Justiniano I 246-253, 260, 317
Justiniano II 282, 290
Justino I 244, 246
Justino II 252, 254, 264
Juvenal 360

K

Kahena 278
Khâlid-ben-al-Wâlid 270, 274, 275
Kleinclaucz 296, 309
Koceila 277, 278
Koppany 365
Kremer, Geraldo 23
Krum 356

L

Lactâncio 187
Lamberto de Nantes 343
Lampagia 284
Lanfredo da Alamânia 284
Lanfredo II da Baviera 291
Laso 77
Latino 77
Lavínia 77
Lazard, Didier 13, 14
Lázaro 143
Leandro 253
Leandro de Sevilha 260
Leão I (papa) 222, 223, 224, 226, 240
Leão IV (papa) 330
Leão VI (papa) 355
Leão VII (papa) 359
Leão VIII (papa) 353, 357
Leão IX (papa) 380, 381, 383, 385, 390
Leão I (imperador de Bizâncio) 241
Leão VI (imperador de Bizâncio) 369
Leão de Ácrida 370
Leão III, *o Isáurio* 282, 283, 285, 286, 290, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 319
Leão IV, *o Kazar* 304
Lecrère 309
Leda 88
Lêntulo 111
Leodegário de Autun 259
Leôncio 282
Leôncio de Bizâncio 246
Leónidas 54, 66
Leova 252
Leova II 262

Leovigildo 252, 253
Lépido 117
Leto 38, 172
Leudésio 281
Levillain, Leão 243
Libânio 198
Libério 249
Liciniano 193
Licínio 84, 186, 187, 188, 190, 193, 195, 196
Licurgo 47, 48
Lindolfo 352
Lisandro de Esparta 60, 61, 62
Lísias 163
Lisímaco 66, 69
Liudgério 301
Liutgarda 310
Liutprando 288, 292
Lot, Fernando 206
Lotário 320, 321, 322, 323, 324, 325, 328, 346, 352, 353, 354
Lotário II 329
Lucano 152, 360
Lucas (S.) 135, 164, 175
Lúcio 118, 121, 124
Lúcio Colatino 80
Lúcio Elo 150
Lúcio Emílio Paulo 95, 99
Lúcio Lúculo 99
Lúcio Tarquínio 79
Lucrécia 80
Lucrécio 122
Luís I 314, 319, 321, 323, 324
Luís III 330
Luís IV (*do Ultramar*) 346, 353
Luís V 346, 353
Luís da Baviera 322, 323
Luís da Saxónia 330
Luís II, *o Gago* 328, 330, 331, 337, 343, 344, 345, 354
Luís, *o Germânico* 323, 324, 325, 328, 330, 348, 349
Luís, *o Infante* 350
Luís, *o Piedoso* 319, 320, 323, 324, 326, 327, 333, 345, 358
Lupicino 207

M

Macauley, Tomás 365
Macrino 177
Magnêncio 197
Mágon 92
Majoriano 224
Malaquias 133, 138
Malco 92
Manassés 127
Manât 266
Mânia 77
Mânlio 89
Manto 77
Manuza 283
Maomet 267-274, 276, 277, 285, 342, 376
Marcelo 95, 111
Marcial 181, 308
Marciano 220, 240, 241
Marco António 111, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 125, 130
Marco Aurélio 168, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 203, 339
Marco Mânlio 84
Marco Úlpio 167
Marcos (S.) 164, 175
Mardónio 54, 55
Marduk 21, 51, 68
Maria 135, 136, 137, 143
Maria (filha do patrício Estilicão) 210
Maríame 136
Mário 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 115, 125, 203
Marozia 357
Marta 143
Marte 78, 82, 114, 121
Martinho I (papa) 287
Martinho de Dume 253
Martinho de Tours 201, 230, 256, 284, 328, 344, 346, 359, 364
Masinissa 97, 103
Maslamah 282
Mastarna 81
Matatias 129
Mateus (S.) 142, 143, 175
Matfredo 322
Matilde da Toscana 386, 387, 388
Mato 94
Maurille 373
Maxêncio 186, 187, 188
Maximiano 183, 185, 186, 190
Maximino 178, 181
Maximino Daia 186, 188
Máximo 178, 198, 208
Máximo, *o Confessor* 287

Mayolo 359, 378
Mecenas, Caio 121, 122, 123, 153
Medeia 40, 72
Medusa 40
Melchior 136
Melkart 35, 37, 91, 92, 126
Melpómene 39
Mémio, Caio 104
Mémnon de Rodes 67
Menaém 126
Menelau 41, 42, 43
Menéndez y Pelayo 279
Menénio Agripa 84
Mena (ou Menés) 20
Mermenegildo 253
Meroveu 228
Merwan II 285, 286
Metelo, Quinto 103
Metelo Cipião 113
Metódio 355, 356
Micipsa 103
Midas 67
Miesco 356
Miguel I 316
Miguel III 329, 354
Miguel Cerulário 370
Milão (político romano) 113
Milcíades 53, 56, 188, 189
Mineptá 30, 31
Minerva 82
Minervina 193
Minos 23, 24, 25, 26, 27, 44, 48
Minotauro 23, 24
Minuro 99
Miqueias 135
Miro 253
Míron 50
Mitrídates 106, 107, 108, 111, 113, 130, 196
Mitrídates VI 105
Mnésides 73
Moamed I 340
Moamed Almahdi 375
Mochta 261
Modáfar 375
Moisés 30, 31, 125, 128, 130, 272
Mommsen 115
Mónica 215
Morcar 374
Mosco 22
Moshafi 341
Muawiya 276, 277, 278, 286
Muça-ibn-Noçair 280, 283
Múmio 99
Muthanna 275

N

Nabónides 51
Nabucodonosor 51, 265
Nabupolassar 51
Nadab 126
Naramsim 20
Narciso 151
Narses 253
Natã 131, 138
Natanael 140
Nearco 68
Necau II 127
Neemias 128, 129
Nefertiti 28, 30
Némesis 39
Nepi (duque de) 297
Nepociano 197
Nepos, Cornélio 122
Nepos, Júlio 224, 225
Nero 150, 152, 153, 154, 164, 165, 173
Nerva 166, 167
Nesso 41
Nestor 42
Nestório 223, 239, 241
Nicanor 158
Nicéforo 315, 316
Nicéforo Focas 355
Nícias 59, 60
Nicodemo 141
Nicolau 377
Nicolau I (papa) 329, 355
Nicolau II (papa) 382, 383, 384, 385, 390
Nicolau, *o Místico* 369
Nilo (S.) 363
Niniam 261
Nithard 339
Nizier de Trèves 259
Noé 272
Notker 339
Numa Pompílio 79
Numitor 77

O

Ocba 277
Ocozias 126
Octávia 118, 153
Octávio 101, 121
Octávio, Caio 116, 117, 118, 119, 130
Octávio, Cneu 105
Octaviano 357
Odão 358, 362, 378
Odenato 179, 180
Odilão da Baviera 291
Odilão de Cluny 363, 378, 379
Odoacro 225, 226, 227, 244, 245, 256, 305
Ogiva 346
Ohad 271
Olavo Skottkonung 356
Olavo Tryggvasson 356, 371
Oleg 356
Olíbrio 224
Oliveiros 303
Omar II 285
Omar-ibn-al-Katthab 269, 275, 276, 277
Omar-ibn-Xaled 285
Omm Habiba 271
Omia 267
Oppas 279, 280, 283
Orestes 224, 225
Orfeu 178
Orósio, Paulo 217, 254
Ósio 192, 200
Otão I 351-354, 359, 363, 388
Otão II 353, 354, 360, 364
Otão III 360, 361, 362, 363, 364, 379
Otão da Alemanha 369
Otão Guilherme 367
Otão, Marco Sálvio 153, 165
Othman-ben-Abi Neza 284
Othman-ibn-Affan 276
Otrich de Magdeburgo 360
Oummon Keltsoum 267
Ouspensky 265
Ovídio 22, 123, 124
Ozias 127

P

Pã 38
Pacómio (S.) 255
Paládio 260
Palante 151, 152
Palanque, João Remígio 29
Palmira 180
Pallotino 76
Pandulfo de Cápua 383
Pausânias 54, 65, 66
Papiniano 176
Papírio 82
Páris 42, 43
Parmenas 158
Parménides 71
Pascal 113
Pasífae 23
Pascoal I 319, 321
Paterno 376
Patrício 223, 245, 260
Pátroclo 42
Paulino de Aquileia 301, 310
Paulino de Nola 257
Paulo (S.) 163, 164, 165, 173, 174, 175, 181
Paulo I (papa) 297
Paulo (conde) 229
Paulo de Bernried 389
Paulo Diácono 310
Paulo, Sérgio 161
Pernoud, Regina 368
Platão 71, 74, 169, 198
Plateias 63
Plauto 122
Praxíteles 73
Pedro (S.) 142, 157, 164, 165, 173-175, 241, 250, 255, 259, 295, 300, 305, 307, 308, 314, 320, 321, 349, 381, 385, 386, 389
Pedro Damião 380, 381
Pedro de Amalfi 370
Pedro de Pisa 310
Pelágio (papa) 259, 260
Pélope 41
Pelópidas 62
Penélope 43
Penteia 170
Pepino (rei da Aquitânia) 322
Pepino II da Aquitânia 324, 325, 328
Pepino (rei dos Lombardos) 291, 301, 313, 314, 315, 316, 320, 323, 324
Pepino de Héristal 281, 285
Pepino de Landen 263
Pepino de Senlis 344
Pepino, *o Breve* 289, 291-300, 304, 308, 315, 317-319

Perdicas 69
Perénis 172
Pérgamo 99
Periandro 50
Péricles 56-58, 60, 61, 63, 71, 91, 122, 168
Perpena 107
Pertarito 288
Perseu 40, 99
Perséfone (ou Prosérpina) 38
Pértinax 176
Pescénio Níger 176
Petrónio (escritor latino) 152
Petrónio Máximo 224
Pigmalião 91
Piligrim de Passau 364
Píndaro 72
Phandelas 278
Pio (S.) 173
Pirenne, Henri 12
Pirenne, Jacques 12, 37
Pirra 39
Pirro 72, 90, 93
Pisão (Calpúrnio) 153
Pisístrato 49, 50, 51, 52
Pítaco 50
Pitágoras de Samos 71
Pítias 92
Pitocleide 56
Plectruda 281
Plínio, *o Antigo* 43
Plínio, *o Moço* 167
Plotina 168
Policarpo de Esmirna 173
Policleto 73
Polícrates 50, 51
Polignoto 73
Polímnia 39
Poliperconte 69
Pólux 88
Pompeu 107, 109, 111, 112, 113, 115, 125, 130
Pompeu, Cneu 107
Pompeu, Sexto 118, 121
Ponciano (S.) 181
Pôncio Pilatos 147, 148, 154
Pôntico 173
Popeia Sabina 153
Porfírio 198, 360
Poro 68
Porsena (Lars) 88
Posídon 22, 38, 39, 66
Postúmio 179, 180
Potino 173
Pretextato de Ruão 259
Príamo 42, 44
Prisco 198
Probo 179, 180, 183, 204
Procas 78
Procópio 250, 290
Procor 158
Prometeu 39, 40
Propércio 123
Protágoras 71, 74
Psonsenés 34
Ptolomeu III 69
Ptolomeu IV 69
Ptolomeu V 69
Ptolomeu XI 112
Ptolomeu XII 112, 113
Ptolomeu XIII 113
Pulquéria 219, 240
Púnico 99
Putífar 21

Q

Quéreu, Cássio 151, 161
Quílon 47
Quindasvinto 279, 283
Quinto Cúrcio 152
Quinto Flamínio 98
Quirino 82

R

Rábano Mauro 339
Racine 14
Radagásio 211, 212
Radberto (ou Pascásio) 339
Ragnachar 229
Rainulfo 383
Ramiro II 341
Ramsés I 30
Ramsés II 30
Ramsés III 32, 43
Randulfo 264
Ratchis 292
Ratislav 355
Raul (ou Rodolfo Glaber) 362

Raul da Borgonha 345, 346, 351
Recaredo 253, 255, 262
Recaredo II 262
Recesvinto 279
Reginaldo 320
Reia Sílvia 78
Remismundo 238
Remo 78
Rémy 229, 231, 239, 253
Rémy de Auxerre 339
Requiário 238, 253
Requila 218
Reynold, Gonzague de 11, 12, 25
Ricardo II 378
Ricardo de Arécio 384
Richomer 207
Ricimer 224
Ricoeur, Paul 10
Rignomer 229
Riquilde 328
Roberto (conde de Paris) 344, 346, 362, 372
Roberto (duque) 354
Roberto, *o Forte* 331, 344
Roberto, *o Piedoso* 367, 378, 347
Roberto Guiscardo 383, 384, 386, 389
Roboão 126
Rodolfo 389
Rodolfo III 378
Rodolfo da Suábia 387
Rodolfo Welf 344
Rodrigo 283
Rolando 303
Rollon 345
Romano II 355
Romanos Argiro 369
Rómulo 78, 81, 82, 195
Rómulo Augústulo 224, 225
Romualdo 363
Roquaia 267
Rorik 345
Rosamunda 254
Roswitha de Gaudersheim 242
Rotarísio 287
Roxane 68
Rozala 367
Rufino 210
Rufo, Sulpício 105, 122
Rugila 218, 219
Rurício de Limoges 242
Rurik 356
Rustan 275
Rústico, Júnio 169

S

Saad 275
Sabina, Vívia 168
Salomão 34, 35, 125, 128, 266
Salústio 123
Sálvio 105
Samo 264
Samuel 33, 368, 375
Sancho I 341
Sancho, *o Grande* 375, 376
Sancho Ramires 384
Sansão 33
Sanxol 375
Sapor II 195, 198, 199, 202
Sargão 20, 126
Saro 213
Satanás 139
Saturnino (bispo de Tolosa) 181
Saturnino (general romano) 166
Saturnino, Lúcio 104
Saturno 82
Saul 33, 35, 159, 161
Sawicki, Francisco 14
Sbitigniew 356
Schaliemann 43
Schnürer, Gustavo 205
Sedecias 128
Segismundo 241, 242, 245, 252, 255
Sejano 150
Seleuco 69
Seleuco II 69
Seleuco IV 99
Selmân 270
Selum 126
Semprónio Graco 99
Senaquerib 127
Séneca 152, 153
Séptimo Severo 176, 177, 181, 182
Sérgio 297
Sérgio I (papa) 290
Sérgio II 369
Sérgio de Constantinopla 286
Sérgio de Joppe 287
Serifos 40
Sertório, Quinto 107
Sérvio Túlio 79, 81

Sesinando 262, 264, 279
Sesônquis I 126
Séti I 30
Severino (papa) 287
Severino 288
Severo, Alexandre 177, 178
Severo, Flávio 186
Sexto 84
Sexto Tarquínio 80
Shahrbaraz 265
Shakespeare 14
Sheroye 265
Sheshong I 34
Shmash 127
Shuppiluliuma 28
Sicardo de Aquileia 387
Sidónio Apolinário 257
Sigeberto (rei dos Francos Ripuários) 231, 243, 252, 262
Sigeberto III 281
Sigismundo 227
Sigisvulto 218
Siguefredo 331
Símaco, Aurélio 208
Simão, *o Mago* 377
Simão, *o Rebelde* 143
Simão Bar Giora 166
Simão Macabeu 130
Simão Pedro 129, 139, 140, 142, 155, 162, 175
Simeão 136
Simeão de Jerusalém 173
Simplício 241
Silano, Júnio 104
Sileno 39
Silvano 197
Silvério 250
Silvestre I 294
Silvestre II (papa) 362, 363, 365, 376
Silvestre III 377, 380
Sineo 356
Sisebuto 262
Sisínio II 369
Sisto (S.) 173
Sisto II (S.) 181
Sócrates 59, 71, 74
Sócrates, *o Escolástico* 258
Soedeleube 230
Sófocles 72
Sofrónio 275, 287
Soleimão 375
Sólon 49, 84
Sosígenes 114
Soter (S.) 173
Sourdel 265
Southem 360, 365, 378
Sozómenes 258
Spann, Othmar 9
Spender, Sthephen 11
Suetónio 153
Suintila 262, 264
Suintila II 279
Sula, Lúcio Cornélio 104, 105, 106, 107, 115, 125
Suleimano Ibn-al-Arabi 302
Suleimão 285
Sulpício 89
Susana 133
Svidger 380

T

Tácito 153, 180
Tahir 340
Tales 71
Taletas 48
Tália 39
Tanaquil 79
Tancredo de Hauteville 383
Tântalo 41
Tarco 81
Tarig-ibn-Ziyâd 280, 283
Tarpeia 79
Tarquínio, *o Soberbo* 80
Tarquínio Prisco 79, 81
Tassilon III 291, 300
Tauro 23, 67
Trajano 167, 172, 173, 174
Trasamundo 227, 247
Trasíbulo (ditador de Mileto) 50
Trasíbulo (político ateniense) 61
Tedibad 248
Teglatfalassar III 126
Telémaco 43
Telésforo (S.) 173
Témis 39
Temístocles 53, 54, 55, 57
Teodahad 248
Teodeberto 252
Teodelinda 260, 287
Teodemiro 227, 253, 255
Teodora 246, 247, 250, 357

Teodoreto 258
Teodoreto de Cyr 201
Teodorico 242, 243, 244, 245, 248, 256, 257
Teodorico I 218, 219, 221, 227, 228
Teodorico II 238
Teodoro 276
Teodoro I 287
Teodoro Caliopas 287
Teodoro de Tarso 288
Teodósia 255
Teodósio 207, 208, 209, 210, 251, 321
Teodósio (conde) 207
Teodósio II (imperador de Bizâncio) 240
Teodósio II, *o Calígrafo* 219, 220, 225
Teodulfo 309, 310
Teófanes 290, 315
Teófano 355, 361
Teofilecto 290
Teofrasto 72, 73
Terâmenes 61
Terêncio 122, 360
Terpsícore 39
Teseu 23, 48
Téspis 72
Tétis 21, 39
Tétrico 180
Thangmar 339
Thankmar 351
Thendis 249
Theodisel 249
Thibert 263
Thierry, Agostinho 259
Thierry I 251, 252, 259, 263, 326
Thierry III 281
Thierry IV 291
Tibério 120, 149, 150, 152, 158, 162
Tibério III 282
Tibério de Constantinopla 253
Tiberga 328, 329
Tibulo 123
Tímon 72, 158
Timóteo 164
Tínia 77
Tíquico de Éfeso 164
Tito 166
Tito Lívio 80, 82
Tito Tácio 79
Tólia 248
Tomás de Aquino (S.) 14
Tomé (S.) 142
Tostig 372, 373, 374
Totmés III 28
Totmés IV 28
Tribigildo 210
Triboniano 247
Trigécio 222
Trofimo 181
Truvor 356
Tucídides 25, 48, 73
Tudun 301
Túlia 79
Túlio Hostílio 79
Turno 77
Turpino de Reims 303

U

Uldin 211
Úlfilas 201, 228, 244
Ulisses 42
Ulpiano 176, 178
Urânia 39
Úrano 38
Úrias 34, 131

V

Vaast 230
Vaik 364
Valente, Flávio 202, 207
Valentiniano I 202, 207
Valentiniano II 208, 209, 218
Valentiniano III 218, 220, 222, 224, 228, 247
Valéria Messalina 152
Valeriano 181, 182, 183
Valério 215
Valério Máximo 152
Varrão 122
Venâncio Fortunato 257
Venceslau 356
Vénus 77, 121
Vercingérorix 110, 111
Vero, Lúcio 168, 169, 170
Vero de Tours 242
Vespasiano, Tito Flávio Sabino 152, 165
Vétio Epagato 173
Vetranião 197

Vetúria 88
Vigílio 250
Vilfredo 288
Villoslada, Ricardo Garcia 309, 318
Víndice, Júlio 154
Vinifredo 288, 289
Virgílio 77, 123, 360
Viriato 99
Vitalino 287, 288
Vitélio, Aulo 165
Viterico 262
Vitiges 248
Vitimer 206
Vitiza 279
Vito 218
Vítor (S.) 173, 181, 230, 379
Vítor II 381, 383
Vladimiro 356, 369
Vologeses III 170
Volúmnia 88

W

Wadih 375
Wala 321, 322
Walid I 278, 285
Walid II 285
Walafrid Strabo 339
Waldrada 328, 329
Weeland 329
Wel da Baviera 321
Wessex (conde) 374
Whatik 340
Willibrod 288
Wittikind 300, 313
Worynimir 301

X

Xenófanes 71
Xenofonte 61, 71, 73
Xerxes 53, 54, 55, 62

Y

Yahya 342
Yezdegird III 275
Yezid 277, 278, 285
Yezid II 285

Z

Zacarias (profeta) 133, 138
Zacarias (papa) 289, 291, 292, 293
Zebedeu 139, 142, 162
Zeid 269
Zeineb 267
Zenão 56, 71, 225, 227, 241, 245
Zenão de Cício 72
Zenóbia 179, 180
Zeus 22, 24, 28, 38, 39, 40
Zeus-Ámon 65
Zêuxis 73
Ziriab 342
Zoroastres 265
Zorobabel 128
Zoto 254
Zventibold 349

ÍNDICE DOS EXTRATEXTOS

Cavaleiro ateniense 48
Academia de Platão 64
Retrato de Júlio César 112
O rosto de Cristo, num mosaico de Santa Sofia 144
S. Pedro entrega a Leão III o pálio pontifical e a Carlos Magno o estandarte de Roma 256
O fim do Ramadão, iluminura árabe do século XIII 272
Jóia viking do século X 320
Reconstituição de um navio viking 320
Dois pormenores da Tapeçaria de Bayeux representando a conquista da Inglaterra pelo duque normando Guilherme 368

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO 9

LIVRO I

MEDITERRÂNEO, BERÇO DE CIVILIZAÇÕES

Eras e gentes remotas 19
À volta de três grandes rios 20
Rapto de Europa 21
Minos, rei e sacerdote 23
Grandeza e ruína de Creta 25
O sonho de Aquenáton 28
Moisés e a marcha para Canaã 30
Esplendor de Israel 32
Os Fenícios, navegadores e descobridores 35

A GRÉCIA OU O HUMANISMO PAGÃO

Entre os deuses e os heróis 38
O cerco de Tróia, início das lutas entre Oriente e Ocidente 41
Expansão das colónias gregas no Mediterrâneo 44
Dois modelos opostos: Esparta e Atenas 46
A democracia ateniense 48
Vitórias sobre a Pérsia 51
O efémero «Século de Péricles» 55
Guerra no Peloponeso 58
Da ditadura espartana à breve hegemonia de Tebas 60
Unificação sob Filipe da Macedónia 63
Um decénio prodigioso 65
A dupla missão de Alexandre 68
Panorama da cultura grega 70
Humanismo e paganismo 74

ROMA ENTRE A TOGA E A ESPADA

Os tempos obscuros 76
Patrícios e plebeus 82
Virtudes romanas 85
Itália unificada 87

Duelo com Cartago 90
Os irmãos Gracos 100
Guerras e Ditaduras 102
A conquista das Gálias 108
César, na glória e na morte 111
O Império de Augusto 116
A Toga e a Espada 124

ROMA E A «REVOLUÇÃO DA CRUZ»
Vicissitudes dos Hebreus 126
O verbo dos Profetas 130
Paixão e Mensagem de Cristo 134
De Tibério a Nero 149
Primeiros Apóstolos, primeiros Mártires 154
Os Flávios e os Antoninos 165
A «Revolução da Cruz» 172
Anarquia no Império 176
A seara cristã alastra 180
Tentativa de Diocleciano 183
«Por este Sinal vencerás» 185

OS GERMANOS AVANÇAM PARA OESTE
Religião e Política 189
Descoberta da Santa Cruz 193
A «Nova Roma» 194
Juliano e as suas contradições 196
«Ecclesia in Episcopo» 199
Sinais de tormenta 202
A «tromba étnica» 204
O Cristianismo, religião do Estado 207
Roma em poder de Alarico 211
Agostinho, profeta e anunciador 213
O «último Romano» 217
Invasão dos Hunos 219
Fim do Império Romano no Ocidente 223
Planos e malogros de Teodorico 226
Clóvis na encruzilhada 228
Baptismo dos Francos, nascimento da Europa 230

LIVRO II

EUROPA DOS PRIMEIROS SÉCULOS
OS NÚCLEOS INICIAIS 237
O «Cisma de Acácio» 238
Clóvis alarga o seu reino 241
Arianos e católicos 243
A hora de Bizâncio 245
Justiniano e a «reconquista» 246
Francos, Visigodos, Suevos, Lombardos 251
A Igreja, modeladora da Europa 254
Bento de Núrsia e Cassiodoro 256

Os bispos e os concílios 258
Acção de Gregório Magno 259
Os Merovíngios até Dagoberto I 262
Heraclio 264

ASSALTO DO ISLÃO 265
O «Mensageiro de Alá» 267
A «gihâd» em marcha 272
Alastramento do Islão 274
Haxemitas e Omíadas 276
A Ibéria invadida 279
Lutas da Nêustria e da Austrásia 280
Os três malogros do Islão: Constantinopla, Covadonga, Poitiers ... 282
O monotelismo 286
Bonifácio evangeliza a Germânia 288
O iconoclasmo 290

CARLOS MAGNO E O NOVO IMPÉRIO 291
O Altar e o Trono 292
Invoca-se a «Constitutum Constantini» 294
A sucessão de Pepino, *o Breve* 296
Conquistas para leste 298
Roncesvales 301
O senhor do Ocidente 304
Natal de 800 307
Perfil de Carlos Magno 310
Últimas campanhas 313
De Thionville a Aix-la-Chapelle 314
O Império Cristão 317

NASCEM A FRANÇA E A ALEMANHA 318
A «Ordinatio» de 817 320
Discórdias de família 321
A partilha de Verdum 324
Surgem os Vikings 326
Naufrágio dos Carolíngios 329
Alfredo, *o Grande* 332
Génese do feudalismo 333
Ética da nobreza 335
Monarquia e aristocracia 337
No campo da Cultura 338
De Harum-al-Raxid a Almançor 340
Integração dos Normandos 343
Com os Capetos, a França nasce 345
Unem-se os ducados germânicos 348
Otão, *o Grande* e o Sacro Império 351
Cristandade em expansão, mas Roma em crise 354

DE SANTO ESTÊVÃO A CANOSSA 357
Cluny e os seus primeiros abades 358
Mestre Gerberto de Aurillac 359

O sonho de Otão III 361
Santo Estêvão, rei e apóstolo 363
A realeza como sacerdócio 365
Os Capetos arredondam o seu domínio 367
Consuma-se o Cisma Oriental 368
Guilherme da Normandia, rei da Inglaterra 371
Toledo outra vez cristã 375
Aumenta a irradiação cluniacense 376
O «Papa itinerante» 379
Novas alianças 381
Canossa ou o primado do espiritual 384
Qual o vencedor? 388

QUADROS SINCRÓNICOS 391

ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS 425

ÍNDICE DOS NOMES CITADOS 453

ÍNDICE DOS EXTRATEXTOS 474

ÍNDICE GERAL 475

NOTA DO EDITOR

Entrava no prelo este I volume da História da Europa *quando sobreveio (em 23 de Setembro de 1982) a morte de João Ameal. Não é, pois, sem um sentimento de mágoa — e até de frustração — que vemos este livro surgir pouco depois do desaparecimento do Autor. Conforta-nos porém, como editores, a certeza, que transmitimos ao leitor, de que a* História da Europa *será publicada na íntegra, em obediência ao plano previamente traçado e que aparece na contracapa do presente volume.*

A quem porventura estranhar que esta obra termine com a I Guerra Mundial, queremos desde já dizer que foi de caso pensado, e não porque a doença e a morte o impediram de ir mais além, que João Ameal concluiu aí a sua História da Europa. *É que, no pensamento do Autor, com essa guerra entraram em crise os valores da Europa de que ele narra, ao longo desta obra, a milenária história.*

ESTE PRIMEIRO VOLUME
DA «HISTÓRIA DA EUROPA»
DA AUTORIA DE JOÃO AMEAL
TEVE REALIZAÇÃO GRÁFICA DE
SERVIÇOS EDITORIAIS VERBO
E TIPOGRAFIA CAMÕES (PÓVOA DE VARZIM)

ACABOU DE IMPRIMIR EM OUTUBRO DE 1982

N.º ED. 1419

A OBRA

Sem excessos de orgulho nem de modéstia, cônscios do que devemos à Europa, sabemos o que a Europa nos deve. Sabemos também que a maioria dos historiadores — movidos, decerto, por sistemáticos propósitos de valorização e engrandecimento dos povos a que pertencem — têm minimizado ou desfigurado a acção de Portugal na vida histórica europeia.

Há na presente obra o intuito de repor em termos de veracidade e de justiça o esforço do nosso povo entre os povos europeus. Quer isto dizer que nela se olha a Europa — como é natural e legítimo por ser um português a escrevê-la — sob o *ângulo português*. Trata-se então de uma apologia? De nenhum modo. Trata-se de uma narrativa em que nunca se perde de vista, ou tendenciosamente se esconde, ou se diminui com acinte, tudo quanto, pelos séculos adiante, Portugal deu à Civilização Ocidental — dentro da qual nasceu, da qual constituiu e constitui uma das expressões mais fiéis e na qual tem chegado a ocupar, em determinados períodos, flagrante lugar de vanguarda. Nem mais, nem menos. Por isso acentuei [...] ser desejável que um escritor português se votasse ao empreendimento de compor a História da Europa — uma vez que não pode ser integralmente conhecida a História da Europa desde que nela se não atribua o merecido relevo à grande presença e à considerável intervenção do *homem português*.

(DO PREFÁCIO)

HISTÓRIA DA EUROPA

I VOLUME

Das Primeiras Civilizações do Mediterrâneo à Formação da Europa

II VOLUME

Da Idade Teocêntrica ao Tratado de Tordesilhas

III VOLUME

De Vasco da Gama à Paz de Ryswick

IV VOLUME

Da Sucessão de Espanha à Revolução Francesa

V VOLUME

De Napoleão à I Guerra Mundial